

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX



ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO UNIFACEX - ENEX

DE 24 A 26 OUTUBRO DE 2019

**NATAL/RN
2019**

COPYRIGHT © 2019 – ANAIS ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO
UNIFACEX - ENEX

CENTRO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS-CIFE - MANTENEDOR

CHANCELER – JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEREDO
DIRETORA ADMINISTRATIVA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO
DIRETOR FINANCEIRO – OSWALDO GUEDES DE FIGUEIREDO NETO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX – MANTIDA

REITORA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO
PRÓ-REITOR ACADÊMICO – CELLY FRANCK DA CRUZ MOURA
SECRETÁRIO – JÚLIO APARECIDO KENED DE BRITO
PRÓ-REITORA ADMINISTRATIVA - CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO

Todos os resumos contidos nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas por seus autores, portanto, o conteúdo apresentado é de suas exclusivas responsabilidades. Assim, a comissão organizadora do Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX não se responsabiliza pelas consequências decorrentes do uso de quaisquer dados publicados nestes Anais.

**UNIFACEX
BIBLIOTECA SETORIAL NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA
DIVISÃO DE APOIO AO USUÁRIO
FICHA CATALOGRÁFICA NA FONTE**

E56a Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX (16, Natal, RN, 2019).

Anais do XVI Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX, 24 a 26 de outubro de 2019/ Comissão Organizadora: Celly Franck da Cruz Moura [et al.]. - Natal: UNIFACEX, 2019.
430 p.

1. Congresso Científico. 2. Pesquisa. 3. Resumo. I. Centro Universitário Facex (UNIFACEX). II. Moura, Celly Franck da Cruz (Org.) [et al.]. III. Título.

RN/BSNFBA 002/2019

CDU 37:058

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alice Dantas de Medeiros
Celly Franck da Cruz Moura (Pró-Reitor)
Daniyel Ferreira de Medeiros
Iêda Ferreira de Medeiros

NOME AVALIADOR(A)

Alice Dantas de Medeiros
Izabel Christina do Nascimento Feitosa
Karin Juliane Duvoisin Bulik Mota
Lenilton Silva da Silveira Júnior
Hilderline Câmara de Oliveira
Saulo Medeiros Diniz
Maria Páscoa do Vale
Élida Raquel Mercedes da Silva
Delanne Cristina Souza de Sena Fontinele

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO CST EM MARKETING, RH, HOTELARIA, GESTÃO COMERCIAL, COMÉRCIO EXTERIOR E LOGÍSTICA.....	06
EMPRESA SOCIAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR, INOVADORA E EXITOSA NO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO.....	07
DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO NA EMPRESA ELÓI CHAVES.....	11
UM ESTUDO DAS BASES TEÓRICAS DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL.....	16
UMA VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS NO LABORATÓRIO DENTAL NUNES.....	19
ARQUITETURA E URBANISMO.....	28
ESTUDO PRELIMINAR PARA PROPOSTA DE HOTEL NA VIA COSTEIRA EM NATAL/RN.....	29
AS ECOLOGIAS DE CAPIM MACIO: ANÁLISE URBANA SOB A PERSPECTIVA DE REYNER BANHAM.....	37
BARREIRAS, CONFIGURAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO NOS CONJUNTOS SERRAMBI I E III.....	43
NATAL AMBIENTAL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES DO PLANO DIRETOR DE 1994.....	46
ANÁLISE CRÍTICA DE DESIGN: METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO.....	54
DIREITO.....	62
DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - REFLEXÕES SOBRE A EFETIVIDADE NO ATENDIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM PARNAMIRIM-RN.....	63
PERICULUM IN MORA: A TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA LIMINARMENTE, E O AUXÍLIO AO TRABALHADOR NO RECEBIMENTO DO SEGURO DESEMPREGO.....	71
CANDIDATURA AVULSA.....	79
EMPODERAMENTO FEMININO: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AO FEMINICÍDIO.....	88
FEMINICÍDIO NO BRASIL - A DESIGUALDADE DE GÊNERO A LUZ DO DIREITO.....	95
PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO HABEAS CORPUS COLETIVO 143.641.....	102

ATIVISMO JUDICIAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	109
ALIENAÇÃO PARENTAL - O ANO DE 2019 É PALCO PARA DISCUSSÃO E CAMPANHA NO RIO GRANDE DO NORTE.....	117
DIREITO DOS ANIMAIS - MAUS TRATOS AOS ANIMAIS NO BRASIL.....	123
TORCIDAS ORGANIZADAS - A IMPUNIDADE GERA VIOLÊNCIA.....	131
A PROBLEMÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL HODIERNAMENTE NO BRASIL	137
ATIVISMO JUDICIAL: SEUS LIMITES DE ATUAÇÃO.....	143
ESTATUTO DO DESARMAMENTO X FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE E PORTE DE ARMAS.....	148
A RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA ERRADICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E A GARANTIA DOS PRINCÍPIOS DO ECA PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INICIAÇÃO DAS ATIVIDADES LABORAIS DO ADOLESCENTE	154
O PACIENTE ONCOLÓGICO E O SEU DIREITO A SAÚDE EM ANÁLISE NO TJ/RN	159
SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: AMPLIAÇÃO DE EXCLUDENTES DE ILICITUDE NO CÓDIGO PENAL.....	167
SEGURANÇA NOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO FEDERAL.....	175
MULTIPARENTALIDADE	183
A INEFICIÊNCIA DO TRATAMENTO PENAL EM CRIMINOSOS PSICOPATAS... ..	190
O BEM JURÍDICO TUTELADO NO CRIME DE LATROCÍNIO: A POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA SEU PROCESSO E JULGAMENTO	196
SISTEMA CARCERÁRIO E A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO: O SER E O DEVER SER DO PRESO	200
UMA VISÃO CRÍTICA SOBRE A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DAS AUTARQUIAS FEDERAIS.....	205
ANÁLISE DA NORMATIVIDADE DOS PROCESSOS DE GUARDA COMPARTILHADA E ALIENAÇÃO PARENTAL.....	211
ANÁLISE SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO PORTE DE ARMAS NA ZONA RURAL E SUAS CONSEQUENCIAS	219
DESCRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA - A POLÍTICA PROIBICIONISTA NO BRASIL.....	226
ENFERMAGEM.....	234

RELAÇÃO DO USO DAS REDES SOCIAIS COM O SUICÍDIO ENTRE OS JOVENS	235
A DEPRESSÃO NA SAÚDE DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO	239
INSERÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	245
BENEFÍCIOS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO ENVELHECIMENTO SAUDAVÉL	252
FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE DEPRESSÃO E RISCO DE SUICÍDIO ENTRE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	260
PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO (PREP): UMA NOVA TECNOLOGIA DE PREVENÇÃO PARA O HIV	268
PCR COM ÊNFASE NA ATENÇÃO BÁSICA	273
A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL NA PREVENÇÃO DA PRÉ-ECLÂMPSIA	280
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PESSOA IDOSA COM HIV	287
O PAPEL DO ENFERMEIRO NO CUIDADO AO PACIENTE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA	291
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL FRENTE AOS USUÁRIOS COM TRANSTORNO MENTAL	296
A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM AOS PACIENTES ONCOLÓGICOS EM CUIDADOS PALIATIVOS	301
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO	306
FATORES DE ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM	313
A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO EM IDENTIFICAR A HIPERTERMIA MALIGNA	319
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	324
ENGENHARIA CIVIL	330
A UTILIZAÇÃO DO WOOD FRAME COMO MÉTODO ALTERNATIVO PARA UMA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	331
FARMÁCIA	336
PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SAÚDE VOLTADAS A IDOSOS	337
CÂNCER DE MAMA: CLASSIFICAÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO	343
RESISTÊNCIA MICROBIANA E O USO IRRACIONAL DE ANTIBIÓTICOS	351

IMUNIZAÇÃO: DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS FARMACÊUTICAS	356
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO TRATAMENTO DA SÍFILIS	362
AINES E RISCOS À SAÚDE: REVISÃO DA LITERATURA	368
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE SÍFILIS GESTACIONAL E CONGÊNITA NO RIO GRANDE DO NORTE	373
ATROFIA MUSCULAR ESPINAL E SEU TRATAMENTO FARMACOLÓGICO	381
ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO ÂMBITO HOSPITALAR	388
GASTRONOMIA	394
CACTÁCEAS COMO MUDANÇA NA VIDA DOS COMENSAIS DA CAATINGA	395
PEDAGOGIA	401
A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO "CAFÉ PROFISSIONAL"	402
PEDAGOGIA EMPREENDEDORA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL	411
FORMAÇÃO DOCENTE E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES	418
PSICOLOGIA	425
A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DE INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS (ILPI'S) SOBRE O ABANDONO DO IDOSO	426

**ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO CST EM MARKETING,
RH, HOTELARIA, GESTÃO COMERCIAL, COMÉRCIO
EXTERIOR E LOGÍSTICA**

EMPRESA SOCIAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR, INOVADORA E EXITOSA NO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO

AUTORAS:

Alice Dantas de Medeiros

Elida Raquel Mercês da Silva

RESUMO: Este trabalho apresenta a temática da interdisciplinaridade no ambiente do ensino superior, especificamente no curso de Administração. Tem como objetivo a organização de uma turma de alunos da graduação, em formato de uma empresa fictícia para aplicar os conceitos das disciplinas de comunicação empresarial e marketing. Os alunos usaram a autonomia para se distribuírem em setores nessa empresa e organizarem um evento junino para arrecadar fundos para formatura de uma turma do ensino profissionalizante da rede estadual de ensino do RN, o CECEP. A metodologia utilizada foi a partir da interdisciplinaridade, definição de etapas e ações a serem realizadas. Os resultados alcançados foram exitosos diante do objetivo proposto.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Metodologia. Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO: Conscientes da necessidade de tornar real os princípios filosóficos da proposta pedagógica curricular (PPC) do curso de Administração do Centro Universitário Facex (Unifacex), o qual se sustenta na interdisciplinaridade, inovação e empreendedorismo, o corpo docente planejou, organizou e executou uma atividade prática com os alunos do 3º período do curso, participantes das disciplinas Comunicação Empresarial e Marketing I. A primeira disciplina conta com ementa que envolve Conceitos, elementos e tipos de comunicação e expressão; Desenvolvimento de redação técnica na comunicação empresarial; Técnicas de redação em seus aspectos estéticos, estilístico e estrutural. A ementa da segunda disciplina, por sua vez, aborda Conceitos básicos e a evolução do marketing; Ambiente de marketing; Planejamento e Mix de marketing (preço, produto, praça e promoção); Comportamento do consumidor final e organizacional; Segmentação de mercado; Pesquisa de Mercado. Partindo dessa fundamentação teórica, diversas reuniões de planejamento e execução, sob a orientação da coordenação do curso, foram realizadas com as docentes das disciplinas, no semestre 2019.1. O projeto foi desenvolvido tomando por base os princípios da interdisciplinaridade que, segundo Fazenda (2011, p.94), “será possível pela participação progressiva num trabalho de equipe que vivencie esses atributos e vá consolidando essa atitude.” [] Sob a orientação da equipe docente, o projeto interdisciplinar teve como objetivo viabilizar a investigação das necessidades do Centro Estadual de Educação Profissional Jessé Pinto Freire (Cenep), a definição, estruturação e realização de um evento para o levantamento de recursos que visavam auxiliar o atendimento de uma das demandas institucionais, a partir do desenvolvimento de produtos e serviços. De acordo com Kotler (2012), as necessidades são inerentes aos seres humanos, porém, podem ser transformadas em desejos, na medida em que são direcionadas produtos e serviços que podem satisfazer tal necessidade. A atividade possibilitou a concatenação do referencial teórico de Comunicação Empresarial e Marketing com a prática vivenciada nas organizações, bem como a ampliação do processo de ensino-aprendizagem dessa área de formação profissional do Administrador. A prática viabilizou, ainda, o desenvolvimento da criatividade, da iniciativa, da autonomia, da

liberdade de expressão, e da criação de espaços para a discussão sobre as questões éticas, o respeito a todas as formas de vida e a análise crítica do seu contexto profissional e social. Além dessa relevante reflexão sobre a prática profissional, o projeto integrador permitiu aos alunos a vivência prática na elaboração de estratégias e construção de planos de desenvolvimento do negócio, articulando as ações necessárias aos objetivos do empreendimento, capacitando os participantes à criação, desenvolvimento, implementação e avaliação de práticas de gestão empresarial adequadas à realidade específica de cada organização, além de contribuição ao desenvolvimento individual dos alunos. **METODOLOGIA:** O projeto interdisciplinar foi desenvolvido no Centro Estadual de Educação Profissional Jessé Pinto Freire (Cenep), localizado na rua Trairi, 480, Petrópolis, Natal/RN. Participaram 70 alunos das duas turmas do 3º período do curso de Unifacex, matutino e noturno, e alunos das nove turmas concluintes dos cursos técnicos integrados ao nível médio de Administração, Informática e Suporte de Informática do Cenep. A atividade foi planejada e implementada pelos discentes do curso de Administração em parceria com a coordenação do curso de Administração e as professoras das disciplinas de Comunicação Empresarial, do Unifacex, sendo os encontros para definição das estratégias essenciais para a identificação de possíveis gargalos e do estabelecimento de estratégias que viabilizassem a integração entre as duas turmas Unifacex e com a comunidade acadêmica do Cenep. Pimenta (2004) ressalta que a cultura humana e organizacional denotam a relevância do processo educacional. Por isso, o projeto teve início em 28 de janeiro de 2019, quando do seu planejamento, se estendendo até o mês de junho do mesmo ano, quando o evento foi realizado. A atividade ocorreu em três etapas. A primeira foi a criação da Empresa A3 Eventos pelos alunos do curso de Administração envolvidos neste projeto. As turmas elegeram o líder e vice-líder de cada turma, bem como os coordenadores de Finanças, Operações, Marketing e Comunicação da empresa. Na sequência ocorreu a definição da estrutura do evento (data, local, público, horário e infraestrutura e receitas), a partir do diagnóstico realizado na escola em parceria com os alunos e a equipe gestora do Cenep. No dia 19 de junho de 2019 ocorreu a terceira etapa, o evento festivo nas instalações do Cenep. Quanto às estratégias Metodológicas aplicadas no projeto tem-se: Exposição dialogada com a finalidade reunir os pontos mais significativos e estabelecer comunicações que trazem atualidade ao tema em cada conteúdo; Debate com um grupo de alunos frente a frente representando opiniões diferentes em relação a um determinado tema; Aprendizagem baseada em projeto ou aprendizagem por projeto, uma abordagem pedagógica de caráter ativo que enfatiza as atividades de projeto e tem foco no desenvolvimento de competências e habilidades. Assenta-se sobre a aprendizagem colaborativa e a interdisciplinaridade e oficina, quando do momento de interação e troca entre seus pares na construção do saber inacabado, dinâmica participativa, reflexiva e democrática. **RESULTADOS:** Uma representação dos alunos da turma do 3º período do curso de Administração (os diretores da empresa 3A Eventos) organizaram um cronograma de visitas a serem cumpridas pelos alunos Unifacex ao CENEP. Estas, tinham o objetivo de identificar junto a Direção da Escola e aos seus estudantes, os objetivos do evento junino a ser realizado no mês de junho/2019. Depois da realização desses encontros, o grupo de alunos do curso de Administração, desenharam o projeto do evento que seria realizado, contendo objetivo, etapas de execução, e ações a serem realizadas Foi anexado neste material, atas e ofícios desenvolvidos pelos alunos, no desenvolver de todo o projeto interdisciplinar. Entre atividades realizadas para arrecadação de fundos para

realização do evento ocorreram bazar e comercialização de comestíveis. Todas essas atividades planejadas, organizadas, executadas e controladas pelos próprios alunos. Um dos elementos intrínsecos a atividade foi a autonomia dos discentes para atingir o objetivo de realizar o evento junino. No dia 31/05/2019 foi realizada uma prévia do evento. A Diretora do CENEP, Noeli, comentou que os alunos que estavam realizando o projeto “estavam bem organizados, realizando a comercialização de rifas, e estavam sendo junto com a direção na organização da banda, do som, organização do controle da entrada no dia do evento junino, com listas de alunos participantes para controle. Os alunos são bem participativos, engajados, sendo combinando todas as ações a ser realizadas com a direção do CENEP, o que pode ou não, ser feito. Os alunos estão de parabéns”. No dia 19/06/2019, o evento ocorreu com a participação média de 100(cem) pessoas. Cada turma da escola, se organizou em uma quadrilha temática que era avaliada por um jurado, e ao final a eleição da melhor.. Nesse dia, os alunos do curso de Administração estavam organizados em equipes para a execução do evento. Após o evento, a direção do CENEP, reuniu-se com o grupo dirigente da empresa fictícia 3A Eventos, Professoras envolvidas no projeto interdisciplinar e Coordenação do Curso de Administração, para realizar uma avaliação. Entre os pontos fortes identificados estavam o comprometimento da equipe dirigente da empresa 3A e os resultados da arrecadação conseguidos, em prol da formatura dos alunos do terceiro ano profissionalizante da rede pública estadual do RN., Como pontos de melhoria foi apresentado uma maior necessidade de integração da equipe geral de alunos da empresa fictícia 3A Eventos. **CONCLUSÃO:** Esse trabalho,

apresentou um método que conseguiu de forma eficaz, atender e entender as necessidades do ensino contemporâneo. Este exige uma maior interação entre os conhecimentos ministrados e o meio em que o profissional irá atuar, a fim de que o educando desenvolva as competências e habilidades necessárias à sua profissão. Algumas competências presentes no PPC do curso foram desenvolvidas pelos alunos nesse projeto. São elas: Atuar de forma justa e ética na condução pessoal, profissional e organizacional; Comunicar-se e expressar-se com clareza e objetividade, na forma oral e escrita, com linguagem compatível ao exercício profissional; Diagnosticar as relações organizacionais sob a ótica do ambiente em que a organização está inserida, de acordo com as contingências (internas e externas) e lidar com mudanças, enfrentando as novas situações e os impactos das grandes e complexas transformações que vêm se operando no mundo contemporâneo, revelando-se profissional adaptável. Propiciou-se aos alunos um processo de ensino-aprendizagem que possibilitou-os desenvolver competências exigidas na formação do Administrador num contexto organizacional prático, pois qualquer conhecimento, por mais apurado que seja, só faz sentido quando ligado a nuances reais, e se possível, agrupados a partir do pensamento holístico e multidisciplinar. Isso facilita o entendimento dos processos, procedimentos e problemáticas diagnosticadas, capacitando-os a estudá-las, analisá-las e propor soluções. As competências presentes no PPC do curso de Administração que propôs essa atividade interdisciplinar

REFERÊNCIAS

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade:** Um projeto em parceria. 5. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2002. (1991). v. 13, Coleção Educar. 119 p.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação Empresarial**: conceitos e técnicas para administradores – Campinas, SP: Alínea, 2004.

DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO NA EMPRESA ELÓI CHAVES

AUTORES:

Andrea de Lima Campelo
Rafaela Maria da Silva Viana
Vanessa Gomes Freire
Tiago Goncalo dos Santos
Alice Dantas de Medeiros

RESUMO: Essa é uma pesquisa de campo exploratória-descritiva, para análise dos processos de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho e remuneração da gestão de pessoas da Comercial Elói Chaves em Natal-RN.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Diagnóstico organizacional. Comércio atacarejo.

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, o varejo alimentar nacional acompanhou um forte crescimento do formato atacarejo. Os brasileiros já frequentam mais esse tipo de estabelecimento do que lojas tradicionais. De acordo com a empresa de inteligência de mercado Nielsen, o setor apresentou um crescimento de 12,3% em 2018. Vale salientar que o Atacarejo é um formato de comércio que une características das duas mais conhecidas e tradicionais formas de comercialização: o atacado e o varejo. O varejo inclui todas as atividades relativas à venda de bens ou serviços diretamente ao consumidor final, para uso pessoal e não comercial. Por atacado entendem-se todas as atividades relacionadas com a venda de bens ou serviços para aqueles que compram para revenda ou uso comercial (KOTLER; KELLER). Bem como, se caracteriza fortemente pelos preços baixos (atacado), entretanto, com uma estrutura mais enxuta (varejo). Mesmo diante de um mercado extremamente competitivo, o atacarejo segue ganhando espaço, uma vez que o seu objetivo é atrair o consumidor que esteja disposto a aceitar poucos serviços e uma loja pouco despojada em troca de preços. Não obstante os supermercados e hipermercados sejam negócios bastante distintos, a começar pelos custos de operação e logística de distribuição dessas redes, pode-se dizer que concorrem hoje diretamente pela clientela de pessoas físicas. A Comercial Elói Chaves é uma empresa que atua no mercado de comércio atacarejo com foco em Food Service; Confeitaria, cursos e treinamentos culinários, através do centro de treinamento Gourmet. Que tem sua história iniciada em 25 julho de 1991. A empresa começou então, atuando no ramo de produtos agropecuários, mas, com pouco tempo de atividade, os filhos (sócios), mudaram o segmento de atuação, pois observaram as grandes variações na venda de produtos como ração e farelo. Possuindo um bom relacionamento comercial com os proprietários do Moinho J Macedo, através das compras de farelo de trigo, eles começaram a enxergar uma nova possibilidade de negócio, que foi a comercialização de farinha de trigo, com isso passaram a dar ênfase no setor de panificação, e aos poucos foram acrescentando outros produtos. Atualmente a empresa conta com cerca de 200 fornecedores, um mix aproximado de 6000 produtos, cerca 1400 clientes ativos, uma equipe com 12 vendedores e uma loja com aproximadamente 2000m² de área. Disponibiliza serviços como: vendas por telemarketing, vendas externas com visitas dos representantes, entrega em

domicílio e retirada de pedido na loja para clientes cadastrados. A carteira de clientes é bem diversificada vai de pequenas empresas domiciliares a grandes hotéis, restaurante, supermercados entre outros. Os modelos de gestão de pessoas correspondem à maneira pela qual uma empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento de seus colaboradores no trabalho. Ela deve buscar acompanhar as mudanças constantes que acontecem do ambiente externo. Quanto mais as empresas crescem mais complexo os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades. A organização necessita de princípios, estratégias, políticas e práticas de gestão, que orientam os estilos de atuação dos gestores em relação aos seus comandados, caracterizando uma interdependência entre ambos (Chiavenato, 2014). A gestão de pessoas é composta por algumas atividades essenciais que, independentemente do tamanho da empresa, ramo de atividade ou estrutura organizacional, essas atividades são realizadas, mesmo que de maneira informal (Pôncio, 2017). O presente trabalho conhecer as práticas de gestão de pessoas, no que diz respeito aos processos de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, análise de desempenho e remuneração e analisar como eles são executados na empresa Comercial Elói Chaves Ltda. **METODOLOGIA:** Por ser um levantamento de dados, a fim de adquirir informações para o conhecimento da organização, e afim de buscar melhorias para os processos executados, esse trabalho científico se refere a uma pesquisa de campo do tipo exploratória-descritiva (MARCONI E LAKATOS, 2010). Exploratória por possuir as finalidades de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade dos pesquisadores com o ambiente, e mudar ou clarificar conceitos, através de levantamento de dados. Sendo também um estudo exploratório que objetiva descrever os processos por meio de análises que lançam mão de dados qualitativos, com o uso de observação no ambiente laboral, caracteriza-se como descritivo. Também foi realizada uma entrevista com uma das sócias, Sheila Fernandes, assumindo a responsabilidade dos setores administrativo e financeiro da empresa nos quais então a coordenação das atividades de gestão de pessoas da empresa. **REVISÃO DE LITERATURA:** O Recrutamento e Seleção de pessoal é um sistema de informações, que visa atrair candidatos potencialmente qualificados, dos quais serão selecionados futuros funcionários da organização. Embora sejam dois termos que sempre aparecem juntos (recrutamento e seleção) eles não têm o mesmo significado (PÔNCIO, 2017). Segundo Chiavenato (2014), recrutamento é um conjunto de técnicas e procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização. Já a atividade de seleção é um processo de escolha entre os candidatos à vaga. Nessa etapa podem ser aplicadas provas técnicas, dinâmicas de grupo, entrevistas individuais e coletivas, e outras que se mostrarem necessárias. O treinamento e o desenvolvimento são processos organizacionais que visam um diferencial estratégico dentro da organização, estimulando os profissionais a elevar seus conhecimentos. Treinamento é um processo pelo qual o funcionário é preparado para desempenhar de maneira excelente as tarefas específicas do cargo a ser ocupado; ao mesmo tempo treinamento pode ser considerado um meio de desenvolver competências nas pessoas tornando-as mais produtivas, criativas e inovadoras. Desenvolvimento são experiências não necessariamente relacionados ao cargo, mas que proporcionam oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional, e está mais focalizado no crescimento pessoal dos funcionários visando a carreira futura não apenas ao atual cargo (Chiavenato, 2014). Segundo Chiavenato (2014) a definição de avaliação de desempenho é um conjunto integrado entre o desempenho de uma

pessoa no cargo e no seu potencial de desenvolvimento futuro, em função das atividades que desempenha, das metas e resultados a serem alcançados. Isso favorece o processo de estimular ou julgar o valor, a excelência ou das qualidades de alguma pessoa. Então, é possível definir que a avaliação de desempenho é uma ferramenta visando avaliar o desempenho do indivíduo na organização, ajudando a identificar alguns problemas existentes dentro da própria empresa. Geralmente é feito por uma comparação entre o desempenho que é esperado pela organização e o apresentado pelo funcionário. Como por exemplo, observando, identificando os pontos fracos e fortes e analisando a evolução desse indivíduo. A importância da avaliação de desempenho vai além de identificar as forças e fraquezas da empresa, ajudando também na descoberta de novos talentos dentro da própria organização. É possível definir quatro diferentes tipos de avaliação de desempenho: a avaliação 180 graus - quando o funcionário é avaliado apenas pelos seus superiores, de acordo com as metas da organização; a avaliação 360 graus - quando o funcionário além de ser avaliado pelos seus superiores é avaliado, também, pelos seus colegas de trabalho; a avaliação de desempenho por competências - onde são avaliadas as aptidões dos colaboradores; e a avaliação de desempenho individual - que é voltado para a análise de um trabalhador por vez. Define-se remuneração como um processo, que envolve todas as formas de pagamento ou de recompensas dadas aos funcionários e decorrentes do seu emprego (CHIAVENATO, 2014). Remuneração vai além de ser simplesmente dinheiro. Na realidade trata-se de uma troca, uma parceria entre empregado e empregador, onde o empregado entra com a mão-de-obra, seus conhecimentos e habilidades, e o empregador retribui através da remuneração. Ademais, abrange incentivos salariais, recompensas financeiras e não financeiras, bem como estão relacionados com a satisfação dos empregados. As organizações estão interessadas em investir em recompensas para as pessoas desde que delas possam receber contribuições que conduzam alcance de seus objetivos. Resultados e recompensas são dois conceitos intimamente relacionados (CHIAVENATO, 2014). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na empresa Comercial Elói Chaves Ltda o recrutamento, este acontece através de indicação dos funcionários da empresa. A gestora disse que se sente mais segura de receber os currículos por meios de seus funcionários, pois afirma ter confiança em sua equipe e sentir-se mais segura sabendo, de alguma forma, quem são os candidatos as vagas na sua empresa; ela entende que seja a forma mais eficaz de conseguir os melhores candidatos para as vagas ofertadas. O processo de seleção é realizado através da análise dos currículos recebidos, e um ponto importante para a gestão é o tempo de permanência dos candidatos em vínculos de trabalho anteriores, vínculos duradouros são vistos com bons olhos, por caracterizarem boas relações de trabalho. Selecionados os currículos os candidatos são convocados para a entrevista, que é realizada pela senhora Sheila, a entrevista é o único meio de seleção. A gestão da empresa adota esse processo por sentir mais segurança na forma que é conduzido. Quanto ao treinamento de novos funcionários é realizado pelo gestor responsável de cada departamento que tem o papel de transmitir as informações cabíveis ao cargo a ser exercido e o monitoramento de seu desempenho. Existem também treinamentos para melhorias no desenvolvimento dos funcionários, sendo muitos desses focados no atendimento e transmissão de informações necessárias. Como produtos, cursos e manuseio de utensílios. Não há no processo de treinamento uma periodicidade, eles acontecem quando a gestão joga ter uma demanda, principalmente quando a empresa adere a um produto ou equipamento novo. Esses treinamentos quase sempre são técnicos coordenados

pelos representantes das empresas dos novos produtos ou equipamentos para ensinar as especificações, manuseio e dicas de utilização para ter um conhecimento mais aprofundado e repassar as informações corretamente aos clientes. A Comercial Elói Chaves possui uma parceria com o Senac, o que permite que os funcionários sejam direcionados a instituição para realizar cursos, nas áreas administrativas, atendimento ao cliente e financeira. Ajudando no aperfeiçoamento dos funcionários da empresa. Durante a entrevista realizada com a gestora, foi possível identificar que de forma informal há um processo de avaliação do desempenho, pois, além da gerente administrativa possuir o contato com todos os gestores dos setores de sua empresa, ela também faz questão de acompanhar diretamente as atividades de cada um de seus funcionários. Na empresa existe uma política de avaliação bem aberta, onde a gestora permite que qualquer um de seus funcionários se reporte a ela, com queixas, ou propostas sobre seus subordinados, superiores ou colegas de trabalho. Mesmo não havendo uma documentação dos processos avaliativos, eles têm grande influência sobre as decisões da gestão quanto a promoções ou tomadas de decisões. Como por exemplo: há funcionários que estão a mais de 10 anos na empresa, que começaram como auxiliares de serviços gerais e hoje estão em cargos administrativos, por serem avaliados, pelos seus superiores e por colegas de trabalho, que suas competências atingiam além das expectativas do cargo em questão. Na empresa, não foi possível observar um plano de cargos e salários projetado, pois, assim como a avaliação e desempenho, ele ocorre de maneira informal. No entanto, eles então bem relacionados, pois, o que faz um funcionário poder alcançar melhores cargos são resultados das avaliações realizadas pela gestão da empresa. Porém, não há um plano claro e concreto. A remuneração dos funcionários acontece de acordo com a média do mercado. Essa média é estabelecida pelos critérios orientados pela empresa de contabilidade contratada através da Elói. Assim, os reajustes ocorrem de acordo com os ajustes do governo. O único setor que possui incentivos financeiros é o setor de vendas, por essa razão, a gestora orientada pela contabilidade julga o setor que precisa de maiores incentivos para maior produtividade. **CONCLUSÃO:** Foi possível identificar que a empresa Comercial Elói Chaves Ltda. segue a estratégia de um diagnóstico organizacional em gestão de pessoas, porém de maneira informal e por não ter um padrão é difícil obter avaliações concretas sobre a eficácia do processo de gestão de pessoas. No entanto, a empresa busca sempre atender seus funcionários e ajuda-los da melhor forma possível, buscando proporcionar a satisfação dos empregados no ambiente de trabalho em buscas de ter uma equipe motivada e que gera bons resultados para a empresa.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PÔNCIO, Rafael José. **Os principais processos de Gestão de Pessoas – GP.** Administradores.com. jan. 2017. Disponível em:
<https://administradores.com.br/artigos/os-principais-processos-de-gestao-de-pessoas-gp>. Acesso em: 11 set. 2019.

UM ESTUDO DAS BASES TEÓRICAS DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL

AUTORES:

Fernando Douglas Pereira
Alice Dantas de Medeiros

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo falar sobre os impactos gerados pela falta ou mau gerência dos recursos financeiros das empresas, demonstrando de forma clara a importância do uso de alguns instrumentos para o melhor planejamento orçamentário e as vantagens que ele traz para diminuir os riscos e incertezas mercadológicas da organização.

Palavras-chave: Orçamento. Planejamento. Estratégia.

INTRODUÇÃO: O orçamento é tido como um importante instrumento de auxílio à gestão de recursos nas organizações e atua diretamente no planejamento, execução e controle, tanto para os níveis estratégico, tático e operacional, de forma que contribui incisivamente na operacionalização da estratégia das empresas e no alcance de suas metas e objetivos de maneira a otimizar seus recursos. A estratégia mais adequada acontece com o gerenciamento da organização e a percepção de suas necessidades (PORTER, 1991). É no planejamento que se define orçamento e os mecanismos de controle, que fazem parte da gestão orçamentária (Celero Automação Financeira, 2017). Em média segundo dados do SEBRAE no Brasil de cada 4 empresas abertas, 1 fecha antes de completar 2 anos de existência no mercado, sendo que o principal motivo e mais forte é o do mau planejamento orçamentário na estratégia da organização, isso impacta diretamente na sobrevivência da empresa e no alcance dos seus objetivos estratégicos. Portanto para que a empresa tenha uma vida longa e crescimento estratégico se faz necessário ter um orçamento de acordo com as necessidades da empresa. O orçamento gerencial pode proporcionar às entidades um sistema que esteja mais apropriado às suas exigências (OTLEY, 1980). Tendo em vista isso, o objetivo desse trabalho é o de analisar quais são as principais vantagens de se realizar o orçamento nas organizações para o planejamento estratégia das empresas.

METODOLOGIA: Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, os dados e informações foram coletados de maneira investigativa através da busca de informações em livros, artigos, revistas e sites. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, Fonseca (2002, p. 32). Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Segundo Lima e Miotto (2007) quando uma pesquisa bibliográfica é feita da forma adequada, ela é capaz de gerar especialmente em temas pouco explorados a postulação ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. A pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades. (CHIARA, KAIMEN *et al.*, 2008). Portanto como já citado a pesquisa bibliografia tem como

objetivo fazer um levantamento de conhecimentos e teorias com o intuito de dar a luz e embasamento para temas de estudos abordados e problemáticas, portanto o estudo bibliográfico dá a legitimidade para o estudo apontado neste artigo pelo fato de ser um estudo de literaturas reconhecidas no âmbito nacional e internacional. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No decorrer do tempo e em atendimento às necessidades que surgiram, o orçamento gerencial proporcionou instrumentos para o auxílio no controle gerencial, como o ROI para avaliação de desempenho, o orçamento formal e os planos de incentivos o ROA e outros (KAPLAN, 1984). Basicamente, o orçamento pode ser dividido em três etapas, seu planejamento, a execução, e a etapa que compreende o controle, contribuindo dessa forma como uma melhoria em demonstrar quando, onde e como será feita a aplicação dos recursos, bem como seu acompanhamento e análise de variações e avaliação de desempenho (FISHER, SPRINKLE, WALKER, 2007). Além disso ele pode ser Flexível, Incremental, Matricial, Contínuo, Beyond budgeting, Ajustado, forecast ou revisado e Base zero (OBZ). Portanto o orçamento das necessidades e recursos da empresa dá ao gestor uma visão holística sobre o que deve ser feito dentro da organização no que tange o planejamento estratégico que é a pedra angular do planejamento tático e operacional. **CONCLUSÃO:** Através das referências e estudo abordado neste artigo, foi possível mostrar a importância do planejamento orçamentário para a continuidade e crescimento da empresa, nele foi apontado temáticas importantes para o entendimento de sua necessidade dentro do planejamento estratégico das organizações, as ferramentas citadas, métodos e modelos de orçamento falados na parte de resultados e discussão deste artigo, dão a luz a um maior conhecimento do aumento de precisão na estratégia organizacional que pode ser alcançado através de um planejamento orçamentário feito de forma adequada. Além do mais a saúde econômica e financeira da organização pode ser preservada, assim mantendo a empresa viva e em constante desenvolvimento. Com isso pode ser dito que o planejamento orçamentário é uma ferramenta na atualidade indispensável para um bom plano de ação, estratégia ou até mesmo o estabelecimento de qualquer empresa.

REFERÊNCIAS

BARDIN L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1979.

EXAME. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/1-a-cada-4-empresas-fecha-antes-de-completar-2-anos-no-mercado-sebrae/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FISHER, J. G.; SPRINKLE, G. B.; WALKER, L. L. **Experimental budgeting research**: Implications for practitioners. *Journal of Corporate Accounting & Finance*, v. 18, n. 6, p. 67-75, set./out. 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

KAPLAN, R. S. **The evolution of management accounting**. *The Accounting Review*, v. 59 n. 3, 1984.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, 2007.

OTLEY, D. T. **The contingency theory of management accounting**: achievement and prognosis. *Accounting, Organizations and Society*, v. 5, n. 4, 1980.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
Disponível em: <https://celero.com.br/blog/o-que-e-gestao-orcamentaria/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

UMA VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS NO LABORATÓRIO DENTAL NUNES

AUTORES:

Fernando Douglas Pereira
Alice Dantas de Medeiros

RESUMO: As empresas procuram se estabelecer no mercado e se estruturar, de forma que possam atingir seus objetivos e ter um crescimento contínuo no mercado onde estão inseridas. Com isso, torna-se necessário, a cada dia mudanças e adaptações às variações que o ambiente organizacional passa. Essas adaptações fazem com que cada organização tenha que possuir um diferencial, que a ajude a lidar com os fatores que o ambiente externo lhe demanda. Mediante ao exposto, as práticas de Recursos Humanos se tornam um fator preponderante na procura do desenvolvimento e crescimento da organização e alcance de seus resultados finais. Portanto, este estudo teve como objetivo analisar essa prática organizacional de RH, identificando as estratégias e fragilidades na empresa Laboratório Dental Nunes, sua estrutura, e as relacionando com a percepção dos colaboradores, propondo os artifícios necessários para subsidiar um melhor desenvolvimento da área de RH da organização, seja na gestão de pessoas, como também no recrutamento, na seleção, nos treinamentos, na política de remuneração e de avaliação.

Palavras-chave: Gestão. Pessoas. Resultados.

INTRODUÇÃO: As pessoas a cada dia vem dando mais importância a saúde, buscando manter uma vida saudável com alimentos e exercícios adequados, com isso fazendo a prevenção de doenças. A saúde bucal faz parte dessa busca por uma vida mais saudável e por isso tem crescido o número de pessoas que procuram a prevenção da perda dentária em um país que ainda tem níveis alarmantes, se tratando de saúde bucal no mundo repleto de serviços e produtos que auxiliam na manutenção da saúde bucal. Sem dúvida, este problema decorre da falta de orientação e cuidados adequados com a saúde e a higiene bucal, tanto nas escolas como nas famílias, somados a outras causas como a pobreza extrema.

As perdas dentárias têm como principais causas a cárie, doença periodontal e traumatismos. No Brasil, o quadro epidemiológico das perdas dentárias se agrava pela histórica falta de acesso aos serviços odontológicos, seja pelo agravamento das condições clínicas que resultam na impossibilidade de outros tipos de tratamento, seja pelo modelo de atenção mutilador que durante muito tempo foi praticado. (COLUSSI e PATEL, 2016, p.1).

O tratamento protético e os investimentos em saúde bucal no mundo atual, cheio de informações são cada vez mais procurados, devido a fatores estéticos e de saúde. De acordo com o Ministério da Saúde, o programa Brasil Sorridente, que busca melhorar as condições de saúde bucal da população brasileira, aumentou a produção de próteses dentárias no Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2011, foram produzidas 340 mil próteses, 85% a mais do que em 2010, quando foram produzidas 183 mil unidades. (LRPD, 2011). A busca pela estética e saúde bucal sempre existiu, porém a evolução tecnológica possibilitou um grande avanço nesta área, a deixando rentável para os empresários e acessível para o consumidor que

passou a valorizar o sorriso como seu próprio cartão postal. Diante desta demanda latente as empresas privadas e investidores, cada vez mais investem no ramo, surge então uma necessidade de profissionais. Essas organizações que oferecem os produtos e serviços dentários como muitas outras, notam cada vez mais o fator humano dentro da empresa como algo de valia para o sucesso delas no mercado. O sucesso nas organizações tem sido a cada dia mais evidente através da boa gestão de seus recursos humanos e a maneira pela qual as empresas lidam, absorvem e se adaptam as novas práticas e perspectivas do mercado. O capital humano se tornou um patrimônio intangível para as organizações, visto ser a matéria prima para superar de forma criativa e inovadora a competitividade do mercado. (CHIAVENATO, 2005). Quando as práticas de Gestão de Pessoas são utilizadas de forma adequada nas empresas, se tem melhores resultados, desempenho e satisfação com o serviço por parte dos colaboradores, ao passo em que eles vêem os seus objetivos e metas serem alcançados em conjunto com as metas organizacionais. A pesquisa que segue, analisa as práticas de gestão de pessoas no que tange o recrutamento, seleção, treinamento, avaliação do desempenho, a política de remuneração e o papel da gestão de recursos humanos na empresa estudada. Demonstrando como ela desenvolve suas práticas e procedimentos, e viabilizando melhorias que podem vir a ser realizadas nela, para que tenha mais eficiência e eficácia na hora do gerenciamento de seus recursos e tecnologias nos seus procedimentos. Apresenta os pontos a serem melhorados e que atitudes mais assertivas devem ser utilizadas e aprimoradas, para se manter a saúde e bem estar da organização, bem como sua posição no meio em que ela esta inserida. A empresa pesquisada, foi o Laboratório Dental Nunes que é um laboratório especializado em prótese dentaria, está localizado na rua Princesa Isabel, nº 790, Cidade alta, Natal, Rio grande do Norte, A empresa é composta em seu quadro de colaboradores por 1(um) Diretor e proprietário; 2 (dois) gerentes administrativos; 9 (nove) auxiliares de prótese dentaria; 2 (dois) recepcionistas e 1 (um) auxiliar de serviços gerais, totalizando 15 (quinze) colaboradores. Abriu suas portas para a pesquisa, dando suporte e viabilidade através do fornecimento de dados relevância para a pesquisa. Esta aliança possibilitou um estudo rico em informações.

METODOLOGIA: A mensuração dos dados foi feita através de visitas *in loco* ao Laboratório Dental Nunes com o objetivo da observação as práticas da empresa. Foi aplicado um questionario a 12 (doze) funcionários, esses modelos de coleta de informações se apresentaram como os mais propícios, uma vez que o estudo assume caráter descritivo e exploratório. Exploratório por se tratar de um modelo onde o pesquisador sai a campo para coletar informações inovadoras tanto para o pesquisador como para a empresa. De acordo com Gonçalves (2014) “visa à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes”. Já a pesquisa descritiva segundo Barros e Leheld (2007) “é o estudo, análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador”. Os meios utilizados para compravação científica das informações foram as pesquisas bibliográficas e de campo, que tiveram papel de destaque, pois foi através da pesquisa bibliográfica que foi possível fichar, arquivar e relacionar temas ao assunto pesquisado; quanto a pesquisa de campo, por sua vez propiciou a transformação de conhecimentos

advindos da experiência, do empirismo em teoria. No universo de pesquisa, incluiu-se a empresa de pequeno porte, composta por 1 (um) gestor e 12 (doze) colaboradores. Quanto à amostragem, utilizou-se o critério de pesquisa não probabilística por conveniência. Apesar das técnicas, a observação e a mensuração possibilitaram ao pesquisador retirar informações de um grupo ou situação; os métodos de observação também são adequados para a percepção de comportamentos e situações no instante em que eles se produzem, sem a intervenção de algum tipo de documento ou pessoa. A entrevista e questionário foram usados como método de captação de dados, com os objetivos previamente definidos. Posteriormente possibilitou uma comunicação com os entrevistados. A entrevista por ser um método flexível de obtenção de informação, viabiliza a comprovação e esclarecimento de uma resposta, pode ser aplicada a pessoas não aptas à leitura. Já os questionários foram aplicados para medir opiniões, por serem uniforme, isto é, por apresentar a mesma questão para todas as pessoas garantindo o anonimato. Quanto às análises dos dados dessa pesquisa foram levantadas informações de forma qualitativa a fim de, como o próprio nome sugere, qualificar as informações dando a elas um caráter mais singular e identificando focos de cada problemática. Como também de caráter quantitativo para mensurar os dados e poder passá-los de forma responsável. O Excel foi uma ferramenta fundamental para a organização dos dados da pesquisa em questão, ajudando a melhorar o direcionamento das necessidades da pesquisa. **REVISÃO DA LITERATURA:** No mundo cada vez mais moderno com computadores, máquinas e formas novas e aceleradas de produção, com padrões de qualidade estabelecidos de uma maneira nunca vista pela humanidade nos séculos anteriores, é neste cenário mundial onde as empresas estão inseridas. As pessoas têm mais acesso a informações e estão mais exigentes sobre a qualidade dos serviços e produtos prestados pelas organizações, e com os constantes avanços tecnológicos, o treinamento e desenvolvimento das pessoas no ambiente organizacional se torna algo fundamental para as empresas alcançarem suas metas organizacionais.

Para que um treinamento chegue a atender aos objetivos da forma correta, eficaz e eficiente é necessário colocar como foco os conteúdos e os objetivos. O conteúdo do treinamento precisa ser transmitido de forma clara e objetiva, para o desenvolvimento de aptidões, atitudes, conceitos e de mudanças de comportamentos. O objetivo e a meta final do treinamento precisam estar bem definidos de modo a permitir a obtenção dos resultados desejados. (CHIAVENATO, 2009, p.56).

Mas não basta a organização oferecer treinamentos adequados para estimular e motivar seus colaboradores, para o alcance dos seus objetivos finais, outras condições são importantes e uma delas é a política de remuneração que traz ao colaborador uma recompensa financeira em troca da sua mão de obra intelectual ou física. A política de remuneração e de benefícios não passa só simplesmente pelo fator monetário a ser oferecido pelo empregador ao empregado, mais vai além, através de elogios públicos como recompensa pelo excelente trabalho em forma de estímulo ou até mesmo com promoções de cargos, viagens, bônus em forma de gratificação, entre outros benefícios.

A organização tem várias formas de concretizar recompensas, desde o reconhecimento formal por uma contribuição da pessoa por meio de um elogio público ou não, de uma carta pessoal ou um prêmio como viagens, até um aumento salarial ou uma promoção. (DUTRA 2002, apud ARAÚJO, 2006, p. 51).

Essas recompensas podem ser consideradas como um motivador para o trabalhador, tendo em vista que ele através dela pode realizar seus desejos e necessidades, que podem ser tanto físicas como de status, satisfação pessoal e profissional e quando essas necessidades são atendidas de alguma forma os colaboradores se tornam parceiros da organização. E isso faz com que ele esteja interessado em investir na empresa através do seu trabalho, dedicação e esforço pessoal.

Como parceiro da organização, cada funcionário está interessado em investir com trabalho, dedicação e esforço pessoal com seus conhecimentos e habilidades desde que receba uma remuneração adequada. As organizações estão interessadas em investir em recompensas para as pessoas desde que delas possam receber contribuições ao alcance de seus objetivos. (CHIAVENATO, 2004, p.257).

Isso mostra que o empregado trabalha em troca de uma recompensa e em contrapartida a organização precisa dele para atingir seus objetivos. Contudo, para o sucesso deste sistema a organização precisa alinhar as recompensas com as estratégias e os objetivos que a empresa deseja alcançar.

Conjunto de instrumentos coerentes alinhados com a estratégias da empresa, de natureza material e imaterial que constituem a contrapartida da contribuição prestada pelo empregador aos resultados do negócio, através do seu desempenho profissional. (RITO, 2000 apud CÂMARA, 2005, p.45) .

Desta maneira a organização e o colaborador realizam um espécie de escambo, isto porque a troca de interesses para obtenção de metas de maneira ativa e compensatória para ambos os lados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O Laboratório Dental Nunes tendo ciência de que o fator humano quando estimulado e incentivado da maneira adequada, tem um efeito positivo no crescimento da organização e nos cumprimentos das suas metas e expectativas, possui um setor de gestão de recursos humanos que procura trabalhar de forma a incentivar os colaboradores a atingirem as expectativas da organização. Faz uso de metodologias como recrutamento, seleção de pessoas, treinamento, avaliação do desempenho e remuneração. Possibilitando aos funcionários uma capacitação especializada nos procedimentos de trabalho do laboratório. Oferece cursos de qualificação para seus colaboradores. Recrutamento - Apesar do crescimento do Laboratório Dental Nunes e do seu aumento do mix de produtos, a empresa tem certa dificuldade de encontrar profissionais qualificados devido à escassez de mão de obra de técnicos em prótese dentária em Natal.

O objetivo do recrutamento consiste em atrair candidatos e, para que seja eficaz, deverá fazê-lo em número suficiente para fornecer o processo de seleção e assim permitir que este funcione. Trata-se, pois de um sistema de

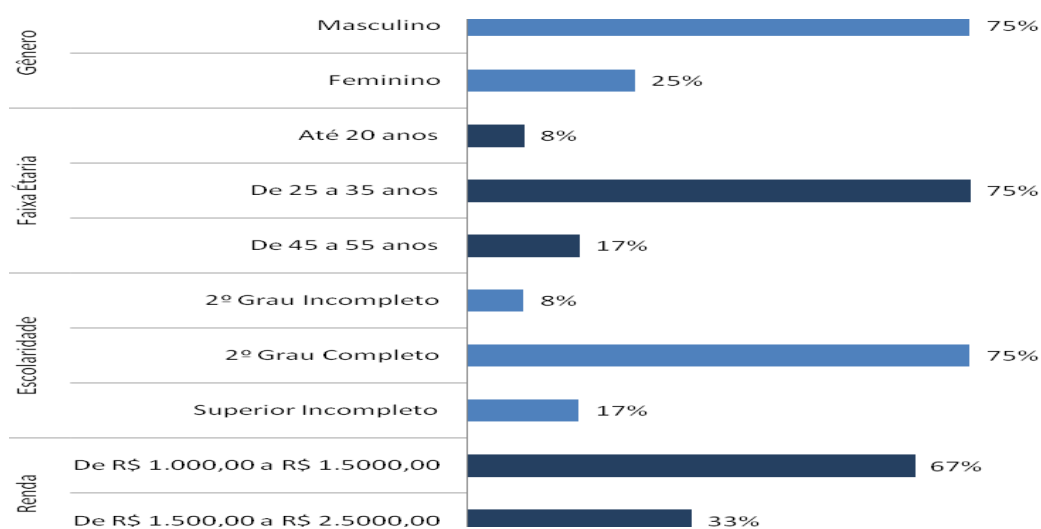
informação que visa à divulgação de oferta de oportunidades de emprego. (CHIAVENATO, 2000, p. 45).

A empresa por sua vez utiliza dois métodos de recrutamento o externo por meio de anúncios em jornais e a indicação por meio de pessoas ou empresas de confiança do ramo, porém é notório observar na empresa mesmo utilizando anúncio em jornais ou empresas de recrutamento, não se obtém tanto sucesso nos anúncios, sendo a indicação a melhor estratégia utilizada. O laboratório sempre analisa o candidato indicado para captar bons profissionais e sempre procura indicar os mesmos quando assim é demandada por outras empresas do ramo, prezando por imparcialidade na indicação. Seleção - Quanto ao processo de seleção de pessoas, na Dental Nunes o procedimento é realizado diretamente pelo proprietário ou com os gerentes administrativos, onde é aplicada a entrevista e um período de avaliação prática.

Seleção de pessoal é uma comparação entre as qualificações de cada candidato com as exigências do cargo e é uma escolha, dentre os candidatos comparados, daquele que apresentar as qualificações mais adequadas ao cargo vago. (CHIAVENATO 2000, p.32).

A finalidade desse método é de avaliar se os pré-requisitos da vaga são devidamente supridos pelo candidato, através da análise a sua objetividade, foco, produtividade, resiliência, e também a capacidade de reduzir custos, uma vez que a análise precisa do perfil das competências diminui os erros e a rotatividade, e possibilita esboçar detalhadamente o perfil apropriado dos candidatos para as respectivas oportunidades. Uma vez selecionado e contratado, a empresa precisa traçar as características de cada colaborador para conhecê-lo e identificar suas necessidades. As informações socioeconômicas obtidas sobre os colaboradores do laboratório estão representadas abaixo.

Gráfico1: Dados socioeconômicos dos colaboradores.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Segundo o gráfico 1 (um), quanto ao gênero dos colaboradores do Laboratório Dental Nunes 25% são mulheres, isso é 3 (três) mulheres, e 75% são homens, ou seja 9 (nove) homens. A grande quantidade de homens na empresa, é reflexo também de um mercado, onde o cargo de técnico em prótese dentária na grande maioria das vezes é procurado por homens. Segundo o estudo realizado no laboratório 75% dos colaboradores tem idade entre 25 e 35 anos, esta é faixa etária mais comum na Dental Nunes, vale resaltar que a rotatividade da empresa é pequena, o que favorece a existência de profissionais mais maduros na empresa, que também são beneficiados nos processos de seleção que a o laboratório realiza devido experiência destes. Ainda segundo a pesquisa 69% dos funcionários entrevistados possui 2º grau completo. Outros 23% dos funcionários possui superior incompleto e 8% possui 2º grau incompleto. Nenhum dos colaboradores concluiu o ensino superior, o que dentro da organização pode vir a ser um diferencial para o colaborador que o vier a alcançar. Quanto a Renda cerca de 67% dos colaboradores entrevistados ganham entre R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00 e outros 33% colaboradores ganham entre 1.500,00 e 2.500,00. Portanto, ao analisar de maneira holística o gráfico, conclui-se que no mínimo 66,66% dos entrevistados pertencem ao gênero masculino, tem idade entre 25 e 35 anos, já concluíram o 2º grau e recebem até R\$ 1.500,00 mensais. Assim, a composição do quadro de funcionários é resultante do seu processo seletivo. Treinamento - Após a seleção, os recém-contratados são treinados nas áreas de produção e financeiro. O treinamento é feito via cursos prestados pelo SEBRAE com um período de seis a seis meses. Procura-se trazer sempre cursos inovadores, e são realizados com todos os funcionários periodicamente cursos de reciclagem nas áreas já citadas. Para Chiavenato (2000, p46), “O treinamento é um processo educacional por meio do qual as pessoas adquirem conhecimentos, habilidades e atitudes para desempenho de seus cargos”. Há treinamentos que são realizados na própria empresa com o objetivo de fazer com que os funcionários acompanhem as mudanças rápidas do mercado. A transmissão de conhecimentos nesses treinamentos tem por objetivo suprir deficiências, estimular e desenvolver habilidade e potencialidades visando a um crescimento tanto ao aspecto profissional do indivíduo como da empresa, que é favorável a manutenção de uma mão de obra qualificada. Avaliação de Desempenho - Além desses treinamentos o Laboratório Dental Nunes, por meio da gerência, também avalia seus colaboradores, ao quantificar sua produtividade, e a partir dos resultados obtidos trabalhar nos pontos considerados deficientes para que se adequem e alcancem o resultado desejado. A avaliação tem como critérios utilizados a verificação de produção em comparativos com outros períodos, isto é a chamada fase histórica, como também a pontualidade e frequência dos funcionários nas suas funções. Esses relatórios fornecerão informações relativas ao desempenho e a partir da análise e comparação com os padrões esperados, indicarão os pontos positivos que propiciaram um bom rendimento e os pontos negativos, que limitaram ou impediram uma boa produção. Diante disso, a empresa avalia os comportamentos identificados como positivos os estimulará intuito de gerar melhores rendimentos, e diante dos pontos negativos juntamente ao colaborador procurará corrigi-los para alcance dos anseios organizacionais. Remuneração - Quanto a remuneração, após a contratação o

salário base é definido pela categoria junto ao sindicato. Já os percentuais de comissões são definidos pelo mercado, de acordo com o que está sendo pago pelos concorrentes aos colaboradores do mesmo ramo. Para análise desses percentuais são realizadas pesquisa informais feitas pelo gerente com outros donos de laboratórios da região retira-se uma média salarial e aplica-se para o laboratório um valor superior à média salarial do mercado, é o que se chama na Dental Nunes de controle de média salarial, essa política é realizada pois a empresa acredita que o salário é um fator motivador dos empregados. Outro fator higiênico identificado é a realização dos pagamentos sempre em dia. Além disso, a empresa utiliza a remuneração variável que é utilizada estrategicamente, pois ajuda a reter e atrair talentos para a organização, e estimula todos os empregados envolvidos a produzir. Esse tipo de remuneração ajuda a empresa e mantém seus colaboradores mais comprometidos na busca de melhores resultados, pois ao final, parte da produtividade individual será revertida em pecúnia, prêmios ou gratificações de acordo com o domínio do profissional de certas matérias e a quantidade de produtos confeccionados. Conclui-se que neste cenário o RH tem papel fundamental, pois muito além de recrutar, selecionar, treinar e cumprir com fins burocráticos, cabe também a esta área gerar integração e satisfação com o trabalho, sempre respeitando as diferenças e liberdade do indivíduo a fim de alcançar o máximo da produção do colaborador. “O papel do RH na empresa vai além das despesas, encargos sociais, impostos, salários, etc. Ele é e deve se tornar uma vantagem competitiva, sendo necessário administrar com as pessoas e não administrar RH” (CHIAVENATO, 1996).

Gráfico 2: Média de Satisfação dos Colaboradores com a remuneração.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Segundo o gráfico 3 (três) os colaboradores do Laboratório Dental Nunes estão satisfeitos com o trabalho. O que evidencia também o motivo da baixa rotatividade na empresa constatada durante o estudo, outros fatores que propiciaram o resultado foram oportunidade de ascensão, desenvolvimento profissional através de treinamentos de qualificação, além da remuneração variável, que premia e gratifica quem merece. Todavia, o gráfico aponta uma insatisfação dos colaboradores com a

remuneração, fator que é recorrente em diversas pesquisas, uma vez que necessidades humanas são ilimitadas é por isso sempre há o desejo se ganhar mais. **CONCLUSÃO:** Através deste estudo foi possível notar que a empresa pesquisada, busca por em prática os melhores métodos de gestão de recursos humanos dentro de suas possibilidades e da sua realidade. E isso foi evidenciado pelos dados coletados e pela discursão conjunta de todos os interessados neste trabalho. Assim quando, às práticas de recursos humanos implementadas tanto pelo gerente administrativo quanto pelo proprietário da empresa são executadas de acordo com o grau de seus conhecimentos, da melhor maneira possível, prova disto é que às práticas de seleção, recrutamento, treinamento, avaliação de desempenho e remuneração ocorrem de forma planejada. O resultado deste trabalho é a premiação pelo atingimento de níveis como o de satisfação dos funcionários com trabalho que atingiu média de 41%, desenvolvimento de carreiras atingiu média de 56%, e a motivação com trabalho média de 44% entre os colaboradores entrevistados. Esses dados comprovam que o RH da Dental Nunes está em busca de promover boas condições de trabalho aos seus colaboradores e fornecer bons resultados para a empresa. Porém, é necessário estruturar o setor de Recursos Humanos, elegendo entre os gerentes administrativos o responsável pela gestão de pessoas, afim de que este possa organizar os dados de maneira concisa, e possa desenvolver outras atividades relacionadas à área, como ser capaz de planejar melhorias para a qualidade do funcionamento da empresa, assim como trabalhar e desenvolver habilidades para implantação e realização de treinamentos para motivação e melhoria da produtividade e também desenvolver o plano de cargos e salários e reorganizar o programa de avaliação de desempenho. Esta mudança não trará custos, uma vez que segundo informações coletadas ambos os gerentes exercem atividades ligadas ao RH, seria apenas uma readequação de funções e a implantação de um plano de cargos e carreira. Para que os colaboradores tenham um aumento no seu nível de motivação e satisfação com o trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. C. G. **Gestão de pessoas – estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

BARROS, Aidil Jesus Paes e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Makrone, 2007. 3. ed.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.205, de 14 de setembro de 2011**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2205_14_09_2011.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

CÂMARA, P. B. **Os sistemas de recompensas e a gestão estratégica de recursos humanos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. nov. 2005. Disponível em: http://www.ctoc.pt/downloads/files/116484947_44ª55. Acesso em: 27 de setembro de 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando Pessoas: como transforma gerentes em gestores de pessoas**. 4.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 271 p.

_____. **Gestão de pessoas**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2005.

_____. **Recursos Humanos**. 9. ed. São Paulo Atlas, 2009.

COLUSSI Claudia Flemming e PATEL Franciny Scharf. **Uso e Necessidade de Prótese Dentária no Brasil**: avanços, perspectivas e desafios, Health & Social Change, v. 7, 2016.

GONÇALVES, Hortencia de Abreu **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. [s.l.]: Avercampe, 2014. 2. ed.

ARQUITETURA E URBANISMO

ESTUDO PRELIMINAR PARA PROPOSTA DE HOTEL NA VIA COSTEIRA EM NATAL/RN

AUTORES:

Lais dos Santos Sa
Yanca Aymê Silva Catão
Daliane Simara Cavalcante de Araujo
Adriano Andrade de Lima

RESUMO: O presente trabalho objetiva demonstrar a necessidade e importância do estudo das condicionantes físico-ambientais e do entorno para a viabilidade da proposta de hotel, em fase de estudo preliminar, a ser implantado na Via Costeira, na cidade de Natal/RN.

Palavras-chave: Estudo preliminar. Condicionantes. Via Costeira.

INTRODUÇÃO: Estudantes de arquitetura e urbanismo sabem da necessidade de caracterizar o ambiente no qual pretende-se projetar, pois este, por sua vez, influencia diretamente nas estratégias adotadas para que sua proposta beneficie os usuários e o entorno, aproveitando ao máximo o que ele pode oferecer no local ao qual está inserido. Como a área de estudo se localiza na Avenida Senador Dinarte Mariz, conhecida como Via Costeira, e sabendo que toda a área definida como Zona Costeira está submetida a várias regras de controle urbanístico-ambiental e de proteção da paisagem, de âmbitos federal, estadual e municipal aplicadas às faixas litorâneas, tais como o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II, o Projeto Orla, o Zoneamento Costeiro e o Plano Diretor (municipal) (REIS, 2014). Portanto, este estudo caracterizará o entorno e destacará em como a influência dessas é incorporada ao projeto da proposta de hotel, ainda em fase preliminar.

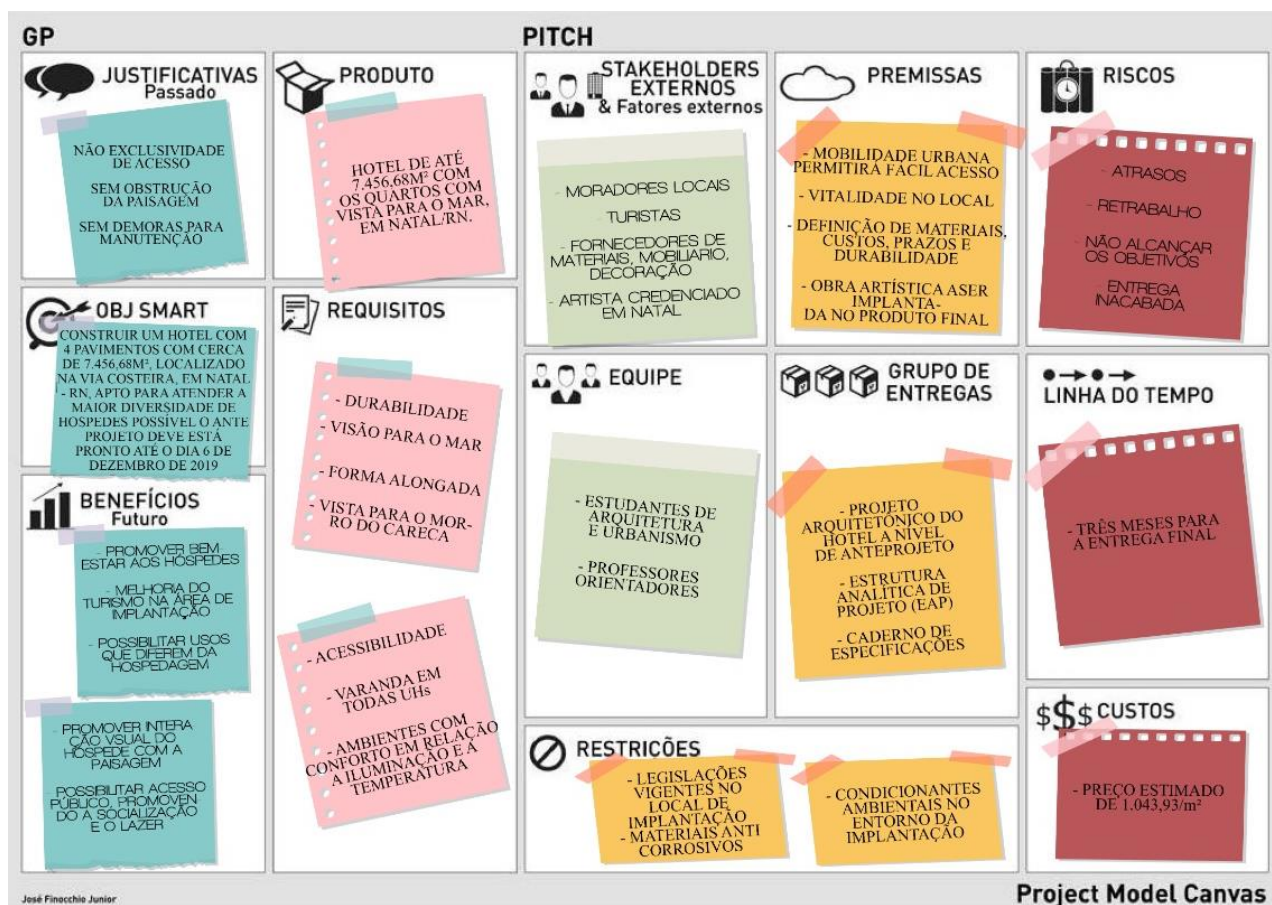
METODOLOGIA: Para isso foram realizadas visitas *in loco*, com o intuito de coletar informações acerca da área de estudo onde foi observado a rotina das pessoas que utilizam o espaço; foram feitos registros fotográficos do estado atual; estudos da viabilidade de novos empreendimentos; estratégias projetuais que melhor aproveitassem as características do local (principalmente iluminação e ventilação naturais); além de uma catalogação dos elementos existentes para a criação de mapas de análise. **REVISÃO DA LITERATURA:** A área estudada para a caracterização abrange toda a ZET-2 (Zona Especial de Interesse Turístico), onde as informações das construções e áreas livres existentes foram coletadas, além das visitas *in loco*, através dos mapas elaborados por REIS (2014). A forma como analisamos estas áreas foram tomadas como base nos métodos adotados por LUNA *et al.* (2014), elencando as condições físico-ambientais de cada uma delas, além das visuais paisagísticas que cada uma pode oferecer. Sabendo que as características ambientais incidentes podem prejudicar os ambientes construídos, utilizamos de algumas das estratégias elencadas por CHAVES (2012) para amenizá-las ou para torná-las benéficas. **ÁREA DE ESTUDO** - O terreno ao qual a proposta será feita, refere-se ao sítio ocupado pelo Hotel BRA (atualmente embargado), situado entre o Oceano Atlântico (Leste) e ZPA-2 (Zona de Proteção Ambiental) (Oeste). **LEGISLAÇÕES** - A ZET-2 é uma zona criada para benefício do município de Natal/RN, destinada ao favorecimento e crescimento do turismo natalense. A legislação estabelecida nesta zona, determina as diretrizes para a proposta do hotel,

que se enquadra como uso S-2.1, sendo uma construção de prestação de serviço de âmbito setorial. Dentre elas, a altura máxima de gabarito de 15,00m ou 4 pavimentos. Como índices urbanísticos incidentes temos a utilização: 1,0 que se trata do potencial construtivo do empreendimento; ocupação e impermeabilização: 25% que estabelece a porcentagem que o edifício pode ocupar em relação ao terreno; revegetação: 50% que determina a área de replantio, caso haja a necessidade de remoção da vegetação existente. Já os recuos mínimos são: Frontal: 15,00m; Lateral: 20,00m; Posterior: 15,00m. A ZPA-2 é uma zona de proteção ambiental que abrange o Parque das Dunas (área protegida). Nessa área é vedada a ideia de ter empreendimentos públicos ou privados, servindo apenas com finalidade de proteger a fauna e flora existente nessas áreas. **CARACTERIZAÇÃO** - Os mapas foram analisados conforme os seguintes temas, onde foram encontradas as seguintes informações: **Evolução Urbana:** Até 1979, a via costeira de Ponta Negra ainda não era existente; entre 1979 e 1989, a via costeira foi construída e recebeu os primeiros hotéis, além do Centro de Convenções; de 1989 a 1999 houve a necessidade de implantação de estações de tratamento, além de novas construções hoteleiras. A Via Costeira ganha grande visibilidade na cidade; entre 1999 e 2014, foi implantado alguns outros hotéis, além da torre de telecomunicações. **Uso e ocupação do solo: SERVIÇOS E MISTOS**, sendo Ocean Palace Resort, Natal Mar Hotel, SERHS Natal Grand Hotel, Hotel Pestana Natal, BRA (embargado), Hotel Villa do Mar, Imirá Plaza Hotel, Hotel Parque da Costeira, Hotel Marsd Beach Resort Natal, Hotel Pirâmide e Hotel Porto do Mar; (ZET – 02); **RESIDENCIAL:** Residência irregular- Gleba de propriedade da G5. (ZET-02), Residências irregulares (limite AEIS). (ZPA-02); Residências irregulares (presença de vilas). (ZPA-10); **SERVIÇO:** Tábua de Carne e Choperia Continental. (ZET – 02); **INSTITUCIONAL:** Centro de Convenções de Natal, Departamento de Oceanografia e limnologia da UFRN, Hotel Escola Barreira Roxa, Posto de Bombeiro, Posto Policial – PRE, Estação de tratamento da CAERN (3, Companhia Independente de Policiamento Turístico – CIPTUR; Centro de Convenções do Estado do Rio Grande do Norte – (ZET – 02). **Gabarito:** Mostra que as construções existentes variam o gabarito de 1 a 8 pavimentos, sendo os mais antigos os maiores, e os mais novos com alturas que permitam a visibilidade paisagística encontrada no local. **Áreas livres e ocupadas:** Mostra seis glebas ocupadas, oito glebas livres, onze acessos previstos e dois acessos executados. **Vias:** Mostra a Avenida Senador Dinarte Mariz (Via Costeira), que é uma via expressa litorânea, com extensão de quase 9km, classificada como via arterial. Essa avenida é a única que interliga de forma direta os bairros de Ponta Negra e Mãe Luiza e é onde está localizada área de intervenção. Observa-se que, pela Lei Estadual de nº 7.942/01, foi determinado 14 acessos entre a via e o mar, porém desse total, apenas 3 foram executados, estes caracterizados como vias locais. Além disso, notou-se acessos de forma informal; **Equipamentos urbanos:** iluminação satisfatória presente em toda a extensão da via costeira, sistemas de drenagem satisfatório, paradas de ônibus em número satisfatório porém com poucas linhas relacionadas, apenas três lixeiras encontradas em toda sua extensão: Hotel Ocean Palace, delimitações da CIPTUR - Companhia Independente de Policiamento Turístico, e a última nas delimitações do posto de fiscalização do CPRE - Comando de Polícia Rodoviária Estadual; Além dos mapas, o estudo feito através de cartas solares e da incidência predominante dos ventos, auxiliaram a definição dos horários diários e períodos anuais de iluminação e ventilação natural presente no ambiente construído proposto. **ESTUDO PRELIMINAR DA PROPOSTA** - Para iniciar a proposta do hotel, foi utilizado o método do PM Canvas para

identificar os problemas presentes e as estratégias que poderíamos adotar para que o empreendimento pudesse solucioná-las, além de poder estimar os impactos do projeto. Em fase de estudo preliminar, a proposta consiste na determinação da unidade habitacional tipo (suíte e adaptada), que irá se repetir ao longo da edificação hoteleira, mediante as informações obtidas através da caracterização do entorno. Como forma de aproveitar o que a natureza já oferece no local, as estratégias de conforto lumínico adotadas nos apartamentos se distinguem pela adoção de painéis prismáticos - placas feitas de acrílico, vidro ou policarbonato de espessura fina e plana que possuem as funções de redirecionar, transmitindo a luz solar da abóbada celeste ao interior e refracionar a luz solar direta, atuando como sistema de proteção solar. Outra estratégia adotada foram as bandejas de luz - uma técnica utilizada para garantir um maior aproveitamento da luz natural e para redução da incidência solar no interior dos ambientes, será usada juntamente com o brise misto. Sua função é refletir a luz para a laje de forro interna da construção aumentando seu alcance de iluminação. Quanto às estratégias projetuais para a ventilação, a posição dos quartos e a utilização de grandes aberturas em diferentes níveis aproveitará os ventos predominantes que incidem na edificação pelas direções Sudeste e Leste, na maior parte do ano. Os materiais adotados visam sobretudo o conforto térmico, lumínico e a estética que podem proporcionar, para tal, foram determinados os seguintes: **Alvenaria:** As paredes externas e internas serão executadas em alvenaria de tijolos de cerâmicos de oito furos de 9x19x19, assentados rigorosamente de acordo com o padrão, em argamassa de cimento e areia. Todas as paredes de alvenaria do quarto, deverão receber chapisco e emboço e as áreas de paredes com acabamento em pintura deverão ser previamente regularizadas com chapisco, reboco e revestida com massa corrida e selador; **Paredes:** Acabamento em pintura acrílica semi-brilho linha Premium, de cor clara. Para áreas molhadas, porcelanato, em tom claro, marca Elizabeth ou similar; **Pisos:** Porcelanato stark White 90x90, com PEI 5 (resistência à abrasão) para evitar percepção de riscos na peça, assentados sobre contra piso regularizado, com argamassa colante ACIII, e rejunte epóxi; As peças instaladas nos banheiros, deverão ser antiderrapantes. **Forro:** Forro rebaixado de gesso em placas, fixado à laje pré-moldada através de parafusos e tirantes de arame, o mesmo receberá lixamento fundo e acabamento em pintura acrílica com acabamento fosco linha Premium – Cor Branco Gelo; **Diversos:** A bancada que acompanha a cuba do banheiro é de material Dekton polido, o box do local de banho acompanha o mesmo material. O guarda corpo será de ferro. As bancadas e tampos das mesas do quarto serão também do material Dekton, mas com acabamento brilhoso, prevista a adaptação para a unidade habitacional de apartamento destinadas às pessoas com necessidades especiais; **Louças e Metais:** As louças serão da marca Deca, a bacia sanitária será a convencional, a cuba será esculpida na bancada, o misturador será monocomando de bica. Todos os metais serão de aço inoxidável. As barras de acessibilidade serão de acordo com o que é proposto pelas NBR's. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Através da análise dos mapas, se percebeu que a ZET-2, desde a construção da Av. Senador Dinarte Mariz, permanece seguindo o objetivo pela qual foi criada, sendo uma área em que a maior parte da implantação é hoteleira e de construções institucionais que dão suporte a estas. Que apesar de ser bem equipada urbanisticamente, a via costeira não é privilegiada pela mobilidade urbana pública, tornando a área subaproveitada, assim como as áreas livres existentes, passíveis de intervenção. Além disso, os mais antigos empreendimentos fogem da legislação estabelecida para preservação paisagística na área, estando com o

gabarito mais alto do que o permitido. As informações obtidas para o estudo preliminar constam na Figura 1, onde os *post-its* de coloração azul trazem as respostas do por que da proposta, os rosas do que o projeto vai gerar, os verdes quem estão envolvidos no projeto, os amarelos em como o projeto será organizado e por fim os vermelhos que mostram quando deverá ser entregue e a estimativa do custo da obra.

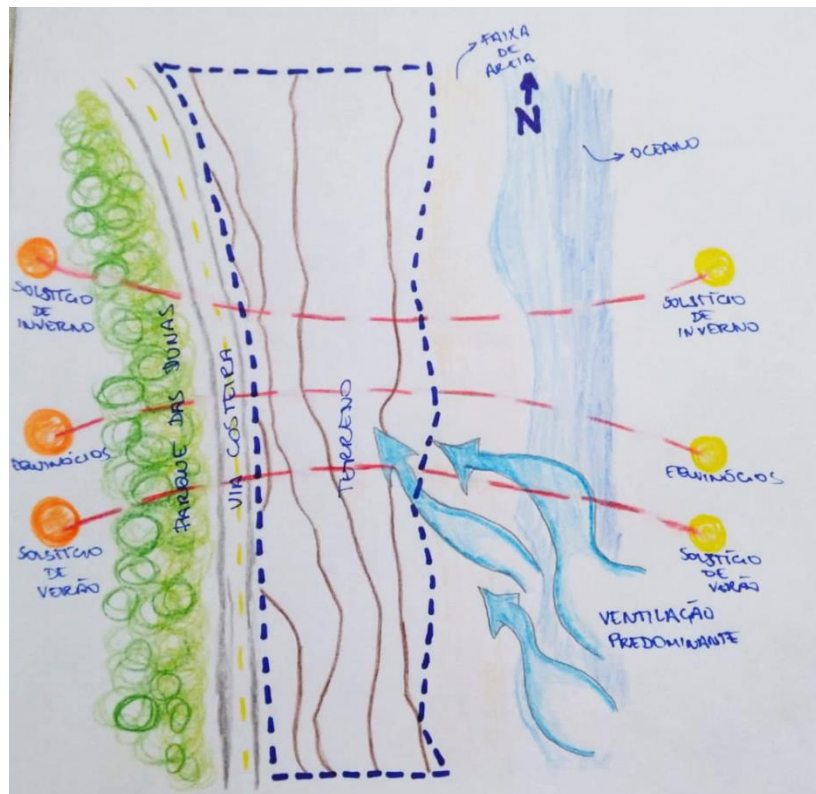
Figura 1 - PM Canvas.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Com as informações do PM Canvas, se buscou um resumo das condicionantes presentes no terreno e estabeleceu-se um parecer geral, que resultou na **Erro! Fonte de referência não encontrada**. Esta mostra, de forma resumida, as características físico-ambientais que interfeririam diretamente na proposta, sendo levadas em consideração para a proposta dos apartamentos tipo.

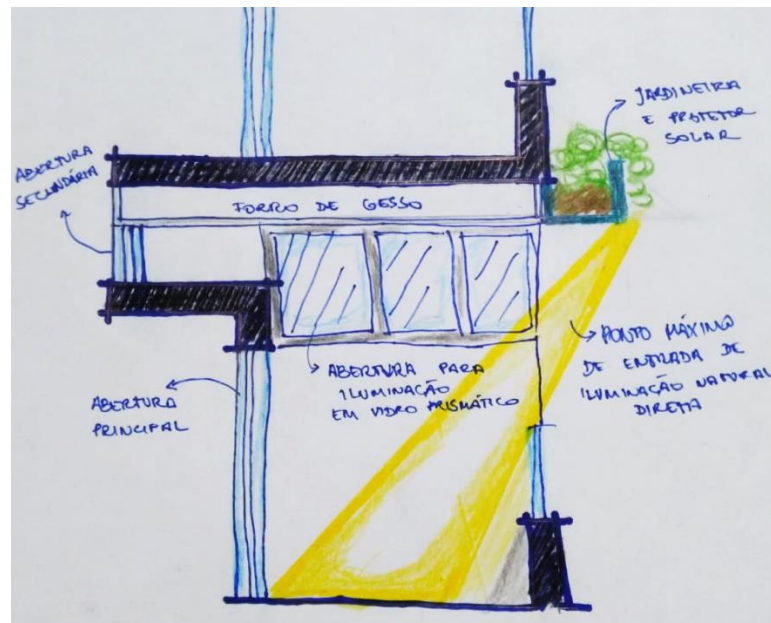
Figura 2 - Condicionantes Ambientais Presentes no Terreno.



Fonte: Autoria própria, 2019.

A implantação buscou favorecer a visual do mar, locando as varandas para esta direção (Leste), promovendo também a contemplação de um dos maiores pontos turísticos de Natal, que é o morro do careca (à Sudeste), além de não perder a luminosidade natural através da estratégia mostrada pela Figura 3.

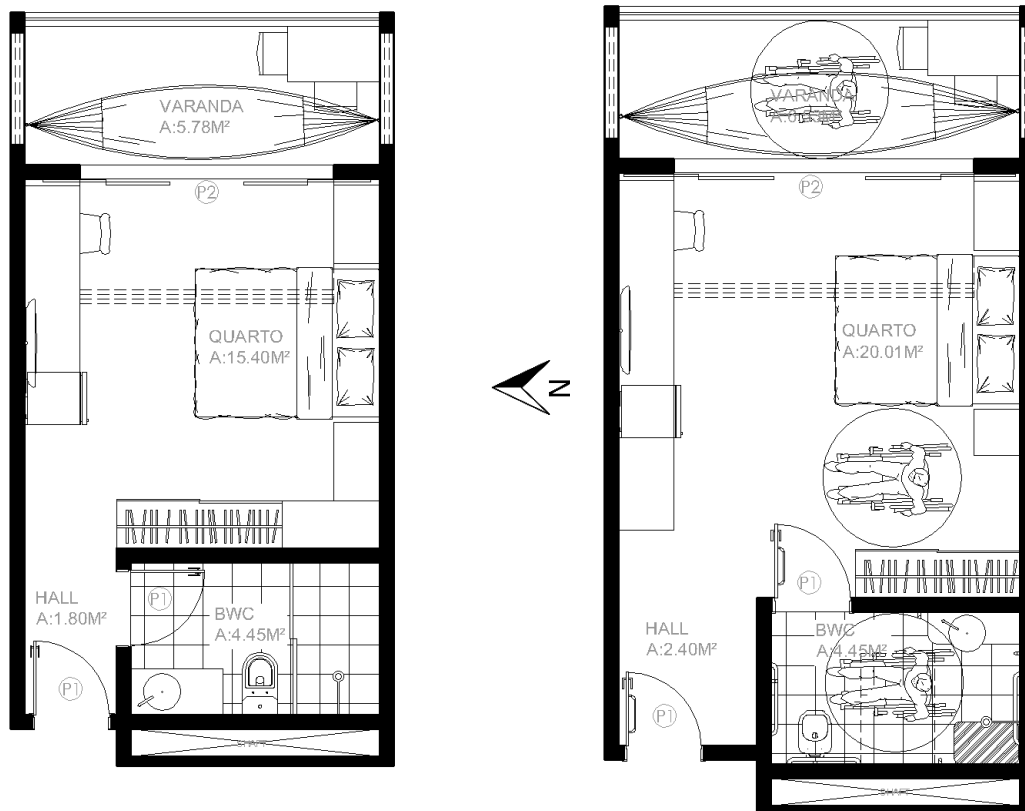
Figura 3 - Croqui esquemático da varanda.



Fonte: Autoria própria, 2019.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** mostra o resultado a qual os autores do grupo chegaram ao final do estudo preliminar, baseando a proposta no que acreditam que haverá um melhor aproveitamento daquilo que pode ser oferecido pela Via Costeira para um edifício destinado para este uso.

Figura 4 - Proposta de Unidades Habitacionais: Suíte e Adaptada, respectivamente.



Fonte: Autoria própria, 2019.

Pretende-se então, através deste estudo preliminar, a replicação das unidades habitacionais para o setor habitacional, bem como a elaboração das áreas destinadas ao serviço e ao lazer para que haja um andamento do hotel a nível de anteprojeto. **CONCLUSÃO:** Por ser uma construção de alta ocupação, e localizada em um lugar que possui uma necessidade de preservação paisagística, é importante seguir as limitações impostas pela legislação vigente para que seu impacto seja mitigado ao máximo, mantendo o equilíbrio entre as relações de natureza-pessoa-construção, sem que uma interfira negativamente na outra de forma irreversível. Desta forma, o trabalho serviu para compreender que um projeto, seja de qual for a sua natureza, atende de melhor maneira as partes envolvidas, se feito um estudo do local onde será inserido, aproveitando as características físico-ambientais. Assim proporcionando benefícios e visibilidade não só para o próprio empreendimento, mas também para as pessoas e a natureza que o circundam, melhorando a vitalidade urbana do local.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Patricia W. **Iluminação natural em escritórios o uso do painel prismático em aberturas laterais.** 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

UnB, Brasília, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12666465-Patricia-winter-chaves-iluminacao-natural-em-escritorios-o-uso-do-painel-prismatico-em-aberturas-laterais.html>. Acesso em: 20 set. 2019.

LUNA, Débora Y. P. de A. *et al.* Analisando o espaço urbano através do sistema de espaços livres: Um exercício de projeto urbano na cidade de Natal-RN. *In: IX COLÓQUIO QUAPÁ SEL*, 2014, Vitória. Disponível em: <http://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsMateriais/26022018165920Analisando-o-espaco-urbano-através-do-sistema-de-espacos-livres-um-exercício-de-projeto-urbano-na-cidade-de-Natal.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

REIS, Tatiana F. B. dos. **Via Costeira sempre viva:** Uma proposta de reestruturação urbana para a ZET-2 e seu entorno. 2014. 161 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

AS ECOLOGIAS DE CAPIM MACIO: ANÁLISE URBANA SOB A PERSPECTIVA DE REYNER BANHAM

AUTORES:

Guilherme de Araújo Costa

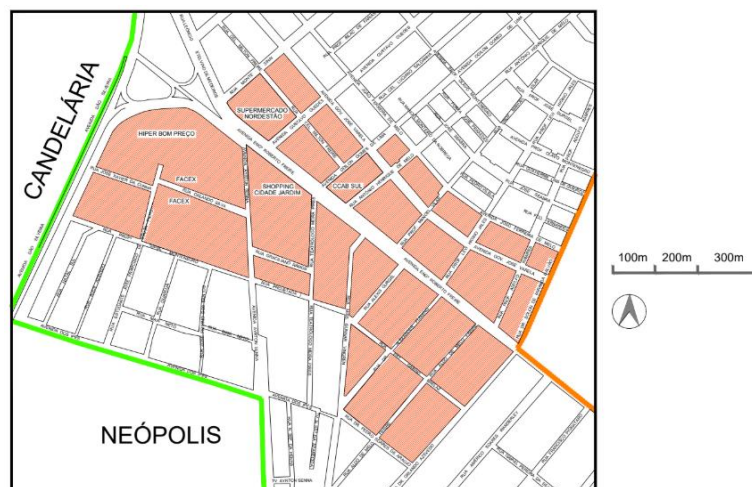
Fernanda Beatriz Santos de Oliveira

RESUMO: Esse artigo discorre sobre a análise urbana em um recorte no bairro Capim Macio, em Natal/RN. Tendo como base a obra “Los Angeles: a arquitetura de quatro ecologias” de Reyner Banham. A pesquisa foi de caráter exploratória e bibliográfica acerca dos dados urbanísticos e históricos do bairro Capim Macio.

Palavras-chave: Capim Macio. Análise Urbana. Reyner Banham.

INTRODUÇÃO: A cidade pode ser entendida através de diferentes perspectivas, desde a microescala, englobando a perspectiva do pedestre, até a macroescala, através de mapas. De toda forma, independente da escala, as análises urbanas são os instrumentos que possibilitam compreender a cidade e seus fenômenos. É necessário entendê-los e como eles ocorrem para perceber as relações pessoa-cidade. Tais análises são os principais meios para identificar problemas e encontrar soluções para necessidades, podendo incluir a opinião e vivência do usuário na urbe. Como já exemplificado, existem diversas metodologias defendidas e criadas por vários autores para construir uma análise. Tendo em vista isso, para este trabalho foi escolhida a metodologia do autor Reyner Banham, importante historiador de arquitetura e urbanismo da Inglaterra. Em seu livro “Los Angeles: a cidade das quatro ecologias”, ele analisa ludicamente a cidade de Los Angeles, na qual ele identifica quatro aspectos gerais os quais nomeou de ecologias. Para tanto, o autor desenvolveu uma nova metodologia de análise que rompeu com a tradicionalidade já praticada por outros teóricos. Seu método consistia em observar a cidade pela forma que ela facilitava os deslocamentos, que em seu caso seria através do automóvel. Rebatendo essa metodologia para o recorte urbano - que compreende a Avenida Engenheiro Roberto Freire desde o viaduto de Ponta Negra até o Armazém Pará, contando com duas quadras ao Norte e Sul da avenida - buscou-se entender a dinâmica urbana desse recorte, associando a imagem da cidade com a apropriação dos espaços pelos usuários. **METODOLOGIA:** Para o presente trabalho utilizou-se pesquisa exploratória e bibliográfica acerca dos dados urbanísticos, históricos e de infraestrutura do bairro Capim Macio, com foco na região compreendida entre o Supermercado Nordeste (Av. Eng. Roberto Freire) e o Armazém Pará (Av. Eng. Roberto Freire), considerando duas quadras para cada lado da via (ver Mapa 1). Esses dados foram consultados no Anuário de Natal (2016), Natal: meu bairro, minha cidade (2009) e na Lei Complementar Nº 082 (2007).

Mapa 1: Recorte urbano estudado



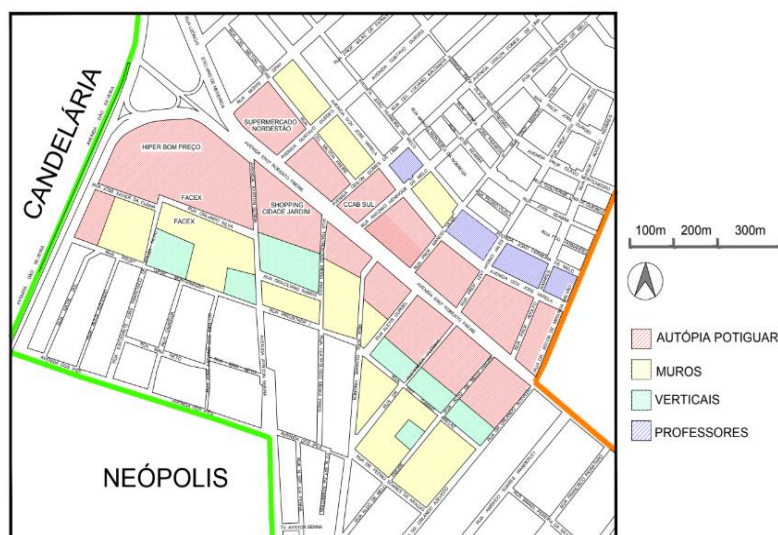
Fonte: Autoria própria, 2019.

No que se refere à infraestrutura, coletamos informações no Anuário de Natal (2016) sobre todo o bairro e então foram filtradas as informações pertinentes ao nosso recorte de estudo. Além disso, tomou-se como embasamento teórico e metodológico a obra “Los Angeles: a arquitetura de quatro ecologias” de Reyner Banham (2013). Em seu livro o autor descreve a cidade de Los Angeles partindo da experiência do motorista para com a cidade, conciliando aspectos históricos, urbanos e arquitetônicos, culminando em quatro características as quais são denominadas ecologias. Com isso será apresentada uma análise do recorte urbano destacando características arquitetônicas e urbanas da região de acordo com a metodologia do autor. **REVISÃO DA LITERATURA:** Em “Los Angeles: a arquitetura de quatro ecologias”, Reyner Banham (2013) analisa as tipologias construtivas da cidade de Los Angeles de acordo com seus usos, origens de cada região e estilos de vida pessoais. No primeiro capítulo, intitulado “Pelo Retrovisor”, o autor conta sobre a experiência de olhar a cidade através do retrovisor do seu carro, fazendo uma metáfora à uma nova forma de enxergar a cidade, que faz referência ao estilo de vida angelino. Sua análise perpassa o tecnicismo tradicional, trazendo o lúdico para as discussões urbanas. Com isso, o autor separa a cidade em quatro ecologias, permitindo perceber as particularidades que cada região possui e como isso reflete na arquitetura, urbanismo e consequentemente na paisagem. A primeira ecologia é a **Surfúrbia**, ou ecologia das praias. O surfe como característica marcante da cultura angelina é extremamente significativo e em homenagem à importância dessa atividade, o autor faz um jogo com os termos surf e subúrbio para identificar essa ecologia. A segunda são as **Encostas**, que tem origem na margem dos rios e se expandem para as colinas criando novos tipos de construções onde o modelo construtivo tradicional americano teve que ser adaptado à topografia local. A terceira são as **Planícies do ID**, trata-se das áreas que se estendem ao redor da parte mais central da cidade, qualificando e relacionando os parcelamentos de terra dessas áreas com o capital. A quarta e última ecologia é denominada de **Autopia**, que retrata o modo de vida das pessoas que passam boa parte dos seus tempos se locomovendo, principalmente do “lugar de trabalho” para o “lugar de dormir”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A análise da área de estudo foi feita partindo dos dados de infraestrutura da região, do uso e ocupação do solo e da visita *in loco*, de forma a obter fundamentos suficientes para a identificação de elementos semelhantes que pudessem dividir o recorte urbano em ecologias, assim como Reyner Banham. De acordo com o Anuário de Natal (2016), entre 2013 a 2015, foram feitos investimentos de **drenagem** e **pavimentação** na Zona Sul, que compreende o bairro Capim Macio onde o recorte está inserido. Na visita *in loco* percebeu-se que dentro do recorte todas as ruas são pavimentadas e apresentam equipamentos urbanos de drenagem, como por exemplo bueiros e bocas de lobo. A **via** de maior fluxo é a Av. Eng. Roberto Freire, classificada como via estrutural do tipo arterial de penetração de acordo com o Código de Obras (2004) da cidade do Natal. Ainda de acordo com essa lei, a Av. Ayrton Senna é classificada como via estrutural do tipo arterial de articulação e a Rua Dr. Solon de Miranda Galvão é tida como via coletora do tipo II, que tem como função apoiar os fluxos de vias estruturais. As demais vias presentes no recorte são locais e não estão listadas no Código de Obras (2004). Com relação à **mobilidade urbana**, dentro do recorte percebeu-se fragilidades em relação aos acessos de pedestres e portadores de necessidades especiais, tais como irregularidades nos níveis das calçadas, ausência de padronização e adequação ao Guia prático de calçadas para o município de Natal (2017). Também não foram observadas ciclovias ou ciclofaixas no recorte. Existem paradas de ônibus que possibilitam a locomoção a vários setores da cidade ou região metropolitana, que estão mais restritas às Av. Eng. Roberto Freire e Av. Ayrton Senna. Com auxílio da ferramenta Open Street Maps (2019), observou-se que a predominância de **usos** é comercial e misto (comercial e residencial). Entretanto, é na Av. Eng. Roberto Freire que há maior concentração de atividades comerciais e em contrapartida, as quadras que estão mais afastadas dela são majoritariamente ocupadas por residências ou condomínios residenciais. Para analisar a **qualidade** das fachadas dos edifícios, estabeleceu-se uma escala de ruim a muito bom, considerando a quão danificadas ou conservadas estão as fachadas das edificações presentes. A maior parte das fachadas foram classificadas como bom, das quais a maioria são residenciais, já as que foram classificadas como muito bom os prédios são comerciais, institucionais ou de uso misto. Como a maioria dos lotes são residenciais, o **gabarito** varia pouco, com 1 ou 2 pavimentos. Há alguns lotes com gabarito acima de 4 pavimentos que se destacam da paisagem do bairro devido à disparidade com os outros. Vale salientar que de acordo com o Plano Diretor (2007) os lotes ao Norte da Av. Eng. Roberto Freire estão limitados ao gabarito máximo de 6m, pois estão no entorno da Zona de Proteção Ambiental II (ZPA-II), os lotes ao Sul da avenida possuem gabarito máximo de 65m. Cruzando os dados das análises de uso, gabarito e qualidade identificou-se dois padrões de **textura urbana**, uma regular com gabaritos e usos semelhantes e outra irregular com gabaritos distintos. Percebe-se que os lotes ao Norte da Av. Eng. Roberto Freire foram classificados como regulares e a maioria dos lotes ao Sul da avenida como irregulares. Utilizando os dados de trânsito obtidos no Google Maps (2019), o **fluxo de veículos** no recorte é de média/alta intensidade na intersecção da Av. Roberto Freire com a Av. Ayrton Senna e ainda na Av. Odilon Gomes, além disso nota-se a presença de semáforos e ainda empreendimentos classificados como geradores de impacto no tráfego de acordo com Lei nº 4.885/1997. Observando *in loco*, verificou-se que o **fluxo de pedestres** é baixo ou inexistente, remetendo a um ponto importante dentro da análise, que é o de não vivenciar o espaço urbano a nível do pedestre. Todavia, onde há paradas de ônibus e comércio, existe um

considerável fluxo de pessoas, principalmente perto do Hiper Bompreço, Supermercado Nordestão e Centro Universitário FACEX. Já na parte residencial, os deslocamentos são feitos praticamente apenas por meio de automóveis particulares. A visita foi fundamental para entender a dinâmica do recorte através da experiência do pedestre, porque além de permitir entender os fluxos e a relação dos usos com a rua, possibilitou ver que a sensação do transeunte é de insegurança, pois não são ruas pensadas sob a perspectiva do pedestre. Segundo Jacobs (2014), essa sensação de insegurança é resultado do planejamento urbano sob a ótica do veículo e pela ausência de pluralidade dos usos e ocupação no tecido urbano, limitando as relações interpessoais. **As quatro ecologias de Capim Macio:** Trazendo a metodologia de Reyner Banham para setorizar e qualificar a cidade de Los Angeles ao recorte estudado, dividiu-se a região em quatro ecologias (ver Mapa 2), que foram nomeadas com pseudônimos baseados nas suas características mais marcantes.

Mapa 2: Mapa resumo das quatro ecologias de Capim Macio



Fonte: Autoria própria, 2019.

A primeira e mais presente é a **Autopia Potiguar**, caracterizada por prédios comerciais, de serviços ou de uso misto, com um ou dois pavimentos e qualidade boa ou muito boa. Todos os lotes conectados diretamente com a Avenida Roberto Freire se enquadram nessa ecologia, onde tem o maior fluxo de veículos, de pedestres e a maior quantidade de paradas de ônibus. Todos os empreendimentos ao longo da via dependem do seu fluxo para ter lucro e visibilidade. A segunda são os **Muros**, nela destacam-se como características comuns as casas grandes, espaçosos jardins, muros altos e geralmente com um pavimento. A escolha do nome faz referência aos grandes muros das casas, que de tão imponentes vão além da mera divisão de lotes e se tornam marcas da segregação física no recorte. Na medida em que são instrumentos de isolamento do lote ou residência, quanto mais suntuosos, também se tornam mecanismos que aumentam a insegurança nas ruas. A

terceira são os **Verticais**, com condomínios de apartamentos de quatro pavimentos ou mais, possuindo um ou mais blocos compondo a paisagem verticalizada. Devido o recorte ser majoritariamente composto por edifícios de até 2 pavimentos, os prédios acima disso se tornam destaque na paisagem, por isso optou-se por separar os lotes com essas características em uma ecologia. Já a quarta ecologia faz referência ao Conjunto dos Professores que foi implantado em Capim Macio no ano de 1979 (SEMURB, 2009) para atender a demanda de moradia dos docentes da UFRN, sendo nomeada de **Professores**. São lotes que possuem casas menores, com muros geralmente baixos ou sem, algumas são duplex (geminadas ou não) e possuem uso comercial no térreo, o que caracteriza uso misto. Devido à diversidade de usos a sensação de insegurança é reduzida e as relações interpessoais são maximizadas. **CONCLUSÃO:** A metodologia de Reyner Banham se apresenta como um instrumento de análise eficaz no que diz respeito à percepção urbana e de como imagem cidadina é constituída de particularidades. A cidade precisa ser vivenciada em microescalas para entender as relações pessoa-ambiente. Além de analisar a obra de Banham, entender a infraestrutura da região, o uso e ocupação do solo e a visita *in loco*, foram primordiais para examinar as características do recorte temático, tendo em vista que eles revelaram as reais singularidades que a área de estudo tem. As análises mostraram que o recorte, assim como em Los Angeles, é constituído por quatro ecologias distintas que ilustram como as apropriações do espaço urbano modificam as características da cidade, construindo imagens plurais passíveis de mudanças. Além disso, por mais singulares que sejam as ecologias, elas são conectadas por denominadores em comum, como a infraestrutura e os usuários, por exemplo, sendo possível que as dinâmicas de cada ecologia influenciem o modo de vida dos indivíduos, pois embora a pessoa seja o principal agente de apoderamento da urbe é também quem é mais influenciado pelo meio.

REFERÊNCIAS

BANHAM, R. **Los Angeles: a arquitetura de quatro ecologias**. São Paulo: WMF Martins, 2013.

JACOBS, J. **Vida e morte de grandes cidades**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

LIMA, F. R. F. de. **A arquitetura de quatro ecologias, de Reyner**

Banham. Disponível em:

<http://democraciaeliberdade.blogspot.com/2014/06/resenha-los-angeles-arquitetura-de.html>. Acesso em: 09 nov. 2017.

MEYER, R. M. P. Los Angeles, a metrópole radical de Reyner Banham. Pós.

Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp, São Paulo, v. 23, n. 41, p. 12-31, dez./2016. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/121771/122666>. Acesso em: 9 nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. SEMURB (Org). **Como organizar minha calçada?** Guia prático de calçadas para o município de Natal. Disponível em:

https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/caf/Guia_Pratico_de_Calcadas.pdf. Acesso em: 9 out. 2019.

_____. **Natal: meu Bairro, minha Cidade.** Disponível em:
http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/bairros/natal_meu_bairro_minha_cidade.pdf. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. **Anuário de Natal 2016.** Disponível em:
https://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/anuario_2016.pdf. Acesso em: 9 nov. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO). **Lei Complementar nº 055, de 27 de janeiro de 2004.** Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Natal e dá outras providências. Disponível em: http://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html#legislacao_div. Acesso em: 05 out. 2019.

_____. **Lei nº 4.885, de 07 de outubro de 1997.** Dispõe sobre a exigência do Relatório de Impacto sobre o Tráfego Urbano para empreendimentos novos, ampliações de empreendimentos existentes e alterações de uso de imóveis, e dá outras providências. Disponível em:
https://natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/ritur_relatorio_de_impacto_sobre_trafego_urbano.pdf. Acesso em: 06 out. 2019.

_____. **Lei complementar nº 082, de 21 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Disponível em:
https://natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/InstrOrdSearch/24_Plano_Diretor.pdf. Acesso em: 05 out. 2017.

BARREIRAS, CONFIGURAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO NOS CONJUNTOS SERRAMBI I E III

AUTORES:

Thiago Angelo dos Santos
Ana Maria Medeiros Coriolano
Jefferson Montenegro de Medeiros

RESUMO: O presente artigo objetiva-se analisar o quanto as barreiras limitam o acesso ao espaço público/privado e qual seu impacto na vida do usuário, mostrando as interferências nessas relações. Para tanto, utilizou-se do método descritivo numa abordagem qualitativa, através de pesquisas e visitas exploratórias nos Conjuntos Residenciais Parque Serrambi I e III da zona sul de Natal – RN, localizados com mais evidencia às margens da Avenida Ayrton Senna, via de grande fluxo e movimentada pelos diversos usos de comércio e serviços. Tais análises geraram resultados onde a insegurança de acordo com pesquisas foi o ponto alto para a criação dessas barreiras, seguidas de fatores de configuração espacial, já que o crescimento urbano acelerado sem uma boa infraestrutura pode gerar tal sensação. Então os muros são utilizados como forma de proteção para a insegurança, que deveria ser responsabilidade maior do estado. A pesquisa sugere que apesar da necessidade de barreiras como forma de segurança, a sua utilização de maneira correta, permite a permeabilidade visual com o espaço público, possibilita uma maior interação com a vivacidade do espaço, além de ser menos segregador.

Palavras - chave: Barreiras. Público e privado. Limitantes.

INTRODUÇÃO: A habitação de interesse social está inserida no programa do governo nacional, tendo sido criada para tentar suprir um *déficit* de moradias que percorre há décadas o território brasileiro, pelo qual, o presente estudo debruçará nos conjuntos habitacionais do estilo modernista em relação ao uso do solo público entre as décadas de 1980 e 1990, com mais enfoque nas construções dos conjuntos residenciais Serrambi I e Serrambi III, ambos localizados na zona sul de Natal –RN, construídos pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), e sendo este um dos primeiros conjuntos habitacionais verticais para a cidade, Este empreendimento é um dos responsáveis pelo crescimento da cidade em direção à zona sul, em um período de menos de dez anos, tais conjuntos faziam parte das políticas habitacionais vigentes do período, sendo financiadas pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). Objetiva-se analisar as barreiras limitadoras de acesso ao espaço público/privado e o impacto que causa nos moradores dos conjuntos e na população do entorno. Para elaboração do artigo foram analisados ambos os conjuntos de habitação de interesse social, onde cada um possui particularidades espaciais e visuais entre si e em relação com o entorno. O Conjunto Serrambi III possui muros que limitam seus espaços ao acesso público, enquanto o Conjunto Serrambi I tem suas edificações soltas no lote sem muros, razão pela qual, buscou-se entender o que leva a criação ou não dessas limitações de terreno por muros altos e suas relações com a insegurança. Por conseguinte, analisamos o quanto as barreiras visuais interferem nas relações dos limites com o seu entorno, e o quanto a infraestrutura, a localização e o estado de conservação das edificações interfere para a sensação de insegurança, um dos principais pontos de partida para a criação de barreiras, formadas em sua maioria por muros altos e fechados.

REVISÃO E LITERATURA: Com base nas opiniões dos teóricos é possível entender a relação das barreiras e suas transformações no espaço e suas relações com os moradores onde o privado pode torna-se exclusivo e excludente. Segundo Maricato (1996) as transformações ocorridas no período da modernização, mostra a desigualdade e segregação territorial, espacial causada pelo atraso do desenvolvimento urbano brasileiro; associado a reflexão de Lira (2013) sobre o surgimento de novos padrões de uso e ocupação dos espaços públicos em conjuntos habitacionais Serrambi projetados e construídos no município de Natal-RN, verificando as mudanças das configurações espaciais originais e o surgimento de novos padrões após as intervenções dos moradores. De acordo com Teixeira (1998) o mundo moderno traz o aumento da violência que faz com que o indivíduo fortaleça o medo em seu imaginário, que está ligado diretamente com a sensação de insegurança. **METODOLOGIA:** Utilizou-se uma metodologia descritiva numa abordagem qualitativa, reunindo dados e interpretando os elementos visual e espacial existentes, na qual a análise se deu por observação em loco, utilizando como instrumento o levantamento de dados e imagens, que serviram de base para análise sobre relações dos espaços públicos e privados. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A análise comparativa usando as leituras visuais dos espaços e suas barreiras, na qual pode-se notar que os conjuntos são bem distintos, e acabaram tomando soluções diferentes ao passar do tempo. O Conjunto Serrambi I tem suas edificações soltas no lote sem muros trazendo menos privacidade e maior interação com o espaço público, percebe-se diversos espaços vazios no conjunto os quais poderiam ter uma maior utilidade de equipamentos de uso comum, pois geraria uma maior permanência do indivíduo, enquanto o Conjunto Serrambi III possui muros que limitam seus espaços ao acesso público. A sensação de insegurança impacta diretamente na modificação dos espaços pelos moradores dos conjuntos, que constroem as primeiras garagens que não existiam no projeto inicial, onde posteriormente algumas dessas garagens tiveram novos usos, tanto para fins comerciais como o uso de moradia, onde a diversidade de uso mesclando residencial e comercial estimula a movimentação no local, gerando uma maior deslocamento a pé de moradores e de quem visita o bairro, tornando o ambiente mais atrativo trazendo uma maior sensação de segurança. **CONCLUSÃO:** tendo em vista os aspectos mencionados, pode-se constatar que a criação de barreiras foi um reflexo da insegurança dos usuários, os muros surgem como forma de solução dos conflitos da insegurança, partindo do pressuposto de uma falsa sensação de proteção ao isolar-se em seu espaço e deixando os problemas do outro lado do muro. Pode-se perceber essa necessidade de proteção claramente no Conjunto Serrambi I onde as configurações dos blocos são modificadas pela criação de muros individuais, inibindo o acesso direto de qualquer indivíduo que adentre o espaço, que ao passar do tempo a quantidade de barreiras aumentam e mudam ainda mais o espaço. Em contrapartida outros fatores que causam essa insegurança são os espaços vazios no lote que geram a sensação de medo, tendo uma necessidade de ocupar esses espaços com mobiliário e equipamentos de uso comum, uma forma mitigadora para tais problemas de isolamento e vazio.

REFERÊNCIAS

BRUZZAR, Miguel Antônio. O espaço de convívio na arquitetura moderna brasileira: O caso da escola paulista. *In: Rodrigo Brotero Lefèvre e a vanguarda da*

arquitetura no Brasil. São Paulo, Edições Sesc. São Paulo: Sesc, 2019. Cap. 1, p. 36-53.

GAVAZZA, Natássia. A cidade de Jane Jacobs e o planejamento urbano. **Resenhas online**, São Paulo. v. 12, n. 137. 02. Vitruvius, 2013 .Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.137/4736> . Acesso em: 01 jun. 2019.

LIRA, Fabrício. **Espaço de todos ou de ninguém:** análise morfológica de transformações espaciais nos conjuntos residenciais Parque Serrambi em Natal/RN. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2013.

MARICATO, Emília. Metrópole, legislação e desigualdade. **Metrópole na periferia do capitalismo**, São Paulo: Hucitec, 1996.

TEIXEIRA, M.C; PORTO, M.R. **Violência, insegurança e imaginário do medo.** Cadernos Cedes, v. XIX, n. 47, dez./98.

NATAL AMBIENTAL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES DO PLANO DIRETOR DE 1994

AUTORA:

Adriana Carla de Azevedo Borba

RESUMO: Trata do estudo acerca dos aspectos ambientais contidos no Plano Diretor de Natal de 1994 (o último produzido no século XX), no qual se buscou identificar e analisar os principais documentos que inserem as ideias ambientais dentro do plano diretor; contextualizar política e economicamente o cenário em que acontecem as modificações no plano estudado; caracterizar o plano a partir de categorias de análise, que comparadas com as de planos urbanísticos e diretores produzidos ao longo deste século, permitem averiguar o caráter mais “ambiental” do Plano de 1994. Os indícios encontrados apontam para a inserção de ideias ambientais por exigência governamental, notadamente no plano de 1994, e em geral com pouca ou nenhuma participação popular – e sem que a mesma apreendesse seus significados e implicações.

Palavras-chave: Plano Diretor. Meio Ambiente. Planejamento Urbano.

INTRODUÇÃO: O Plano Diretor de Natal (PDN) de 1994 é resultado da ação do movimento pela Reforma Urbana (MRU), além de estar atrelado aos novos parâmetros instituídos pela Constituição Brasileira de 1988, e de se inscrever na chamada “crise dos paradigmas, no processo de globalização, caracterizado pelo avanço da perspectiva neoliberal”. (LIMA, 1998, p. 174) A fase atual de desenvolvimento da sociedade capitalista, em processo de globalização, é potencializada pelos avanços tecnológicos (sobretudo aqueles que se relacionam à comunicação e transporte), administrativos e organizacionais (“reengenharia”, terceirização, dentre outros) e tem sido identificada pelo meio científico como sociedade “pós-moderna”, dada a velocidade e profundidade com que processa transformações no mundo contemporâneo, como ilustra Lima (1998): “[...] esta sociedade pós-moderna se funda no individualismo e no consumismo, e se caracteriza pela desconcentração e pela fragmentação, e que privilegia o interesse individual sobre o coletivo, e a vida local sobre a vida nacional”. (LIMA, 1998, p. 174). Em paralelo a este movimento de individualização e fragmentação, observam-se a formação e estabelecimento de outras relações entre países, aparentemente contrárias à proposta pós-moderna, com a instituição dos chamados blocos econômicos, baseados na formação de entidades supranacionais (tais como a União Européia, Nafta, Mercosul, dentre outras). Localmente, ao mesmo tempo em que se fortalecem esses blocos econômicos internacionais, as cidades, isoladamente, procuram se diferenciar das demais cidades, buscando para si uma imagem própria, única, que lhe fortaleça (ou estabeleça) identidade visual, étnica e cultural. Estas cidades, ao se inserirem nesta nova “formatação”, atingem o status de “globalizadas”, e tornam-se como que autossuficientes e capacitadas a definir novas articulações nacional e internacionalmente com outras cidades. Do ponto de vista da produção do espaço urbano, o mundo globalizado tem produzido algumas tipologias específicas, que também se prestam à fragmentação, padronização e isolamento, dentre os quais se podem citar o exemplo dos condomínios fechados, shopping centers, torres empresariais, aeroportos, etc. No tocante à gestão dos serviços

públicos, também se observa uma atitude de não intervenção governamental, num processo de desregulamentação de vários setores da sociedade, como educação, transportes, saúde, habitação, telecomunicações, etc. No caso brasileiro, mesmo antes que se verificassem as vantagens da política econômica neoliberal, iniciou-se o processo de adequabilidade dos serviços públicos aos novos ditames internacionais, ocasionando o sucateamento e privatização tanto destes serviços públicos como de equipamentos de uso coletivo, desmontando o já precário atendimento da população, principalmente, nas áreas de saúde, previdência e educação. Nesse contexto desta cidade pós-moderna, que se autogere ao sabor das flutuações mercadológicas, o planejamento urbano ressurgiu como um instrumento de resistência democrática ao avanço da onda neoliberal, e nesse sentido, busca equacionar a ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano, contrabalanceando o avanço do capital com a função social e ecológica da cidade. No Brasil, a luta pela universalização dos direitos sociais tem como maior representante o chamado Movimento pela Reforma Urbana (MRU), e um dos mais significativos ganhos obtidos foi a incorporação, na Constituição Federal de 1988, “do princípio da função social da cidade e da propriedade, significando que a produção do espaço urbano respeitaria a qualidade ambiental, as leis urbanísticas e o interesse coletivo”. (LIMA, 1998, p. 182). Contudo, esta incorporação se fez atrelada à elaboração de um plano diretor, instrumento este considerado pelos integrantes do MRU, como um grande obstáculo para a realização da Reforma Urbana. Vez que esta foi a condição estabelecida para a gestão do espaço urbano, coube à MRU procurar reinventar este instrumento, trabalhando segundo seus limites e potencialidades, de forma a torná-lo operacional pelas administrações municipais; e um dos exemplos destas experiências de adequabilidade é o Plano Diretor de Natal de 1994, analisado neste artigo. **METODOLOGIA:** A principal questão de pesquisa que norteou esta investigação foi: “De que forma a questão ambiental se incorporou aos instrumentos de ordenação, planejamento e gestão de da cidade Natal, e em especial, ao Plano Diretor de 1994?”. Podemos ainda identificar rebatimentos em ideário internacional nos planos de Natal? Para responder a esta pergunta, o trabalho perpassou por etapas de investigação, e esteve condicionado à transposição de três (03) fases, nas quais foram levantados desde os referenciais teóricos que nortearam metodologicamente a investigação, passando pelo procedimento de coleta de dados e investigação de documentos e material bibliográfico, pela análise do material estudado até a qualificação do trabalho final e sua redação definitiva. O ponto de partida, a FASE 01 deste estudo, caracterizou-se pelo levantamento de informações históricas que trouxessem o panorama social, político e econômico do Brasil, do Rio Grande do Norte e de Natal à tona, dentro dos quais o plano de Natal foi produzido. Posteriormente iniciou-se a FASE 02, consistiu em compreender a evolução dos demais planos diretores produzidos em Natal no século XX, e confrontar a análise feita de cada plano com os diversos enfoques encontrados com a realidade da cidade em cada recorte temporal estudado; as diversas ideias sobre meio ambiente foram comparadas com as ideias ambientalistas contidas nos planos específicos da cidade de Natal, RN, dentro do período de 1974 a 1994, com ênfase na compreensão do PD de 1994, em busca de pontos em comum e pontos divergentes. Finalmente, na FASE 03, foi possível traçar um diagnóstico do processo evolutivo do pensamento, do ideário por trás destes planos, até que ponto eles seguem moldes externos e até que ponto são observadas as especificidades da cidade. Com relação às técnicas de pesquisa utilizadas nesta investigação, foi utilizada a Técnica de Documentação Indireta (Pesquisa

Documental e Pesquisa Bibliográfica). A pesquisa bibliográfica perpassou pelo desenvolvimento de todo o processo desta pesquisa. Foi utilizada também a Pesquisa Documental, em especial, os planos diretores como documentos primordiais de análise. **REVISÃO DA LITERATURA:** O ano de 1994 compreendeu ao período de transição entre os governos dos ex-presidentes da República Itamar Augusto Cautiero Franco e Fernando Henrique Cardoso. Logo após o afastamento definitivo de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu a presidência do Brasil, em 1992 e suas principais metas eram a manutenção da democracia e a superação dos graves problemas econômicos (VIANNA, 1994, p. 599). Neste sentido foi realizada em seu governo uma série de planos de estabilização econômica, dentre eles a implantação de uma nova moeda (o Cruzeiro Real, no qual foi decretado o corte de três zeros na moeda) e na sequência, foi lançado o Plano de Estabilização Econômica que visava, dentre outras medidas, preparar a economia para a entrada em circulação de uma nova moeda, o Real, antecedida pela adoção da Unidade Real de Valor (URV). O Real entrou em circulação, cotada acima da moeda norte-americana. O plano promoveu a queda da inflação, e no primeiro trimestre de 1994 a atividade econômica cresceu em proporções comparáveis apenas ao início da década de 1980, verificando-se um grande aumento de consumo, apesar da manutenção das altas taxas de juros. O Programa de privatização executado durante o governo Itamar Franco abrangeu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Aço Minas Gerais (Açominas) e a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), além de subsidiárias da Petrobrás. A estabilidade econômica alcançada com o Plano Real garantiu ao ministro Fernando Henrique Cardoso a sucessão de Itamar Franco, que se elegeu no primeiro turno das eleições presidenciais, realizado em 3 de outubro de 1994. Já no Rio Grande do Norte em meados do início da década de 1990, de acordo com Santos (1994):

O ano de 1990 começava com o otimismo do empresariado norte-rio-grandense de que com a posse do novo governo federal, Fernando Collor de Melo, em 15 de março, o país tomaria outro rumo para estabilizar sua economia. As medidas moralizadoras que ele prometia para a situação econômica brasileira, traziam novas esperanças aos empresários locais. Seu programa de governo consistia na redução do gigantismo do estado, no enxugamento da máquina administrativa, no controle das dívidas externa e interna, na retomada do crescimento econômico, num programa social para os descamisados e na abertura da economia para o mercado internacional. (SANTOS *apud* LIMA, 1998, p. 166).

Mesmo após o impeachment do presidente Fernando Collor, e do prosseguimento da crise econômica, esse programa de governo neoliberal foi preservado pelos governos sucessores. A economia potiguar retoma o crescimento com o ressurgir do parque têxtil, que volta a se desenvolver; com o incremento da indústria petrolífera na qual se verifica o aumento na extração de petróleo tanto terrestre como marítima; com a consolidação da agroindústria, voltada para a produção e exportação de frutas; e finalmente, com o avanço do setor de serviços (com uma maior oferta de equipamentos relacionados com o turismo, e o comércio, que ganha mais dinamismo, com a construção de shopping centers). Em paralelo com este desenvolvimento econômico, constata-se o crescimento da economia informal, que se torna visível com as ruas da cidade tomadas por vendedores ambulantes. Essas mudanças na economia marcam a inserção do Rio Grande do Norte no processo de globalização. (LIMA, 1998, p. 167). O processo de consolidação do projeto da Via

Costeira – Parque das Dunas, iniciado no fim dos anos setenta e começo dos anos oitenta, contribuiu decisivamente para posicionar o turismo como uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte - muito embora este crescimento não tenha repercutido positivamente na melhoria das condições de vida da maior parcela da população local. Do ponto de vista urbano, com o crescimento do turismo, verifica-se um processo acelerado de expansão dos limites do município nos sentidos sul e norte de Natal “condicionando a direção e a qualidade do processo de urbanização nesta cidade e em alguns municípios vizinhos”. (LIMA, 1998, p. 169). Com este processo de metropolização, Natal passa a ser considerada, na atualidade, como “A Grande Natal”, formada, inicialmente, pelo conglomerado dos municípios de Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba. A lei prevê ainda a incorporação de outros municípios que apresentem projetos comuns e que desejem desenvolver ações de parceria na região. (LIMA, 1998, p. 173). Esse processo de constituição da Grande Natal, implica na regionalização dos equipamentos e da infraestrutura urbana, principalmente da cidade de Natal, vez que os mesmos passam a ser cada vez mais utilizado pelos habitantes dos municípios circunvizinhos, impulsionando constantes renegociações entre os municípios envolvidos na área de influência da Grande Natal. Embora prossigam existindo as formas de segregação sócio espaciais e as ameaças ao frágil equilíbrio ecológico local, o processo de urbanização vem sendo acompanhado com a criação de novas legislações que assistem à Grande Natal (Lei da Região Metropolitana e do Conselho Metropolitano de Natal, 1995), ao município (Lei Orgânica do Município de Natal, 1990), à preservação do meio ambiente (Código Municipal do Meio Ambiente, 1992) e a gestão do espaço urbano (Plano Diretor de Natal, 1994). (LIMA, 1998, p. 167). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O plano diretor de 1994 representou um marco do ponto de vista ambiental para a cidade de Natal. Surge uma série de instrumentos de gestão urbana, de novas definições e foram estabelecidas interfaces com outras legislações que surgiram nos últimos vinte anos, o que tornou o plano mais preciso e detalhado. Uma das primeiras modificações no Plano de 1994 pode ser verificada já no capítulo I, que trata dos objetivos e das diretrizes do plano; percebe-se no plano de 1994 a intenção de contemporizar interesses diversos: garantir as funções sociais da cidade (escala macro) e da propriedade (escala micro que representa o direito individual) através do uso socialmente justo (ou seja, equacionando os diversos interesses individuais, porém tendo em vista o bem comum) e ecologicamente equilibrado. Os planos anteriores, ao tratar de seus objetivos, focalizavam certos aspectos ambientais (1974, em especial a hidrografia e flora locais) ou ainda o controle e disciplinamento do desenvolvimento integrado (1984). Já o plano de 1994 adota um objetivo mais complexo e que procura atender a vários interesses, focalizando o uso social da propriedade, as questões ecológicas, bem-estar e segurança dos habitantes. O outro diferencial do plano de 1994 é o estabelecimento de relações com outros instrumentos legislativos, em especial leis que tratam de questões ambientais, como é o caso dos artigos 2 e 3 do plano de 1994. Com a finalidade de alcançar os objetivos relacionados no Plano Diretor de 1994, o mesmo menciona, em seu artigo 4º, uma série de diretrizes a serem seguidas. A primeira delas diz respeito ao uso e ocupação do solo, que deverão ser “submetidos à capacidade da infraestrutura urbana instalada, compatibilizando-a as condições do meio ambiente, considerando-se, assim, áreas onde a ocupação pode ser intensificada e outras, onde deve ser limitada”; em relação à infraestrutura, o plano condiciona ainda que a dinâmica de ocupação do solo deverá ser conduzida tanto pela instalação e ampliação desta

infraestrutura, como pelas características físicas ambientais. (PDN, 1994). Esclarece ainda que sejam definidas “áreas que deverão ser objeto de tratamento especial em função de condições de fragilidade ambiental, do valor cênico-paisagístico, histórico-cultural e do interesse social; [...]” e a principal diferenciação com os demais planos estudados, é que se registra “o incentivo à convivência de múltiplos usos em todas as áreas da cidade, observando-se as diferentes características e funções do sistema viário, e as condições ambientais e de salubridade; [...]”. (PDN, 1994). Ao contrário do que se preconizava nos planos desde 1974 até 1984, não existiriam zonas específicas dentro de cidade nas quais só deveriam ser permitidos determinados usos; o Plano Diretor de 1994 propõe, ao invés do formato de zoneamento identificado nos demais planos, o macrozoneamento. Desta forma, como sugeria Kevin Lynch, a cidade estaria permeada de diferentes usos, causando dinamismo na utilização da mesma e otimização no uso da infraestrutura urbana. Em relação ao caráter social da propriedade, o plano de 1994 define que dentre outros aspectos, a propriedade urbana cumpre com sua função social, no momento em que atende (do ponto de vista ambiental) ao requisito de “aproveitamento e utilização compatíveis com a qualidade do meio ambiente, segurança e saúde dos usuários e propriedades vizinhas. (...)”. (PDN, 1994). Dentro do capítulo de Uso e Ocupação do solo, o artigo 13 trata do estoque de área edificável, que o plano diferencia entre dois grandes blocos: residencial e não-residencial. Esta diferenciação, diz respeito às diferentes potencialidades da infraestrutura urbana instalada, do sistema viário, das tendências de localização dos usos e das políticas urbanas expressas nos objetivos e diretrizes desta Lei, que cada um desses usos requer. Com relação ao macrozoneamento, o plano define (especificamente na questão ambiental) a criação de uma Zona de Proteção Ambiental, a qual é definida no plano de 1994 como sendo “a área na qual as características do meio físico restringem o uso e ocupação, visando à proteção, manutenção e recuperação dos aspectos paisagísticos, históricos, arqueológicos e científicos”. (PDN, 1994). Diferentemente do Plano de 1974 que criou apenas uma zona de preservação ambiental e do Plano de 1984 que criou uma zona de preservação ambiental moderada e rigorosa, o Plano de 1994 subdividiu a Zona de Proteção Ambiental em Subzona de Preservação e Subzona de Conservação. O emprego dos termos “Preservação” e “Conservação” deixa claro que o corpo técnico que elaborou o plano de 1994 estava a par dos atuais debates sobre meio ambiente, e se observa no plano a aplicação desses novos conceitos. A outra inserção no plano de 1994 é a especificação dos nomes do que se deveria ser preservado ou conservado nas Zonas de Proteção Ambiental. Esta especificação, além de tornar a localização e identificação das áreas a serem preservadas mais precisas, reduz a possibilidade de erros de interpretação acerca destes locais. No caso de lotes localizados nestas Zonas de Proteção Ambiental, o plano de 1994 prevê ainda a possibilidade de aplicação do mecanismo de Transferência de Potencial Construtivo (um dos novos instrumentos de gestão urbana que foram incorporados ao plano), mediante adesão do interessado ao programa de preservação ou conservação previsto para a área. Além das áreas de Proteção Ambiental, o plano de 1994 estabelece outras áreas denominadas “Áreas Especiais”, e para efeito desta análise, a mais relevante é a Área de Controle de Gabarito. Estas áreas especiais de controle de gabarito se relacionam mais diretamente com o turismo da cidade, visto que se propõe a resguardar as linhas visuais de paisagens da cidade, um dos maiores atrativos de Natal. Mas, por outro lado, também têm reflexo no conforto ambiental da cidade: ao proteger da construção de edificações muito altas, em especial nas proximidades da

orla marítima, o plano incentiva a livre permeabilidade da ventilação natural proveniente do mar. Com relação às outras prescrições urbanísticas adicionais, o plano define a taxa de impermeabilização máxima permitida para todos os terrenos existentes na Zona Urbana, que corresponde a 80% da área do lote, bem como institui os recuos mínimos, em seu artigo 33. A forma como o plano de 1994 expõe os limites de recuos dos lotes tornou o acesso à informação mais rápida de ser encontrada no plano, e mais clara de ser interpretada. Observa-se, com relação às dimensões dos recuos exposta, que apesar de os recuos terem se mantido os mesmos, desde o plano de 1974, a taxa de ocupação aumentou (antes, havia casos em que só eram permitidos 40% de taxa de ocupação dos lotes, e no plano de 1994 este índice subiu para 80% em todos os lotes), o que representa uma diminuição de área livre como um todo. Por outro lado, esta regulamentação possibilitou que as edificações se inserissem dentro das prerrogativas da legislação, vez que os índices anteriores não correspondiam à realidade das construções já existentes e para as vindouras. Outra inovação no plano de 1994, sobretudo comparado ao plano de 1984, é a possibilidade de se construir na divisa dos lotes laterais e de fundos, o que antes, no plano de 1984 era proibido, tendo em vista atender aos índices de ventilação, iluminação e salubridade determinados pelo plano. Em outras palavras, o índice mais significativo a ser obedecido no plano de 1994 termina por ser a taxa de ocupação do lote, que não deve ultrapassar os 80%. Com relação ao recuo adicional, como foi colocado no parágrafo segundo do artigo 33, quando a edificação tiver mais de dois pavimentos, este recuo deve ser aplicado. Esta determinação, indiretamente, incentiva que os construtores não construam mais de dois pavimentos, tendo em vista não “perder” estas áreas no caso de se fazer os pavimentos superiores. Ou seja, o plano de 1994 deixa em aberto opções, e fica a cargo do proprietário tomar a decisão final e arcar com as consequências destas decisões. Não existe uma proibição declarada – como se verifica nos planos de 1974 e 1984 – mas “incentivos” e “não incentivos”. O próximo item a ser analisado no plano de 1994 se refere aos empreendimentos de impacto. De acordo com o plano, os empreendimentos de impacto são “aqueles, públicos ou privados, que quando implantados, venham a sobrecarregar a infraestrutura urbana ou, ainda, que tenham uma repercussão ambiental significativa, provocando alterações nos padrões funcionais e urbanísticos da vizinhança ou ao espaço natural circundante”. (PDN, 1994). Os empreendimentos de impacto, não mencionados nos planos anteriores, passam a incorporar o plano de 1994, fornecendo diretrizes para a implantação deste tipo complexo de uso. Até então, este tipo de uso do solo, não previsto nos planos, não era acobertado por nenhuma legislação específica, o que ou inviabilizava sua implantação (o que certamente aconteceu com frequência, tendo em vista que os investimentos internacionais exigem uma série de documentações, inclusive referentes aos impactos ambientais) ou incentivava a construção clandestina destes empreendimentos. Na sequência, são abordados no plano de 1994 os instrumentos de gestão urbana. Para efeito de análise neste artigo, foram estudados os de “transferência de potencial construtivo” e o “consórcio imobiliário”. O instrumento “transferência de potencial construtivo” determina que:

Art. 48 – O potencial construtivo do imóvel contido na Zona de Proteção Ambiental, assim como do imóvel impedido por esta lei de utilizar a densidade ou coeficiente de aproveitamento básicos poderá ser transferido, por instrumento público, mediante prévia autorização do Executivo, para

imóvel situado à Zona Adensável, onde haja disponibilidade de estoque. (NATAL. Plano Diretor de Natal, 1994).

O instrumento “transferência de potencial construtivo” foi a solução encontrada para os casos em que, áreas de propriedade particular, antes não consideradas como sendo zonas especiais de proteção ou conservação ambiental, terem sido classificadas como tal, e, portanto, não mais permitirem construção. Nesses casos, o proprietário, em tese, deveria ser indenizado pela prefeitura; contudo, o volume de indenizações seria muito elevado para atender a toda área especial de interesse ambiental. Para resolver esta questão, o instrumento prevê que se reloque o mesmo potencial construtivo para outra área da cidade, especificamente para as zonas adensáveis, de forma que não haveria mais gastos para a prefeitura e não haveria perdas para o proprietário que poderia construir sua edificação em outro local (considerando que a alternativa seria não poder construir no terreno, e nem ser indenizado por esta perda). O outro instrumento adotado no plano de 1994 é o Consórcio Imobiliário (artigos 51 e 52 do Plano Diretor). O consórcio imobiliário é um instrumento que já havia sido delineado nas palavras de Pierre Patte, que propunha uma parceria entre o governo e o investidor privado, no caso deste último não dispor de capital suficiente para urbanizar o seu loteamento. Em contrapartida a este investimento do governo, o investidor receberia lotes urbanizados de valor similar ao de seu investimento inicial de lotes não urbanizados. Como se pode verificar, a ideia contida no plano é similar ao que Patte propunha para Paris em 1789. Estes dois instrumentos de gestão urbana são mencionados ainda indiretamente nos estudos de Peter Hall e foram instrumentos como estes que possibilitaram alguns processos de renovação urbana, com resultados positivos nos Estados Unidos (Baltimore) e Inglaterra (Docklands). Para finalizar, no artigo 68 do Plano de 1994, que trata das disposições gerais e transitórias, mais uma vez, assim como os planos anteriores, se estabelece que para a Zona de proteção Ambiental e suas Subzonas, será ainda elaborada uma “lei específica o limite e regulamentação da Zona de Proteção Ambiental e suas subzonas. [...]”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias. (PDN, 1994). **CONCLUSÃO:** Analisando o plano de 1994 e os demais que lhes foram anteriores, percebe-se que houve um processo de democratização do mesmo (até como um reflexo do contexto sócio político do Brasil como um todo e, sobretudo, do movimento de reforma que marcou a o final da década de 1980 e 1990, bem como seus reflexos nas cidades), que havia se delineado no plano de 1968, ocorre uma ruptura nos planos de 1974 e 1984 e é retomado em 1994. Também outra contribuição significativa veio do próprio amadurecimento da discussão ambiental, e em especial no Brasil, que se iniciou com grupos ecológicos fragmentados que aos poucos foram transformaram numa rede de pesquisa em todo o país, e integra campos multidisciplinares do conhecimento, contribuindo com diversas visões específicas dentro desta temática. Os aspectos positivos desse amadurecimento da discussão ambiental foram tanto o fortalecimento da política ambiental (na forma da produção de legislações mais vinculadas com a realidade e mais atualizadas com o que há de mais democrático e ecologicamente correto sendo produzido no mundo) como, mais indiretamente, o processo de conscientização da população acerca da importância do meio ambiente. Esse processo culmina com plano diretor de 1994 que significou um marco do ponto de vista ambiental para a cidade de Natal. Com este plano foram incorporadas uma série de instrumentos de gestão urbana (tais como a transferência de potencial

construtivo e o consórcio imobiliário, instrumentos identificados no trabalho de Pierre Patte, Kevin Lynch e de Peter Hall), foram estabelecidas articulações com outras legislações (como a Lei Orgânica do Município de Natal de 1992). O meio ambiente é encarado como um dos pilares centrais do plano, quando se busca, dentro dos seus objetivos, garantir as funções sociais da cidade, através do uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado. O emprego de novas terminologias tais como “subzona de preservação” e “subzona de conservação” dentro da zona de proteção ambiental deixava claro que o corpo técnico que elaborou o plano de 1994 estava a par dos atuais debates sobre o meio ambiente e aplicava esses novos conceitos dentro do instrumento legislativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 6938 de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

HALL, PETER. **Cidades do Amanhã** - Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1988.

LIMA, Pedro de. **Natal do séc. XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. São Paulo: USP, 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, 1998. 1v. 247f.

LYNCH, Kevin. **Planificación del sítio**. Editorial Gustavo Gili S. A: Barcelona, s/d, p. 186. (Trad. Adriana Borba).

RIO GRANDE DO NORTE.(Estado). Prefeitura Municipal do Natal. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Natal**, 1990.

_____. (Estado). **Lei nº 2.211 de 10 de julho de 1974**, que institucionaliza o Plano Diretor do Município de Natal, 1974.

_____. (Estado). **Plano Diretor de Organização Físico Territorial do Município de Natal**. Lei nº 37/1984. Natal, 1984.

_____. (Estado). Projeto de Lei que dispõe sobre o **Código do Meio Ambiente do Município de Natal**. Prefeitura de Wilma de Faria Maia, 1992. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/lei_n_4100.pdf.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1994. (15. ed. revisada até o governo de Fernando Collor por Hernani Donato).

ANÁLISE CRÍTICA DE DESIGN: METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO

AUTORA:

Adriana Carla de Azevedo Borba

RESUMO: O presente trabalho consiste numa proposta metodológica para análise crítica de objeto de design industrial; no método proposto, não há restrições quanto à escala do objeto a ser analisado, nem a complexidade do mesmo. O objetivo geral é analisar um objeto de design comercializado e produzido em território nacional; os objetivos específicos são caracterizar o objeto de estudo investigado; identificar as categorias de análise do objeto; submeter o objeto à análise crítica de design segundo os parâmetros elencados; identificar em que medida ocorre o atendimento às categorias de análise propostas.

Palavras-chave: Design de objetos. Tecnologia industrial. Inovação e design.

INTRODUÇÃO: O artigo compreende uma proposta de percurso metodológico para proceder a análise crítica de objeto de design industrial. O mundo contemporâneo, com a grande velocidade de produção de informação, traz consigo o problema da efemeridade das soluções para resolução de problemas. No design, seja ele em que suporte for, esta realidade se coloca de maneira imperiosa: conceitos gráficos, na moda, nos objetos do cotidiano, na programação gráfica, desde o menor ao maior, do mais simples ao mais complexo, sofrem com o problema do descarte e rapidamente se tornam obsoletos. A proposta de um método de análise de design vem numa tentativa de mensurar o grau de caducidade de um objeto (ainda na fase de projeto) para buscar elastizar sua durabilidade, mediante ajustes conceituais, de funcionamento, estética, originalidade, racionalidade produtiva, etc. Tendo em vista melhor compreender as estratégias de análise crítica, este artigo apresenta um estudo de caso, onde acontece a aplicação do método em um objeto de design comercializado e produzido em território nacional. Neste sentido, o objetivo geral foi de analisar um objeto de design comercializado e produzido em território nacional; e os objetivos específicos foram caracterizar o objeto de estudo investigado; identificar as categorias de análise do objeto; submeter o objeto à análise crítica de design segundo os parâmetros elencados; identificar em que medida ocorre o atendimento às categorias de análise propostas. Como metodologia, foi aplicada a estratégia de análise proposta por Adélia Borges apreendida no curso de Especialização em Design Estratégico, incluindo os seguintes parâmetros: identificação do produto; caracterização; categorias de análise: funcionalidade; inovação/ originalidade; identidade; racionalização produtiva; ecologia; impacto mercadológico; críticas ao produto. Esta metodologia é melhor explicitada no item Metodologia, contido neste trabalho. **METODOLOGIA:** Como metodologia, foi aplicada a proposta por Adélia Borges apreendida no curso de Especialização em Design Estratégico, ministrado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RN) em parceria com o Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), ocorrido em 2003. Na metodologia proposta, após a escolha de um objeto de design a ser analisado, foi aplicado o instrumento para análise de diversos objetos de análise, a partir do qual foram estudados os seguintes parâmetros: identificação do produto; caracterização; categorias de análise: funcionalidade; inovação/ originalidade; identidade; racionalização produtiva; ecologia; e impacto mercadológico. A

identificação do produto consiste em dados que contemplem o que é o produto (sua função, dita na sua embalagem), marca, modelos, fabricante e quando foi lançado no mercado. Na caracterização do produto, são trazidas informações mais técnicas do produto, descrevendo o objeto e seus materiais, associados ao seu funcionamento. Quanto às categorias de análise propriamente ditas, temos a funcionalidade, que explicita qual a principal função (e mais evidente) do produto, assim como algumas outras funções secundárias e trata sobre aspectos do manuseio e mecanismo de funcionamento/ ativação do objeto em análise; além disto, a inovação/ originalidade, que analisa produtos/ objetos de função análoga, produzidos anteriormente, e até que ponto se identifica um aperfeiçoamento do design original, rupturas completas ou ainda situações híbridas de ruptura e continuidade. Esta análise de inovação/ originalidade avalia tanto a função como a forma dos produtos; em seguida é tratada a identidade, e neste quesito, observa-se se o design apresenta alguma identidade visual com o local/ região/ país em que o produto está sendo comercializado. Esta análise foca-se mais em questões formais e estéticas do objeto. Outro aspecto analisado diz respeito à racionalização produtiva; neste, é verificado o processo de produção/ fabricação do produto: duração, etapas, pessoal envolvido, materiais empregados, complexidade do produto e logística reversa (possibilidades da utilização de práticas sustentáveis como os 3 R's, ilustrados na Figura 01). A análise do aspecto ecologia diz respeito às características “*ecofriendly*” identificadas no produto/ objeto: o quanto ele impacta positiva ou negativamente o meio ambiente e quais suas estratégias de reverter impactos negativos. Por fim, a análise de impacto mercadológico se refere a investimento midiático feito neste produto; as estratégias de marketing empregadas e quais os veículos de publicidade foram empregados em sua divulgação/ promoção. Finalmente, é feita uma síntese dos pontos positivos e negativos do produto e determinado o quanto ele atende às categorias de análise aplicadas.

REVISÃO DA LITERATURA: A discussão sobre o papel atual e as perspectivas futuras da utilização da tecnologia digital e da internet, sobretudo na criação e difusão de design, constitui uma temática bastante pertinente nos dias de hoje, haja vista sua larga disseminação e aceitação por todo mundo — aceitação esta ocorrida especialmente pelo processo de “iconização” da interface entre o equipamento e o usuário que o utiliza. Em se tratando de ferramentas absolutamente recentes, faz-se mister compreender seu funcionamento, suas particularidades e desdobramentos de sua utilização tanto no dia a dia de um usuário isoladamente, como numa análise mais global, da sociedade como um todo. Tendo em vista o acúmulo de conhecimentos e a busca por melhorias de projeto, surge as possibilidades advindas da simulação; esta acontece através da inserção de dados num equipamento que os armazena, e os condiciona a padrões matemáticos simuladores da realidade, não existindo fisicamente aquela estrada, carros, objetos, etc, ou seja, sem vínculo com a nossa realidade de tempo e espaço; em outras palavras, esta simulação da nossa realidade acontece em uma outra realidade, tida como digital.

Figura 01 – os 3 R's da Sustentabilidade.



Fonte: <https://www.nerdcursos.com.br/single-post/2017/11/13/OS-3-Rs-DA-SUSTENTABILIDADE>, 2012.

Em outras palavras, cria-se um mundo virtual para dar conta de nosso mundo real. Outra abordagem relevante diz respeito à relação do design com as novas tecnologias e em consequência, a desmaterialização do design através da imagem digital. Foi colocado que esta desmaterialização do design ocorre em dois âmbitos: em primeira análise o design deixa de ser algo necessariamente físico, material, para existir dentro de uma realidade virtual em forma de padrões matemáticos e numa segunda reflexão, observa-se a desmaterialização da imagem como arte, de modo que se passa a dar mais valor à ideia do que ao objeto propriamente dito (SOUTO, 2002). Tal processo de desmaterialização, este desapego ao palpável, ao tangível, mais parece à primeira vista uma contradição ao modo capitalista em que vivemos, no qual o que importa é o poder material, é obter coisas, objetos — em quantidade e qualidade. Cada vez mais novos objetos se tornam indispensáveis em nossas vidas, ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais descartáveis, obsoletos, sendo logo substituídos por outros. É neste momento em que se insere o design e o que parecia uma contradição torna-se um processo natural e inexorável do funcionamento do capitalismo: para se produzir mais objetos com maior velocidade e mais qualidade é preciso “encurtar” etapas, “enxugar” os meios de produção, e com o uso da realidade virtual tudo se processa mais rápido (se pode ao mesmo tempo criar, aperfeiçoar e apresentar um projeto de design trabalhando num mesmo espaço — o computador; e ele pode ser visto em tempo real, em todos os lugares do mundo e em qualquer etapa de trabalho, pela pessoa que encomendou o serviço de design, pelo produtor, “materializador” do objeto e por seu futuro usuário, se assim o designer desejar). No ambiente digital, o observador, leitor desconhecido, pode tornar-se também autor. “Não é possível prever quando onde e de que forma a imagem será acessada e recriada, o que reforça a ideia de a imagem digital ser virtual e universal” (SOUTO, 2012). Surgem então os “curiosos”, os “micreiros”, que sem noções teóricas mais sólidas, sem vínculos com a universidade, ou qualquer método científico, entram no mercado de design modificando imagens, utilizando aplicativos e softwares com fórmulas e soluções pré-fabricadas, oferecendo serviços de qualidade duvidosa, com pouca profundidade conceitual. Neste novo mercado, define-se muito claramente o trabalho do

profissional do trabalho de um amador, de onde se conclui que as novas tecnologias não eliminam a necessidade do designer de produtos (BORGES, 2009). Ainda como consequência da popularização das novas tecnologias, verifica-se que a imagem digital sendo um “fenômeno atual, muito difundido, mas sem passado, desliga-se do processo educacional”. Em face destas novas realidades, deve-se pensar no ensino do design (e porque não, de todos os outros cursos) associado ao design, que permite visualizar e tornar presente essa nova realidade através da tecnologia digital, inovando o próprio mundo da educação (SAFAR, 2001). Tal situação reflete outra mudança no modo de ver o ensino; se antes existia a figura do velho professor, verdadeiro oráculo de conhecimento enciclopédico, centrado em sua biblioteca sem vínculo com outros produtores de informações, atualmente vemos jovens pesquisadores (cada vez mais jovens ainda) superespecializados, interligados a diversas outras bases de pesquisa nos mais diversos lugares do mundo. Surgem outras questões pertinentes: estamos caminhando para uma sociedade atemporal e a-espacial? Será que o mundo vai se tornar uma representação do mundo real, com a existência de pessoas virtuais, idealizadas por designers? Um aspecto é fato: pessoas antes isoladas, desconheciam a existência de outras vivendo no outro lado do mundo; agora estas pessoas são unidas — não pessoal, mas virtualmente — pela informação, podendo assim tomar consciência do nível de desenvolvimento de cada nação, da existência das guerras, da fome, das doenças, da pobreza existente em certos povos. Esta nova configuração, que possibilita uma comparação de realidades sem precedentes, também impulsiona a determinação de parâmetros, e com isso, um crescimento exponencial tanto da qualidade de produtos, como das exigências mínimas para estes. O grau de exigência por parte do consumidor aumenta e o check list de itens a serem atendidos avança na mesma perspectiva. E é neste cenário que instrumentos para auxiliar no avanço do desenvolvimento de design crítico se colocam, mais necessários do que nunca antes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O Produto escolhido para análise neste artigo foi o odorizador de ambientes “Bom Ar Crystal Air” (ilustrado na Figura 02), da marca Bom Ar, da Reckit & Benckiser, lançado no mercado de Natal-RN, inicialmente no ano de 2003, com três aromas: pêssego (ilustrado neste trabalho), flores brancas e lavanda.

Figura 02 - Bom Ar Crystal Air em sua embalagem original



Fonte: <https://www.airwickarabia.com/en/products/slow-release/crystal-air-gels/lavender-crystal-air-gel/>, 2019.

Atualmente, além destas, está disponível no mercado a fragrância roxa blackberry. No tocante à caracterização deste produto, este odorizador de ambientes consiste numa peça única moldada em vidro, com sulcos em baixo relevo, nos quais foi disposta uma fórmula concentrada em gel pigmentado, sendo este último responsável pelo perfume emanado no ambiente. Suas dimensões aproximadas são 6,8 x 7,2 cm e 2 cm de espessura. Em se tratando dos critérios para análise do design do produto, no quesito Funcionalidade: além do uso evidente de odorizador de ar (com eficácia comprovada por diversos usuários aos quais foi indicado este produto), pode-se ressaltar a função decorativa do produto; em virtude do uso de cores fortes, alegres e devido ao uso de vidro conferindo-lhe transparência, o produto tem um apelo jovem, “hi-tech”, que pode dar um toque diferente na ambientação do ambiente, portanto, além de odorizador, serve também como decorador de ambientes. Como este objeto é bem compacto e um pouco pesado, verificou-se também a possibilidade de uso como peso de papel e porta recados, ou seja, pode-se dizer que este produto é multifuncional, se prestando a outras utilizações diferentes, que não só o uso original a que se propõe. Outro aspecto relevante a ser considerado diz respeito ao manuseio do produto: ele é feito de um vidro com espessura relativamente grossa, tem um formato circular e todas as suas arestas são arredondadas, boleadas, de modo que o objeto, “apesar” de ser feito em vidro (material que já possui um estigma de se quebrar fácil, de ser frágil, com potencial de provocar acidentes) não fere o usuário que o manuseie. Eventualmente, em caso de quebra das bordas, pode ocorrer cortes no manuseio; contudo, vez que o vidro é temperado, esta quebra tem possibilidade remota de ocorrer na prática.

Tratando agora do quesito Inovação/ Originalidade: Uma primeira inovação implementada pelo “Bom Ar Crystal Air”, foi o uso de vidro, ao invés do plástico, tradicionalmente usado nos odorizadores de ambientes; esta inovação obviamente necessitou de uma série de pesquisas para verificar a aplicabilidade prática deste material buscando driblar uma série de preconceitos acerca do vidro (ver item Funcionalidade); outra inovação verificada foi o uso de cores vivas, fortes, tais como laranja, lilás e verde (fugindo das cores: vermelho, rosa e azul, usados com frequência neste tipo de produto), levemente translúcidas, conferindo ao mesmo tempo uma leveza e uma descontração ao produto. A originalidade no tocante à forma do produto, fez surgir novos usos que não somente o de odorizar o ambiente, como também a diferenças no próprio mecanismo de funcionamento do produto, de controle do aroma (se mais ou menos intenso): antes, palhetas ou espirais eram acionados para controlar a saída de perfume; neste produto o controle é feito através da forma como apoiamos o objeto à superfície (com o gel voltado para cima ou para baixo ou ainda perpendicular ao plano de apoio). Claramente, este controle de intensidade ficou prejudicado em relação aos odorizadores tradicionais: o uso de palhetas ou espirais funcionam como um temporizador, com várias possibilidades de intensidade, ao passo que nesta nova proposta, basicamente só temos duas situações, com ou sem exposição ao perfume. No que se refere à Identidade, numa primeira análise, se observa que o formato dos sulcos do produto onde está o gel odorizante faz alusão às “ondinhas” que se observava nos mais antigos odorizadores de ar, criando uma associação com este símbolo “ondulante” que ficou muito ligado a odorizantes de ambiente. O usuário já vê esta forma e a compreende, conectando-a com este produto existente há tanto tempo no mercado. As suas formas arredondadas e boleadas, que não machucam o usuário (ver item Funcionalidade) fazem do produto um objeto amigável que atrai o olhar e o toque, e por ser uma peça única, é bem fácil de usar e de compreender. Estas formas arredondadas, as cores fortes, a descontração, têm ainda um ar de “tropicalidade”, que faz com que este produto tenha uma certa conexão com o Brasil, parece ser “coisa brasileira”, mesmo não tendo sido produzida aqui. O uso do gel translúcido unido ao uso das cores fortes, nos remetem visualmente às balas, aos drops, atribuindo a este produto uma jovialidade, uma descontração, que nos liga a modernidade, ao novo, ao “hi tech”. No tocante à Racionalização Produtiva, apesar de se desconhecer o exato processo produtivo deste produto, pode-se destacar alguns aspectos que, de início, facilitam sua fabricação em série: a base do produto é feita em vidro, um material que ao ser fundido transforma-se em pasta bastante moldável e que possibilita inúmeras formas, mesmo as mais complexas. Este odorizador além disto, é uma peça única, o que facilita sua “montagem”, pois não há preocupação em acoplar outros mecanismos ou peças; moldando a peça única o passo seguinte é aplicar-lhe o gel odorizador e está terminada sua fabricação. Com relação à Ecologia, apesar de uma série de restrições e recomendações ao uso deste produto (de acordo com o rótulo do próprio produto: “Evitar inalar diretamente o produto da embalagem. Em caso de sintomas como dor de cabeça, coriza, tosse ou alergia na pele, interromper imediatamente a utilização. Evite que as crianças ou animais domésticos brinquem com o produto, mesmo após o término do prazo de validade. Em caso de ingestão do conteúdo em gel, não provoque o vômito. Entrar em contato com o Centro de Intoxicações ou Serviço de Saúde mais próximo, levando a embalagem do produto. Para melhor desempenho não tocar o gel perfumador. Não expor o produto próximo ao sol ou próximo a fontes de calor. Não reutilizar a embalagem após o uso, descartando o produto após cerca de 4

semanas), enfatizando um possível caráter tóxico do gel contido no odorizador, a maior parte da matéria prima empregada no mesmo consiste no vidro, e este como se sabe, corresponde a um material que tanto pode ser reciclado como é reciclável; ou seja, ao término do prazo de validade do produto, este vidro pode ser reciclado e ter novos usos. Existe, portanto, um paradoxo em relação a este produto: seu suporte, em vidro, muito adequado com questões de sustentabilidade, em contrapartida ao seu componente odorizante (que é o motivo de compra mais importante do produto) tóxico em certa medida a este uso, e extremamente nocivo em caso de ingestão. Tratando agora do Impacto Mercadológico, não se tem conhecimento de estudos acerca do impacto mercadológico alcançado por este produto. Também não se tem conhecimento de peças publicitárias que tenham sido feitas para divulgação/ promoção deste produto; o que se viu em alguns poucos casos, foi a ação de “usuários curiosos”, que levaram o produto sem saber ao certo como e se funcionava, e que após o uso, se sentiram satisfeitos, recomendando-o à amigos, conhecidos, etc., numa divulgação “boca-a-boca” do produto. Buscando na internet, foi identificado um comercial de 31 segundos, divulgado em 2014, encomendado à agência McCann Erickson, com RTV de Nilvia Centeno, Trilha sonora do Echo's Studio, música de Marcos Possato, produção Fernando Lauletta e direção Nicola Lauletta (que pode ser visualizado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=shBkd3FYnJE>). Quanto a mídias impressas (outdoor, busdoors, cartazes, flyers, etc), não foram identificadas a utilização desta estratégia de publicidade para divulgação do produto. **CONCLUSÃO:** Com relação a algumas críticas que podem ser feitas ao produto, apesar de todas as inovações e novas formas de uso, verificou-se alguns aspectos negativos, que deveriam ser reestruturados, visando melhorias a este produto: seu prazo de validade é curto (4 semanas), e o produto perde rapidamente as suas propriedades de odorizar ambientes. Neste caso, dever-se-ia pensar numa forma de refil para este produto; outro aspecto que cria uma certa ressalva ao uso do mesmo, é o potencial tóxico do gel, que é mencionado na própria embalagem do produto; seria o caso de se pesquisar por alternativas menos tóxicas e até mais ecologicamente corretas. Com relação à embalagem do produto, pode-se dizer que apresenta uma programação visual um tanto confusa e com um aspecto antiquado (diferente do produto inovador e moderno que ela vende), numa contradição conceitual com o odorizador. Por fim, observou-se uma falta de publicidade deste produto (tanto em mídias como no próprio ponto de venda), que apresenta uma série de inovações interessantes, mas que se perdem em meio às prateleiras dos supermercados ou pontos de venda, que não lhes destacam estas características.

REFERÊNCIAS

BARROSO NETO, Eduardo. **Ferramentas de avaliação e diagnóstico de Design**. Notas de aula. Natal: Centro Universitário do Rio Grande do Norte, 2005.

BORGES, Adélia. **Designer não é personal trainer e outros escritos**. 2. ed. São Paulo: Rosari, 2009.

_____. **Design + Artesanato**. O Caminho Brasileiro. São Paulo: Terceiro nome, 2012 .

SAFAR, Giselle. H. ; ELETO, Humberto. (Org.) . **Design gráfico mineiro** - que trem é esse?. Belo Horizonte: Independente, 2001. v. 1. 160p.

SOUTO, Alvaro Guillermo Guardia. **Branding:** Design e Estratégias de Marca. São Paulo: Ed. Demais, 2012.

SOUTO, Alvaro Guillermo Guardia. **Design:** do Virtual ao Digital. Rio de Janeiro: Rio Books, 2002.

DIREITO

DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - REFLEXÕES SOBRE A EFETIVIDADE NO ATENDIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM PARNAMIRIM-RN

AUTORA:

Amanda Patrícia Costa Melo

RESUMO: O ECA regulamenta o atendimento aos direitos de seus estatuídos através de sistemas de articulação solidária. Analisa-se, portanto, a efetividade do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e dos atendimentos às vítimas de violência sexual.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Proteção Integral. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO: A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova perspectiva aos atendimentos dos Direitos Humanos da infância e da adolescência, vinte e oito anos após sua regulamentação pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) os indicadores sociais do país apontam dificuldades da efetivação dos Direitos Humanos fundamentais deste público. No Rio Grande do Norte os índices relativos a denúncias de violências são crescentes, e este aparece como terceiro no ranking das comunicações de violações de Direitos Humanos no serviço de atendimento do Ministério do Direitos Humanos, o Disque 100. O atendimento a estas demandas é municipalizado por diretrizes da Política Nacional de Atendimento a Crianças e adolescentes instituída pelo ECA. Nesta perspectiva, apresenta pesquisa propôs-se a refletir sobre a relação dos crescentes índices de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Parnamirim nos últimos três anos, registrados nas estatísticas da Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente (DECA/RN), e a efetividade do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, materializado na rede de atendimento do serviço público no município de Parnamirim. Para tanto, utilizamos a pesquisa documental¹ buscando apreender e mapear a estruturação do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, através de suas normativas legais, protocolos, bancos de dados, estatísticas dos órgãos públicos municipais. Optamos por aprofundar o conhecimento acerca dos serviços prestados as vítimas de violência sexual, as políticas públicas e o papel principal do município, também não esquecendo que, é dever dos pais e da sociedade, tal qual do poder público assegurar com total primazia a efetivação destes direitos. Buscamos, assim elementos que

¹ A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas [...] Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (GIL, 2002, p.46).

fundamentem o questionamento: A rede de proteção e atendimento as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual tem, de fato, efetivação no Município de Parnamirim? **REVISÃO DA LITERATURA:** Do Brasil Colônia até a Constituição Federal de 1988, o atendimento dispensado a crianças e adolescentes foi marcado pela institucionalização, seja das crianças abandonadas ou consideradas delinquentes (FREIRE, 2006). No cenário internacional discussões acerca deste público são pautadas no Congresso Internacional de Menores (1911) e na Declaração de Genebra de Direitos da Criança (1924), contudo a criança e o adolescente eram vistos apenas como objeto de direito em bora já se ensejasse o reconhecimento de um “direito da criança” (ENOQUE JÚNIOR, 2019). Em 1948, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos pelo ONU resultado das reflexões sobre as violações das guerras, e em 1959 é instituída a Declaração Universal dos Direitos das Crianças e Adolescentes. No Brasil já em 1943 é formada uma comissão para revisão do Código Melo Mattos, uma vez que já se apontava que a problemática da infância no país encontrava raízes na área social. Contudo os trabalhos e a comissão foram extintos com o golpe militar de 1960 (AMIN, 2018). Na década de 1970 formula-se a legislação menorista que consolida a Doutrina da Situação Irregular, instituída em 1979 a Lei nº 6.697, o Código de Menores, que consagrava a chamada “Doutrina da Situação Irregular” (AMIN, 2018) que se prosseguia a base na “*Carencia*” e na “*Delinquencia*” (ENOQUE JÚNIOR, 2019). Em consonância a então atual discussão internacional acerca dos direitos humanos expressas na Declaração da ONU de 1959, a Constituinte de 1988, quanto ao trato dispensado as crianças e adolescentes segue o que havia de mais avançado acerca da temática, e assim Estado brasileiro rompeu definitivamente com a “doutrina da situação irregular” e estabeleceu a chamada “Doutrina da Proteção Integral, (ENOQUE JÚNIOR, 2019) estampada no artigo 227, cuja redação original, que era:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2019a).

Em 2010, com o desenvolvimento de reflexões acerca dos direitos da juventude é instituída a Emenda Constitucional nº 65, que altera o presente artigo para incluir o “Jovem no leque da proteção integral, passando a seguinte redação: É importante salientar que o referido artigo reforça o protagonismo da família na garantia da proteção integral, bem como a responsabilidade “primária e solidária das três esferas de governo” (BRASIL, 2019b). **METODOLOGIA:** A presente pesquisa utiliza-se da cartografia² como recurso metodológico para analisar o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município

²a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 47).

de Parnamirim no atendimento a violência sexual praticada a este público. Neste processo de mapeamento das forças e relações do campo da rede de atendimento de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Parnamirim. Inicialmente, partiu-se do estudo da doutrina nacional afeta ao Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no rol de direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988, regulamentada posteriormente pela legislação específica, o Estatuto da Criança e do Adolescentes de 1990. Observada a natureza jurídica dos direitos humanos de crianças e adolescentes enquanto direitos sociais e as implicações disso em sua efetivação através da política de atendimento dos direitos a este público desenhada no ECA. A partir daí, buscou-se conhecer a realidade das violações de direitos de crianças e adolescentes em perspectiva nacional, estadual e municipal através da pesquisa documental a estatísticas e pesquisas de instituições governamentais e organizações internacionais. Identificando-se o descompasso entre a execução da política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes e os índices crescentes de denúncias de violações. Na perspectiva do método utilizado, seguindo um caminho de uma

descrição ampla, surgem referências a aspectos de diversidade, complexidade, mobilidade, encobrimento, articulação, caráter estratégico, jogos saber x poder x subjetivação e modos de operação finos, sutis, capilares e subjetivantes, atribuídos à ação dos dispositivos (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 49).

Deste modo, a aproximação as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos de Parnamirim a fim de decifrar os emaranhados das tramas das relações que a determinam necessita da receptividade a realidade local sem predefinições. Para tanto, serão realizadas entrevistas semiestruturada³, as instituições públicas que atendem a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e serviço de saúde de referência no atendimento de vítimas de violência sexual) e o Conselho Tutelar. E assim, espera-se ao final das entrevistas mapear a rede de atendimento a criança e ao adolescente com seus direitos fundamentais violados em consequência da violência sexual, sua articulação formal e legal, documentos estatísticos institucionais das unidades que prestam atendimento as vítimas crianças e adolescentes. Bem como, a compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos que perpassam a dinâmica da operacionalização do atendimento. E por fim sua aferir a efetividade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes tem se tornado um grande desafio. Infelizmente poucas são as ações continuadas por parte dos legitimados, a saber, o poder público, os Conselhos de Direitos no âmbito Municipal a sociedade civil organizada, instituições e serviços encarregados de promover os direitos desse segmento populacional. Pontualmente promove-se eventos e até institui-se protocolos, porém são ações restritas a algumas localidades com temáticas específicas. Ainda dentro deste contexto, a violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ganhar mais visibilidade, pois outrora devido aos tabus impostos pela sociedade os que

³“Nas entrevistas semiestruturadas, o informante tem a possibilidade de, num contexto semelhante ao de uma conversa informal, discorrer sobre o tema proposto a partir de um conjunto de questões previamente definidas. O entrevistador precisa ficar atento para dirigir a discussão ao assunto que o interessa, no momento que considerar oportuno. Para isso, pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista” (SOUZA, 2012, p.151).

praticavam tais crimes muitas das vezes saíam impune, logo não acreditavam nas vítimas, por ser estas, na grande maioria crianças. Viviam sob ameaças pelo seu algoz, outras por sentirem medo de ser apontadas como culpadas por aqueles que tinham o dever de protegê-las, silenciaram e não revelavam as violações. A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova perspectiva aos atendimentos dos Direitos Humanos da infância e da adolescência, vinte e oito anos após sua regulamentação pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os indicadores sociais do país apontam dificuldades da efetivação dos Direitos Humanos fundamentais deste público. Traçando o panorama do nosso contexto atual, percebemos que os índices de violência contra este público são crescentes, e em 2017 o Rio Grande do Norte obteve a terceira colocação no ranking de denúncia no Disque Direitos Humanos (BRASIL, 2018). Dados relativos aos atendimentos da Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte (DECA/RN) apontam em 2018 os índices de violência contra Crianças e adolescentes tornaram a crescer, e cerca de 72% dos casos registrados ocorreram em Natal, 21,6% na Região Metropolitana e 6,3% no interior do Estado (RIO GRANDE DO NORTE, 2019). Levando em consideração os aspectos relativos aos três eixos estratégicos elencados pelo CONANDA, Parnamirim com seu Eixo de defesa dispõem de: uma Vara da Criança e do Adolescente e do Idoso, com equipe multidisciplinar composta por um profissional cedida pelo município e estagiários de pós-graduação; uma Vara Criminal; uma Defensoria Pública que dispõem de Equipe multiprofissional contrata e uma profissional cedida; uma Promotoria especializada; Polícia Militar; dois Conselhos Tutelares; e um Núcleo de Monitoramento as Denúncias do Disque 100. No eixo de Proteção e Atendimento no tocante ao atendimento a vítimas de violência, conta com dois serviços de referências na saúde, Maternidade Divino Amor para meninas e a Unidade de Pronto Atendimento de Nova Esperança para os meninos, mais um Centro Integrado de Psicologia e Psiquiatria (CIPP), e o Serviço de Assistência Especializada (SAE). Na assistência social conta com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Serviço de Acolhimento Institucional conveniado para crianças, e público para adolescentes e oito Centros de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV); No terceiro Eixo conta com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Conselhos Municipais setoriais da Saúde, Assistência Social, Educação etc. Através das consultas aos documentos publicados sobre Parnamirim identificamos que o atendimento a crianças e adolescentes é realizado através da articulação da rede em suas diversas políticas setoriais e serviços. A partir do Fluxo de atendimentos a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual, que em revisão por uma força tarefa intersetorial, a rede empreende esforços para se reconhecer e reconhecer os demais serviços e melhor direcionar os cuidados e atenção devida a estes. Há o entendimento que a porta de entrada para o atendimento será o serviço que primeiro for requisitado a mediação na situação de violação. A partir de então, compreendendo que o atendimento prioritário são os cuidados e a assistência à saúde das crianças e adolescentes, o primeiro encaminhamento a ser realizado será para a Maternidade Divino Amor quando a vítima for do sexo feminino, onde passará pelo atendimento multiprofissional (enfermagem, psicologia, ginecológico e serviço social) do Protocolo Acolher e preenchida a ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Posteriormente, o serviço social emitirá um relatório comunicando ao Conselho Tutelar para que este possa aplicar as Medidas de Proteção cabíveis para a situação e ao Ministério Público para dar ciência a

situação. Encaminhará a família para: acompanhamento sócio assistencial no CREAS, onde a intervenção é direcionada a reconstrução de vínculos e fortalecimento familiar e comunitário objetivando a construção de estratégias familiares que favoreçam a interrupção do ciclo de violência através dos recursos disponíveis no SUAS e articulação intersetorial; o CIPP, onde a vítima terá atendimento psicoterápico prioritário, e por fim agendada consulta continuidade dos procedimentos profiláticos com o médico infectologista no SAE (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2018). Acerca de ações de prevenção e capacitação, identificamos através das notícias divulgadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Parnamirim, no período de 2014 a 2019 que as atividades se concentram durante semana de 18 de maio, que marca nacionalmente as ações pelo enfrentamento e combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, com exceção dos encontros pontuais que intuía a construção do Plano Municipal de Enfretamento à Violência Sexual Contra Crianças e adolescentes 2015/2017. A respeito do referido documento as ações previstas para o período, aferimos que houve avanços em relação ao eixo “Atenção”, no que se refere ao atendimento das vítimas pela política de saúde. No Eixo Defesa e Responsabilização, foi efetivada a implantação de um segundo Conselho Tutelar, contudo o SIPIA ainda não é utilizado oficialmente. E Parnamirim ainda não conquistou sua delegacia especializada em defesa das crianças e dos adolescentes e a Vara Criminal especializada almejada pela rede. No tocante a ações ao Eixo Estudos e Pesquisas, no corrente ano o município contratou uma empresa para elaborar o mapeamento sobre áreas de vulnerabilidades e diagnóstico da violência a fim de nortear as formulações das políticas públicas e ainda se encontra na fase de elaboração. Já os eixos de Comunicação e Mobilização Social e Participação e Protagonismo, preveem a elaboração de cartilhas informativas sobre direitos sexuais e reprodutivos, a construção de mecanismos de mobilização sistemáticos na sociedade e a reativação do Conselho Municipal de Juventude. Como já mencionamos anteriormente, de modo geral seminários, audiências públicas e capacitações de profissionais da Saúde, Educação e Assistência Social são privilegiadas nos períodos de mobilização nacional. E a articulação da rede se dá em geral nos estudos de caso, intervenções conjuntas e audiências do Poder Judiciário. Dado o exposto, salientamos que através da pesquisa ao site oficial da Prefeitura do Município e Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte encontramos o Ministério Público bastante atuante no município atento ao efetivo funcionamento desta rede. Tanto participando das ações promovidas pela municipalidade, quanto desempenhando funções discricionária cobrando dos Conselhos Tutelares o monitoramento das medidas de proteção aplicadas e a acelere comunicação das demandas instauradas no órgão, referente a violência sexual, como também ao COMDICA e a rede de atendimento através de seus gestores. Orientado também pelo art. 13 do ECA, que em seu segundo parágrafo estabelece:

Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do **Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente** deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar. [grifo nosso]. (BRASIL, 2019b).

Embora as indicações do Ministério Público já estejam estabelecidas nas diversas normativas acerca do funcionamento das políticas públicas, contudo a efetivação destas ainda demandam a judicialização, quando o poder público não assume sua responsabilidade e o controle social não consegue ser proativo. **CONCLUSÃO:** Observou-se durante a pesquisa sobre a efetividade na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Parnamirim, que nem tudo ocorre como em “um conto de fadas”. A municipalização da prestação de serviços pelo Poder Público prevista na Constituição Federal encontra gargalos em sua operacionalização. As dificuldades enfrentadas nas estruturas e operacionalização das políticas públicas integrantes do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes. É conforme Amin:

Mostra-se indispensável tornar a municipalização real, exigindo que cada município instale seus conselhos –sendo essencial, nesse aspecto, a atuação do Ministério Público –fiscalizando a elaboração da lei orçamentária, para que seja assegurada a prioridade nos programas sociais e a destinação de recursos para programações, culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e juventude, estabelecendo convênios e parcerias como terceiro setor[grifo nosso] (AMIN, 2018, p.58).

É preciso reconhecer que a efetivação da rede de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência está consolidada, embora necessite avançar no campo do alcance e da qualidade. E sobre esses aspectos, quando a desatenção do poder público com a efetividade do atendimento, e assim a negação do direito dos estatuídos pelo ECA far-se-á necessário reivindicá-lo por meio da judicialização. Parnamirim detém o mérito na iniciativa de discutir e organizar o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, contudo o município ainda não conseguiu redefinir o fluxo e lançar o protocolo em discussão há mais de dois anos, em grande parte provocada pelo Poder Judiciário. É imprescindível ainda destacar que o fortalecimento de ações preventivas à violência sexual é prioritário, e eventos pontuais são relevantes, mas não geram efeitos a longo prazo como a instituição de uma agenda de formação permanente dos profissionais da rede de atendimento e inclusão da temática da violência no calendário da semana pedagógica da rede de educação municipal nos Projetos Políticos pedagógicos das Escolas. Assim como nos demais serviços municipais. E sobretudo, informar a sociedade acerca de medidas preventiva e a assistência responsável e não revitimizadora. Por fim, indicamos a importância do aprofundamento dos estudos acerca do princípio da municipalização do atendimento da criança e adolescentes, no tocante a disposição orçamentária e os diversos interesses que podem sobrepor-se ao interesse público.

REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues *et al.* **Curso de Direito da Criança e do Adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 43-122.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 abr. 2019a.

_____. Ministério Público. 2ª Promotoria de Justiça da Infância, Juventude e Família da Comarca de Parnamirim. **Termos de Audiência das reuniões de construção do Protocolo e revisão do Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual**. Parnamirim, 2018. (mimeografado).

_____. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 abr. 2019b.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos: relatório 2017**. Brasília: MDH, 2018.

CONANDA. Resoluções 113 e 117/2006. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>. Acesso em: 01 abr. 2019.

ENOQUE JÚNIOR. **Direito da Criança e do Adolescente**: resumo das aulas (texto da apresentação da 1ª Unidade). ago. 2019, dez. 2019. Notas de Aula.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, Blenda Carine Dantas de *et al.* O pacto pela infância e a política de atenção à violação de direitos de crianças e adolescentes no Rio Grande do Norte. *In*: PAIVA, ILana Lemos de *et al.* (Orgs). **Infância e Juventude**: em contextos de vulnerabilidades e Resistências. São Paulo: Zagodoni, 2013, p. 177-195.

MORAIS, José Carlos Sturza. Direito de Participação de Crianças e Adolescentes: uma causa carente de abraço. **Revista Bem Cuidar**. São Paulo: PAULUS, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: em busca da Constituição Federal das crianças e dos adolescentes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PARNAMIRM. Rio Grande do Norte. **Plano Municipal de Enfretamento à Violência Sexual Contra Crianças e adolescentes 2015/2017**. Parnamirim: COMDICA, 2015.

PREFEITURA DE PARNAMIRIM. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <https://parnamirim.rn.gov.br/diarioOficial.jsp>. Acesso em: 10 ago. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente - DECA. **Estatística de atendimento 2015-2018**. Natal: DECA, 2019.

_____. **Diário Oficial do Estado**. Disponível em: <http://www.diariooficial.rn.gov.br/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

UNICEF. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PERICULUM IN MORA: A TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA LIMINARMENTE, E O AUXILIO AO TRABALHADOR NO RECEBIMENTO DO SEGURO DESEMPREGO

AUTORAS:

Edyla Monteiro de Melo
Thalita Fernandes de Almeida
Alana Farias de Oliveira Aguiar

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo levantar informações jurídicas e sociais a respeito de como a Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente é tratada pelo ordenamento jurídico brasileiro, assim como tentaremos identificar as mudanças sociais a respeito da temática que envolve o desemprego e as formas de recebimento do seguro desemprego que existe no Brasil. Analisaremos a importância da Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente, dessa forma, demonstraremos a efetividade desse direito fundamental e quais os desdobramentos do tema no ramo do direito constitucional e direito cível que refletem diretamente aos trabalhadores do Brasil.

Palavras-chave: Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente. Trabalhador. Seguro desemprego.

INTRODUÇÃO: Entre os vários direitos sociais existentes em nosso ordenamento jurídico, trazemos à baila, um direito social, inerente a sobrevivência do indivíduo, inserido na Constituição Federal de 1988, estamos falando do direito ao trabalho, nesta vertente, é certo se falar que seja um direito intrínseco a dignidade da pessoa humana, desta forma, sua ausência ou escassez acarreta danos a todo meio social, ao qual estamos inseridos. A Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente é um instituto que deve sempre que possível ser usado, pois, por possuir caráter antecipatório concede ao trabalhador em estado de necessidade, a satisfação do seu pedido rapidamente e sendo formulada seguindo o condão do princípio da eficiência, da celeridade e razoável duração do processo, estampa como alcança-se a verdadeira justiça. O objetivo desse trabalho é trazer aos leitores informações relevantes acerca do Instituto da Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente, quando da sua utilização no caso da demanda do desempregado, que busca receber seu Seguro Desemprego, nos casos de rescisão imotivada de vínculo empregatício, visando, assim, maior divulgação da importância dessa norma, para manutenção dos direitos fundamentais. O Seguro Desemprego é direito fundamental inserido no nosso ordenamento jurídico, e partir dele, o desempregado tem disponível um valor fixo mensal, que pode se estender por até 05 (cinco) meses, esse valor assegura ao indivíduo sua subsistência temporária, até sua inserção no mercado de trabalho, nesse contexto, vemos sua importância, tanto para economia nacional, quanto para a estabilização social, e tendo, a possibilidade de recebimento mais rápido, nos casos onde, o empregador não conduz a dispensa de forma correta, o desempregado pode e deve utilizar-se de todos os meios legais disponíveis para alcançar seus direitos. Destarte, faz-se necessária a análise dos meios possíveis para minimizar imediatamente, a despedida do trabalhador, e os efeitos do desemprego, que acarreta em nossa sociedade males diversos, a Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente, abarca tal intento, e rapidamente, supri a morosidade judicial, com sua normatividade voltada para celeridade e

eficiência. A partir da análise da questão, em relação a leitura do artigo 300 do Código Civil de 2015, que versa sobre a Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente, e como ela pode ser utilizada nos casos de rescisão imotivada de vínculo empregatício, quando o empregado precisa urgentemente receber seu Seguro Desemprego e não consegue por falha do empregador, neste contexto, indicando seus impactos sociais. **METODOLOGIA:** O modelo metodológico qualitativo está sendo utilizado para demonstração do fato social e fato jurídico abordado pelos autores no qual está exemplificado no corpo deste trabalho, onde o direito dos cidadãos atingidos pela Tutela de Emergência Antecipada Liminarmente é a principal característica da regulamentação do fato social, usando como base normativa de referência jurídica a Constituição Federal de 1988, as leis presentes no Código Processo Civil de 2015. O seguro-desemprego atende, em média, a mais de quatro milhões de trabalhadores brasileiros, garantindo uma renda mínima nos períodos difíceis nos quais o trabalhador busca uma recolocação no mercado de trabalho. Deste modo o Senado Federal introduz o tema, com o seguinte parágrafo " Inspirado em modelo europeu, durante o Plano Cruzado, como um dos programas sociais do governo do então presidente da República José Sarney. Depois foi garantido pela Constituição de 1988, que consagrou o direito à proteção social do trabalhador em situação de desemprego involuntário. Em 1990, o Congresso Nacional criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), definindo-o também como fonte pagadora do seguro-desemprego. Com isso houve ampliação de sua cobertura e melhoria no valor do benefício. De acordo com essa perspectiva, a realidade não pode ser independente do indivíduo porque ela é construída por ele. Já a projeção é a análise objetiva da relação existente entre esse fenômeno social, que é a Tutela de Emergência Antecipada Liminarmente, e o fato jurídico, a normativa brasileira que trata desse tema, exposta em detalhes nesse projeto de produção de artigo científico, que normatiza tal fato social. Desse modo a simbolização é a interpretação das consequências advindas dessa relação sócio jurídica, para apresentar a temática realizamos a pesquisa de análise qualitativa usando o método bibliográfico, como também recorreremos à consulta de artigos científicos nacionais sobre o tema tratado. Ademais, verifica-se que a Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente, surgiu a partir dos princípios citados e busca nos casos de recebimento do Seguro Desemprego acelerar a efetivação da demanda, ao hipossuficiente. **REVISÃO DE LITERATURA:** Ao tratarmos do tema Trabalho, devemos primeiramente, indicar a importância desse direito fundamental, inserido na Constituição Federal de 1988, artigo 6º, *in verbis* "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Direito esse, corroborado anteriormente, com a criação da Organização Internacional do Trabalho - OIT e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A OIT foi criada no ano de 1919, com o intuito de promover a justiça social, segundo o site oficial " A missão da OIT é promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Para a OIT, o trabalho decente é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável". A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada aos 10 dias do mês de dezembro de 1948, no seu artigo 23, diz que "todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra

o desemprego", destarte, essa proteção ao desemprego será discutida, de forma a mostrar a importância da busca pelo direito ao Seguro Desemprego por rescisão imotivada, haja vista o impacto na vida do trabalhador, como também, em toda a sociedade, usando do instrumento normativo da Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente, que foi inserido no nosso ordenamento jurídico, a partir da ascensão do princípio da eficiência. O desemprego acarretado por rescisão imotivada do vínculo empregatício engloba não apenas a despedida do trabalhador, com todos os seus reflexos emocionais, haja vista, não ter cometido falta alguma no seu labor, e mesmo assim ter sido demitido. As questões financeiras de subsistência dele e de sua família, em muitos casos a demora na liberação dos seus direitos assegurados, por motivo de falha do empregador, acarretam danos devastadores aos que o rodeiam, e a própria sociedade como um todo, pois, o desemprego é fonte dos mais diversos males que podem atingir a sociedade, como o aumento da violência, informalidade que pode causar subempregos, exploração e também diminuição do produto interno bruto.

Como afirma a professora Mandelbaum, é preciso considerar que o trabalho não é só fonte de renda ou de sustento, mas tem também um papel central na saúde mental e inserção social das pessoas: "Ele é formador de uma rede social que me confere um certo lugar, que me permite estabelecer vínculos que se desdobram em outras coisas". Se entende então que, o desemprego é referência para inúmeros males, destarte, a necessidade de mitigação destes é responsabilidade de todos, mas, contundentemente do próprio Estado. (CONCLI, 2017).

Ademais, a busca dos meios possíveis no direito, para mitigação dos danos causados pelo desemprego é necessário, e o legislador oferece esses mecanismos ao cidadão, por meio da Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente, que é um instituto que traz na sua cerne o princípio da eficiência, da celeridade e da razoável duração do processo, e pode ser utilizada nos casos de demissões ocorridas sem motivação do trabalhador, quando da necessidade do recebimento urgente do Seguro Desemprego por rescisão imotivada, direito esse, constante na Constituição Federal de 1988 e aquele inserido no Código de Processo Civil de 2015. O embasamento destas normas advindas de leis, mas também, com a Jurisprudência existente, assim como doutrina, que busca regular de forma mais específica a situação da utilização da Tutela de Urgência, para obtenção do Seguro Desemprego.

SEGURO DESEMPREGO. LIBERAÇÃO. SÓCIO DE PESSOA JURÍDICA. AUFERIÇÃO DE RENDA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. TUTELA ANTECIPADA. LIBERAÇÃO IMEDIATA DO BENEFÍCIO. 1. A Lei nº 7.998/90, que regula o " Programa do **Seguro-Desemprego**, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências", estabelece no art. 3º, V, como um dos requisitos para obtenção do seguro-desemprego, para o trabalhador dispensado sem justa causa, não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família. 2. O simples fato de ser sócio de pessoa jurídica não implica a inviabilidade da liberação do benefício de proteção ao trabalhador, sendo necessário aferir se, concretamente, a parte obtém renda da pessoa jurídica. Precedentes. 3. Prestação de caráter alimentar. Implementação imediata do benefício. **Tutela antecipada** concedida. 4. Recurso de apelação da parte impetrante provido. (TRF 3, 2017).

O Juízo, a fim de amparar o deferimento do pedido, expõe o argumento de forma bastante clara, e resolve positivamente, pois, o Seguro Desemprego é um direito dado ao cidadão, quando esse, não tem condições de manter-se. Vemos que sua principal finalidade é responder rapidamente ao pleito da parte, quando peticiona requerendo direito certo, indispensável à manutenção de sua própria subsistência, no caso o trabalhador que é demitido sem justa causa, e não consegue satisfazer sua pretensão sobre o Seguro Desemprego que tem direito, Didier afirma:

A principal finalidade da tutela provisória é abrandar os males do tempo, e garantir a efetividade da jurisdição (efeitos da tutela). Serve, então, para redistribuir, em homenagem ao princípio da igualdade, o ônus do tempo do processo, conforme célebre imagem de Luiz Guilherme Marinoni. Se é inexorável que o processo demore, é preciso que o peso do tempo seja repartido entre as partes, e não somente o demandante arque com ele. (DIDIER, 2015, p. 567).

O mérito da questão engloba, pois, a satisfação antecipada do pedido, visando abrandar o decorrer do tempo, nos casos de necessidade do momento presente, sabendo que o desempregado está em um estado de hipossuficiência e não pode esperar o decorrer do trâmite processual. O legislador, sabiamente, criou um instrumento que apesar de antecipar a satisfação do pedido, não resolve o mérito, ele não ultrapassou as prerrogativas existentes na sentença, apenas, buscou sanar um possível problema que ocorreria no decorrer da ação, sendo uma liminar *inaudita altera parte* (é uma forma de antecipação da tutela concedida no início do processo, sem que a parte contrária seja ouvida. Ela apenas é concedida desta maneira, antes da justificação prévia, se a citação do réu puder tornar sem eficácia a medida antecipatória ou se o caso for de tamanha urgência que não possa esperar a citação e a resposta do réu), não devemos achar que o legislador fere o princípio do contraditório, pois, trata-se de direito certo que precisa ser assegurado para que o trabalhador não sofra maiores danos. Segundo Araújo & Antigo (2015), *apud* Carvalho *et al.* (2017, p. 03) “ Destaca-se dentre as variáveis econômicas relacionadas com as variáveis de crimes, o desemprego, ARAÚJO & ANTIGO (2015), salientam tratar-se de um fenômeno muito estudado devido aos impactos para a economia do país e para outros setores da sociedade. Em uma esfera macroeconômica maior taxa de desocupação ocasiona aumentos na pobreza, maiores gastos governamentais, além de elevação no índice de criminalidade, visto que de acordo com a abordagem da escolha racional, um indivíduo desempregado encontra como opção o ato ilícito, assumindo o risco inerente ao ato criminoso, dependendo principalmente da probabilidade de sucesso ou não na atividade”. Os problemas advindos do desemprego podem ser mitigados com o oferecimento de direitos básicos, dentre eles o Seguro Desemprego por rescisão imotivada, que deferido de forma rápida, corrobora com a harmonia social, pois, é oferecido ao cidadão um amparo, enquanto procura uma nova ocupação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nesta vertente, cabe informar que o empregador tem obrigações, quando da dispensa do funcionário com justa causa e no caso do estudo sem justa causa, e essas, são fundamentais para o recebimento do Seguro Desemprego, e estão expressas na Lei nº 13.467/ 2017, artigo 477, *in verbis* " Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo", como também tem prazo legal, descrito no parágrafo 6º dessa Lei, *in*

verbis " A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato". A inobservância do parágrafo acima se caracteriza como descumprimento de norma jurídica e enseja reparação, a falta de comunicação da dispensa aos órgãos competentes, impossibilita o recebimento da verba rescisória - Seguro Desemprego - , no caso, uma das obrigações do empregador é acionar o comando do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que é utilizado pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais, na falta desse, o desempregado não recebe o aludido. Desta maneira, no intuito de receber rapidamente, suas verbas rescisórias, ajuíza a ação, pleiteando o direito, todavia, o Juiz na análise do pedido verifica as provas, de forma a encontrar os substanciais para o deferimento. O Magistrado do Trabalho José Dário de Aguiar Filho, em entrevista, explanou alguns fatos que estuda para o deferimento da Tutela de Urgência, nos casos de recebimento de Seguro Desemprego, "verifico primeiramente, as provas documentais para o deferimento do pleito, como, Termo de rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT), o Aviso Prévio e a Carteira de Trabalho, mas, também busco outras provas; se a empresa recolheu devidamente o FGTS do empregado, se ela pagou a contribuição social do INSS ou no levantamento dos pagamentos de salário, em conta corrente, houve, interrupção dos depósitos, configurando assim, a rescisão indireta do empregado, ensejando o recebimento do Seguro, haja vista que seu pagamento deve ser feito de forma definitiva, não há de se ter brechas para retroagir, pois, sabemos que é um direito assegurado ao trabalhador, dispensado sem justa causa, e nesse pensamento busco fundamentar minha de rescisão, com todos os meios legais possíveis." Nesse contexto, vislumbramos que o trabalhador que se encontra em situação de desemprego, não busca apenas novo trabalho rapidamente, mas também, o recebimento de suas verbas rescisórias e indenizatórias, o quanto antes, haja vista necessidade urgente de subsistência, dentro desse panorama, o legislador buscou mitigar os efeitos do tempo de forma abrangente, para os vários tipos de pleitos, inseriu no ordenamento jurídico o Instituto da Tutela de Urgência Antecipada Liminarmente, que foi criado com o intuito de trazer celeridade ao ato jurídico, está disciplinada nos artigos 300 do Código de Processo Civil de 2015, *in verbis*: "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo" e no 303, *in verbis* : " Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo". As tutelas provisórias antecipadas asseguram a efetividade do direito material, nelas, obtendo a concessão da medida, não precisará de mais nada, além da mera confirmação, em sentença. O Juízo, a fim de amparar o deferimento do pedido, expõe o argumento de forma bastante clara, e resolve positivamente, pois, o Seguro Desemprego é um direito dado ao cidadão, quando esse, não tem condições de manter-se. Vemos que sua principal finalidade é responder rapidamente ao pleito da parte, quando peticiona requerendo direito certo, indispensável à manutenção de sua própria subsistência, no caso o trabalhador que é demitido sem justa causa, e não consegue satisfazer sua pretensão sobre o Seguro Desemprego que tem direito.

CONCLUSÃO: Diante dos casos reais identificados na sociedade, à prática de

entrar com ações de Tutela de Emergência Antecipada Liminarmente, onde existe a falta de informação e muitos mitos instigados pela população brasileira, de modo que causa medo ao trabalhador, impedindo-lhe a garantia de seu direito fundamental, causando diretamente perda significativas, e contribuindo para uma insegurança jurídica social. Desse modo o empregador se beneficia dessa lacuna “insegurança jurídica”, como forma de burlar o sistema jurídico a fim de proteger seus bens patrimoniais. Com isso, desenvolvemos essa pesquisa com o propósito de informar a toda classe coletiva de labutador, a necessidade de uma ação denominada de Tutela de Emergência Antecipada Liminarmente, que nada mais é garantir um direito previsto e assegurando na Constituição Federal de 1988, e inserido no Código de Processo Civil de 2015. Além disso, com o levantamento das informações jurídicas e sociais, será possível identificar novas mudanças sociais a partir da leitura desse artigo, demonstrando principalmente para a sociedade a importância de se garantir seus direitos. Dessa forma podemos concluir que leitor, poderá fazer uso de seus direitos e gratias, contribuir para seu sustento e de sua família. Diminuindo assim, em muitos casos a demora na liberação dos seus direitos assegurados, por motivo de falha do empregador, acarretam danos devastadores aos que o rodeiam, e a própria sociedade como um todo, pois, o desemprego é fonte dos mais diversos males que podem atingir a sociedade, como o aumento da violência, informalidade que pode causar subempregos, exploração e também diminuição do produto interno bruto.

REFERÊNCIAS

AKEMI, Nitahara. Desemprego no Brasil recua 0,7 ponto percentual. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-07/desemprego-no-brasil-recua-07-revela-pesquisa-do-ibge>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Legislação. **Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015 de 16 março de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. Ministério da Economia. **Secretaria de Trabalho, 2019**. Seguro Desemprego. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguro-desemprego>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. SENADO. Notícias especial 2019. **Seguro Desemprego**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Especiais/segurodesemprego.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Legislação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 ago. 2019.

_____. Legislação. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Lei nº 13.467/2017, 13 jul. 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. Tribunal Regional Federal (3. Região). **Apelação cível nº 365499-SP (0009063-04.2016.4.03.6100)**. Apelante: Rodolfo Rodrigues Vieira da Silva. Apelada: União Federal. Relator: Desembargador Paulo Domingos. São Paulo, 27 de novembro de 2017. Disponível em: <http://web.trf3.jus.br/acordaos/Acordao/BuscarDocumentoGedpro/6337936>. Acesso em: 25 set. 2019.

CARVALHO, Brena do Nascimento *et al.* **Relações da Criminalidade com os índices de desemprego**: um estudo de caso. Conhecer org, 2017. Publicado em 20/06/2017. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2017a/soc/relacao.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

COLEÇÃO DIGITAL PUC. **Análise qualitativa interpretativista**. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9013/9013_4.PDF. Acesso em: 08 set. 2019.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula; OLIVEIRA, Rafael. **Curso de direito processual civil**. 10. ed. v. 2. Salvador: JusPodivm, 2015.

GONÇALVES, João Gilberto. O princípio constitucional da eficiência do processo civil. **Faculdade de Direito da USP**. São Paulo. 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde17112011085839/publico/Microsoft_Word_tese_doutorado_joao_gilberto_filho.pdf /. Acesso em: 16 ago. 2019.

INTERNACIONAL. Legislação. **Convenção Americana Sobre Direitos Humanos** - Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm Acesso em: 18 ago. 2019.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 12. ed. São Paulo: Ltr, 2014.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT - Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 22 set. 2019.

RAPHAEL, Concli. Por que o desemprego é muito mais do que um problema econômico. **Jornal USP**, 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/por-que-o-desemprego-e-muito-mais-do-que-um-problema-economico/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

REQUISITOS DA TUTELA. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.254.10.PDF. Acesso em: 22 set. 2019.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO. TRCT. bolg, 2019.
Disponível em: <https://calculoderescisao.org/trct/>. Acesso em: 22 set. 2019.

CANDIDATURA AVULSA

AUTOR:

Gabriel Ribeiro Moura da Costa

RESUMO: O presente trabalho apresentará aspectos sociais, legais e políticos sobre a construção legislativa em referência exclusiva à formação dos partidos políticos e a supressão à possibilidade das candidaturas avulsas. Para tanto, concatenou a evolução histórica legislativa do tema abordado, criticando e demonstrando uma estruturação de poder instaurada na normativa vigente, utilizando as técnicas conceituais, normativas e históricas foram empregadas em todo o corpo textual, além do método empírico de um estudo de caso. Com isto, contracenamos o cenário político de insatisfação com uma possibilidade de reestruturação de legitimidade política através da reestruturação da candidatura avulsa, além de expor os ferimentos aos tratados internacionais e da nossa própria Constituição Federal. Ainda, para uma maior compreensão do caso em apreço, debruçou-se sobre um caso concreto para evidenciar os reflexos da construção dessa estrutura de poder manifestada na repressão partidária quando do desvio dos comandos ideológicos das legendas. Por fim, conclui-se que este fenômeno de repressão as candidaturas avulsas, historicamente construído, poderia vir a ser contrabalanceado pelo restabelecimento daquele, como um combate à polarização de ideias partidárias e resposta de uma falta de legitimidade nos representantes políticos.

Palavras-chave: Candidatura avulsa. Partidos políticos. Relações de poder.

INTRODUÇÃO: Já não é novidade a descrença no sistema político brasileiro, percebido em todos os níveis sociais uma insatisfação nos representantes. É para tanto que o Brasil está entre os países com a maior descrença política do mundo⁴, ficando em último lugar num ranking de 137 países no quesito confiança em seus políticos. Afinal, tornou-se um bordão associar político a corrupção ou ladroagem. Diante deste cenário de descredibilidade, retomou-se a discussão da candidatura avulsa como uma via de combate a esta situação. A restrição do acesso à concorrência dos cargos políticos dos não filiados à uma legenda pode ser analisada como estrutura de poder e sua manutenção, visto que os direitos e garantias estabelecidos pela nossa Carta Maior conflitam com a represália à candidatura avulsa estruturada em nosso ordenamento jurídico no decorrer dos anos, ignorando tratados internacionais compromissados pelo Estado Brasileiro, e indo na contramão dos exemplos mundiais, tais como Alemanha, Japão, Itália e Reino Unido.⁵ Por fim, uma análise da legitimidade política, social e legal dessa supressão é necessária, frente as divergências internacionais, ainda mais na crescente descrença política e diferenças nas posições partidárias e dos mandatários filiados a estes. Em termos

⁴ Por que o Brasil é o país no mundo que menos confia nos políticos? Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/por-que-o-brasil-e-o-pais-no-mundo-que-menos-confia-nos-politicos-2rxp0c6scuo9304qkpvh1hn2r/>. Acesso em: 09 set. 2019.

⁵ Quatro em cada 10 nações permitem que pessoas sem filiação partidária disputem pelo menos cadeiras legislativas em nível local ou nacional, casos da Alemanha, Japão, Itália e Reino Unido. Em 37,79% dos países, as candidaturas avulsas valem até mesmo para presidente da República, como nos EUA, França, Chile, Irã e a superpopulosa democracia da Índia. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_053.html. Acesso em: 21 ago. 2019.

empíricos da repreensão, estudei o caso concreto da Deputada Federal Tabata Amaral sobre seu voto na tramitação da PEC nº 06/2019 (PEC da Reforma da Previdência), o qual foi conflituoso com o direcionamento partidário do seu partido (PDT), ensejando numa possível expulsão de sua legenda. REVISÃO DA LITERATURA - O nosso sistema representativo determina a filiação partidária como condicionamento para se tornar elegível, conforme disposto em nossa Constituição Federal, no seu art. 14, §3º, inciso V. Portanto, há de esclarecer o que se delimita como partido político e, para isto, visando um recorte da finalidade deste estudo, Burdeau⁶ delimita: “associação política organizada para dar forma e eficácia a um poder de fato”. Seguindo a mesma linha, temos a definição trazida por Bonavides (2004, p. 346), cuja perfaz as limitações sintéticas de vários autores renomeados, delimitando as definições em alguns elementos, como: um grupo social, um princípio de organização, um acervo de ideias e princípio que inspiram a ação do partido, a existência de interesse básico na tomada do poder e, por fim, um sentimento de conservação desse mesmo poder ou de domínio do aparelho governativo quando possuidor do mandato pleiteado. Assim, reforçando a importância dos partidos políticos em um Estado Democrático de Direito, no qual sustenta o sufrágio universal em democracia representativa, assevera Sait: “sob o regime de sufrágio universal, os partidos são tão inevitáveis quanto as ondas do oceano” (tradução do autor) (SAIT, 1938, p. 519)⁷. Nesse diapasão, no caso brasileiro, da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, confirmando o que viria ser a conquista social do reconhecimento constitucional dos partidos políticos num regime democrático representativo. Destarte, Bonavides (2004, p. 354) ilustra a presunção das desamarras que existem num estado liberal-democrático, onde o representante livre está desincumbido de praticar “sujeição a grupos, organizações ou forças sociais, que possam atuar constrangedoramente e restritivamente sobre seu procedimento político...”, infirmo num possível patrimonialismo. O autor ainda implementa sua ideia ao afirmar que o Estado Social efetivo é estabelecido quando existe congruência política eletiva apenas por intermédio dos partidos políticos, visto que estes são os reais representantes da vontade das massas. Numa demonstração histórica do que veio a representar os partidos políticos no cenário brasileiro, demonstrou o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso⁸, na discussão da questão de ordem do ARE 1054490/RJ, que em sua fala de abertura traça o histórico do desenvolvimento do tema em apreço, assim transcrito:

(...) O primeiro Código Eleitoral Brasileiro, que é o código de 1932, já subsequente à Revolução de 30, igualmente contemplava a possibilidade das candidaturas avulsas com grande liberdade. Depois sobrevém a Lei Eleitoral de 1935, que mantém as candidaturas avulsas, porém já impõe o requisito de um apoio mínimo para que elas pudessem ser lançadas.

(...)

Veja-se que a Lei Agamenon foi editada ao final de um longo período ditatorial, em que inexistia vida política e vida partidária, de modo que a exigência de partidos políticos nacionais era, na verdade, uma restrição para preservar o espaço da elite política remanescente e dificultar o acesso

⁶ BONAVIDES apud BURDEAU, t.1, p. 426.

⁷ It is almost invariably agreed that parties perform a necessary service and that, under a régime of universal suffrage, they are inevitable, like the tides of the ocean.

⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARE nº 1054490/RJ. Disponível em:

<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5208032>. Acesso em: 21 ago. 2019.

de novos nomes à política, de uma maneira geral. E, como se exigiam partidos políticos de âmbito nacional, a vedação às candidaturas avulsas era a forma pela qual se impedia que alguém contornasse a exigência de filiação a partido nacional e pudesse furar o cerco daquela elite política, que não queria deixar repartir, digamos assim, o poder.

(...)

Portanto, o que se tem é que a proibição das candidaturas avulsas e a exigência de partidos políticos nacionais foram instrumentos utilizados por Vargas e os seus seguidores para manter o controle da política brasileira que, de fato, mantiveram – até talvez, a eleição do Jânio Quadros, mas, em verdade mesmo – até o Movimento de 64.

(...)

Assim, em favorecimento dos precedentes que devem nortear todo governo, Milton Friedman (2014, p. 7) dispõe a necessidade absoluta do governo ser o guardião da nossa liberdade, instrumento do exercício desta. Porém, ao concentrar o poder, pode ser também uma ameaça à liberdade, mesmo os que controlem esse poder estejam, inicialmente, repletos de boa vontade e não sejam corrompidos, este poder atrairá pessoas de vários tipos, dentre elas, aquelas que não sejam bem-intencionadas no exercício do poder. Ainda, ensejando uma maior compreensão sobre a liberdade e sua relação com o Estado, afirma (2014, p. 8) ser a razão principal do Estado a da preservação da liberdade e descentralização do poder, a qual preconiza o espírito que rege as revoluções liberais do séc. XVIII, instituindo as ideias de Montesquieu, sob o estandarte principal da liberdade em face de um Estado centralizado e totalmente discricionário que era o Absolutismo. Nesse pensar, podemos rever a imutabilidade estabelecida da união indissociável dos partidos políticos à uma democracia plena, como direciona o autor (2014, p. 8): “É também por isso que devemos reexaminar de tempos em tempos o significado do que consideramos princípios inalteráveis para os problemas do momento.”. Desta forma, com os aspectos em defesa dos direitos individuais, nosso Texto Maior apresenta impeditivos e ferimento a aqueles, em desconforme o seu próprio viés garantidor de tais direitos. Este pensar repressivo, escorre no nosso ordenamento jurídico sua legitimação, constante na Lei dos Partidos Políticos (lei nº 9.096/95), a qual em seu art. 23⁹, do capítulo intitulado “Da Fidelidade e da Disciplina Partidárias”, apresenta o comando normativo da punição de desvio de entendimento político do que é estipulado pelo partido, e ainda confirma no artigo posterior, o art. 24¹⁰, *in verbis*: “Na Casa Legislativa, o integrante da bancada de partido deve subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidários, na forma do estatuto.” Assim, estabelece uma contenção a divergências ideológicas e doutrinárias dentro do partido. Entretanto, nos trâmites políticos, devem ser respeitados os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico, em especial, o disposto no art. 1º, inciso V, da Constituição Federal de 1988¹¹, além do inciso III, cujos possuem capacidade

⁹ Art. 23. A responsabilidade por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade do que disponha o estatuto de cada partido. BRASIL. Lei dos Partidos Políticos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 set. 1995. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096compilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

¹⁰ BRASIL. Lei dos Partidos Políticos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de set. 1995. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096compilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

¹¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III - a dignidade da pessoa humana; (...) V - o pluralismo político. BRASIL. Constituição da República

de vedar essa supressão na divergência política. É contrário, ainda, ao princípio exposto no art. 1º do mesmo novel¹², quando este exprime: “Art. 1º O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e **a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.**” (grifo nosso). Ademais, ainda na contramão do espírito legislativo que vigora as Nações, temos o Pacto de San José da Costa Rica de 1969, do qual o Brasil é signatário, recepcionado no Decreto nº 687¹³, de 6 de novembro de 1992, traz em seu texto, no art. 23, as disposições relativas aos direitos políticos, e nele apresentam as possibilidades de exclusão do exercício destes direitos, das quais, em nenhum momento expressa a filiação partidária como condicionamento de regulação daqueles. Isto posto, como norma supralegal, disposto positivamente no art. 5º, §3º da Carta Maior¹⁴, é soberana perante as normais infraconstitucionais, acima hierarquicamente da Lei dos Partidos Políticos, entendimento corroborado pelo STF no RE (Recurso Extraordinário) 466.343 de 2008. Nesse contexto, os mandatários já se manifestaram por diversas vezes sobre o assunto em questão, trazendo à tona a discussão por meio de PEC (Projeto de Emenda Constitucional). Dentre várias, a PEC 21/06, a primeira, proposta pelo então Senador Paulo Paim¹⁵, alterava o art. 14º da Constituição, adicionando apenas a possibilidade da existência de candidatura avulsa com um apoio de número mínimo necessário para pleitear o mandato. Depreende-se uma intenção do mencionado senador de não suprimir a filiação partidária, mas sim de observar à concorrência leal e justa daqueles que não desejam a agremiação em partido político, respeitando os princípios já acima mencionados. Em discussão na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania), o relatório confeccionado pelo então Senador Marco Maciel fundamentou-se apenas, mais um vez, em restringir os cargos políticos a filiação, tendo em vista que o fortalecimento desta seria o ideal para o enfrentamento da crise política existente, consolidando uma maior participação daqueles marginalizados da vida partidária. Cita ainda que¹⁶: “partidos fracos geram problemas de governabilidade, na proporção em que, para o Poder Executivo, fica

Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

¹²BRASIL. **Lei dos Partidos Políticos**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de set. 1995. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096compilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

¹³ Art. 1º A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém. BRASIL. Decreto nº 678, 6 nov. 1992. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 nov. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

¹⁴ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

¹⁵ BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional n. 21/2006. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/77650>. Acesso em: 04 set. 2019.

¹⁶ Consultar tramitação do dia 12 de maio de 2009. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/77650>. Acesso em: 04 set. 2019.

mais difícil construir uma base de apoio no Congresso”. Em artigo correlato, Tatiana Penharrubia Fagundes e Marcelo Mazotti (2017, p. 386), fazem uma coletânea sobre as PEC relativas as candidaturas avulsas que tramitaram ou estão em tramitação no Legislativo, cuja concluem, em um dos seus pontos, que as contra argumentações não negam a situação em crise política existente no país, fundamentando-se no fortalecimento partidário, além da existência da possibilidade da não filiação para concorrência de mandato, levaria a instabilidade institucional, com desvios personalistas e problemas de governabilidade. Outro aspecto institucional dos partidos políticos é a vinculação do mandato ao partido e não ao representante eleito. Esse foi o entendimento acatado pelo STF pelo MS (Mandado de Segurança) 30.260/DF¹⁷, com acórdão proferido em 27/04/2011, cujo reitera uma exegese do texto constitucional, delimitando a cadeira política como propriedade privada do partido em que o registrado aderiu, visto que os votos são direcionados aos partidos, ficando indevida associar o mandato ao eleito, sustentada por toda a “condução ideológica, estratégica, propagandística e financeira” ser do Partido Político. Afirma ainda que o quadro de candidatos é disposto pelo partido e sendo estes apenas os possíveis de serem eleitos. Para um tratamento empírico, foi de grande relevância nacional o caso da Deputada Federal Tabata Amaral, filiada à legenda PDT (Partido Democrático Trabalhista), a qual no processo de votação do texto da reforma da previdência, PEC 06/2019, além de outros deputados da legenda, foi em desacordo com a orientação do seu partido, pois havia votado a favor da aprovação do texto. De forma oficial (www.tabataamaral.com.br, 2019), expôs as motivações da sua votação, respondendo aos constantes “ataques” sofridos dos líderes e outros da sua legenda. Assim, destaco algumas dessas, escolhendo-se primeiro o questionamento sobre uma possível venda de voto, explicitando a negociação política necessária para aprovar as emendas sociais propostas por ela. Nessa ocasião ela demonstrou quais emendas foram acatadas pela maioria e quais foram excluídas do processo legislativo até então, justificando quais delas seriam sadias para a proposta tanto defendida por ela, quanto pela legenda a que participa, entre elas destaca-se a reavaliação do BPC Idoso, o trabalhador rural e o tempo de contribuição para mulheres. Percebe-se, portanto, que as pautas pleiteadas durante o trâmite da reforma da previdência são originárias de um pensar nas minorias, aliada a uma sanidade fiscal e contábil, vez que seu diálogo com o governo se dá com base não na repressão total por não ser proposta de sua autoria, mas numa política saudável. Mais adiante, em um questionamento de “traição” ao candidato à presidência em 2018, Ciro Gomes, Tabata afirma que o desenvolvimento com um olhar de inclusão social é o caminho que deve ser tomado, afirmando ainda que as mudanças sociais decorrentes da atual previdência fazia um crescimento na desigualdade percebida no Brasil, indo na contramão com os anseios defendidos tanto pelo seu partido quanto pelas suas convicções. Além disso, citou as admirações pessoais pelos símbolos políticos que formam o PDT (Leonel Brizola e Darcy Ribeiro). Como já mencionado em várias oportunidades, ela defendeu a proposta de reforma trazida pela legenda, entretanto esta foi retirada de pauta. Assim, sem demagogias prontas, resolveu partir para o diálogo e conquistar as pautas que defende. **METODOLOGIA:** Adotou-se métodos diversos para o presente trabalho, motivadas pela circunscrição

¹⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 30.260/DF. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjCnsyAi7rkAhU_GbkGHUg6BzMQFjAAegQIAxAC&url=http%3A%2F%2Fredir.stf.jus.br%2Fpaginadorpub%2Fpaginador.jsp%3FdocTP%3DTP%26docID%3D1409030&usg=AOvVaw1qlyWwpwj-P6P-SwdJignr. Acesso em: 21 ago. 2019.

intelectual que o tema abordado abrange, fazendo-se necessárias a inclusão de vários métodos para alcance do resultado esperado. Para tanto, a utilização das técnicas conceituais, normativas e históricas foram empregadas durante todo o corpo textual. A primeira com relação aos conceitos utilizados, desde de partidos políticos à estruturação de poder apresentado, este construído no decorrer do texto, mostrando a construção dos conceitos e sua aplicação divergente à realidade, criticando-os com conceitos originários dos movimentos libertários. O segundo, corroborando o primeiro e correlacionado ao terceiro, foram empregados com o viés único de demonstrar o conceito a que pretende ser demonstrado, apresentando sintomas da decorrência desse fato social e jurídico no transcorrer histórico brasileiro. Desta feita, para maior compreensão da problemática, utilizou-se ainda a técnica empírica, especificamente a de observação, no caso concreto trazido da deputada federal Tabata Amaral, classificando-se e exposto assim todos os parâmetros necessários para utilização dessa técnica, em especial o cruzamento das informações com as diversas declarações dos outros membros partidários da sua legenda e suas alegações oficiais. Isto posto, as técnicas escolhidas foram primordiais para demonstrar tanto o fato social e seus entrelaces quanto acordar para a perpetuação de seus sintomas maléficos por meio do positivismo de seus atos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Infere-se no decorrer do presente trabalho que as manifestações da estrutura do poder instauradas nos partidos políticos podem ser notadas pela represália a possibilidade da candidatura avulsa, esta tida como viés da concorrência leal e uma resposta à vacância de legitimidade no cenário político vigente. Desta feita, o viés que se instaura hodiernamente nos partidos políticos é um contraceno da liberdade política, e, em último alcance, da representatividade democrática efetiva, vez que as agremiações partidárias passaram de sustentáculo político para a reverência de uma “soberba” institucionalizada, divergente enunciado por Bonavides. Este *shift* acontece quando na construção legislativa impede-se a observância de um direito fundamental que é o de ser votado, condicionando-o à filiação partidária, a qual, na maioria das vezes, implica a orientação individual de cada representante eleito a um comando interno da legenda. Tais afirmações são decorrentes do sobrepesar, principalmente, da fala do ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Luís Roberto Barroso, no qual demonstra seu juízo de valor sobre a sistemática da construção do poder nos partidos políticos, historicamente derivado de um momento ditatorial e com fim da manutenção do poder burguês da época. Adiante, na contramão do histórico social brasileiro, o autor Friedman demonstra que as instituições devem prevalecer como estandarte único a separação dos poderes, asseverando como defensora mor da liberdade individual, visto que são princípios intrínsecos da existência estatal, sem as quais ferem primordialmente aquela. Para termos análogos, o mencionado autor, ainda, numa demonstração da relação entre liberdade econômica e liberdade política, cita dois acontecimentos, dentre eles, afirma a impossibilidade de os cidadãos americanos irem para o solo soviético por questões políticas, restringindo sua liberdade individual de ir e vir aos lugares que almejem. A interrelação deste caso com o em discussão neste trabalho, é a de que não há vedação expressa no novel constitucional, porém com a condição à filiação partidária incorre na limitação de liberdade individual, instituto amplamente defendido conforme elucidado acima, advindo das conquistas políticas-históricas do nosso país, anteriores à promulgação da Constituição vigente. É, portanto, de se apresentar uma discussão renovadora dos conceitos sedimentados nessa convivência política quando estes não atendem a legitimidade originalmente atribuída, como é o caso da repressão da candidatura

avulsa, conforme demonstra Friedman ao confrontar os conceitos já relativizados como “certos”. Além deste, é perceptível nas substâncias repreensões dos representantes frente às tentativas de anexar à Constituição as candidaturas avulsas, notoriamente pelos discursos adotados na justificativa da não aceitação. Ainda, observa-se que, por muitas vezes, os representantes e representados encontram-se em parcial acordo com o programa partidário, divergindo em certos aspectos, porém ainda se encaixando num todo do pensamento político defendido pela legenda. Ora, é legítimo que em certas considerações divergentes das partidárias, as que não apetece outro partido, exprimir um comando punitivo, de viés discricionário e amparado pela lei? Essa forma de repressão normativa é ainda consubstanciada a vinculação do mandato ao partido. Data vênua, mesmo coerente com a normativa, o STF incorre em percepção errônea da realidade democrática de levar a crer que os votos proferidos são vetorizados as legendas pelo simples fato delas serem as que compõe o quadro de elegíveis, porém, é nesse contexto que se constrói a imagem almejada pela estruturação e manutenção do poder, visto que a sua fundação encontra malefícios democráticos, eivados de vícios insanáveis para o sistema representativo indireto, configurados e transpostos para a normativa brasileira e toda a sua fundamentação basilar. Desse pensar repressivo, levamo-nos a crer que a fragmentação política travestida em supostas legitimidades representativas é na realidade uma forma de coagir aqueles que desejam ingressar no mundo político, além de gerar renda do fundo partidário para alguns que venham a coordenar essas legendas, justificando mais uma vez a perpetuação de uma estrutura de poder, bem como a sua manutenção. Mais adiante, ao objetivamente compreendermos a votação da Deputada supracitada, as respostas da deputada demonstram um direcionamento da fundamentação do seu voto não se basear apenas no simples descontento com o governo atual, sim em uma forma de comunicação com este e os anseios de seus eleitores, enlaçando uma aproximação entre representante-representado, convergindo a uma legitimidade maior e efetiva do mandato. Isto posto, as instituições partidárias, incorrem em ferimentos à liberdade individual, quando ferem gravemente a constituição e sua legislação específica, quando na repressão daqueles agremiados que apresentam pensamentos divergentes daqueles acordados no partido, confirmando em certos níveis um confronto direto ao que deveria ser uma real representação partidária.

CONCLUSÃO: Conclui-se, portanto, que as agremiações partidárias competem, em certos níveis institucionais, para um regime contrário aos anseios do povo e ferem o sistema democrático representativo através de sua atuação repressiva dos argumentos contrários à sua legenda, enfraquecendo o debate político, viés este primordial para o avanço democrático nas sociedades hodiernas, conforme se apresenta no tópico anterior, enrijecido, ainda, pela vinculação dos mandatos partidários às legendas, não aos candidatos. É nesse diapasão que transcorre os malefícios da represália frente a candidatura avulsa, termos em que esta poderia ser uma das respostas para a desestruturação do poder estabelecido e uma maior legitimidade às instituições políticas do País. Esta visão é tomada por dois aspectos: uma oxigenação nos representantes, advindo de uma concorrência política mais afinsa e, em segundo lugar, uma aproximação entre representante e representado, abraçada tanto pela conexão com o candidato ser maior do que com o partido, quanto por um aumento de eficiência daquele em decorrência do primeiro aspecto. Vale salientar ainda, que não há democracia sem a pluralidade de pensamentos, assim como sem o diálogo destas. Este fenômeno de repressão as candidaturas avulsas, historicamente constituído como já exposto, pode vir a ser

contrabalanceado pelo restabelecimento deste, utilizado como um combate à polarização de ideias partidárias e resposta a falta de legitimidade nos representantes políticos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tabata. **Perguntas frequentes sobre a reforma da previdência**. Disponível em: <https://tabataamaral.com.br/perguntas-frequentes-sobre-a-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 678, 6 nov. 1992**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 nov. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Lei dos Partidos Políticos**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de set. 1995. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096compilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Lei dos Partidos Políticos**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de set. 1995. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096compilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional n. 21/2006. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/77650>. Acesso em: 04 set. 2019.

FRIENMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Saraiva, 2014.

REFORMA POLÍTICA: um mito inacabado. Monica Herman S. Caggiano (Org.). Cláudio Lembo (Coord.). Barueri, São Paulo: Manole, 2017.

REFORMA POLÍTICA: um mito inacabado. Monica Herman S. Caggiano (Org.). Cláudio Lembo (Coord.). Barueri, São Paulo: Manole, 2017. p. 370-390.

SAIT, Edward McChesney. **Political Institutions**. A preface. New York: Appleton-Century-Crofts, INC, 1938.

TRAMITAÇÃO do dia 12 de maio de 2009 - CCJ. Disponível em:
<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/77650>. Acesso em: 04
set. 2019.

EMPODERAMENTO FEMININO: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AO FEMINICÍDIO

AUTORES:

Andre Luiz Silva Bezerra
Eloysa Karla Ribeiro Torres
Helaizy de Carvalho Figueiredo Varela
Márcio de Farias Carvalho Júnior
Sheila Moura da Silva do Nascimento

RESUMO: As nossas reflexões partem das reivindicações femininas por direitos igualitários, tendo como embasamento o livro *“Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens”* de Nísia Floresta, que denunciou a exclusão do gênero feminino. Neste contexto de busca pela igualdade de gênero, a Lei Maria da Penha, foi uma resposta às incansáveis lutas dos movimentos feministas, servindo ao combate da banalização da violência doméstica. Para isso o presente relatório de experiência, objetiva promover ações que visaram o empoderamento feminino, através de apoio sócio-jurídico às mulheres que estão em condições de vulnerabilidades, criando estratégias que elevem a sua autoestima, através do conhecimento jurídico. Para a realização desse relatório, foi utilizada uma abordagem qualitativa e quantitativa, além de dialogar sobre o contexto histórico, social e os entraves jurídicos ocasionados pela violação de direitos humanos sofridos pela mulher no decorrer do tempo. Para isso, foi abordado pesquisas bibliográficas e documentais, coletas de dados dos questionários socioeconômicos. Provocando uma reflexão do que é a problemática, mostrando que a violência revela-se como um fenômeno generalizado, profundamente enraizado e naturalizado nas relações sociais. E mesmo passados quase dois séculos, e não estando mais em situação de submissão aos homens, a mulher de hoje ainda está umbilicalmente ligada àquela do século XIX, aturando os resquícios da sociedade patriarcal, lutando contra o preconceito de gênero e negação de sua emancipação.

Palavras-chave: Feminismo. Violência. Empoderamento.

INTRODUÇÃO: No século XIX, a condição da mulher brasileira acompanhava as desigualdades sociais e econômicas do país. Uma sociedade baseada na escravidão que oprimia tanto a mulher negra na sua condição de escrava quanto à branca, restrita às tarefas do lar. Desde cedo, as meninas eram educadas para ajudar as mães nos trabalhos domésticos, casar e ter filhos. Nesse contexto, não podiam trabalhar fora, ao mesmo tempo que não tinham acesso aos assuntos relacionados à política ou à economia, ou ainda sequer pensar em estudar. A mulher, nesse período, era um ser destinado à “procriação”, ao lar, para agradar aos outros como mostram os estudos referentes à situação feminina. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra com discriminação à mulher em sobreposição ao homem, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino, a história vem revelar as desigualdades. Para tentar, talvez, isentar-se da responsabilidade de ter sido autora da desigualdade social e política, na sociedade, implantou-se uma visão cultural de que a mulher é inferior ao homem, biologicamente, e não pela educação que lhe foi negada. É essa visão não igualitária entre os sexos, que entroniza o masculino com base em

preconceitos e estereótipos. Ela, provavelmente, foi a responsável pela consolidação de uma sociedade machista nos séculos XIX e XX. Já durante o Império foi reconhecido o direito à educação feminina, ou seja, a mulher poderia estudar desde que autorizado pelo pai, uma forma de aplacar os ânimos daquelas que desejavam e lutavam por equidade. É nesse cenário de opressão e omissão ao gênero feminino que surge a figura emblemática de Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo, Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida em Papari, hoje, a atual cidade de Nísia Floresta/RN, em 1810, que tem como traço principal a luta pelos direitos femininos no País. Nísia Floresta foi autora de importantes obras sobre a condição da mulher que prestam, até aos dias atuais, relevantes contribuições para o avanço da educação feminina no Brasil (Duarte, 1995). Nessa perspectiva, em 1832, lança o livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, que aborda os direitos das mulheres à instrução intelectual e até mesmo o trabalho. Essa obra provocou rupturas de tabus e paradigmas sobre o papel da mulher na sociedade, uma vez que denuncia o tratamento indigno que o masculino confere ao sexo oposto e exalta as qualidades e a inteligência da mulher. Ela ainda discute a relação de preconceitos atribuídos contra a mulher, identificando as principais origens que advêm da colonização portuguesa. Nesse período, a maioria das mulheres brasileiras viviam enclausuradas sem nenhum direito que não fosse ceder e permitir a vontade masculina. É importante salientar que todo esse contexto se evidenciava através das privações dos direitos da mulher, e a ausência de educação que não lhe permitia a autonomia, pois os únicos ensinamentos se restringiam às atividades do lar e, principalmente, habilidades domésticas, ou seja, o que se esperava da mulher era bordar, não se instruir culturalmente através do livro, fato que se popularizou, na época, como: “o melhor livro é almofada e o bastidor” ditado popular que estava em alta e retratava a condição social da mulher (Duarte, 1995). A inexistência de acesso à educação lhes impede de alcançar qualquer forma de desenvolvimento ou transformação social, pois ao serem privadas de conhecimento, estavam também privadas da vida pública. Nísia Floresta, através de suas ideias, queria emancipar a mulher em suas qualidades e garantias dos direitos humanos. Ao questionar a situação da mulher na sociedade do século XIX, ela exige que a figura feminina possa e deva ocupar posições, como cargo de comando, chefias de Estado, ser cátedras universitárias e exercer a medicina, magistratura ou advocacia, mostrando que essa garantia não elimina o papel do feminino nem suas obrigações para com a família. Com o advento da República em 1889, o movimento feminista no Brasil se torna mais amplo. Até porque o sistema continuou excluindo a mulher da sociedade. Pois, o novo regime não concedeu o direito de voto e nem facilitou o acesso ao mercado de trabalho, à mulher branca de classe média urbana ou rica. Já a mulher negra, a indígena e a mulher branca pobre sempre tiveram que trabalhar para sobreviver. Apesar de o novo governo ter separado a Igreja do Estado e instituir o casamento civil era difícil de obter o divórcio. O Código Civil de 1916 definia a mulher como incapaz dependente do pai ou do marido. A mulher casada precisava da autorização do marido para viajar, receber herança, trabalhar fora de casa ou adquirir patrimônio. No século XX esse movimento tem maior significância e fortalecimento com o surgimento das grandes guerras mundiais. Esse processo desencadeou a busca pela igualdade, na mesma proporção em que a mulher ascende socialmente, visto que houve uma necessidade social de inserir a mulher no mercado trabalho devido à ausência de mão-de-obra, em virtude dos homens terem sido enviados para a guerra, principalmente durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). A partir de então, foi rompido o paradigma de que o papel da mulher se

restringia a “esquentar a barriga no fogão e esfriar na lavanderia” confrontando assim a visão patriarcal vigente. É perceptível que a partir desse marco houve várias manifestações contra a discriminação feminina e a luta pelo direito ao voto, acontecimentos que preveem uma melhoria na perspectiva da forma de viver das mulheres, pois elas foram às ruas em busca de equidade e de justiça. É nesse patamar, que surge no Brasil a luta pelos direitos das mulheres, o movimento feminista, focado em algumas carências extremamente significativas à época: direito à vida política, educação, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho. Porém, é nos anos 60 que se consolidam os avanços significativos na luta pelos direitos da mulher como: criação da Fundação das Mulheres do Brasil, aprovação da lei do divórcio e ainda no ano de 1975 foi criado Movimento Feminino pela Anistia, realizando debates sobre a condição da mulher. Na década de 80 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que integraria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, e passou a ter *status* ministerial como Secretaria de Política para as Mulheres. Ainda hoje, século XXI, as mulheres ainda estão subjugadas às vontades masculinas, muitas sofrem vários tipos de privações e humilhações por parte daqueles por quem deveriam ser cuidadas, amadas e protegidas. Apesar de toda evolução histórica ainda não foi possível elevar a mulher a condição social de igualdade com o homem, ou até mesmo em uma situação de equidade. A mulher por anos busca ocupar um espaço de valorização e respeito por essa sociedade machista. Mesmo diante de toda essa luta pelos direitos da mulher defendidos por Nísia Floresta e por outras autoras que a sucederam e a legislação vigente, tais direitos ainda não se concretizam em sua plenitude. Diante de tais lutas nasceu a lei nº 11.340/2006, para prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, conhecida como Lei Maria da Penha. E na mesma direção, ampliando o rol de proteção da mulher, foi incluído ao art. 121, § 2º, o inciso VI, ao Código Penal, qualificando o crime de homicídio. A Lei em comento, representa uma conquista pessoal da Maria da Penha, mas sobretudo de muitas mulheres que são vítimas diárias de agressões físicas, psíquicas e sexuais. O drama da violência contra a mulher é uma questão importante a ser estudada, pois à medida que permite a construção de novos conhecimentos e melhor compreensão de suas causas e efeitos, também pode orientar intervenções profissionais mais seguras, apoiadas em conhecimentos teóricos atualizados. Outrossim, na busca por melhores tratamentos, foram feitas diversas reivindicações ao longo do tempo, bem como modificações no ordenamento jurídico e promulgação de lei específica para evitar que tais condutas continuassem trazendo sofrimento psicológico para à vítima. Além disso, demonstrando para a sociedade quais as consequências para quem pratica o crime. Nesse contexto social e a grande quantidade de casos de violência contra mulheres no âmbito do município de Nísia Floresta/RN, o ano de 2018 teve segundo o GPS JUS do TJRN, 117 autuações referentes à violência doméstica e 15 autuações de janeiro até o final do mês de fevereiro de 2019. Diante dessa realidade vivenciada que se justifica o presente estudo modo que ocorra uma reflexão sobre a problemática, mostrando que a violência revela-se como um fenômeno generalizado, profundamente enraizado e naturalizado nas relações sociais de dominação. Sabe-se também da carência de informações estatísticas a respeito destas formas de violência, bem como a precariedade da coleta de dados e formas de registro. Por fim, procuramos ressaltar amparos existentes de maneira a conscientizar as vítimas das medidas protetivas, trazendo uma abordagem de empoderamento, incentivando as vítimas a romper com o ciclo violento. Conclui-se que tanto Nísia Floresta quanto Maria da Penha, apesar de viverem em épocas diferentes, ambas sofreram na pele

a rejeição de uma sociedade machista e patriarcal que não enxergava as mulheres como seres humanos e dotadas de direitos. Percebe-se que elas não desistiram de lutar pelos seus ideais e de conquistar um futuro onde as mulheres possam viver sem medo. Deixa-nos uma reflexão, que a busca pelo direito deve ser uma ação contínua e que não se pode deixar se abater pelo conformismo do preconceito, da desigualdade e da violência. **METODOLOGIA:** No dia 14 de Março de 2019, fizemos uma intervenção, fruto das reflexões feitas no componente curricular de Atividade Interdisciplinar III e IV. Realizada na Vara Única da Comarca de Nísia Floresta/RN com mulheres que sofreram violência doméstica. A nossa abordagem se deu em apenas um encontro. Nele, realizamos um momento de acolhimento, em seguida aplicamos um questionário socioeconômico com as participantes, e demos início à dinâmica de grupo e a palestra que trouxe conceitos como, empoderamento feminino e tipos de violência, trazendo exemplos de mulheres notáveis, Nísia Floresta e Maria da Penha. Após a palestra informativa, foi dado o espaço ao público alvo para que pudessem fazer perguntas ou dar suas opiniões. Ao final aplicamos outro questionário para saber quanto ao grau de satisfação das participantes. Entregamos um folder, com explicações fornecidas pela Coordenadoria da Mulher, abordando temas como, medidas protetivas, algumas informações trabalhadas na palestra e telefones essenciais de órgãos da rede de serviços que assiste mulheres que sofrem com violência doméstica no município de Nísia Floresta. **RESULTADOS:** No dia 14 de Março de 2019 ao aplicarmos a intervenção na Vara Única da Comarca de Nísia Floresta/RN com mulheres que sofreram violência doméstica, tivemos a participação de 12 (doze) mulheres, mas apenas 10 (dez) ficaram até o término da atividade e responderam aos questionários. Um dos nossos objetivos era traçar um perfil socioeconômico do nosso público alvo e, através dos questionários, constatamos que todas as participantes possuíam renda mensal de até um salário mínimo, 5 (cinco) delas declaram estarem desempregadas, 5 (cinco) que exercem suas atividades laborais normalmente e apenas uma informou ser aposentada. Das participantes a maioria possuía o ensino fundamental ou médio completos. Sete das mulheres que participaram da intervenção se autodeclararam pardas, duas se declararam brancas, uma preta e uma não respondeu. Assim percebemos que o nosso público alvo era composto por mulheres hipossuficientes, em sua maioria parda com nível de escolaridade mediano. Ao analisar os questionários avaliativos, nos deparamos com um gradiente de respostas considerável levando em consideração o número pequeno do público alvo, 100% (cem por cento) das participantes afirmaram que a intervenção ajudou de alguma maneira, algumas mulheres informaram que a intervenção auxiliou a perceber que a ineficácia não está na lei e sim na frágil estrutura que o Estado disponibiliza, que não abarca a demanda advinda da sociedade. Outras elencaram que a intervenção auxiliou na orientação das mulheres, conhecer os direitos que lhes são garantidos. Uma das mulheres colocou que a intervenção auxiliou com que percebesse que devemos lutar pelos direitos das mulheres. Duas das participantes deram respostas imprecisas. Desde o início um dos objetivos do grupo era trazer conteúdos que auxiliassem na instrução do público alvo, assim toda a nossa palestra foi voltada a fornecer informações e conceitos que seriam úteis as essas mulheres. Quando questionadas quanto aos conhecimentos adquiridos pós-intervenção, as participantes apontaram que aprenderam como funciona a lei, o que é empoderamento feminino. Algumas afirmaram que conheceram a história de Maria da Penha, Palmirinha e Nísia Floresta através da intervenção. Como aplicamos questionários semiabertos tivemos duas respostas imprecisas. Em nosso questionário nos preocupamos em

saber se as mulheres achavam que ações como a que fizemos eram úteis para ajudar mulheres que sofrem violência doméstica, e todas elas informaram que sim, pois intervenções com esse público alvo auxiliam no empoderamento feminino, na valorização da mulher e ajudam as mulheres de maneira geral, apenas duas das participantes respondeu de maneira imprecisa. Além da intervenção *in loco*, um dos nossos propósitos era provocar o poder público para auxiliar na assistência às mulheres que sofrem violência doméstica no município de Nísia Floresta, assim através de ofício encaminhado a Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS), solicitamos a criação da sala de atendimento especializado para mulheres que sofrem com violência doméstica, para que essas pudessem ter acesso à rede de serviços e suporte psicológico. Recentemente, fomos informados que nosso pleito foi atendido e que a sala já está em funcionamento. Podemos perceber que a iniciativa obteve um alto nível de satisfação, quando 100% (cem por cento) das participantes classificaram a intervenção como ótima. Além do êxito com o público alvo, alcançamos também o objetivo de realizar uma atividade vinculada ao Programa Justiça pela Paz em Casa, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com parceria com Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). Com os questionários tivemos um *feedback* ótimo, tendo em vista que a grande maioria das mulheres adquiriram algum conhecimento através da nossa intervenção, adquiriram o folder explicativo, com informações referentes a medidas protetivas, tipos de violências e telefones úteis para auxiliá-las. Nós, como autores da intervenção, temos uma sensação muito gratificante em saber que nosso trabalho deixou um legado para o município de Nísia Floresta, legado esse que será de grande valia para assistir as mulheres que estão sofrendo violência doméstica. Arriscamos ao aplicar um questionário semiaberto, mesmos tendo algumas respostas imprecisas, a maioria das participantes foi objetiva com suas respostas o que auxiliou na análise dos resultados. Além dos resultados que eram o foco inicial, podemos constatar que 80% (oitenta por cento) das participantes que responderam aos questionários, resolveram retirar as medidas protetivas, não por terem voltado com seus companheiros e sim por querer seguir em frente, sem querer contato com o seu agressor. Todas as participantes no momento de autoconhecimento se classificaram como guerreiras e capazes de vencer obstáculos, o que nos fez entender o quanto aquelas mulheres eram admiráveis, pois, apesar de todas as adversidades elas resolveram seguir em frente, 20% (vinte por cento) das participantes mantiveram as medidas, pois seus agressores constantemente as procuravam. **CONCLUSÃO:** As relações de poder ainda estão arraigadas na sociedade brasileira devido a uma herança patriarcal e machista na qual se apregoa que as mulher são inferiores aos homens e devem se submeter aos mandos e desmandos de seus maridos/companheiros. Com o projeto de intervenção, percebemos a vergonha, a humilhação, o medo que as mulheres tinham em falar sobre o assunto ao mesmo tempo em que aconselhava os meninos do grupo para não fazer e não agir com violência com suas futuras esposas/companheiras. Percebe-se que mesmo com a Lei Maria da Penha, as mulheres ainda continuam no estado de vulnerabilidade muito grande, tudo isso proveniente pela falta de uma política pública eficaz. É primordial criar espaços de acolhida, de informação, de empoderamento sócio-jurídico e psicológico. A violência contra a mulher não é uma situação individualizada, ou seja, não envolve apenas as pessoas que convivem no ambiente intrafamiliar, trata-se de uma grave questão social, que precisa ser abordada no âmbito da justiça, das políticas públicas e também da saúde. Faz-se necessário garantir que estas mudanças respeitem os

direitos da Mulher a nível pessoal, familiar e profissional. As mulheres são seriamente afetadas pela condição de desemprego, não só porque ter um emprego permite-lhe conquistar a sua autonomia financeira, mas também porque lhe poderia permitir construir e manter uma rede de relações alargada e o suporte necessário. Atualmente, quando a mulher consegue romper com o ciclo de violência e fazer a denúncia, a primeira medida tomada é de proteção da vítima. Se houver flagrante, o acusado pode ser preso, caso contrário, o que pode ser determinado é uma medida protetiva, como a retirada do agressor da casa, a proibição de se aproximar ou falar com a vítima, ou o afastamento dos filhos. Esse é o principal trunfo da Lei Maria da Penha: garantir a segurança da mulher durante o processo. Porém o que acontece, após a denúncia é gerado um processo, são colhidos depoimentos, investigação sobre o caso para depois leva-se a um julgamento, o que pode meses e anos para finalização dos trâmites legais. Faz-se necessários diminuir a burocracia e se ter a maior agilidade no processo. Sabe-se que as possíveis punições, caso o agressor seja considerado culpado, variam de acordo com a violência cometida, segundo o Código Penal. Se houver assassinato, lesão corporal grave ou estupro é comum haver prisão do acusado. Mas para crimes mais leves, cuja pena não ultrapassa dois anos, o encarceramento é raro. Além disso, as coisas nem sempre funcionam muito bem na prática. Nesse ponto, propomos que a violência doméstica seja vista como crime hediondo e que os agressores sejam punidos com mais rigor, pois suas marcas atingem todo o coletivo familiar. O Estado precisa investir em intuições como delegacias especializada no atendimento à mulher em todos os municípios com agentes capacitados e humanizados que não as vejam como culpadas e sim como vítimas. Criar abrigos com condições favoráveis para o atendimento das mulheres vítimas de violência domésticas, onde elas recebam orientação sócio-jurídica, médicas, psicológicas e que lhes ofereçam cursos profissionais. E ainda que nesses ambientes possam oferecer meios para que elas permaneçam com seus filhos. Pois muitos dos casos, os agressores chantageiam as vítimas com os seus próprios filhos e muitas voltam para casa por causa do amor materno e não porque gostam de apanhar como sociedade as classificam. Por fim, precisamos ter a consciência que muitos dos agressores serão soltos algum dia e que vão continuar assim, até porque foram educados dentro de uma cultura de “superioridade machista”. É dever do Estado investir numa política pública séria, contínua e articulada com os mais diversos setores da sociedade. E ainda, investir também em grupos socioeducativos para os homens autores de violência, ou seja, espaços de reabilitação para os agressores. Por isso, é cada vez mais forte a percepção de que é necessária uma política pública eficaz que viabilize grupos a nível nacional reeducação e ressocialização, nos quais possuam diretrizes para sua atuação. Enquanto a sociedade não mudar sua forma de enxergar a mulher, a violência persistirá como algo normal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006.** Lei Maria Penha. Brasília: Senado Federal, 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Constitucional. **Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 19.** 2012.

_____. **Lei nº 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Senado Federal, 2017.

CAMARGO CNMF. **Agressor ou vítima:** a falta básica e as duas faces da mesma moeda. *In:* Ferrari DCA, Vecina TCC, organizadores. O fim do silêncio na violência familiar. São Paulo: Agora; 2015. p.131-40.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça:** A efetividade da Lei nº11.340.

Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/17_-_a_lei_maria_da_penha_na_justi%EA.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta:** Vida e Obra. Natal: UFRN ed. Universitária, 1995.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos:** decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 1.ed. digital. São Paulo: global, 2013.

GPS JUS - TJRN. **Casos novos.** Disponível em:

http://gpsjus.tjrn.jus.br/estatisticas/serventias_casos_novos.php?ano=2019&unidade=N%C3%8DSIA%20FLORESTA@VARA%20%C3%9ANICA. Acesso em: 22 set. 2019.

PESSOA, Udymar. DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta:** Uma mulher à frente do seu tempo. Natal: Fundação Ulysses Guimarães, S/D.

SCHRAIBER, L. B. **Violência contra a mulher:** estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. São Paulo: Departamento de Medicina da USP, 2002.

FEMINICÍDIO NO BRASIL - A DESIGUALDADE DE GÊNERO A LUZ DO DIREITO

AUTORAS:

Ana Paula de Oliveira Dantas
Islana Victoria de Medeiros
Nathally Monike Teixeira de Araújo
Hosana Hílane Cabral Santos

RESUMO: O presente artigo apresenta uma reflexão a cerca da situação atual do feminicídio como resultado da violência contra a mulher a cultura do agressor, a nível nacional, considerando a participação do Brasil seu papel no que tange as medidas protetivas e avaliar as providências efetivas e eficazes.

Palavras- chaves: Feminicídio. Violência. Desigualdade.

INTRODUÇÃO: Em um contexto precedente, a evolução da violência de gênero se dá a forma que a mulher é vista sob um viés patriarcal, ou seja, em uma sociedade que o poder é dos homens, enquanto isso se tem a concepção da mulher como “o sexo frágil”, vulnerável e subordinada ao homem, em relação ao gênero, condição socioeconômica, raça e entre outros. Sendo assim, há uma certa dominação do homem sob a mulher, e infelizmente, essa imagem ainda é forte na sociedade. O homicídio de mulheres é um fato que sempre ocorreu no Brasil, no entanto recentes são as leis que as protegem, e ainda assim não é o suficiente para amenizar esse problema. Com isso, feminicídio é uma denominação para designar esse tipo de homicídio hediondo, o resultado da violência doméstica, familiar, ou do assassinato de mulher pela condição de gênero, incluindo-se o menosprezo ou discriminação ao sexo feminino. E assim foram criadas as violências mencionadas acima, sendo a Lei Maria da Penha a Lei nº 11.340/06, de 7 de Agosto de 2006 e o Feminicídio Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015, respectivamente. No Brasil, é considerado crime hediondo desde 2015, sendo o 5º país com a maior taxa de homicídios de mulheres. Milhares de mulheres são mortas todos os anos no Brasil. De acordo com o mapa da violência de 2015, o Brasil atingiu em 2013 uma taxa média de 4,8 homicídios a cada 100 mil. Dessa forma o Brasil passou da 7ª posição, no levantamento anterior, realizado em 2010, para o 5º lugar em 2013. Dessa forma, mesmo com o avanço legislativo na criação da lei do feminicídio para que essa violência fatal seja amenizada, é possível identificar por dados que essa fatalidade vem crescendo ainda mais, sendo a porcentagem até maior do que a de homicídios dolosos de mulheres, Em 2017 apresentou 4.558 homicídios dolosos de mulheres, enquanto em 2018 teve uma redução de 6,7% sendo 4.254 mulheres mortas por homicídio doloso. Desses totais, 1.047 feminicídios foram registrados em 2017 e 1.173 em 2018, tendo um aumento de 12%, ou seja, a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. No dado citado acima, a região de maior taxa de feminicídio foi o Acre com 3,2 a cada 100 mil mulheres; já a região de menor taxa foi o Amazonas com 0,2 a cada 100 mil mulheres. (G1 com parceria do Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Com isso, esses dados só refletem o quanto o Brasil progrediu no quesito de assegurar às normas que garantem proteção a mulher. Contudo, ainda há muitas falhas que cercam essa problemática, como a falta de políticas públicas e assegurar ainda mais a segurança dessas mulheres, a falta delegacias da mulher para que tratem com especificidade e cuidado as vítimas. Por isso, esses dados podem ainda representar apenas uma

parte da realidade, uma vez que a parcela considerável dos crimes não chegar a ser denunciada ou, quando são, nem sempre são reconhecidos e registrados pelos agentes de segurança e justiça como parte de um contexto de violência contra as mulheres. Em suma, a dimensão dessa violência letal ainda não completamente conhecida no país.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa se deu por intermédio de consultas a sites, jornais eletrônicos, artigos científicos, jurídicos e legislação, como por exemplificação a lei Maria da Penha a Lei nº 11.340/06, de 7 de Agosto de 2006 e o Femicídio Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015. O elemento projeção se pautará na aplicabilidade das normas por meio de dados de dados estatísticos de órgãos fiscalizadores, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, o Núcleo de Estudos da Violência da USP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Mapa da violência em âmbito nacional. A simbolização, último elemento da metodologia, tratará da eficácia da aplicação das normas brasileiras que influem no feminicídio. Avalia-se efetividade e eficácia de tais providências analisando os dados coletados e apresentados a posteriori no projeto de investigação externa e o papel que o governo brasileiro deve promover para combater o feminicídio, através de políticas públicas o conhecimento e proteção para as mulheres. Os caminhos metodológicos que foram utilizados na pesquisa são qualitativos, em nossas pesquisas foi possível observar que os dados coletados em sites, jornais eletrônicos, artigos científicos, jurídicos e legislação, apesar da força normativa ser de grande pertinência para a diminuição do feminicídio apenas ela não dá a força de resolução, visto que ainda existe uma forte cultura do agressor, desinformação da sociedade na questão da denúncia, além do Estado pouco assegurar a prevenção dos casos de feminicídio e de violência contra a mulher e não garantir delegacias da mulher em todo Brasil, em especial, nos interiores, profissionais especializados, viaturas e a devida assistência a mulher e a família da vítima. Com isso, sintetiza que em partes o Estado ainda se mantém omissos. **REVISÃO DA LITERATURA:** O surgimento do termo femicídio ou feminicídio, segundo Pasinato (2011), é atribuído a Diana Russel, “que o teria utilizado pela primeira vez em 1976, durante um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas”. Mais tarde, Diana Russel, juntamente com Jill Radford escreveu um livro e em sua obra utilizaram o termo para designar os assassinatos de mulheres pelo simples fato de serem mulheres. As mortes classificadas como feminicídio resultariam de uma discriminação baseada no gênero, não possuindo conexões com outros marcadores de diferença como raça ou geração. Russel e Radford (apud Pasinato, 2011) sugerem que o feminicídio não é um fato isolado na vida das mulheres vitimizadas, mas pode ser visto como o ponto final em um longo processo de terror vivido por elas, que inclui abusos verbais e físicos e uma extensa gama de manifestações de violência e privações. Quando esses abusos resultam na morte da mulher, estes devem ser reconhecidos como feminicídio. A definição do feminicídio pode ser compreendida melhor com o trecho abaixo descrito:

Femicídio está no ponto mais extremo do contínuo de terror anti-feminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravização sexual (particularmente a prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extra-familiar, espancamento físico e emocional, assédio sexual (ao telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (cliterodectomia, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto),

psicocirurgia, privação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Onde quer que estas formas de terrorismo resultem em mortes, elas se tornam feminicídios (Russel e Caputti, 1992 *apud* Pasinato, 2010, p.2).

Em meados do ano 2000, a expressão volta a ser utilizada para denunciar as mortes ocorridas em Cidade de Juarez no México, uma cidade que faz fronteira com os Estados Unidos. Antes de abordar os fatos, se faz necessário voltar ao passado para contextualizar a origem de tais crimes. Nos anos 60, segundo Martins (2007), a economia na região sofreu grandes transformações devido ao fim da política de arregimentação de trabalhadores que migravam legalmente para os Estados Unidos e o início de uma política para assentamento de grandes indústrias que, provocaria um fluxo intenso de migrantes para a cidade. As indústrias de transformação de bens que se instalaram, cresceram durante as décadas de 70 e 80, em função da mão de obra feminina, na maioria migrante e jovem, considerada mão de obra barata. Os papéis da mulher foram saindo do tradicional, deixando de serem apenas esposas, mães e donas de casa para assumir seu lugar no mercado de trabalho contribuindo para o sustento da família bem como conquistando autonomia financeira. Malveiro reitera que:

“Não é questão da vida da mulher ter mais valor que a vida dos outros, é que, do ponto de vista social, é mais questionável, é mais negativa a ação daquele que mata a esposa na frente dos filhos do que aquele que mata em briga de bar, por exemplo” (MALVEIRO, p.233, 2015).

Durante um tempo no Brasil, o assassinato de mulheres era permitido uma vez que a mulher fosse adúltera e logo o esposo, para não manchar sua honra, poderia executá-la não configurando ato criminoso. Nas Filipinas esta prerrogativa também era válida, além de marido poder assassinar a esposa poderia acabar com a vida do indivíduo que fosse pego com ela em adultério. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Nesse contexto, na maior parte dos casos a motivação é a violência doméstica ou familiar, em que tem como agressor o cônjuge, namorado ou ex-cônjuge, ex-namorado, e tem por motivo ciúmes ou a não aceitação de um término com o sentimento de posse quanto a vítima, todavia podem ocorrer também em ambiente social. Inquestionavelmente, essa violência é ocasionada por uma cultura do agressor, em que é enraizado o contexto patriarcal, ou seja, com essa forma de domínio, quando um casal se separa surge o sentimento de posse que é resultado dessa cultura machista e opressora, em que o homem comanda a mulher como se pelo fato de que tiveram uma relação ele possa ter o controle da sua vida, enquanto muitas vezes a mulher não consegue ter o discernimento do que está acontecendo ao seu redor. O feminicídio de acordo com Debelak, Dias e Garcia, possui uma relação com a violência sofrida pela mulher dentro do seu próprio lar, neste sentido explicam que:

Embora o feminicídio não aconteça somente como a expressão máxima de um ciclo de violência vivido pela mulher dentro de seu próprio lar, relação entre eles é inegável: 43,4% dos assassinatos femininos cometidos em 2011 no Brasil tiveram autoria do parceiro ou ex-parceiro da vítima, segundo o mapa da violência publicado no 2012 – pesquisas mais recente sobre tema, que ainda é de difícil apuração em decorrência da subnotificação dos casos e da falta de um padrão nacional para o registro destes dados. Aproximadamente uma em cada cinco brasileiras reconhece já ter sido vítima de violência doméstica ou familiar provocada por um homem, de acordo com o Data Senado. Isto, no entanto, não quer dizer que elas foram ou são violentadas todos os dias. Este tipo de agressão costuma acontecer

depois de uma serie de investidas psicológicas contra sua integridade mental.

As leis não têm sido o suficiente para erradicar a violência é de cunho cultural-social, pois a maioria das pessoas ainda persistem na ideia de que as mulheres devem aceitar sofrer a violência por estarem casadas e ainda, possuir o dever de zelar pela instituição familiar, mesmo que ela esteja sendo maltratada. Além disso, perduram ainda no pensamento engessado das pessoas que a mulher não deve ter voz na sociedade e acabam agindo com preconceitos, julgando que elas devem estar em casa cuidando dos afazeres domésticos, e por isso, precisam abrir mão do trabalho. Assim, contribuem para que atitudes agressivas existam e sejam consideradas normais dentro de casa ou onde a mulher estiver inserida. Atitudes assim, acabam diminuindo a mulher dentro do contexto comunitário onde ela está introduzida. A violência contra a mulher, se percebeu, está tão arraigada em nossa sociedade que mal percebemos como ela ocorre cotidianamente. Ainda hoje, quando muito já mudou, isso ainda acontece. Em algumas ocasiões por falta de informação, mas principalmente por estarmos inseridos em uma comunidade onde culturalmente a mulher é subjugada, ela é tratada de forma desumana e violenta, até mesmo de forma sutil e ocasional, sem que seja percebida pela vítima. É possível dizer que esse comportamento cruel parte de um pensamento machista. Assim, o machismo é definido por um conjunto de comportamentos e convicções de que o gênero masculino é superior ao feminino. Recordando que a base cultural, se vê no machismo a pior face ou deterioração da cultura patriarcal. O machismo nos dias atuais determina um sistema que define homens e mulheres de uma forma desigual, partindo da visão de que o homem é efetivamente superior a mulher, não apenas institucionalmente, mas também culturalmente como no patriarcado. Esse sistema de representação e dominação usa o gênero para argumentar atitudes que hierarquizam mulheres e reduzem a tarefas e posições as quais são reconhecidas como pessoas indignas de respeito e louvor. Por outro lado, diferentemente dos homens, que são colocados naturalmente em lugares de liderança. A busca de fazer pararem agressões direcionadas ao gênero feminino desde o ambiente familiar encontra força de norma constitucional a partir do disposto no artigo 226 §8º da Constituição Federal de 1988, que visa resguardar a integridade de cada pessoa dentro das relações familiares. Nesse artigo supracitado, a Constituição Federal de 1988 prevê que:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (BRASIL, 1988).

Trazendo isso para a realidade da violência doméstica contra a mulher, é um importante dispositivo para a luta contra esse mal, pois a partir desse artigo surgem leis que protegem de forma específica a condição de ser mulher na sociedade brasileira. A lei 11.340/2006, popularmente conhecida como a Lei Maria da Penha, busca proteger a integridade da mulher. Tal nome surgiu diante da história de uma bioquímica que sofreu violência doméstica por 23 anos. Essa norma jurídica trouxe mecanismos novos de preservação da vida das mulheres em situação de violência

e por causa disso ela representa um grande avanço em nossa legislação pátria em nossa legislação pátria. Em março de 2015, entrou em vigor a lei nº 13.104/2015 que trata como crime hediondo matar mulheres por serem do gênero feminino. Intitulada de lei do feminicídio, essa lei trouxe para o código penal mais uma modalidade de homicídio qualificado, quando o crime for praticado contra a mulher pela razão dela ser do gênero feminino. Este dispositivo normativo tem sido importante para luta contra a violência direcionada a mulheres pois regulamenta comportamentos exacerbados e que não podem ser admitidos socialmente sem que haja penalização por parte do Estado. O fato do feminicídio ter se tornado um crime qualificado tem dado grande relevância para a luta contra a violência doméstica contra a mulher. Como também tem gerado muitos questionamentos que se intenta responder. Não se pode negar como essa qualificação tem tornado objetiva a penalização dos culpados por matar mulheres pela condição de serem mulheres. Quando aprovou a lei do feminicídio, sancionada em março de 2015, o congresso ofereceu um passo importante para resguardar a mulher da atrocidade do seu agressor. Mas os números desse dolo mostram que não basta punir. É preciso também aumentar a rede de proteção à mulher e mudar a “civilização do agressor”, no mais, fica aquela hesita se as políticas públicas estão falhando devido ao aumento da violência ou se estão tendo sucesso porque está identificando de forma mais clara o que é violência. Seja como for, no Brasil, menos de 10% dos municípios contam com delegacias especializadas de atendimento à mulher. **CONCLUSÃO:** A aprovação da Lei do Feminicídio veio para reafirmar a resposta penal aos problemas éticos, históricos e culturais, como o patriarcado e o machismo em nossa sociedade. Ao fazer isso, a lei mobiliza punições que serão distribuídas seletivamente, até mesmo pelo fato do direito penal ser seletivo, ele não está seletivo por um desvio de finalidade, como acreditam alguns indivíduos. A lei penal continuará a fazer o que sempre fez, agora, com mais aval feminista. Faz-se importante destacar que a lei penal, tão canônica, sempre exige sacrifícios em troca da promessa de proteção que, deveras se realiza. Não se pode ignorar o fato de que a sociedade está em transformação e as mulheres estão conquistando gradativamente seu espaço. A Lei do Feminicídio é uma conquista, um reconhecimento pelas atrocidades contra a mulher, assim como a Lei Maria da Penha foi, mas há a necessidade de uma ruptura comportamental e cultural que torne o ser humano um indivíduo melhor, com a concepção de não mandante e não pertencente ao outro, este sim será o ponto para uma sociedade mais justa e igualitária sem distinção de gênero. Muitas mulheres não denunciam a violência com medo de que o agressor sofra algo que elas representam excessivo, portanto um número expressivo de vítimas ainda tem receio de procurar ajuda institucional. As mulheres que se encaixam nessa descrição têm medo de ficar desamparadas caso o companheiro sofra alguma sanção que o leve a perder a fonte de renda. A repreensão que o sistema oferece tem que levar em consideração a expectativa das mulheres, senão elas não vão denunciar. Responsabilizar o agressor é apenas um dos lados do enfrentamento da violência contra a mulher, segundo a secretária nacional de políticas para mulheres, é preciso fazer com que o acusado tenha entendimento do ato que cometeu, uma vez que, quando sai, depois de cumprir pena, ele arranja outra companheira e volta a cometer o mesmo crime, ocorrendo um ciclo vicioso. No entanto, há atenção insuficiente a medidas que poderiam prevenir o crime, tendo uma enorme dificuldade em construir uma cultura de prevenção. O primeiro contato que a mulher tem com a estrutura que a recebe depois de uma experiência traumática pode ser decisivo para que ela adquira confiança e volte a buscar apoio, para que sua situação seja monitorada.

Nesse sentido, a Lei Maria da Penha é a principal referência, sendo trabalhada toda a cadeia da violência, do princípio ao fim. Isso significa prevenir, trabalhando a educação, e prever a assistência à pessoa agredida, à família, à todos os envolvidos e ao agressor. Por essa razão, verifica-se que uma das melhores formas de combater essa violência em específicas, é a promoção de políticas públicas que falem sobre ela, mas que essas não se resumam apenas em trazer dados. Se faz necessário que haja uma conscientização e nova ressignificação de alguns conceitos em que a maioria das pessoas têm em suas mentes sobre mulheres a luta do feminismo é sobre isso, ele combate atitudes e pensamentos massificados pela população que diminuem a mulher no contexto social. Tal luta foi muito importante para as mulheres, pois foi a partir delas que muita coisa mudou para a realidade feminina, a começar pelo direito tutelado por mulheres à educação, igualdade no casamento, até a luta atual sobre a igualdade material de tratar a mulher de forma igual nas suas divergências. Vale salientar que este artigo não objetivou esgotar o tema e sim abrir caminhos para novas pesquisas de um assunto tão importante como este. É muito recente a aprovação da Lei do Femicídio, mas é certo que muitas mudanças ainda estão por vir e, especialmente, que possam causar efeitos positivos na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 26 ago. 2019.

_____. **Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm. Acesso em: 26 ago. 2019.

_____. **Legislação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 ago. 2019.

DOSSIÊ VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. **Femicídio**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/femicidio/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

HENRIQUES, Olivia; REGADAS, Tatiana. **Mulher vítima de violência enfrenta medo e vergonha para denunciar agressor**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/mulher-vitima-de-violencia-enfrenta-medo-e-vergonha-para-denunciar-agressor.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **9 mulheres foram vítimas de agressão por minuto em 2018**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/por-minuto-9-mulheres-foram-vitimas-de-agressao-em-2018/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MALVEIRO, N. K. **Lei do Femicídio no Brasil**: Por que as mulheres precisam de uma proteção específica contra crimes. Entrevista ao Brasil Post. Publicado: 09/08/2014. Disponível em:https://www.huffpostbrasil.com/2014/08/09/lei-do-femicidio-no-brasil-por-que-as-mulheres-precisam-de-um_a_21674308/. Acesso em: 26 set. 2019.

MENDONÇA, Renata. **Violência doméstica**: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para denunciar. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm. Acesso em: 26 ago. 2019.

PASINATO, W. "**Femicídios**" e as mortes de mulheres no Brasil. Cad. Pagu, Campinas, n. 37, p. 219-246, Dec. 2011. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2019.

RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite; GOMES, Andreza Damasceno de Souza. **Femicídio e a omissão do Estado**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71903/femicidio-e-a-omissao-do-estado>. Acesso em: 30 ago. 2019.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela. **Cai o nº de mulheres vítimas de homicídio, mas registros de feminicídio crescem no Brasil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/cai-o-no-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-mas-registros-de-femicidio-crescem-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2019.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO HABEAS CORPUS COLETIVO 143.641

AUTORAS:

Ana Paula de Oliveira Dantas
Islana Victoria de Medeiros
Nathally Monike Teixeira de Araújo
Hosana Hílane Cabral Santos

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar o Sistema Prisional brasileiro no âmbito do cárcere feminino, bem como os direitos a liberdade de locomoção e a efetivação dos direitos das gestantes e mães de filhos até doze anos, e filhos com deficiência. Por meio do Habeas Corpus designado a tutelar um dos mais basilares e fundamentais direitos: a liberdade de locomoção, na modalidade Coletiva de nº 143.641/2018 proposto no Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, mostra-se que o judiciário atua de forma ativa na defesa dos direitos fundamentais descritos na Constituição Federal.

Palavras-chave: Habeas Corpus Coletivo 143.641. Direitos Fundamentais. Proteção.

INTRODUÇÃO: O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias femininas do mundo, e a maioria das prisões são relacionadas ao tráfico de drogas, as mulheres presas em sua maioria, são jovens, negras, pardas, pobres e com baixa escolaridade, vivendo nos bairros mais carentes das grandes cidades. Segundo pesquisa da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, 62% das prisões de mulheres no Brasil estão relacionadas ao tráfico de drogas, grande parte das mulheres encarceradas trabalha na baixa hierarquia do tráfico, não são grandes gerentes e com alta periculosidade (DAPP/FGV). O aumento do encarceramento feminino ampliou também a visibilidade do problema colocado pela existência de gestantes e mães que convivem com seus filhos nas prisões. Das 1.420 unidades prisionais existentes no Brasil, apenas 48 dispõem de celsa apropriada a condições necessárias para o cuidado com as crianças após o nascimento e com as mães durante a gestação, assim é imprescindível a adoção de medidas que visem solucionar essas questões (DEPEN, 2018). A garantia de acesso à maternidade por parte das mulheres presas ainda é baixa. Por conseguinte, o sofrimento das mulheres encarceradas aumenta quando estão grávidas, pois o deficiente regime de privação de liberdade por si só compromete o período da maternidade, seja pela falta de estrutura, seja pelo fato da separação da mãe com seu filho. É clara a necessidade da criação de mais estabelecimentos próprios para as mulheres, e programas de políticas públicas que possibilitem o reingresso no mercado de trabalho e no meio social e por fim, é fundamental o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e assecuração dos seus direitos previstos em nosso ordenamento jurídico. Em pesquisa feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi constatados mães e bebês em acomodações precárias, e recebendo alimentação inadequada, além de unidades com crianças ainda sem o registro de nascimento e vacinação atrasada. Na maioria dos locais visitados, constatou-se não haver ginecologistas ou obstetras acessíveis para o atendimento pré-natal das grávidas, nem pediatras disponíveis para os recém-nascidos que vivem nas cadeias brasileiras (Conselho Nacional de Justiça. 2018).

Visto os problemas no sistema prisional considera-se a prisão cruel e desumana. De modo que, a defesa dos direitos fundamentais das gestantes e mães presas preventivamente, se torna primordial visto que esses direitos são considerados pela nossa Constituição: invioláveis, indisponíveis, imprescritíveis, imutáveis, irrenunciáveis e previstos como cláusulas pétreas em nossa Carta magna, fundamentando assim todo o nosso arcabouço jurídico brasileiro logo, apesar de todo esse amparo eles vêm sendo consideravelmente violados e ignorados. Nessa perspectiva foi impetrado o Habeas Corpus coletivo nº 143.641, por um grupo de advogados Membros Coletivos de Advogados em Direitos Humanos, em favor das presas gestantes, e daquelas mães com crianças de até doze anos de idade, bem como mães de crianças com deficiências, atuando assim em favor dos direitos de todos os envolvidos, ressaltando os direitos fundamentais das crianças. A situação das presas preventivamente e dos filhos em estabelecimentos prisionais precários, retira vários direitos fundamentais, como assistências regulares na gestação e no puerpério, programas gestacionais, como o Pré-Natal, que possibilita o acesso as mães a serem acompanhada por um profissional de Ginecologia e Obstetrícia, violando também direitos das crianças a se desenvolverem adequadamente, pois assim como as mães as crianças também estarão presas. Em virtude dos fatos mencionados, o objetivo da pesquisa é demonstrar a importância de tais direitos serem resguardado, visando que o tratamento sem os devidos cuidados com os envolvidos se torna um tratamento cruel, degradante e desumano, ferindo assim um direito adquirido e respaldado em nossa Constituição Federal. A busca da tutela dos direitos humanos das presas descritas no Habeas Corpus Coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal é o meio de efetivar tais direitos evidenciando a defesa dos direitos fundamentais descritos na Constituição. Para assim efetivar e resguardar os direitos inerentes a todos, capazes de assegurar uma vida digna e protegida de abusos de poder praticados pelos Estados. **METODOLOGIA:** Este estudo baseou-se em uma estratégia qualitativa de pesquisa, de caráter exploratório, por meio de uma revisão bibliográfica. Tomando como ponto de partida o objetivo desta pesquisa que é investigar a aplicação do Habeas Corpus Coletivo 143.641. O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do pesquisador. Como qualquer pesquisa, ela depende também de uma pesquisa bibliográfica, pois mesmo que existam poucas referências sobre o assunto pesquisado, nenhuma pesquisa hoje começa totalmente do zero. Haverá sempre alguma obra, ou entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas semelhantes ou análise de exemplos análogos que podem estimular a compreensão. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.51).

Pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

A pesquisa qualitativa é uma metodologia de caráter exploratório. Seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. Buscando compreender o comportamento do

caso em estudo analisando as suas particularidades e experiências, entre outros aspectos. Nesse método, as respostas costumam não ser objetivas, ou seja, os resultados obtidos não são contabilizados em números exatos. A pesquisa qualitativa costuma ser realizada quando o objetivo do estudo é entender o porquê de determinados comportamentos. Como explica Denzin e Lincoln (2006, p. 17):

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance.

O elemento projeção se pautará na aplicabilidade das normas por meio de dados de dados estatísticos de órgãos fiscalizadores, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Departamento Penitenciário Nacional, e pesquisas do Conselho Nacional de Justiça. Bem como a Constituição Federal 1988, e a Lei de Execução Penal.

REVISÃO DA LITERATURA: Para que possamos compreender a situação das mulheres em situação de prisão na atualidade. Para uma melhor discussão acerca do sistema prisional é fundamental contextualizarmos a origem das penas, considerando que a história das prisões está atrelada a sua aplicação. Autores como Lima (2005), Rita (2007) e Bitencourt (2004) enfatizam que a prisão apenas assumiu forma na sociedade no período da idade média, quando passou-se a adotar o modelo de punição da Igreja Católica, que utilizava a prisão eclesiástica para punir monges rebeldes em clausuras, através de um sistema de solidão que prevalecia o silêncio. Foucault (2002) coloca que a aplicação das penas se dava através dos espetáculos de suplícios ao condenado, que era exposto às multidões em praça pública, como forma de punição perante toda a sociedade. Foucault (2002) caracteriza a prisão como um quartel, utilizada para punir os transgressores através da privação de liberdade, a fim de transformá-los em seres dóceis e reeducá-los para a força de trabalho.

A prisão: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente. Esse duplo fundamento – jurídico – econômico por um lado, técnicodisciplinar por outro – fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas. E foi esse duplo funcionamento que lhe deu imediata solidez (FOUCAULT, 2002, p. 196).

A grande alteração do sistema penitenciário brasileiro ocorreu no ano de 1984, com a promulgação da Lei n. 7.210/1984, que instituiu a Lei de Execução Penal, na busca por minimizar os problemas carcerários e, sobretudo, visando a redução da população aprisionada que crescia vertiginosamente (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012). Suas maiores modificações e inovações introduzidas dizem a respeito à disciplina normativa da omissão, ao surgimento do arrependimento posterior, à nova estrutura sob o erro, ao excesso punível alargado para todos os casos de exclusão de antijuridicidade, ao concurso de pessoas, às novas formas de pena e à extinção de penas acessórias e a abolição de grande parte das medidas de segurança com o fim

da periculosidade presumida (NORONHA apud GARUTTI; OLIVEIRA, 2012, p. 26). A lei de Execução Penal encontra-se em vigor até hoje, dessa forma, a Lei de Execução Penal preserva em sua redação os direitos fundamentais à dignidade humana para as pessoas em situação de prisão, tais como: “assistência educacional, assistência à saúde, assistência material, religiosa, jurídica, social e psicológica”. No entanto, o sistema prisional brasileiro ainda apresenta um longo caminho na busca pela efetivação integral dos direitos humanos da pessoa em situação de prisão, visto os inúmeros casos de violação de direitos ocorridos intramuros das prisões. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A proteção dos direitos fundamentais das presas torna-se primordial por diversos motivos, o mais evidenciado pelos apoiadores da decisão do Supremo Tribunal Federal é o fato de que, além de estarem presas preventivamente, estão grávidas e tem suas respectivas responsabilidades quanto à criança, por serem mães solteiras e por não ter amparo da sua família. É constitucionalmente garantido que os direitos fundamentais resguardem um valor universal, visando uma socialização de direitos que devem ter amparo legal e constitucional, por parte de todos os envolvidos, evitando o abuso de poder do Estado e amparando o cuidado com as crianças nascidas nos presídios brasileiros. Os direitos das crianças estão previsto na Constituição Federal em seu artigo 227: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, atribuindo não só ao Estado, mas também às respectivas famílias, o dever de assegurar com prioridade absoluta, o exercício dessas garantias às crianças e jovens, portando a eficácia dos referidos dispositivos constitucionais torna-se inviável com o encarceramento de mães e gestantes. Isso porque, nessas situações, ou há a separação da genitora e seu filho, ou há o aprisionamento também da criança, que passa a dividir a cela com a mãe. As defensorias públicas de diversos Estados, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), como também a Defensoria Pública da União, foram entidades que foram a favor da decisão do Supremo Tribunal Federal, atuaram com o objetivo de defender a concessão do Habeas Corpus Coletivo. Até então, a única e conhecida modalidade de impetração era o Habeas Corpus individual, em sua forma particular, específica e pessoal. O Habeas Corpus Coletivo 143.641, em discussão no Supremo Tribunal Federal é uma novidade no Tribunal brasileiro, levantando diversos debates a cerca do tema pelos estudiosos do direito. No entanto a sua aplicabilidade no âmbito dos tribunais não é unânime, por mais que não haja proibição, também não há previsão legal de concessão, portanto ficando a cargo do julgador a decisão de ser cabível ou não. Com a decisão do STF segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) hoje no Brasil existem 14.750 mulheres presas em situações de cumprirem a pena domiciliar. Em 20 de fevereiro de 2018, ao julgar o Habeas Corpus coletivo 143.641/SP, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas que estivessem gestantes, puérperas ou fossem mães de crianças até 12 anos de idade e/ou deficientes sob sua guarda, exceto na hipótese de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça contra seus descendentes ou, ainda, em outras situações, as quais só poderiam vir a impedir a substituição prisional por meio de fundamentação judicial apropriada. A decisão concedida pelo STF é similar ao

conteúdo previsto na lei processual penal, no seu artigo 318 IV e V, 318-A I e II em vigor, vejamos:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

IV – gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente. (BRASIL, 2011).

Além da legislação nacional que protege o direito da criança e do adolescente, o Brasil é signatário de Tratados Internacionais relacionados às regras mínimas para tratamento de mulheres em privação de liberdade, como a Convenção dos Direitos da Criança, da ONU, e a Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e as Regras de Bangkok. Inicialmente o Habeas Corpus Coletivo foi indeferido pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática, indeferiu o ministro Alexandre de Moraes na modalidade coletiva, sob a justificativa de não terem individualizado especificamente a ilegalidade sofrida. Logo mais a diante a 2ª Turma do STF foi instada a julgar o Habeas Corpus Coletivo 143.641, por maioria dos votos, decidiu deferir a tutela na sua forma coletiva para determinar que fosse substituída a prisão preventiva pela domiciliar de presas gestantes e mães de crianças de até doze anos de idade ou de pessoas com deficiência, em todo o território nacional, sem prejuízo da aplicação de medidas alternativas previstas no art. 319 do código de Processo Penal. O ministro Ricardo Lewandowski afirmou que o habeas corpus coletivo concedido pela primeira vez pelo Supremo Tribunal Federal para beneficiar gestantes e mães de filhos com até 12 anos que estejam presas preventivamente, foi um momento histórico no qual sociedade civil e o Judiciário firmaram uma aliança para assegurar a proteção garantida às crianças pela Constituição Federal. Lewandowski salientou que, embora o habeas corpus coletivo tenha sido concebido para uma situação especial para as mulheres presas, principalmente as mulheres negras e de baixa renda que mais integram esse grupo, ele se tornou um instrumento polivalente, que pode ser utilizado em qualquer situação em que haja uma lesão massiva contra o direito de ir e vir. No presente caso, observa-se que houve um atendimento do Supremo Tribunal Federal ao pleito pela busca de direitos constitucionais previstos, através de um instrumento não utilizado na prática jurisdicional do país. Entretanto, originou-se uma decisão de caráter genérico e ineficaz, uma vez que as peculiaridades do caso concreto haveriam de ser, ainda analisada pelo juiz da execução penal, sendo a este, a quem caberia a decisão se as presas grávidas, puérperas ou mães de crianças e deficientes iriam ser ou não liberadas do cárcere. Pouco mais de um ano após a primeira decisão, ainda é possível encontrar mulheres presas com seus bebês e outras mães que poderiam estar em prisão domiciliar que seguem privadas de liberdade em todo o Brasil. É certo que a concessão do habeas corpus coletivo tem um significativo potencial de reduzir as altas taxas de encarceramento feminino, além de seu valor simbólico. A ausência de informações em tempo real a respeito da população prisional nacional, no entanto, ainda não permite calcular exatamente qual o verdadeiro impacto da decisão. A princípio, o que se nota é que tal potencial tem sido mitigado pelo descumprimento da medida

nos casos individuais sob as mais variadas justificativas que, no fundo, escondem um mesmo interesse: o controle do exercício da maternidade por mulheres selecionadas pelo sistema penal. **CONCLUSÃO:** Durante a elaboração do trabalho buscou-se demonstrar que a busca pela efetivação dos direitos resguardados pelo Habeas Corpus Coletivo, principalmente no que tange aos direitos e garantias individuais, permite uma consolidação de inúmeros instrumentos capazes de impedir violações. Em nossa Legislação é garantido constitucionalmente que os direitos fundamentais protejam um valor universal, não se limitam a resguardar apenas um ser humano na sua individualidade, mas há, na verdade, uma coletividade dos direitos que merece amparo legal e constitucional, por parte de todos os organismos que formam o Estado. Apesar de que nem tudo pode ser previsto e codificado, sabemos que não é possível que em nosso arcabouço jurídico todos os casos ocorridos em uma sociedade esteja codificado, os fatos reais da sociedade acabam exigindo um desenvolvimento assertivo de aspectos legais do direito, o que permite um desenvolvimento de técnicas e controles pelo Poder Judiciário, que deve estar posicionado a esse amparo, e visar o bem estar de toda a coletividade. No caso estudado por esse artigo, observa-se que houve um atendimento do Supremo Tribunal Federal aos direitos buscados e constitucionalmente previstos, através de um instrumento não utilizado na prática jurisdicional do país, Habeas Corpus Coletivo, mas que pela grande importância da matéria debatida, mereceu um reconhecimento legal de sua utilização, visto o bem de toda a coletividade, primordialmente os direitos as crianças envolvidas. Embora, disso originou-se uma decisão de cunho genérico e ineficaz, pois não foram atendidas a todos os casos existentes nas prisões brasileiras, as peculiaridades do caso concreto haveriam de ser, ainda, analisadas pelo juiz da execução penal, sendo a este a quem caberia a decisão se as presas grávidas, puérperas ou mães de crianças e deficientes iriam ser ou não livradas do cárcere, ou seja atendidas pelo remédio Constitucional. Portanto a decisão foi de cunho simbólico, como acontece em outros casos que são levados ao Supremo Tribunal Federal para os seus julgamentos, permanecendo a situação das presas sem uma alteração significativa, visto que a parcela atingida e garantida os direitos foi muito baixa, o que é desumano, uma vez que os direitos fundamentais são soberanos e todas devem ser atendidas pelo direito adquirido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União. 02 set. 1984.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 63 p.

BANDEIRA, Regina. **Presídios femininos:** o descaso com saúde e alimentação de grávidas e crianças. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86269-presidios-femininos-o-descaso-com-saude-e-alimentacao-de-gravidas-e-criancas>. Acesso em: 28 ago. 2019.

DINIZ, Débora. **Cadeia:** Relatos sobre mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LISBOA, Vinícius. **População carcerária feminina no Brasil é uma das maiores do mundo**.

2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/populacao-carceraria-feminina-no-brasil-e-uma-das-maiores-do-mundo>. Acesso em: 06 set. 2019.

LORDELO, João Paulo. **O habeas corpus coletivo na jurisprudência do STF:**

Comentários ao julgamento do HC 143.641. 2018. Disponível em:

<https://emporiododireito.com.br/leitura/o-habeas-corpus-coletivo-na-jurisprudencia-do-stf-comentarios-ao-julgamento-do-hc-n-143-641>. Acesso em 04 set. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho**

científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

RITA, Rosangela Peixoto Santa. **Mães e Crianças Atrás das Grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

SANTA RITA, R.P. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade humana**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ATIVISMO JUDICIAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

AUTORES:

Renata Teixeira de Queiroz
Rodrigo Lopes dos Santos
Emanuel Oliveira Barreto
Karollaine Natasha de Castro Araújo

RESUMO: O Princípio da Separação dos Poderes constitui-se como cláusula pétrea previsto na Constituição Federal de 1988. Contudo, essa separação não é aplicada de forma absoluta para que se tenha um equilíbrio mútuo entre poderes do Estado. A vista disso, o Poder Judiciário se utiliza da premissa da mora dos outros poderes da República para suscitar o alargamento de suas funções, corroborando para o aumento do seu protagonismo, fugindo de sua função jurisdicional e praticando o fenômeno do Ativismo Judicial. Dentro dessa ótica, o presente estudo busca apontar as implicações da forma de atuação pró-ativista do Poder Judiciário denominada Ativismo Judicial em face dos limites constitucionais frente ao Princípio da Separação dos Poderes e do sistema democrático, assim, analisando os principais pontos de tensão, conflitos e críticas sobre o protagonismo judicial no cenário jurídico-político brasileiro atual.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Judiciário. Separação dos Poderes.

INTRODUÇÃO: Nos ensinamentos de Luiz Flávio Gomes (2009), o termo Ativismo Judicial foi mencionado pela primeira vez pelo historiador norte-americano Arthur Schlesinger, em janeiro de 1947, através de uma reportagem aludindo sobre a Suprema Corte dos Estados Unidos. Ainda conforme o autor, esse fenômeno ocorre quando o juiz se considera no dever de interpretar a Constituição no sentido de garantir direitos que ela já prevê, como por exemplo, direitos sociais ou econômicos. No Brasil, conforme Teixeira (2012), com a chegada da Carta Magna em 1988 e com o advento do neoconstitucionalismo, o poder Judiciário, principalmente, o Supremo Tribunal Federal (STF), se viu munido de uma maior liberdade para interpretar e concretizar conceitos jurídicos, mudando seus sentidos e adentrando em competência que não lhe são inerentes, com o pressuposto de defesa dos direitos fundamentais. Ocasionalmente, assim, o estopim para a chegada de uma postura proativa de tal poder. No contexto atual, observa-se uma verdadeira intensificação no debate sobre a proatividade do poder Judiciário brasileiro, tendo em vista que com a descrença da política nacional, grande parte da sociedade dá maior credibilidade a esse poder, tornando-o um protagonista no cenário nacional, judicializando então a política. Desse modo, entende-se como um processo social próprio o poder constituinte ou parlamentar que amplia a área de atuação dos Tribunais, judicializando setores da vida política, social e econômica que antes não estavam sujeitos à ação judicial. No entanto, o aspecto principal é analisar a problemática do Ativismo Judicial, evidenciando, fundamentalmente, os limites constitucionais dessa atuação pró-ativista do poder Judiciário frente ao Princípio da Separação dos Poderes, previsto no artigo 2º da Constituição Federal de 1988, e ao Estado Democrático de Direito no contexto jurídico e político brasileiro atual. Dessa forma, é de suma importância a discussão a respeito da atuação ativista do poder Judiciário no cenário brasileiro vigente, bem como quais são os impactos desse pró-

ativismo dos magistrados na sociedade. E para isso, será feita uma análise dos principais aspectos desse ativismo, como também, dos limites constitucionalmente previstos, para que assim esse estudo se faça um forte instrumento para uma melhor compreensão desse fenômeno crescente que é o ativismo judicial. **METODOLOGIA:** Para construção do projeto em epígrafe foi utilizada uma pesquisa qualitativa, as informações não são quantificadas, e sim são interpretadas através dos fenômenos e significados que envolvem a temática. O que proporciona uma abordagem mais realista e, conseqüentemente, mais próxima da realidade. A fim de obter tais informações foi utilizado o método cartográfico, o qual utiliza, como o próprio nome já sugere, os conceitos geográficos da cartografia como um instrumento facilitador para a pesquisa. Tal método pode ser subdividido em: escala, que servirá de parâmetro de comparação com o fato social expresso, a projeção que nada mais é do que a realidade social, foco do estudo, e por último, mas não menos importante tem a simbolização, que explicita se a relação entre a escala e a projeção se dá de forma positiva ou negativa, em especial para o grupo que está diretamente vinculado a temática evidenciada. Os materiais que suscitaram a construção dos conteúdos abordados no decorrer deste trabalho são resultados de buscas feitas em ferramentas de consultas, onde foi possível selecionar algumas publicações que abordam de forma fundamentada sobre o tema para serem analisados, assim, constituindo-se de uma pesquisa bibliográfica. Para isso foram usadas fontes primárias e secundárias, que segundo Marconi e Lakatos:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. Os principais tipos de documentos são: a) Fontes Primárias - dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc. b) Fontes Secundárias - imprensa em geral e obras literárias. Os contatos diretos, pesquisa de campo ou de laboratório são realizados com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. As duas tarefas, pesquisa bibliográfica e de campo, podem ser executadas concomitantemente. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 159-183).

Vencidas essas etapas, foi possível construir uma pesquisa pautada em fontes diversificadas e fundamentadas, trazendo conceitos e informações pertinentes ao assunto abordado no projeto em questão. Logo, estabelecendo tanto uma comparação quanto uma reflexão entre o fato social e a norma jurídica, buscando, dessa forma, abordar as faces que envolvem a problemática em questão. **REVISÃO DA LITERATURA:** O fenômeno do protagonismo judicial, como já citado, teve suas origens na jurisprudência norte-americana. E nesse contexto, seguiu duas vertentes de pensamento, na qual a primeira frisava que o papel dos tribunais estava intrinsecamente ligado a concretização do bem-estar geral da sociedade, já a segunda vertente, no entanto, pregava a ideia de autocontenção do judiciário. Com

isso, corroborando para uma dualidade na conceituação do Ativismo Judicial. Para Luís Roberto Barroso, atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), “a ideia de ativismo judicial está associada a uma participação mais ampla e intensa do Judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros dois Poderes”. Já em contrapartida a essa visão do ministro, o jurista e ex Procurador Geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos, versa o seguinte sobre tal fenômeno:

Por ativismo judicial deve-se entender o exercício da função jurisdicional para além dos limites impostos pelo próprio ordenamento que incumbe, institucionalmente, ao Poder Judiciário fazer atuar, resolvendo litígios de feições subjetivas (conflitos de interesses) e controvérsias jurídicas de natureza objetiva (conflitos normativos). (RAMOS, 2010, p. 129).

A Constituição Federal de 1988, cita três, como os Poderes da República. O primeiro indício de distinção da separação dos poderes na República Federativa do Brasil, encontra-se no Art. 2º da CF/88, que dispõe o seguinte: “Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Evidencia-se ainda que a Separação de Poderes, vem a ser objeto das cláusulas pétreas, não podendo ser alterado nem mesmo por força de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), como bem coloca o art. 60, § 4º, inciso III:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

[...]

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais. (BRASIL, 1988).

Com base nos artigos acima supracitados, a independência dos poderes, fica claramente explícita na CF/88. A priori o intuito é de não interferência de um poder no outro, ou seja, o ativismo judicial, em regra, entraria em confronto com a norma constitucional. A partir desse contexto, uma série de problemas surgem de forma volumosa e polêmica. Para Luís Roberto Barroso apud Alexandre de Moraes (2017), essa atuação pró-ativista é necessária e explana o seguinte: “não há dúvidas de que a eficácia máxima das normas constitucionais exige a concretização mais ampla possível de seus valores e de seus princípios, porém, em caso de inércia dos poderes políticos, devemos autorizar a atuação subjetiva do Poder Judiciário”. Ainda conforme o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os efeitos do Ativismo Judicial beneficia a sociedade em geral, visto que o poder Judiciário trabalha com tal postura ativista a fim de atender os principais anseios da população. Entretanto, ocorre que, para atender essas questões fundamentais que carecem de normatização no ordenamento jurídico, o Judiciário começa a atuar de forma significativamente proativa em relação aos outros poderes, assim, ultrapassando sua principal função que nada mais é do que o cumprimento

das leis e o respeito a Constituição Federal de 1988. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Diante do que já foi exposto, o Ativismo Judicial colide em uma dualidade de concretização dos direitos fundamentais positivados na Constituição, por parte do Judiciário, e da interferência desse nos outros poderes sem a devida prerrogativa constitucional, suscitando, desse modo, uma instabilidade na separação dos poderes e no Estado Democrático de Direito. No Brasil, não obstante, o Poder Judiciário funcionava essencialmente, até meados do século XX, como um fiel aplicador dos textos normativos. Contudo, conforme Hasselmann (2019), com o advento do constitucionalismo, houve uma expansão das atividades do Judiciário, principalmente em relação a atuação das supremas cortes, no que diz respeito a interpretação proativa dos preceitos constitucionais e na criação de direitos em face da omissão ou mora dos outros poderes. O Supremo Tribunal Federal (STF) vem se colocando em uma posição de destaque nacional, visto que vem praticando consideravelmente o fenômeno do ativismo judicial, ultrapassando assim as barreiras que demarcam suas atribuições e sobrepondo-se, muitas vezes, ao Legislativo na tomada de decisões, inclusive acerca de condutas não previstas na legislação em vigor. Em entrevista para o jornal Gazeta do Povo, o professor de Direito Constitucional Rubens Glezer explica seguinte quanto as atuações do Supremo:

“O STF, assim como qualquer juiz, não se prende à literalidade das leis. Eles podem, e é desejável que muitas vezes possam fazer, um processo de interpretação mais complexo. Às vezes porque a literalidade é insuficiente. E isso é consensual na comunidade e jurídica”.

Além disso Glezer (Gazeta do povo, 2016) ainda ressalta que:

“O problema é o que STF faz essas intervenções, mas não deixa muito claro as justificativas, e isso passa uma impressão de arbitrariedade e uma certa usurpação de competência do Legislativo. É muito chocante para as pessoas que os tribunais não sigam a letra da lei, mas, quando vai para casos minimamente complexos, a letra da lei não dá conta”

Já para Nogueira (2019), as decisões do poder Judiciário ditas como inovadoras, ou melhor, criadoras de novos direitos mediante à revelia do Congresso Nacional, órgão composto por representantes do povo com competência constitucional para legislar, são diretamente contrárias ao princípio da reserva legal, previsto na própria Constituição no seu art. 5º, inciso XXXIX. Isto pode ser observado nas decisões recentes do STF sobre a prática do aborto até o terceiro mês de gestação, como também, a criminalização da homofobia equiparada ao racismo, matérias não previstas constitucionalmente, se seriam ou não considerados crimes. Tais julgamentos chamaram muita atenção, tendo em vista que o STF, está cada vez mais tendo uma interpretação para além do texto constitucional, atuando dessa forma no âmbito do Poder Legislativo. No caso supracitado já existe uma lei sobre a criminalização do aborto que são os artigos 124 e 125 do Código Penal brasileiro, tendo em vista que aborto é crime quando provocado pela gestante e/ou com seu

consentimento, ou quando for executado terceiro, contudo a prática não é punida em dois casos: o primeiro é quando não há outro meio de salvar a vida da gestante; e o segundo é caso de gravidez resultante de estupro. Logo, ultrapassando competência prevista constitucionalmente no inciso abaixo:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

[...]

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo da Constituição;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição;
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Recentemente alegando a mora do poder legislativo para providências acerca das montantes necessidades sociais, o STF, decidiu também, equiparar a prática da homofobia com o crime de racismo. O judiciário por sua vez decidiu interferir visando que os casos preconceitos sofridos pela comunidade LGBT, não deveriam ficar impunes por tanto tempo até que lei nova fosse criada para tal. A Lei nº 7.716 de janeiro de 1989 que versa sobre o crime racial, também servirá de punibilidade para quem pratica ato homofóbico. Na decisão em foco, nota-se o compromisso do judiciário para o bem-estar social, visando que a prática não poderia mais continuar impune. Corroborando com as ideias do Ministro da Suprema Corte, Luís Roberto Barroso, que declara em seu voto:

“As supremas cortes representam também um papel representativo, o de atender demandas da sociedade que não tenham sido atendidas a tempo e a hora. O que se está exercendo aqui, e que deve ser exercido em situações excepcionais, quando a história exige é o papel iluminista, de empurrar a história relativamente a determinados temas, mesmo contra vontades majoritárias, como quando da decisão desta corte sobre a união homoafetiva.” (CONJUR, 2019).

No entanto, apesar de se fundamentar na concretização dos valores e fins constitucionais como bem defende o Ministro Luís Roberto Barroso, o judiciário não pode transpassar os limites de sua função jurisdicional imposta pelo próprio ordenamento jurídico, logo, tal atuação constitui-se uma ofensa ao princípio da separação dos poderes. Outra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) onde houve um excesso quanto as suas atribuições e que pode ser enquadrada como caso de ativismo judicial está em um evento recente que marcou a história política do Brasil, mais especificamente, o julgamento sobre o rito do Processo de Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (ADPF 378).

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PROCESSO DE IMPEACHMENT. DEFINIÇÃO DA LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO RITO PREVISTO NA LEI Nº 1.079/1950. CABIMENTO DA AÇÃO E CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES.

Conforme Sarmiento (2015), o STF , nitidamente, se excedeu de sua função de guardião da Constituição e utilizou-se dessa premissa para interpretar de forma absolutamente criativa os comandos constitucionais, em especial do art. 86 da Constituição, que dispõe acerca admissão da acusação do Presidente da República, dando a este dispositivo sentido diverso do que estabeleceu o legislador constituinte ao criar uma hierarquia entre as casas legislativas, ou seja, desviou o preceito normativo de sentido original. É importante evidenciar ainda que essa “usurpação” de competências pelo poder Judiciário, como tem sido denominado o Ativismo Judicial pelos Congresso Nacional, vem incomodando demasiadamente os membros dos outros dois poderes da República ao ponto de se mobilizarem e colocarem em pauta um Projeto de Lei (PL) de nº 4.754/2016, o qual tipifica como crime de responsabilidade a atuação pró-ativista por parte dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Para os defensores o Projeto de Lei contra o Ativismo Judicial se embasa, principalmente, na premissa de que o STF, órgão colegiado por pessoas não escolhidas pelo povo, não é competente para decidir acerca de direitos em que o Congresso Nacional foi escolhido democraticamente para fazer, causando, assim, um sentimento de insegurança jurídica na sociedade. **CONCLUSÃO:** O presente estudo se propôs a fazer uma análise acerca do crescente fenômeno do Ativismo Judicial, no contexto jurídico-político brasileiro, buscando confrontar tal advento com os limites de atuação impostos pelo princípio da separação dos poderes, cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988, como também, com o Estado Democrático de Direito. Logo, pode-se observar que o Ativismo Judicial se respalda, principalmente, na premissa da omissão dos outros poderes do Estado, ou seja, com a inércia e inefetividade do Executivo e Legislativo, o poder Judiciário assume o papel de protagonista para garantir e resgatar os direitos ditos como não realizados. No entanto, esse pro-ativismo acaba trazendo como consequência jurídica a atuação do Poder Judiciário para além de seus limites, ingressando no campo/atuação legislativa e na criação/realização de políticas públicas. Vale destacar que as intervenções por parte do Poder Judiciário nos outros poderes do Estado deveriam ser apenas em casos excepcionais, exercendo, assim, um controle recíproco para que nenhum poder se sobreponha ao outro, a fim de manter o equilíbrio, sendo denominado este instrumento de controle de “*Checks and Balances*”. Um exemplo do acima discutido está justamente na função/competência do poder Judiciário em poder anular os atos advindos tanto do poder Executivo quanto do poder Legislativo em casos em que prevê essencialmente inconstitucionalidade e/ou ilegalidades desses poderes. Desse modo, mesmo com acepções divergentes sobre o Ativismo Judicial, elas convergem para um cerne comum que, no caso, é a problemática da questão, o pressuposto que o ativismo leva ao afastamento do judiciário das suas competências, uma vez que assume funções que são constitucionalmente específicas aos outros poderes do Estado, assim, indo diretamente de encontro a uma das principais premissas do Estado Democrático de Direito, o Princípio da Separação dos Poderes.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais sociais e proporcionalidade. *In*: ALEXY, Robert; BAEZ, Narciso Leandro Xavier; SILVA, Rogério Luiz Nery (org.). **Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo**. Florianópolis: Qualis, 2015.

BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. Disponível em: https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Jurisdição Constitucional**: a tênue fronteira entre o Direito e a Política. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2014/2/art20140204-06.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BARBOSA, Renan. **O que diz o projeto considerado antídoto ao ativismo judicial**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/o-que-diz-o-projeto-considerado-antidoto-ao-ativismo-judicial-17xpiyp3zsu5kzclnzk2s91cy/>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CONSULTOR Jurídico. **Criminalização da homofobia exige atuação iluminista do STF, diz Barroso**. 21 fev. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-fev-21/criminalizacao-homofobia-exige-iluminismo-stf-barroso>. Acesso em: 24 ago. 2019.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GAZETA do Povo. **Com casos recentes de ativismo judicial, STF estaria passando dos limites**. 09 dez. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/com-casos-recentes-de-ativismo-judicial-stf-estaria-passando-dos-limites-0xrr654jsklj3ricw3gxexjn4/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

GOMES, Luiz Flávio. **STF – ativismo sem precedentes?** Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/339868/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 24 ago. 2019.

GRANJA, Cícero Alexandre. **O ativismo judicial no Brasil como mecanismo para concretizar direitos fundamentais e sociais**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-ativismo-judicial-no-brasil-como-mecanismo-para-concretizar-direitos-fundamentais-sociais/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

HASSELMANN, Gustavo. **Ativismo judicial no STF. Acertos ou desacertos?** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI294916,81042-Ativismo+judicial+no+STF+Acertos+ou+desacertos>. Acesso em: 27 set. 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

MARTINS, Kamila Mendes. **Com casos recentes de ativismo judicial, STF estaria passando dos limites**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/com-casos-recentes-de-ativismo-judicial-stf-estaria-passando-dos-limites-0xrr654jsklj3ricw3gxexjn4/>. Acesso em: 20 set. 2019.

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 33. ed. rev. e atual. até a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016. São Paulo: Atlas, 2017.

NOGUEIRA, Roberto Wanderley. **Ativismo judicial destrói o Estado Democrático de Direito**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mar-06/opinioao-ativismo-judicial-destroi-estado-democratico-direito>. Acesso em: 26 set. 2019.

NUNES JÚNIOR, Amandino Teixeira. **Ativismo judicial no Brasil: o caso da fidelidade partidária**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/201/ril_v51_n201_p97.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

POMPEU, Ana. **Criminalização da homofobia exige atuação iluminista do STF, diz Barroso**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-fev-21/criminalizacao-homofobia-exige-iluminismo-stf-barroso>. Acesso em: 20 set. 2019.

SARMENTO, Leonardo. **Impeachment: em decisão criativa STF afasta-se do constitucional Estado Democrático de Direito**. Disponível em: <https://leonardosarmento.jusbrasil.com.br/artigos/305459311/impeachment-em-decisao-criativa-stf-afasta-se-do-constitucional-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 26 set. 2019.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. **Ativismo judicial: nos limites entre racionalidade jurídica e decisão política**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/23966/22722>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ALIENAÇÃO PARENTAL - O ANO DE 2019 É PALCO PARA DISCUSSÃO E CAMPANHA NO RIO GRANDE DO NORTE

AUTORES:

Matthaeus Krummenauer Vieira Pahim

Pedro Henrique Costa dos Santos

RESUMO: Discorreremos com transparência e objetividade sobre o tema Alienação Parental colocando seu fato social e jurídico e a relação que se dá entre esses dois. Transcorreremos no texto a importância de combater tal caso e mostrar as consequências para o futuro das crianças e adolescentes na sociedade.

Palavras-chave: Alienação Parental. Fato social/jurídico. Consequências.

INTRODUÇÃO: Alienação parental faz alusão segundo a lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010, ao direito à convivência familiar, violado quando o filho passa a ser considerado objeto de disputa, afastando-o do convívio, quando o detentor da guarda visa destruir a relação do filho com o outro genitor, induzindo a criança ou adolescente a repudiar o outro, colocando obstáculos, influenciando-o na manutenção dos vínculos afetivos (Brasil, 2019). Depressão, automutilação, baixa autoestima, transtorno de ansiedade, crises de pânico, uso excessivo de drogas e álcool. Essas e outras consequências são comuns quando a separação dos pais, um processo geralmente doloroso para todas as partes, vem acompanhada de algo ainda mais grave e, infelizmente, bastante comum em nossos dias: a alienação parental, tema debatido na sexta-feira do dia 16 de agosto de 2019 em audiência pública pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, numa iniciativa do presidente da Casa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), que marcou também o lançamento da campanha publicitária sobre o tema. Especialistas de diversas áreas como a Psicologia, o Direito, a Assistência Social, entre outras, foram convidados a debater essa interferência na formação psicológica da criança ou adolescente. O problema já afeta, no mundo, mais de 20 milhões de crianças e adolescentes. No Estado, 80% das vítimas são atingidas pela depressão, que também pode acarretar a prática do suicídio. Durante o evento da Assembleia, foi apresentado um conjunto de ações e projetos de leis – como a Campanha Estadual Permanente de Conscientização e o Dia Estadual de Conscientização da Alienação Parental, instituído como o dia 25 de abril. A assembleia Legislativa do RN teve como principal objetivo chamar a atenção da população para um tema executado diariamente, mas pouco conhecido em sua denominação pela falta de informação ou pelos paradigmas construídos. A relação entre pais e filhos - vítimas da alienação parental - gerou pronunciamentos que revelam um desafio para a sociedade: como conviver com a alienação parental. O tema da campanha institucional da Assembleia Legislativa levou centenas de pessoas ao debate na sexta-feira (16). Proposta pelo presidente da Assembleia, Ezequiel Ferreira (PSDB), a audiência contou com a participação de membros do judiciário, executivo e associações que atuam no tema. A Organização Mundial da Saúde (OMS) enquadra os efeitos da alienação como doenças. Dentre elas a depressão, automutilação e, em situações extremas, o suicídio. A psicóloga Kátia Bezerra também contribuiu com o debate, onde disse: “Gostaria de dar contribuições, já que tenho experiência como mediadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e como psicologia clínica. Um aspecto importante a ser destacado aqui é a

capacitação dos profissionais, da saúde, psicólogos, das escolas. As pessoas não sabem do que se trata a alienação parental. Elas recebem e compram a ideia do conflito como algo principal e em vez de alimentarmos uma cultura de paz, acabamos estimulando, mesmo sem querer. O conhecimento nos dá a oportunidade de fazermos algo diferente. Precisamos refletir sobre uma construção de uma cultura de paz”. A participante mencionou também um projeto de iniciativa do Cejusc no Tribunal de Justiça, o “Entre pais”. Segundo ela, é um espaço exclusivamente para pais. Assim, o pai ou mãe vai no site do Tribunal de Justiça, se inscreve e participa de encontros da equipe com outros pais. As inscrições serão abertas no final do mês de setembro. Os questionamentos jurídicos sobre guarda compartilhada, tramitação dos processos e resultados na sociedade também foram compartilhados por servidores do judiciário. Foi percebido também pela perita judicial Danuza Bezerra, que mencionou o quanto o tema abordado é oportuno e optou por frisar o aspecto que ela chamou de autoalienação e que também considera bastante relevante para ser comentado. Trata-se do fato de alguém se negar a cuidar da criança ou adolescente e delegar a tarefa a uma outra pessoa, utilizando-se da manipulação para que ela se sinta mais bem cuidada pelo outro. Portanto, o tema abordado apresenta a importância do debate e dos projetos e ações de combate à Alienação Parental que a Assembleia Legislativa do RN trouxe para a população. Um fato que não se apresenta como novo na vida das pessoas, mas que favorece o aumento da preocupação em combater tal ato que vem crescendo cada vez mais. Por fim, nosso objetivo é de conscientizar e divulgar importância de conhecer e combater a alienação parental. **METODOLOGIA:** Foi utilizado o método de pesquisa Qualitativa com a finalidade de analisar e transmitir conhecimentos sobre a Alienação Parental conhecendo mais sobre os seus fatores, valores e normas, através de um estudo aprofundado sobre o tema. Partindo dos conceitos apresentados pelos autores que trabalham sobre a Alienação Parental, o trabalho também analisará o ano de 2019 como palco para discussão e campanha de conscientização e combate no Rio Grande do Norte. Para isso, será necessária uma pesquisa em artigos específicos, nos sites de instituições, organizações como AMASEP, ONU, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, na legislação da mais abrangente como Constituição Federal de 1988 até específica como Lei nº 12.318/2010, Constituição Federal artigo 5º, Direito da Família e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como no ordenamento jurídico de modo geral. Tudo isso com o desígnio voltado para dar sustentação aos objetivos principais do trabalho. Tendo como base e pesquisa nestes artigos, leis e sites, faremos uma introdução mostrando o fato propriamente dito, conceituando a Alienação Parental e como se dá a Síndrome de Alienação Parental, seus efeitos e as sanções penais cabíveis aos genitores, já que se torna uma prática criminosa. Em seguida, na justificativa, aproveitaremos o fato e valor mostrado na introdução e acrescentaremos a norma propriamente dita, mostrando onde se encontra a norma da alienação parental, onde se encontra a defesa das crianças e do adolescente no Estatuto da Criança e do Adolescente, não obstante da principal base destas normas que é o Direito da Família na Constituição Federal. O estudo terá caráter essencialmente qualitativo, por ter ênfase na observação, na experiência e estudo, sendo, também, necessário o cruzamento dos levantamentos com toda a pesquisa bibliográfica realizada desde as disciplinas anteriores (Atividade Interdisciplinar I, II, III e agora, IV). **REVISÃO DA LITERATURA:** Verificou-se que em 1985, Richard Gardner observou em seus pacientes que eram filhos, comportamentos semelhantes fazendo com que ele começasse um estudo sobre o caso o que resultou no termo

Síndrome de Alienação Parental para representar esse fenômeno. Já em 1990, pudemos verificar o engatinhar da normativa com a chegada do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Na Constituição Federal de 1988, no capítulo VII da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, no Art. 227 se fala que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Passados 20 (vinte) anos após a normativa de 1990 o ECA, pudemos verificar uma retomada no que parecia esquecido como resultado do descaso sobre o assunto, a lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010, veio com objetivo de punir ou inibir essa prática cada vez mais frequente nos divórcios com filhos, tendo o estado que propor medidas para controlar, diminuir ou erradicar tais prejuízos para o futuro da criança. O problema já afeta, no mundo, mais de 20 milhões de crianças e adolescentes. No Estado, 80% das vítimas são atingidas pela depressão e até suicídio, por isso uma das convidadas do debate que aconteceu na Assembleia Legislativa no dia 16 de agosto de 2019 foi a Juíza da Vara da família, Fátima Soares, onde afirmou que a campanha vai criar um alerta e contribuir para o registro dos casos, pois ainda há uma lacuna devido à falta de conhecimento dos direitos: “Nos deparamos constantemente com esse problema e precisamos de políticas públicas, com esta audiência. (BRASIL, 2019). Já a Secretária Municipal de Assistência Social, Andréa Dias, disse que o tema diz respeito a toda a rede responsável pelas crianças e adolescentes, “o elo mais frágil na sociedade”. A secretária afirmou que recentemente a prefeitura assinou um termo de cooperação técnica com Ministério Público, Tribunal de Justiça e UFRN para garantir a incorporação da justiça reparativa e suas práticas nas políticas públicas. Por fim alguns aspectos judiciais foram postos pela perita Danuza Bezerra pediu que a voz da vítima fosse ouvida. “Pensem uma forma de ouvir a criança e ao adolescente. É possível. Eles não sabem como usar esse direito. Se os pais não brigarem por isso em juízo, eles não sabem como chegar às autoridades sozinhos”, disse. Já no tocante à escola, a perita observou que a instituição tanto pode dar uma grande contribuição em relação a perceber a alienação, quanto pode ser agente fortalecedor da alienação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A posteriori do encontro neste debate sobre combate da alienação parental na Assembleia Legislativa do RN, as pessoas puderam ter seus conhecimentos e preocupações a respeito do tema mais aprofundado, como o Suetônio Lira, do Instituto Brasileiro da Família (IBDFAM RN) que afirmou que muitas vezes os pais não tem a consciência do mal que fazem ao praticar a alienação parental. “Me deixa muito feliz esse tema, que precisa ser mais conhecido, esteja sendo aqui debatido, pois às vezes os ex-cônjuges não conseguem distinguir o fim da relação”, disse. O presidente da Associação Criança Feliz, Maurício Carrilho, alertou que muitas vezes os casos de alienação parental ficam encobertos. “Precisamos que o Ministério Público fique atento e determine prazo para perícia técnica, para diagnosticar o mais rápido possível esses casos”, disse. A psicóloga Lyssa Dantas, da Assembleia Legislativa, afirmou que o tema está sendo levantado para desmitificar e evitar tantas consequências negativas. “São gerados muitos traumas e a gente precisa criar perspectivas de vida. Temos que evitar a automutilação, suicídio e tantas outras sequelas que ficam irreversíveis”, afirmou. Um das leis e projetos apresentados durante o evento na Assembleia foram a Campanha Estadual Permanente de Conscientização e o Dia Estadual de

Conscientização da Alienação Parental, instituído como o dia 25 de abril. O objetivo desta medida é promover a ampliação da conscientização, discussão, divulgação, e conseqüentemente, a prevenção da alienação parental. Em Mato Grosso, o Governador Silval Barbosa sancionou nesta quinta-feira (7), a lei nº 9.894, do deputado Hermínio J. Barreto que institui a Semana Estadual de Conscientização e Combate à Alienação Parental a ser comemorada anualmente. A Lei institui ainda que 25 de abril será o Dia Estadual de Conscientização e combate à Alienação Parental, e não é diferente no Rio Grande do Norte. O artigo 3º desta Lei incumbe ao Poder Público, com apoio de entidades representativas das crianças e adolescentes, apoiar os eventos comemorativos da Semana Estadual de Conscientização e Combate à Alienação Parental. O objetivo é apoiar a realização de eventos que se destinam ao combate e a conscientização sobre a síndrome de alienação parental. Outro ponto a ser destacado pela psicóloga Kátia Bezerra foi a capacitação dos profissionais da saúde, psicólogos, das escolas. Pois as pessoas não sabem o que se trata realmente alienação parental, então, compram a ideia do conflito como algo principal e em vez de alimentar uma cultura de paz, acaba estimulando o problema mesmo sem querer. E conhecendo o tema mais aprofundado, podemos fazer a diferença. Nesse aspecto O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no dia 29 de agosto de 2019 publicou em seu site que para evitar que esses conflitos sejam judicializados, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Judiciário (Ceajud) lançou em outubro de 2015 uma capacitação em que o processo de separação é abordado das perspectivas de pais e filhos. O curso à distância lança mão de materiais interativos, vídeos, textos, um fórum de discussão entre alunos e questionários avaliativos. Além de ampliar o entendimento da sociedade sobre o tema, o curso tem alcançado importantes resultados em termos quantitativos. Dos 11 mil cidadãos que concluíram a versão à distância do curso, 99,15% dos participantes informaram que o curso os ajudou a importância de não envolver os filhos nos conflitos dos pais. Percentual semelhante – 94,23% – avaliaram que o curso os ajudou a cuidar melhor dos filhos (CNJ, 2019). Outro importante projeto para o combate à Alienação Parental é o de iniciativa do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) no Tribunal de Justiça, que se chama “Entre pais”. O objetivo é amenizar os impactos dessas situações no relacionamento familiar. Por meio de encontros, os pais são orientados a como agir diante do rompimento da convivência e do novo arranjo familiar que se estabelece. Ao participarem das oficinas, os pais e mães recebem certificados de participação que são encaminhados aos juízes responsáveis pelos processos. A iniciativa surgiu nos Estados Unidos e no Canadá e foi trazida ao Brasil pela Juíza Vanessa Aufiero da Rocha, que a pôs em prática na cidade de São Vicente (SP). Em razão da aceitação e dos resultados positivos, a ideia foi adotada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como política institucional. A autoalienação parental descrita pela perita Danuza Bezerra, se dá quando o próprio progenitor alienado provoca o afastamento do filho, tratando-o de maneira impolida, com crueldade, de forma desumana, projetando para criança ou adolescente o sentimento de culpa que carrega por não participar do desenvolvimento e do processo de criação dos filhos. Também pode acontecer é que exija que os filhos convivam com a sua atual companheira, que foi o pivô da separação dos pais, não percebendo quão agressiva é essa sua atitude. Pior ainda, quando querem que o filho chame a madrasta de mãe. Isso é uma perversidade com o menor. Portanto, apesar de muitos especialistas estarem na ativa e muita preocupação a respeito do tema, os filhos sofrem com todas essas conseqüências da alienação. Ainda é um campo muito a se preocupar, mas depois

deste debate na Assembleia Legislativa do RN, já se ouve propagandas nos rádios e pôsteres nas ruas sobre conceito e importância do combate da Alienação Parental e isto será um grande avanço para conscientização das pessoas e ao seu combate.

CONCLUSÃO: Preliminarmente, destaca-se o imenso prazer e satisfação em trabalhar este tema desde o início do curso. Devido ao aprofundamento, hoje, os integrantes do grupo estão devidamente capacitados para conscientizar a população e combater a Alienação Parental. A descoberta da Síndrome da Alienação Parental, pelo psiquiatra Richard Gardner, foi o start para uma evolução social, tanto no âmbito ambulatorial, ou seja, no próprio tratamento, quanto no desenvolvimento da vedação da conduta veementemente reprovável e prejudicial à saúde mental infantojuvenil. É notório que ainda há uma problemática existente, que é o desconhecimento por uma grande parte da população mundial, se aplicando, principalmente, ao povo brasileiro. Este fato precisa ser urgentemente sanado e é preciso que se faça uma disseminação de conscientização para que todos conheçam, previnam e combatam. O tema, com o tempo, foi se tornando mais evidente, mais claro, em um processo extremamente lento, todavia medidas foram sendo tomadas em prol do combate. Após a descoberta, houve discussão na Organização das Nações Unidas, fato este que internacionalizou a problemática, tornando, em tese, “o mundo”, conhecedor da síndrome enquanto doença e da conduta que deveria ser combatida. Em âmbito nacional, o Brasil também teve sua colaboração na proteção da Família na própria Constituição Federal, na criação de um estatuto especializado para proteger a criança e o adolescente (ECA) e na adesão ao ordenamento jurídico da lei nº 12.318 de 2010, tudo isso com o objetivo de assegurar e erradicar a prática, bem como evitar a síndrome. Com o passar do tempo, é inegável que houve diminuição nos casos, mas ainda é alarmante e extremamente comum a ocorrência desse tipo de situação fora dos olhos das autoridades. Aqueles que se mantiveram informados, entenderam o recado do Estado no âmbito desta conduta criminosa. A reprimenda no ordenamento jurídico brasileiro foi, sem dúvidas, essencial para que o conteúdo se disseminasse entre o povo e tornando, conseqüentemente, público. Informando a cerca da conduta, assim como das suas respectivas sanções. Contudo, é imprescindível repassar que ainda há significativo desconhecimento do tema por parte da população, principalmente pelo povo brasileiro. A prática é diuturnamente cometida, muitas vezes até pela própria ignorância acerca do tema. Falar em “Alienação Parental” é, para muitos, duas palavras verdadeiramente desconhecidas. Como discorrido, o ano de 2019 é palco para discussão e campanha no estado do Rio Grande do Norte. A Assembleia Legislativa, do respectivo estado, promoveu uma audiência pública para discussão do tema e deu início de a uma mega campanha publicitária com o tema: “Alienação Parental, os mais prejudicados são os filhos”. Esta campanha teve matéria publicada em jornal impresso, a audiência saiu em todos os veículos de comunicação, assim como a própria matéria da campanha. O tema evadiu o rádio, a internet, a televisão, jornais impressos e virtuais e outdoors espalhados pela cidade de Natal. Objetivou-se passar a importância do trabalho para todo e qualquer público para a finalidade de conscientizar e chamar o público para que conscientize e nos ajude a combater este problema social. O exposto é suficiente para mostrar a necessidade de mudar, urgentemente, para melhorar a saúde mental de nossas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/noticias/14357/especialistas-alertam-para-efeitos-da-alienao-parental-em-crianas> . Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. **Conselho Nacional da Justiça. “Curso forma 11,4 mil para prevenir casos de alienação parental.”** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/td2k> . Acesso em: 30 ago. 2019.

CAIRES, Gabriel Vieira. **A importância do Combate à Síndrome da Alienação Parental**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-combate-a-sindrome-da-alienacao-parental-sap/67639> . Acesso em: 25 ago. 2018.

NASCIMENTO, Magnus. **Justiça combate A ‘Alienação Parental’**. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/justia-a-combate-a-a-alienaa-a-o-parentala/344233>. Acesso em: 25 ago. 2018.

STRÜCKER, Bianca. **Alienação Parental**. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15557&revista_caderno=12 Acesso em: 25 ago. 2018.

DIREITO DOS ANIMAIS - MAUS TRATOS AOS ANIMAIS NO BRASIL

AUTORES:

André Bezerra Dantas de Amorim

Davi Medeiros

Ricardo Martins de Castro

Lucas Mateus Gomes Pessoa

Jacques Gomes Pinheiro Júnior

RESUMO: Este artigo tem como finalidade abordar a temática na qual diz respeito aos maus-tratos contra os animais, em geral, no Brasil; em consonância com o arcabouço jurídico de proteção aos animais. Será explanado os motivos principais pelos quais existe a contribuição para a permanência desse ato, e a importância que se faz a conscientização e o combate a este problema.

Palavras-chave: Crimes contra os animais. Conscientização. Mudança no arcabouço jurídico de proteção a fauna.

INTRODUÇÃO: Este projeto tem como objetivo abordar uma temática relativa aos maus-tratos dos animais no Brasil sob a ótica das Leis sobre a fauna, as decisões judiciais e os estudos que explicam os motivos pelos quais a violência contra os animais ainda se perpetua hodiernamente. Trata-se de um projeto relevante para o conhecimento dos caros leitores, uma vez que agressões gratuitas e atos de violência desnecessários, que logrem mutilar, machucar, torturar, matar e impor sofrimentos aos animais, tem se perpetuado até os dias atuais de forma desenfreada e tem sido pouco orientado e combatido, o que coloca em risco a existência desses animais e a própria espécie humana. De acordo com a reportagem da emissora de rádio Jovem Pan (2018), “maus-tratos contra animais é o 5º crime mais cometido no Brasil. Cães, gatos e cavalos são alguns dos que mais sofrem com essa realidade cruel”. Por conta disso, é preciso que haja uma conscientização coletiva a respeito desse problema, visto que os animais não possuem meios nem capacidade de se defender e procurar os seus direitos, e os antigos costumes de tratar os animais como coisas para consumo e diversão do ser humano – pensamentos derivados de aspectos histórico-culturais e religiosos – é algo ultrapassado pelos estudos científicos no qual diz que a permanência dessa prática pode corroborar com a extinção da própria raça humana na terra. Segundo Albert Einstein, “se as abelhas desaparecessem, a humanidade seguiria o mesmo rumo em um período de 4 anos.” (Dialogosdosul, 2014). Dessa forma, é imprescindível o incentivo da sociedade no combate à violência contra os animais, possibilitando assim que o estado crie medidas cabíveis para o controle dessa problemática. A exemplo desses avanços, podemos citar o estado de São Paulo, onde o mesmo tem sido pioneiro no que tange ao combate à violência contra os animais. No ano de 2016, criou a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), que passou a funcionar dentro da Secretaria de Segurança Pública. Essa trajetória pode ser observada através do noticiário do site globo rural (2018), onde mostra o aumento de denúncias de violência contra os animais no respectivo estado. De acordo com o site:

Dados levantados pelo Globo Rural junto à Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP), mostra que o número de denúncias só vem crescendo

desde a data da criação da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), em 2016. De janeiro a 10 de dezembro deste ano, a quantidade de denúncias só na cidade de São Paulo superou o total registrado em 2017. Foram 8.693 denúncias, 6% mais que as 8.193 ocorrências anotadas em todo o ano passado. (Globo Rural, online, 2018).

No entanto, Apesar das significativas melhoras que contribuem para o aumento de pessoas sendo punidas pelos crimes contra a fauna, ainda existe outros grandes problemas a serem enfrentados e solucionados. Dentre eles, a luta pelo enrijecimento penal das Leis que amparam os direitos dos animais, haja vista a leve punição que o poder legislativo brasileiro implantou para aqueles que praticam crimes contra a fauna. Podemos observar a fragilidade das leis brasileiras quando comparamos com países desenvolvidos como os Estados Unidos, que encaram esses crimes de forma mais rígida, o que prova como o Brasil tem pouco progredido na jurisdição ambiental. Segundo o site “Correio braziliense” (2018), maus-tratos de animais nos Estados Unidos podem render até 20 anos de prisão. Além disso, o que ocorre na maioria dos casos julgados no Brasil é a transação penal. Segundo a advogada Karem Scheid, responsável pela ONG Onda - Organização Nacional de Defesa Animal, de Cachoeirinha (RS): O que ocorre na maioria dos casos é o que se chama de transação penal. É possível substituir uma pena de detenção por uma pena restritiva de direito ou pagamento de multa, que pode ser convertida em cesta básica. (G1, 2018). O respectivo projeto não tem como finalidade persuadir as pessoas a deixarem de se alimentar de carne, nem mesmo acabar com as culturas religiosas que utilizam desses animais em seus rituais e no fim utilizam dessa carne para se alimentar. O foco principal desse projeto é mostrar aos leitores que existem animais sendo mortos e maltratados todos os dias por motivos fúteis. Como exemplo disso, podemos citar o caso recente da cadela morta de forma brutal pelo segurança funcionário da empresa Carrefour (EL PAIS, 2018). Além disso, abordar a ineficácia das leis que visam diminuir/coibir o sofrimento dos animais destinados à realização de culturas - como vaquejada – e os destinados ao abate, o que vem causando extinção de muitas espécies e colocando em risco a própria existência humana.

METODOLOGIA: A abordagem ao assunto foi feita de forma quali-quantitativa, onde foi apresentado dados objetivos e discussões subjetivas acerca do tema. Foi feito uma pesquisa básica estratégica, onde se teve como finalidade a produção de um conhecimento útil e aplicável em estudos. O procedimento utilizado na produção deste trabalho foi a pesquisa com caráter bibliográfico e documental, onde foi utilizado materiais científicos (artigos científicos, livros, textos de caráter científico, leis, decretos, resoluções etc.) e dados na sua fonte original (informações que não foram tratadas cientificamente, como por exemplo, notícias). Segundo GERHARDT e SILVEIRA (2009, p. 35) “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Foi realizado com objetivo exploratório de apresentar, explicitar, esclarecer fatores e informações relevantes ao assunto, que poderá trazer benefícios para coibir tal problemática abordada e ser alvo de futuras pesquisas. Por fim, esta pesquisa foi constituída através de uma busca a informações pertinentes ao assunto com a intenção de ampliar o debate e o estudo sobre o tema.

REVISÃO DE LITERATURA: Atualmente se tem discutido sobre o aumento das penas no caso

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX ISSN: 2525-5835

de maus tratos a animais, diversos projetos tramitam no congresso com a intenção de enrijecer a pena deste crime, sob esse prisma, os fundamentos para tal modificação na lei são perfeitamente compreensíveis visto que, as leis vigentes não estão cumprindo seu papel efetivo, que é o de coibir tais práticas. Em 2014 a ONG World Animal Protection fez um ranking analisando vários fatores: a punição contra maus tratos, o cuidado com animais domésticos, silvestres e até mesmo a legislação de cada país. No ranking da World Animal Protection, o Brasil tirou conceito “C”. A nota “A” sendo a melhor e a “G” sendo a pior. Portanto a nota não foi uma das melhores, certamente há pontos positivos na forma que vemos os animais no Brasil, porém há fatores que podem e devem ser melhorados. Sobre a legislação vigente: O que ocorre na maioria dos casos é o que se chama de transação penal. É possível substituir uma pena de detenção por uma pena restritiva de direito ou pagamento de multa, que pode ser convertida em cesta básica. (G1, 2018). Segundo a presidente da Comissão de Bem-Estar Animal da OAB/AL, Rosana Jambo, a lei ainda é falha o que resulta no aumento dos casos em Alagoas. Ela explicou em matéria ao Cada Minuto que a lei é falha no tocante à pena já que se trata de crimes de menor potencial ofensivo que não admite prisão de imediato, sendo o aumento da pena o ideal, pois já se iniciaria seu cumprimento com regime fechado, ou seja, prisão. “O que atualmente somente encontra tal fim com somas de penas, morte de vários animais para que haja sentença de prisão”, ressaltou Rosana. A fundadora da Pata Voluntária [ONG de proteção e ativismo animal] que atua em Maceió, contou que um dos maiores problemas é que o crime contra animais não é levado a sério por muitas pessoas, inclusive pela própria polícia. Segundo ela: Se chegamos em uma delegacia comum, eles riem da nossa cara quando tentamos fazer uma denúncia. Mas a Comissão de Bem-estar Animal da OAB está tentando fazer um trabalho sério, protegendo e defendendo os direitos dos animais. Por causa do número crescente de casos em Alagoas, o grupo e a OAB cobram uma delegacia especializada em crimes ambientais. Conforme Rosana Jambo, a delegacia daria “maior celeridade a todos os casos e o sentimento real de que os crimes encaminhados ao ente policial estariam recebendo o tratamento processual adequado com as sanções previstas em lei”. Segundo a presidente da OAB, sem o encaminhamento policial e devido processo não há justiça para os crimes ambientais. Sem sanção para criminosos, não se consegue a educação ambiental que se espera da sociedade, mesmo que de modo compulsório. “O ideal seria políticas públicas para promover orientação, respeito e conhecimento da lei, mas não se tem políticos que promovam tais medidas de modo concreto. Ainda não”, finalizou Rosana. Segundo Marco Ciampi, presidente da ONG Arca Brasil, em alguns países, a agressividade com animais domésticos é investigada como um risco à sociedade. “Vemos pessoas fazendo coisas inacreditáveis com cães e gatos e muitas vezes os agressores estão na própria família. Quem faz isso com um animal indefeso, pode representar risco a qualquer um”, Laerte Fernando Lavai, promotor de Justiça em São José dos Campos pergunta

Mas e os cães errantes que sofrem violência nas ruas? E as vacas e os bois torturados nos matadouros? E os gatos envenenados com estricnina? E as galinhas que têm os bicos cortados nas granjas superlotadas? E os ratos

submetidos a inimagináveis danos nos laboratórios de experimentação animal? E os cavalos chicoteados nas carroças? Como, enfim, tutelar os animais que não possuem qualquer relevância ambiental ou que não se encontram em risco de extinção?

O artigo 225 da Constituição Federal que diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.(...). (BRASIL, 1988).

Nesse trecho da lei fica claro a competência pública de agir para proteger os animais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Tornou-se evidente o aumento gradativo dos crimes contra a fauna brasileira, principalmente no lapso temporal dos anos antecedentes. É com base nessa assertiva que iremos demonstrar por meio de dados, o aumento desse respectivo fenômeno outrora abordado nesse artigo, bem como apontar o fato casuístico que induz a prática de tais crimes. Segundo o jornal R7, em matéria datada de 07 de dezembro de 2018, São Paulo registrou 25 (vinte e cinco) casos de maus-tratos à animais por dia, o que ensejou em mais de 16 mil denúncias de agressões e violência contra animais domésticos, segundo a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), da SSP, em apenas 2 (dois) anos de funcionamento. Afirmou a DEPA que muitas dessas denúncias foram feitas por celulares, com o uso de vídeos, fotos e mensagens, registra que de janeiro ao início de novembro, daquele ano, houve o equivalente à 8.162 (oito mil, cento e sessenta e duas) denúncias, sendo 25 (vinte e cinco) por dia. A delegacia foi criada pela Lei 16.303, do deputado estadual Feliciano Filho (PRP), que afirma: “Infelizmente, o número de crimes contra animais é grande e espero que essas informações auxiliem também no aumento das penas.” Por fim, argumenta o deputado acerca da importância da respectiva delegacia e instrui como deve se proceder com as denúncias, conforme segue “Com a DEPA, as pessoas fazem a denúncia pelo site e pelo celular, anexando fotos, vídeos e testemunhos, e ainda podem manter os dados pessoais em sigilo.”, conclui o deputado. Não obstante, o jornal G1, em matéria datada de 18 de abril de 2018, as denúncias acerca de maus-tratos contra os animais, aumentaram 87% (oitenta e sete por cento) apenas no estado do Distrito Federal, segundo o colunista e repórter Kenzô Machida da TV Globo, O Distrito Federal registrou 41 (quarenta e uma) ocorrências de maus-tratos e crueldade contra animais de janeiro a março do respectivo ano. Argumenta o colunista que o mesmo período de 2017, foram contabilizadas 22 (vinte e duas) denúncias, o que enseja em um aumento de quase 100% (cem por cento) das denúncias. Fundamenta ainda, que respectivos dados foram fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), que registrou o aumento exato de 87% (oitenta e sete por cento) no período. Segundo a diretora da ONG ProAnima, a senhora Mara Moscoso, muitos dos casos ocorrem dentro das próprias casas, e por fim destacou a importância de a população fazer as denúncias, afinal é necessário a provocação do judiciário para a punição dos respectivos crimes, por fim alerta a diretora: “Os maus-tratos podem ser físicos e psicológicos, como cachorros presos na varanda o dia inteiro e cachorro sem comida e água. Abandono de animais também é maus-tratos.

Todos esses casos devem ser denunciados. ”, afirma a respectiva diretora. De acordo com o site Exame (2016), a defaunação tem consequências sérias para o planeta e a humanidade, conforme externa o jornal:

Os insetos polinizam 75% da produção agrícola do mundo [...] a redução na fauna de abelhas e outros polinizadores pode reduzir a produção de alimentos. Morcegos e aves são responsáveis por controlar pragas agrícolas. Nos Estados Unidos, o papel desses predadores é estimado em 4,5 bilhões de dólares por ano. Este será o prejuízo caso essas espécies sejam extintas. As plantas precisam de nutrientes para crescer e produzir semente e frutos. As árvores buscam esses nutrientes nas folhas caídas na superfície do solo, na madeira morta e nos galhos, todos ricos em carbono e nutrientes. Os nutrientes são retirados pelas árvores do solo e, depois, voltam para terra por meio da decomposição os resíduos. Ou seja, há uma contínua transferência de nutrientes do solo para as plantas, e destas para o solo. Esse processo é chamado “Ciclagem de Nutrientes” e precisa de um animal decompositor, como micro-organismos e invertebrados que quebram as folhas e galhos em partículas minúsculas. Sem animais invertebrados e vertebrados, portanto, não há a decomposição orgânica e nem a ciclagem de nutrientes. A extinção em massa também afeta a qualidade da água. O declínio de sapos e pererecas aumenta as algas e detritos, o que reduz os nutrientes na água essenciais para a sobrevivência de algumas espécies. O processo de defaunação também afeta a saúde humana, desde a desnutrição até o controle de transmissão de doenças. Predadores, como jaguatiricas ou onças-pintadas, controlam a abundância de roedores. A ausência de predadores causará uma infestação de roedores, que podem trazer diversas doenças para o ser humano. Diversas espécies de animais que dispersam sementes, como macacos, antas e aves são fundamentais para manter as florestas. Uma extinção local desses animais afetará clima e estoque de carbono. (Revista Exame, online, 2019).

Ademais, é preciso que a sociedade saiba das consequências que esse problema vem trazendo e trará no futuro, como a possibilidade da própria extinção humana, caso não seja coibido. Através disso este trabalho torna-se perceptível, além da execução das denúncias, o aumento da pena na lei dos Crimes Ambientais (9.605 /98). E atualmente um projeto que está em tramitação na câmara, que de acordo com o portal da câmara dos deputados:

O Projeto de Lei nº 1095/19 altera a Lei dos Crimes Ambientais (9.605/98) para aumentar da punição aplicada a quem pratica maus-tratos, fere ou mutila animais. Pelo texto, a pena nesses casos passará a ser de 1 ano a 4 anos de reclusão (regime inicialmente fechado) e multa. Atualmente, é de 3 meses a 1 ano de detenção e multa. A medida abrange animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Autor da proposta, o deputado Fred Costa (Patri-MG) explica que a mudança é uma reação ao caso do cachorro morto em um supermercado em Osasco (SP). Ele lembrou que o animal foi espancado e envenenado por um segurança do local, no dia 28 de novembro passado, e acabou não resistindo aos ferimentos. Ele citou que o crime gerou uma grande comoção popular, manifestada por internautas, ativistas pelos direitos dos animais, celebridades e políticos. “Uma mobilização fez com que cerca de um milhão e meio de pessoas assinasse uma petição exigindo a punição do funcionário”, disse o deputado, ao justificar o projeto. “A única maneira para que tais crimes sejam evitados é o empenho da sociedade em exigir punições cada vez

mais rigorosas. "O texto também passa a prever penas para estabelecimentos comerciais que permitirem a prática do crime contra o animal. As sanções nesse caso podem ser: multa de 1 a 40 salários mínimos, interdição do estabelecimento, suspensão da licença ambiental ou perda de incentivos fiscais concedidos pela União. (BRASIL, 1998).

CONCLUSÃO: Diante do que se foi exposto, este trabalho tratou de algo imprescindível para o conhecimento da sociedade por diversos fatores, primeiro por se tratar de um tema pouco abordado na sociedade, motivo pelo qual gera, em sua maioria, os altos índices de violência contra a fauna até os presentes dias, acarretando prejuízos para a fauna e indiretamente a sociedade. De acordo com o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB de Maringá, no Paraná, Flávio Mantovani (2015), os gestores públicos dos municípios brasileiros não sabem que a lei de proteção aos animais existe, dificultando a fiscalização. Segundo Mantovani, sem conhecimento dessas leis, a população acaba não exigindo que prefeitos, ouvidorias e Câmaras Municipais cumpram a legislação. E é evidenciado em nosso ordenamento jurídico que a punição é branda, assim demonstrado, na pena prevista da Lei Federal 9605, art. 29, visto que a mesma prevê a detenção de 6 meses a 1 ano de reclusão para os que vierem a cometer desses crimes. Somado a isso, essa pena é, geralmente, substituída por pena restritiva de direitos ou pagamento em multa, no qual pode ser substituído por cesta básica. Além disso é preciso haver limites entre os direitos culturais e os direitos dos animais. Somado a isso, mostrar como vem sendo tratadas decisões a respeito desses dois princípios em consonância com o que há expressamente no art. 225 da Constituição Federal. Torna-se imperativo exemplificar esse ponto sob a ótica da vaquejada no Brasil, na qual houve recentes decisões a luz do que expressa o artigo 225, parágrafo primeiro, inciso sétimo da Constituição Federal. O Estado do Ceará reconheceu, através de Lei Estadual, a vaquejada como evento cultural. Por conseguinte, o Supremo Tribunal Federal entrou com uma Ação direta de inconstitucionalidade proibindo tal prática. No entanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal acabou sendo derrubada no ano de 2016 quando foi sancionada pelo presidente da república sem nenhum veto a Lei nº 13.364/2016 que tornou a vaquejada e outras culturas que envolvem os animais patrimônio cultural do Brasil. E por último é preciso reconhecer a incapacidade dos seres vivos não humanos de buscarem os seus direitos perante a justiça, o que presume a necessidade de os seres humanos realizarem esse papel. Segundo Bentham, a capacidade de sofrer deve ser o motivo para tratarmos bem os outros seres e não a capacidade de raciocínio. Se o desenvolvimento racional fosse critério para justificar os maus tratos, muitos humanos, somando crianças absolutamente incapazes e pessoas especiais, também deveriam ser tratados como coisas, conforme o seu aposto: "A questão não é: eles pensam? Ou: eles falam? A questão é: eles sofrem" (BENTHAM, 1984). Então além de pensarmos nos danos que a sociedade pode sofrer pela falta da fauna, também se faz necessário o entendimento que os animais também sentem, e de que é preciso uma maior conscientização sobre o tema, havendo mais discussões a esse respeito, que possa trazer um endurecimento na legislação, que

ainda confronta com os costumes. E por fim entender que a educação se torna ainda o meio mais eficiente para tratar desta e outras temáticas.

REFERÊNCIAS

BETIM, Felipe. **A brutal morte de um cachorro vira-lata em um Carrefour leva o Brasil ao divã**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/05/politica/1544035820_647759.html. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.364 de 29 de novembro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13364.html. Acesso em: 26 ago. 2019.

_____. **Constituição Federal**. Artigo 225. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_a sp. Acesso em: 26 ago. 2019.

_____. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Lei dos crimes ambientais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.html. Acesso em: 26 ago. 2019.

CANAL RURAL. **Ação quer diminuir analfabetismo na zona rural**. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/programas/acao-quer-diminuir-analfabetismo-zona-rural-64644/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Denúncias de violência contra animais crescem em Minas e no Brasil**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/06/interna_gerais,1019144/denuncias-de-violencia-contra-animais-crescem-em-minas-e-no-brasil.shtml. Acesso em: 26 ago. 2019.

EXAME. **Como seria viver em um mundo sem animais? Veja consequências**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/como-seria-viver-em-um-mundo-sem-animais-veja-consequencias/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – Uab/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GLOBO.COM. **Crime de maus tratos a animais tem pena branda segundo especialistas**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,MUL597711-5598,00CRIME+DE+MAUSTRATOS+A+ANIMAIS+TEM+PENA+BRANDA+SEGUNDO+ESPECIALISTAS.html>. Acesso em: 26 ago. 2019.

O GLOBO. **São Paulo Registra 25 casos de maus tratos a animais por dia**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/denuncias-de-maus-tratos-contra-animais-aumentam-24-no-rio-23286109>. Acesso em: 26 ago. 2019.

OLHAR ANIMAL. **Cresce o número de denúncias sobre maus tratos a animais domésticos em Natal/RN.** Disponível em: <https://olharanimal.org/cresce-numero-de-denuncias-sobre-maus-tratos-a-animais-domesticos-em-natal-rn/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

OTTO, Isabella. **Maus tratos contra os animais e os 5 crimes mais cometidos.** Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/maus-tratos-contr-animais-e-5-crime-mais-cometido-no-brasil/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Desconhecimento dificulta proteção aos animais, afirma juiz.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/471990-desconhecimento-dificulta-protecao-aos-animais-afirma-juiz/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto aumenta pena para maus-tratos de animais para até 4 anos de reclusão.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/553322-projeto-aumenta-pena-para-maus-tratos-de-animais-para-ate-4-anos-de-reclusao/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

SANCIONADA lei que considera a vaquejada patrimônio cultural do Brasil. **Portal Senado.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/30/sancionada-lei-que-considera-vaquejada-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SANT'ANNA DELLA GIUSTINA, Lica. **Animais:** maus-tratos e sua repercussão penal. Disponível em: <https://jus.com.br/amp/artigos/73190/1>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SIGNIFICADOS. **Tipos de pesquisa.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/tipos-de-pesquisa/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

THE GREENEST POST. **Os países que mais (e menos) protegem os animais.** Disponível em: <https://thegreenestpost.com/os-paises-que-mais-e-menos-protegem-os-animais/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

VON FARFAN, Erik. **A teoria do desaparecimento das abelhas:** sinais evidentes. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/abelhas/50892/a-teoria-do-desaparecimento-das-abelhas-sinais-evidentes>. Acesso em: 26 ago. 2019.

TORCIDAS ORGANIZADAS - A IMPUNIDADE GERA VIOLÊNCIA

AUTORES:

Aldo Victor Alves Venceslau
Ailton Mafra Filho

RESUMO: As torcidas organizadas, movidas pelo fanatismo, são uma forte manifestação cultural enraizada nos costumes da sociedade brasileira. Porém, o fortalecimento dessas organizações é alarmante, visto que, o aumento da violência por todo território brasileiro nesse âmbito esportivo, é diretamente proporcional com a expansão das organizadas, sendo o país com mais índices violentos no mundo futebolístico nos últimos anos. A violência é um problema social que vem crescendo no meio futebolístico, em que para muitos ainda é uma simples diversão. Portanto, o intuito do projeto é buscar soluções para o problema exposto através de análises entre a relação de torcidas organizadas e violência no futebol, além disso, transparecer a ineficiência das normas jurídicas em resolver os casos de violência e desorganização cometidos por torcidas organizadas brasileiras.

Palavras-chave: Futebol. Torcidas. Violência

INTRODUÇÃO: É incontestável a existência de uma grande interferência do futebol nos comportamentos e costumes dos brasileiros. É isso se deve a uma vasta tradição do esporte no país, que move milhões de torcedores aos estádios, ou a qualquer ambiente ligado ao futebol. Com isso, o que para muitos é uma simples e boa forma de entretenimento, para aqueles que são levados pelo fanatismo, as torcidas organizadas infelizmente perdem suas essências, contribuindo para o aumento das chamadas brigas de torcidas organizadas, um problema ocorrente em todo o Brasil, com proporções preocupantes que não só envolve a condição de torcer, mas também condições jurídicas, econômicas e sociais. Desse modo, o fortalecimento e a propagação das torcidas organizadas contribuem para o aumento da violência no âmbito futebolístico, a medida que a ampliação desses grupos é diretamente proporcional ao crescimento de rivalidades e confrontos entre esses, sendo o país com os índices mais violentos no meio futebolístico. Além disso, o sociólogo Bernardo Borges Buarque de Hollanda (2017), autor do livro *Torcidas Organizadas na América: Estudos contemporâneos*, afirma que existe uma influência estrangeira de comportamentos praticados nas torcidas, é o caso dos *Hooligans* e os *Ultras* na Europa, e as *barras* ou *hinchadas* na Argentina, sendo essas últimas principais influenciadoras não somente no Brasil, mas em toda América latina. Além disso, no tocante a condição social dos indivíduos que integram as torcidas organizadas, os torcedores são predominantemente de classe baixa, segundo Nildo Viana em seu artigo publicado no Jornal O Sucesso (Goiânia), em 14 de agosto de 2009. À vista disso, essa composição das torcidas é um reflexo de regiões periféricas onde a educação é fragilizada, conseqüentemente os indivíduos são mais propensos ao mundo da violência. Nessa perspectiva, como afirma o sociólogo Émile Durkheim, o indivíduo é sempre influenciado pelo poder de sua sociedade, onde a sociedade generaliza todos os indivíduos a agirem de forma comum. Portanto, os integrantes das torcidas organizadas, infelizmente são influenciados por seus grupos a fazer atos em prol do seu ideal do que é “defender seu time”, que muitas vezes envolve a violência nutrida pelo fanatismo. Diante disso, o campo jurídico busca solucionar essa situação, porém, no tocante a suas

soluções, esse problema na maioria dos casos, encontra escapatórias para sua punibilidade. Dessa maneira, de acordo com Maurício Murad (2017), em seu livro *A Violência no Futebol*, há mais ou menos dez anos os conflitos entre os torcedores ocorriam principalmente dentro dos estádios, ao passo que hoje, depois de ações efetivas, entre 80% e 90% dos combates acontecem fora das praças esportivas. Com isso, legislador buscou sanar esses confrontos entre os torcedores com a criação do Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003) que tem o objetivo de proteger os direitos do consumidor desportivo, obrigando as instituições competentes a administrarem o esporte no país de forma organizada, transparente, segura, limpa e justa. A lei 12.299/2010 trouxe algumas novidades ao Estatuto do Torcedor em relação às torcidas organizadas, como se vê:

Art. 39-A. A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 3 (três) anos. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010). (BRASIL, 2010).

Art. 39-B. A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento. (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010). (BRASIL, 2010).

Além desse aparelho jurídico, há outros que buscam a mesma função: combater os tensos confrontos violentos. A pergunta que se faz é, por que as denominadas Torcidas Organizadas, ano após ano, continuam trazendo grandes problemas? Por que os órgãos competentes não conseguem freá-las, com todas as garantias e aparatos jurídicos disponíveis? Por que os integrantes dessas torcidas geram tanta confusão, violência e continuam impunes? **METODOLOGIA:** A metodologia realizada para a realização do projeto ocorreu através de estudos e pesquisas em sites jurídicos, artigos científicos, leituras no livro de Mauricio Murad “A Violência no Futebol”, interpretação de jurisprudências e do Estatuto do Torcedor, além de consultas aos professores da UNIFACEX para esclarecer dúvidas frequentes sobre o tema. Ainda sobre o tipo de pesquisa efetuado nesse contexto, vale ressaltar que os componentes já tinham realizado outros projetos de pesquisa sobre o mesmo tema, em semestres anteriores, como também, já possuíam um conhecimento básico sobre o tema, dado ao hábito de frequentar os estádios brasileiros. Além disso, houve a observação do fato histórico e social, para que se obtenham resultados positivos dos objetivos propostos. Com a utilização do método de procedimento cartográfico foi possível apresentar o projeto a partir da interpretação histórica das torcidas organizadas no Brasil e sua direta relação com os meios de controle jurídico e social do Estado. Durante a pesquisa ficou claro que o crescente histórico de violência e impunidade das torcidas organizadas se deve às falhas e incoerências que o Estatuto do Torcedor e os demais aparelhos jurídicos encontram para exercer seu papel, uma vez que, a violência nos estádios está se tornando cultural. A falta de atenção que se dá para o problema iminente causa agudas consequências para a sociedade, afetando direitos individuais e fundamentais da Constituição Federal que devem ser-lhes garantidos pelo Estado. O presente

trabalho está baseado no modelo de pesquisa de natureza quantitativa, pois tem o intuito de apresentar números reais sobre a violência que ocorre no futebol, mostrando dados que comprovem que, assim como no meio social, a impunidade também gera violência no futebol, além de construir novos conhecimentos que contribuam para a ciência do Direito. **REVISÃO DA LITERATURA:** É através dos chamados torcedores que podemos entender o poder que o futebol apresenta na vida de um apaixonado pelo esporte, chegando até a ultrapassar os limites do campo de jogo e levando para a vida. Diante disso, as torcidas organizadas, movidas pelo fanatismo, é uma forte manifestação cultural enraizada nos costumes da sociedade brasileira. Porém, o fortalecimento dessas organizações é alarmante, visto que, o aumento da violência por todo território brasileiro nesse âmbito esportivo, é diretamente proporcional com a expansão das organizadas, sendo o país com mais índices violentos no mundo futebolístico nos últimos anos. Diante dessa postura, as torcidas organizadas passaram a serem tratadas como estruturas empresariais, posto que, movimentam dinheiro e possui um corpo administrativo que pode até influenciar na estrutura do time. Além disso, a criação do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) teve o intuito de proteger os direitos do consumidor desportivo, obrigando as instituições competentes a administrarem o esporte no país de forma organizada, transparente, segura, limpa e justa. Dessa maneira, o Estatuto do Torcedor possui artigos procuram defender o torcedor e punir os baderneiros que promovem a violência nos estádios, seja as torcidas organizadas ou o próprio torcedor, como previsto nos artigos 39-A, 39-B, 41-B, respectivamente. Em 2010 a lei passou por modificações no texto original, criando normas para limitar o comportamento das torcidas organizadas nos estádios, além de analisar de forma clara e objetiva, para melhor interpretação da lei. Além disso, houve a criação do programa de governo chamado Torcida Legal, surgido de um acordo entre o Ministério do Esporte (ME), Ministério da Justiça (MJ), Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), com o objetivo de apresentar soluções jurídico-operacionais voltadas para a segurança. E o cadastramento biométrico das torcidas organizadas é o modo usado de fiscalização por meio dos moldes jurídicos. Para mais, existe um documento jurídico chamado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que configura aos legitimados públicos a tomar decisões perante o descumprimento da lei por parte dos causadores de danos. Esse termo é aplicado para fiscalizar a conduta das torcidas organizadas nos estádios registrando também os integrantes das torcidas submetidas a esse documento. Resumidamente, esse termo é realizado por meio de uma relação entre o Ministério Público, que assume o compromisso de fiscalização, e as torcidas organizadas. Resumidamente todos esses aparelhos jurídicos têm como principal objetivo, garantir a organização, a segurança e a transparência na estrutura esportiva. Destarte, existe um documento jurídico chamado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que configura aos legitimados públicos a tomar decisões perante o descumprimento da lei por parte dos causadores de danos. Esse termo é aplicado para fiscalizar a conduta das torcidas organizadas nos estádios registrando também os integrantes das torcidas submetidas a esse documento. Resumidamente, esse termo é realizado por meio de uma relação entre o Ministério Público, que assume o compromisso de fiscalização, e as torcidas organizadas. No tocante aos autores citados no projeto para fundamentar a perspectiva dos acadêmicos diante do tema, foram selecionados: o sociólogo Bernardo Borges Buarque de Hollanda (2017), em seu livro *Torcidas Organizadas na América: Estudos Contemporâneos*, retratando a

influência das torcidas estrangeiras nas torcidas brasileiras. O sociólogo Nildo Viana, em seu artigo publicado no Jornal O Sucesso, apontando a predominância da classe baixa na condição social dos integrantes das torcidas. O sociólogo Émile Durkheim, relacionando sua ideia sobre a influência da sociedade no indivíduo com o comportamento dos torcedores. O sociólogo Maurício Murad (2017), em seu livro A Violência no Futebol, apresentando pesquisas como a mudança gradativa dos confrontos das torcidas, a infiltração do crime organizado nas torcidas o índice de mortes por violência no futebol brasileiro. Por fim, Cesare Beccaria foi mencionado para relacionar com a impunibilidade, que o controle e a coibição dos crimes não advém somente do tamanho da pena aplicada, mas sim da certeza da punição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: É cabível afirmar que com as tamanhas consequências ocorridas historicamente, principalmente em que o índice de problemas relacionados ao comportamento entre as organizadas, não somente entre as rivais, mas como confusões internas na torcida, aumentou significativamente. Com isso, uma pesquisa conjunta entre o Núcleo de Sociologia do Futebol do Departamento de Ciências Sociais da Uerj e a Universidade Salgado de Oliveira (Universo), afirma que entre 1999 e dezembro de 2016, chegamos a uma quantia de 176 mortes por violência no futebol brasileiro, tendo uma média de mais de 10 por ano, considerado, infelizmente, um recorde mundial. Desse modo, hodiernamente, as torcidas organizadas brasileiras estão colaborando para um cenário violento no futebol brasileiro. Diante disso, o gráfico abaixo mostra os casos de mortes no futebol desde o ano de 1988 até 2017. Claramente, percebe-se que torcidas de vários times do Brasil encontram-se num cenário bastante violento.

Figura 1 – Ranking faz mortes no futebol brasileiro

RANKING DAS MORTES NO FUTEBOL BRASILEIRO:
Clubes potiguares lideram estatísticas segundo dados de O Lance

AS VÍTIMAS		OS CAUSADORES	
América-RN	22	América-RN	18
Corinthians	17	Corinthians	18
São Paulo	17	Fortaleza	15
Vila Nova	17	Goiás	15
ABC	16	Vila Nova	14
Fortaleza	14	Palmeiras	13
Goiás	13	Vasco	13
Ceará	12	Ceará	12
Flamengo	12	Treze	12
Palmeiras	12	Paysandu	12
Botafogo	10	São Paulo	12
Time desconhecido	10	Flamengo	11
Paysandu	10	Time desconhecido	10
Remo	10	Remo	9
Vasco	9	Campinense	8
Treze	8	Cruzeiro	8
Atlético-MG	7	CSA	8
CRB	7	CRB	7
Sergipe	7	Santa Cruz	7
Cruzeiro	6	Atlético-PR	6
CSA	6	Bahia	6
Internacional	6	Confiança	6
Sport	6	Grêmio	6
		Atlético-MG	5
		Sport	5
		Botafogo-PB	4
		Fluminense	4
		Policia	4
		Sergipe	4
		Santos	3
		Botafogo	2
		Potiguar	2
		Treze	2
		Aimoré	1
		Avai	1
		Baraúnas	1
		Brasil-RS	1
		Ceará/Fortaleza	1
		Corinthians/Palmeiras	1
		Coritiba	1
		Ferroviário-CE	1
		Guarani	1
		Internacional	1
		Joinville	1
		Marcelo Dias	1
		Ponte Preta	1
		Souza-PB	1

Fonte: SANTOS, 2017.

Dessa maneira, mesmo com a criação da norma jurídica e outros aparelhos para resolver as chamadas rixas de torcidas no âmbito futebolístico, a impunidade ainda circunda pelos litígios, fruto da dificuldade do Estado em atingir e resolver, por meio

de tal lei, essa problemática. Com isso, dados do livro “A Violência No Futebol”, de Maurício Murad (2017), afirmam que entre 2015 e 2016, 97% dos crimes ocorridos no futebol não sofreram as sanções determinadas pela legislação vigente. Diante disso, desde sua criação, no ano de 2003, até os últimos anos, o Estatuto do torcedor não atingiu ainda o patamar necessário para controlar os casos de violência no futebol brasileiro. Porém, é fundamental afirmar que houve mudanças favoráveis ao combate dos confrontos, como afirma Paulo Castilho, dirigente do Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor, 10 anos depois da criação do Estatuto, em relação a segurança dos torcedores nos estádios, que: “Evidentemente, não podemos falar que está do jeito ideal, mas estamos avançando a passos largos. Um exemplo foi a portaria interministerial que regulamentou o artigo 23 do Estatuto do Torcedor, que fala dos laudos de segurança: laudos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária e engenharia”. Além disso, Castilho ainda aponta algumas melhorias em relação à repressão contra a violência de torcidas organizadas: “Nós temos muitos casos de torcidas que foram impedidas de entrar nos estádios com suas indumentárias, bandeiras, faixas ou instrumento musical. Eu sou oriundo do Ministério Público de São Paulo e trabalho no Juizado do Torcedor nos estádios. Lá, já teve ano de afastamento de mais de 65 torcedores dos estádios de futebol, de acordo com a gravidade da conduta, com penalização de três meses até dois anos”. Ele lembra ainda: “a decisão de um juiz de Goiás que baniu do estado às torcidas organizadas por cinco anos, proibindo-as, inclusive, de frequentar praças esportivas. Tudo isso foi possível porque há uma legislação eficiente hoje. Só precisa que os mecanismos de Estado se aperfeiçoem para atuar”. Assim sendo, o gradativo progresso da eficácia do Estatuto do Torcedor e demais aparelhos, atualmente, ainda geram dificuldades para o campo jurídico resolver problemas como a impunidade e a violência dentro e fora dos estádios. Diante disso, dados de um levantamento anual realizado pela Pesquisa de Mestrado, da Universo, coordenada por Mauricio Murad, afirma que em 2017, foram registrados 104 episódios violentos relacionados ao futebol brasileiro, que resultaram em 11 mortes de torcedores – outros sete casos ainda estão sob investigação. Dessa maneira, de acordo com Maurício Murad (2017), em seu livro A Violência no Futebol, há mais ou menos dez anos os conflitos entre os torcedores ocorriam principalmente dentro dos estádios, ao passo que hoje, depois de ações efetivas, entre 80% e 90% dos combates acontecem fora das praças esportivas. Além disso, o programa Torcida Legal, já citado anteriormente, foi criado em 2009 como um conjunto de iniciativas para diminuir a violência nos estádios, como o cadastramento biométrico de torcedores, previsto no artigo 2 do Estatuto do Torcedor, e a instalação de equipamentos de segurança por todos os estádios brasileiros. Porém, sua aplicabilidade é problemática, visto que, em 2013 o programa chegou a ser suspenso por problemas na licitação, no lobby de empresas e até mesmo por desinteresse de autoridades. Dessa maneira, com a situação atual da violência no futebol brasileiro e seu embate com as normas jurídicas, a ida do torcedor aos estádios torna-se cada vez mais difícil. Dados de uma investigação realizada pelo Núcleo de Sociologia do Futebol da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 2009 e atualizada pelo Programa de Mestrado da Universo, RJ, 2016, mostrou que, para mais de dois terços (69,5%) dos torcedores, a violência é a maior causa de afastamento do público dos estádios brasileiros. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que a violência no futebol é uma das grandes razões do êxodo de torcedores nos estádios brasileiros. A violência *no* futebol brasileiro, e não *do* futebol brasileiro, é uma problemática coletiva complexa e dinâmica, resultado de diversas

dificuldades enfrentadas diariamente, e assim como todo torcedor é um cidadão, naturalmente, as adversidades que estão em volta da sociedade, como a violência, irão automaticamente refletir-se no futebol, visto que o futebol é um reflexo da sociedade. Assim como os problemas sociais e culturais favorecem a presença de grupos marginalizados e violentos nas torcidas organizadas, visando a desordem etc., a ineficácia dos aparatos jurídicos também colabora para tal situação, pois dificulta o controle social, e impede que medidas preventivas, repressivas e educativas sejam aplicadas. Como foi apresentado, o Estatuto do Torcedor contém todas as ferramentas necessárias para harmonizar e combater a violência nas praças esportivas, entretanto, tornasse muito difícil conseguir resultados expressivos, já que os clubes e as federações estaduais não promovem e incentivam tais mudanças.

REFERÊNCIAS

AMATO, Gian. **Torcidas organizadas apresentam cadastro mínimo de integrantes**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/torcidas-organizadas-apresentam-cadastro-minimo-de-integrantes-21215834>. Acesso em: 04 set. 2019.

ARAÚJO, José Carlos. **Dez anos depois, dados permitem avaliar a eficácia do Estatuto do Torcedor**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/404008-dez-anos-depois-dados-permitem-avaliar-a-eficacia-do-estatuto-do-torcedor/%20%C3%81rea%20de%20anexos>. Acesso em: 27 set. 2019.

CASSANTE, Guilherme Vida Leal. Jusbrasil. **O histórico da violência nos eventos esportivos**. Disponível em: <https://guisambareando.jusbrasil.com.br/artigos/254216002/o-historico-da-violencia-nos-eventos-esportivos>. Acesso em: 28 ago. 2019.

MURAD, Maurício. **A violência no futebol: novas pesquisas, novas ideias, novas propostas**. 2. ed. São Paulo: Benvirá, 2017.

HOLLANDA, Bernado Borges Buarque de. **Torcidas Organizadas na América Latina: Estudos contemporâneos**. [s.l.]: 7 Letras, 2017.

VASCONCELOS, Leonardo; FERREIRA, Haim. Jornal do Coemmercio. **A ineficiência das ações contra as torcidas organizadas**. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/esportes/futebol/noticia/2016/07/11/a-ineficiencia-das-acoes-contras-torcidas-organizadas-243546.php>. Acesso em: 28 ago. 2019.

VASCONCELOS, Leonardo; FERREIRA, Haim. Jornal do Coemmercio. **Torcidas organizadas: a diversão virou violência**. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/esportes/futebol/noticia/2016/07/12/torcidas-organizadas-a-diversao-virou-violencia--243549.php>. Acesso em: 28 ago. 2019.

VESSONI, Rodrigo. Lance. **Potiguares, paulistas, goianos e cearenses são os torcedores que mais morrem e matam no Brasil**. Disponível em: <https://www.lance.com.br/futebol-nacional/potiguares-paulistas-goianos-cearenses-sao-torcedores-que-mais-morrem-matam-brasil.html>. Acesso em: 29 out. 2019.

A PROBLEMÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL HODIERNAMENTE NO BRASIL

AUTORES:

Hellen Laila Albuquerque Tavares

Louise Trindade de Roure

Haroldo Nunes da Silva Filho

Victor Fonseca e Silva

RESUMO: O presente trabalho busca elucidar as dificuldades e fraquezas que a legislação contra alienação parental ainda apresenta, seja na sua aplicação ou quanto ao código em si. O presente estudo tem por objetivo observar a luz da literatura a importância de se ter profissionais e órgãos capacitados para receber tal demanda e expressar decisões com justiça e sempre com a premissa de beneficiar o menor envolvido. A busca por dados se deu através da lei, de juristas e doutrinadores da área mostrando a realidade que os autores deste artigo queriam transmitir. Por fim, concluímos que a lei nº 12.318 de 2010 é algo de suma importância, mas, que, no entanto precisa de uma melhor atenção para que se permaneça a segurança jurídica.

Palavras-chave: Família. Vínculo. Alienação.

INTRODUÇÃO: Entende-se por alienação parental a interferência psicológica provocada na criança ou adolescente por um dos seus genitores contra outro membro da família que também esteja responsável pelo mesmo. O objetivo desse tipo de comportamento, geralmente se dá pelo interesse em prejudicar a relação/vínculo do menor para com a pessoa que o tenha sob sua tutela. A alienação parental acontece nos mais variados ambientes por se tratar de um tipo de violência subjetiva no que se refere ao caráter informal que ela se dá. Pois, é caracterizada por acontecer dentro do seio familiar, o que dificulta que a prática seja denunciada por envolver não só questões objetivas, mas também emocionais. Por esse motivo é indubitável que essa problemática seja amplamente discutida e elucidada, para que a sociedade tome conhecimento da existência, das consequências, e da prejudicialidade de tais práticas. A Lei nº 12.318 considera ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, de acordo com a lei, são exemplos de alienação parental fazer campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade, dificultar o exercício da autoridade parental, dificultar contato de criança ou adolescente com genitor e dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar, omitir deliberadamente ao genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou o adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço, apresentar falsa denúncia contra o genitor, contra familiares deste ou contra os avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou o adolescente, mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando dificultar a convivência da criança ou do adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com os avós. Casos de alienação parental são frequentes nas Varas de Família, principalmente em processos litigiosos de dissolução matrimonial, onde se discute a guarda dos filhos, o que ocasiona consequências emocionais, psicológicas e comportamentais negativas a todos os envolvidos. Independentemente da relação que o casal estabeleça entre si após o término do casamento ou da união estável, a criança tem o direito de manter preservado seu

relacionamento com os pais. A figura dos pais geralmente é a principal referência de mundo e de sociedade para os filhos, por isso, é importante proteger a criança das desavenças do meio familiar, também dos conflitos do casal, impedindo que as disputas por guarda, por exemplo, afetem o íntimo da criança para com o genitor (a), por não causar impactos apenas na relação filial, mas também na formação da criança em seus aspectos intelectual, cognitivo, social e emocional. É impossível saber ao certo ou mesmo estimar o número de filhos (menores de idade) vítimas de alienação parental. Por duas enormes razões: os processos judiciais correm em segredo de Justiça (não podem ser abertos nem em pesquisas acadêmicas, sem autorização expressa) e os conselhos tutelares são pouco procurados - e quando são procurados não alimentam o sistema de informações nacional para a criança e adolescente (SIPIA) sobre com o problema. Os números oficiais do último Censo, divulgados ano passado pelo IBGE, dão conta que no Brasil existem cerca de 45 milhões de crianças e adolescentes (número referente a faixa etária de 0 a 17 anos). Só de crianças, que é o público vulnerável à alienação (adolescente já tem discernimento para distinguir a verdade da mentira), são cerca de 39 milhões (faixa etária de 0 a 12 anos). A maior parte delas vive em famílias cujos pais não são separados. As estatísticas existentes de filhos de pais separados compreendem o período 2003 a 2010. Segundo o IBGE, no Brasil existem 618.363 crianças e adolescentes (menores de 18 anos) cujos pais são separados. De acordo com o IBGE, a taxa de divórcio no Brasil é de 1,8 para cada 1 mil pessoas. E a de separações é de 0,5 para cada 1 mil. Além disso, 40,3% são de casais sem filhos e 22% só têm filhos maiores de idade. Entre 2000 e 2010 foi de 3,7 milhões - só que a maioria (70%) é consensual. O IBGE tem uma pesquisa feita com base em registro civis que mostra que o total de casais separados judicialmente com filhos é de 428.326 no período compreendido entre 2003 e 2010. A tentativa por parte de pai ou mãe, separados, de dificultar o contato do filho com um dos genitores tem se tornado tema frequente nos tribunais mineiros. A conduta é uma das formas de alienação parental, que motivou mil ações judiciais no primeiro trimestre deste ano contra 708 no mesmo período de 2017, um aumento de 41%. “Em BH, o salto de ações de alienação parental em análise foi de 64,5%, passando de 141 para 232 casos”. No entanto, por trás da alegada intenção de assegurar o vínculo com o herdeiro, alguns pais estariam usando a Lei da Alienação Parental para conseguir a guarda de crianças que eles mesmos agrediriam ou até abusariam sexualmente. Situação que aumenta o sofrimento da parte mais vulnerável do processo, o menor, e desafia os magistrados durante a análise dos processos. **METODOLOGIA:** A metodologia para desenvolver esta pesquisa foi realizada através de consultas a sites, artigos científicos e jurídicos, com, por exemplo, a lei que tipifica a alienação parental, bem como demais legislações existentes no ordenamento jurídico pátrio que visam a proteção da criança e do adolescente, tais atos decorrerão da forma de pesquisa estruturada neste documento, de caráter bibliográfico e descritivo, uma vez que desfruta de um manancial de autores, expondo fatos e fenômenos sem manipulá-los. Através do método cartográfico, foi interpretada de modo histórico a norma, logo, é possível verificar que houve uma evolução da legislação, que atualmente caracteriza a prática de alienação parental. No entanto, ao realizar uma análise dialética, sendo perceptível que nos dias de hoje não se considere a alienação parental uma prática criminosa, em uma investigação inicial da realidade, não há, em regra, a aplicação efetiva da lei 12.318, por desconhecimento de alguns juristas ou por ajustes na sua aplicação. Bem como, em uma avaliação posterior, reflete-se que as mudanças da legislação dão mais poderes ao magistrado para coibir essa prática, então, em

síntese, é preciso divulgar a norma de modo mais enfático para que seja realmente utilizada e aplicada no Brasil. A escassez de conhecimento sobre o problema iminente causa profundas consequências para a sociedade, afetando direitos fundamentais e individuais da Constituição Federal que deveriam ser-lhes assegurados pelo Estado. **REVISÃO DE LITERATURA:** O ECA, atribui aos pais a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais (ECA, artigo 22). Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária pode determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum, além da fixação provisória de alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependente do agressor (ECA, artigo 130 e parágrafo único). Agora, concedidas essas medidas a título de medida protetiva, o descumprimento pode ensejar a decretação da prisão preventiva (LMP, artigo 20 e Lei nº 13.431/2017, artigo 6º). A jurisprudência a seguir denota uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, mediante interceptação telefônica como prova de alienação parental:

APELAÇÃO CÍVEL - GUARDA E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS - SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO E CONCEDEU A GUARDA UNILATERAL AO AUTOR, ASSEGURANDO O DIREITO DE VISITAÇÃO, NECESSARIAMENTE ASSISTIDA, EM FAVOR DA MÃE. - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM AGRAVO RETIDO QUE VISA O DESENTRANHAMENTO DE PROVA ANEXADA AOS AUTOS PELO AUTOR, CONSUBSTANCIADA EM INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS, REALIZADA COM O OBJETIVO DE COMPROVAR A PRÁTICA DE ALIENAÇÃO PARENTAL POR PARTE DA GENITORA. - APELO DA PARTE RÉ, RATIFICANDO O AGRAVO RETIDO E, NO MÉRITO, ALEGANDO A INOCORRÊNCIA DE ALIENAÇÃO PARENTAL E NECESSIDADE DE REFORMA IN TOTUM DA SENTENÇA AUSÊNCIA DE AMPARO À PRETENSÃO RECURSAL - AGRAVO RETIDO: REJEITADO - GRAVAÇÃO TELEFÔNICA FEITA PELO AUTOR EM SUA RESIDÊNCIA - PROVA CONSIDERADA LÍCITA, EIS QUE NÃO SE TRATA DE INTERCEPTAÇÃO FEITA POR TERCEIRO. - HIPÓTESE NÃO ABARCADA PELA LEI N.º 9.296/96 (LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA) PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - NO MÉRITO, NÃO MERECE AMPARO ÀS ALEGAÇÕES RECURSAIS - MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA A SER PRESERVADO - CONTEXTO PROBATÓRIO DOS AUTOS QUE DEMONSTRAM, DE MANEIRA CLARA, A CONDUTA DA GENITORA, VISANDO DENEGRIR A IMAGEM DO AUTOR - PARECER SOCIAL E LAUDO TÉCNICO, ALÉM DAS DEMAIS PROVAS CARREADAS AOS AUTOS, QUE FORAM UNÂNIMES AO AFIRMAR QUE A RÉ, ORA APELANTE, NÃO SUPEROU EMOCIONALMENTE O FIM DE SEU MATRIMÔNIO COM O AUTOR E, EM VIRTUDE DISSO, PASSOU A INSTIGAR NA MENOR UM COMPORTAMENTO NEGATIVO COM RELAÇÃO AO GENITOR DA MESMA E SUA ATUAL COMPANHEIRA - PRÁTICA DE ALIENAÇÃO PARENTAL QUE FERRE DIREITO FUNDAMENTAL DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR SAUDÁVEL, PREJUDICA O AFETO NAS RELAÇÕES COM GENITOR E COM O GRUPO FAMILIAR DESTA, ALÉM DE CONSTITUIR ABUSO MORAL CONTRA A CRIANÇA OU O ADOLESCENTE - APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.318/2010 - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DESTA E. CORTE DE JUSTIÇA - GENITOR QUE DEMONSTROU ESTAR MAIS BEM QUALIFICADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GUARDIÃO DA MENOR - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

(TJ-RJ - APL: 02079598420108190001 RJ 0207959-84.2010.8.19.0001, Relator: DES. SIDNEY HARTUNG BUARQUE, Data de Julgamento:

Segundo Ribeiro (2015, s.p.), a alienação parental consiste “[na] agressão [...] feita de forma indireta, quando uma das partes do grupo familiar tenta controlar os sentimentos da criança em relação ao outro genitor, através de chantagem emocional. Em alguns casos, um genitor tenta difamar o outro”. Isto implica que um dos genitores ou familiares deste tenta fazer uma lavagem cerebral na criança para que ela repudie o outro genitor. Gardner (2002, s.p.) complementa a conceituação acima exposta afirmando que:

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo.

A criança influenciada pela campanha denegritória de um dos genitores passa a rejeitar o outro genitor, bem como também denegri-lo. Deve ainda ficar o alerta que nem todas as atitudes de rejeição de uma criança são decorrentes de alienação parental, há casos de abuso e negligência, conforme lembrar o autor supra mencionado, que declara:

Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável (GARDNER, 2002, s.p.).

Parafrazeando Alemão (2018), é necessário também diferenciar a SAP do real abuso e/ou negligência parental, o que justifica a animosidade da criança, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável. Nesse sentido, não é possível declarar que todo repúdio da criança a um determinado genitor é resultado da alienação parental do outro genitor, devendo-se observar se realmente não há situações vivenciadas pela criança que a levem a ter essa esquivada a quaisquer dos pais ou familiares. É preciso que a criança seja sempre resguardada em todas as situações, caso a escola, a Igreja (ou quaisquer ambientes em que a criança frequente) perceba que ela está sendo vítima de alienação parental as medidas necessárias devem ser tomadas, desde a busca do Conselho Tutelar até o acionamento do Poder Judiciário. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a identificação, a prática deve ser coibida e devem ser adotadas as medidas para a preservação da integridade psicológica da criança, sendo importante o acompanhamento psicológico de todos os envolvidos, podendo a questão ser tratada no âmbito judicial. Na ocorrência de indícios de ato de alienação parental em ações conduzidas pelas Varas de Família, é conferida prioridade na tramitação do processo, com a participação obrigatória do Ministério Público, sendo adotadas pelo juiz as medidas necessárias à preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente. Neste sentido, o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para a preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com o genitor prejudicado ou viabilizar a efetiva aproximação entre

ambos, se for o caso. Se for verificado indício de ocorrência da prática, o juiz poderá determinar a elaboração de laudo da situação, feito a partir de perícia psicológica ou biopsicossocial. Para a formulação do laudo de identificação de alienação parental, podem ser realizadas avaliação psicológica, entrevista pessoal com as partes, análise documental, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou o adolescente se manifesta sobre eventual acusação contra o genitor. A legislação prevê que seja assegurada aos filhos a garantia mínima de visitação assistida, exceto nos casos em que sejam identificados possíveis riscos à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente. Tanto os pais quanto os filhos são, ainda, encaminhados para acompanhamento psicológico realizado por profissionais especializados. **CONCLUSÃO:** Destarte, sob a luz dos fatos expostos, pode-se afirmar que a problemática da alienação parental, já compreendida no ordenamento jurídico brasileiro, vem se tornando cada vez mais comum na sociedade, o que torna indispensável a análise do contexto social e do âmbito familiar onde crianças e adolescente vão formar sua personalidade e se desenvolver como o futuro da sociedade, deste modo, é de suma importância que o ambiente familiar seja saudável. Pra isso, é indispensável que as medidas tomadas no processo de separação reflitam de forma positiva, para que além de não se tornarem ineficazes, não desencadearem desentendimentos e rancor, gerando a problemática em questão. Em decorrência das situações e fatos que vem a ocorrer devido a Alienação Parental, o alienado poderá ser enxergado de forma distorcida na visão da criança e do adolescente, podendo isto gerar a perda do vínculo afetivo, transtornos psicológicos e psiquiátricos ou gerar sequelas irreparáveis. Portanto, uma das maneiras mais eficazes para dirimir a problemática em questão, é a regulamentação de visitas já acordada durante o processo de divórcio e guarda do menor, o direito de visitas tem como principal objetivo a preservação dos interesses e necessidades dos menores, proporcionado assim, a continuidade da convivência entre os genitores com seus filhos e preservando a conservação dos laços afetivos familiares. É importante ressaltar a importância de atentar ao conceito de alienação parental, visto que, observa-se a necessidade da manutenção de um conceito mais claro, com intuito de facilitar e viabilizar a efetiva conduta de profissionais da área de saúde mental e também da área jurídica, possibilitando fácil diagnóstico e prevenção. Para Richard Gardner, psiquiatra estadunidense, a SAP (Síndrome da Alienação Parental) é uma desordem que se inicia primariamente no contexto das disputas judiciais. Afirmção que ressalta a conclusão acima exposta ressaltando a importância de priorizar a necessidade das crianças e dos adolescentes nos processos de dissolução, atentando para a manutenção de suas necessidades não somente físicas, mas principalmente psicológicas, e, emocionais, sentimentos que atingem diretamente o menor durante o fim da sociedade conjugal de seus genitores. Crianças, sem dúvida alguma, não gostam de ver seus pais em litígio e, além disso, o rompimento de vínculos afetivos com um de seus pais gera uma desestruturação no psicológico, talvez, irreparável na vida da criança. Com base nas informações e análises supracitadas, é indubitável que a alienação parental é uma problemática que sempre assolou a sociedade brasileira, entretanto, só veio a ser discutida recentemente, e, mesmo assim, ainda não se pode afirmar que a pauta em questão recebe a devida atenção e visibilidade. Por conseguinte, é indispensável que haja um respaldo jurídico mais eficaz na busca por dirimir a problemática da alienação parental hodiernamente no Brasil, com uma interferência mais efetiva do Estado, e, sem dúvidas, uma maior divulgação, para que as pessoas tomem

consciência das consequências que a problemática em questão pode trazer a nossos jovens, através da informação e disseminação de conteúdo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETO, Álvaro de O.; QUEIROZ, Maria Emilia M. de Oliveira; CALÇADA, Andreia. **Alienação Parental e Família Contemporânea**: um estudo psicossocial. 2015. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/alienacao_parental/alienacao_parental_e_familia_contemporanea_vol2.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069 de julho de 1990. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1024943/lei-12318-10>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º. 2016. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm; Acesso em: 22 set. 2019.

DIAS, Maria Berenice. Finalmente, alienação parental é motivo para prisão. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-abr-05/maria-berenice-dias-agora-alienacao-parental-motivo-prisao>. Acesso em: 20 set. 2019.

GARDNER, Richard A. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** Departamento de Psiquiatria Infantil. Disponível em: <https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>. Acesso em: 22 set. 2019.

MONTEZUMA, Márcia Amaral; PEREIRA, Rodrigo da Cunha; MELO, Elza Machado de. **Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência?** Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 27, p. 1205-1224, 2017.

ATIVISMO JUDICIAL: SEUS LIMITES DE ATUAÇÃO

AUTORES:

José Edson da Costa Júnior
Ellen Thais da Costa Medeiros Alves
Polliana Naille Guedes de Queiroz

RESUMO: Neste trabalho aborda-se as práticas reiteradas e extraordinárias que o Supremo Tribunal Federal vem postulando, revelando ao âmbito jurídico da tripartição dos poderes a sua vicissitude à democracia. Assim, busca demonstrar tais incidentes e sua legítima atuação com previsibilidade na carta Magna e realinhar a sua originalidade.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Poderes. Democracia.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho visa mostrar as formas discricionárias em que o Supremo Tribunal Federal (STF) vem atribuindo para si, decisões atípicas que competem ao Poder legislativo. Atrelado a essa prática, explanar como o ativismo judicial interfere na composição da tripartição dos poderes, assumindo competências legislativas causando assim a insegurança jurídica. Inicialmente, vale salientar que não existe uma unanimidade de conceito acerca do ativismo judicial, uma vez que não existe consenso, já que vários são os significados extraídos dessa expressão. Para Marshall, o ativismo jurisdicional é conceituado, como a recusa dos Tribunais em se manterem dentro dos limites jurisdicionais estabelecidos para o exercício de seus poderes. (MARSHALL, William P. Law Review. v. 73, set. 2002, p.37). Segundo Elival da Silva Ramos, professor e procurador do Estado de São Paulo “[...] o exercício da função jurisdicional para além dos limites impostos pelo próprio ordenamento que incumbe, institucionalmente, ao Poder Judiciário fazer atuar, resolvendo litígios de feições subjetivas (conflitos de interesse) e controvérsias jurídicas de natureza objetiva (conflitos normativos). Dessa maneira, o ativismo judicial, está ligado ao fenômeno da judicialização da política, concorrendo uma série de fatores, para este fenômeno, tais como: um sistema político democrático; a separação dos poderes; o exercício dos direitos políticos; o uso dos tribunais pelos grupos de interesse; a inefetividade das instituições majoritárias, a transferência dos poderes decisórios de outros poderes ao Poder Judiciário. No contexto interpretativo filosófico, Aristóteles identificou o exercício de três funções estatais distintas, concentrando essas três funções em único órgão, o soberano. Mais tarde, Montesquieu, aprimorou este conhecimento, atribuindo cada uma das três funções a órgãos estatais distintos, autônomos e independentes entre si, que deviam exercer funções típicas inerentes à sua natureza. Tal teoria ia de encontro ao Absolutismo e por este motivo foi a base estrutural de diversos movimentos revolucionários, como a Revolução Francesa e a Americana. Em uma percepção internacional, as primeiras análises sobre o tema surgiram em 1803 nos Estados Unidos da América. No entanto o termo ativismo judicial (...) nos EUA em 1947, a partir de uma percepção de Arthur Schlesinger Jr., ao tecer comentários sobre a atuação da suprema corte dos estados unidos. No Brasil, o debate sobre o tema iniciou-se a partir do momento em que a sociedade notou grande interferência judiciária no espaço de atuação dos outros poderes, já que esta sociedade é carente por justiça democrática, Justiça efetiva e eficaz ao alcance de todos. Baseado nisso surge um novo Judiciário como forma de resposta para a sociedade, originando o

Ativismo Judicial. Posto que, a carta magna estabelece em seu artigo 2º a independência e harmonia entre os poderes, a qual compete cada um exercer suas funções típicas e atípicas no ordenamento jurídico brasileiro. **METODOLOGIA:** O panorama utilizado para este trabalho é o método qualitativo e cartográfico, pois ele possibilita inserir a realidade jurídica relacionando-se com o interesse social, já que a prática do ativismo judicial influencia tanto nas suas funções atípicas, como na formação de interpretação da sociedade em um estado democrático. Utilizamos como medida a escala, pois ela tem a capacidade de identificar na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 2º que dispõe sobre a separação dos poderes, em conjunto com o pensamento de Montesquieu sobre a tripartição dos poderes no que tange sobre suas devidas atribuições no que compete ao legislativo, executivo e judiciário. A projeção identificada na fonte da pesquisa nasceu justamente das inúmeras demandas que o poder judiciário atraiu para si competências de outros poderes, gerando assim descontentamento dos poderes legislativo e executivo, e atingindo diretamente ou indiretamente os cidadãos. A simbolização desta pesquisa é, explanar para o âmbito jurídico que o ativismo judicial usado em excesso, está usurpando de outros poderes a legitimidade. Este grande problema que afeta a sociedade, concedendo aos indivíduos concepções distintas acerca de uma temática de valor econômico, político, social e administrativo. **REVISÃO DA LITERATURA:** Válido destacar, importantes autores que tratam sobre o referido tema, expondo alguns de seus pensamentos sobre o ativismo judicial. Sendo um deles, Ronald Dworkin, o qual define o problema trazido por uma postura ativista: O ativismo é uma forma virulenta de pragmatismo jurídico. Um juiz ativista ignoraria o texto da Constituição, a história de sua promulgação, as decisões anteriores da Suprema Corte que buscaram interpretá-la e as duradouras tradições da nossa cultura política. O ativista ignoraria tudo isso para impor a outros poderes do Estado seu próprio ponto de vista sobre o que a justiça exige. (DWORKIN, 1999, p.451-452). Verifica-se pelas palavras de Dworkin, os riscos subjacentes à adoção de posturas ativistas por parte dos magistrados e dos tribunais. Outro autor que trata sobre o tema, é Moisés Milieib de Oliveira, o qual prediz que a função tipicamente jurisdicional, não pode usurpar o núcleo de outras funções do Estado, precisamente, as funções legislativas. (MILEIB OLIVEIRA, 2011, p. 110). Segundo o entendimento de (TASSINARI, 2013) sobre a fala do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, no que tange associação entre jurisdição e representatividade, entende que:

O pensamento que associa jurisdição e representatividade configura uma superação de contramajoritarismo, o que pode ser visualizado através do que afirma Luís Roberto Barroso, para quem o judiciário, em certos contextos, seria o “melhor interprete do sentido majoritário”. No fundo, é isso, conjugado a outros elementos, que está por trás da defesa da supremacia do Supremo Tribunal Federal (assunto que será retomado mais tarde). (TASSINARI, 2013, p.37).

Em consonância com todos entendimentos anteriores, no que diz respeito ao momento em que o Judiciário revela-se apto para a resolução dos conflitos deve ser realizado uma avaliação de sua própria capacidade institucional, pois como afirma Barroso (2008, p.16) “o judiciário quase sempre, pode mas nem sempre deve interferir”. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No Brasil, há a colaboração tanto dos poderes executivo, legislativo como também do judiciário que têm competência para

distribuição e efetivação dos direitos de ordem jurídica, a qual é atribuído essa responsabilidade ao superior tribunal federal, o guardião da constituição. Há a desconformidade sobre a prática do ativismo judicial, tendo em vista que os poderes executivo e legislativo possuem legitimidade popular, diferentemente do judiciário, que ocorre via nomeação do Presidente da República, que abre um precedente, quanto as medidas políticas tomadas pelo Suprema Corte, seja em causa própria ou retribuindo o favor da nomeação. Uma das decisões que geraram repercussão sobre o ativismo judicial foi a ADI número 4277, que trata sobre a declaração de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Fora isso, estendeu-se a interpretação, que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis versou sobre os sujeitos da relação nas uniões entre as pessoas do mesmo sexo. Todos os ministros da Suprema corte acompanharam o voto do relator Ayres Brito, no sentido de dar interpretação conforme a Constituição Federal para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Com a crescente crise moral e ética dos poderes políticos, ficou evidente a necessidade de o judiciário apoderar-se de decisões que buscassem atingir o interesse popular. Porém, acaba por acontecer a desilusão com a política majoritária da Suprema Corte, pois a mesma encontra-se por completo inundado nos limites de sua atuação, pois ao invés de decodificar a lei, amparado no texto constitucional, a corte acaba instituindo lei, apoderando-se da competência do poder legislativo. Neste aspecto, é indubitável a importância que assume a suprema corte como guardião da constituição, entretanto mesmo se tratando de um órgão colegiado, onde as decisões são tomadas de forma conjunta, o fato de atribuir matérias de outros poderes acarretando na insegurança jurídica, e ocasionando um desprestígio perante a sociedade. **CONCLUSÃO:** Ao analisar a prática do STF em uma sociedade democrática, é definida como apressada, já que é ofício do Executivo e do Legislativo, na medida em que estão inundados no presidencialismo de coalizão. A suprema corte está desalinhando suas competências perpassando o seu próprio limite de atuação e apropriando-se de competência que não lhe pertence, e protagonizando alguns dos principais debates políticos do país. O cenário de crise de representatividade ultrapassa a esfera legislativa e submergindo no judiciário, alimentando a anomalia ativismo judicial. Com isso cria-se uma escala maior sobre as diferentes decisões tomadas pelo respectivo poder, ocasionando na sociedade juízos adversos dos existentes na legislação que prevalece na pirâmide hierárquica de Hans Kelsen. O assunto não se esgota nestas poucas páginas, muito ainda se pode pesquisar sobre a atuação desenfreada da corte máxima, uma vez que mesmo sendo requisitada a suprir lacunas, nem sempre se faz necessária a sua atuação. Existem situações políticas que somente podem ser feitas pelo Poder Legislativo, ao qual o guardião da constituição não tem originalidade para isso. É evidente que o apogeu do ativismo é a invasão impropriedade e indevida do Poder Judiciário nas demais esferas de Poderes do Estado, o que vai de modo direto ou indireto, contrário a um dos mais importantes filósofos e pensadores do iluminismo – Montesquieu - com a sua teoria clássica da separação dos poderes estatais. A própria concepção da separação dos poderes se funde no preceito de que o governo deve ser feito com base em leis e não na vontade arbitrária dos homens, a qual reiteradamente vem sendo substituída tal concepção. Dentro dessa ordem de coisas, o objetivo último da ordem política, para Montesquieu, é assegurar a moderação do poder mediante a "cooperação harmônica" entre os Poderes do Estado funcionalmente constituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário) com o

escopo de assegurar uma eficácia mínima de governo, bem como conferir uma legitimidade e racionalidade administrativa à tais poderes estatais, eficácia e legitimidade essas que devem e podem resultar num equilíbrio dos poderes sociais. Assim sendo, é indubitável que a cooperação harmônica entre os Poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) não é de fato, efetiva, uma vez que a desarmonia se dá sempre que os respectivos Poderes se acrescem de atribuições, faculdades e prerrogativas de um em detrimento de outro, o que notoriamente ocorre entre esses órgãos, tendo em vista que o mérito de algumas decisões por vezes se apresentam equivocadas, interpretações dissonantes da realidade social, o que trazem uma grande controvérsia, acentuando o risco advindo da preponderância de um Poder sobre outro. Para concluir, utilizamos o pesquisador Hugo Dutra (2016) “(...) Há a necessidade de se trabalhar na raiz do problema, e não no momento patológico, tal qual nós, estudiosos do Direito, estamos acostumados.” pois o que constata-se é que a interferência judiciária quando não é observada, atinge as diferentes esferas da sociedade e acomete no desenvolvimento dos segmentos da estruturação política e social.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. H. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988. p. 5-34.

BARROSO, Luís Roberto. **Ano do STF: Judicialização, ativismo e legitimidade democrática**. 2008. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008-dez-22/judicializacao_ativismo_legitimidade_democratica?pagina=16. Acesso em: 06 set. 2019.

BASILE, Rafael Faria; JOAQUIM, Ester Mariana dos Santos. **O Guardião da Constituição e o Ativismo Judicial: algumas considerações sobre decisões do supremo tribunal federal**. 2011. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0070d23b06b1486a>. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out.2019.

_____. STF. Suprema Tribunal Federal (Org.). **Supremo reconhece união homoafetiva**. 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acesso em: 10 out. 2019.

FONSECA, Hugo Dutra. **O ativismo judicial brasileiro e a necessidade de mudança de foco no estudo do Direito**. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48149/o-ativismo-judicial-brasileiro-e-a-necessidade-de-mudanca-de-foco-no-estudo-do-direito>. Acesso em: 02 out. 2019.

LIVRO SOBRE ATIVISMO JUDICIAL traz denso estudo sobre expansão do **Judiciário**. 2014. consultor jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-set-10/livro-faz-denso-estudo-ativismo-judicial-supremo>. Acesso em: 15 set. 2019.

LIMA, Priscilla Karla de. **O exercício do ativismo judicial**: uma análise crítica aos limites de atuação do supremo tribunal federal. Natal: [s.n.], 2019.

MARTINS, Kamila Mendes. **Com casos recentes de ativismo judicial, STF estaria passando dos limites**. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/com-casos-recentes-de-ativismo-judicial-stf-estaria-passando-dos-limites-0xrr654jsklj3ricw3gxexjn4/>. Acesso em: 20 set. 2019

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. Tradução Cristina Murachco. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAULA, Oséias de. **Ativismo Judicial**: Impacto das decisões criativas do Supremo Tribunal Federal para o equilíbrio do sistema político brasileiro em face do princípio da separação de poderes. 2017. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/oseias-de-paula/artigos/ativismo-judicial-impacto-das-decisoes-criativas-do-supremo-tribunal-federal-para-o-equilibrio-do-sistema-politico-brasileiro-em-face-do-principio-da-separacao-de-poderes-4086>. Acesso em: 20 set. 2019.

SALOMÃO, Northon. **O Ativismo Judicial no âmbito do STF**. 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-ativismo-judicial-no-ambito-do-stf>. Acesso em: 06 out. 2019.

SILVA, Diogo Bacha e. **Os contornos do ativismo judicial no Brasil**. 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502923/000991414.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 out. 2019.

SILVA, Thiago Dias. **Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática**. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/legitimidade-democratica>. Acesso em: 07 out. 2018.

SILVA, Thiago Dias. **Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ed. 9. Ano 02, v. 06. p 124-134, dez. 2017. ISSN:2448-0959.

TASSINARI, Clarissa. **Jurisdição e ativismo judicial**: limites da atuação do judiciário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6403/Clarissa%20Tassinari_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 7 ago. 2019.

TASSINARI, Clarissa; LOPES, Ziel Ferreira. **A nova era do STF e os custos políticos do ativismo judicial**. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-dez-08/diario-classe-stf-custos-politicos-ativismo-judicial>. Acesso em: 15 set. 2019.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO X FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE E PORTE DE ARMAS

AUTORAS:

Patrícia Diniz Santos
Francisca Barbara Sabino
Cláudia Cristiane Davim
Raphaela Victor da Silva

RESUMO: A finalidade deste artigo é analisar a violência no Brasil, abordando os homicídios ocorridos com uso de arma de fogo, comparando os números reais antes e depois do Estatuto do Desarmamento e as consequências da flexibilização nessa questão, bem como o papel do cidadão na segurança pública.

Palavras- chave: Segurança pública. Estatuto do desarmamento. Porte de Armas.

INTRODUÇÃO: Diante da situação de extrema violência que se apresenta no Brasil, onde a população clama pelo direito amparado pelo artigo 5º da Constituição Federal Brasileira que diz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Vamos aqui tentar demonstrar o antagonismo entre o Estatuto do Desarmamento e o Projeto de Lei 3722/12, que propõe a flexibilização na compra de armas de fogo, no Brasil, como solução e combate ao crime. No contexto atual de insegurança pública, na sociedade brasileira, fica clara a necessidade de medidas para a diminuição do elevado índice de homicídios amplamente divulgado nos canais de notícias, tais como: telejornais, jornais impressos, documentários, revistas, redes sociais etc. Há um premente desejo da população ao combate da violência de uma forma geral, seja para diminuição de assaltos, latrocínios, homicídios e outros crimes correlatos com uso de armas de fogo. Nessa seara, estudos mostram que armar a população não é o meio único ou o mais eficaz para romper ou diminuir os níveis alarmantes da violência. Corroborando com esse pensamento, o professor de Direito da PUC-SP, Tiago Zapater, utiliza-se de exemplos como o Japão e a Austrália que figuram como dois dos países mais pacíficos do mundo, com índices de violência baixíssimos, ainda que suas políticas públicas tenham banido ou restringido o uso de armas para uso pessoal. Por outro lado, na Suíça a população tem ampla permissão para portar arma e a criminalidade baixos índices (ZAPATER, 2019). Cabe salientar que a complexidade de uma sociedade com dimensão continental como é a brasileira não possibilita dizer que apenas a permissão de possuir ou portar arma de fogo irá diminuir os índices de homicídio registrados e tornar a sociedade mais segura. Em matéria publicada na Veja de novembro de 2015, o economista Daniel Cerqueira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vem de encontro a essa ideia de que mais armas trazem maior segurança, afirmando que: “a cada ponto percentual de aumento do número de armas de fogo resulta num crescimento de 2% do número de vítimas”. (Veja, ed. novembro-2015). Não resta dúvida que o tema em tela é bastante complexo e que são muitas as ações necessárias para a diminuição do índice de homicídios no Brasil. Mas é possível verificar que o Estatuto do Desarmamento, sancionado no ano de 2003, possibilitou uma diminuição considerável na taxa de homicídios por arma de fogo no país ocasião que, segundo dados do Ministério da

Saúde e do IPEA, o Brasil havia registrado uma taxa crescente de homicídio de 21,4% de 1995 a 2003, baixando para um crescimento de 0,3% de 2003 a 2012. Duas décadas antes da lei sancionada o Brasil registrava 14 homicídios por 100 mil habitantes, até 2003 esse número mais que triplicou chegando a 36,1 homicídio para cada 100 mil habitantes (RABELO, 2012). Logo, percebe-se que o aumento subia freneticamente em percentuais que chegavam a quase 7,5% ao ano. O Estatuto do Desarmamento possibilitou uma diminuição desse índice que atualmente transita em torno de 29,9% demonstrando que ainda que não tenha havido uma redução drástica na taxa, houve sim uma visível paralisação de seu crescimento em números absolutos. Embora estivesse em estado incipiente o Estatuto do Desarmamento, pois havia sido sancionado apenas em 2003, no ano de 2005 a população foi chamada às urnas para participar do referendo sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo, ocasião em que o “não” venceu. Ainda que a população tenha votado pela não proibição, não ficou claro para a sociedade que ao permitir a venda de armas elas estariam também dizendo “sim” para a posse e o porte delas. Diante do exposto, abordaremos o que seria mais benéfico para a população que clama por uma segurança pública mais eficaz no enfrentamento da criminalidade que impera no seio da sociedade e amplamente demonstrada por taxas tão elevadas e, principalmente, verificar qual o papel do Estado e da população para a diminuição desse problema. **METODOLOGIA:** O presente trabalho desenvolveu-se a partir de análise comparativa de artigos, identificando os prós e os contras que envolvem esse tema, através de coleta de dados em revistas, jornais e livros, abrindo um debate sobre o que é melhor para a sociedade. As fontes de pesquisa para a análise qualitativa são da ONG Sou da Paz, que fez um levantamento sobre mortes e agressões por arma de fogo, com dados extraídos do DATASUS, produzidos pelos órgãos da saúde. **REVISÃO DE LITERATURA:** O artigo 144 da CF estabelece que a “segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos”: as polícias federais, civis e militares, incluindo corpo de bombeiros. Por ser a Constituição a lei maior do Estado, que norteia todo o ordenamento jurídico, podemos questionar se a autotutela está reservada aos casos em que a tutela do Estado não pode estar presente. A lei penal criminaliza a autotutela através de um tipo penal chamado “Exercício arbitrário das próprias razões”, descrito a seguir:

“Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo único - Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.”(art. 345 - Código Penal).

Conforme esse artigo, mesmo sendo legítima a pretensão, é o Estado, e não o indivíduo, que deve se utilizar da força para atingir a aplicação de direito no caso concreto. A possibilidade de transferir a responsabilidade do Estado de proteção à sociedade e de fornecer o direito fundamental à segurança é uma das questões inerentes ao debate sobre o decreto que flexibiliza o porte de armas no Brasil. Trazendo à tona a perspectiva histórica, podemos afirmar que no decorrer dos anos, a legislação endureceu a possibilidade de acesso pelo cidadão às armas de fogo. A Revista Brasileira de Criminalística mostrou, através de estudos de Márcio Santos Aleixo e Guilherme Antônio Behr, que a primeira restrição no país vigorou de 1603 a

1830. Nas “Ordenações e leis do Reino de Portugal”, era infrator quem fosse encontrado com arma de chumbo ou similares. Mais tarde, em 1831, o uso de armas só era permitido para oficiais de justiça e pessoas autorizadas pelos juízes de paz. Em 1890, os crimes passaram a ter como circunstância agravante a “superioridade em armas”. Na Era Vargas, em 1934, o Exército Brasileiro ficou responsável, através de decreto, do controle administrativo da fabricação e comercialização de armas, munições e explosivos. Em 1941, também por um decreto, o porte de armas passou a ser um crime no país. Em 1997, pesquisas começaram a relacionar o fácil acesso às armas ao aumento do número de homicídios. A legislação quanto ao tema ficou mais rígida nesse ano, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A lei nº 9.437 instituiu o Sistema Nacional de Armas (SINARM). Essa lei exigia alguns requisitos para o porte de armas, como idoneidade, comportamento social produtivo, efetiva necessidade, capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de armas de fogo. O Estatuto do Desarmamento (Lei nº10.826/2003) foi sancionado em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentando o registro, a posse, o porte e comercialização de armas de fogo e munição no Brasil. Houve uma campanha de desarmamento com objetivo de mobilizar a sociedade brasileira para a retirada de circulação do maior número possível de armas de fogo, contribuindo com a diminuição da violência no país. Em 2004, o Ministério da Justiça realizou a primeira campanha, com o pagamento de indenização para quem entregasse espontaneamente suas armas à Polícia Federal. Em 2005, houve um referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições em território nacional. Através de uma votação em urnas eletrônicas, os eleitores com (63,94%) decidiram pelo não à proibição a vendas de armas de fogos e munições. A decisão do referendo não permitiu, que o artigo 35 do estatuto do desarmamento (referente à comercialização) entrasse em vigor.

“Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei. §1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005. §2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral”.

O estatuto do desarmamento foi uma tentativa do governo de diminuir os altos números por morte por armas de fogo no Brasil. Um estudo de 2005 da Unesco revelou que entre 1993 e 2003 a taxa anual de mortes por armas de fogos no Brasil era mais elevada que uma série de conflitos armados no mundo. Enquanto a guerra do golfo registrou 10 mil baixas em um ano de conflitos (1991), o Brasil registrou uma média de 32 mortes por armas de fogo entre 1993 e 2003. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O presente artigo tem a finalidade de analisar os aspectos legais do decreto 9.785/2019 e seu impacto na ordem jurídica e social. Na contramão dos esforços globais para diminuir a violência e das resoluções da ONU, o decreto editado em 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro (o decreto nº 9.785/2019 foi retificado em junho através do decreto 9.797/19) repercute entre os juristas e as organizações não-governamentais. Em junho, o Presidente assinou novos decretos 9.845/19, 9.846/19 e 9.847/19, que também reguamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, estabelecendo novas regras e procedimentos para a aquisição,

o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição. Dados da ONU revelam que o Brasil assumiu a liderança no ranking mundial de homicídios em 2012, tendo como principal agente a arma de fogo. Cerca de 41% dos homicídios no mundo são executados com armas de fogo, mas no Brasil essa taxa é de 71% das mortes. Entre 1980 e 2012, a taxa de mortes por agressão por arma de fogo no país cresceu mais de 300%. Alguns juristas alertam que o Decreto seria inconstitucional, principalmente porque cabe ao Legislativo a aprovação de Leis, não sendo atribuição do presidente da república. O excesso de decretos já é alvo de debate e de discussão no Congresso sobre a necessidade de limitar a concentração de poderes no Executivo. Com relação à flexibilização do porte e posse de armas, essa discussão vai muito além da preocupação com o aumento da violência. Refere-se ao desrespeito à estrutura democrática de divisão dos poderes. De acordo com o site jornalístico G1, o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio, destacou em um comunicado aos promotores criminais, que "a espécie das armas de uso de fogo permitido foi bastante ampliada", e que havia dúvidas sobre a definição de munição de restrito. Já existem relatos de casos em que advogados solicitaram abrandamento da pena ou absolvição baseados no novo decreto. Existe, ainda, um conjunto de categorias não mais precisam comprovar à Polícia Federal a "efetiva necessidade" para ter uma arma. O jurista Lênio Streck, em artigo publicado no site CONJUR, afirmou que "o Decreto 9.785/2019 tornou permitidas armas que antes eram de uso restrito, operando uma alteração na tipificação que tem forte repercussão jurídica na seara penal". De acordo com o jurista, o decreto permite que condutas mais graves sejam desclassificadas para condutas menos graves, conseqüentemente, tornando urgente a revisão da pena de processos para diminuir o tempo de condenação ou relaxar a prisão preventiva decretada, por exemplo, como um efeito dessa nova norma. Também foi sancionada em setembro de 2019 a Lei nº 3.715/19, que ampliou a posse de arma de fogo em propriedades rurais. Antes dessa Lei, a posse da arma de fogo era permitida apenas na sede da propriedade rural., mas a nova regra compreende toda a propriedade rural como extensão da residência ou domicílio do cidadão com porte de arma. Desta forma, quem possuir arma de fogo poderá regularizar a situação, pedindo o registro no prazo de dois anos, bastando apresentar documento de identificação pessoal, comprovante de residência fixa e nota fiscal de compra ou comprovação da origem lícita da arma de fogo. No dia 18 de setembro de 2019, em manifestação enviada ao STF, a PGR opinou pela inconstitucionalidade dos decretos presidenciais sobre porte e posse de armas de fogo. A manifestação se deu no âmbito da ADIn 6.134, com pedido de medida cautelar, impetrado pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) contra o decreto 9.785/19. O parecer da Procuradoria cita que as normas impugnadas flexibilizaram as disposições do Estatuto do desarmamento "ao abrandar o rigor estabelecido na lei para a concessão de posse e de porte de arma de fogo e aumentar o número de armas disponibilizadas a atiradores, colecionadores e caçadores, em total descompasso com os propósitos legais de fomentar o desarmamento, recrudescer a disciplina sobre tráfico de armas e controlar as armas de fogo em território nacional". Para a PGR, os atos normativos inovaram o ordenamento jurídico, em evidente extrapolação de seu poder normativo, o que significa afronta ao art. 84-IV da Constituição e à reserva de lei para dispor sobre a matéria: "Na medida em que o regulamento passa da permissividade restrita para um modelo de elegibilidade geral, a própria política criminal adotada pelo Congresso Nacional é afetada, em evidente usurpação à competência privativa da União para legislar sobre direito penal." Para a PGR, a alteração e substituição da política

pública sobre o tema deve ser feito através de instauração de processo legislativo no Congresso, por isso opinou pelo conhecimento da ação e pela procedência do pedido, para que os decretos sejam declarados inconstitucionais. O tema é bastante controverso e depende de um amplo debate que deveria envolver o cidadão, que é o maior interessado na política de segurança pública, mas que permanece alheio à maioria das decisões que irão afetar diretamente a vida em sociedade. **CONCLUSÃO:** Não obstante a violência ser um câncer no seio da sociedade brasileira, resta um questionamento: armar a população com revólveres, pistolas ou outras armas de fogo trará um resultado positivo na diminuição do número de homicídios e da real violência no Brasil? Conclui-se que flexibilizar a compra e o porte de armas de fogo, como uma política de segurança pública, não trará a tão sonhada segurança aos cidadãos. Os números do mapa da violência no Brasil já demonstram altos índices de ferimentos e de homicídios por meio de armas de fogo. Será necessário uma política mais eficaz por parte do Estado e uma participação mais efetiva do cidadão brasileiro. Armar o cidadão traz uma possibilidade de um incremento nos índices de violência. Pesquisa inédita da Secretaria da Segurança de São Paulo revelou que as pessoas que andam armadas têm 56% mais chance de serem mortas por ladrões do que aquelas que circulam desarmadas. Todos esses dados tornam evidente que a solução não é flexibilizar a compra e o uso de arma. O Estado tem que investir em políticas públicas que garantam a segurança do cidadão, tais como: investimento em segurança pública, em educação, na diminuição do desemprego etc, tem que gerar meios para que haja uma punição efetiva para quem comete crimes, já que a impunidade é um grande motivador para a criminalidade. Por outro lado, cabe também ao cidadão exercer seu papel de fiscal e de ator, nas questões do Estado, agindo de forma constante e comprometida com o bem estar e a ordem pública. Melhor que se armar para se proteger é, por exemplo, realizar atividades comunitárias que tirem os jovens das ruas e traga-os para dentro de um ambiente de dança, de música, de educação, de respeito com o próximo e de engrandecimento pessoal e emocional. Melhor que vender a ideia de que uma arma pode proteger da violência é fazer com que as pessoas possam se profissionalizar, é construir pontes para que o cidadão saia da ignorância e que alcance um meio de vida longe da marginalidade social, de um ambiente encrudescido pela falta de possibilidades legais para sobreviver e onde certamente tem como situação antagônica a facilidade de se tornar protagonista de um ambiente criminoso e perverso.

REFERÊNCIAS

A ONU e o desarmamento. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/acao/desarmamento/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.437 de 20 de fevereiro de 1997. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9437-20-fevereiro-1997-374813-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

_____. **Lei nº 10.826/2003 de 22 de dezembro de 2003.** Estatuto de

desarmamento. Disponível em: [https://governo-](https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/124459/estatuto-do-desarmamento-lei-10826-03)

[sp.jusbrasil.com.br/legislacao/124459/estatuto-do-desarmamento-lei-10826-03](https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/124459/estatuto-do-desarmamento-lei-10826-03)

.Acesso em: 20 set. 2019.

CONJUR. **Bolsonaro sanciona lei que amplia posse de arma para propriedade rural.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-17/bolsonaro-sanciona-lei-amplia-posse-arma-campo>. Acesso em: 18 set. 2019.

DALLARI, Adilson Abreu. **Decreto das armas e o regulamento do direito à legítima defesa.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-30/interesse-publico-regulamento-direito-legitima-defesa> Acesso em: 18 set. 2019.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/control-de-armas-1/editar-estatuto-do-desarmamento>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ISTO É. Juristas questionam legalidade de decreto que facilitou porte de armas. Disponível em: <https://istoe.com.br/juristas-questionam-legalidade-de-decreto-que-facilitou-porte-de-armas/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

O GLOBO. **Bolsonaro sanciona projeto que amplia posse de arma para toda a propriedade rural.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-sanciona-projeto-que-amplia-posse-de-arma-para-toda-propriedade-rural-23954518> .Acesso em: 18 set. 2019.

STRECK. Lenio Luiz e ROCA, Jorge Bheron. **Vejam como os punitivistas são, mesmo, abolicionistas!** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-13/streck-bheron-veja-punitivistas-sao-abolicionistas>. Acesso em: 18 set. 2019.

RABELO, Fabrício. **O Impacto do Estatuto do desarmamento nos Homicídios Brasileiros.** <https://rebelo.jusbrasil.com.br/artigos/157435672/o-impacto-do-estatuto-do-desarmamento-nos-homicidios-brasileiros>. Acesso em: 12 set. 2019.

VEJA. **As armas e a família brasileira.** Edição 2618, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2618/>. Acesso em: 18 set. 2019.

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA ERRADICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E A GARANTIA DOS PRINCÍPIOS DO ECA PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INICIAÇÃO DAS ATIVIDADES LABORAIS DO ADOLESCENTE

AUTORES:

Diego Antonio Batista

Wagner Cristian de Oliveira Cabral Lira

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo verificar o impacto da responsabilidade que o Estado tem na formação de jovens e seu desenvolvimento para atividades laborais, garantindo assim os princípios fundamentais do ECA e levando a sociedade a uma reflexão mais aprofundada sobre todos os impactos negativos do trabalho infantil. Inicialmente foi analisado o contexto histórico assim como as leis do ordenamento jurídico que através do ECA possibilitam a inserção do adolescente ao mercado de trabalho, deste modo demonstrando a importância da fiscalização por parte do Estado, pontos fracos que ocasionam o descumprimento da lei e a diferença no entendimento pela sociedade como também pelos juristas. Posteriormente, visto a necessidade de intensificar a fiscalização como aperfeiçoar o modo de localizar o emprego de crianças e adolescentes em atividades laborais em desacordo com as leis vigentes e assegurar o anonimato na denúncia. Foi proposto utilizar um método que relacione a erradicação do trabalho infantil com a educação de crianças e adolescentes.

Palavras-chaves: Direito. Trabalho Infantil. Estatuto da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO: Este trabalho tem como objetivo verificar o impacto da responsabilidade que o Estado tem na formação de jovens e seu desenvolvimento para atividades laborais, garantindo assim os princípios fundamentais do ECA e levando a sociedade a uma reflexão mais aprofundada sobre todos os impactos negativos do trabalho infantil. Inicialmente foi analisado o contexto histórico assim como as leis do ordenamento jurídico que através do ECA possibilitam a inserção do adolescente ao mercado de trabalho, deste modo demonstrando a importância da fiscalização por parte do Estado, pontos fracos que ocasionam o descumprimento da lei e a diferença no entendimento pela sociedade como também pelos juristas. Posteriormente, visto a necessidade de intensificar a fiscalização como aperfeiçoar o modo de localizar o emprego de crianças e adolescentes em atividades laborais em desacordo com as leis vigentes e assegurar o anonimato na denúncia. **REVISÃO DA LITERATURA:** Neste ponto, abordamos aspectos relevantes sobre o trabalho infantil, bem como a legislação vigente do Estatuto da Criança e do Adolescente, demonstrando também fatores que prejudicam o jovem que erroneamente foi inserido de forma precoce no mercado de trabalho. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF - 2007), o trabalho infantil é definido como toda forma de trabalho abaixo dos 12 anos de idade, em qualquer atividade econômica; qualquer trabalho entre 12 e 14 anos que seja trabalho duro; e todo o tipo de trabalho abaixo dos 18 anos enquadrado pela Organização Internacional do Trabalho nas "piores formas de trabalho infantil". Apesar dos direitos que o jovem aprendiz possui para o trabalho, com legislação específica a fim de regulamentar uma jornada de trabalho a exemplo sua escala de trabalho reduzida, bem como proibição do serviço noturno e seu direito a seguro desemprego. Cabe ressaltar que

não somente as crianças oriundas de lares com baixa renda estão sofrendo com a inserção precoce no mercado de trabalho, seja qual for a situação socioeconômica a falta de acesso à educação bem como realizar atividades em desacordo com sua idade afetam seu desenvolvimento. Mesmo que estabelecido como norma geral pela Organização Internacional do Trabalho 15 anos como a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, porém admite uma exceção para os países com dificuldades econômicas, diminuindo este limite para 14 anos. Logo, se faz necessário uma aproximação do conteúdo descrito na Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências”, vejamos:

Art. 3º, é garantido que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, lhes assegurando, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

Logo se faz clara a manifestação do Estado na tentativa de garantir seu desenvolvimento, bem como o preparar para o trabalho. Na sequência ainda a posição do Estado posição quanto ao trabalho:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (Vide Constituição Federal).

Constituição Federal - Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

[...]

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Na constância, não resta dúvida quanto a posição do Estado na tentativa de garantir o desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como as condições de trabalho e educação, sendo valido considerar a existência de um controle no desenvolvimento dos jovens a fim de inserir estes no mercado de trabalho de forma ordenada e habilitados para uma profissão, assim como resguardar as garantias e direitos básicos conforme disposto na Lei da Aprendizagem, contudo é claro que o trabalho infantil pode piorar o desenvolvimento até sua chegada a vida adulta quando realizado de forma errônea. Um dos desafios para a efetividade da aplicação da lei é a informalidade, especialmente em pequenas propriedades rurais, no

ambiente doméstico e no comércio informal, justamente o universo onde ainda vigora a ideia de que o trabalho para crianças não é problema, e sim solução. Como essas relações são de caráter informal, os mecanismos formais são falhos para assegurar a necessária proteção. O emprego na indústria formal era mais fácil de ser fiscalizado porque havia um empregador visível, identificável. O emprego ilegal de crianças na grande indústria chegou a ser a principal preocupação quando o assunto era trabalho infantil no início da década de 90, porém, as empresas recuaram ao serem pressionadas pelo mercado internacional e por uma rede de proteção formada principalmente a partir do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Não há informações precisas sobre quantos estão no setor formal e quantos no informal. O problema atualmente está no setor informal que é onde há a dificuldade de fiscalização. Portanto, podemos concluir que a exploração trabalho infantil não foi erradicado, como também não está próximo deste feito, haja vista que há mais de 30 anos existem diferentes políticas que foram exercidas em conjunto e seu resultado não logrou êxito, tampouco foi investido na qualidade do ensino básico, certo de que pode haver falhas nos dados obtidos, porém não se resta dúvida quanto à diminuição do número de crianças e adolescentes em atividades laborais, bem como a redução de horas trabalhadas.

METODOLOGIA: A metodologia foi fundamentada em uma pesquisa através dos dados colhidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no qual foi possível corroborar com as arguições da Lei de Diretrizes da Educação e a nova legislação sobre aprendizagem, qual efetiva a necessidade do estudo como parâmetro essencial para crescimento não somente pessoal com profissional, impulsionado ainda pelo sistema S (Senai, Sesc, Senac, etc.). Cabe ressaltar ainda que as justificativas devem ser analisadas entre fato social, fato jurídico. Inicialmente discorreremos sobre os impactos causados na vida da criança e adolescente que precocemente iniciam as atividades laborais sem estruturas e garantias básicas. Contudo apesar de existir lei, resta clara a omissão na fiscalização e falta de amparo legal para a formação cívica e profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Apesar de muitos países serem signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança que fora promovido pela UNICEF, dentre eles o Brasil, o qual admitiu garantias a crianças e adolescente através do ECA é claro que o trabalho infantil este ainda presente e certo de que o resultado não foi atingido como desejado. Vale ressaltar o número de crianças e adolescentes que deixaram de trabalhar reduziu drasticamente desde 1.992 conforme aponta Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio foi de 6,6 milhões. Logo este resultado vem de encontro as informações do PNAD em 2016 que apresentou cerca de 1,8 milhão de crianças e adolescentes trabalhavam, sendo que 54,4% (998 mil) estavam em situação de trabalho infantil, compreendendo 190 mil com idades entre 5 e 13 anos e 808 mil com idades entre 14 e 17 anos. Mesmo que estes indicadores não apresentem o resultado esperado, cabe ao Estado estruturar métodos assertivos na fiscalização, bem como meios de denúncia eficazes e seguros, estratégias efetivas de promover trabalho a estes jovens em situação de vulnerabilidade social e por fim trabalhar a sociedade a fim de entender o trabalho infantil e seu ciclo contínuo, seja no simples fato de agraciar a criança no semáforo com moedas, adquirir produtos por elas vendido nas ruas ou a colocar para executar serviços domésticos em troca de presentes, até pode ser aceito pela sociedade porém nestes atos estão encobertos uma certa proporção da evasão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Este trabalho atentou a promover uma reflexão aprofundada no ouvinte com base em toda fundamentação teórica que foi utilizada em sua execução, demonstrando os impactos negativos do trabalho infantil,

podendo assim verificar expressivos resultados sobre a importância do Estado na responsabilidade da formação de jovens, assim como seu desenvolvimento para atividades laborais, como também promover a garantia dos princípios fundamentais do ECA. Na observância de ter alcançado os objetivos propostos no que tange a importância de demonstrar a responsabilidade por parte do Estado, ora por falta de fiscalização eficaz, inserção da lei de modo que a sociedade compreenda sua necessidade de cumprimento, como o modo de localizar o emprego de crianças e adolescente em atividades laborais. Disso pode-se concluir reprovabilidade do trabalho infantil através da Constituição Federal de 1988, bem como através de órgãos internacionais, restou claro os impactos negativos sofrido através das atividades laborais de forma precoce e desordenada. De forma paliativa é dado como solução alguns meios do Estado coibir o trabalho infantil considerado impróprio, seja priorizando as formas de fiscalização ou aperfeiçoando o modo de localizar o emprego de crianças e adolescentes em atividades laborais que estejam em desacordo com as leis vigentes, assim também assegurar o anonimato das denúncias. Vale ressaltar que os objetivos propostos podem ter efeitos ainda mais significantes por parte do Estado ao promover a inserção do adolescente, seja o preparando de forma organizada, resguardando de irregularidades na atividade laboral, bem como relacionando de alguma forma a erradicação do trabalho infantil com a educação de crianças e adolescentes. Por fim, entendemos que não basta estruturar órgãos, legislações e tornar-se signatários de convenções a favor da erradicação do trabalho infantil se as políticas públicas não estiverem em consonância com o caso supracitado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 99.710/90**. “Promulgação a Convenção sobre os Direitos da Criança” nov 1990.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452**. “Consolidação das Leis do Trabalho”, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. **Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto Da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html> Brasília, jul., 1990.

_____. **Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro d 1996**. . “Diretrizes e bases da educação nacional”, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 set. 2019.

DELGADO, Maurício Godinho. **“Curso de Direito do Trabalho”** 3. ed. São Paulo: LTr, 2004.

DEUTSCHE WELLE. **Por que o Brasil ainda não conseguiu erradicar o trabalho infantil**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/por-que-o-brasil-ainda-n%C3%A3o-conseguiu-erradicar-o-trabalho-infantil/a-44177546> Acesso em: 03 set. 2019.

PNAD (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

REDAÇÃO. **“ECA e outras Leis”**. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/legislacao/eca-e-outras-leis/>. Acesso em: 02 set. 2019

SCHWARTZMAN, Simon, **“Organização Internacional do Trabalho (Brasil) ”**, Trabalho Infantil no Brasil, 2001.

UNICEF. **“Convenção sobre os Direitos da Criança”**, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 02 set. 2019.

O PACIENTE ONCOLÓGICO E O SEU DIREITO A SAÚDE EM ANÁLISE NO TJ/RN

AUTORES:

Salette Bezerra Araújo
Danielli Helena Cavalcanti Ferreira dos Santos
Ana Beatriz da Silva Azevedo
Regiane Gonçalves de Melo
Cesar Augusto Sotero Leite Rodrigues

RESUMO: O estudo tem como objetivo analisar o acesso ao direito à saúde aos pacientes oncológicos em Natal/RN, segundo as decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no período de janeiro a dezembro de 2018. O tratamento do câncer necessita de uma intervenção oportuna e rápida para obtenção de uma resposta eficaz, repercutindo diretamente na sua cura e qualidade de vida. Na elaboração do estudo utilizou-se do levantamento bibliográfico do ordenamento jurídico a cerca da matéria, dos aspectos doutrinários e posteriormente debruçou-se na e análise das decisões através do método dedutivo. A relevância deste estudo se dar pela alta incidência e mortalidade da doença e esta pode ser diminuída quando se obtém o diagnóstico e tratamento precoce, em tempo oportuno. E tendo em vista o alto custo do tratamento oncológico, tanto o serviço de saúde público, através do SUS e os planos de saúde incorrem em atendimento as demandas desta patologia em prazo não oportuno, o que compromete a cura e vida do paciente. Apesar, do direito a saúde ser de tutela constitucional, ainda continua sendo um desafio, mesmo reconhecendo os avanços ao longo de sua criação até os dias atuais.

Palavras-chave: Câncer. Paciente Oncológico. Direito à Saúde.

INTRODUÇÃO: Segundo Observatório de Oncologia do movimento Todos Juntos Contra o Câncer, em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM) “O câncer figura como principal causa de morte em 516 dos 5.570 municípios brasileiros”. A pesquisa mostra o considerável aumento da doença no Brasil ano após ano. Dos 516 municípios onde os tumores mais matam, 80% ficam no Sul (275) e Sudeste (140), enquanto o Nordeste concentra 9% dessas localidades (48); o Centro-Oeste, 7% (34); e o Norte, 4% (19). O levantamento revela ainda que, em 2015, foram registradas 209.780 mortes por câncer no Brasil – um aumento de 90% em relação a 1998, quando foram registrados 110.799 óbitos pela doença (Laboissière, 2018). Dados da Organização Mundial de Saúde: “Em todo o mundo, o câncer é responsável por 8,2 milhões de mortes todos os anos. Cerca de 14 milhões de novos casos são registrados anualmente e a previsão da entidade é que as notificações devam subir até 70% nas próximas duas décadas”. Diante de todo esse cenário, surge a necessidade de conscientização e garantia do acesso as ações de saúde que permitam oportunamente diagnóstico no início da doença e tratamento adequado, pois os estudos mostram que com o avanço da medicina e outras ciências que o câncer não é mais sentença de morte, no entanto se faz necessário diagnóstico precoce e tratamento adequado para se obter maiores chances de cura e reduzir a mortalidade. A Constituição Brasileira de 1988, reconheceu a saúde como direito de todos e dever do Estado e em 1990 foram promulgadas as leis orgânicas da saúde, Lei nº 8.080/90 e Lei nº 8.142/90, regulamentando as ações de saúde em todo o território nacional e a participação da iniciativa privada no SUS em

caráter complementar. No âmbito da iniciativa privada a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998 dispõe sobre os planos e seguros privados de Assistência à saúde. Diante deste contexto que por um lado o direito garante o que a Constituição preserva e por outro a dificuldade em o Estado assegurar este direito, como também os contratos de Plano de Saúde, faz-se necessário analisar as demandas que chegam ao Tribunal de Justiça do RN com esta temática e o seu posicionamento diante desta garantia constitucional. **METODOLOGIA:** Este estudo foi realizado a partir da construção teórica acerca do fato social a luz do direito e análise dos casos acerca do tema nas decisões do Tribunal de Justiça do RN pesquisados no endereço eletrônico do tribunal utilizando-se como expressões de busca: “tratamento de câncer” selecionando-se os resultados compreendidos no ano 2018. A metodologia utilizada foi o método dedutivo, que de acordo com Gil (2011, p. 9) “O método dedutivo parte de princípios reconhecidos como os verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. MARCONI (Lakatos, 2005): “Método dedutivo – Também parte de premissas assim como o método indutivo. Se a conclusão partir de premissas verdadeiras, a conclusão será verdadeira, ou seja, a conclusão estará explícita ou implícita na premissa. ” Assim, partiu-se da parte geral para o específico, ou seja, pesquisa sobre a matéria através de levantamento bibliográfico, doutrina, notícias, ordenamento jurídico e após realizou-se análise dos dados encontrados no TJ/RN, realizando uma análise quantitativa e qualitativa das decisões face aos princípios constitucionais da garantia dos direitos fundamentais. **REVISÃO DA LITERATURA:** Diante de todo esse cenário, surge a necessidade de conscientização e garantia do acesso as ações de saúde que permitam oportunamente diagnóstico no início da doença e tratamento adequado, pois os estudos mostram que com o avanço da medicina e outras ciências que o câncer não é mais sentença de morte, no entanto se faz necessário diagnóstico precoce e tratamento adequado para se obter maiores chances de cura e reduzir a mortalidade. Conforme dados estatísticos já apresentados anteriormente, sabe-se que a porcentagem de pacientes que adquirem o câncer cresce ano após ano segundo a pesquisa realizada pelo Observatório de Oncologia do movimento Todos Juntos Contra o Câncer, em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM). Paralelo a esta estatística, relata-se que a cada dia que passa, com o avanço da ciência e da medicina, o câncer já não é mais uma sentença de morte, trazendo luz àqueles pacientes que estão lutando contra o câncer. Com isso, pode-se afirmar que se faz necessária e prioritária a efetivação do direito à saúde ao paciente (de forma geral), visando a descoberta precoce do câncer, a prevenção e o tratamento oportunamente, evitando que a doença agrave e cause danos mais graves ao paciente. Com base no exposto acima, pode-se afirmar que a assistência ao paciente portador do Câncer deve se propagar cada vez mais para que o processo de cura possa alcançar o maior número de pessoas, evitando que o câncer se propague e ocasione a morte de milhões de pessoas por ano no Brasil como mostram as pesquisas. Porém, sabe-se que o ordenamento jurídico brasileiro deixa a desejar no sentido de se colocar em prática e efetivar os direitos inerentes aos cidadãos brasileiros. Sendo que, a Constituição Federal Brasileira de 1988 garante a saúde como direito, postulado nos seus artigos 5º e 196º.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Art. 196º A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Constituição Federal também contemplou a prestação de serviços de saúde pelo direito privado, ou seja, a saúde suplementar que é de livre iniciativa, no entanto de regulamentação pelo poder público, conforme art. 197 da CF:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Portanto, o direito a assistência à saúde prestado tanto pelo poder público como a iniciativa privada precisa cumprir as prerrogativas constitucionais, que a garante como um direito fundamental, além das normas infraconstitucionais. Assim, apesar da garantia constitucional do direito a saúde, ainda é comum depararmos com situação de desamparo da assistência a saúde ao paciente oncológico, tanto no âmbito público como no privado. Na esfera pública, promulgou-se a lei especial nº 12.732 de 2012. Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, conforme destaque nos seguintes artigos:

Art. 1º O paciente com neoplasia maligna receberá, gratuitamente, no Sistema Único de Saúde (SUS), todos os tratamentos necessários, na forma desta Lei.

Art. 2º O paciente com neoplasia maligna tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único.

§ 1º Para efeito do cumprimento do prazo estipulado no caput, considerar-se-á efetivamente iniciado o primeiro tratamento da neoplasia maligna, com a realização de terapia cirúrgica ou com o início de radioterapia ou de quimioterapia, conforme a necessidade terapêutica do caso.

Dessa forma, vislumbra-se que a garantia ao direito a saúde do paciente oncológico como uma necessidade de efetivação, o aumento da capacidade de resposta do poder público diante dos postulados constitucionais e infraconstitucionais e a devida regulamentação da ANS aos planos de saúde e em última instância a atuação do poder judiciário, devem primar pelo devido acesso a assistência à saúde destes pacientes e desta forma garantir o maior princípio, o da vida, sem ele nem um outro princípio existirá. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

pesquisa de casos jurisprudenciais provindos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte foi realizada no endereço eletrônico do tribunal, através de seu sistema de pesquisa de jurisprudência no próprio site. Para verificar as decisões relativas aos direitos e garantias das pessoas acometidas de câncer, foram utilizadas como argumentos de busca a expressão “*Tratamento de câncer*”, tendo-se como delimitação o período compreendido entre 01/01/2018 à 31/12/2018. Foram encontradas 10 jurisprudências sendo 08 relacionadas ao setor privado com ênfase em apelação cível por danos morais e analisados 02, com relação próxima ou direta ao tema abordado como acesso e garantia ao tratamento oncológico. Parte-se então à análise do primeiro julgado, abordando-se a pretensão de fornecimento e custeio do exame PET-CT para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, quanto à finalidade de diagnóstico de outros tipos de câncer que não estão indicados pelo Ministério da Saúde na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. DECISÃO RECORRIDA QUE DEFERIU PARCIALMENTE O PLEITO INICIAL, MAS EXTINGUIU PARCIALMENTE O MÉRITO EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE CUSTEIO DE EXAME PET-CT PARA OUTROS TIPOS DE CÂNCER QUE NÃO OS EXPRESSAMENTE INDICADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE PARCIAL DO *DECISUM*. OCORRÊNCIA. EXTINGUIÇÃO PARCIAL DO FEITO QUE OCORREU SEM O DEVIDO CONTRADITÓRIO. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NOS ARTS. 9º E 10º DO NCP. PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA. RECONHECIMENTO DE NULIDADE QUE IMPLICA NA NECESSIDADE DE ANÁLISE MERITÓRIA DO PEDIDO. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE SUA CORTE ESPECIAL. PRETENSÃO QUE COMPORTA ACOLHIMENTO. PLENA LEGITIMIDADE DO ESTADO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DEVER CONSTITUCIONAL DE GARANTIR O MELHOR TRATAMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, DESDE QUE MEDIANTE REQUISIÇÃO MÉDICA ESPECÍFICA E ATESTADO DA INEFICÁCIA DE OUTROS PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS. PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. NECESSIDADE DE ANULAÇÃO DO *DECISUM* NO PONTO RECORRIDO, POR VIOLAÇÃO À NÃO-SURPRESA, E DEVIDA ANÁLISE DO PLEITO ANTECIPATÓRIO, PELA APLICAÇÃO DA CAUSA MADURA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. (Agravado de Instrumento com suspensividade nº 2017.006288-2, 1ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RN, Relator: Des. Dilermando Mota, Julgado em 03/05/2018).

A priori este julgado faz referência ao poder Constituinte Originário quando estatuiu a solidariedade da promoção da saúde da população em cada nível da Federação, no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, deixou claro que qualquer um deles é responsável pelo alcance das políticas sociais e econômicas que visem ao acesso

universal e igualitário das ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Bem como a Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, assevera em seus artigos 2º e 4º. Assim também é dever do Estado (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios):

Assegurar às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à medicação ou congêneres necessários à cura, controle ou abrandamento de suas enfermidades, sobretudo as mais graves. Sendo o SUS composto pela União, Estados-membros e Municípios, é de reconhecer-se, em função da solidariedade, a legitimidade passiva de qualquer deles no pólo passivo da demanda (RESP 719716/SC, DJ 05/09/2005, Min. Relator Castro Meira).

Portanto, o direito a saúde não pode esbarrar no acesso as competências restritas dos entes federativos. Pois, eles respondem solidariamente na garantia deste bem fundamental. Desta maneira a decisão do Desembargador Relator é de deferimento quanto à tutela ora requerida, da pretensão de fornecimento e custeio do exame PET-CT para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FAVOR DE PESSOA IDOSA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. TRATAMENTO MÉDICO. MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO PARA TRATAMENTO DE CÂNCER O QUAL NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO POR OUTRO INTEGRANTE DA LISTA DE MEDICAMENTOS DO SUS. VEDAÇÕES À CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA EM DESFAVOR DA FAZENDA PÚBLICA, BEM COMO DIFICULDADES FINANCEIRAS QUANTO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO, QUE NÃO PODEM SOBREPULAR O DIREITO À SAÚDE E À VIDA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO (Agravado de Instrumento nº 2017.015121-3 – São Miguel/Vara Única, Tribunal de Justiça do RN, Relator: Desembargador DILERMANDO MOTA, Julgado em 29/05/2018).

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Estado do Rio Grande do Norte sobre a decisão do juízo da Vara Única da Comarca de São Miguel que aceitou a tutela provisória de urgência solicitada pelo Ministério Público determinando que o réu no prazo máximo de 72 horas, contados da intimação da liminar, disponibilizasse à idosa Maria Nazaré de Aquino Queiroz o medicamento *Avastin* 100mg, na posologia de 6 ampolas por mês, até a última sessão de quimioterapia, para tratamento de câncer metastático de cólon. Alegou não ter sido demonstrado pelo ora agravado a extrema urgência do medicamento de que necessita a idosa por ele substituída, que é de alto custo, nem a inexistência ou a ineficácia de tratamento alternativo disponibilizado pelo SUS. Todavia, de acordo com o art. 300 do Código de Processo Civil, para que seja deferida tutela provisória de urgência, é preciso que hajam elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisitos estes devidamente demonstrados pelo agravado. A Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, assevera em seu arts. 2º que: “A

saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. Consoante ao relator que no caso concreto, uma vez constatado que a idosa necessita de medicamento indispensável para minimizar o seu sofrimento, o qual não pode ser substituído por outro constante da lista de medicamentos do SUS, cabe ao Estado, em qualquer de suas esferas, propiciar o tratamento de saúde recomendado, ainda que seja de alto custo. Portanto, as vedações à concessão de tutela provisória de urgência em desfavor da Fazenda Pública, bem como dificuldades financeiras quanto à aquisição de medicamento de alto custo, não podem sobrepujar o direito à saúde e à vida – sendo este o maior e o primeiro dos direitos assegurados pela Constituição Federal. Conforme as decisões acima é notório que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte concede através das demandas judiciais o acesso a medicamentos ou tratamentos necessário a garantia da saúde e da vida. Este acesso independe de valores monetários. O que se almeja é que o Estado faça cumprir seu papel através de políticas públicas, promovendo saúde e dignidade. No entanto, é necessário a intervenção do poder judiciário, uma vez que o bem tutelado em questão é o direito a vida. Nesse sentido, conclui-se que o acesso ao tratamento das pessoas necessitadas e enfermas constitui prioridade legal, ensejando a responsabilização dos entes públicos, e que exige a proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública e faz jus a destinação de recursos públicos nas áreas relacionadas à saúde. **CONCLUSÃO:** O direito à saúde é um direito de cunho social presente na Constituição Federal do Brasil que requer prestações positivas do Estado. Porém, sabe-se da existência da escassez de recursos, que se torna um agente limitador da concretização positiva desse direito. Pelo fato da não concretização, ou seja, a omissão estatal em garantir o mínimo existencial aos indivíduos, acaba forçando-os à ajuizar ações contra o Estado objetivando a efetivação do direito à saúde. Cabe salientar que no tocante às decisões que foram aqui elencadas, observa-se que existe uma porcentagem muito baixa de casos demandados para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o que não condiz com as estatísticas das pessoas que são pacientes oncológicas e que não iniciam o tratamento no tempo oportuno, o que reflete o difícil acesso à justiça. Como citado anteriormente no desenvolver do trabalho, em 2012 surgiu a Lei 12.732 que tenta mudar a atual realidade, em relação ao tratamento do câncer para garantir na rede pública de saúde, cirurgia, radioterapia e medicamentos quimioterápicos. Com o surgimento da Lei em questão, pode-se afirmar que foi conquistado um outro patamar de direitos, voltado aos pacientes com neoplasia maligna, e por isso, o legislador não poderá retroceder. Se o legislador retroceder, ele estará ferindo o efeito *cliquet* ou vedação do retrocesso. O efeito *cliquet* dos direitos humanos diz que os direitos conquistados não poderão retroagir, só podem avançar nas benfeitorias e proteções à todos os indivíduos. A vedação do retrocesso está intimamente ligada à segurança jurídica, assegurando que tal direito seja concretizado. Diante do exposto, pode-se perceber que existe tal ineficácia no que tange à concretização do direito à saúde. É de conhecimento popular que o Estado tem a obrigação de proporcionar direitos, dentre eles, à saúde. Porém, nota-se que para que esse direito seja efetivado, o cidadão precisa provocar o judiciário, o que já deveria ser feito sem a necessidade desta provocação. Por isso, observa-se e conclui-se que mesmo com a existência de uma Constituição, Lei maior que nos confere o direito à saúde, o princípio da vedação ao retrocesso ou efeito *cliquet* e de leis infraconstitucionais vigentes que regulam o tratamento para pacientes portadores de neoplasia maligna, vários desses pacientes oncológicos que deveriam

receber o tratamento adequado seja pela rede pública ou pela rede privada precisam recorrer ao judiciário para conseguir a efetivação deste. Com isso, pode-se afirmar que esse processo traz consequências negativas para o paciente. Como dito anteriormente, o câncer é uma doença que requer agilidade e com todo o trâmite de um processo, gera um maior tempo de espera, podendo prejudicar o positivo resultado do tratamento adequado. Como citado e comprovado acima com dois exemplos de decisão sobre a problemática, quando o paciente recorre ao judiciário afim de ter seu tratamento, o Estado responde de forma positiva, entendendo que é um direito inerente àquele cidadão. Porém, o direito à saúde é considerado como o mínimo existencial e que existe o princípio da vedação do retrocesso ou efeito *cliquet* para nos assegurar de tal direito. Observa-se que mesmo com esses mecanismos assecuratórios e várias leis que nos concede tal direito, ocorre um descaso/desrespeito com o indivíduo tanto na esfera pública quanto na privada e isso faz com que seja necessários novos mecanismos judiciais que sejam mais céleres quando a efetivação desse direito inerente aos cidadãos. Por isso, esse direito precisa ser efetivado sem a necessidade de tal demanda processual, agilizando e colaborando para um tratamento com respostas positivas, de forma igualitária entre os indivíduos. No tocante às decisões que foram aqui elencadas, observa-se que existe uma porcentagem muito baixa de casos demandados para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o que não condiz com as estatísticas das pessoas que são pacientes oncológicas e que não iniciam o tratamento no tempo oportuno, o que reflete o difícil acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. **Monografias Brasil Escola**. Disponível em: [monografias.brasilecola.uol.com.br:https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/tratamento-juridico-portador-cancer.htm](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/tratamento-juridico-portador-cancer.htm). Acesso em: 09 set. 2019.

BITTENCOURT, C. **Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS)**. Disponível em [www.unasus.gov.br: https://www.unasus.gov.br/noticia/pessoas-com-cancer-tem-direitos-especiais-na-legislacao](https://www.unasus.gov.br/noticia/pessoas-com-cancer-tem-direitos-especiais-na-legislacao). Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/cancer>. Acesso em: 09 set. 2019.

HOSPITAL DO CÂNCER DE BARRETOS. Disponível em <https://www.hcancerbarretos.com.br/82-institucional/noticias-institucional/1296-doenca-milenar-saiba-de-quando-sao-datados-os-primeiros-casos-de-cancer>. Acesso em: 09 set. 2019.

LABOISSIÈRE, P. **Agência Brasil**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/cancer-e-primeira-cao-de-morte-em-10-dos-municipios-brasileiros-diz-estudo>. Acesso em 02 de setembro de 2019.

METODOLÓGICA. Métodos da Pesquisa. Disponível em:
<http://metodologicaunimontes.blogspot.com/2014/10/metodosde-pesquisa-metodo-indutivo-e-um.html>. Acesso em: 03 set. 2019.

ONCOGUIA. Disponível em: <http://www.oncoguia.org.br/conteudo/cancer/12/1/>. Acesso em: 22 set. 2019.

OPAS. Organização Pan Americana da Saúde. Disponível em: www.paho.org:
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5588:folha-informativa-cancer&Itemid=1094. Acesso em: 22 set. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Rio Grande do Norte TJ-RN - Agravo de Instrumento com Suspensividade : AI 20170062882 RN. Jus Brasil. Disponível em: <https://tj-rn.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/577054088/agravo-de-instrumento-com-suspensividade-ai-20170062882-rn?ref=serp>. Acesso em: 05 set. 2019.

VALENTE, J. Agência Brasil. Disponível em:
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-05/prazo-legal-para-iniciar-tratamento-de-cancer-nao-e-atendido-no-pais>. Acesso em: 02 set. 2019.

SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: AMPLIAÇÃO DE EXCLUDENTES DE ILICITUDE NO CÓDIGO PENAL.

AUTORES:

Neiryane Maciel da Cruz

Alesson Silva de Lima

RESUMO: A segurança pública no Brasil resta desestruturada, surgindo então leis que visam ampliar as excludentes de ilicitude no Direito Penal Brasileiro, na tentativa de uma maior eficácia da prestação Estatal no combate ao crime organizado em regiões de controle de grupos armados.

Palavras-chave: Violência. Segurança. Ilicitude.

INTRODUÇÃO: A violência urbana no Brasil vem aumentando cada vez mais, apontando seus índices para um número crescente de mortes de agentes policiais e militares em ações de combate contra o crime organizado, bem como revelando uma grande quantidade de homicídios praticados por estes mesmos agentes públicos de segurança em procedimentos operacionais de conflito armado, quando amparados pela legítima defesa reagem contra os agentes criminosos, a fim de garantir o restabelecimento da ordem pública e prevenir riscos atuais ou iminentes atentatórios a sua vida e a de terceiros envolvidos. Neste seio de desequilíbrio na segurança desses agentes e, conseqüentemente, da própria sociedade, medidas normativas são analisadas a todo o momento, as quais buscam interferir nos aspectos legais do Direito Penal vigente. Desse modo, alguns elementos econômicos, jurídicos, políticos e históricos entrelaçam-se e entram em questão para que se analisem com precisão motivações políticas em torno de novos regramentos impostos. Surgem, nesse quadro, os projetos de lei de iniciativa de autoridades políticas (chefes do executivo e legislativo) que visam ampliar o grau de abrangência do texto normativo, em especial o regramento contido no Código Penal Brasileiro de aplicação da excludente de ilicitude, para que policiais e militares sejam resguardados de suas atitudes repressivas no exercício do poder que lhes concede o Estado, a fim de que possam usar mais livremente o preceito da legítima defesa para inclusive matar indivíduos. Apresentam-se, exemplificadamente, o projeto de lei do Dep. Onyx Lorenzoni; o do atual ministro da justiça, Sérgio Moro; o do então governador do Rio de Janeiro e ex-juiz federal, Wilson Witzel, que propôs a autorização a policiais para matar portadores de fuzis em um cenário de intervenção policial, e outros de âmbito federal, como o proposto pelo atual presidente Jair Bolsonaro, que buscou através da norma estender a proteção jurídica aos policiais em situações de intervenção federal, nas situações envolvendo grave comprometimento da ordem pública, para que os agentes de segurança pudessem matar indivíduos que portam fuzis. Cumpre, neste limiar, esclarecer algumas motivações das quais não podemos escapar: Há uma real e concreta preocupação pelos profissionais de segurança pública, diante das possíveis punições da lei a que são submetidos cotidianamente, nas diversas situações de conflito armado por que passam. Assim, amparado pela excludente de ilicitude, o agente investido do poder de polícia que lhe concede a ordem pública, age para garantir o restabelecimento da ordem, procurando prevenir-se diante de riscos atuais ou iminentes. Isso ocorre em especial nos momentos em que há grave comprometimento da ordem pública, em que existe um real perigo à segurança dos envolvidos, agindo o militar em prol de

fazer cessar seus efeitos, visto que existe uma grande complexidade nessas relações de guerra, nas quais muitas vezes o policial tem de escolher rapidamente a melhor ação a tomar. Desse modo, a ampliação da norma ou mesmo o surgimento de uma nova hermenêutica a respeito dos dispositivos da excludente de ilicitude constitui-se em uma proteção possivelmente cabível à segurança jurídica do agente contra a punição de seus atos praticados, tendo em vista que este é comumente punido pelo crime de homicídio, mesmo no estrito cumprimento de seu dever legal. Segundo Paula (2019), a excludente de ilicitude tem, então, o poder de lançar fora o elemento ilicitude da conduta, não permitindo a formação da estrutura analítica do crime e, por conseguinte, afastando as consequências que devam pesar sobre o agente, como bem expresso no Código Penal, nos incisos de seu art. 23, *in verbis*: “Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”. Urge, nesse entendimento, a preocupação pela nossa sociedade do modo como tema de tamanha relevância vem sendo tratado. A relação existente entre os fatos sociais e os fatos jurídicos dos projetos de lei que ampliam as hipóteses da excludente de ilicitude são capazes de mexer com a estrutura do Estado Democrático de Direito e implicar mudanças sociais significativas do modo de ser daqueles direta ou indiretamente envolvidos em ações criminosas. Portanto, avaliando de forma objetiva a relação existente entre o fato social e os fatos jurídicos dos projetos de lei que ampliam as hipóteses da excludente de ilicitude, identificando os princípios constitucionais a ela aplicados, a estrutura do Estado Democrático de Direito e suas relações com as propostas normativas, teceremos a reflexão sobre os impedimentos ao devido processo legal em face da amplitude normativa (axiológica ou hermenêutica) da excludente de ilicitude da legítima defesa, em um processo crítico sobre a estrutura e elaboração desses projetos de lei que acabam por emergir de tempos em tempos. Importa, então, também reconhecer a magnitude desta pesquisa para ampliar o entendimento sobre o instituto jurídico da excludente de ilicitude, no que tange especificamente aos casos de legítima defesa por um agente no estrito cumprimento de seu dever legal. **REVISÃO DA LITERATURA:** Cumpre mencionar o entendimento de alguns doutrinadores a respeito do assunto. Um deles, Jakobs (2008), conforme cita Martins e Estrada (2009, p.102), defendia a aplicação de uma legislação penal de emergência, chamada de Direito Penal do Inimigo, na qual propusera a aplicação de penas aos crimes considerados graves à sociedade de forma diferenciada pelo Estado àqueles indivíduos transgressores da norma. Assim, este doutrinador alemão classificava os direitos penais da seguinte forma:

O Direito penal do cidadão é o Direito de todos, o Direito penal do inimigo é daqueles que o constituem contra o inimigo: frente ao inimigo, é só coação física, até chegar à guerra (...) [Assim] O Direito penal do cidadão mantém a vigência da norma, o Direito penal do inimigo (...) combate perigos (...). (JAKOBS, 2008 *apud* MARTINS; ESTRADA, 2009, p.102).

Restaria o entendimento de que os indivíduos que afrontassem de forma reiterada os preceitos normativos impostos pelo Estado teriam de ser tratados como inimigos da ordem jurídica, tendo em vista, conforme Martins e Estrada (2009, p.104), que o indivíduo transgressor da norma, ao destruir o ordenamento jurídico, lesiona-o sobremaneira, de modo que resta aplicar-lhe uma coação desproporcional, com flexibilização e até mesmo supressão de garantias processuais fundamentais. Outro

entendimento há de que a ampliação da excludente de ilicitude, nos termos da legítima defesa, a fim de resguardar o agente da ação de atirar (para matar) em indivíduos que contrariem a ordem, já se encontra positivada em nosso ordenamento jurídico. Segundo Bastos (2001, p.438) e Silva (1994, p. 699) apud Vasconcellos (2019, p34), existem outros motivos que, por si só, justificariam a medida de atuação nos confrontos. Um deles é a autorização dada pela própria Constituição Federal em seu artigo 137, inciso II, que além de prever hipóteses para decretação de estado de sítio, trata de retaliação bélica nos casos de agressão armada estrangeira. Conquanto o texto constitucional em apreço não trate explicitamente sobre a reação a grupos armados de domínio interno no território federal, existe a interpretação de que esse dispositivo constitucional possa ser analogamente aplicado às hipóteses de conflitos armados envolvendo domínio dos territórios ocupados, tendo em vista que tais grupos contrariam a ordem do Estado em seu exercício de soberania, quando ocupam e estabelecem domínio em parcela territorial que não lhe pertença. Por isso exposto, haveria no nosso ordenamento jurídico pressupostos ou elementos, a priori, que autorizam agentes de segurança matarem portadores de fuzis ou de arsenal bélico exclusivo das forças armadas. Sob esse prisma, projetos de leis que ampliem as excludentes de ilicitude viriam apenas para confirmar entendimentos já sublinhados no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse aspecto, é fundamental compreender a importância jurídica da discussão sobre os preceitos do Estado Democrático de Direito, tendo em vista que sem estes não é possível trazer à luz o esclarecimento dos projetos de lei que tratam da ampliação normativa da excludente de ilicitude. Como afirma Capez:

Não se admitem mais critérios absolutos na definição dos crimes, os quais passam a ter exigências de ordem formal (somente a lei pode descrevê-los e cominar-lhes uma pena correspondente) e material (o seu conteúdo deve ser questionado à luz dos princípios constitucionais derivados do Estado Democrático de Direito). (CAPEZ, 2016, p.13).

Portanto, resta informar que tais preceitos estabelecem o norteador de toda legislação firmada, pois a Constituição Federal Brasileira de 1988 elenca a dignidade da pessoa humana como o principal entre todos os demais princípios, o qual, por assim dizer, balizará todo o entendimento a se firmar nesta pesquisa quando da análise da constitucionalidade dos projetos de lei mencionados. Para isso, nos propomos a trazer importantes contribuições sobre assuntos do Direito Penal – conforme já introduzido acima - as visões de Jakobs in Direito Penal do Inimigo e sua teoria do começo da tentativa; Miguel Reale, que aborda elementos jurídicos da tríade fato-valor-norma e os aspectos do dever-ser; e demais como Roxin, Schmidhäuser, Rogério Greco, Kai Ambos, Francisco Sannini e Bruno Gilaberte, que contribuem significativamente para a compreensão da definição da agressão em curso, do prosseguimento da ação e da iminência do perigo, alargando debates sobre o tema da excludente de ilicitude trabalhado por estes dois últimos grandes juristas do Direito Penal. **METODOLOGIA:** Como objetivo de pesquisa, utilizaremos a prática exploratória. Conforme considera Gil (1999), *apud* Oliveira (2011, p. 20) “a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e

modificar conceitos e ideias.” Quanto à natureza da pesquisa, valeremo-nos do método qualitativo, visto que para este mesmo autor:

(...) o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos. (GIL, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2011, p.24).

Quanto à escolha do objeto estudado, faremos o estudo multicasos, visto que este reúne como requisitos a análise de vários segmentos de obras, acontecimentos, programas, pessoas ou instituições. Neste trabalho há a importância de tal aplicação, pois a reunião de múltiplas análises sobre casos diversos – em especial os projetos de lei e obras que com eles se comuniquem – tornam efetivo o vislumbre de seus efeitos. Quanto à técnica de coleta de dados, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, que, segundo Vergara (2000) *apud* Oliveira (2011, p. 40), pode ser desenvolvida a partir de fontes diversas como livros e obras já desenvolvidas, desde que guardem pertinência temática com o objeto de estudo. Para tanto, utilizaremos de um vasto conteúdo enciclopédico que contemplará textos da Constituição Federal, quesitos do Direito Penal Internacional, obras consagradas doutrinariamente, entendimentos jurisprudenciais, código penal brasileiro atual, leis esparsas em vigor e artigos escritos por profissionais da área jurídica que discutam o assunto. Quanto à análise de dados, combinaremos a técnica de análise de conteúdo com o método cartográfico logo mais explicitado, sendo que aquela, conforme Cintra *et al.* (2017), serve como:

(...) importante ferramenta metodológica em pesquisas no campo social, que se alinham ao movimento institucionalista que investiga os processos de produção de subjetividade (...), em sintonia com a perspectiva do pensamento complexo de que o homem está em constante transformação. (CINTRA *et al.*, 2017, p. 46).

A cartografia, no que alude ao plano das ciências sociais, trabalha com territórios móveis, ou seja, avança em perspectivas que se deslocam continuamente, mediante as vicissitudes dos acontecimentos sociais. Mais do que uma articulação entre causa-efeito, ela delimita processos e os acompanha, tornando os sujeitos (pesquisadores, pesquisados e objeto de pesquisa) integrantes horizontais nessa mesma perspectiva de análise. Assim, os processos são medidos de modo contínuo, estando o próprio sujeito pesquisador nele pertencendo, experimentando e provocando mudanças que propõe realizar no plano fático da pesquisa, esta de caráter intervencionista, pragmático. Em seu esquema escalar, buscaremos compreender as minúcias de projetos de lei sobre a segurança pública brasileira, relacionando-as com os aspectos macroestruturais que compõem o ordenamento jurídico. Portanto, utilizaremos como ponto de partida a Constituição Federal de 1988 e os acordos firmados em Tratados Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil seja signatário. Seguiremos por uma escala de detalhamento sobre os artigos do Código Penal Brasileiro, correspondentes às hipóteses de excludente de ilicitude, bem como sobre aspectos doutrinários do Direito Penal, até chegarmos ao estudo de leis específicas que tratam da matéria em seu momento nascedouro

(nomogenético), ou seja, daquelas propostas normativas que ainda estão em discussão. Por meio de uma projeção, avaliaremos de forma objetiva a relação existente entre o fato social (violência gerada pela insegurança pública no Brasil) e os fatos jurídicos dele decorrentes (ilicitude dos agentes de segurança pública no exercício da profissão). Desta feita, o trabalho visa expor as lacunas normativas que espelham a ausência de normas eficazes para a garantia do livre exercício de agentes policiais e militares em situações de combate às práticas criminosas, frente a indivíduos que aparentam lesar e impor grave ameaça à ordem, de sorte que esta pesquisa cuida pontuar aspectos do *dever ser* das normas, como cunhado por Miguel Reale, e demonstrar as vicissitudes do processo de projeção frente ao contexto sociocultural emergente. Mediante a simbolização e de acordo com interpretações feitas a respeito das alterações normativas, analisaremos os possíveis embates entre a normatividade positivada pela Constituição e os ditames jurídicos dos textos normativos que surgem, bem como um possível choque entre as bases que sustentam o Estado Democrático de Direito e as novas concepções de crime que aparentam se contrapor às bases principiológicas do devido processo legal. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A intervenção policial e militar surge, por vezes, como última medida em meio a fortes crises de segurança pública. Ocorre que, embora na maioria delas seja necessário um maior controle por agentes interventores, alguns extrapolam dos poderes ou desviam-se da finalidade maior do Estado, que é a de reprimir o crime sem comprometer a paz dos inocentes. Além disso, o Estado parece não ser eficaz em suas medidas repressivas, agindo de modo desproporcional em sua atuação. De um modo geral, o que se percebe é uma falta de diálogos e discussões mais contundentes em torno de aspectos de planejamento de combate ao crime nos grandes centros de controle de facções e grupos criminosos, o que contribui para a perpetuação da insegurança e injustiças sociais, esta última favorecida pela normatividade que nasce e se (re) interpreta no momento atual. Um dos grandes momentos de intervenção deu-se em fevereiro de 2018, quando o então presidente Michel Temer sancionou o decreto nº 9.288, que delimitou os comandos operativos do processo de intervenção militar em comunidades periféricas do Rio de Janeiro. Segundo o Observatório da Intervenção, neste período foi registrado um total de 668 operações monitoradas na cidade do Rio de Janeiro. Houve nesta época uma forte preocupação por parte de grupos da sociedade civil, em especial aqueles voltados à defesa dos Direitos Humanos, que se mostraram preocupados com as possíveis violações advindas do descontrole de medidas permissivas ao combate e repressão ao crime. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISPRJ, crimes contra a vida causados por policiais militares durante a intervenção aumentaram de modo considerável. Se estendermos o período de apuração, veremos que de janeiro a agosto, na região metropolitana do Rio de Janeiro, houve um aumento do número de homicídios causados por militares durante as intervenções, uma média de aproximadamente 59% em relação ao mesmo período de 2017. O retrato violento do cenário das comunidades cariocas alarga-se por todo o Brasil. É crescente a violência em grandes centros como São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Recife, esta última apresentando cada vez mais crescimento nos índices. Em nove meses de funcionamento, o Laboratório de Dados sobre violência armada Fogo Cruzado registrou 1141 tiroteios/disparos de arma de fogo na Região Metropolitana do Recife, uma média de 4 ocorrências por dia, com um total de 846 mortes e 418 feridos, – destes, 06 mortos e 15 feridos eram agentes de segurança. Ademais, temos um retrato econômico na esfera da segurança pública referente a todo processo de

intervenção militar que traz a aplicação dos recursos destinados a essa área nos meses de julho a novembro de 2018. De acordo com os dados referentes ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, apenas uma pequena parte do R\$ 1,2 bilhão disponível para o Gabinete da Intervenção Federal foi utilizada. Foram gastos apenas 6% deste orçamento. O conjunto dos contratos empenhados (ou seja, planejados) soma 60% desses recursos. As operações realizadas pelas Forças Armadas custaram outros R\$ 82 milhões e foram financiadas pelo Ministério da Defesa. **CONCLUSÃO:** As medidas ampliadas pelos projetos de lei emergentes devem ser estudadas a minúcias, pois semelhante aos impositivos trazidos pelo Direito Penal do Inimigo, destoam, aparentemente, dos primados da segurança jurídica do indivíduo sujeito às normas, culminado em um efeito cascata de desordens penais e processuais como a relativização das penas e supressão de elementos fundamentais do devido processo legal. Certamente que ainda há uma incompletude no âmbito de pesquisas, as quais não exploram os textos de projetos de lei e até mesmo não os confrontam com entendimentos doutrinários. Isso sem mencionarmos o antagonismo das vertentes que se limitam a apoiar ou desabonar as propostas, sem, contudo, suscitar uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto normativo brasileiro e todos os demais embates que há entre os aspectos da segurança pública e os princípios protetivos abarcados pelo Estado Democrático de Direito, à luz do entendimento de legisladores, pensadores, aplicadores do direito e sociedade. Há de se falar, portanto, de novas interpretações à luz de novos fatos sociais antes não traduzidos, ou simplesmente a adequação de novos tipos normativos ao entendimento estabelecido na solução de um caso concreto, fazendo-nos refletir sobre esta temática à luz da garantia dos princípios fundamentais à dignidade da pessoa humana. São todos esses questionamentos frutos do entendimento de que há um sério descompasso entre a normatividade, o fato social e os valores axiológicos estabelecidos pelos projetos de lei que surgem (*ser, poder e dever-ser* da norma), cujas motivações e implicações este trabalho se propõe a trazer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal - Secretaria de Editoração e Publicações, 2017.

_____. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. **Decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018**. Jusbrasil. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/545787556/decreto-9288-18>. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 352, de 26 de setembro de 2017**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para presumir a legítima defesa quando o agente de segurança pública mata ou lesiona quem porta ilegal e ostensivamente arma de fogo de uso restrito. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130958>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 8587, de 13 de setembro de 2017.** Amplia a aplicação das excludentes de ilicitude previstos no dispositivo legal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=215148>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. **Projeto de lei nº 9564, de 19 de fevereiro de 2018.** Estabelece a excludente de ilicitude nas ações de agentes públicos em operação sob intervenção federal destinada a pôr termo a grave comprometimento da ordem pública. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216805>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal 1.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. **A intervenção acabou. Quanto custou?** Rio de Janeiro, fev/dez. 2018. Infográfico. 9ª Ed. Disponível em: http://observatorioidaintervencao.com.br/wpcontent/uploads/2018/12/Infografico09_o_bservatorio_ARTEFINAL_isp.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Intervenção Federal. Um modelo para não copiar.** Rio de Janeiro: Ed. Anabela Paiva. fev./2018-fev./2019. Relatório. 10. ed. (Especial). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhyPkOpA/view>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CINTRA, Amanda Mendes Silva *et al.* Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 45-53, jan.-abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5117/4968>. Acesso em: 8 set. 2019.

FOGO CRUZADO. **Mais de 8 mil tiroteios foram registrados durante intervenção no Rio.** Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/sobre-a-api/>. Acesso em: 8 set. 2019.

GOMES, João Marcos Ferreira; COSTA, Leon Denis da. **A legitimidade do uso da força policial.** Trabalho de conclusão de curso (Curso de formação de praças da Polícia Militar) -Comando da Academia da Polícia Militar, Goiânia-GO, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/95>. Acesso em: 28 abr. 2019.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública. **Consulta interativa sobre letalidade violenta.** ISP Dados Abertos, [2018?]. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Letalidade.html>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MARTINS, Lígia Enoue; ESTRADA, Fernando Bonfim Duque. Direito penal do inimigo. **Revista Jurídica Unigran.** Dourados/ MS, v.11, n.21, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/21/artigos/artigo07.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

PAULA, Alison Henrique Gabelone de. **Legítima defesa: excesso e ofendículos**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72990/legitima-defesa-excesso-e-ofendiculos>. Acesso em: 24 ago. 2019.

REALE, Miguel. **Noções preliminares de Direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANNINI NETO, Francisco; FREITAS, Bruno Gilaberte. **O "abate" de criminosos armados por atiradores de elite (snipers)**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/abate-armados-atiradores-snipers/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

VASCONCELOS, Aylton Cardoso. Possibilidade de os agentes da área de Segurança Pública abaterem quem porta fuzil ou armamento de uso exclusivo das Forças Armadas em comunidades dominadas por organizações criminosas. *In*:

Revista de Estudos e Debates

– **CEDES**. Rio de Janeiro: v.4, n.1., p.31-40, [2019?]. Disponível em: http://amaerj.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Revista-Estudos-Debates_TJ-RJ_Dez-18_Artigo_Aylton-Cardoso-Vasconcellos.pdf . Acesso em: 19 ago. 2019.

SEGURANÇA NOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO FEDERAL

AUTORES:

Neiryane Maciel da Cruz
Alesson Silva de Lima

RESUMO: A segurança pública no Brasil resta desestruturada, surgindo então leis que visam ampliar as excludentes de ilicitude no Direito Penal Brasileiro, na tentativa de uma maior eficácia da prestação Estatal no combate ao crime organizado em regiões de controle de grupos armados.

Palavras-chave: Violência. Segurança. Ilicitude.

INTRODUÇÃO: A violência urbana no Brasil vem aumentando cada vez mais, apontando seus índices para um número crescente de mortes de agentes policiais e militares em ações de combate contra o crime organizado, bem como revelando uma grande quantidade de homicídios praticados por estes mesmos agentes públicos de segurança em procedimentos operacionais de conflito armado, quando amparados pela legítima defesa reagem contra os agentes criminosos, a fim de garantir o restabelecimento da ordem pública e prevenir riscos atuais ou iminentes atentatórios a sua vida e a de terceiros envolvidos. Neste seio de desequilíbrio na segurança desses agentes e, conseqüentemente, da própria sociedade, medidas normativas são analisadas a todo o momento, as quais buscam interferir nos aspectos legais do Direito Penal vigente. Desse modo, alguns elementos econômicos, jurídicos, políticos e históricos entrelaçam-se e entram em questão para que se analisem com precisão motivações políticas em torno de novos regramentos impostos. Surgem, nesse quadro, os projetos de lei de iniciativa de autoridades políticas (chefes do executivo e legislativo) que visam ampliar o grau de abrangência do texto normativo, em especial o regramento contido no Código Penal Brasileiro de aplicação da excludente de ilicitude, para que policiais e militares sejam resguardados de suas atitudes repressivas no exercício do poder que lhes concede o Estado, a fim de que possam usar mais livremente o preceito da legítima defesa para inclusive matar indivíduos. Apresentam-se, exemplificadamente, o projeto de lei do Dep. Onyx Lorenzoni; o do atual ministro da justiça, Sérgio Moro; o do então governador do Rio de Janeiro e ex-juiz federal, Wilson Witzel, que propôs a autorização a policiais para matar portadores de fuzis em um cenário de intervenção policial, e outros de âmbito federal, como o proposto pelo atual presidente Jair Bolsonaro, que buscou através da norma estender a proteção jurídica aos policiais em situações de intervenção federal, nas situações envolvendo grave comprometimento da ordem pública, para que os agentes de segurança pudessem matar indivíduos que portam fuzis. Cumpre, neste limiar, esclarecer algumas motivações das quais não podemos escapar: Há uma real e concreta preocupação pelos profissionais de segurança pública, diante das possíveis punições da lei a que são submetidos cotidianamente, nas diversas situações de conflito armado por que passam. Assim, amparado pela excludente de ilicitude, o agente investido do poder de polícia que lhe concede a ordem pública, age para garantir o restabelecimento da ordem, procurando prevenir-se diante de riscos atuais ou iminentes. Isso ocorre em especial nos momentos em que há grave comprometimento da ordem pública, em que existe um real perigo à segurança dos envolvidos, agindo o militar em prol de fazer cessar seus efeitos, visto que existe uma grande complexidade nessas

relações de guerra, nas quais muitas vezes o policial tem de escolher rapidamente a melhor ação a tomar. Desse modo, a ampliação da norma ou mesmo o surgimento de uma nova hermenêutica a respeito dos dispositivos da excludente de ilicitude constitui-se em uma proteção possivelmente cabível à segurança jurídica do agente contra a punição de seus atos praticados, tendo em vista que este é comumente punido pelo crime de homicídio, mesmo no estrito cumprimento de seu dever legal. Segundo Paula (2019), a excludente de ilicitude tem, então, o poder de lançar fora o elemento ilicitude da conduta, não permitindo a formação da estrutura analítica do crime e, por conseguinte, afastando as consequências que devam pesar sobre o agente, como bem expresso no Código Penal, nos incisos de seu art. 23, in verbis: “Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”. Urge, nesse entendimento, a preocupação pela nossa sociedade do modo como tema de tamanha relevância vem sendo tratado. A relação existente entre os fatos sociais e os fatos jurídicos dos projetos de lei que ampliam as hipóteses da excludente de ilicitude são capazes de mexer com a estrutura do Estado Democrático de Direito e implicar mudanças sociais significativas do modo de ser daqueles direta ou indiretamente envolvidos em ações criminosas. Portanto, avaliando de forma objetiva a relação existente entre o fato social e os fatos jurídicos dos projetos de lei que ampliam as hipóteses da excludente de ilicitude, identificando os princípios constitucionais a ela aplicados, a estrutura do Estado Democrático de Direito e suas relações com as propostas normativas, teceremos a reflexão sobre os impedimentos ao devido processo legal em face da amplitude normativa (axiológica ou hermenêutica) da excludente de ilicitude da legítima defesa, em um processo crítico sobre a estrutura e elaboração desses projetos de lei que acabam por emergir de tempos em tempos. Importa, então, também reconhecer a magnitude desta pesquisa para ampliar o entendimento sobre o instituto jurídico da excludente de ilicitude, no que tange especificamente aos casos de legítima defesa por um agente no estrito cumprimento de seu dever legal. **REVISÃO DA LITERATURA:** Cumpre mencionar o entendimento de alguns doutrinadores a respeito do assunto. Um deles, Jakobs (2008), conforme cita Martins e Estrada (2009, p.102), defendia a aplicação de uma legislação penal de emergência, chamada de Direito Penal do Inimigo, na qual propusera a aplicação de penas aos crimes considerados graves à sociedade de forma diferenciada pelo Estado àqueles indivíduos transgressores da norma. Assim, este doutrinador alemão classificava os direitos penais da seguinte forma:

O Direito penal do cidadão é o Direito de todos, o Direito penal do inimigo é daqueles que o constituem contra o inimigo: frente ao inimigo, é só coação física, até chegar à guerra (...) [Assim] O Direito penal do cidadão mantém a vigência da norma, o Direito penal do inimigo (...) combate perigos (...). (JAKOBS, 2008 *apud* MARTINS; ESTRADA, 2009, p.102).

Restaria o entendimento de que os indivíduos que afrontassem de forma reiterada os preceitos normativos impostos pelo Estado teriam de ser tratados como inimigos da ordem jurídica, tendo em vista, conforme Martins e Estrada (2009, p.104), que o indivíduo transgressor da norma, ao destruir o ordenamento jurídico, lesiona-o sobremaneira, de modo que resta aplicar-lhe uma coação desproporcional, com flexibilização e até mesmo supressão de garantias processuais fundamentais. Outro entendimento há de que a ampliação da excludente de ilicitude, nos termos da

legítima defesa, a fim de resguardar o agente da ação de atirar (para matar) em indivíduos que contrariem a ordem, já se encontra positivada em nosso ordenamento jurídico. Segundo Bastos (2001, p.438) e Silva (1994, p. 699) apud Vasconcellos (2019, p34), existem outros motivos que, por si só, justificariam a medida de atuação nos confrontos. Um deles é a autorização dada pela própria Constituição Federal em seu artigo 137, inciso II, que além de prever hipóteses para decretação de estado de sítio, trata de retaliação bélica nos casos de agressão armada estrangeira. Conquanto o texto constitucional em apreço não trate explicitamente sobre a reação a grupos armados de domínio interno no território federal, existe a interpretação de que esse dispositivo constitucional possa ser analogamente aplicado às hipóteses de conflitos armados envolvendo domínio dos territórios ocupados, tendo em vista que tais grupos contrariam a ordem do Estado em seu exercício de soberania, quando ocupam e estabelecem domínio em parcela territorial que não lhe pertença. Por isso exposto, haveria no nosso ordenamento jurídico pressupostos ou elementos, a priori, que autorizam agentes de segurança matarem portadores de fuzis ou de arsenal bélico exclusivo das forças armadas. Sob esse prisma, projetos de leis que ampliem as excludentes de ilicitude viriam apenas para confirmar entendimentos já sublinhados no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse aspecto, é fundamental compreender a importância jurídica da discussão sobre os preceitos do Estado Democrático de Direito, tendo em vista que sem estes não é possível trazer à luz o esclarecimento dos projetos de lei que tratam da ampliação normativa da excludente de ilicitude. Como afirma Capez:

Não se admitem mais critérios absolutos na definição dos crimes, os quais passam a ter exigências de ordem formal (somente a lei pode descrevê-los e cominar-lhes uma pena correspondente) e material (o seu conteúdo deve ser questionado à luz dos princípios constitucionais derivados do Estado Democrático de Direito). (CAPEZ, 2016, p.13).

Portanto, resta informar que tais preceitos estabelecem o norteador de toda legislação firmada, pois a Constituição Federal Brasileira de 1988 elenca a dignidade da pessoa humana como o principal entre todos os demais princípios, o qual, por assim dizer, balizará todo o entendimento a se firmar nesta pesquisa quando da análise da constitucionalidade dos projetos de lei mencionados. Para isso, nos propomos a trazer importantes contribuições sobre assuntos do Direito Penal – conforme já introduzido acima - as visões de Jakobs in Direito Penal do Inimigo e sua teoria do começo da tentativa; Miguel Reale, que aborda elementos jurídicos da tríade fato-valor-norma e os aspectos do dever-ser; e demais como Roxin, Schmidhäuser, Rogério Greco, Kai Ambos, Francisco Sannini e Bruno Gilaberte, que contribuem significativamente para a compreensão da definição da agressão em curso, do prosseguimento da ação e da iminência do perigo, alargando debates sobre o tema da excludente de ilicitude trabalhado por estes dois últimos grandes juristas do Direito Penal. **METODOLOGIA:** Como objetivo de pesquisa, utilizaremos a prática exploratória. Conforme considera Gil (1999), apud Oliveira (2011, p.20) “a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e

modificar conceitos e ideias.” Quanto à natureza da pesquisa, valeremo-nos do método qualitativo, visto que para este mesmo autor:

(...) o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos. (GIL, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 24).

Quanto à escolha do objeto estudado, faremos o estudo multicasos, visto que este reúne como requisitos a análise de vários segmentos de obras, acontecimentos, programas, pessoas ou instituições. Neste trabalho há a importância de tal aplicação, pois a reunião de múltiplas análises sobre casos diversos – em especial os projetos de lei e obras que com eles se comuniquem – tornam efetivo o vislumbre de seus efeitos. Quanto à técnica de coleta de dados, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, que, segundo Vergara (2000) *apud* Oliveira (2011, p. 40), pode ser desenvolvida a partir de fontes diversas como livros e obras já desenvolvidas, desde que guardem pertinência temática com o objeto de estudo. Para tanto, utilizaremos de um vasto conteúdo enciclopédico que contemplará textos da Constituição Federal, quesitos do Direito Penal Internacional, obras consagradas doutrinariamente, entendimentos jurisprudenciais, código penal brasileiro atual, leis esparsas em vigor e artigos escritos por profissionais da área jurídica que discutam o assunto. Quanto à análise de dados, combinaremos a técnica de análise de conteúdo com o método cartográfico logo mais explicitado, sendo que aquela, conforme Cintra *et al.* (2017), serve como:

(...) importante ferramenta metodológica em pesquisas no campo social, que se alinham ao movimento institucionalista que investiga os processos de produção de subjetividade (...), em sintonia com a perspectiva do pensamento complexo de que o homem está em constante transformação, (CINTRA *et al.* 2017, p. 46).

A cartografia, no que alude ao plano das ciências sociais, trabalha com territórios móveis, ou seja, avança em perspectivas que se deslocam continuamente, mediante as vicissitudes dos acontecimentos sociais. Mais do que uma articulação entre causa-efeito, ela delimita processos e os acompanha, tornando os sujeitos (pesquisadores, pesquisados e objeto de pesquisa) integrantes horizontais nessa mesma perspectiva de análise. Assim, os processos são medidos de modo contínuo, estando o próprio sujeito pesquisador nele pertencendo, experimentando e provocando mudanças que propõe realizar no plano fático da pesquisa, esta de caráter intervencionista, pragmático. Em seu esquema escalar, buscaremos compreender as minúcias de projetos de lei sobre a segurança pública brasileira, relacionando-as com os aspectos macroestruturais que compõem o ordenamento jurídico. Portanto, utilizaremos como ponto de partida a Constituição Federal de 1988 e os acordos firmados em Tratados Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil seja signatário. Seguiremos por uma escala de detalhamento sobre os artigos do Código Penal Brasileiro, correspondentes às hipóteses de excludente de ilicitude, bem como sobre aspectos doutrinários do Direito Penal, até chegarmos ao estudo de leis específicas que tratam da matéria em seu momento nascedouro (nomogenético), ou seja, daquelas propostas normativas que ainda estão em

discussão. Por meio de uma projeção, avaliaremos de forma objetiva a relação existente entre o fato social (violência gerada pela insegurança pública no Brasil) e os fatos jurídicos dele decorrentes (ilicitude dos agentes de segurança pública no exercício da profissão). Desta feita, o trabalho visa expor as lacunas normativas que espelham a ausência de normas eficazes para a garantia do livre exercício de agentes policiais e militares em situações de combate às práticas criminosas, frente a indivíduos que aparentam lesar e impor grave ameaça à ordem, de sorte que esta pesquisa cuida pontuar aspectos do *dever ser* das normas, como cunhado por Miguel Reale, e demonstrar as vicissitudes do processo de projeção frente ao contexto sociocultural emergente. Mediante a simbolização e de acordo com interpretações feitas a respeito das alterações normativas, analisaremos os possíveis embates entre a normatividade positivada pela Constituição e os ditames jurídicos dos textos normativos que surgem, bem como um possível choque entre as bases que sustentam o Estado Democrático de Direito e as novas concepções de crime que aparentam se contrapor às bases principiológicas do devido processo legal. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A intervenção policial e militar surge, por vezes, como última medida em meio a fortes crises de segurança pública. Ocorre que, embora na maioria delas seja necessário um maior controle por agentes interventores, alguns extrapolam dos poderes ou desviam-se da finalidade maior do Estado, que é a de reprimir o crime sem comprometer a paz dos inocentes. Além disso, o Estado parece não ser eficaz em suas medidas repressivas, agindo de modo desproporcional em sua atuação. De um modo geral, o que se percebe é uma falta de diálogos e discussões mais contundentes em torno de aspectos de planejamento de combate ao crime nos grandes centros de controle de facções e grupos criminosos, o que contribui para a perpetuação da insegurança e injustiças sociais, esta última favorecida pela normatividade que nasce e se (re) interpreta no momento atual. Um dos grandes momentos de intervenção deu-se em fevereiro de 2018, quando o então presidente Michel Temer sancionou o decreto 9.288, que delimitou os comandos operativos do processo de intervenção militar em comunidades periféricas do Rio de Janeiro. Segundo o Observatório da Intervenção, neste período foi registrado um total de 668 operações monitoradas na cidade do Rio de Janeiro. Houve nesta época uma forte preocupação por parte de grupos da sociedade civil, em especial aqueles voltados à defesa dos Direitos Humanos, que se mostraram preocupados com as possíveis violações advindas do descontrole de medidas permissivas ao combate e repressão ao crime. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISPRJ, crimes contra a vida causados por policiais militares durante a intervenção aumentaram de modo considerável. Se estendermos o período de apuração, veremos que de janeiro a agosto, na região metropolitana do Rio de Janeiro, houve um aumento do número de homicídios causados por militares durante as intervenções, uma média de aproximadamente 59% em relação ao mesmo período de 2017. O retrato violento do cenário das comunidades cariocas alarga-se por todo o Brasil. É crescente a violência em grandes centros como São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Recife, esta última apresentando cada vez mais crescimento nos índices. Em nove meses de funcionamento, o Laboratório de Dados sobre violência armada Fogo Cruzado registrou 1141 tiroteios/disparos de arma de fogo na Região Metropolitana do Recife, uma média de 4 ocorrências por dia, com um total de 846 mortes e 418 feridos, – destes, 06 mortos e 15 feridos eram agentes de segurança. Ademais, temos um retrato econômico na esfera da segurança pública referente a todo processo de intervenção militar que traz a aplicação dos recursos destinados a essa área nos

meses de julho a novembro de 2018. De acordo com os dados referentes ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, apenas uma pequena parte do R\$ 1,2 bilhão disponível para o Gabinete da Intervenção Federal foi utilizada. Foram gastos apenas 6% deste orçamento. O conjunto dos contratos empenhados (ou seja, planejados) soma 60% desses recursos. As operações realizadas pelas Forças Armadas custaram outros R\$ 82 milhões e foram financiadas pelo Ministério da Defesa. **CONCLUSÃO:** As medidas ampliadas pelos projetos de lei emergentes devem ser estudadas a minúcias, pois semelhante aos impositivos trazidos pelo Direito Penal do Inimigo, destoam, aparentemente, dos primados da segurança jurídica do indivíduo sujeito às normas, culminado em um efeito cascata de desordens penais e processuais como a relativização das penas e supressão de elementos fundamentais do devido processo legal. Certamente que ainda há uma incompletude no âmbito de pesquisas, as quais não exploram os textos de projetos de lei e até mesmo não os confrontam com entendimentos doutrinários. Isso sem mencionarmos o antagonismo das vertentes que se limitam a apoiar ou desabonar as propostas, sem, contudo, suscitar uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto normativo brasileiro e todos os demais embates que há entre os aspectos da segurança pública e os princípios protetivos abarcados pelo Estado Democrático de Direito, à luz do entendimento de legisladores, pensadores, aplicadores do direito e sociedade. Há de se falar, portanto, de novas interpretações à luz de novos fatos sociais antes não traduzidos, ou simplesmente a adequação de novos tipos normativos ao entendimento estabelecido na solução de um caso concreto, fazendo-nos refletir sobre esta temática à luz da garantia dos princípios fundamentais à dignidade da pessoa humana. São todos esses questionamentos frutos do entendimento de que há um sério descompasso entre a normatividade, o fato social e os valores axiológicos estabelecidos pelos projetos de lei que surgem (*ser, poder e dever-ser* da norma), cujas motivações e implicações este trabalho se propõe a trazer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal - Secretaria de Editoração e Publicações, 2017.

_____. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 352, de 26 de setembro de 2017**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para presumir a legítima defesa quando o agente de segurança pública mata ou lesiona quem porta ilegal e ostensivamente arma de fogo de uso restrito. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130958>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 8587, de 13 de setembro de 2017**. Amplia a aplicação das excludentes de ilicitude previstos no dispositivo legal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2151488>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. **Projeto de lei nº 9564, de 19 de fevereiro de 2018.** Estabelece a excludente de ilicitude nas ações de agentes públicos em operação sob intervenção federal destinada a pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2168058>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal 1.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. **A intervenção acabou. Quanto custou?** Rio de Janeiro, fev./dez. 2018. Infográfico. 9ª Ed. Disponível em: http://observatoriodaintervencao.com.br/wpcontent/uploads/2018/12/Infografico09_o_bservatorio_ARTEFINAL_isp.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Intervenção Federal.** Um modelo para não copiar. Ed. Anabela Paiva, Rio de Janeiro: fev./2018 - fev./2019. Relatório. 10. ed. (Especial). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhyPkOpA/view>. Acesso em: 24 ago. 2019.

FOGO CRUZADO. **Mais de 8 mil tiroteios foram registrados durante intervenção no Rio.** Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/sobre-a-api/>. Acesso em: 8 set. 2019.

CINTRA, Amanda Mendes Silva *et al.* Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 45-53, jan.- abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5117/4968>. Acesso em: 8 set. 2019.

GOMES, João Marcos Ferreira; COSTA, Leon Denis da. **A legitimidade do uso da força policial.** Trabalho de conclusão de curso (Curso de formação de praças da Polícia Militar). Comando da Academia da Polícia Militar, Goiânia-GO, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/95>. Acesso em: 28 abr. 2019.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública. **Consulta interativa sobre letalidade violenta.** ISP Dados Abertos, [2018?]. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Letalidade.html>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MARTINS, Lígia Enoue; ESTRADA, Fernando Bonfim Duque. Direito penal do inimigo. **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados/ MS, v.11, n.21, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/21/artigos/artigo07.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

PAULA, Alison Henrique Gabelone de. **Legítima defesa:** excesso e ofendículos. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72990/legitima-defesa-excesso-e-ofendiculos>. Acesso em: 24 ago. 2019.

REALE, Miguel. **Noções preliminares de Direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANNINI NETO, Francisco; FREITAS, Bruno Gilaberte. **O "abate" de criminosos armados por atiradores de elite (snipers)**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/abate-armados-atiradores-snipers/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

VASCONCELOS, Aylton Cardoso. Possibilidade de os agentes da área de Segurança Pública abaterem quem porta fuzil ou armamento de uso exclusivo das Forças Armadas em comunidades dominadas por organizações criminosas. *In*: **Revista de Estudos e Debate – CEDES**. Rio de Janeiro: v.4, n.1., p.31-40, [2019]. Disponível em: http://amaerj.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Revista-Estudos-Debates_TJ-RJ_Dez-18_Artigo_Aylton-Cardoso-Vasconcellos.pdf . Acesso em: 19 ago. 2019.

MULTIPARENTALIDADE

AUTOR:

Rute Mascarenhas da Silva

RESUMO: O respectivo trabalho apresenta mudança na convivência familiar como também em sua juridicidade. Trás consigo uma evolução acirrada entre o meio social e o seu ordenamento jurídico. Conflitos que tange a família, e que trás uma repercussão no STF.

Palavras-chave: Família. Multiparentalidade. Socioafetivo.

INTRODUÇÃO: O conceito de família que se tem hoje na sociedade, e que estar aos poucos sendo mudados, interfere no ordenamento jurídico, no qual precisa haver mudanças, de acordo com a evolução da sociedade, e com o convívio da realidade social no qual se encontra hoje em dia. O termo família vem de uma evolução histórica, e que a cada mudança na sociedade sofre alteração, por exemplo, no Direito Romano, esse termo vem do Pátrio Poder, onde o poder era retido somente ao homem, a família sendo constituída por um pai, uma mãe, e seus filhos, e os direitos de sucessão herdados para o filho primogênito homem. Com a evolução da sociedade, o convívio familiar tem se harmonizado de forma mista bem como os pais socioafetivos que é o interesse abordado neste trabalho trás repercussão no mundo jurídico, como sucessão, previdência, estado, nome da pessoa, alimentos e registro civil. Alguns tipos de família foram formados, pela convivência social, a multiparentalidade é um exemplo. Multiparentalidade pode ser definido como um complemento a sua nova formação. É vivido no meio social, e que estar sendo vivido no meio jurídico também, sendo reconhecido formalmente, perdendo o conceito do poder familiar. Direito de família, nos princípios abordados não somente pela presunção, que se presume pelo casamento, pelo biológico o DNA, como também pelo socioafetivo. Abordando os princípios da dignidade da pessoa humana, e a solidariedade. Essa filiação no registro de nascimento socioafetivo entre madrasta e padrasto, e também, podendo um casal do mesmo sexo adotar uma criança, se deu pela proposta de Clodovil Hernandes quando criança foi adotado e no seu registro de nascimento constava os nomes dos seus pais adotivos, e o mesmo teve laço afetivo entre seus pais adotivos, e com isso lhe surgiu uma nova proposta de revogar a lei anterior Lei de Registros Públicos, no qual, não lhe dava o benefício de ser averbado o nome do padrasto ou madrasta na certidão de nascimento, e essa nova lei, daria o benefício. Após a sua morte no ano de 2009, em sua homenagem, a proposta foi aprovada. Em 2013, cria um projeto de lei 6583, que tem como base o artigo 226 da Constituição Federal, onde trata dos Direitos da Família, e dar garantia a qualquer núcleo familiar que seja celebrado. O núcleo familiar se forma entre um homem e uma mulher, ou por qualquer dos pais e seus descendentes, indagando a homoafetividade e a sua sociabilização na sociedade. Aborda que existe independência entre a linha jurídica e a biológica, a paternidade podendo ser atribuída a quem bem pode não ser o pai biológico ou a quem manifeste não o é. Trás o exemplo de Salomão, sábio magistrado que resolveu um conflito entre duas mulheres, onde uma das mulheres cedeu o seu papel de mãe biológica para não perder o seu filho, cede o seu direito de maternidade biológica, exercendo assim um exemplo de maternidade. (VILLELA, 1979). Foi proibido a multiparentalidade no Registro de Cartório Civil, porque haveria

uma confusão no direito de família sucessório, podemos analisar um casal que se separa, e cada um casa-se novamente, e querem registrar, filiar o nome do filho ao nome da madrasta e do padrasto. Caso, esses novos casais se separem, todos irão querer compartilhar a guarda da criança e serão obrigados a pagar-lhe a pensão. Os pais socioafetivos, e biológicos, ambos teriam direitos sucessórios. Podemos analisar uma seguinte situação, o pai biológico morre, e deixa uma fortuna para o seu filho, em uma suposta avaliação, esse filho morre. No direito de família e sucessão, a ex-madrasta e o ex-padrasto concorreriam com a mão biológica na sua herança. O presente trabalho apresenta a evolução na sociedade em termos de sociabilidade e a sua juridicidade, apresentando alguns pontos abordados, como a multiparentalidade socioafetivo é possível; No conceito de família trás um grande conflito em sucessão de família; partilha de bens conflitos no nome da criança; Podendo ser exercida em caso das exceções que foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. O objetivo é relacionar a multiparentalidade na atualidade, em consideração a mudança histórica no qual passou. Conceitos fundados por alguns autores, assimilando a multiparentalidade ao socioafetivo tanto no âmbito social, como também a influência em sua juridicidade, no qual, tornando-se complexo o seu entendimento. **METODOLOGIA:** Com base na pesquisa em Artigos direcionados ao tema sobre Multiparentalidade, socioafetivo, parentalidade, buscando assimilar a diferença entre eles. E pesquisando o conceito de família, para produzir o texto coerente. Organizando cronologicamente todo o trabalho, trazendo entendimento de como a sociedade mudou do Direito Romano, até os dias atuais. Mudanças que ocorreu em nosso código civil, com o avanço do meio social. Alteração da lei nº 6.015/1973, averbando o parágrafo 8º na Lei nº 11. 924/2007 que ficou conhecida como Lei de Clodovil. Abarquei a Constituição Federal como principal instrumento garantindo a dignidade da pessoa humana, construindo garantias junto com o Código Civil para que o direito possa ser exercido de forma eficaz. Citei exemplos de casos que já foram decididos, com relevância a conflitos que trouxe anteriormente. A jurisprudência, uma forma de resolver esses conflitos por decisões que já foram tomadas, e decididas. Artigos, que abordam sobre o tema da socioafetividade no direito da família, abarcando a possibilidade de outra origem que também pode ocorrer essa socioafetividade, garantindo direitos e obrigações também na jurisdição. Autores que defendem a socioafetividade, com respaldo na dignidade da pessoa humana, com respostas a evolução da sociedade, no qual trás ampliando o seu conceito tanto na convivência social, como em sua amplitude de história no qual se tem em todo o meio da história da humanidade. Apesar, que seja um assunto amplo, e de bastante discussão. Com entendimentos diferentes de cada cidadão, mas, com uma defesa a criança. No qual trás repercussão e conflito em termo de juridicidade. Abrangência no conceito de família, no qual tange o entendimento daquela família que tem o conceito patriarcal já firmado em sua mente, e não aceita a evolução histórica no qual tem se infringido nos dias atuais. Trás bastante repercussão em sua linha de entendimento. A multiparentalidade não é fácil de ser entendida e aceita por todos os seres humanos, outro ponto abordado, é a sua dificuldade em ter acesso ao entendimento de resolução quanto a divisão de herança bens, o que ocasionaria um transtorno em sua divisão, um conflito na área familiar. E, por fim, concluindo com uma repercussão que houve no STF, onde a paternidade socioafetivo declarada ou não em cartório, não impede o reconhecimento de vínculo de filiação. **REVISÃO DA LITERATURA:** Uma entidade sem fins lucrativos, que tem o objetivo de desenvolver e divulgar o conhecimento sobre o Direito das Famílias, além de atuar com força representativa nas demandas

sociais que recorrem à justiça. (FAMÍLIA, 1997). Esse Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), tem o objetivo de estar trabalhando para a evolução do pensamento e construir de forma mais humanizada o conceito de família, de acordo com a realidade da vida. Tem o poder muito forte em sua atuação. A desbiologização paterna (VILLELA, 1979). É fundamentada na afetividade e companheirismo do ascendente que convive com o enteado, transformando uma relação social, em uma função jurídica, garantido todos os direitos e obrigações que um filho pode ter. Não podendo ser revogado. Uma vez o direito sendo concebido, assim, permanecerá. Aborda a evolução da família, onde o modelo patriarcal sofreu grandes mudanças, golpes em nossa sociedade. A evolução da mulher na sociedade conquistando o seu espaço, buscando o direito da cidadania, e fazendo comparação ao livro, a felicidade não tem cor, não tem sexo, não admitindo o preconceito. (DIAS, 2017). É uma abrangência quando se trata na identificação da criança como adquire a sua personalidade até a sua fase adulta. Mas essa identificação também possa ocorrer no mundo jurídico sendo reconhecida sua filiação na afetividade, e não somente do DNA dos pais biológicos. Relata o princípio da dignidade da pessoa humana, e sua efetivação no processo integral, ocasionando efeitos jurídicos, e casos julgados pelo Supremo Tribunal Federal. (POZZI, 2016). Esse princípio garante aos cidadãos a sua predominância em sua liberdade, não infringindo o direito de outra pessoa. É o reconhecimento de sua dignidade, levando esse conceito de forma mais ampliada para dentro de família, como garantias e direitos para a vida da criança que queira ter o reconhecimento do socioafetivo em seu registro de nascimento. O tema de Repercussão Geral 622, de Relatoria do Ministro Luiz Fux, envolvia a análise de uma eventual “prevalência da paternidade socioafetivo em detrimento da paternidade biológica”. Ao deliberar sobre o mérito da questão, o STF optou por não afirmar nenhuma prevalência entre as referidas modalidades de vínculo parental, apontando para a possibilidade de coexistência de ambas. (CALDERÓN, 2018). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Abarcamos o conceito de família. E família é todo aquele que tem vínculo afetivo com alguém, ou que mora só. Foram abordados alguns tipos de famílias, no qual a multiparentalidade é um deles, e no qual estar trazendo uma mudança e avançando na sua juridicidade, algo que já ocorre socialmente. Porém é um tema que trás um pouco de conflito na sucessão de família, na herança, e também abarcando a ideologia de gênero, na relação que seja meramente administrativa, podendo filiar o nome da criança, onde existe uma relação de socioafetivo com um terceiro, e assim o registrando na certidão de nascimento em Registro de Cartório Civil, sem precisar de um processo judicial, onde se torna um meio mais burocrático. E o processo de adoção perdendo o campo em sua materialidade. A Constituição Federal de 1988, trás no seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana, e em seu artigo 3º inciso I, construir uma sociedade solidária. Onde, esses princípios permeiam pela sociedade, garantindo as garantias e direitos individuais a cada cidadão, valendo no meio familiar, onde se tem tido grandes conflitos em relação a multiparentalidade, como meio socioafetivo. No entanto, no convívio social, não se existe conflitos, porque já é aceito na sociedade. O desafio é transformar essa socioafetividade em um direito que o filho possa adquirir tanto dos pais biológicos, como também dos pais socioafetivos, direitos esses que são garantidos pela constituição, e também pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à

vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

A garantia e os direitos individuais são garantidos a cada cidadão, porém, quando esse direito infringe o direito de outra pessoa, é observado em sua total completude, não levando conseqüências a um terceiro. Quando se fala em uma mudança em nossa sociedade, falamos também em sua juridicidade, porque é do meio social que é estabelecido na jurisdição. No Código Civil, artigo 1.511, Lei 10.406/2002, o casamento estabelece vínculo de comunhão plena onde resulta em direitos e obrigações. Artigo 1.573/2002 relata alguns pontos onde essa relação pode ocasionar impossibilidade da comunhão entre os cônjugues, que são adultério, tentativa de morte, condenação por crime infamante. No Artigo 1.593, Lei 10.406/2002, o parentesco é natural ou civil, resulte de consangüinidade ou outra origem. A primeira delas é relacionada à técnica de reprodução assistida heteróloga, com material genético de terceiro. A segunda é a parentalidade socioafetivo fundada na posse de estado de filhos. (TARTUCE, 2018). Um exemplo disso é uma Lei de Clodovil, Lei nº 11.924/ 2007, que foi efetivada após a alteração do parágrafo 8º da Lei nº 6.015/ 1973, na Lei de Registros Públicos. Onde essa lei não permitia que fosse averbado o nome do padrasto ou madrasta na certidão de nascimento. E Clodovil queria mudar essa lei, para que o enteado também adotasse o nome da família do enteado. Em 2016, o STF reconheceu a multiparentalidade como um reconhecimento jurídico, e o vínculo socioafetivo e biológico em igual grau de hierarquia jurídica. Em 2017, foi criado um provimento nº 63 pelo Conselho Nacional de Justiça, consentindo essa multiparentalidade, onde um filho pode ter dois pais, ou duas mães, na sua filiação de certidão de nascimento sem precisar propor uma ação judicial. Para se conseguir essa averbação, requer alguns princípios que regem esse provimento. Princípios esses são, ter o consentimento da mãe e do pai, o ascendente ter mais de 18 anos, a diferença de idade do pai ou mãe socioafetivo do enteado tem que ser de 16 anos, o filho de 12 anos pode anuir. Esse é o campo da filiação do novo registro público. Os objetivos deste provimento nº 63 pelo Conselho Nacional de Justiça.

Instituir modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito a serem adotados pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais; *b)* dispor sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetivo no Livro "A", no cartório do registro civil e *c)* tratar do registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. (TARTUCE, 2018, online).

Na área civil, esse provimento trás um grande conflito na partilha de bens, na herança adquirida entre ascendente e descendente. A criança poderá ter duas heranças, duas pensões ambos os pais teriam os mesmos direitos e obrigações pela criança. No entanto, um transtorno se multiplicaria na vida desta criança, se os pais se separam, e ambos casam novamente, a criança terá os direitos sobre os pais biológicos, e de contra partida, direitos sobre a madrasta o padrasto que a criança foi filiada ao nome de ambos. E caso, a criança morrer, as duas famílias terá direito a sua herança, no qual, ocasionará uma verdadeira confusão no âmbito familiar. Com essa facilidade de apenas ser registrado no cartório, sem precisar de um processo mais burocrático, como em uma adoção, que precisa de um processo judiciário, o ministério público envolvido, poderia ocasionar uma maior insegurança no âmbito

familiar, e um transtorno na vida de uma criança, como conflito nos nomes, na filiação porque envolveria os nomes dos avôs, e uma completa confusão na sucessão familiar. Deixaria de ser, tão somente um implemento ao nome pela socioafetividade, e ocasionando um grande problema em sua juridicidade. Não tem como a jurisdição acompanhar de acordo como a sociedade estar avançando. Um dos maiores conflitos também seria na adoção, comprovando a socioafetividade, a adoção perderia o seu sentido, o Ministério Público que auxilia na formação da criança, perderia a sua materialidade, por ser mais burocrático. A Multiparentalidade socioafetivo, tem suas exceções, podendo ser adotado por meio de um processo judicial, e em casos, que o pai socioafetivo coloca o seu sobrenome no nome da criança, e posteriormente, a criança crescer e querer o reconhecimento do pai biológico em sua certidão de nascimento, e o pai biológico querer reconhecer a sua paternidade, nesses casos, pode ocorrer. Segundo o site, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Tema 622 do Supremo Tribunal Federal – Repercussão Geral Reconhecida – Tese firmada, ano de 2019: A paternidade socioafetivo, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios. **CONCLUSÃO:** A socioafetividade como foi apresentada no decorrer do trabalho trás uma amplitude em seus fundamentos conforme os autores apresentados, entendimentos, conceitos do que seja uma família, porém, com uma grande dificuldade em sua burocratização no ordenamento jurídico. Apresentar, sintetizar essa possível mudança no registro público, trás também uma desconformidade e um amplo entendimento do que se é tratado. Abordamos também a perda da adoção em sua materialidade, ou seja, a adoção já não teria tanto sentido assim. Á muitos defensores dessa socioafetividade, no qual, não é só o registro que solucionaria, no caso seria um reconhecimento de parentalidade socioafetivo. No entanto, esse reconhecimento trás um conflito na partilha de bens, herança. Tem que ser observado, não somente a afetividade entre os membros, mas, sim também a sua relação jurídica. Não é um tema tão simples de falar, porque abarca imensos conflitos tanto na convivência social, quanto na jurisdição. Ao tratar da legislação, que trás o conceito de família amplo, se tratando de consangüinidade ou outra origem, dentre as formas de sua aceitação como família, a socioafetividade é uma delas. Porém, na questão administrativa tem sua relevância como fator positivo ou negativo. É uma discussão aberta, mas que tem um grau de precipuidade. Abrangem direitos e obrigações, os mesmo direitos que atinge os pais biológicos atingiram aos pais que são afetivos. É um conflito na família, e será um conflito no órgão judicial. Por exemplo, a mãe biológica se separa do pai socioafetivo, o filho terá direito sobre o pai socioafetivo, pois ele assumiu direito e deveres sobre a criança. Agora um caso desses sendo resolvido pelo órgão judicial em relação à pensão, onde o pai socioafetivo garante responsabilidade sobre o seu filho. E, se ele casar novamente, continuará a exercer a sua obrigação, e compartilhará da guarda com os pais biológicos. Diante, dessas circunstâncias qual seria a personalidade que a criança estaria exercendo, e qual a finalidade, conflitos ocasionaria em sua mente. Como abordado, é um assunto amplo e que requer várias discussões para se chegar a um consenso.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. (ECA). Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10619550/artigo-4-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>. Acesso em: 26 set. 2019.
- _____. **Lei nº 10.406 de janeiro de 2002**. Art. 1511 do Código Civil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10631976/artigo-1511-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Jusbrasil. Acesso em: 08 set. 2019.
- _____. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o código civil. Artigo 1.573 do Código Civil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625564/artigo-1573-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Jusbrasil. Acesso em: 08 set. 2009.
- _____. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Artigo 1.593 do Código Civil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10623298/artigo-1593-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Jusbrasil. Acesso em: 08 set. 2009.
- _____. **Princípios Fundamentais, 1988**. Disponível em: <https://jus.com.br/pareceres/45467/inconstitucionalidade-no-projeto-de-lei-n-6583-2013>. Acesso em: 08 set. 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento Nº 63**. 14/11/2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>. Acesso em: 08 set. 2019.
- CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Multiparentalidade: A socioafetividade nos laços de filiação**. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/daniel/Downloads/revista_esa_06.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.
- DIAS, Maria Berenice. **Prefácio a Evolução da Família e Seus Direitos**, 2017.
- INSTITUTO Brasileiro De Direito de Família (IBDFAM). São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/historia>. Acesso em: 06 set. 2009.
- POZZI, Maurício Cavallazzi. **Multiparentalidade. A Possibilidade de Múltipla Filiação Registral e Seus Efeitos**, 2016. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Multiparentalidade-Possibilidade-M%C3%BAltipla-Filia%C3%A7%C3%A3o-Registral/dp/857874442X/ref=dp_ob_title_bk. Acesso em: 06 set. 2009.
- PRADO, Armando. **CCJ Aprova Projeto Sobre Mudanças no Registro Civil, 2009**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-mar-18/ccj-senado-aprova-projeto-clodovil-registro-civil>. Consultor Jurídico. Acesso em: 06 set. 2009.
- QUEIROZ, Fabíola Gabriela Pinheiro.. **A Lei nº 11.924/2009 e seus reflexos na árvore genealógica familiar**, 2011. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/18648/a-lei-n-11-924-2009-e-seus-reflexos-na-arvore-genealogica-familiar>. Acesso em: 08 set. 2019.

SILVA, Claudir Rodrigues. **Inconstitucionalidade no Projeto de Lei nº 6.583/2013**. Disponível em: <https://jus.com.br/pareceres/45467/inconstitucionalidade-no-projeto-de-lei-n-6583-2013>. Jus.com.br. Acesso em: 08 set. 2009.

TARTUCE, Flávio. **Família e Sucessões. Anotações ao Provimento 63 do Conselho Nacional de Justiça – Parte I**, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI279029,51045-Anotacoes+ao+provimento+63+do+Conselho+Nacional+de+Justica+Parte+I>. Acesso em: 08 set. 2019.

_____. **Site Migalhas**, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/>. Acesso em: 7 set. 2019.

TERRITÓRIO, Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Multiparentalidade – concomitância das filiações biológica e socioafetiva**, 2019. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-foco/jurisprudencia-em-detalhes/familia-e-sucessao/multiparentalidade>. Acesso em: 08 set. 2019.

VILLELA, João Baptista. Desbiologização da Paternidade, 1979. **Revista da Faculdade de Direito**. n. 21. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1156>. Acesso em: 08 set. 2019.

A INEFICIÊNCIA DO TRATAMENTO PENAL EM CRIMINOSOS PSICOPATAS

AUTOR:

Ítalo Caetano da Silva

RESUMO: O artigo aborda a natureza desse fenômeno por meio de um viés científico para, assim, criar uma análise comparativa com o ordenamento jurídico brasileiro e, diante disso, encontrar as lacunas existentes no tratamento penal dos criminosos psicopatas.

Palavras-chave: Ineficiência. Penas. Psicopatas.

INTRODUÇÃO: Neste presente artigo é informado ao leitor os empecilhos em relação ao tratamento penal para criminosos psicopatas, tendo como parâmetro o ordenamento jurídico brasileiro e seus reflexos na sociedade. Nesse viés, é analisado os diferentes tipos de sanções penais e destacado se suas finalidades legislativas e sociais têm obtido êxito ao serem executadas no modelo atual. Mormente, a legislação brasileira apresenta algumas restrições às penalidades impostas às condenações, que estão petrificadas na Constituição Federal (1988) e que, por isso, não podem ser usadas como método para penalizar criminosos psicopatas. Nessa linha, o modelo adotado não consegue alcançar seu objetivo ao se tratar dessa parcela da população, uma vez que os estudos demonstram a inconsistência desses cidadãos em aprender com os erros. Dessa forma, temos condenados que ao deixarem os presídios voltarão a delinquir, gerando novos crimes e, por conseguinte, novas vítimas. Nesse diapasão, a mente dos psicopatas possui estruturas que os impedem de sentir emoções, ou, quando sentem, são extremamente superficiais, impossibilitando-os de criarem laços afetivos, até mesmo com pessoas da própria família (HARE, 2013). Desse modo, formam-se seres que não tem compaixão com o próximo e que são capazes de qualquer coisa para atingirem seus objetivos, não importando o que isso irá custar, desde uma mentira para furar uma fila, até um envenenamento dos pais para ficarem com a herança, como, no emblemático caso de Suzane Von Richthofen. No entanto, serão abordadas autoridades no assunto que afirmam que essas pessoas têm total noção do que estão fazendo, e, assim, sabem como devem agir para preservar a harmonia social. Diante disso, não podem ser classificados como inimputáveis, pois estão cientes de todas as proibições legislativas. Porém, mesmo que a falta de sentimentos conseguisse ser um pretexto para atribuir medidas de segurança aos criminosos psicopatas, também não alcançariam a finalidade desejada, uma vez que a medida de segurança visa extinguir a periculosidade dos agentes (GRECO, 2014) e, segundo profissionais da área, como, por exemplo, o Dr. Robert D. Hare (2013), não há tratamentos que produzam melhoras significativas no comportamento dos psicopatas. Esse fenômeno afeta igualmente qualquer pessoa, não importando gênero, sexo, raça, ou idade. Dessa forma, a psicopatia pode se manifestar em crianças e adolescentes, que por estarem abaixo da idade penal mínima para responderem por seus atos, não serão penalizados por suas condutas (SILVA, 2018). Assim sendo, os criminosos psicopatas irão terminar suas penas e voltarão às ruas, se tornando, assim, novamente, um perigo para toda a sociedade. Com isso, deve o Estado, na figura do Poder Legislativo, desenvolver leis penais especiais para tratar desses criminosos. Desse modo, o artigo visa expor que no ordenamento jurídico brasileiro não existe um tratamento penal que amenize a questão dos psicopatas, uma vez

que as sanções penais executadas não têm eficiência para diminuir os delitos provocados por essa parcela da população que é estimada em 8,4 milhões de pessoas no Brasil. Pretende demonstrar, também, que de acordo com os estudos atuais não há como reverter a psicopatia, assim, o criminoso psicopata continuará cometendo delitos até o fim de sua vida. Com isso, conseguir informar que existe uma lacuna na legislação brasileira em relação ao tratamento penal dos psicopatas. **REVISÃO DA LITERATURA:** A civilização humana se desenvolve há milhares de anos, buscando a cada dia uma forma mais eficaz de resolver os litígios da vida em sociedade. Se tratando das penalidades no âmbito do Direito, conforme Rogério Greco (2014), incipientemente, na Teoria Absoluta da pena, os castigos possuíam a única finalidade de retribuir o mal ao condenado; mais adiante, por outro lado, a Teoria Relativa consistiu na prevenção de novos crimes, sendo uma forma de reintroduzir o indivíduo na sociedade. Sob tal ótica, no Brasil hodierno é verificada, de acordo com o Código Penal (1940) artigo 59, que aduz:

O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:(...)

a Teoria Mista que constitui-se por uma finalidade de punição ao crime praticado e de prevenção. Essa teleologia pode ser destacada, também, na Lei de Execução Penal (1984) no “Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Sob tal ótica, as penas brasileiras se dividem em: pena de multa, na qual uma taxa é estipulada para ressarcir o delito; penas restritivas de direitos, onde alguns direitos do indivíduo são retirados, como, por exemplo, o de frequentar determinados lugares; e as penas restritivas de liberdade, na qual interferem na liberdade do cidadão, sendo assim, considerada a mais rígida das sanções. Concomitantemente a isso, para os inimputáveis, existem as medidas de segurança que possuem a finalidade de acompanhar o cidadão até que cesse a sua periculosidade, podendo ser internação em hospital de custódia ou tratamento ambulatorial (CAPEZ, 2019). Nesse diapasão, o ordenamento jurídico brasileiro proíbe penas de caráter perpétuo ou de morte, seja aos imputáveis - como determina a Constituição Federal (1988) “ Art. 5º inciso XLVII - não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo;” - seja aos inimputáveis - como entendeu o STF (2010) impondo o limite máximo de 30 anos à medida de segurança. No entanto, existe uma parcela da população em que os objetivos penais não são atingidos, fazendo, por conseguinte, que as penalidades da forma como são impostas no Brasil, tornem-se ineficientes, são os psicopatas. Segundo a psicóloga Ana Beatriz Barbosa Silva, em seu livro *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado* (2018) “estima-se que 4% da população mundial sejam ou apresentem tendências psicopatas fenômeno que afeta indistintamente homens, mulheres, pobres, ricos, crianças e adultos, etnia ou crença” número esse que em nosso país daria, aproximadamente, 8,4 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE (2019). No Brasil, quando um psicopata é sentenciado a pena, sua finalidade não é atingida, seja pelo caráter punitivo, seja pelo caráter preventivo. Tal afirmação pode ser destacada no trabalho de uma das maiores autoridades mundiais em relação à psicopatia – o Dr. Robert Hare, que, em

seu livro *Sem Consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós* (2013), assevera:

Em psicopatas, porém, as ligações entre os atos proibidos e a ansiedade são fracas, e a ameaça de punição não os detém (...) por isso a ficha criminal de detenções e condenações de Jeffrey parecesse o histórico criminal de alguém com amnésia: nenhuma das punições teve o mínimo efeito em dissuadi-lo de satisfazer os próprios impulsos.

Aliado a isso, as medidas de segurança, que são impostas para o tratamento dos inimputáveis, não podem ser aplicadas aos psicopatas, uma vez que eles não são desprovidos da capacidade racional de identificar o que devem fazer para conviver em sociedade. Nesse ínterim, Ana Beatriz (2018, apud HARE, 1993) aduz:

os psicopatas têm total ciência dos seus atos (a parte cognitiva ou racional é perfeita), ou seja, sabem perfeitamente que estão infringindo regras sociais e por que estão agindo dessa maneira.

Além disso, a psicopatia não escolhe idade e pode urgir ainda na infância como relata Hare (2013):

Recentemente aplicamos uma versão da *psycopath checklist* a transgressores jovens, cuja idade variava de 13 a 18 anos. A pontuação média foi mais alta do que a de populações criminosas adultas e mais de 25% dos jovens atenderam aos critérios da psicopatia. Em especial, foi perturbadora a descoberta de que o infrator com uma das pontuações mais altas na avaliação tinha apenas 13 anos de idade. Jason envolvera-se em crimes graves – incluindo arrombamento, roubos e agressões a crianças mais novas – por volta dos 6 anos.

Desse modo, podemos concluir que o Código Penal (1940) “Artigo 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial” abre uma lacuna em que os jovens psicopatas podem cometer crimes sem que sejam devidamente responsabilizados. Somado a isso, a permanência do comportamento psicopata, também é algo extremamente preocupante, uma vez que não há indícios de que suas atitudes mudem ao longo da vida (SILVA, 2018) e, como demonstra Robert Hare (2013, p.199) “Comumente, no final de revisões acadêmicas de literatura disponível, aparece uma única sentença conclusiva, do tipo “Nenhum tratamento efetivo foi descoberto até agora” ou “Nada funciona””. Concomitantemente a isso, a Constituição Federal (1988) proíbe penas de caráter perpétuo e, embora o Código Penal (1940) relate no “Artigo 97 § 1º A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade” o STF (2010).

firmou o entendimento de que a medida de segurança tem natureza punitiva, razão pela qual a ela se aplicam o instituto da prescrição e o tempo máximo de duração de 30 anos (...) **dou provimento ao recurso extraordinário** (art. 21, § 2o, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), **para fixar em 30 anos a duração máxima da medida de segurança imposta ao Recorrente.**

fazendo com que o inimputável saia da internação no final do tempo estabelecido. Todavia, diante da especificidade do fenômeno psicopático, ao concluir a pena ou a internação, o nível de periculosidade do psicopata continua alto representando, assim, ao ser liberto, um perigo à sociedade. Dessa forma, depreende-se que nenhuma das penas ou modalidades penais aplicadas no ordenamento jurídico brasileiro é eficiente para inibir as condutas criminosas dos psicopatas. Nessa conjuntura, é fato, também, que as penas executadas na atualidade não alcançam sua finalidade, seja punitiva, seja preventiva. Com isso, podemos evidenciar que existe uma necessidade de criação de uma legislação própria para tipificar um tratamento penal mais apropriado aos criminosos psicopatas. **METODOLOGIA:** A metodologia foi confeccionada relacionando o ordenamento jurídico brasileiro com os aspectos biológicos que esses indivíduos possuem. Para isso, utilizei uma listagem bibliográfica em obras de autoridades mundiais e nacionais em relação aos psicopatas para, assim, conseguir analisar como essas pessoas pensam e agem e, nessa ótica, criar um parâmetro para dissertar sobre a imputabilidade ou inimputabilidade dessas pessoas e, com isso, categorizar que sanções da legislação que poderão ser aplicadas. Concomitantemente a isso, dissequei o ordenamento jurídico brasileiro para entender as vedações constitucionais em relação à execução da pena, uma vez que cláusulas petrificadas não podem ser objetos de discussão tendentes a abolir, e, desse modo, não poderiam ser aplicadas aos psicopatas. Somado a isso, as obras de doutrinadores nacionais nortearam o entendimento da finalidade da pena, com o fito de relacionar com a realidade vivenciada e descobrir se a legislação penal tem eficiência em atingir seu objetivo em relação a esses criminosos, haja vista suas peculiaridades. Desse modo, foi possível diagnosticar os empecilhos entre o que a lei almeja e o que de fato acontece, tomando por base um conhecimento científico e associando-o com a doutrina jurídica. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A mente de um psicopata é crucial para entendermos como devemos tratar essa parcela da população que cometem crimes. Esses indivíduos não possuem remorso ou sentimentos de compaixão, e, por isso, não conseguem construir laços afetivos nem com pessoas da própria família. Devido a esse empecilho, o psicopata vê nas outras pessoas unicamente uma oportunidade de se sobressair e alcançar os seus desejos, não se importando com o que irá acontecer de mal para a outra pessoa. Aliado a isso, temos que o corpo desses indivíduos possuem batimentos cardíacos mais fracos que o de uma pessoa comum e, desse modo, possuem necessidade de excitação que são encontradas, infelizmente, infringindo regras. Por ser um fator biológico, esse fenômeno pode ser encontrado em crianças que, geralmente, começam a fazer maus-tratos com animais. Conforme o envelhecimento, a criança aumenta de força e já não se contenta mais com mentiras ou torturas a animais, passando a violência física e psicológica contra pessoas. No entanto, apesar de um psicopata ter fatores biológicos que condicionam sua natureza, a estrutura familiar pode induzir na forma como esse transtorno irá se manifestar, seja de um modo mais brando, através de mentiras e golpes – como acontece com a maioria dos psicopatas que são conhecidos assim por serem criminosos de colarinho branco – seja de forma mais acentuada por meio dos intitulados *serial killers*. Até a atualidade os profissionais da área (psicólogos e psiquiatras) não conseguiram encontrar formas de reverter a psicopatia, tirando a natural redução de hormônios que acontecem com os homens por volta dos 40 anos, que os fazem diminuir as condutas delinquentes que exigem muito esforço. No entanto, o psicopata continua sugando tudo que conseguir das pessoas que estão ao seu redor, de forma silenciosa até que elas não tenham mais nada a oferecer e,

nesse ponto, saem e procuram uma nova vítima deixando uma trilha de vítimas para trás. Essa natureza do psicopata faz com que as penas impostas no Brasil aos crimes não surtam o efeito desejado. O caráter punitivo da pena é para retribuir o mal ao condenado e, assim, criar um desencorajamento na volta à delinquência. Para o psicopata, tal sanção não funciona, pois ele não atribui nenhum juízo de valor a conduta que almeja fazer, o único intuito é apenas a concretização dos desejos pessoais e, por isso, na primeira oportunidade que tiver esse criminoso voltará a delinquir da mesma forma, ora pela natureza da necessidade de excitação, ora pela chance de gozar de seus prazeres. Aliado a isso, a Constituição Federal Brasileira de 1988 proíbe as penas de caráter perpétuo. Desse modo, quando um psicopata é sentenciado, irá, naturalmente, devido a essa restrição legislativa, ganhar a liberdade algum dia, não importando o quão cruel foram seus atos. Se, por acaso, a natureza biológica dos psicopatas fosse suficiente para classificá-los como inimputáveis, ainda assim a vedação de penas de caráter perpétuo incidiria sobre a internação em hospital de custódia, pelo entendimento que obteve o Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, não importa sob qual prisma será analisado a questão desses criminosos, eles serão repostos à sociedade, mas continuarão com a natureza psicopática o que trará perigo a toda comunidade em que residem. Há, também, a vedação constitucional que proíbe penas de morte, e, por conseguinte, não se pode tirar o criminoso psicopata da sociedade imputando-lhe a pena capital. Tal medida é utilizada em determinados países que não coadunam com essa vedação, dependendo das atrocidades das condutas dos criminosos que são levados a júri popular. Outro fator que inviabiliza a solução penal aos criminosos psicopatas está na classificação etária de 18 anos para que possam ser impostas sanções penais, tendo em vista que a psicopatia surge, também, em crianças. A característica de menores de idade cometerem infrações penais análogas a crimes faz com que esses jovens infratores ganhem a liberdade em, no máximo, 03 anos. O resultado disso é a reintrodução de criminosos a sociedade em um curto prazo de tempo. Assim sendo, depreende-se que a legislação penal necessita ser revista para conseguir suprir as necessidades de segurança da população, uma vez que os psicopatas, de qualquer modo, voltarão às ruas. **CONCLUSÃO:** A psicopatia está presente em todos os campos da sociedade, sendo um fenômeno que faz com que pessoas cometem delitos mais graves que o normal, uma vez que não possuem sentimentos pelo próximo. Ao comparar esse estado de consciência com a realidade da legislação brasileira no âmbito da finalidade das penas, ficou perceptível a divergência na letra em que a lei prega e o que, de fato, acontece. Os fatores (biológicos e sociais) que contribuem para que esse fenômeno surja nas pessoas precisam ser estudados com maior aprofundamento para que algo seja criado com a intenção de efetivar as penas impostas aos criminosos psicopatas, visto que o modelo atual vivenciado no Brasil, não traz segurança à sociedade, que algum dia estará novamente sujeita as atrocidades dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. **Constituição Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. Acesso em: 02 de set. 2019.

_____. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Jurisprudência. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadTexto.asp?id=2852321&ext=RTF>. Acesso em: 02 set. 2019.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral arts. 1º a 120**. 23. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

HARE, Robert D. **Sem Consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. 3. ed. São Paulo: Principium, 2018.

O BEM JURÍDICO TUTELADO NO CRIME DE LATROCÍNIO: A POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA SEU PROCESSO E JULGAMENTO

AUTOR:

Thyago Eduardo Freire Sobral de Lima

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo analisar os desdobramentos jurídicos do §3º do art. 157 do Código Penal, realizar uma discussão jurídica acerca da possibilidade de extensão da competência do Tribunal do Júri para processar e julgar o crime de latrocínio. Para tanto, discutiu-se a sua classificação, bem como o bem jurídico tutelado e, por conseguinte, discutiu-se quem deveria de fato processar e julgar o crime de latrocínio, conforme suas características e os bens jurídicos atingidos – se deve permanecer sob a competência do juiz singular ou se deveria estender para o Júri Popular. Para tanto, foi realizado um estudo interdisciplinar, que percorreu as áreas do direito penal, processual penal e constitucional, além de analisar o entendimento do Supremo Tribunal Federal – Súmula 610 – que trata do crime em discussão. Também foi discutido o fato de que o Latrocínio foi inserido no rol de crimes hediondos, sendo, portanto, inafiançável e insuscetível de graça, anistia ou indulto. Visto todos esses fatores, foi feita uma discussão acerca da contradição destes entendimentos com o fato de tal crime ter sido considerado um crime contra o patrimônio, e não contra a vida, sendo, portanto, julgado pelo Juiz singular e não pelo Tribunal do Júri, acarretando, assim, uma falha processual.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Devido Processo Legal. Latrocínio.

INTRODUÇÃO: O tema do presente estudo está relacionado aos desdobramentos do parágrafo 3º do artigo 157 do Código Penal, o entendimento da doutrina majoritária e as decisões jurisprudenciais, no conflito existente entre os pontos de vista divergentes e num possível prejuízo processual acarretado. O crime de latrocínio recebeu tal denominação pela Lei nº 8.072/90, que é a Lei de Crimes Hediondos, elencado no inciso II, do art. 1º da referida lei. Porém, o latrocínio é classificado, atualmente, pelo nosso ordenamento jurídico como um crime patrimonial, pois se afirma que a intenção inicial do autor do delito é a de atingir o patrimônio, sendo a morte uma consequência da violência empregada para consumar o crime e, dessa forma, poder o agente atingir o patrimônio da vítima. Partindo deste ponto de vista, pode-se inferir que o legislador afirmou que para que o agente possa atingir o patrimônio da vítima, este pode ferir e até matar, ou seja, pode atingir um bem jurídico maior, que é a vida, para poder consumar o crime sobre o patrimônio. Tal interpretação, portanto, não se apresenta de forma razoável, afinal esse tipo de chancela seria uma verdadeira anomalia jurídica, reduzindo o grau de importância de tal bem jurídico, que é a vida, ao afirmar que a morte foi mera consequência do roubo. É de bom alvitre trazer à tona o que foi elucidado pela Suprema Corte, através Súmula nº 610, que diz: “há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima”. Portanto, é incontroverso considerar que o bem jurídico tutelado no crime de latrocínio seria o patrimônio se, conforme súmula do Supremo Tribunal Federal, havendo o resultado morte, não se faz necessária a consumação da subtração do bem. Ressalte-se que o agente que consuma um dos crimes elencados na Lei dos Crimes Hediondos será insuscetível de graça, anistia, fiança ou indulto, devido ao

fato de tais crimes serem dotados de grau de reprovabilidade maior por parte do Estado. Outro ponto que merece destaque é o das penas cominadas no crime de latrocínio, cujos limites não coadunam com as de crimes contra o patrimônio, tampouco com as penas aplicadas aos crimes preterdolosos. **REVISÃO DA LITERATURA:** Foi utilizada a Constituição Federal de 1988, que reconhece a instituição do Tribunal do Júri, em seu art. 5º, XXXVIII, e atribui-lhe uma série de atributos, entre eles a Plenitude de Defesa, ou seja, uma extensão ainda mais ampla que o Princípio da Ampla Defesa, pois é através do princípio da plenitude de defesa que é permitido que sejam inseridos aspectos não técnico-jurídicos às argumentações. Também foi utilizado o entendimento de Nucci (2015) ao tratar de dos crimes qualificados pelo resultado, dos quais estão inseridos os crimes preterdolosos, onde o autor defende que podem ser caracterizados por uma infração penal que se desenvolve em duas fases, havendo as seguintes modalidades, conforme o caso em concreto: dolo na conduta antecedente e culpa na subsequente, sendo esta a modalidade clássica de crime preterdoloso (ex.: lesão corporal seguida de morte); culpa na antecedente e culpa na subsequente (ex.: incêndio culposos com resultado lesão grave ou morte) e, por fim, dolo na antecedente e dolo na consequente (ex.: latrocínio). Utilizou-se também o entendimento de Mirabete (2013, p. 139), para tratar das nuances existentes entre os crimes de roubo, homicídio e latrocínio, no tocante ao bem jurídico tutelado pelo Estado em cada uma destas condutas típicas. O autor defende que o latrocínio não pode ser entendido como crime essencialmente preterdoloso, visto que a morte pode resultar de dolo, havendo este tanto no antecedente como no consequente. Seguindo adiante nas pesquisas, pôde-se verificar que Bitencourt (2016, p. 136) comunga do mesmo entendimento de Mirabete, alertando uma possível imprudência legislativa ao tratar da mesma forma agentes que tinham ânimos diferentes, negligenciando, portanto, a real vontade destes, se a intenção destes agentes estava eivada de dolo ou de culpa. Portanto, como já fora exposto supra, tal entendimento não se apresenta de forma razoável, afinal esse tipo de tratamento seria uma verdadeira anomalia jurídica, reduzindo o grau de importância de um bem jurídico maior, a vida, em detrimento do patrimônio, ao afirmar que a perda da vida foi mera consequência do roubo. **METODOLOGIA:** O presente trabalho foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas, sendo observado qual o entendimento dos doutrinadores sobre o tema em comento, bem como da jurisprudência, mais especificamente o tratamento dado à matéria pelo Supremo Tribunal Federal. Foi realizado um estudo interdisciplinar, que percorreu as áreas do direito penal, processual penal e constitucional. Em um primeiro momento foi realizada uma abordagem acerca das características do Tribunal do Júri, sua evolução histórica, a inserção desta instituição da Constituição Federal e quais são os crimes que estão sob sua competência. Em seguida, foi feita uma análise sucinta dos crimes de roubo e homicídio e, por fim, uma abordagem mais acurada do crime de latrocínio, levando em conta seu conceito, sua classificação e o bem jurídico tutelado pelo Estado. Foi feita uma abordagem sobre a Lei nº 8.072/90, a Lei dos Crimes Hediondos, que foi a responsável por assim definir o crime de latrocínio. Em seguida, foi feita uma análise da súmula 610 do STF e do entendimento dado pelos doutrinadores acerca do tratamento adotado após a decisão sumulada pela Suprema Corte. Por fim, discutiu-se a possibilidade de estender a competência do Tribunal do Júri para processar e julgar o crime de latrocínio, levando-se em conta as divergências doutrinárias, bem como a falta de coerência das análises feitas pelo Supremo Tribunal Federal. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O crime de latrocínio, como já fora exposto, é

entendido como o crime de roubo na sua forma qualificada pelo resultado morte. Visto isso, ele foi elencado no rol de crimes contra o patrimônio, pelos legisladores, pois segundo o entendimento destes, a intenção do agente ao cometer tal delito é apenas de atingir o patrimônio, sendo a morte uma mera consequência da violência empregada para a consumação do ato. Porém, a Lei nº 8.072/90, conhecida como “Lei dos Crimes Hediondos”, classificou o latrocínio como sendo hediondo, gerando, portanto, a primeira contradição, visto que a pena cominada é superior a do crime de homicídio, além de ser insuscetível de graça, anistia, fiança ou indulto. Ou seja, um crime contra o patrimônio, cujo tratamento dado é bem mais rígido, bem como a pena cominada é superior à pena de um crime contra a vida. É de bom alvitre também trazer à tona o que foi elucidado pela Suprema Corte através da Súmula nº 610, que diz: “há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima”. Desta forma, como considerar que o bem jurídico tutelado, no crime de latrocínio, seria o patrimônio se, conforme súmula do Supremo Tribunal Federal, havendo o resultado morte, não se faz necessária a consumação da subtração do bem? O que se objetiva com o presente trabalho é a coerência, sinalizando a importância dessa discussão, visto que do ponto de vista jurídico, moral, político e social, não há como consentir com o fato deste crime estar tipificado no rol de crimes contra o patrimônio, e não contra a vida. Ademais, estender a competência do Tribunal de Júri é razoável e converge para uma postura mais democrática por parte do Estado, afinal ninguém melhor para avaliar os atos cometidos por outrem que seus próprios semelhantes, consoante o que preceitua a instituição do Tribunal de Júri desde o seu surgimento. **CONCLUSÃO:** Durante a pesquisa foi possível perceber, após a consulta em diversos livros de juristas especializados na área penal, que o bem que deve ser tutelado pelo Estado no crime de latrocínio é a vida, e não o patrimônio. Pois, segundo o entendimento majoritário, o tratamento que é dado ao agente que cometeu o crime de forma culposa é o mesmo aplicado a quem o comete na forma dolosa. Ademais, há diversas contradições doutrinárias e jurisprudenciais na definição do crime de latrocínio, que é compreendido como um crime contra um patrimônio, porém recebe uma cominação legal elevada, que não se coaduna com estes tipos de crime, além de elencar o rol de crimes hediondos. Sendo assim, é razoável consolidar a discussão com viés de que haja a extensão do tribunal do júri para processar e julgar o crime de latrocínio, ao passo que este instituto resguarda princípios como o da plenitude de defesa, que é mais amplo que a ampla defesa, sendo, ressalte-se, garantido pela constituição da República, além de que ninguém mais indicado para melhor avaliar o ato de quem cometeu um dano à vida de outrem que seus semelhantes de mesma esfera jurídica e social.

REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal**. São Paulo: Método, 2011.

AZEVEDO, André Mauro Lacerda. **Tribunal do Júri: Aspectos Constitucionais e Procedimentais**. São Paulo: Verbatim, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal – Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Código Penal**. Obra coletiva de Autoria da editora Saraiva e Colaboradores. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. Superior Tribunal Federal. **Súmula nº 610**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm. Acesso em: 22 set. 2017.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PUCCINELLI JÚNIOR, André . **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva 2014.

SILVA, José Antônio da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2012.

SISTEMA CARCERÁRIO E A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO: O SER E O DEVER SER DO PRESO

AUTORES:

Maryane Leite Silva

Anna Beatriz Souza Galdino

Lindeberg Leite Raulino Filho

RESUMO: É de conhecimento geral que, em nosso país o Sistema Carcerário é uma coisa preocupante e escasso. O crescimento célere da população prisional e da carência de vagas, a despeito dos esforços dos governos dos estados e da federação para a geração de novas delas, é por seu turno um elemento revelador de que a construção de novas unidades não pode mais ser o componente fundamental das políticas penitenciárias, senão que apenas mais um componente, dentro de um mosaico bem mais amplo. É verdade que entre a superlotação de estabelecimentos penitenciários e a qualidade desses serviços subsiste uma relação de mútua implicação. Mas ainda assim, restam ainda outros fatores que devem ser trabalhados junto à gestão dos sistemas penitenciários estaduais, como estratégias para torná-los melhores e fazer com que seja como um castigo e aprendizado, não para torná-los piores. As superlotações, os envolvimento de presos em organizações criminosas e a falha de pessoal, são os principais problemas enfrentados pelas penitenciárias brasileiras. Outro fator que estamos acostumados a ver nos noticiários é a questão das rebeliões em presídios, sempre com resultados lastimáveis de sentenciados que são mortos por seus próprios companheiros, funcionários e familiares de detentos transformados em reféns, resgates e fugas audaciosas e espetaculares realizadas por criminosos, e por fim, a incapacidade das autoridades em face de organizações de criminosos, cada vez mais presente nos Estados brasileiros.

Palavras-chave: Carcerário. Ressocialização. Superlotação.

INTRODUÇÃO: O sistema penitenciário, tal como ele existe na sociedade capitalista, principalmente no Brasil, é extremamente cruel, não só porque confina fisicamente o homem, sem que esse homem possa compreender o problema da liberdade, senão em relação à sua locomoção física, mas ele destrói a subjetividade do homem, no sentido de não lhe oferecer nenhuma possibilidade de racionalização da situação em que se encontra. Com isso, se torna cada vez pior o meio de ressocialização do preso à sociedade. A prisão é apenas uma forma de castigo por um erro que alguém cometeu, porém, diante de várias falhas do sistema penitenciário e a omissão do estado. Nesse caso, aquele que foi lá para cumprir seu castigo, e ao pagar, ser reintegrado à sociedade, ao ser liberto poderá vir muito pior, devido ao sistema ser cruel. No entanto, o aumento gradativo e constante da população carcerária confrontou-se com as limitações de espaço das prisões, inviabilizando o direito à cela individual. A verdade é que os presídios brasileiros estão longe de atingir o objetivo ressocializador que tem a pena. As precárias condições e a superlotação carcerária que colaboram para que as penas no Brasil tenham sentido contrário ao que se busca, que seria a reinserção social e o não cometimento pelos mesmos indivíduos, de novos crimes ao regressarem à sociedade. Com o abarrotamento das penitenciárias, não se cumpre o que dispõe a Lei de Execução Penal em seu art. 88, onde a cela individual ao condenado, e

também o local, sejam adequado as condições humanas. Ainda acerca da capacidade dos estabelecimentos penais, a Lei de Execução Penal prevê em seu art. 85 que: “O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade”. Ou seja, não se respeita a lei que deveria regulamentar a ressocialização do preso, fazendo portanto, que o caráter de ressocialização da pena seja por completo desvirtuado. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) apresentou um relatório ainda quanto as condições atuais do sistema penitenciário brasileiro, que diz que além da superlotação dos presídios, ainda são enfrentadas dificuldades nas demais áreas, como higiene, saúde, alimentação, cama, roupa e entre outros. Isto posto e apresentado, a Comissão pôde constatar as condições precárias em que se encontram os detentos também com a falta de atendimento médico adequado. Ela retrata ainda acerca da realização de trabalhos na prisão brasileira que: “Sem embargo, muitos presos entrevistados pela Comissão se queixaram de que não há trabalho nas prisões, o que os obriga a passar o dia todo dormindo ou andando de um lado para o outro. O censo penitenciário revelou que 89% dos presos não desenvolvem qualquer trabalho, pedagógico ou produtivo, sendo esse um dos fatores mais decisivos para as tensões e revoltas nas penitenciárias. Deve-se ressaltar que a maioria dos detentos tinham emprego produtivo antes de ir para a prisão”. Essa Comissão é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge com a Carta da Corte da OEA e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, representando todos os países membros da OEA. Age em conjunto com sete membros independentes que atuam de forma pessoal, os quais não representam nenhum país em particular, sendo eleitos pela Assembleia Geral. Ela tem como função primordial promover a observância e a defesa dos direitos humanos, e no exercício do seu mandato, entre vários pontos, observar o cumprimento geral dos direitos humanos nos Estados-membros, e quando considera oportuno, publicar as informações especiais sobre a situação em um estado específico de cada país membro. Outro fato de extrema importância descrito pela Comissão é acerca da divisão que deveria ocorrer dos presos de acordo com o delito cometido e também pela idade. Em visita a alguns presídios, constatou-se que essa divisão não ocorre nos estabelecimentos, o que acaba por contribuir mais para as complicações encontradas na hora deste detento retornar a sociedade. Muitos já condenados que deveriam estar em estabelecimentos definitivos, encontram-se em locais destinados as prisões temporárias, o que também não está dentro do que regulamenta a legislação. De acordo com alguns relatos feitos, quanto a defasagem de pessoal qualificado para trabalhar nos estabelecimentos prisionais, depoimentos declaram que os agentes penitenciários muitas vezes tratam os presos de maneira desumana, cruel e prepotente, o que se traduz em torturas e corrupção. Por fim, abordou ainda acerca do sério problema das rebeliões organizadas pelos presos, na busca de melhorias. Relatou a Comissão que, nos centros penais brasileiros, ocorrem em média duas rebeliões e três fugas por dia, todas com causas variadas. De forma clara e até mesmo óbvia, é possível observar que são muitos os problemas enfrentados por indivíduos que cumprem pena privativa de liberdade, ou mesmo que aguardam julgamento nos estabelecimentos penais brasileiros, os quais certamente não atingem os seus objetivos, muito menos cumprem as previsões legais acerca da execução penal no ordenamento jurídico brasileiro. Atualmente, as condições físicas do sistema penitenciário no Brasil, acarretam problemas de grande proporção, que tem como expoente a má acomodação dos presos e a própria dificuldade de convivência entre eles. Muito pior, é a convivência entre os de baixa ou nenhuma

periculosidade com altamente perigosos, transformando os presídios em “Escolas do Crime”. Há uma inegável discrepância entre nossa realidade prisional e o que é preconizado em nossa legislação. A falta de políticas públicas e o descaso com as normas existentes fazem com que a ressocialização não aconteça. Para possibilitar a ressocialização dos condenados é necessário colocar em prática as normas existentes em nosso ordenamento jurídico, especialmente na Lei de Execução Penal, tendo como base as medidas de assistência aos apenados, citada no Art.10 e Art.11 da LEP. Logo, deduz-se que o desvirtuamento do sistema prisional brasileiro perante o caráter ressocializador da pena é gritante dentro do sistema brasileiro, necessitando urgentemente de mudanças, em especial com mais investimento do Poder Público para a melhoria nas estruturas e condições do sistema, bem como, a capacitação de responsáveis pelo contato direto com o preso, a fim de possibilitar que este, realmente, quando for a hora de retornar a sociedade, possa fazê-la da melhor forma possível e sem dificuldade. Quando se visualiza o Sistema Penitenciário brasileiro e a ressocialização do apenado, entende-se que é função do Estado aplicar medidas políticas socioeducativas com o intuito de melhorar a condição social do indivíduo destinado ao cumprimento da pena, indivíduos estes, que deve estar ciente das suas responsabilidades enquanto parte integrante de uma sociedade, Estado e nação. Considera-se ressocialização o bom aproveitamento dos programas aplicados ao preso por meio da custódia, da prestação de assistência jurídica, psicossocial, à saúde, educacional, trabalhista, religiosa, bem como a garantia da visita e do lazer. O Estado falha em garantir a integridade dos presos em muitas unidades prisionais para se proteger, os detentos se organizam em facções criminosas. Porém, esses grupos evoluem criando redes de advogados, formas de financiamento, obtenção de armas e assim elevam o crime para um nível mais nocivo, que afeta toda a sociedade. A sociedade brasileira contemporânea enfrenta como um de seus maiores desafios sociais e econômicos, a precariedade do sistema carcerário brasileiro, situação que apresenta causas, sobretudo ligadas à falta de estrutura, bem como à ineficiência da ressocialização. Assim, é fundamental que o Poder Público e a sociedade civil atentem para às causas e consequências. **METODOLOGIA:** Com o objetivo de atingir as reflexões necessárias para a compreensão do fenômeno carcerário brasileiro, foi elaborado um levantamento sobre este assunto a partir de uma pesquisa descritiva bibliográfica. A proposição da pesquisa descritiva é apresentar a natureza de um fenômeno informando um problema por intermédio de publicações em artigos, monografias; sites, livros e teses. (CERVO BERVIRAN, 1996, p. 49). Fizemos levantamento de dados estatísticos para apresentar o número da população carcerária brasileira, como também o resultado de um ranking, estando o Brasil entre os três países com a maior população carcerária em números absolutos e as principais causas da superlotação. Por fim, os conceitos gerais analisados tiveram como base o livro “CPI SISTEMA CARCERÁRIO”, sendo este um material elaborado pela Câmara dos Deputados e disponibilizado pela Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Reúne pesquisas, estudos, audiências públicas, fotografias que mostram a realidade do sistema carcerário no país, apresentam dados estáticos, por exemplo, contabilizando a quantidade de crimes tentados ou consumados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A princípio, o número de detentos nas prisões brasileiras cresce a cada ano de forma significativa, com a falta de estrutura, esse crescente número gera superlotações nos presídios, situação preocupante, pois há investimentos, mas os mesmos não são suficientes, devido a ineficiência do Estado na organização desses lugares. Um exemplo claro disso, são as rebeliões, que já

acontecem há décadas, e a ausência de estrutura, é um agravante dessa problemática. A população carcerária brasileira atingiu a marca de 711.463 presos. Os números apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a representantes dos tribunais de Justiça brasileiros levam em conta as 147.937 pessoas em prisão domiciliar, colocam o Brasil entre os três países com a maior população carcerária em números absolutos, segundo dados do ICPS, sigla em inglês para Centro Internacional de Estudos Prisionais, do King's College, de Londres. As prisões domiciliares fizeram o Brasil ultrapassar a Rússia, que tem 676.400 presos. As causas das superlotações dos presídios brasileiros têm as principais causas, os efeitos da lei antidrogas, o excesso de prisões provisórias, o uso de regime fechado mesmo quando há penas alternativas e as prisões não cumprem papel de ressocialização e fortalecem o crime. No estado do Rio Grande do Norte, houve uma rebelião que ficou marcada como a maior que o RN já viu, foram 26 mortes e quase todos foram decapitados, o motim teve duração de mais de 14 horas. Isso mostra a fragilidade no sistema carcerário, como haverá ressocialização de pessoas assim? Que se matam em troca do seu espaço, por ser a maioria envolvidas em organizações criminosas e preso no mesmo lugar ou podemos dizer na mesma sela. A superlotação dentro dos presídios, que gera mais violência, que muitos detentos de alta periculosidade cumprem pena com outros que ainda são primários. Nesse caso, surgem várias indagações e críticas sobre a inoperância do poder público para solucionar um problema que é de sua responsabilidade. O estado tem a obrigação de garantir direitos dos detentos e aplicar à eles funções e obrigações, a fim da ressocialização humana e correta. O Direito Penal assume a função de proteção da sociedade, sem, entretanto, modificá-la ou alterá-la, clarificando, desta forma, a concepção de ressocialização que pressupõe repassar ao preso o mínimo ético indispensável à convivência em sociedade. **CONCLUSÃO:** É nítida a responsabilidade do Estado, frente ao problema, vez que a ressocialização não funciona em sua plenitude, fortalecendo o crime, pois com o alto número de detentos, a cadeia tornou-se um ponto de venda e distribuição de drogas. A principal consequência dessa realidade, é o aumento da criminalidade, o que é alarmante, devido aos altos índices já existentes no país. É necessário reformar o sistema de Justiça para combater a lentidão da Justiça e permitir que os presos tenham acesso a formas adequadas de defesa, como a defensoria pública – nem todos os Estados contam com essa estrutura, que é ainda mais rara em presídios. Outro fator para diminuir a superlotação seria aumentar a aplicação de penas alternativas ao encarceramento. Hoje elas são apenas previstas para penas de até quatro anos e raramente são aplicadas para casos envolvendo tráfico de drogas. O aumento da aplicação teria o efeito de evitar que muitos criminosos de baixa periculosidade entrassem em contato com facções criminosas nos presídios. A aplicação de penas alternativas poderia substituir penas de prisão de até oito anos por medidas alternativas, seria possível reduzir a população carcerária brasileira em 53%. Uma parte dos juizes ainda remonta entende que a prisão é como se fosse uma obrigação, quando, na verdade, deveria ser a última alternativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI Sistema Carcerário**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. (Série ação parlamentar; n. 384). Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/dl/relatorio-cpi-sistema-carcerario.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **CSP/CNMP conhece resultados de projeto que reestrutura o controle externo da atividade policial.** Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/12171-csp-cnmp-conhece-resultados-de-projeto-que-reestrutura-o-controle-externo-da-atividade-policia> Acessado em: 26 set. 2019.

GONÇALVES, HORTÊNCIA DE ABREU. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo: Avercamp, 2005. p. 91.

O SISTEMA prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso. Artigo. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/33578/o-sistema-prisional-brasileiro-e-as-dificuldades-de-ressocializacao-do-preso>. Acesso em: 30 ago. 2019.

REBELIÃO mais violenta da história do rn tem 26 mortos, diz governo. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2017/01/rebeliao-mais-violenta-da-historia-do-rn-tem-27-mortos-diz-governo.html>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ROSSINI, Tayla Roberta Dolci. **O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso.** Direitonet. 2015. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8784/O-sistema-prisional-brasileiro-e-as-dificuldades-de-ressocializacao-do-preso>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SISTEMA carcerário brasileiro. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/brasil/sistema-carcerario-brasileiro.htm>. Acesso em: 27 ago. 2019.

UMA VISÃO CRÍTICA SOBRE A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DAS AUTARQUIAS FEDERAIS

AUTOR:

Alyson Henrique Florentino da Costa

RESUMO: Dentro de um contexto de descentralização administrativa do Estado em contrapartida a uma atuação mais eficiente e até mesmo repressiva dos órgãos de controle do Estado, o objetivo do presente artigo é realizar uma análise crítica acerca da visão doutrinária no que concerne à autonomia das autarquias federais, em razão da reconhecida independência com que atuam, fundamentada no fato de possuírem personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, bem como gestão administrativa e financeira. A justificativa da presente pesquisa fundamenta-se no fato de que a doutrina jurídica acerca da matéria enaltece a atuação autônoma e independente das autarquias, porém de forma separada das formas de controle a que estão sujeitas as autarquias, em especial, a vinculação ministerial, o controle exercido pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União. A metodologia da pesquisa será essencialmente bibliográfica e documental, tendo por base principalmente a doutrina jurídica acerca do assunto bem como a legislação pertinente. A partir do estudo realizado, podemos concluir que em razão do controle excessivo a que estão sujeitas as autarquias, a autonomia administrativa está mais presente no desempenho da atividade-fim, pois em relação às atividades-meios ou atividades auxiliares, encontram sujeitas a controle tão intenso que a autonomia praticamente inexistente.

Palavras-chave: Autarquias federais. Autonomia administrativa. Controle.

INTRODUÇÃO: Desde 1995, a Administração Pública Brasileira vem passando por uma série de mudanças, na busca da prestação de um serviço público mais eficiente, descentralizado e menos burocrático. Com efeito, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado Brasileiro, até então, resultou na deterioração dos serviços públicos, no agravamento da crise fiscal e aumento da inflação (BRASIL, 1995, p. 9). De fato, a atual crise econômica aliada a falta de recursos do Estado para manutenção de políticas públicas essenciais e prestação de serviços públicos de melhor qualidade deu origem a um contexto ímpar no que concerne ao desempenho dos órgãos de controle interno e externo do Estado. Com efeito, nunca se observou uma atuação tão presente destes órgãos, relacionada principalmente ao aumento da fiscalização, atuação preventiva e cortes de gastos públicos. Assim, dentro desse contexto de busca por uma atuação mais descentralizada do Estado em contrapartida a uma atuação mais eficiente e até mesmo repressiva dos órgãos de controle do Estado, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica acerca da visão doutrinária no que concerne à autonomia das autarquias federais, em razão da reconhecida independência com que atuam, fundamentada no fato de possuírem personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, bem como gestão administrativa e financeira descentralizada, a teor do disposto no art. 5º, I, do Decreto-Lei nº 200/67 (BRASIL, 1967). A justificativa da presente pesquisa fundamenta-se no fato de que a doutrina jurídica acerca da matéria enaltece a atuação autônoma e independente das autarquias, porém de forma separada dos diversos tipos de controle a que estão sujeitas, incutindo no estudante de direito uma visão de que esses entes tem uma ampla margem de liberdade no que concerne

sua gestão administrativa e financeira. Assim, necessário realizar uma análise crítica acerca desse conceito de autonomia, à luz das mais diversas formas de controle do Estado. Por meio desta pesquisa, esperamos conseguir apresentar uma visão crítica acerca do conceito doutrinário da autonomia administrativa das autarquias, através da contextualização da sua atuação em relação aos órgãos controle do Estado. **METODOLOGIA:** No que concerne à metodologia, podemos classificar o presente trabalho como uma pesquisa essencialmente exploratória, haja vista que buscou tornar o problema apresentado mais explícito, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias (GIL, 2002, p. 41). Assim, no que diz respeito aos procedimentos técnicos utilizados para coleta dos dados, com base na classificação proposta por Gil (2002, p. 43), a pesquisa será essencialmente bibliográfica e documental, podendo ainda apresentar alguns estudos de caso para fortalecer os argumentos propostos. **REVISÃO DA LITERATURA** - Autarquias Federais - Consoante Di Pietro (2012, p. 484), o conceito legal de autarquia pode ser encontrado do Decreto-Lei nº 200/67, que em seu art. 5º, I, dispõe que os referidos entes constituem um:

serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. (BRASIL, 1967).

Interessante registrar o conceito dado por Carvalho Filho (2015, p. 490), que define as autarquias como “pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado”, o qual ressalta ainda a vedação ao exercício de atividades de caráter econômico por esses entes. Em relação às atividades a serem desenvolvidas, consoante os conceitos anteriormente expostos, verifica-se que as autarquias somente podem ser criadas para o desempenho de atividades específicas da administração pública, entendidas estas como “a execução de serviços públicos de natureza social e de atividades administrativas” (CARVALHO FILHO, 2015, p. 493). De fato, se objetivo da descentralização é a prestação de um serviço público de melhor qualidade, a autarquia deve ser criada “para atuar em serviços típicos do Estado, que exijam especialização, com organização própria, administração mais ágil e pessoal especializado” (ALEXANDRINO e PAULO, 2016, p. 48). São exemplos de autarquias o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e parte das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (TÁCITO, 1981, p. 205). No que concerne às características das autarquias, uma vez que estas constituem parte integrante da Administração Pública, ainda que indireta, executando atividades próprias do Estado, possuem os mesmos privilégios e estão sujeitas aos mesmos controles que a Administração-matriz (MEIRELLES e BURLE FILHO, 2016, p. 442). Consoante Meirelles e Burle Filho (2016, p. 442), as autarquias possuem patrimônio público próprio, criado mediante transferência do ente instituidor; os atos de seus dirigentes constituem ato administrativo; seus contratos estão sujeitos à licitação; seu orçamento é formalmente idêntico aos das entidades estatais; e seus dirigentes escolhidos na forma que o estatuto ou a lei estabelecer. Em relação ao regime de pessoal, estão sujeitos a regime jurídico único, nos termos do art. 39 da Constituição Federal

(BRASIL, 1998), sendo que no âmbito federal, esse regime jurídico é o instituído pela Lei Nº 8.112/90 (BRASIL,1990). Autonomia Administrativa das Autarquias Federais - Em relação a essa prerrogativa, a doutrina sempre nos lembra a importância de não confundir a autonomia autárquica com aquela que é conferida aos entes federativos do Estado brasileiro. Com efeito, esta diz respeito à capacidade que alguns entes possuem de “poder criar sua própria administração e estabelecer sua organização jurídica” (CARVALHO FILHO, 2015, p. 488), isto é, poder criar seu próprio direito dentro dos limites de competência dados pela Constituição Federal (DI PIETRO, 2012, p. 485). Por outro lado, consoante Di Pietro (2012, p. 486), a autonomia administrativa das autarquias diz respeito à capacidade de se auto administrar em relação às matérias que lhes foram destinadas pelo ente que as instituiu. Assim, consoante o referido conceito, podemos inferir que a autoadministração das autarquias se refere à capacidade de regulamentação do serviço-fim e certa independência de atuação apenas neste quesito, tudo isso no âmbito da competência outorgada pela lei instituidora e nos limites impostos pelas leis atinentes à matéria. Em relação ao tema, Meirelles e Burle Filho (2016, p. 440), sem distinguir a execução de atividade-meio e atividade-fim, entendem que a autonomia autárquica constitui a capacidade de administrar-se “a si própria, segundo as leis editadas pela entidade que a criou”. Os autores ressaltam ainda que o ente em questão age por direito próprio e com autoridade pública, na medida do direito que lhe foi outorgado pela lei instituidora, e arrematam, por fim, que a autonomia administrativa das autarquias trata-se de “direito subjetivo público, oponível ao próprio Estado quando o infringir” (MEIRELLES e BURLE FILHO, 2016, p. 447). Há ainda autores como Moraes (1960, p. 500) que defendem que a atuação da autarquia (execução do serviço) deve ser exercida livremente, sem nenhuma interferência, pois a faculdade de controle do Estado está restrita à fiscalização e vigilância. O controle da administração pública que exceda estes limites, caracteriza ofensa à liberdade autárquica, configurando verdadeiro ato ilícito, incompatível com o conceito de autarquia. O Controle da Atuação Autárquica - Sabe-se que a cabe à Administração Pública gerir o interesse da coletividade, mas para realizar este objetivo em conformidade com os padrões legais, inclusive dos parâmetros de moralidade e eficiência, tornam-se necessários mecanismos de controle que assegurem o atingimento desses objetivos (CARVALHO FILHO, 2015, p. 976). Assim, com fundamento no princípio da legalidade e das políticas administrativas, podemos falar na existência de um “conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão de toda a atividade administrativa, em qualquer das esferas de Poder” (CARVALHO FILHO, 2015, p. 975). Com base no art. 70 da Constituição Federal, podemos observar no ordenamento jurídico brasileiro a previsão de um sistema de controle interno para cada Poder, bem como de um controle externo. O controle interno, consoante Alexandrino e Paulo (2016, p. 887), diz respeito àquele

exercido dentro de um mesmo Poder, seja o exercido no âmbito hierárquico, seja o exercido por meio de órgãos especializados, sem relação de hierarquia com o órgão controlado, ou ainda o controle que a administração direta exerce sobre a administração indireta de um mesmo Poder.

De acordo com o referido conceito, configuram formas de controle interno o controle hierárquico e o controle exercido por órgãos especializados, criados para este fim, bem como a supervisão exercida pelos ministérios em relação às entidades que lhe são vinculadas (controle finalístico). Além disso, não podemos deixar de acrescentar o controle exercido dentro do próprio órgão/entidade por setores aos quais lhe assista tal função (MELLO, 2010, p. 937). Assim, no que concerne à atuação autárquica, podemos destacar como formas de controle interno: a supervisão ministerial, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei Nº 200/196 (BRASIL, 1967) e a atuação da Controladoria-Geral da União (CGU), com competência prevista no Decreto Nº 9.681/2019, Anexo I, art. 1º (BRASIL, 2019) e Medida Provisória Nº 870/2019 (BRASIL, 2019). No que concerne ao controle externo, definido como o aquele “exercido por um Poder sobre os atos administrativos praticados por outro Poder”, destacamos a atuação do Tribunal de Contas da União, com previsão no art. 71 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que vinculado ao Poder Legislativo, sua atuação envolve as áreas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, da seguinte forma:

Na área contábil, há preocupação com a correta formalização dos registros das receitas e despesas; na área financeira, o controle se efetiva por meio do acompanhamento dos depósitos bancários, dos empenhos de despesas, dos pagamentos efetuados, dos ingressos de valores etc.; o controle orçamentário diz respeito ao acompanhamento da execução do orçamento, à fiscalização dos registros nas rubricas orçamentárias adequadas etc.; na área operacional, controla-se a execução das atividades administrativas em geral, verificando-se a observância dos procedimentos legais e a sua adequação às exigências de eficiência e economicidade; o controle patrimonial incide sobre os bens do patrimônio público, móveis e imóveis, constantes de almoxarifados, de estoques ou que estejam em uso pela administração. (ALEXANDRINO e PAULO, 2016, p. 933).

RESULTADO E DISCUSSÃO: A partir da pesquisa realizada, verificou-se que as autarquias no âmbito federal estão sujeitas a um grande controle administrativo e financeiro, não sendo exagerado afirmar que a autonomia dos referidos entes praticamente inexistente em alguns aspectos, principalmente no que diz respeito à atividade-meio, conforme se depreende do disposto no art. 13, II do Decreto-Lei Nº 200/67 (BRASIL, 1967). Em sede de controle interno, acerca do controle finalístico, a doutrina fala em função fiscalizatória do ente instituidor, exercida nos limites da lei e que o serviço é desempenhado com independência. Todavia, não é dado o devido destaque ao poder de acompanhamento das rotinas administrativas exercido pelo ente instituidor, de modo que em relação à gestão administrativa, as autarquias são obrigadas a observar toda a regulamentação imposta pela Administração Direta. Ainda em sede de controle interno, semelhante fiscalização é exercida pela CGU, que, em matéria de pessoal, acompanha a rotina administrativa do órgão, buscando inconsistências na aplicação da lei e avaliando se a entidade observa os normativos do Ministério da Economia, responsável pela regulamentação em matéria de pessoal no âmbito federal. Em relação ao controle externo, o controle exercido pelo Tribunal de Contas verifica-se que o referido tribunal tem adotado certas posturas que interferem sobremaneira na atuação autárquica, que frente a determinadas incorreções, não se restringe à negativa do registro de um ato de aposentadoria, por exemplo, mas exige que o ente/órgão “se curve à orientação do Tribunal de Contas, sob pena de sofrer sanções as mais drásticas, inclusive com a aplicação de multas

que recaem sobre a pessoa do administrador” (BARROSO, 1996, p. 132). **CONCLUSÃO:** De acordo com o estudo realizado, podemos verificar que o conceito de autonomia autárquica trazido pela doutrina estudada, na maioria das vezes, enaltece a independência de atuação das entidades autárquicas, posto que tratam de forma genérica a capacidade de autoadministração, sem distinguir a atividade-meio (atividades auxiliares) e a atividade-fim. A partir do resultado da pesquisa, concluímos que a ideia de autonomia administrativa das autarquias federais proposta pela doutrina, sem distinguir de forma apropriada sua atuação em relação às atividades-fins e às atividades-meio, acaba por criar a ilusão de que estas entidades possuem uma autonomia maior do que a realidade demonstra. De fato, levando-se em consideração o contexto de atuação preventiva e até mesmo repressiva de órgãos de controle da Administração Direta, principalmente no que se refere ao acompanhamento de atividades administrativas e matéria de pessoal, podemos perceber as autarquias federais não são entidades absolutamente autônomas posto que o controle sobre elas exercido envolve a sua organização (NETO, 1960, p. 184). Assim, entendemos ser mais apropriado falar em autonomia no que se refere unicamente à execução do serviço que foi descentralizado, posto que maior a liberdade de atuação e regulamentação.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo descomplicado**. 24. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. Tribunais de Contas: algumas incompetências. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 203, p. 131-140, jan. 1996. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46695/46655>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 out. 1988. n. 191-A, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 23 mar. 1967. Suplemento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. **Decreto nº 9.681, de 03 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Controladoria-Geral da União, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. . Edição Extra Nº 2-A. ed. Brasília, DF: D.o.u., 03 jan. 2019. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9681.htm. Acesso em: 27 set. 2019.

_____. **Lei Ordinária nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 19 abr. 1991. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 01 jan. 2019. p. 1. Edição Especial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 28. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro.** 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MORAIS, Antônio de. Autarquia - Autonomia - Tutela - Caixa Econômica. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 59, p. 497-504, abr. 1960. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/20536/19273>. Acesso em: 27 abr. 2019.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo.** 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TÁCITO, Caio. Ensino superior - Fundação - Autarquia especial. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 144, p. 202-211, jan. 1981. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43383/42047>. Acesso em: 04 Abr. 2019.

VIEIRA NETO. Servidor de autarquia - Subordinação hierárquica. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 60, p. 183-184, abr. 1960. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/20834>. Acesso em: 15 Abr. 2019.

ANÁLISE DA NORMATIVIDADE DOS PROCESSOS DE GUARDA COMPARTILHADA E ALIENAÇÃO PARENTAL

AUTORA:

Letícia Gualberto dos Santos Costa

RESUMO: Alienação parental é um processo novo e tem relação com a manipulação psicológica da criança e do adolescente, principalmente nos processos de divórcio. A guarda compartilhada aparece nesse processo como medida para diminuir os casos de alienação e garantir o direito de convívio familiar.

Palavras - chave: Alienação parental. Guarda compartilhada. Família.

INTRODUÇÃO: O presente projeto tem o intuito de desenvolver um estudo sobre guarda compartilhada, partindo do contexto relacional de fato social e fato jurídico, no qual a obrigatoriedade, mesmo nos casos que as partes não entrem em consenso, e é utilizada como método para inibir a alienação parental. A guarda compartilhada no Art. 1583 da constituição civil, na antiga redação colocava que era um acordo sobre a guarda dos filhos, ou seja, era compartilhada a responsabilidade com o filho, mas para isso os pais deveriam estar de acordo. No entanto, com o crescimento dos estudos sobre a síndrome de alienação parental, o desenvolvimento de pesquisas para saber quantos filhos de casais separados passaram por essa síndrome, notou-se que era necessária alguma medida para coibir o processo de alienação parental. O tema alienação parental é algo novo e com poucos estudos. Ainda não se desenvolveu pesquisas específicas sobre se a medida de obrigatoriedade da guarda compartilhada foi efetivo para o fim da alienação parental, outro ponto que também não é muito abordado é que a guarda compartilhada só é obrigatória nos casos de disputa da criança, ou seja, as crianças que não tem disputa de guarda não correm o risco de alienação parental? E as crianças que sofrem por abandono afetivo, não teria também o direito ao convívio a família? Por qual motivo a guarda compartilhada se limitou apenas a casais que estão em processo de divórcio ou dissolução de união estável? E os casais que possuem relações informais, as crianças não teria o direito de convivência? Devemos entender que a guarda compartilhada não significa divisão física da criança. Representa a importância e interesse de partilhar a convivência com a criança ou adolescente, é algo para ser decidido em conjunto sobre tempo de visita, dias, locais, mas isso deve ser feito de forma equilibrada, mesmo que um dos pais já tenha sido reconhecido como provedor de alimentos, isso não limita a parte a ter acesso a criança ou adolescente. Um ponto importante é que sempre deve ser levado em consideração: o bem-estar do filho e o direito a convivência com a família. Isso mostra a abrangência da garantia de direitos da criança e adolescente, no qual é considerado direito fundamental. Tem-se como objetivo geral analisar a guarda compartilhada como iniciativa de garantia de direitos da criança e adolescente e como objetivos específicos demonstrar o direito fundamental da criança e do adolescente à convivência familiar e a importância dessa convivência para sua formação psicológica; explicar o contexto histórico da obrigatoriedade da guarda compartilhada e descrever o processo de guarda compartilhada e os perigos da manutenção da alienação parental. **REVISÃO DA LITERATURA:** A família é um dos primeiros meios de socialização do indivíduo, no qual a criança tem acesso à cultura, língua, costumes de um determinado povo. Segundo Carvalho (2019), os

primeiros indícios de família ocorreram ainda na pré-história, no qual era formado por um grande grupo e a responsabilidade era partilhada, a criança tinha vários pais, pois a mulher pertencia ao grupo e não existia a monogamia. No decorrer do desenvolvimento humano os vínculos foram firmados a partir do afeto e família era considerada pessoas que partilhavam a mesma casa e tinha costumes religiosos e culturais iguais. Como será melhor abordado a quebra dos vínculos familiares podem acarretar mudanças de caráter, prejudicar no desenvolvimento intelectual, além de causar abalos no desenvolvimento emocional, acarretando insegurança e depressão em um futuro próximo, segundo Juiz Saulo Góes Pinto que coloca que a criação da lei é uma tentativa de:

impedir que as condutas de alienação parental sejam praticadas, haja vista as graves consequências sofridas pela criança ou adolescente, entre os quais destacam-se: a depressão, baixa autoestima, complexo de resgate e diversas formas de sofrimento emocional. (PINTO, 2018, p. 1).

O art. 229 da Constituição Federal “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores...”, no entanto isso não tem ocorrido com desenvolvimento das relações família muitas vezes só mãe fica com a guarda da criança e o pai fica como o provedor de alimentos, mas isso não exime a necessidade da criança de convivência com os pais e com a família do seu genitor. Um dos principais motivos pelo qual se anseia a compreensão da temática é entender a legislação específica que envolve o processo de alienação e os direitos e deveres dos progenitores mediante ao Código Civil art. 1906 que descreve sobre o exercício da responsabilidade parental, art. 5 da Constituição Federal que trata sobre a igualdade perante a lei, a lei nº 13.058/14 que trata como regra a guarda compartilhada, no lugar da guarda unilateral, lei 12.318/10, em específico o art. 2 que conceitua a alienação parental, lei nº 11.698/08, art. 1584 § 2º que relata sobre a falta de acordo entre as partes e por fim, o ECA(Estatuto da Criança e do Adolescente), que fala sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente, será relatado sobre o abandono afetivo, para demonstrar o quanto é necessário maiores debates e conquistas de direitos para criança e adolescente, lembro que a temática de abandono afetivo não é o objeto principal do trabalho, será apenas uma aproximação para desenvolvimento em futuras pesquisas. Busco nesse trabalho relacionar a maioria das normativas ligadas com o processo de manutenção de direitos da criança e a igualdade de convivência com a família dos seus genitores. Em suma, tem-se a necessidade de compreender melhor o processo de alienação parental e a utilização compulsória da guarda compartilhada, mesmo nos casos que os litigantes não chegam a um consenso. No art. 2º da lei 12.318/10 conceitua alienação parental:

a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, 2010).

Esse termo Alienação Parental foi desenvolvido por Richard Gardner, psiquiatra, no ano de 1985 e tinha como nome inicial Síndrome de Alienação Parental. Segundo Gardner (2002), o termo síndrome de alienação parental, não é muito utilizado nos Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

tribunais de justiça, pois o conceito de síndrome são sintomas que acontecem em conjunto, já na alienação parental os sintomas são desconectados. Segundo Baroni, Cabral e Carvalho (2015), a utilização da palavra “síndrome da alienação parental refere-se à conduta do filho” já o termo “alienação parental diz respeito à conduta do genitor que desencadeia o processo de afastamento da criança do outro genitor.” Na lei nº 12.318/2010 afirma que o ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, no qual prejudica o principal da família: o afeto nas relações. Fazendo com que o genitor e com o grupo familiar, o afastamento e separação do convívio. Constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e implica em descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental. No entanto, como pode ser visto, apenas as crianças e adolescentes que estão com os pais separados foram levados em consideração, ou seja, ficaram de fora da pesquisa e da lei de alienação parental e da guarda compartilhada, filhos gerados fora do casamento. O que mostra que a norma ainda não acompanha o processo de mudança das configurações das famílias.

METODOLOGIA: Na busca de compreender melhor como se dá a guarda compartilhada, tendo em vista a obrigatoriedade, mesmo com a falta de acordo entre as partes, será utilizado o método cartográfico, por se tratar de um método que tem “um caráter de pesquisa-intervenção” (Passos & Benevides de Barros, 2012), trazendo como escala a tentativa de analisar a guarda compartilhada como iniciativa de garantia de direitos para criança e adolescente. Para isso, a pesquisa será baseada em revisão bibliográfica com estudo da normativa específica sobre direitos da criança e do adolescente e na primazia da relação entre fato social e fato jurídico, no qual o processo social e histórico responsabilizava a mãe pelo cuidado do filho e por mais que o desenvolvimento social e o ingresso da mulher no mercado de trabalho fez com que essa responsabilidade fosse dividida, o pai deixa de ser apenas mantenedor financeiro para cumprir, outras obrigações, principalmente afetivas. Porém, isso ainda não é uma realidade para muitos jovens brasileiros. No entanto, outro fato social entrou em evidência, no qual a criança e o adolescente são manipulados por um dos genitores com o intuito de prejudicar o vínculo familiar. Esse fato social se tornou fato jurídico conhecido como alienação parental. A guarda compartilhada surge como instrumento para inibir a alienação, porém não é apenas nos casos de disputa de guarda que a criança ou adolescente tem a atuação da proteção familiar limitada. O que revela um problema na estruturação jurídica, o que será utilizado como projeção. Um exemplo claro disso é que a guarda compartilhada não abarca os casos de abandono afetivo, pois são situações que não ocorre disputa, conseqüentemente, não gera alienação parental. Todavia, essa criança fica sem proteção familiar. Por fim temos como simbolização, o que afirma Reale (2002):

excogitam-se técnicas mais aperfeiçoadas para obter-se o cumprimento das normas jurídicas, através não de sanções intimidativas, mas sim através de processos que possam influir no sentido da adesão espontânea dos obrigados, o que propiciam incentivos e vantagens. REALE (2002, p.75).

Logo, percebe-se que, a partir de um maior desenvolvimento normativo, haverá uma adesão espontânea por parte dos genitores. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O grande problema da guarda compartilhada em não incluir os filhos gerados fora do matrimônio é o que origina o abano afetivo, ou seja, a criança que é gerada fora do casamento não passa pelo processo de separação e nem de disputa de guarda, em compensação acaba tendo o cuidado negligenciado, isso não significa que o

cuidado da mãe não seja o suficiente, mas é devido que CF 88 é direito da criança a convivência familiar. Destaco o cuidado da mãe porque no Brasil existe altos índices da ausência do pai, isso pode ser comprovado até pelos casos da paternidade negada, que as crianças sequer têm o nome do pai no registro de nascimento. “Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento.” (CNJ, 2011 apud Exame, 2014). Há uma dificuldade para maior desenvolvimento do tema, o primeiro ponto de dificuldade é que devido os processos ocorrerem em segredo de justiça, não é possível ter uma estimativa do que realmente melhorou ou piorou com relação ao número de crianças e adolescentes que sofreram ou sofrem alienação e que tiveram por medida de manutenção de direito fundamental a utilização da guarda compartilhada. O segundo ponto é que muitas pessoas se aproveitam da má divulgação do tema para produzir dados falsos. Segundo o Ministério Público do Paraná (2018):

É impossível saber ao certo ou mesmo estimar o número de filhos (menores de idade) vítimas de alienação parental. Por duas enormes razões: os processos judiciais correm em segredo de Justiça (não podem ser abertos nem em pesquisas acadêmicas, sem autorização expressa) e os conselhos tutelares são pouco procurados - e quando são procurados não alimentam o sistema de informações nacional para a criança e adolescente (SIPIA) sobre com o problema.

O terceiro ponto tem relação sobre o projeto de revogação da Lei de Alienação Parental, no qual de um lado tem o senado e do outro os especialistas, esses falam sobre a efetividade da lei e a falta de meios para torna-la mais efetiva e aqueles questionam os efeitos da lei e a até mesmo o conceito. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos através de notícia pelo site do Senado aponta sobre os debates sobre o projeto de revogação da lei de alienação parental e sua relação com a guarda compartilhada.

A conselheira titular do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (Conanda), Iolete Ribeiro da Silva, expressou a preocupação da entidade sobre a falta de uma definição de síndrome da alienação parental fundamentada em estudos científicos e criticou a aprovação da LAP sem a devida discussão com a sociedade. A guarda compartilhada, no entendimento do Conanda expresso por Iolete, se mostra suficiente para assegurar o convívio com os dois genitores, enquanto a LAP se mostra “inoportuna” e violadora dos direitos dos menores.

Nesse portal a subprocuradora-geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho (2019) “defendeu a revogação da lei ‘feita às pressas feita por um grupo de interesse’, avaliando que, em nove anos de vigência, a LAP não deu respostas à sociedade e se estabelece sobre um conceito sem base”. Já o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) é contra a revogação, pois limitaria o direito da criança e do adolescente, tanto no que se trata de direito a convivência familiar, ou seja, conviver com a família dos dois genitores, como no que a ausência da lei pode causar, principalmente para desenvolvimento da criança. Já que a infância é o período de construção emocional e psicológica. Esses impasses e essa dificuldade de estatísticas demonstra uma lacuna na elaboração da lei de alienação parental, no qual a sociedade ainda não sabe o que realmente se trata a lei? O que é alienação?

Quais as consequências do não controle do Estado? Quem é o responsável pela denúncia? Qual órgão devo procurar? Como a guarda compartilhada ajuda na diminuição da alienação parental? E se a LAP for revogada? Segundo o IBGE (2019), no Brasil, o número de registros de guarda compartilhada se multiplicou, “entre 2014 e 2017, passando de 7,5% dos casos de divórcio de casais com filhos menores para 20,9%”. Os dados abaixo ajudam a demonstrar alguns pontos importantes:

Figura 1: Responsabilidade pela guarda dos filhos em divórcios em 1ª instância



Fonte: IBGE. Estatísticas do Registro Civil 2017. Ano: 2017.

Isso mostra que a alteração da lei de guarda compartilhada opcional para prioritária fez com que os regimes de guarda no país mudassem, beneficiando, desse modo, crianças e adolescentes que passam a conviver com ambos os genitores. Porém, esse dado não teve mais nenhuma atualização ou acompanhamento o que demonstra a dificuldade para afirmação da efetividade do instrumento da guarda compartilhada para o combate da alienação parental. Segue a baixo o gráfico que expressa últimos dados estatísticos: **CONCLUSÃO:** A alienação parental e guarda compartilhada. São temáticas que tem ganhado destaque nos estudos tanto ligados diretamente ao direito como a psicologia, já que o primeiro trata da manipulação do filho pelos genitores e o segundo é a diligência para inibir a efetivação e situações de alienação. A alienação parental segundo a lei nº 12.318, de 26 de Agosto de 2010:

Art. 2º. Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

O Estado como medida para diminuir a alienação parental, se utiliza da guarda compartilhada de forma prioritária, no entanto não é possível acompanhar se essa medida é realmente eficaz, porque mesmo a guarda compartilhada sendo obrigatória é levado em consideração a vontade do genitor. Como pode ser visto no § 2º do Art. 1.584 da lei da guarda compartilhada:

Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor.

Outro fato que ocorre é que o Estado não possui equipe psicopedagogia suficiente para acompanhar todos os casos, um dos motivos é a falta de concursos públicos. Para um ótimo desenvolvimento do acompanhamento é necessária uma equipe multidisciplinar com assistente social, psicóloga, jurista e outros especialistas no tema.

REFERÊNCIAS

ALIENAÇÃO PARENTAL e a Guarda Compartilhada como Meio Preventivo.

2017. Disponível em:

<https://cleitonpires.jusbrasil.com.br/artigos/332348680/alienacao-parental-e-a-guarda-compartilhada-como-meio-preventivo>. Acesso em: 01 maio 2019.

BARONI, Arethusa; CABRAL, Flávia Kirilos Beckert; CARVALHO, Laura Roncaglio. **O que é alienação parental?** 2015. Disponível em: <https://direitofamiliar.com.br/o-que-e-alienacao-parental/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.** Lei dispõe sobre a alienação parental. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRITO, Anne Lacerda. **Abandono afetivo:** o que é isso e quais as consequências jurídicas. Disponível em:

<https://annelbrito.jusbrasil.com.br/artigos/351785806/abandono-afetivo-o-que-e-isso-e-quais-as-consequencias-juridicas>. Acesso em: 27 abr. 2019.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito Família.** 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ. **Alienação parental segundo a lei 12.318/2010.** Disponível em: <https://dp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/2957478/artigo-alienacao-parental-segundo-a-lei-12318-2010>. Acesso em: 14 abr. 2019.

EXAME. **Brasil tem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro-** 2013 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

GARDNER, 2002. Richard A. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** – 2002. Disponível em: <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>. Acesso em: 14 abr. 2019.

GUARDA COMPARTILHADA é uma tentativa de diminuir a alienação parental, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-27/guarda-compartilhada-tentativa-reduzir-alienacao-parental>. Acesso em: 14 abr. 2019.

Guarda Compartilhada X Guarda Alternada: saiba no que se diferem, 2017. Disponível em:

<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6327/Guarda+Compartilhada+X+Guarda+Alternada%3A+saiba+no+que+se+diferem>. Acesso em: 17 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pais dividem responsabilidades na guarda compartilhada dos filhos. 2019.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23931-pais-dividem-responsabilidades-na-guarda-compartilhada-dos-filhos>. Acesso em: 24 ago. 2019

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Estatísticas: **Alienação Parental**. 2018. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-2140.html>. Acesso em: 13 ago. 2019

O MÉTODO da cartografia em pesquisa qualitativa, 2017 – Disponível: <https://www.webqda.net/o-metodo-da-cartografia-em-pesquisa-qualitativa/>. Acesso: 20 maio 2019.

PASSOS, E., & Benevides de Barros (2012). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina.

PINTO, Saulo Góes. **Alienação Parental Intrafamiliar – Ambiente Familiar Hostil**. Disponível em: http://www2.tjam.jus.br/esmam/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=50&Itemid=89. Acesso em: 31 ago. 2019

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

R7 - CONCESSÃO de guarda compartilhada triplica em três anos, diz IBGE. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/concessao-de-guarda-compartilhada-triplica-em-tres-anos-diz-ibge-31102018>. Acesso em: 25 ago. 2019

SENADO NOTÍCIAS. **Alienação parental divide especialistas em audiência na CDH**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/26/alienacao-parental-divide-especialistas-em-audiencia-na-cdh>. Acesso em: 17 ago. 2019

SCARTON, Suzy. **Proposta quer garantir a participação conjunta na criação dos filhos, 2014**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/ibdfam-na-midia/8652/Projeto+de+lei+busca+acabar+com+a+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ANÁLISE SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO PORTE DE ARMAS NA ZONA RURAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

AUTORES:

Josué Santos Chagas
Luiziane Adna Ferreira da Silva
Milly Handara de Barros Ferreira
Sara Isabelle Moura de Oliveira

RESUMO: O presente artigo descreve e analisa o contexto social e histórico sobre a questão do porte de arma nos campos, bem como as consequências que podem ser geradas no âmbito social. Nós apontamos instituições e grupos de pesquisa que defendem os trabalhadores que sentem-se coagidos com o porte de armas do senhorio. Mostramos a evolução normativa desde a posse ao porte de armas e como isso pode afetar os mecanismos na defesa dos direitos humanos para os sem terras e os prejudicados pela flexibilização do porte de armas. Indicamos, ainda, uma das maiores problemáticas desse assunto, como sendo os conflitos de terra, de modo que é alarmante na região Norte do país. O trabalho tem como foco mostrar que o porte de armas no campo é prejudicial principalmente para os trabalhadores rurais, partindo-se do viés de violação do direito à vida, e que essa flexibilização pode aumentar os conflitos agrários.

Palavras-chave: Porte de armas. Campo. Trabalhadores rurais. Conflitos de terra. Direitos humanos.

INTRODUÇÃO: Conforme a filosofia Contratualista, a harmonia social é advinda do pacto ou contrato entre os indivíduos e o poder do Estado, dando origem a ordem no espaço civil. Nesse sentido, os seres submetem suas vontades de forma voluntária em prol do bem comum para receber proteção do poder soberano na figura do Estado. Semelhante a essa condição vivem os indivíduos da sociedade hodierna, ao atribuírem o direito de defesa a esfera do Estado por meio da segurança pública no que diz respeito a restrições sobre o porte, capacidade de se deslocar com uma arma, ou posse competência para possuir uma arma. Esse assunto produz relevância social e jurídica por ocasionar polemias desde de muito tempo e hoje se apresenta como pauta no meu rural, a partir da PL 6717/2016, do Deputado Afonso Hamm que flexibiliza a posse de armas de fogo em toda propriedade agrária. Tal evento produz inúmeras consequências sociais e põe em questão o possível agravamento de problemas já existentes como a intensificação de conflitos agrários e ameaça a comunidade indígena. Desse modo, o trabalho tem como enfoque auferir a normatividade sobre o armamento no Brasil, bem como a análise do Estatuto do Desarmamento, além de avaliar o contexto social e histórico sobre a posse de armas na zona rural e suas possíveis consequências, considerando os prós e contras da proposta de Lei referida. **JUSTIFICATIVA:** Na contemporaneidade, o contexto de violência, criminalidade e insegurança imperam na conjuntura social como um dos maiores desafios enfrentado pelo Estado. Nesse parâmetro, estudos e medidas são propostos continuamente através de projetos de lei, decretos e entre outros, com o intuito de solucionar esse revés. Tem-se como exemplo o projeto de Lei do Deputado Afonso Hamm que flexibiliza a posse de armas de fogo em toda propriedade agrária. Também conhecida como PL 6717/2016, a proposta altera o Estatuto do desarmamento e admite no artigo

segundo que o proprietário e o trabalhador rural maiores de 25 anos portem armas em toda extensão de terra, não apenas na sede de sua propriedade como previsto anteriormente, considerando a “posse rural estendida” em prol da defesa pessoal, familiar e patrimonial. Todavia, tal medida confere inúmeras consequências, bem como a decorrência de conflitos sociais quanto a luta por terras. Uma das maiores se não a maior problemática da flexibilização da posse de armas na propriedade rural, são os conflitos. Esses consistem em uma questão recorrente de modo que chega a ser alarmante na região norte. Muitos desses conflitos sucederam por envolverem divisões territoriais administrativas, construção de limites e de fronteiras, disputas de terras latifundiárias, envolvendo o antagonismo de diferentes grupos com variados interesses. Conforme o relatório da comissão Pastoral da terra (CPT) sobre os conflitos no campo em 2017, essa área equivale ao tamanho do Japão, sendo um pouco maior que o território da Alemanha. No ano de 2016 as terras em conflitos somavam 21 milhões de hectares, no ano de 2008 eram 8 milhões, mostrando que o número do território em disputa aumentou mais de quatro vezes em dez anos. Nesse contexto, um dos principais grupos que sofrem e sofreram com esse problema é os indígenas, que por sua vez lutam contra o avanço do desmatamento, e posse de suas terras. É bem verdade, portanto, que desde a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, os direitos dos povos nativos foram desprezados pela ameaça a cultura, terra e povo; fulminados pelo eurocentrismo e sua vontade incontrolável de conquista de terras principiada por uma disputa por espaço, envolvendo colonizadores. Desse modo, faz necessário estabelecer antecedentes históricos da relação de terras entre os índios e colonos para concluir a importância do direito a propriedade desses. Em primeiro plano, a definitiva instalação de uma colônia europeia aqui foi necessária utilização de mão-de-obra para erguer a colônia, fato esse que fez com que a relação entre indígenas e colonizadores fosse por meio da escravidão. (VILLARES, 2013). Considerando por fim o contexto brasileiro em relação às decisões mundiais, em termos de legislação indigenista, o Brasil esteve muito atrasado. Por exemplo, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra no dia 27 de junho de 1989 que tratou sobre os Povos Indígenas e Tribais definiu que suas deliberações passariam a ter valor internacional no dia 5 de setembro de 1991, porém, no Brasil, apenas doze anos depois, a decisão obteve êxito (DAMBRÓS, 2019) ou seja apenas em 2004 os indígenas passaram a ter poder de escolha e autonomia para tomar suas próprias decisões nos assuntos e deliberações governamentais referentes ao seu povo. Esse fato se deu a partir da promulgação pelo Decreto 5051 de 19 de abril de 2004 que tem como diretriz consolidar o Estado Democrático e Pluriétnico de Direito no intuito de fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram (DAMBRÓS, 2019) Hodiernamente, a posse dos índios sobre as terras indígenas é de caráter originário, ou seja, ela não depende do procedimento administrativo de demarcação de terras que é meramente declaratório. Esse direito é reconhecido, por exemplo, pela Constituição Federal, no parágrafo 1º do artigo 23. As terras são uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitadas por um ou mais povos indígenas e por eles utilizadas para suas atividades produtivas, bem como para a preservação de recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e à reprodução de seus costumes e tradições. Em contra partida desses direitos, os avanços tecnológicos e industriais vêm dominando e invadindo aos territórios indígenas, trazendo consigo conflitos e pequenas guerras civis na região norte que ameaçam a cultura, terras e moradias. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), cerca de 450 terras indígenas

enfrentam ou enfrentaram nos últimos anos invasões e ameaças por parte de grileiros, madeireiros, garimpeiros ou posseiros, ademais, De acordo com o Instituto Humanitas Unisinos, a região Norte centralizou 85% das áreas de conflito em 2017, 54% da área total em conflito no Brasil fica em terras indígenas. Desse modo, os dados exibem um papel definitivo dos conflitos em terras indígenas desenvolvendo o medo nas áreas indígenas e causando uma grande insegurança e incerteza para a entidade indígena. Além da questão indígena, a flexibilização pode acarretar, aos campos, o aumento de conflitos agrários. Em tempos em que o agronegócio ampliou os mercados econômicos, não obstante, com a expansão desta atividade incita inúmeros conflitos nas diferentes circunstâncias rurais do Brasil. No eixo destes conflitos, tem-se a luta pelo direito a terra e os impactos provocados pelas obras dos grandes projetos de desenvolvimento. Conforme Santos, 2000, os conflitos de terra deixaram consequências como trabalho escravo, conflitos de trabalhadores e outros tipos de questões submetidas à seca e ao movimento social ou político agrícola. Os conflitos estão intrínsecos nas sociedades, de acordo com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), mesmo o país possuindo umas das maiores concentrações de terras do mundo. Mostra-se, portanto, como uma relação histórica com antecedentes. As questões territoriais estão presentes desde os primórdios das civilizações brasileiras, onde se conquistava uma terra com guerras e grandes conflitos, grandes exemplos de revoltas, foi a guerra dos Canudos (1895-1897) no Nordeste, a guerra do Contestado (1912-1916) no Sul, e no Centro-Oeste o local que se deu grandes peripécias. Em primeiro plano encontra-se o papel da igreja católica conservadora e o partido comunista (PC), agindo como agenciadores na movimentação social no campo e proporcionando a sindicalização. Na década de 1950, ergueu-se a luta de arrendatários pela admissão de terras no interior do Nordeste, formando as ligas camponesas para fazer uma alusão a um movimento uniforme e ponderado. Tinha como intuito apresentar formas mais consolidadas de sistematização dos trabalhadores rurais e camponeses ameaçados pelos donos de engenhos de açúcar. Posteriormente, a partir do golpe de Estado de 1964 se propôs a inspecionar as questões agrárias e as lutas camponesas em uma realidade precária de âmbito agrário. O golpe militar teve extrema importância nas decisões em relação a situação da Reforma Agrária brasileira, no qual se deu reflexo por longos períodos, podendo notar-se até mesmo em nossa atualidade. Partindo do ano de 1970, quando se deu início a ideia de Reforma Agrária, junto com os camponeses e a igreja católica progressista ao lado da rede transnacional de direitos humanos, representando a luta pela terra no Brasil e a ideia da posse de terra como uma forma de um direito humano. A reforma, portanto equivale a uma forma de penhorar uma redistribuição da terra, com a intenção de propiciar uma igualdade social em conformidade com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Tem como escopo a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária, a produção de alimentos básicos, a geração de ocupação e renda, o combate à fome e a à miséria, a diversidade do comércio e dos serviços públicos básicos, a redução da migração do campo-cidade, a democratização das estruturas de poder e a promoção da cidadania e da justiça social. A luta por pelo direito a terra, é impulsionada com o surgimento do Movimento Sem Terra (MST). A partir de 1984 oficializou a criação do MST, com o primeiro congresso do MST (Movimento Sem Terra) foi estruturado seus princípios, a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo Socialismo, nessa gênese foi criada um dístico, que acabou formando o que observamos em todo esse movimento, “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”, o Movimento Sem Terra está em 24

estados, nas cinco regiões do país, com aproximadamente 350 mil famílias, que alcançaram terras por meio de lutas dos trabalhadores rurais. Hodiernamente, o Brasil, ainda narra episódios de conflitos. De acordo com o CPT (Comissão Pastoral da Terra) em dezembro de 2018, 24 pessoas foram assassinadas. Essas pessoas foram membros dos movimentos sociais e trabalhadores rurais, como também índios, quilombolas e ribeirinhos, com relação a essa problemática de 2017 a 2018, conforme o CPT ocorreram grandes massacres com óbitos de inocentes que apenas lutavam por suas atribuições. Ainda segundo a Comissão Pastoral de Terras, a violência no campo atingiu o maior número de assassinatos desde 2003, com 70 mortes em 2017; dos 70 mortos de 2017, 28 ocorreram em chacinas. Em uma última análise sobre efetividade da flexibilização do porte de armas na zona rural vale ainda refletir sobre aspectos inerentes quanto as normas vigentes no contexto social referente ao armamento e sua repercussão nos níveis de criminalidade. Sancionado em 2003 pelo presidente Lula, o Estatuto do desarmamento configura uma política de controle as armas de fogo, estabelecendo exigências para tornar o acesso mais limitado e rigoroso. Atualmente, apesar do relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2014 apontar o país como primeiro no ranking de homicídios tendo armas de fogo o mecanismo responsável pela maior parte dos assassinatos no país, o relatório de análise estratégica de dados FGV DAPP, 2017 indica ser de vital importância do Estatuto do Desarmamento para que este número não seja ainda mais elevado, eles afirmam ainda que “enquanto entre 1997 e 2003 o número absoluto de homicídios por arma de fogo cresceu na média 6,8% ao ano, a partir de 2004, quando a lei entra em vigor, até 2015, o crescimento cai para 1,9% ao ano.” Posteriormente, segundo dado mais recente obtido pela OMS o ano de 2016 apresentou 29,66 assassinatos a cada 100.000 habitantes, denotando considerável aumento que ultrapassa a porcentagem estipulada (MITIDEIRO, M2017). Ainda assim, de acordo com estudo feito pelo doutor em economia Thomas Conti sobre artigos relacionados ao tema 90% das revisões de literatura são contrárias à tese “mais armas, menos crimes”. De forma que a cada 10 revisões ou meta-análises publicadas em periódicos com revisão por pares entre 2012 e 2017, 9 concluíram pelos materiais disponíveis que armas geram efeitos sobre os homicídios, a violência letal e outros crimes, ademais Conti afirmou que o aumento a partir de 2016 é decorrente de uma série de flexibilizações ocorridas desde meados de 2007. Nesse sentido, o histórico de uso legal de armas na zona rural tem início a partir da lei nº 11.706 de 2008, onde posse de armas passa a ser estendida para residentes em propriedades definindo quais tipos de armas e também quais documentos são necessários para a posse. Além disso, assegura em inciso terceiro que

“Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis)”. (BRASIL, 2008).

Desse modo, a posse, capacidade de possuir uma arma legal em local físico, passou a ser permitida ao proprietário rural no intuito de proteção individual, familiar e da propriedade. Já o porte, autorização para que o indivíduo ande armado fora de sua casa ou local de trabalho estava restrito apenas ao “caçador de subsistência”. Atualmente, com a Proposta de Lei diversa são os posicionamentos. Para o deputado Domingos Sávio, 2019 do PSDB- MG “ O poder público não consegue

garantir a menor condição de segurança no meio rural, o deputado José Mário Schreiner (DEM-GO) também afirma condição de vulnerabilidade que se estende do pequeno ao grande proprietário rural. Em contra partida para MIDEIRO, 2017 “Quem não morre nos conflitos agrários são os grandes proprietários rurais. Esses, frequentemente, são os mandantes dos assassinatos”. Ele ainda afirma que “as balas do latifúndio” tiraram a vida de homens e mulheres que lutam pela terra ou lutam para permanecer na terra de trabalho, sendo esses camponeses, sindicalistas e índios. É bem verdade que independente dos posicionamentos, os dados comprovam aumento da violência a partir dos anos de 2015-2016, mas que anteriormente nota-se uma considerável redução a partir de 2004 com a adoção da política do Desarmamento conforme a CPT, 2017 Comissão Pastoral da Terra. MIDEIRO, 2017 explica esse fato com a hipótese de que o cenário político de golpe no ano de 2016 “criou um sentimento de “tudo pode” aos ruralistas e seus defensores. No fundo, o golpe veio a potencializar uma tônica dominante nas formas de agir dos ruralistas, que é executar a violência alicerçada na certeza da impunidade” que tende a crescer com a aprovação da proposta. **METODOLOGIA:** No âmbito social, um fato torna-se jurídico com atribuição de estrutura normativa para ordenamento da sociedade em escopo ao bem comum, vendo que as normas não trazem apenas consequências para os fatos, como também carregam uma carga valorativa em sua natureza tridimensional, como explica Miguel Reale. Sendo assim, abordamos categorias dentro da ideia de método cartográfico, e nesse viés, o trabalho analisa a flexibilização normativa do porte de armas no campo e suas consequências no âmbito social, tendo em vista a hipótese central quanto ao avanço nos dados de taxas de criminalidade decorrentes do conflito de terras e a progressão desses números após aprovação do projeto de Lei. Tratando-se de Escala, esta objetiva a análise das normas e jurisprudência em seus alcances nacionais e internacionais. Assim, aplicamos estratégias que norteiam o esqueleto do trabalho em zonas onde apresenta maior número de conflito por terras, além de pesquisas bibliográficas e dados quantitativos que justificam as consequências da efetivação de tal norma. Quanto a projeção no modelo cartográfico, correlaciona-se as normas e as relações criadas com o mundo real, visando a problemática e a aplicação da norma na realidade como fenômeno não só contemporâneo, mas possuidor de antecedentes. Por fim, a simbolização delimita-se na repercussão e nas consequências tomadas ao fim da trajetória de escala e projeção, quanto à compreensão das leis, o comportamento nas relações em comunidade e como o legislador busca se embasar nos paradigmas sociais. Nesse parâmetro, a análise foi obtida e configurada nas esferas cultural, religiosa e social. Ademais, aliado ao método cartográfico foi realizado a técnica de Ponderação que constitui uma forma de solucionar conflitos normativos que envolvam valores ou opções políticas em caso de colisão de princípios para refletir a respeito da efetividade dessa Lei. Constituiu em responder critérios quanto a Adequação: “A medida que está sendo considerada realmente permitirá atingir o fim desejado; Necessidade: existe outro método para solucionar e por fim Proporcionalidade: As vantagens da medida superam as desvantagens? **RESULTADOS:** Por intermédio do modelo cartográfico, ao analisar a normatividade referente a Constituição Federal e ao Estatuto do Desarmamento foi possível conferir que além de problemática social, encontra-se um problema jurídico pela colisão de direitos fundamentais que se projetam na sociedade com o conflito agrário entre um grupo que busca o seu direito de segurança e defesa da vida e em segundo pessoas que lutam por seu direito a propriedade e vida . Nesse sentido a aplicação da nova Lei simboliza efeitos

negativos. Sendo, portanto, necessária realização da técnica de Ponderação. Vale, por fim, analisar e refletir não a sobreposição de um princípio sobre o outro, mas a necessidade de equilibrar e impor limites a partir do uso da razão e bom senso. Assim, a técnica de ponderação funciona como instrumento indispensável para aferir a legitimidade de leis e atos administrativos que restringem direitos fundamentais como ferramenta da razão e justiça (DUARTE, 2019 *apud* SARMENTO, 2002) e a partir dela é possível responder perguntas quanto a Adequação, Necessidade e Proporcionalidade da medida a ser tomada. Quanto à primeira, mostra-se um meio inadequado tendo em vista o dado coletado pelo qual 90% das revisões de literatura são contrárias à tese “mais armas, menos crimes”. De forma que a cada 10 revisões ou meta-análises publicadas em periódicos com revisão por pares entre 2012 e 2017, 9 concluíram pelos materiais disponíveis que armas geram efeitos sobre os homicídios, a violência letal e outros crimes, ocasionando assim maior prevalência de conflitos. Ao que trata a Necessidade, torna-se válido refletir que existem outros métodos mais eficazes para solucionar esse revés que compete ao Estado, bem como o investimento em segurança pública de qualidade, fortalecimento das forças militares e da polícia estadual que configura de forma eficiente nas principais zonas de confronto agrário. Por fim, diante da proporcionalidade é visto que apesar da medida configurar algumas vantagens, essas não superam as desvantagens, ao contrário ocasionam consequências já supostas com o aumento de conflitos por terras que segundo CPT aumentou mais de quatro vezes em dez anos. Ademais, configura o comprometimento e ameaça de vidas com ocorrência de chacinas, incitando a violência e criminalidade. **CONCLUSAO:** Desse modo o direito a defesa que todo cidadão tem, mas visto nesse caso sobre o viés do proprietário e do trabalhador já estão estabelecidos com a permissão da posse em sua propriedade e, portanto o porte ultrapassa o limite e invade o direito do outro. Nesse caso, não passa apenas por “defesa”, mas pode ameaçar a vida de outrem e conseqüentemente corroborar para o aumento de conflitos. Sento, portanto, dever e competência do Estado investir na segurança rural externa, cabendo ao proprietário e o trabalhador apenas a segurança dentro de sua respectiva propriedade. Nesse sentido, a flexibilização do porte de arma nas propriedades rurais pode significar um aumento efetivo, não considerando solução para violência no campo. Dessarte, o dilema mensurado percorre um problema social recorrente e histórico que perpassa a ausência de uma reforma agrária atingindo grupos que lutam por seus valores. Além de problemática social, encontra-se um problema jurídico pela colisão de direitos fundamentais. Em primeiro plano, um grupo que busca o seu direito de segurança e defesa da vida e em segundo pessoas que lutam por seu direito a propriedade e vida. Todos esses são garantidos no artg 5 da Constituição Federal e previstos nos Direitos Humanos, ambos tem significativa importância para manutenção da vida, todavia não refletem em realidade denotando um país precário e desigual

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (2019). **Projeto de Lei nº 6717, de 2016**. Sao Paulo, 2016. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=96347C0F7AF78CA168B5D9602876D01F.proposicoesWebExterno1?codteor=1517870&file name=PL+6717/2016. Acesso em: 26 ago. 2019.

_____. Presidência do Senado Federal. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=292247.
Acesso em: 25 ago. 2019.

CARVALHO, Cleide. **Aumenta número de casos de invasão e conflitos em terras indígenas, diz Cimi**. 2018. Disponível em: Aumenta número de casos de invasão e conflitos em terras indígenas, diz Cimi. Acesso em: 26 ago. 2019.

CONTI, Thomas. **Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes**. Disponível em: <https://thomasvconti.com.br/2017/dossie-armas-violencia-e-crimes-o-que-nos-dizem-61-pesquisas-recentes/>.

FUNAI. **Terras indígenas: o que é?** Disponível em:
<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoedemarcacao-de-terras-indigenas>.
Acesso em: 26 ago. 2019.

GONÇALVES, Valter Jr. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em 13 set. 2019.

HAMM, Afonso. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=96347C0F7AF78CA168B5D9602876D01F.proposicoesWebExterno1?codteor=1517870&file name=PL+6717/2016. Acesso em: 26 ago. 2019.

HUMANITAS, Instituto. **Conflitos por terra: áreas em disputa no Brasil superam o tamanho da Alemanha**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580523-conflitos-por-terra-areas-em-disputa-no-brasil-superam-o-tamanho-da-alemanha>. Acesso em: 26 ago. 2019.

LIBÓRIO, Bárbara. **O que dizem os estudos sobre os efeitos da flexibilização da posse de armas**. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/o-que-dizem-os-estudos-sobre-os-efeitos-da-flexibilizacao-da-posse-de-armas/>. Acesso em: 13 set. 2019.

MITIDIERO, Marco Antonio. Disponível em:
file:///C:/Users/Lohanne/Downloads/6artigodomes_2017.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

SUED, Lucas. **Os conflitos acerca da demarcação de terras indígenas**. Disponível em: <https://suedlucas.jusbrasil.com.br/artigos/203413790/os-conflitos-acerca-da-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 26 ago. 2019.

DESCRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA - A POLÍTICA PROIBICIONISTA NO BRASIL

AUTORES:

Maria Luiza Queiroz Monteiro dos Santos

Luana Manuelle Tomaz Deodato

Guilherme Azevedo Loureiro Emerenciano de Araújo

Nikolas de Sousa Melo

RESUMO: O presente artigo visa tratar dos aspectos políticos, sociais e jurídicos referentes descriminalização da maconha no Brasil. Esta análise, visa a manutenção dos direitos sociais e humanos assim como a constante evolução do direito junto a sociedade. Portanto, pretende-se aqui enfatizar os motivos para uma possível substituição do uso da repressão e violência da antiga política de “guerra às drogas” adotada pelo Estado Brasileiro, por uma visão voltada para área da saúde pública. Para tanto, relacionará a evolução histórica das discussões sobre temática abordada com a atual estrutura normativa vigente, através de pesquisas bibliográficas, normativas e documentais que foram empregadas em todo o corpo textual, além do método empírico. Desta forma, será possível contrastar os resultados reais insatisfatórios da atual política de repressão adotada pelo Estado Brasileiro, frente os resultados obtidos pela política de descriminalização adotada internacionalmente. Expondo o ainda atropelamento de direitos fundamentados na Constituição Federal e em tratados internacionais, assim como, a promoção do atraso frente as recentes descobertas científicas do uso de suas substâncias para fins medicinais. Por fim, conclui-se que as atuais políticas públicas de caráter repressivo têm levado o país a um alarmante quadro de encarceramento, segregação e atraso científico, além de se demonstrarem ineficientes no combate ao tráfico e ao uso indiscriminado. Servindo ainda como aparato a manutenção da burocracia e das estruturas já estabelecidas em seu entorno.

Palavras chaves: Descriminalização. Saúde pública. Combate as drogas.

INTRODUÇÃO: Existem diversas teorias sobre a existência da maconha na história, revistas científicas afirmam que sua existência beira os cinco mil anos de idade, mas ainda existem aqueles que defendam oito mil anos da descoberta da cannabis pelo homem (GABEIRA, 2009). O nome "maconha" ainda gera grande controvérsia, não só por seu surgimento e historicidade, mas também no que tange a política de legalização da maconha no Brasil e no mundo. A batalha política pela descriminalização da maconha no Brasil ganhou força na década de 80 com advento de atores, músicos e políticos liberais, tais como Fernando Gabeira, que trouxe as ideias sobre descriminalização e legalização em sua campanha presidencial pelo PV em 1989, como a liberação do cultivo da maconha para fins medicinais e da indústria. Nos dias de hoje políticos, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que é membro da Comissão Latino-Americana de Drogas e Democracia, tem apoiado a legalização e a descriminalização, comungando com as ideias trazidas neste trabalho visto que a, ainda atual, política de repressão às drogas apenas tem colaborado no aumento da exponencial da violência sem resultados efetivos sobre a diminuição do consumo da maconha, que também tem crescido de forma exponencial, defendendo a ideia de criação de mecanismos que desestimulem o uso das drogas, trazendo a discussão para o âmbito da saúde

pública, retirando-se cada vez mais da área penal. As medidas repressivas do Estado brasileiro, começaram a partir da Lei 6.368 de 1976, advinda da ditadura militar brasileira que chegava então ao ápice de repressão dos direitos individuais durante o governo Médici, não restando dúvidas de que a lei de 21 de outubro de 1976 era extremamente repressiva seguindo então política de “guerra as drogas”¹⁸ adotada nos Estados Unidos da América a partir do ano de 1971, tendo como percussor o então presidente do estado americano Richard Nixon. Prevendo pena de até dois anos de prisão quem portasse substâncias ilícitas para seu uso pessoal. Após trinta anos, com o constante debate sobre o tema, a adesão de movimentos sociais como também o avanço de políticas liberais ao redor do mundo, a legislação brasileira foi então modificada anulando a antiga Lei 6.368/76, avançamos com a efetivação da Lei nº 11.343/2006 (23 de agosto de 2006), a qual não mais prevê pena de prisão ou reclusão para o consumo, armazenamento ou posse de pequena quantidade de drogas para uso pessoal, inclusive a maconha. As penas previstas na lei são: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade ou medidas socioeducativas, como o comparecimento à programas ou cursos. Mesmo com a busca por sanções de cunho sócio educativo, as atuais políticas de combate as drogas, segundo os alarmantes números dos órgãos de defesa dos direitos humanos, organizações não governamentais e até mesmo órgãos do governo, não têm alcançado os resultados positivos esperados. Em contraponto ao que encontramos na área penal, partindo para a questão medicinal, com a queda de vários tabus relacionados ao uso da maconha, além das descobertas dos benefícios do uso do canabidiol, substância presente na maconha, no tratamento de diversas doenças, tendo seu potencial terapêutico comprovado em diversos casos reais, o Brasil tem avançado de forma gradativa. Um dos casos que gerou grande repercussão internacional inclusive divulgado pela revista científica Scientific America em 2017 entre outros veículos de comunicação, foi o de Charlotte Figi, uma garota de apenas sete anos de idade, diagnosticada com a uma doença chamada Síndrome de Dravet (variação grave da Epilepsia, não muito rara, acompanhada de autismo), que conseguiu uma melhora significativa desde começou o tratamento com extrato de uma variação da Cannabis Sativa com alto índice de canabidiol, que possui comprovadamente efeito anticonvulsivo. Segundo os relatos médicos, Charlotte que sofria mais de trezentas crises mensais, passou a ter apenas duas. Voltando a olhar seus pais nos olhos (algo que não acontecia mais devido ao aumento das crises) além da redução significativa de comportamentos advindos da doença, como, bater com a cabeça na parede. No Brasil, podemos falar do caso Anny Fisher, caso de grande repercussão na mídia nacional quando em 2014 houve a primeira decisão judicial favorável a importação do medicamento a base do CBD (canabidiol), a garota de apenas cinco anos de idade, diagnosticada com epilepsia grave, respondeu ao tratamento à base do canabidiol com sucesso absoluto, antes do começo tratamento, sofria aproximadamente cinquenta crises diárias e após o tratamento, em dois meses, não teve recorrência de nenhuma crise.

METODOLOGIA: A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa se deu através de consultas a sites, jornais eletrônicos, artigos científicos, jurídicos, livros e consultas aos professores da UNIFACEX, para um melhor embasamento argumentativo, atrelado a isso, tem-se também consulta a Constituição Federal, onde tomamos como base os direitos e deveres do Estado para com o indivíduo ou

¹⁸ Política proibicionista, liderada pelos Estados Unidos da América em 1917 pelo então presidente Richard Nixon, que tinha o objetivo de reduzir o comércio ilegal de drogas através de intervenção militar.

a sociedade em si. O presente trabalho, constitui-se, portanto, em uma pesquisa bibliográfica e descritiva, utilizando de um manancial de autores, retratando fatos e fenômenos sem manipulá-los. Segundo Gil (2010, p. 44-45) a interpretação normativa assemelha-se: A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa [...]. Esta pesquisa apresenta uma escala internacional, contudo, a cannabis aqui no Brasil é reconhecida na área penal como uma droga psicoativa, e quando se a utiliza, é visto como uso indevido desta, e seus usuários são penalizados com a tentativa de reinserção social e medidas socioeducativas. É, nesse contexto, que vemos que os resultados alcançados com as políticas de repressão ao consumo da maconha têm sido insatisfatórios e ineficientes, reforçando a ideia de que este tema deveria ser discutido como uma questão de saúde pública e não simplesmente penal assim como tem se seguido em diversos países. Esta mudança de âmbito foi recomendada pela ONU (Organização das Nações Unidas) desde 2003, em relatório oficial em Viena. Nos quais tem se obtido os resultados desejados. REVISÃO DA LITERATURA: Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em relatório oficial, os problemas no que relacionados ao consumo da maconha deveriam ser tratados com maior eficiência se encarados como uma questão de saúde pública e não penal. A forma delitiva com a qual o estado construiu sua normativa em relação a essa questão necessita ser revista e levada a um novo âmbito em seu estudo. Sendo função da ciência do Direito acompanhar a sociedade em sua constante evolução e em seus anseios, a fim de promover, então a justiça e o bem-estar social. No ano de 2013 a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou em relatório que a cannabis é a droga ilícita mais consumida do mundo. Segundo a entidade, 181 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos usaram a planta sem fins médicos. Estima-se que o número já tenha crescido exponencialmente desde então. O mesmo relatório afirmava que os conhecimentos envolvendo os impactos do consumo da droga na saúde dos indivíduos e seus aspectos sociais ainda são diminutivos quando comparados ao álcool e ao tabaco, por exemplo. Após anos de constante debate sobre a temática, adesão de movimentos sociais como também o avanço de políticas liberais ao redor do mundo, a legislação brasileira, passou por mudanças anulando a antiga Lei nº 6.368/76, avançando com a efetivação da Lei nº 11.343/2006 (23 de agosto de 2006), a qual não mais prevê pena de prisão ou reclusão para o consumo, armazenamento ou posse de pequena quantidade de drogas para uso pessoal, inclusive a maconha. As penas previstas na lei são: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade ou medidas socioeducativas, como o comparecimento à programas ou cursos. Para o coordenador do Programa de Justiça e Direitos Humanos da Conectas, Rafael Custodio, a legislação atual ainda não tem alcançado os resultados esperados: “falar em encarceramento em massa no Brasil é falar de drogas”. Para a ONG o crescimento desenfreado de pessoas presas tem total relação com o consumo de entorpecentes. Concatenado a esta análise, avalia o Doutor em Direito Penal pela USP e ex-secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça Luiz Guilherme Paiva sobre o que o atual cenário brasileiro se trataria de uma política repressiva cara e ineficiente que prioriza o combate aos “microtraficantes” e não afeta o mercado bilionário das drogas.

Ressalvando os alarmantes números dos órgãos de defesa dos direitos humanos, organizações não governamentais e até mesmo órgãos do governo, como o INFOPEN do Ministério da Justiça, que apontam que até dezembro de 2012, o Brasil tinha 548 mil presos, sendo que 49,12% deles cometeram crimes contra o patrimônio e 25,33% cometeram crimes relacionados ao tráfico de drogas. Foram oferecidos ao Congresso Nacional dados, pelo jurista Tércio Lins e Silva, que apontam que mais da metade dos prisioneiros por tráfico de drogas não possuem condições para custear suas defesas. No Rio de Janeiro, os índices de prisões de consumidores de maconha são gigantes principalmente na zona norte, onde se concentram os bairros mais humildes, do que na conhecida zona sul. Realidade que pode ser atribuída ao fato de situarem-se na zona norte da cidade consumidores com menos influência social e política além de menos recursos financeiros, tanto para o custo de advogados ou até mesmo para subornos a polícia. Ao analisar as questões concernentes a descriminalização das drogas, o ministro do STF Luís Roberto Barroso disse no dia 15 de novembro de 2017 em artigo para o jornal britânico The Guardian:

A insanidade dessa política é surpreendente: destrói vidas, gera piores resultados para a sociedade, é cara e não tem impacto no tráfico de drogas. Apenas superstição, preconceito ou ignorância podem fazer alguém acreditar que isso é efetivo". (STF, 2017).

Em 1980, o magistrado carioca Álvaro Mayrink da Costa, elaborou uma histórica sentença, onde absorveu uma jovem que portava maconha onde sintetiza as ideias que motivam a descriminalização da maconha apresentadas até aqui:

A maconha faz parte dos usos e costumes da sociedade de hoje: 80% dos jovens entre dezenove e vinte e três anos já a experimentaram. Considerar como crime essa prática atenta contra os direitos humanos e as garantias individuais. É uma herança nefasta do Estado Totalitário." (COSTA, Álvaro Mayrink, 1980).

Para Luiz Guilherme Paiva, A dificuldade de atuação da administração pública e do sistema de Justiça decorre exatamente do fato de que, atualmente, os indicadores de sucesso da política de drogas são basicamente repressivos: quantidade de droga apreendida, número de pessoas presas por tráfico, etc. Entende que é preciso desenvolver novas formas de avaliar essa política pública, seguindo as políticas internacionais criar indicadores focados na saúde e no bem-estar da população. Elucidando que o trato das políticas repressivas tem promovido problemas também na forma como a maconha é utilizada para fins medicinais, entre 2015 e 2016, o número de pessoas que entraram com ação contra o Ministério da Saúde solicitando o fornecimento do composto quase triplicou, passando de 17 no primeiro ano para 46 no seguinte, segundo a pasta (CABRICOLLI, 2017). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Considerando as perspectivas históricas supracitadas, os assuntos que cercam a maconha no Brasil se demonstram ainda regidos por fortes ideias de manutenção da estrutura vigente, se definindo muitas vezes por critérios distantes da razoabilidade, decerto, tal estrutura toca as mais diversas áreas, não apenas o Direito Penal. A exemplo disso foi recentemente analisado na Segunda Turma do Tribunal Superior de Justiça o caso de uma família que pediu a autorização para importar um medicamento à base do canabidiol e haja vista a necessidade dada

para melhora das condições de saúde com um indivíduo, foi concedido o pedido, por exemplo:

A família ganhou autorização após comprovar que o medicamento é necessário para conter cerca de 240 crises epiléticas por mês sofridas por sua filha. Segundo os pais, que são de Pernambuco, os médicos que acompanham a criança receitaram o canabidiol como terapia alternativa diante da ineficácia dos tratamentos tradicionais. (TSJ, 2018. RICHTER, André)

Desta forma podemos auferir que, diante do comportamento do Poder Político em opor-se, por diversas vezes, ao acesso dos remédios à base do canabidiol, através da manutenção de burocracias, têm a população recorrido ao Poder Judiciário para realização integral do direito à saúde, na forma de acesso gratuito a tratamentos já comprovadamente eficazes. Em 2017, a Associação Brasileira de Apoio Cannabes Esperança (Abrace), de João Pessoa, ganhou na Justiça da Paraíba o direito de produzir o óleo da maconha para fins medicinais. Sendo a Abrace a primeira, pelo menos até este momento, única entidade que produz e comercializa a substância no Brasil. O fundador e diretor da associação Cassiano Teixeira, conta em entrevista ao jornal EL País que a luta começou em 2014, com um irmão epilético desde os 15 anos, ele se juntou a outros familiares para tentar importar o canabidiol. Porém na época, a substância ainda era proibida no Brasil, tendo sido liberada apenas em 2015. Mesmo liberado, o acesso ao remédio era difícil, com o aumento no dólar, sua importação se tornou inviável para as famílias mesmo após terem conseguido o direito de importação conquistado após pleito em justiça, como muitas outras famílias no Brasil, os custos e a burocracia ainda atrapalhavam o tratamento de seus entes queridos. Foi neste momento que surgiu a ideia de fundar a ABRACE. Nos dias de Hoje a entidade conta com 14 funcionários devidamente regulamentados, e apenas até janeiro deste ano já haviam atendido 700 pessoas. Em média, segundo organizações não governamentais e associações vinculadas ao tema, despesas para aquisição dos medicamentos à base do CBD (canabidiol) se aproximam dos R\$ 30 mil por semestre, somente no custo dos remédios, o caminho da maioria dos pacientes que têm o canabidiol receitado passa ainda por disputas judiciais, na esperança de que o Estado pague pelo produto que, para muitas famílias, é símbolo de esperança no combate aos efeitos de graves problemas neurológicos. Dentro deste quadro, Giovana Varaschin que é mãe de Luisa, 16 anos, que sofre com um grave quadro de epilepsia advindo da paralisia cerebral, relata a RBS que passou pelo Ministério Público, Secretaria da Saúde, Farmácia do Estado e Farmácia de Medicamentos Especiais em Porto Alegre durante meses até decidir entrar com uma ação na Justiça solicitando a importação, devido à falta de resultados. Após entrar com a ação no início de 2017, ela obteve resposta e o Estado deverá pagar o valor equivalente a seis meses de tratamento com canabidiol para sua filha. Apesar da decisão favorável, Giovana considera ter vencido apenas mais uma etapa do longo embate que trava para o tratamento da filha. Dessa forma, se torna cada vez mais inadiável a discussão para a descriminalização da utilização da maconha e seus compostos para que assim o Estado possa buscar formas de produzir medicamentos à base do CBD (canabidiol) no Brasil, visando não só avanços científicos e melhorias na saúde pública, como também a diminuição do custo para as famílias que necessitam da utilização de medicamentos à base do canabidiol e outras substâncias presentes na maconha, independentemente da concordância com uso recreativo da droga. Aos poucos, as decisões judiciais estão voltadas a

favor do uso desta por se entender a sua garantia, porém, o Brasileiro comum não possui condições para custear o tratamento, além do que a legislação permite a importação do produto, mas não sua produção, salvo casos ainda novos e específicos no Brasil como da associação ABRACE, em estimativa feita pela própria ABRACE o remédio importado custa mil e quinhentos reais em média, o frasco de trinta ml, o mesmo se produzido no Brasil sairia em torno de cento e oitenta a duzentos reais na mesma quantidade, valor que tende a diminuir com o aumento nas autorizações e na produção se a mesma fosse facilitada pelo governo.

CONCLUSÃO: Partindo das concepções até aqui apresentadas, acredita-se que, os problemas no concerne ao consumo da maconha obteriam resultados mais satisfatórios se, a priori, encarados como uma questão sociocultural e de saúde pública. A forma delitiva com a qual o Estado construiu a normativa em torno da temática deve ser revista e levada a um novo âmbito, a fim de acompanhar as evolutivas dos estudos implicados a cannabis sativa. Após extensa análise, é possível concluir que a criminalização da maconha não se fundamenta, essencialmente, por noções científicas, e sim, norteia-se ainda por demandas culturais anacrônicas. Neste diapasão transcorrem os malefícios da falta de razoabilidade no trato ao tema, que tem promovido desserviço à saúde pública e a garantia de liberdade individual, ambas preceituadas na Constituição Federal, corroborando com o atraso das políticas públicas brasileiras nas questões que com este se relacionam. Neste aspecto, estendesse a diversas camadas, seja na amplitude de seus efeitos no sistema carcerário, como nos altos gastos da política bélica combativa as drogas que promove e justifica o intenso atropelamento de direitos gerados na “guerra” ao tráfico. Concatenado a estas realidades explicitadas, vale notabilizar, ainda os inúmeros processos na justiça relacionados ao custeio de remédios à base do canabidiol, advindos da burocracia e falta de administratividade estatal. Ao nos depararmos com estes fatos, nos instigamos a busca por mudanças no atual ordenamento jurídico brasileiro, acreditamos que estaria o Brasil então preparado para buscar mudanças, afim de seguir os exemplos internacionais de flexibilização no trato com o consumo da maconha, seja descriminalizando ou legalizando como em países como Holanda, Portugal, Uruguai, já que evidentemente e respectivamente, as Leis 6368/76 e 11.343/2006, se mostram ineficientes, não estando em conformidade com a nossa sociedade hodierna.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE APOIO CANNABIS ESPERANÇA – ABRACE.

Disponível em: <https://abracesperanca.org.br/home/o-que-fazemos-2/>. Acesso em: 02 out. 2018.

A DESCRIMINALIZAÇÃO da maconha frente aos princípios constitucionais.

Disponível em: <https://joseanelcsantos.jusbrasil.com.br/artigos/202606875/a-descriminalizacao-da-maconha-frente-aos-principios-constitucionais>. Acesso em: 24 set. 2018.

ADI que pede descriminalização da maconha para fins medicinais será julgada no mérito. Disponível em:

https://vanessabrs.jusbrasil.com.br/noticias/476650003/adi-que-pede-descriminalizacao-da-cannabis-para-fins-medicinais-sera-julgada-no-merito?ref=topic_feed. Acesso em: 24 set. 2018.

A HISTÓRIA da maconha no Brasil. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852006000400008&script=sci_arttext.
Acesso em: 24 set. 2018.

A HORA de descriminalizar as drogas. Disponível em: <https://istoe.com.br/hora-de-descriminalizar-as-drogas/>. Acesso em: 24 set. 2018.

A LONGA E DIFÍCIL Jornada de quem precisa importar Medicamentos à Base de Canabidiol. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/vida/noticia/2017/04/a-longa-e-dificil-jornada-de-quem-precisa-importar-medicamentos-a-base-de-canabidiol-9781888.html>.
Acesso em: 02 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO VAI À JUSTIÇA POR DIREITO DE PRODUZIR MACONHA PARA TRATAR PACIENTES COM CÂNCER E MICROCEFALIA. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/28/politica/1519851595_810143.html. Acesso em: 02 out. 2018.

ATIVISMO JUDICIAL: Instrumento assecuratório do direito fundamental à saúde através do acesso ao canabidiol. Disponível em:
https://jus.com.br/artigos/65535/ativismo-judicial-instrumento-assecuratorio-do-direito-fundamental-a-saude-atraves-do-acesso-ao-canabidiol/3_. Acesso em: 02 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 set. 2018.

COSTA, Álvaro Mayrink da. **Sentença Judicial, 1980.** Disponível em:
<http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=%C3%81LVARO+MAYRINK+DA+COSTA%2C+Direito+Penal&c=>. Acesso em: 02 out. 2018.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil.** 7.ed. [s.l.]: Saraiva, 2014.

DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO da maconha. Disponível em:
<https://jus.com.br/artigos/50827/descriminalizar-e-legalizar-a-maconha-e-um-passo-para-o-futuro>. Acesso em: 24 set. 2018.

DESCRIMINALIZAR o uso de drogas: uma questão constitucional (Parte 2). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-abr-14/direito-defesa-descriminalizar-uso-drogas-questao-constitucional-parte>. Acesso em: 24 set. 2018.

GABEIRA, Fernando. **A maconha.** São Paulo: Publifolha, 2000. 70 p.

GOMES, Luiz Flávio. **EUA: legalização da maconha é a solução?.** Disponível em:
http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/151084928/eua-legalizacao-da-maconha-e-a-solucao?utm_campaign=newsletter-

daily_20141112_314&utm_medium=email&utm_source=newsletter. Acesso em: 02 out. 2018.

LUIS ROBERTO em artigo publicado para o THE GUARDIAN. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2017/nov/15/brazil-must-legalise-drugs-existing-policy-destroys-lives-luis-roberto-barroso-supreme-court-judge>. Acesso em: 02 out. 2018.

OLIVEIRA, Mariana. Justiça autoriza remédio derivado da maconha para menina com epilepsia. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal-noticia/2014/04/justica-autoriza-remedio-derivado-da-maconha-para-menina-com-epilepsia.html>. Acessos em: 02 out. 2018; 09 set. 2019.

OMS Divulga Recomendação para não catalogar Canabidiol como droga. Disponível em: <https://direitoeliberdade.jusbrasil.com.br/artigos/130932752/a-irracional-guerra-contra-as-drogas>. Acesso em: 25 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS: Cannabis é droga ilícita mais consumida no mundo, com 180 milhões de usuários. Disponível em: https://vanessabrs.jusbrasil.com.br/noticias/476650003/adi-que-pede-descriminalizacao-da-cannabis-para-fins-medicinais-sera-julgada-no-merito?ref=topic_feed. Acesso em: 24 set. 2018.

NOONAN, David. Para artigo publicado na SCIENTIFIC AMERICAN. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/marijuana-treatment-reduces-severe-epileptic-seizures/>. Acesso em: 02 out. 2018.

RELATÓRIO da ONU aponta aumento do abuso de medicamentos sob prescrição no mundo. 2018. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-aponta-aumento-do-abuso-de-medicamentos-prescricao-mundo/>. Acesso em: 09 set. 2019.

ENFERMAGEM

RELAÇÃO DO USO DAS REDES SOCIAIS COM O SUICÍDIO ENTRE OS JOVENS

AUTORAS:

Raissa Lorrane da Silva Araujo
Clara Emanuele de Albuquerque
Daphne Louise Gomes Bezerra
Ivone Karoline Lima da Silva
Vanessa dos Santos Gonzaga de Araújo
Márcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: O tema suicídio é um dos principais assuntos abordados nos últimos anos devido ao seu crescente surgimento e fortalecimento na sociedade atual, principalmente entre os jovens de 15 a 29 anos. O estudo tem o objetivo de analisar, a relação entre as mídias sociais e o suicídio. Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada nos meses de julho a agosto de 2019. A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online - SciELO, com o uso dos descritores em ciências da saúde (DeCS): suicídio e mídias sociais. Os estudos comprovam que nas redes sociais existe uma grande facilidade de acesso aos assuntos relacionados ao suicídio. O aumento dessa prática está relacionado com o perfil impulsivo dos jovens, com a falta de atenção dos pais ao que os filhos veem na internet, associado a grande facilidade de acesso. Foi possível analisar que o uso inadequado dessas mídias coloca os usuários em risco ao suicídio. Sem dúvida, esse é um tema de saúde e de extrema relevância pública que necessita de um olhar mais atento e holístico.

Palavras-chave: Suicídio. Mídias sociais. Jovens.

INTRODUÇÃO: A internet é um dos principais meios de comunicação e está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Utilizada principalmente para buscar informações, diversão e entretenimento, passar o tempo livre ou para aprendizado. Sendo seu acesso predominante por jovens, com faixa etária de até 25 anos. Onde os principais usos se baseiam nas redes sociais, como o Facebook, WhatsApp, Youtube, Instagram e Google. O uso dessa ferramenta, permitiu que as pessoas estabelecessem novos nichos sociais e vivenciando efeitos positivos e negativos entre os usuários. (PEREIRA; BOTTI, 2017). Porém, desde a comercialização da internet no Brasil, em 1997, foi possível observar que o seu uso, chegava a ser comparado com o vício por drogas. Nesse sentido, psicólogos norte-americanos, que se manifestaram chamam a atenção nas mídias para o fato de as pessoas estarem mais solitárias, ociosas e vivendo em um mundo paralelo. No entanto, no Brasil não foi dada a devida importância por seu uso ser restrito a uma pequena parte da população na época, cujos índices vem aumentando a cada dia (FACIOLI; PRADO, 2018). A utilização crescente da internet desencadeou uma maior abertura para que as pessoas, principalmente jovens de 14 a 24 anos, buscassem mais informações sobre o suicídio, principalmente pelo fato de que cerca de 800.000 pessoas morrem a cada ano por suicídio, sendo a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. (RÊGO; PARENTE, 2018). Os dados epidemiológicos da Organização das Nações Unidas (ONU), coletados em 1996, já apontavam um aumento nas taxas de suicídio. Diante desse contexto, o tema suicídio já foi um problema previsto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desde 1999, onde

lançou mundialmente o Programa de Prevenção ao Suicídio. Nesse sentido, o Brasil foi o primeiro país da América latina, a adotar o programa da OMS, em 2017 ano em que se deu maior importância sobre o assunto (BTESHE, 2018). Diante disso, o estudo tem o objetivo de analisar, à luz da literatura, a relação entre as mídias sociais e o suicídio. A análise dessa correlação se justifica uma vez que a prevenção do suicídio é uma ação de saúde pública. Além disso, é um problema de saúde que vem crescendo rapidamente ao decorrer dos anos, principalmente com o uso das mídias sociais. A motivação se deu por se tratar de um tema de extrema relevância social e pelo fato de que ainda existem poucos estudos publicados sobre o tema.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa. Optou-se pela Revisão Integrativa (RI) por caracterizar-se como um tipo de artigo em captar uma inflexibilidade teórica, normativa, nos quais agrupa os achados de várias sabedorias, sem lesionar a ligação da teoria do conhecimento (epistemológica) da sapiência empírica inclusa, possibilitando ao investigador sintetizar as informações, para assegurar a necessária rigidez demandado na pesquisa científica, diante da autenticidade das evidências estabelecidas, apresentando alto potencial para surgimento de novas teorias (SOARES *et al.*, 2014). A construção dessa RI, seguiu as seguintes etapas: 1) identificação do tema-problema; 2) busca dos artigos; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação de resultados; 6) síntese dos conhecimentos, com intuito de que o leitor compreenda a avaliação real do estudo incluído na literatura (SOARES *et al.*, 2014). A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online - SciELO, nos meses de julho a agosto de 2019. A busca dos artigos ocorreu a partir dos descritores em ciências da saúde (DeCS): suicídio e mídias sociais. Foram elencados como critérios de inclusão: artigos que estivessem completos e disponíveis online, publicados no período entre 2015 e 2019 e que abordassem o assunto acerca do tema estudado. Foram excluídas as publicações com anos inferiores a 2015 e documentos em forma de resumos e carta ao editor. Do material obtido, procedeu-se à leitura minuciosa de cada resumo/artigo, destacando aqueles que responderam ao objetivo proposto por este estudo. A amostra final foi constituída de 5 artigos selecionados para compor a revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Em relação aos artigos publicados sobre o tema, percebe-se que em 2018 foram publicados três dos cinco artigos utilizados. Em 2017 e 2019 foi publicado apenas um artigo em cada ano. Os dados demonstram a escassez de publicações na área e que apenas agora a relação do tema com as mídias sociais vem sendo estudado. A adolescência é uma época onde os jovens são mais impulsivos, pois estão tentando compreender sua função na sociedade. O que os tornam mais vulneráveis frente a situações que os colocam em risco, se não houver o uso adequado das mídias sociais. Por isso, mesmo em processo de transição para a vida adulta, eles não estão isentos das consequências de suas atitudes. (FACIOLI; PRADO, 2018). Autores como Dias *et al.* (2019), enfatizam que a internet funciona com um meio de desenvolvimento social, mas também é um meio de exposição de risco aos jovens. Com o avanço do aparato tecnológico, é cada vez mais difícil os pais acompanharem todos os passos dos filhos na internet. Isso facilita que a inserção dos jovens em grupos que incentivam o suicídio se torne mais comum. Segundo Bteshe (2018), antigamente o suicídio era posto como um ato de liberdade, autonomia e controle da sua vida. Entretanto, atualmente essa ação vem sendo associada a pessoas com transtornos psiquiátricos. Estudos de Rêgo e Parente (2018), apontam que o perfil de quem

mais comete suicídio, são pessoas com transtornos psiquiátricos. Em pesquisas nos portais de busca como por exemplo o Google, se percebe um predomínio de fóruns e relatos pessoais, como também incentivo ao ato, sem posts sobre prevenção e suporte, sobre o assunto suicídio. No Facebook foram realizadas pesquisas tanto em grupos públicos quanto privados, que abordavam sobre o suicídio. No grupo privado, percebeu-se uma maior dificuldade para serem aceitos, o que é preocupante, pois nesse grupo há uma maior tendência ao autocídio, bem como um maior incentivo ao ato. Por outro lado, a busca por prevenção e sobre os fatores de risco vem sendo mais procuradas pelas pessoas. Atualmente existem serviços on line de suporte, de autoconfiança e autoajuda. Desta forma, se percebe que a internet também oferece um serviço de prevenção através dos fóruns, links disponibilizados no Facebook e vídeos no Youtube (PEREIRA; BOTTI, 2017). Em 2017, as mídias sociais trouxeram uma grande repercussão sobre o tema suicídio, devido ao jogo denominado “baleia azul”. Esse jogo tinha regras que estimularam as pessoas, principalmente jovens, a se automutilarem, se exporem a situações de risco, medo e a tirarem sua própria vida. Esse episódio contribuiu de certa forma para despertar maior interesse da população sobre o assunto e sobre as formas de prevenção e melhor uso das tecnologias. (FACIOLI; PRADO, 2018). Sem dúvida, a internet e as mídias sociais são ferramentas que permitem a liberdade de expressão, com poder de atravessar tempo e espaço, entretanto, torna-se perigosa para pessoas vulneráveis e deprimidas. Por outro lado, se constituem em uma ferramenta de prevenção eficaz, quando os usuários e donos de sites, a utilizam corretamente, respeitando os limites e trazendo proteção individual. (PEREIRA.; BOTTI, 2017). **CONCLUSÃO:** Diante do estudo, é possível observar o quanto a internet está presente no cotidiano das pessoas, proporcionando informações e conhecimento a cerca de diversos assuntos disponíveis na rede, entre eles o suicídio, que vem sendo a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Essas informações são adquiridas mediante fácil acesso, geralmente através do acesso em mídias sociais como: Youtube, Instagram, Facebook, Whatsapp e Google. Foi possível analisar que o uso inadequado dessas mídias coloca os usuários em risco ao suicídio. Sem dúvida, esse é um tema de saúde e de extrema relevância pública que necessita de um olhar mais atento e holístico tanto dos profissionais de saúde, dos órgãos de controle e fiscalização, quanto da sociedade em geral. Nesse sentido, é imprescindível que tenhamos maior atenção sobre os jovens que apresentam sinais de depressão, transtornos mentais e que fazem o uso constante da internet.

REFERÊNCIAS

- BTESHE, Mariana. O suicídio na mídia: reflexões para o cuidado em saúde mental. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1597/2222>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- DIAS, Vanina Costa *et al.* Adolescentes na Rede: Riscos ou Ritos de Passagem?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v39/1982-3703-pcp-39-e179048.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

FACIOLI, Lara Rodrigues; DO PRADO, Juliana. Usando bem, que problema tem? P
nicos morais, mídias digitais e juventude no Brasil. **Interfaces da Educação**, v. 9, n.
25, p. 158-183, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/2240-9621-1-
PB.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

PEREIRA, Camila Corrêa Matias; BOTTI, Nadja Cristianne Lappann. O suicídio na
comunicação das redes sociais virtuais: Revisão integrativa da literatura. **Revista
Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 17, p. 17-24, 2017. Disponível
em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpesm/n17/n17a03.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

RÊGO, Daianny Macedo de Souza; PARENTE, Alexandre Castelo Branco Vaz.
SUICÍDIO E INTERNET: um comparativo entre ferramentas de busca. **Jornal de
Ciências da Saúde do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí**,
v. 1, n. 1, p. 17-25, 2018. Disponível em:
<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rehu/article/view/6742/pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SOARES, Cássia Baldini *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados
na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n.
2, p. 335 – 345. abr. 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n2/pt_0080-6234-reeusp-48-02-335.pdf. Acesso
em: 20 ago. 2019.

A DEPRESSÃO NA SAÚDE DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO

AUTORES:

Marcelo de Lima Duarte
Márcia Cunha da Silva Pellense
Edilania Adina de Farias Lira
Fernanda Lavínia Ribeiro Silva
Silvanara Higino da Silva
Vanessa Silva de Carvalho Pereira

RESUMO: A depressão é uma doença que causa profunda tristeza e sofrimento a pessoas acometidas causando na maior parte dos casos o suicídio, ela ocupa lugar de destaque nos diversos meios de comunicação. O estudo tem como objetivo identificar, à luz da literatura, a depressão na saúde do profissional de enfermagem no ambiente hospitalar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo integrativa, com abordagem qualitativa. A coleta dos dados ocorreu entre os meses de março a maio de 2019, nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline e Ibecs. Para a busca dos artigos foram utilizados os descritores Depressão, Enfermagem, Estresse Ocupacional. Foram incluídos os artigos completos escritos em português no período de 5 anos que respondessem a temática. Foram excluídos os artigos em inglês, cartas dentro e fora da linha temporal. Os achados mostram que a exposição cotidiana dos profissionais de enfermagem a estímulos externos de natureza física e mental relacionada à complexidade do trabalho, a inexistência de condições ideais para realização do cuidado ao lidar com pessoas com doenças graves e risco de morte leva-os com maior facilidade a desenvolverem depressão. Observou-se que os profissionais de saúde, em especial os enfermeiros, são uma das classes que mais sofrem com o problema da síndrome de Burnout. Deve-se a isto, o fato do constante contato de trabalhadores das áreas de serviços e cuidados com o público. Diante disso, é imprescindível que os serviços de saúde busquem implementar ações que contribuam para melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores.

Palavras - chave: Depressão. Enfermagem. Estresse Ocupacional.

INTRODUÇÃO: A depressão é um tema de larga abrangência e muito falado atualmente, mas, não é dada tamanha atenção a seriedade e gravidade dos problemas gerados por ela. É uma doença que causa profunda tristeza e sofrimento a pessoas acometidas causando na maior parte dos casos o suicídio, ela ocupa lugar de destaque nos diversos meios de comunicação. É amplamente abordado em temas de discussão popular, bem como na literatura científica. Com o passar dos anos, várias abordagens foram surgindo. Os altos índices de depressão e riscos de depressão para o suicídio contrastam com o trabalho desempenhado pelos profissionais de enfermagem, de quem, geralmente, espera-se o cuidado (SILVA, 2015). Outros autores enfatizam que o estresse ocupacional é inerente ao desenvolvimento de agravos ou associados a patologias que determinam o absenteísmo profissional (MORAES FILHO; ALMEIDA; 2016). Sabe-se que inúmeros fatores interferem para que ocorra a exaustão no trabalhador da enfermagem. Dentre os quais destacam-se: o desgaste físico e emocional, a baixa remuneração, dupla jornada de trabalho, riscos ocupacionais diversos, o próprio ambiente hospitalar, a falta de relacionamento profissional e falta de autonomia estão associadas as más condições de trabalho (FERREIRA; FERREIRA, 2015).

Nesse sentido os profissionais de saúde são acometidos por problemas como a Síndrome de Burnout (SB) que se caracteriza por um conjunto de sinais como o sentimento de fracasso e exaustão, causado por um excessivo desgaste de energia, força e recursos relacionados na maioria das vezes ao trabalho (SANTOS; FRANÇA; BOAS; MIRANDA 2019). Em geral, não se observa a preocupação com a saúde do trabalhador, principalmente na área da saúde como um todo e, mais especificamente, na área da saúde mental. Parece haver uma tendência dos estudos em pesquisar a semiologia biológica, enquanto se evidenciam questões de natureza psíquica. Diante disso, suscitou nos autores o questionamento sobre a influência do ambiente de trabalho na depressão. Para tanto, o estudo tem como objetivo identificar, à luz da literatura, a depressão na saúde do profissional de enfermagem no ambiente hospitalar. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo integrativa, com abordagem qualitativa, sobre a depressão na saúde do profissional de enfermagem no ambiente hospitalar. O propósito inicial desse método de pesquisa é adquirir uma profunda concepção de um determinado acontecimento constituindo em artigos anteriores. Dessa forma, a construção dessa RI, seguiu as seguintes etapas: 1) identificação do tema-problema; 2) busca dos artigos; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação de resultados; 6) síntese dos conhecimentos, com intuito de que o leitor compreenda a avaliação real do estudo incluído na literatura (SOARES *et al.*, 2014). A coleta dos dados ocorreu entre os meses de março a maio de 2019, na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline e Ibecs. Para a busca dos artigos foram utilizados os descritores Depressão, Enfermagem, Estresse Ocupacional. O refinamento da busca ocorreu mediante a combinação Depressão “AND” enfermagem (8.556), Depressão “OR” enfermagem (936.127), Depressão “AND” estresse ocupacional (764), Depressão “OR” estresse ocupacional (362.291), Enfermagem “AND” Estresse Ocupacional (1.211) e Enfermagem “OR” Estresse Ocupacional (599.953). Como critérios de inclusão foram analisados os artigos com base na: (1) qualidade da descrição de hipóteses/objetivos; (2) qualidade da descrição do termo a ser estudado (3) qualidade da descrição e discussão dos principais fatores relacionados ao problema da depressão; (4) qualidade da descrição dos principais achados do estudo. Os critérios de inclusão foram os artigos completos escritos em português no período de 5 anos que respondessem a temática. Foram excluídos os artigos em inglês, cartas dentro e fora da linha temporal. A interpretação de dados foi realizada respeitando o rigor e os devidos aspectos éticos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 8 artigos para compor essa RI, voltados para o tema a depressão na saúde do profissional da enfermagem e capazes de responder à questão de pesquisa. A caracterização desses estudos está descrita no quadro abaixo conforme autoria, ano de publicação, tipo de estudo, título e base de dados.

Quadro 1: Caracterização dos estudos selecionados conforme autoria, ano de publicação, tipo de estudo, título do artigo e base de dados, Natal/RN, 2019.

AUTORIA	ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ESTUDO	TÍTULO DO ARTIGO	BASE DE DADOS
---------	-------------------	----------------	------------------	---------------

OLIVEIRA, Raquel Fátima de; LIMA, Gilberto Gonçalves de; VILELA, Gláucia de Sousa.	2017	Pesquisa qualitativa, revisão integrativa da literatura.	Incidência da síndrome de burnout nos profissionais da enfermagem: uma revisão integrativa	LILACS
FILHO, Iel Marciano de Moraes; ALMEIDA, Rogério José	2016	Pesquisa Qualitativa	Estresse Ocupacional no trabalho em Enfermagem no Brasil: uma revisão Integrativa	LILACS-Express
SILVA, Darlan dos Santos Damásio.	2015	Pesquisa qualitativa	Depressão e risco de suicídio entre profissionais de Enfermagem: revisão integrativa	MEDLINE
FERREIRA, Luana Aparecida Lima; FERREIRA, Lucas Lima.	2015	Pesquisa Qualitativa: Revisão Sistemática de Literatura	Depressão no trabalho da Enfermagem: revisão sistemática de literatura	SciELO
PEREIRA, Itaniele Francisca <i>et al.</i>	2017	Pesquisa descritiva, quantitativa e transversal.	Depressão e uso de medicamentos em profissionais de Enfermagem	INDEX
SANTOS, Erick Natividade dos; FRANÇA, Ítalo Jefferson Silva de BOAS, Ludmilla Lima Vilas; MIRANDA, Avaniilde Paes.	2018	Estudo Analítico, observacional, com corte transversal, quantitativo.	Saúde do trabalhador no ambiente hospitalar: fatores de risco para síndrome de burnout	LILACS
OLIVEIRA, Liliane Pereira Santos de; ARAÚJO, Giovana Fernandes.	2016	Pesquisa de abordagem quantitativa de caráter descritivo	Características da Síndrome de Burnout em enfermeiros da emergência de um hospital público	INDEX

LIMA, Amanda de Souza; FARAH, Beatriz Francisco; TEIXEIRA, Maria Teresa Bustamante.	2018	Pesquisa quantitativa, transversal.	Análise da prevalência da síndrome de burnout em profissionais da atenção primária em saúde	LILACS-Express
---	------	-------------------------------------	---	----------------

Fonte: Autoria própria, 2019.

Com base nas pesquisas selecionadas observou-se que o enfermeiro das enfermarias é mais acometido por problemas de ordem psicológica, do que aquele que trabalha em uma sala trancada, como nas unidades de terapias intensivas (UTI). Devido à rotatividade de pacientes que passam pelas enfermarias com os mais diversos tipos de sofrimento. Os meios e procedimentos da análise da revisão integrativa basearam-se na categorização das informações coletadas nas amostras finais dos artigos, priorizando artigos publicados em revistas nacionais e indexadas, que mostraram de alguma forma a depressão na saúde do profissional de enfermagem. Dentre os fatores que são gatilhos para o quadro da depressão em profissionais da saúde, está o ambiente de trabalho como um dos fatores determinantes para o surgimento dos casos. A exposição cotidiana dos profissionais de enfermagem a estímulos externos de natureza física e mental relacionada à complexidade do trabalho, a inexistência de condições ideais para realização do cuidado ao lidar com pessoas com doenças graves e risco de morte leva-os com maior facilidade a desenvolverem depressão (SILVA, 2015). A depressão também ocorre a partir da condição desgastante dos plantões noturnos. “O plantão noturno traz prejuízo e risco à saúde do trabalhador porque é desgastante e cansativo” (SILVA, 2015, p. 1032). Os autores indicam como fatores substanciais que podem acarretar risco para a depressão, os seguintes aspectos: histórico familiar, episódio anterior de depressão, doença física, perdas, acontecimentos estressantes, abuso de medicamentos ou drogas (PEREIRA *et al.*, 2017). Autores como Silva (2015) revelam que o estresse também é um fator que propicia o aparecimento dos sintomas de ordem depressiva nos profissionais de saúde. Isso porque existe uma correlação inversa entre o nível de estresse e a segurança para exercer o trabalho (SILVA, 2015). O estresse é um dos desafios atuais de todo os segmentos, pesquisado por vários profissionais, pois se mostra como risco para o equilíbrio normal do ser humano. Nesse contexto, o mesmo autor menciona que as condições de trabalho têm transformado o estresse em algo familiar e muitas vezes o naturalizado, com implicações para a saúde dos trabalhadores da enfermagem (SILVA, 2015). A Síndrome de Burnout (SB) é considerada por alguns autores como a síndrome do estresse profissional, por sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, sendo uma resposta ao estresse crônico. As consequências de sua manifestação vão desde doenças psicossomáticas ao abuso de álcool e outras drogas (OLIVEIRA; LIMA; VILELA, 2016). Observou-se que os profissionais de saúde, em especial os enfermeiros, são uma das classes que mais sofrem com o problema da síndrome de Burnout. Deve-se a isto, o fato do constante contato de trabalhadores das áreas de serviços e cuidados com o público (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2016). Para os autores, as consequências de trabalho repercutem sobre a saúde desses profissionais da enfermagem, devido ao fato de muitos deles estarem

submetidos a condições inadequadas de trabalho pondo em risco a própria vida e comprometem a qualidade do serviço oferecido. Também devido a sobrecarga a qual são submetidos, são acometidos por várias doenças, dentre elas as psicossomáticas angústia e depressão que além de danos corporais afetam principalmente a mente desses enfermeiros, acarretando a perda de força destes profissionais (PEREIRA *et al.*, 2017). O estresse também pode ser associado a outros agravos como a ansiedade, depressão e SB. A insatisfação pelo ambiente de trabalho, a condição socioeconômica dos trabalhadores, a falta de controle perante o trabalho e o baixo apoio e reconhecimento social de suas práticas figuram como fatores determinantes para o aparecimento do estresse (FILHO; ALMEIDA, 2016). O estresse se caracteriza como um momento de tensão que causa desequilíbrio no funcionamento dos organismos, decorrentes de situações consideradas novas ou de risco e que ultrapassam a capacidade adaptativa do ser humano (FILHO; ALMEIDA, 2016). Nesse sentido, esses autores enfatizam ainda que o estresse ocupacional pode ocasionar o desenvolvimento de várias doenças ou estar associado a outras patologias que determinam o absenteísmo da profissional de enfermagem. **CONCLUSÃO:** A partir do estudo se evidencia que o problema da depressão é uma doença do século vigente e que uma das categorias profissionais da área saúde mais acometidas com esse problema de depressão, é a enfermagem. Dentre as razões estão a proximidade ao sofrimento alheio, a baixa remuneração, acúmulos de funções, sobretudo a carga de trabalho excessiva a qual esses profissionais estão submetidos no seu dia a dia. Além disso, os profissionais de enfermagem possuem maior acesso a drogas psicoterápicas que podem levar este a dependência ou a morte. Percebeu-se que a depressão também é um fator desencadeante para o suicídio, uma vez que a pessoa acredita que resolverá seus problemas diante das dificuldades. Diante disso, é imprescindível que os serviços de saúde atentem para essa realidade, buscando implementar no seu cotidiano ações que venham a minimizar esse quadro e contribuam para melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Luana Aparecida Lima; FERREIRA, Lucas Lima. Depressão no trabalho da enfermagem: Revisão Sistemática de literatura. **Universitas: Ciência da Saúde**, Brasília, v. 13, n.1, pág. 41-48, jan. /jun. 2015. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/view/2849>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- LIMA, Amanda de Souza; FARAH, Beatriz Francisco; BUSTAMANTE-TEIXEIRA, Maria Teresa. Análise da prevalência da síndrome de burnout em profissionais da atenção primária em saúde. **Trabalho educação saúde**, Rio de Janeiro. v. 16, n. 1, p. 283-304, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462018000100283&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2019.
- MORAES FILHO, Iel Marciano de; ALMEIDA, Rogério José. Estresse ocupacional no trabalho em enfermagem no Brasil: Uma revisão Integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 29 n. 3, p. 447-454, jul. /set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/4645>. Acesso em: 26 maio 2019.

OLIVEIRA, Liliane Pereira Santos de; ARAÚJO, Giovana Fernandes. Características da Síndrome de Burnout em enfermeiros da emergência de um hospital público. **Revista Enfermagem Contemporânea**. Bahia, v.5 n. (1) p.34-42, jan./jun. de 2016. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/834/645>. Acesso em: 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, Raquel Fátima de; LIMA, Gilberto Gonçalves de; VILELA, Gláucia de Sousa. Incidência da Síndrome de Burnout nos Profissionais de Enfermagem: Uma Revisão Integrativa. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, São José del Rei, Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1383>. Acesso em: 26 maio 2019.

PEREIRA, Itaniele Francisca *et al.* Depressão e uso de medicamentos em profissionais de Enfermagem. **Arquivos de Ciência da Saúde**, v.24, n.1, p.70-74, mar. 2017. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/544>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, Erick Natividade dos; FRANÇA, Ítalo Jefferson Silva de; BOAS, Ludmilla Lima Vilas; MIRANDA, Avanilde Paes. Saúde do trabalhador no ambiente hospitalar: fatores de risco para síndrome de burnout. **Nursing**, São Paulo. v. 22 n. (248) p. 2572-2576, jan. 2019. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-980649>. Acesso em: 26 maio 2019.

SILVA, Darlan dos Santos Damásio *et al.* Depressão e risco de suicídio entre profissionais de Enfermagem: revisão integrativa. **Revista escola enfermagem USP**, São Paulo, v. 49, n. 6, p. 1023-1031, Dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342015000601023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. de 2019.

SOARES, Cassia Baldini *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista escola enfermagem USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-345, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000200335&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2019.

INSERÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

AUTORES:

Alessa Oliveira Zumba
Caroline Emanuele de Melo dos Santos
Débora Ainoã Bezerra Borges
Yasmin Beatriz de Oliveira
Elvis Bruno de Carvalho
Taciana Jacinto de Almeida

RESUMO: INTRODUÇÃO: As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde se diferem do modelo convencional de saúde, tendo um olhar holístico e considerando o ser como uma unidade de mente/corpo/espírito e não apenas como partes isoladas. **OBJETIVO:** O estudo tem por objetivo analisar a inserção das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo integrativa, com abordagem qualitativa, acerca da Inserção das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária. A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde, por meio das bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online. **RESULTADOS/DISSCUSSÕES:** A Política Nacional Práticas Integrativas prioriza a inserção das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde, pois os profissionais da Estratégia Saúde da Família são seus maiores implementadores no Sistema Único de Saúde. Segundo o último informe do Ministério da Saúde, em 2016, existiam 9.470 estabelecimentos de saúde que ofertavam as Práticas Integrativas e Complementares, esses, distribuídos em 56% (3.097) dos municípios brasileiros e na Atenção Primária à Saúde, em 54% deles. **CONCLUSÃO:** Torna-se necessário mais pesquisas acerca dos benefícios, inserção e ampliação das Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, o que poderá gerar conhecimento e a disseminação de informações entre gestores, trabalhadores e usuários em prol de um atendimento de qualidade e resolutividade.

Palavras-chaves: Atenção Primária à Saúde. Terapias Complementares. Promoção da Saúde.

INTRODUÇÃO: O modelo biomédico vigente, hegemônico, faz a relação do corpo humano parecido com uma máquina, na qual pequenas e diferentes partes desse sistema se relacionam. As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) se diferem desse modelo convencional, tendo um olhar mais holístico, considerando o indivíduo como um todo relacionando mente-corpo-espírito e não apenas como partes isoladas do seu corpo (MATOS *et al*, 2018). O uso das PICS vem aumentando nas últimas décadas nos sistemas de saúde. No Brasil, há registros do uso dessas práticas desde a década de 1980 principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de sua implantação no SUS, encontra-se ainda em desenvolvimento. Nesse sentido, é importante relatar as experiências e estratégias existentes como apoio para sua inserção nos sistemas públicos de saúde (SOUSA, 2017). As PICS também conhecidas como Medicinas Tradicionais e Complementares (MTC), constituem um amplo conjunto de práticas de atenção à saúde, bem como práticas complementares que não se assemelham a medicina

alopática. Elas são denominadas complementares quando usadas em paralelo com a medicina convencional, alternativas quando usadas no lugar da prática biomédica e integrativas quando baseadas em avaliações científicas de eficácia e segurança (GALVANESE, 2017; MATOS *et al.*, 2018). No Brasil, a Atenção Primária à Saúde (APS), conhecida também como Atenção Básica em Saúde, é uma política pública, estruturada pela Estratégia Saúde da Família (ESF). De acordo com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que foi implantada em 2006 pelo Ministério da Saúde (MS), esse espaço deve ser utilizado para a inserção desses métodos complementares. Dessa forma, as PICS são importantes para os serviços de saúde, pois, além do cuidado integral, proporcionam uma visão holística do processo saúde-doença, o respeito por grupos e populações, e visa a promoção da qualidade de vida dos usuários (ASSIS *et al.*, 2018). Essas práticas buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e de promoção da saúde, com base na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade, buscando reaver o processo de trabalho, além de favorecer os princípios fundamentais, tais como: universalidade, equidade, humanização, cuidado integral, acessibilidade e participação social (ASSIS *et al.*, 2018). Esse estudo foi motivado por ser um tema ainda pouco discutido e que está sendo ampliado atualmente com a inserção das PICS nos Serviços de Saúde. Espera-se que o presente estudo possibilite a discussão das PICS na APS e suas contribuições na promoção da saúde e tratamentos complementares e integrativos. Sendo assim surge a seguinte questão norteadora da pesquisa: Como as Práticas Integrativas e Complementares foram inseridas nos sistemas de saúde pública? Nessa perspectiva, o estudo tem por objetivo analisar a inserção das PICS na APS. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo integrativa, com abordagem qualitativa, acerca das PICS na APS. Adotou-se a revisão integrativa, uma vez que ela contribui para o processo de sistematização e análise dos resultados, visando à compreensão de determinado tema, a partir de outros estudos independentes (SOARES *et al.*, 2014). A coleta dos dados foi realizada no período de agosto a setembro de 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio da base de dados eletrônica: Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para a busca foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências de Saúde (Decs): “Atenção primária à saúde”, “Terapias complementares” e “Promoção da saúde”. Utilizando o operador booleano AND mediante as seguintes combinações: Atenção primária à saúde AND Terapias complementares resultando em 403 artigos, Promoção da saúde AND Atenção primária à saúde resultando em 14.487 artigos, Terapias complementares AND Promoção da saúde resultando em 667 artigos, Atenção primária à saúde AND Terapias complementares AND Promoção da saúde resultando em 45 artigos. Ao final, foram selecionados 04 artigos para a elaboração do trabalho, mesmo sendo pouco significativo a quantidade de artigos utilizados, optou-se pela manutenção do presente trabalho. Além disso, foram utilizados cartilha e portaria do MS. Os critérios de inclusão foram artigos publicados em língua portuguesa, nos últimos 10 anos, disponíveis em textos completos, e que tivessem relação com o objetivo do estudo. Foram excluídos os estudos em língua estrangeira, em forma de resumos e carta ao editor. Os artigos duplicados foram contabilizados apenas uma vez. A revisão integrativa é uma ampla abordagem metodológica, permitindo uma compreensão completa. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. Para a

construção desta revisão foram utilizadas as seguintes etapas: Identificação do tema, busca na literatura/amostragem, categorização dos estudos, avaliação dos estudos, interpretação dos resultados e síntese do conhecimento. Os dados utilizados foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para a obtenção dos resultados utilizou-se a busca dos artigos conforme o tema, selecionados de acordo com achados relevantes e de interesse da pesquisa. Por se tratar de um tema ainda pouco discutido houve uma ampliação para os anos de publicação dos artigos selecionados nos últimos 10 anos. A caracterização dos estudos está organizada no quadro abaixo, conforme as bases de dados, ano de publicação, autores, título, objetivos e conclusão.

Quadro 1. Caracterização dos artigos selecionados conforme as bases de dados, ano de publicação, autores, título, objetivos e conclusão. Natal, 2019.

Base de dados	Ano de publicação	Autores	Título	Objetivos	Conclusões
ScieELO	2018	TESSER, Charles Dalcanale; SOUSA, Islandia Maria Carvalho de; NASCIMENTO, Marilene Cabral do.	Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira.	Apresentar a situação das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na Atenção Primária à Saúde (APS) brasileira, seus problemas e estratégias de enfrentamento.	Estratégias De institucionalização das PIC na APS envolvem estímulo federal aos municípios, via profissionais competentes, matriciamento, educação permanente e ação governamental para sua inserção na formação profissional.
SciELO	2018	MATOS, Pollyane da Costa <i>et al.</i>	Práticas integrativas complementares na atenção primária à saúde	Analisar o conhecimento e as percepções de enfermeiros que trabalham na Atenção Primária de um município do	Evidenciou-se a necessidade de capacitação na graduação e em educação permanente, para utilizar as práticas como recurso de cuidado.

				sudeste goiano sobre as Práticas Integrativas e Complementares.	
SciELO	2017	SOUSA, Islandia Maria Carvalho de; TESSER, Charles Dalcanale.	Medicina Tradicional e Complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária.	Analisar a inserção da Medicina Tradicional e Complementar no SUS e sua integração com a atenção primária à saúde.	A crescente presença da Medicina Tradicional e Complementar no SUS demanda pensar estrategicamente e sua expansão, e não devem ser desperdiçadas as experiências existentes.
Online	2016	FISCHBORN, Aline Fernanda <i>et al.</i>	A Política das Práticas Integrativas e Complementares do SUS: o relato de experiência sobre a implementação em uma unidade de ensino e serviço de saúde	Avaliar os desafios da aplicação dessas práticas na unidade e analisar a percepção dos usuários e da equipe de saúde, frente a essas práticas.	Constatou-se resultados positivos aos indivíduos que se propuseram a participar das técnicas, como bem-estar físico, mental e alívio de tensão

Fonte: Autoria própria, 2019.

Os resultados demonstraram que os artigos selecionados para os resultados e discussões, totalizando 04 artigos. O quadro 1 mostra as especificações de cada um dos artigos selecionados. Dessa forma, é possível perceber a incipiência de artigos científicos publicados sob revisão integrativa, uma vez que se trata de uma metodologia enraizada na Prática Baseada em Evidências (PBE). A construção da PNPIC no SUS iniciou-se a partir do seguimento das diretrizes e recomendações de várias Conferências Nacionais de Saúde e às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Como estratégia para a elaboração da PNPIC, o grupo gestor elaborou um plano para ser adotado por subgrupos para, posteriormente, ser Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

consolidado em documento técnico único relativo à Política e suas diretrizes (BRASIL, 2006). Portanto, em fevereiro de 2006, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) a PNPIC no SUS, sendo publicada na forma das Portarias Ministeriais nº 971/GM em 03 de maio de 2006, e nº 1.600, de 17 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). Embora, desde a década de 1980, haja registros de experiências no SUS com as PICS, estas ganharam visibilidade e crescimento apenas após a implantação da PNPIC, que inseriu no SUS cinco práticas integrativa, a saber: homeopatia, acupuntura/medicina tradicional chinesa, medicina antroposófica, plantas medicinais e termalismo/crenoterapia. Posteriormente no ano de 2017, houve ampliação para 19 outras terapias e mais 10 foram incluídas no ano de 2018 (TESSER, 2018). Como forma da melhoria da assistência a saúde, torna-se necessário fortalecer as ações de promoção da saúde em relação às PICS, valorizando as políticas públicas e as necessidades da comunidade. O uso dessas práticas tem o intuito de complementar os tratamentos convencionais, reduzir custos e incentivar ações que visem o bem-estar da população (MATOS *et al*, 2018). A PNPIC prioriza a inserção das PICS na APS, pois os profissionais da ESF são seus maiores influenciadores no SUS. Segundo o último informe do MS, em 2016, existiam 9.470 estabelecimentos de saúde que ofertavam as PICS, esses, distribuídos em 56% (3.097) dos municípios brasileiros e na APS, em 54% deles. Estava concentrada nas grandes cidades, principalmente nas regiões sul e nordeste. Em uma mesma Unidade de Saúde pode-se ofertar mais de uma modalidade de PICS (TESSER, 2018). Segundo dados dos sistemas de informações referentes aos municípios brasileiros, esses demonstram que a maior oferta em MTC é realizada pelo SUS, sendo as práticas corporais e outras práticas em medicina chinesa as de maiores números. Dentre os municípios brasileiros, Florianópolis tem a maior índice de oferta (35,6%) e Recife o menor (4,2%) por 100 mil habitantes (SOUSA, 2017). Aproximadamente 78% dessa oferta está na APS e sobretudo na ESF, e nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), considerados pertencentes à APS. Das equipes do NASF, mais de 20% praticavam as PICS. Apenas 16,7% da oferta de PICS no SUS está na média complexidade e 3,4%, no cuidado hospitalar e de alta complexidade (TESSER, 2018). Mesmo com o apoio da PNPIC, a implementação das práticas tende a ter algumas limitações, como a dificuldade de adoção às práticas pela diferença em relação ao modelo biomédico tradicional, percebe-se também, no que diz respeito ao conhecimento dos profissionais em relação à política e benefícios das PICS (FISCHBORN *et al*, 2016). **CONCLUSÃO:** As PICS instituídas no SUS, veio como uma forma ampla de terapia complementar para os pacientes que necessitam do serviço de saúde, na tentativa de complementar e integrar o método tradicional medicinal. Fortalecendo a utilização de ferramentas naturais, minimizando gastos e tratamentos dispendiosos. Portanto, tem como objetivo aplicação das PICS com predominância na APS, podendo serem usadas em todos os níveis de atenção à saúde. Para tanto, torna-se condição *sine qua non* o fortalecimento das PICS por meio de políticas públicas, além de promover a qualificação dos profissionais que trabalham no SUS, com ênfase na APS. Dessa forma, torna-se necessário mais pesquisas acerca dos benefícios, inserção e ampliação das PICS no SUS, o que poderá gerar conhecimento e a disseminação de informações entre gestores, trabalhadores e usuários em prol de um atendimento de qualidade e resolutividade. Vale ressaltar que para a realização do trabalho houveram dificuldades na seleção de artigos que respondessem aos objetivos do mesmo, o que sugere-se mais estudos nessa área.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Wagner Couto *et al.* Novas formas de cuidado através das práticas integrativas no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p.1-6, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/7575>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/npic>. Acesso em: 24 set. 2019.

FISCHBORN, Aline Fernanda *et al.* A Política das Práticas Integrativas e Complementares do SUS: o relato de experiência sobre a implementação em uma unidade de ensino e serviço de saúde. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 4, p.01-06, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8149>. Acesso em: 23 ago. 2019.

GALVANESE, Ana Tereza Costa; BARROS, Nelson Filice de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Contribuições e desafios das práticas corporais e meditativas à promoção da saúde na rede pública de atenção primária do Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 33, n. 12, p.01-13, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2017001205001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 23 ago. 2019.

MATOS, Pollyane da Costa *et al.* PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. **Cogitare Enferm.**, Curitiba, v. 23, n. 2, p.01-08, 2018. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-85362018000200321. Acesso em: 23 ago. 2019.

SOARES, Cassia Baldini *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista escola enfermagem USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-345, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000200335&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2019.

SOUSA, Islandia Maria Carvalho de; TESSER, Charles Dalcanale. Medicina Tradicional e Complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 33, n. 1, p.01-15, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2017000105006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 ago. 2019.

TESSER, Charles Dalcanale; SOUSA, Islandia Maria Carvalho de; NASCIMENTO, Marilene Cabral do. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p.174-188, set. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-11042018000500174&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 ago. 2019.

BENEFÍCIOS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

AUTORES:

Caroline Emanuele de Melo dos Santos

Alessa Oliveira Zumba

Débora Ainoã Bezerra Borges

Elvis Bruno de Carvalho

Yasmin Beatriz de Oliveira

Taciana Jacinto de Almeida

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo, relatar os benefícios das práticas integrativas e complementares no processo do envelhecimento saudável. Com o aumento populacional de idosos em todo o mundo, pensando nisso o Brasil vem ampliando suas políticas públicas que englobam esta parte da população, garantindo os direitos e focando nas principais doenças que acometem a esse grupo populacional. Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, a busca foi realizada no período de agosto a setembro de 2019, na Biblioteca Virtual de Saúde. Após aplicados os critérios de exclusão foram selecionados oito artigos no período de 2013 a 2019. Devido ao aumento da população idosa, há um acréscimo da demanda por ações de promoção e prevenção de doenças, que priorizem as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e melhorem as condições de vida e bem-estar do idoso. As PICS demonstram ser uma alternativa adequada para essa promoção. As PICS podem ser utilizadas como uma alternativa complementar e integrativa, que aumenta a qualidade de vida, proporcionando ações de promoção e prevenção as doenças, diminuindo os impactos do envelhecimento.

Palavra-Chave: Terapias Complementares. Idoso. Promoção da Saúde.

INTRODUÇÃO: Nota-se um aumento de pessoas idosas em todo o mundo, o que sugere a diminuição das taxas de fecundidade e de mortalidade. Devido a essa característica atual, gera-se uma discussão sobre as dificuldades e singularidades do envelhecimento entre seus direitos dos cuidados de saúde (ALMEIDA *et al.*, 2019). Em vista disso, foi instituída em 2006 a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), com a finalidade de garantir os direitos desse grupo populacional. Baseando-se nas principais doenças que acometem os idosos, entre elas estão: a diminuição da capacidade física e mental em efetuar atividades habituais e primárias para uma qualidade de vida, visando a promoção da autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade (SANTOS *et al.*, 2018). A elaboração de técnicas de cuidados, são capazes de suavizar os impactos sociais, psicológicos e físicos vivenciados pelo idoso, com a finalidade de propiciar um bem-estar para este determinado grupo da população (SARAIVA *et al.*, 2015). Dessa maneira, em 2006 a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) foi implementada e posteriormente ampliada nos anos de 2017 e 2018, abrangendo diretrizes próprias dos recursos terapêuticos e sistemas médicos complexos, atuando na prevenção de doenças e agravos, do mesmo modo que na promoção, prevenção, recuperação da saúde e na qualidade de vida, originando-se do propósito da perspectiva integral do ser humano e do cuidado humanizado (SANTOS *et al.*, 2018). Neste contexto de cuidado, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) recebem destaque a cerca de aptidões

terapêuticas pautadas na integralidade. Estes conhecimentos estão definidos como uma união de práticas e ações terapêuticas que não se limitam unicamente ao combate de doenças, mas favorecem a atenção integral ao paciente, atraindo para a tríade corpo-mente-alma (ASSIS *et al.*, 2018; SARAIVA *et al.*, 2015). As PICS incentivam o autocuidado, cuidado com o próximo, discernimento no processo saúde-doença e a ética humana, na união com a natureza e sociedade. Pesquisas apontam que as PICS interferem positivamente no bem-estar, a dor, estado emocional, o sono e o apoio social, o que evidencia a influência para a construção de um envelhecimento saudável (SANTOS *et al.*, 2018). Com aumento da perspectiva de vida está ocorrendo um crescimento da população idosa em diversos países, o que provoca a procura por uma qualidade de vida na terceira idade (SARAIVA *et al.*, 2015). Portanto, este trabalho tem como objetivo, relatar os benefícios das práticas integrativas e complementares no processo do envelhecimento saudável. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo integrativa, que se resume em reunir e sintetizar os resultados esperados. Decidiu-se pela revisão integrativa, visto que este tipo de estudo busca, na medida em que faz uma análise rigorosa, técnica, normativa, e sistemática, sem ferir a epistemologia, preencher as lacunas do conhecimento técnico-científico. A busca foi realizada no período de agosto a setembro de 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), pelas bases de dados eletrônicas: Banco de dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciência em Saúde (LILACS), Medicina Tradicionais, Complementares e Integrativas (MCTI), Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP). Foram utilizados os seguintes Descritores em Ciência da Saúde (DEcS): “Terapias Complementares”, “Idoso” e “Promoção da Saúde”. Para o refinamento da busca foram utilizadas as combinações com os operadores booleanos “AND” das seguintes formas: “Terapias Complementares AND Idoso”, resultando em 1.200 artigos; “Idoso AND Promoção da Saúde” resultando em 49.272; “Terapia Complementar AND Promoção da Saúde” resultando em 271 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão selecionou-se 8 artigos publicados para a construção dos resultados e discussões. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados nos últimos 06 anos (2013 a 2019), em linguagem portuguesa e inglesa, disponíveis em texto completo, e que tivessem relação com o objetivo estudado. Foram excluídos os artigos duplicados, estes foram contabilizados uma vez, em forma de carta ao editor e artigos que não tivessem relação com o tema proposto. Os dados foram devidamente referenciados, respeitados e identificando seus autores e demais fontes de pesquisas, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz a respeito ao uso das partes das obras. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Para a conquista dos resultados foi realizado a seleção dos artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Para a definição dos estudos utilizados no trabalho foi constituída em quadro, com colunas dispendo de Banco de Dado, Título, Autor, Ano de Publicação, Objetivo e Conclusão.

Quadro 1: Caracterização dos estudos quanto as principais informações dos artigos quanto à Base de Dado, Título, Autor, Ano de Publicação, Objetivo e Conclusão. Natal – 2019.

Banco de Dados	Título	Autor	Ano de publicação	Objetivo	Conclusão
----------------	--------	-------	-------------------	----------	-----------

BDEF	Histórias De Cuidados Entre Idosos Institucionalizados: As Práticas Integrativas Como Possibilidades Terapêuticas	SARAIVA, Alynne Mendonça <i>et al.</i>	2015	Conhecer as histórias de cuidado e as implicações do uso da reflexologia podal em idosos.	As práticas integrativas possibilitam um cuidado integral ao idoso, pela facilidade de aplicação, promoção do relaxamento e bem-estar.
LILACS, BDEF	Práticas Integrativas E Complementares: Avanços E Desafios Para A Promoção Da Saúde De Idosos	SANTOS, Marília Silva dos <i>et al.</i>	2018	Identificar avanços e desafios na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares para a promoção à saúde de idosos.	O impacto dos avanços supera qualitativamente os desafios dessa política, que segue em processo de expansão no Sistema Único de Saúde. Implicações para a prática: esses resultados podem subsidiar avaliação no ciclo da política pública.
LILACS, BDEF	Capoterapia Como Meio De Inclusão Social Para Idosos	ALMEIDA, Camila Aparecida Pinheiro Landim <i>et al.</i>	2019	Descrever os benefícios da capoterapia como meio de inclusão social para idosos.	É necessário estimular a realização de pesquisas relacionadas aos benefícios de inclusão para idosos em meio social por meio da capoterapia, para ampliar a visibilidade de órgãos públicos e serviços de saúde para cuidado de idosos.
BDEF	Benefícios Das Práticas	MENDES, Dayana	2019	Caracterizar os benefícios das	É preciso protagonismo,

	Integrativas E Complementares No Cuidado De Enfermagem	Senger <i>et al.</i>		práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem.	empoderamento e preparação da enfermagem para a implementação das PICs em sua prática diária qualificando as práticas assistenciais e reduzindo os custos hospitalares.
LILACS	Revisão Sistemática Sobre Práticas Corporais Na Perspectiva Das Práticas Integrativas E Complementares Em Saúde	ANTUNES, Priscilla de Cesaro <i>et al.</i>	2018	Este artigo investigou o conteúdo de produções científicas sobre práticas corporais relacionadas às perspectivas integrativas e complementares em saúde, visando compreender seu potencial terapêutico.	Os artigos indicaram que as práticas corporais têm potencialidades para a saúde, expressas em sensações de relaxamento, alívio de dores, aumento do bem-estar, diminuição da ansiedade e estresse, melhora do sono, impactos sobre sintomas de doenças, além de contribuições para os processos de autocuidado e ressignificação das formas de conceber e lidar com os processos saúde-doença, levando em consideração dimensões materiais e imateriais do

					corpo.
MTCI	Efeitos da prática de Reiki sobre aspectos psicológicos e de qualidade de vida de idoso com sintomas de estresse: estudo placebo e randomizado.	OLIVEIRA, Ricardo Monezi Julião de	2013	Com o objetivo de avaliar se a terapêutica Reiki poderia produzir alterações psicofisiológicas e de qualidade de vida em idosos com sintomas de estresse este estudo	O conjunto dos resultados obtidos sugere que a terapêutica Reiki produz alterações psicofisiológicas e de qualidade de vida em idosos compatíveis com uma redução significativa de estresse.
CVSP	Saúde do idoso: abordagem terapêutica por meio de práticas integrativas e complementares.	TONELLI, Davidson Gonzaga	2013	Este trabalho apresenta uma alternativa de abordagem terapêutica aos problemas de saúde mais comuns ao idoso, sob o ponto de vista da acupuntura e da homeopatia.	Após essa revisão pode-se concluir que apesar da atual escassez de trabalhos direcionados ao tema desta pesquisa, a implantação dessas terapêuticas pode ser uma opção viável ao município porque apresenta baixo custo e forte potencial preventivo e curativo quando aplicadas aos principais agravos próprios da faixa etária acima referida.
LILACS	Práticas integrativas e complementares grupais e o diálogo com a educação popular	NASCIMENTO, Maria Valquiria Nogueira; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de	2017	O presente estudo consistiu em analisar a inserção das PIC's Grupais como estratégia de cuidado e atenção integral à saúde e as possibilidades	A educação popular pode ser instrumento de reorientação da atenção à saúde e globalidade

				de diálogo com a educação popular em Unidades Básicas.	das PIC's Grupais, com base numa perspectiva participativa, criativa, dialogada e emancipadora.
--	--	--	--	--	---

Fonte: Autoria Própria, 2019.

O resultado foi formado por 8 artigos científicos, escolhidos através dos critérios de inclusão previamente definidos. O quadro 1 demonstra os dados de cada um dos artigos selecionados. O envelhecimento é um processo biológico inconversível, que acontece durante toda a vida, e é seguida pela debilitação das funções biológicas e sensoriais como também a diminuição de algumas habilidades intelectuais, motoras e associativas (OLIVEIRA, 2013). Observa-se no envelhecimento padrões diversificados e a procura para entender o que determina a longevidade com o bem-estar, de modo que possa auxiliar nos aspectos do processo de envelhecimento e das políticas públicas, como por exemplo, a PNPIC (SANTOS *et al.*, 2018). Identifica-se que com o envelhecimento populacional adquire uma conquista e, simultaneamente, um desafio para os gestores e para a sociedade com a perspectiva de aprimorarem as ações de promoção a saúde optando para a prevenção de doenças, controle de doenças crônicas e a preservação da autonomia, permitindo qualidade de vida para que a maioria da população idosa tenha um envelhecimento saudável (SANTOS *et al.*, 2018). Neste contexto, as atividades físicas apresentam eficácia no melhoramento da saúde do idoso. Por isso, deve-se haver o engajamento dos idosos em programas que incentivam a preservação da autonomia funcional e contribua na prevenção e controle de doenças crônicas, como também no equilíbrio corporal e independência em atividades diárias, tais como as práticas corporais de yoga, dança circular, tai chi chuan, entre outras (ALMEIDA *et al.*, 2019; SARAIVA *et al.*, 2015). Sendo assim, o uso de plantas medicinais também são constantemente utilizadas como soluções terapêuticas, tornando-se uma alternativa barata e eficiente, e cada dia mais comum entre os idosos. Do mesmo modo que o Reiki está sendo utilizado em idosos com o intuito de promover o alívio de dores crônicas, onde apresentam ser mais vulneráveis (SARAIVA *et al.*, 2015; MENDES *et al.*, 2019). Por isto, é de grande importância que os profissionais da área da saúde, que lidam com o cuidado aos idosos, conheçam e coloquem em prática estratégias que visem a diminuição dos efeitos colaterais, permitindo a interação e formação de vínculos com os idosos e possibilite um bem-estar biopsicossocioespiritual (SARAIVA *et al.*, 2019). As medidas de promoção e prevenção às doenças direcionadas para os idosos que frequentam os serviços de saúde são indispensáveis para que ocorra um envelhecimento saudável, bem como auxílio na diminuição de gastos com internações e com uso de medicamentos (TONELLI, 2013). Antunes *et al.* (2018) evidenciaram a indispensabilidade de um tratamento holístico, incluindo no processo saúde-doença decorrente da relação entre corpo, mente e meio ambiente. As PICS podem ser utilizadas como um recurso para a promoção da saúde e/ou na redução do uso de medicamentos (MENDES *et al.*, 2019). Dentre o benefício mais procurado nas PICS, está a qualidade de vida, pois reflete nos demais benefícios. Dentre dessas práticas estão as intervenções não farmacológicas, como uso de plantas e chás, possibilitando um

cuidado mais autônomo, ajudando na qualidade vida. Portanto, as PICS têm em vista o aumento dessa qualidade de vida, estimulando o bem-estar físico e mental, da mesma maneira que a diminuição de danos e de agravos que possam surgir no decorrer da idade (MENDES *et al.*, 2019). Nascimento e Oliveira (2017) mostram também que tais práticas possibilitam a consolidação do autocuidado, aumentando a autonomia individual e coletiva, do mesmo modo que incita vínculos sociais e afetivos. **CONCLUSÃO:** A partir dos artigos analisados, é possível observar o crescente aumento da população idosa em todo o mundo, aumentando a procura por um envelhecimento saudável, que possibilite um bem-estar, autonomia, promoção e prevenção de doenças. Causando uma busca por meios que diminuam os impactos do envelhecimento. Sendo assim, as PICS podem ser utilizadas como uma alternativa complementar e integrativa, possibilitando o aumento na qualidade de vida, redução do uso de medicamentos, como também preservação da autonomia e o autocuidado. Tais práticas estimulam o bem-estar físico e mental, da mesma forma que diminui os danos e agravos à saúde. Por isso, deve-se ressaltar a importância do profissional da área da saúde na ampliação de seus conhecimentos incentivando a busca de novas práticas que auxiliam no cuidado ao idoso e o fortalecimento das PICS nos cuidados à saúde dessa população.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Camila Aparecida Pinheiro Landim *et al.* Capoterapia Como Meio de Inclusão Social para Idosos. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [s.l.], v. 11, n. 3, p.582-587, 2 abr. 2019. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6587/pdf_1. Acesso em: 17 de agosto de 2019
- ANTUNES, Priscilla de Cesaro *et al.* Revisão sistemática sobre práticas corporais na perspectiva das práticas integrativas e complementares em saúde. **Motrivivência**, [s.l.], v. 30, n. 55, p.227-247, 9 out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n55p227>. Acesso em: 17 ago. 2019
- ASSIS, Wagner Couto *et al.* Novas formas de cuidado através das práticas integrativas no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [s.l.], v. 31, n. 2, p.1-6, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/7575/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI- SUS**, 2006.
- _____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS**, 2006.
- MENDES, Dayana Senger *et al.* Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem. **Journal Health Npeps**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.302-318, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3452>. Acesso em: 23 ago. 2019

NASCIMENTO, Maria Valquiria Nogueira do; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Práticas integrativas e complementares grupais e o diálogo com a educação popular. **Revista Psicologia em Pesquisa**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.89-97, 21 dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#end. Acesso em: 23 ago. 2019

OLIVEIRA, Ricardo Monezi Julião de. **Efeitos da pratica de Reiki sobre aspectos psicológicos e de qualidade de vida de idoso com sintomas de estresse: estudo placebo e randomizado**. 2013.191 f.tese (doutorado em ciências) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/22764>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SANTOS, Marilia Silva dos *et al.* Práticas Integrativas E Complementares: Avanços E Desafios Para A Promoção Da Saúde De Idosos. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, [s.l.], v. 22, p.1-5, 2018. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1256>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SARAIVA, Alynne Mendonça *et al.* Histórias de cuidados entre idosos institucionalizados: as práticas integrativas como possibilidades terapêuticas. **Revista de Enfermagem da Ufsm**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.131-140, 6 abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/14211/pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

TONELLI, Davidson Gonzaga. **Saúde do idoso: abordagem terapêutica por meio de práticas integrativas e complementares**. 2013. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Atenção Primária em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, Lagoa Santa, 2013. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/5648>. Acesso em: 23 ago. 2019

FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE DEPRESSÃO E RISCO DE SUICÍDIO ENTRE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

AUTORES:

Débora Ainoã Bezerra Borges
Alessa Oliveira Zumba
Caroline Emanuele de Melo Dos Santos
Elvis Bruno de Carvalho
Yasmin Beatriz de Oliveira
Andressa Monica Gomes Fernandes

RESUMO: Tem como objetivo Identificar na literatura fatores de risco e sintomas depressivos entre os profissionais de enfermagem, auxiliando no diagnóstico precoce. Introdução: Sendo uma profissão que lida constantemente com a vida e a morte, os profissionais de enfermagem são grandes predispostos a sofrerem problemas de saúde mental. Metodologia: Revisão da literatura, de caráter integrativo, sendo a busca realizada nos períodos de agosto a setembro de 2019. Os artigos foram encontrados na Biblioteca Virtual em Saúde através da base de dados SciELO entre os anos de 2014 a 2019. Resultados e Discussões: Os estudos apontam que devido à alta carga de estresse e pressão nos profissionais de enfermagem esses buscam alternativas de alívio que estão diretamente ligadas a sintomas depressivos e outros problemas psicológicos mais graves. Conclusão: Uma identificação precoce dos sintomas depressivos é um fator importante para a diminuição da taxa de suicídio entre os profissionais. A equipe de enfermagem, juntamente com familiares e amigos, deve apoiar e incentivar o profissional ajudando-o a ter uma melhor qualidade de vida e uma jornada de trabalho mais satisfatória.

Palavras-chave: Saúde mental. Enfermagem. Depressão.

INTRODUÇÃO: A enfermagem tem comprometimento no cuidado com pessoas, ofertando assistência integral à saúde, garantindo qualidade de vida, envolvendo a comunidade, família, e concomitantemente a equipe de enfermagem (OLIVEIRA *et al.*, 2019). O profissional de enfermagem deve ofertar cuidados aqueles que necessitam de sua atenção e assistência, tem que lidar com dor, alegria, tristeza, perda, e qualquer tipo de sentimento humano com os pacientes, sendo assim são os mais propensos, da área da saúde, a sofrerem com a depressão e o risco de suicídio, bem como outros problemas de saúde mental (SILVA *et al.*, 2015). Nesse sentido a profissão está constantemente relacionada a fatores estressantes que podem interferir nas condições de bem-estar dos profissionais, fatores esses que são propensos ao adoecimento mental do trabalhador da área da saúde. A intensa carga de trabalho, salário insatisfatório, cobranças excessivas devido a imensa responsabilidade que se tem com os pacientes e a família, graus de expectativas extremamente elevados de familiares e equipe, e um ambiente de trabalho estressante (OLIVEIRA, MAZZAIA, MARCOLAN, 2015). Devido a essas situações estressantes e intensamente desgastantes, tanto física como mental, diversos profissionais relatam sofrerem problemas psicológicos, o ambiente de trabalho e o processo de enfermagem carregado de atribuições acarretam situações que desestabilizam mentalmente o trabalhador. Há, também, por muitas vezes, uma falta de apoio da equipe de trabalho, o que porventura vem a se tornar mais um

condicionante desse sofrimento (OLIVEIRA, MAZZAIA, MARCOLAN, 2015). Vasconcelos e Martino (2017) dizem que a depressão tem severas consequências no processo de trabalho. Sendo caracterizada por perda de humor, tristeza profunda, fadiga, insônia, culpabilidade excessiva, dificuldade de concentração, apatia, medo, letargia nas atividades e outros agravantes presentes nessa doença. A depressão e o consumo excessivo de álcool, nicotina, e uso indiscriminado de psicotrópicos e outras drogas estão diretamente relacionadas ao alto índice de suicídio entre os profissionais de enfermagem. Isso acontece devido aos transtornos mentais, sendo depressão a mais recorrente, causarem uma busca alternada de alívio, levando ao afastamento e ausência no trabalho, e também a uma falta de comunicação com a equipe (JUNQUEIRA *et al.*, 2018). Portanto, o presente estudo tem como objetivo elencar os principais fatores causadores de depressão entre os profissionais de enfermagem. Auxiliando na identificação prévia de sintomas da depressão e na prevenção do suicídio entre os profissionais da equipe de enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura de caráter integrativo, visto que possibilita encontrar, sintetizar e estabelecer critérios de coleta dos dados, análise e exposição dos resultados encontrados, tendo objetivo de contribuir com a pesquisa científica. A busca ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nos períodos de agosto a setembro de 2019, através da seguinte base eletrônica de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram encontrados e utilizados: “Enfermagem”, “Depressão” e “Saúde Mental”. Foram empregados os seguintes operadores booleanos em busca de um refinamento da pesquisa: “AND” da seguinte forma: “Enfermagem AND saúde mental” totalizando 79.687 artigos; “Depressão AND Enfermagem” resultando em **8.462** artigos. Após serem implantados os critérios de exclusão e inclusão foram selecionados 9 artigos. Os critérios de inclusão foram: artigos dos últimos 5 anos (2014 a 2019) em língua portuguesa e inglesa, que tivessem relação com o objetivo de estudo e disponíveis em texto completo. Os critérios de exclusão foram: artigos com ano de publicação inferior a 2014, em forma de resumo, cartas ao editor, e as duplicidades (artigos duplicados foram contabilizados somente uma vez). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para a construção dos resultados e discussões foram selecionados os artigos de acordo com os critérios de exclusão e inclusão previamente estabelecidos, resultando em 6 artigos. Todos foram encontrados na base de dados eletrônica SciELO. O quadro abaixo apresenta as especificações de cada artigo utilizado.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos quanto a principais informações dos artigos quanto a: Banco de dados, Ano de publicação, Autores, Título, Objetivo e Conclusão. Natal, 2019.

Banco de dados	Ano de publicação	Autores	Título	Objetivo	Conclusão
SciELO	2014	ANTONIO, Mayara Caroline Ribeiro <i>et al.</i>	Alteração de saúde e sintomas sugestivos de depressão entre	Relacionar as alterações de saúde com a prevalência de sintomatologia	Conclui-se que a associação entre a prevalência de sintomatologia

			trabalhadores da enfermagem do serviço de atendimento móvel de urgência.	sugestiva de depressão dos profissionais das equipes de enfermagem atuantes no SAMU das Macrorregiões de saúde do estado de Mato Grosso do Sul.	sugestiva de depressão e o transtorno mental são fatores comprometedores ao bem-estar profissional.
SciELO	2014	CAMARGO, Raquel de Moura; SOUSA, Cleciane de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de.	Prevalência de casos de depressão em acadêmicos de enfermagem em uma instituição de ensino de Brasília.	Identificar os casos de depressão e os níveis de prevalência em acadêmicos de Enfermagem em uma instituição de ensino de Brasília.	Os resultados obtidos contribuem para o avanço do conhecimento científico e como incentivo para a realização de novas pesquisas. Nesta pesquisa houve mais prevalência de depressão em acadêmicos na faixa etária de 17 a 23 anos, representando 70 (72,5%) participantes da amostra. Dos participantes da pesquisa, 85 (93,4%) eram do sexo feminino, revelando a

					prevalência feminina no curso de Enfermagem. Considera-se, assim, oportuno que a instituição de ensino coloque em prática um programa de suporte psicológico destinado aos acadêmicos.
SciELO	2019	CRUZ, Silvia Portero de la <i>et al.</i>	Fatores relacionados a probabilidade de sofrer problemas em saúde mental em profissionais de emergência.	Avaliar a influência exercida pelo <i>Burnout</i> e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelo pessoal de saúde do serviço de emergência hospitalar sobre o estado de saúde mental e determinar as características sociodemográficas e laborais.	As dimensões de exaustão emocional e despersonalização, enfrentamento centrado na evitação, ser médico e consumir tabaco diariamente aumentam o risco de se constituir um caso psiquiátrico. A prática de exercício físico diário é um fator de proteção.
SciELO	2016	MACHADO, Analy da Silva	Consumo de Álcool por enfermeiros e	Esta revisão integrativa emergiu da	Observou-se que o trabalho noturno, longas

		<i>et al.</i>	implicações para o trabalho em saúde – Revisão integrativa.	necessidade de investigação sobre o consumo de álcool na vida dos enfermeiros, de modo a identificar o padrão de consumo entre esses profissionais, bem como se os fatores estressores relacionados ao trabalho levaram ao consumo de álcool.	jornadas de trabalho e carga horária semanal elevada demonstraram relação positiva com o consumo de álcool. Além disso, estresse, depressão, ansiedade e insatisfação com o trabalho foram apontados como fatores de risco para o abuso de álcool nos estudos.
SciELO	2017	VASCONSEL OS, Eduardo Motta de; MARTINO, Milva Maria Figueiredo de.	Preditores da sintomatologia depressiva em enfermeiros de unidade de terapia intensiva.	Identificar a prevalência e analisar a existência de fatores preditores da sintomatologia depressiva em enfermeiros de unidade de terapia intensiva	A prevalência da sintomatologia depressiva correspondeu a 11%. Nenhuma das variáveis comprovou associação significativa com a sintomatologia depressiva.
SciELO	2015	SILVA, Darlan Dos Santos Damásio <i>et al.</i>	Depressão e risco de suicídio entre profissionais de enfermagem:	Discutir os fatores associados a depressão maior e o risco de suicídio entre os	Risco de suicídio entre os profissionais de enfermagem está associado

			Uma revisão integrativa.	profissionais de enfermagem.	a sintomas depressivos e os correlacionados com a Síndrome de <i>Burnout</i> , prejudicando o desempenho profissional.
--	--	--	--------------------------	------------------------------	--

Fonte: Autoria Própria, 2019.

Após leitura e análise dos artigos estudados, nota-se que por ser uma profissão que lida continuamente com vida e morte, os profissionais de enfermagem sofrem uma sobrecarga emocional extremamente elevada. Devido a essa alta carga de trabalho emocional os profissionais apresentam uma exaustão mental e, portanto, podem apresentar sentimentos de expectador da própria vida (despersonalização), um transtorno dissociativo recorrente em pessoas que sofrem estresse grave (SILVA *et al.*, 2015; CRUZ *et al.*, 2019). Os estudos mostram que os profissionais acabam recorrendo a uso de bebidas alcólicas como forma de aliviar o estresse, e ainda que a maioria não pratica exercícios, levando uma vida sedentária. Portanto, muitos sofrem doenças físicas e mentais que comprometem sua saúde, esses são condicionantes para problemas de insônia, ansiedade e depressão, onde muitas vezes tais problemas estão interligados e são constantemente associados. Foi encontrado na literatura estudos indicativos de que dependentes alcóolicos são mais predispostos a desenvolver sintomas depressivos (MACHADO *et al.*, 2016; VASCONSELOS; MARTINO, 2017). Os profissionais que praticam exercícios diariamente têm risco diminuído de desenvolver problemas psicológicos, diferente dos que consomem tabaco, onde o risco é aumentado. O exercício físico é um auxílio para que o corpo responda aos estímulos emocionais de forma positiva, ajudando em crises de ansiedade, surtos e outros sintomas (CRUZ *et al.*, 2019). Na equipe os enfermeiros apresentam maior risco de suicídio entre os profissionais, dentre os fatores de risco encontrados destacam-se a síndrome de *burnout*, depressão, insatisfação pessoal e profissional (SILVA *et al.*, 2015). Portanto é necessária uma atenção aos profissionais, pois a rotina de trabalho é constantemente marcada por incertezas e ansiedades, que podem evoluir para problemas psíquicos mais severos. Pessoas com problemas de saúde mental muitas vezes se sentem amparadas quando são acolhidas, no caso dos profissionais de enfermagem, a equipe prestando apoio ajudam o profissional a eliminar ou diminuir os efeitos negativos que podem levar o trabalhador a ser acometido pela depressão. Formas de melhorar a qualidade de trabalho e de vida do profissional são indicadores de prevenção da doença (CAMARGO; SOUSA; OLIVEIRA, 2014). O acolhimento a esses profissionais é de extrema importância, pois é mostrado ser um dos grandes fatores na melhoria da qualidade de trabalho profissional, garantindo um progresso em todo o processo ocupacional (SILVA *et al.*, 2015). É importante ressaltar que os profissionais com sintomas depressivos não devem ser discriminados, e sim acolhidos, esses são necessitados de cuidado pois esses

profissionais cuidam de pessoas, e para isso sua saúde mental deve estar estável, para que possam prestar assistência adequada sem se sentirem culpados por não conseguir atingir metas estabelecidas ou se sentirem incapazes (CAMARGO; SOUSA; OLIVEIRA, 2014). O acompanhamento profissional para esses trabalhadores é de extrema importância, pois percebe-se que a depressão não somente afeta o trabalho individual, mas também o coletivo, e uma intervenção para esses profissionais servida pelo âmbito de trabalho deve ser prestado com cuidado e respeitando a moral e ética bem como a legislação de proteção ao trabalhador (ANTONIO *et al.*, 2014). **CONCLUSÃO:** Para uma intervenção precoce é preciso identificar a sintomatologia depressiva que possam levar aos planos do cometimento de suicídio. Uma perda de peso devido a falta de apetite, apatia e fadiga excessiva, se há comentários excessivos sobre morte ou vontade de morrer ou sumir, todos esses sinais são de extrema importância serem intervindos precocemente para um diagnóstico clínico precoce. Em virtude disso, o trabalho do profissional de enfermagem deve ser visto com cautela, pois a carga horária, a pressão intensa, e a baixa remuneração influenciam na saúde mental desse trabalhador. Portanto, práticas que estimulem uma melhor realização profissional, bem-estar e incentivo ao autocuidado, como uma busca por ajuda profissional, e até mesmo de amigos e familiares, são influenciadores positivos numa busca por uma melhor jornada de trabalho e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Mayara Caroline Ribeiro *et al.* Alteração de saúde e sintomas sugestivos de depressão entre trabalhadores da enfermagem do serviço de atendimento móvel de urgência. **Revista Enfermagem em Foco**, Mato Grosso do Sul, v. 5, n. 2, p. 4-7, jun. 2014. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/ec5c/b73343fead4eb7faaf2c4f011148ffcbea55.pdf>
Acesso em: 30 ago. 2019.

CAMARGO, Raquel de Moura; SOUSA, Cleciane de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. Prevalência de casos de depressão em acadêmicos de enfermagem em uma instituição de ensino de Brasília. **Revista Mineira de Enfermagem**, Distrito Federal, v. 18, n. 2, p. 392-397, abr./jun. 2014. Disponível em:
<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/935>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CRUZ, Silvia Portero de la *et al.* Fatores relacionados a probabilidade de sofrer problemas em saúde mental em profissionais de emergência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Córdoba, v. 27, p. 31-44, abr. 2019. Disponível em:
http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692019000100331. Acesso em: 30 ago. 2019.

JUNQUEIRA, Marcelle Aparecida de Barros *et al.* Sintomas depressivos e uso de drogas entre profissionais da equipe de enfermagem. **Escola de Enfermagem Anna Nery**. Minas Gerais, v. 22, n. 4, p. 01-29. ago. 2018. Disponível em:
http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000400207. Acesso em: 29 ago. 2019.

MACHADO, Analy da Silva *et al.* Consumo de Álcool por enfermeiros e implicações para o trabalho em saúde – Revisão integrativa. **Revista Cogitare Enfermagem**,

Distrito Federal, v. 21, n. 4, p. 01-08, out./dez. 2016. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/07/846694/45976-190900-1-pb.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

OLIVEIRA, Felipe Perucci de; MAZZAIA, Maria Cristina; MARCOLAN, João Fernando. Sintomas de depressão e fatores intervenientes entre enfermeiros de serviço hospitalar de emergência. **Escola Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 15-209, nov. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002015000300209&lng=en&nrm=iso&tlng=pt&ORIGINALLANG=pt. Acesso em: 29 ago. 2019.

OLIVEIRA, Jaqueline Flores de *et al.* Satisfação profissional e sobrecarga de trabalho de enfermeiros da área de saúde mental. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2593-2599, jul. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000702593 Acesso em: 29 ago. 2019.

SILVA, Darlan dos Santos Damásio *et al.* Depressão e risco de suicídio entre profissionais de enfermagem: Uma revisão integrativa. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, n. 6, p. 1027-1036, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342015000601023. Acesso em: 29 ago. 2019.

VASCONSELOS, Eduardo Motta de; MARTINO, Milva Maria Figueiredo de. Preditores da sintomatologia depressiva em enfermeiros de unidade de terapia intensiva. **Escola Anna Nery**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 00-31, jul. 2017. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000300213. Acesso em: 30 ago. 2019.

PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO (PREP): UMA NOVA TECNOLOGIA DE PREVENÇÃO PARA O HIV

AUTORAS:

Daphne Louise Gomes Bezerra
Clara Emanuele de Albuquerque
Ivone Karoline Lima da Silva
Raissa Lorrane da Silva Araujo
Vanessa dos Santos Gonzaga de Araújo
Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: Profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) está entre as principais alternativas de prevenção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), abrangendo as possibilidades de controle acerca desse quadro epidemiológico. O estudo tem por objetivo identificar, à luz da literatura, os benefícios da utilização da PrEP HIV como uma nova tecnologia de prevenção no HIV. Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada de julho a agosto de 2019. A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS) e Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE). A busca dos artigos ocorreu a partir dos descritores em ciências da saúde (DeCS): profilaxia pré-exposição e HIV, combinados com o operador booleano *AND*. Os resultados demonstram que há elevados índices de proteção contra o HIV, porém pode-se observar uma diminuição do uso do preservativo por parte dos usuários. Foi possível observar que esse tratamento em conjunto com outros métodos baseados nos antirretrovirais podem significar avanços no âmbito da prevenção.

Palavras-chave: HIV. Profilaxia pré- exposição. Antirretrovirais.

INTRODUÇÃO: O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) é um retrovírus que atinge diretamente o sistema imunológico, sendo esse o responsável pela defesa do organismo. Assim, o indivíduo afetado por este vírus fica vulnerável a contrair outras doenças e infecções. Devido a esse perfil a doença decorrente do HIV, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), é considerada atualmente uma das doenças que mais atinge a população em todo o mundo. (CARNEIRO; ELIAS, 2018). Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), foram identificados um total de 7.338 casos de AIDS notificados no Brasil, no período de 2018 (BRASIL, 2019). Nesse contexto, Zucchi *et al.* (2018) afirmam que a profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) está entre as principais alternativas de prevenção do HIV, abrangendo as possibilidades de controle acerca desse quadro epidemiológico. A PrEP consiste no uso de dois tipos de medicamentos combinados, o Tenofovir (TNF) e a Emtricitabina (FTC), que são antirretrovirais (ARV) e devem ser usados para complementar outros métodos de prevenção. No Brasil a PrEP foi implementada somente no ano de 2018 pelo Sistema Único de Saúde (SUS) direcionada a população chave (BERGO *et al.*, 2018). Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que a utilização de antirretrovirais na PrEP, seja oferecida para as populações mais vulneráveis ao vírus, que são: homens que fazem sexo com homens (HSH), mulheres transexuais, travestis, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis. (MAKSUD; FERNANDES; FILGUEIRAS, 2015). Diante desse contexto, o estudo tem por objetivo identificar, à luz da

literatura, os benefícios da utilização da PrEP HIV como uma nova tecnologia de prevenção no HIV. A motivação para a escolha do tema se deu mediante a necessidade dos autores em ampliar os conhecimentos sobre essa nova tecnologia de prevenção. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, com abordagem qualitativa. Para tanto, foram adotadas as seguintes etapas para a constituição desta: 1) Identificação do tema e problema de pesquisa e seleção da hipótese, 2) busca na literatura, 3) categorização dos estudos, 4) avaliação dos estudos, 5) interpretação dos resultados e 6) síntese dos conhecimentos. A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS) e Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), nos meses de Julho a Agosto de 2019. A busca dos artigos ocorreu a partir dos descritores em ciências da saúde (DeCS): profilaxia pré-exposição e HIV, combinados com o operador booleano *AND*. Inicialmente foi encontrado um total de 1.671 artigos. Para a seleção dos artigos foram elencados como critérios de inclusão: artigos que estivessem disponíveis no idioma português, publicados no período entre 2015 e 2019, que abordassem o assunto acerca do tema estudado e textos completos disponíveis on-line. Foram excluídas as publicações com anos inferiores a 2015, e outros tipos de documentos como tese, recursos educacionais abertos, não convencionais, monografias, perguntas e respostas, recurso na internet e documento de projeto. Após o emprego dos critérios de inclusão e exclusão, foram obtidos 17 artigos onde se procedeu à leitura de cada resumo no intuito de selecionar aqueles que melhor se enquadrassem com o objetivo proposto. A amostra final foi constituída de 08 estudos para compor esta revisão, além do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV, publicado pelo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Com o advento de novas tecnologias para o tratamento da infecção pelo HIV, percebe-se uma diminuição dos casos de morbidade e mortalidade dessa enfermidade, devido a um maior número de indivíduos realizando o tratamento. Contabilizando assim, uma redução de 4 milhões de óbitos entre portadores de HIV/AIDS (KUCHENBECKER, 2015). No ano de 2015, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) emanaram diversas recomendações sobre a implementação da PrEP nas políticas públicas sanitárias dos Estados-membros da ONU (SILVA, 2018). No estudo de revisão realizado por Hallal, Raxach, Barcellos e Maksud (2015) sobre estratégias de prevenção da transmissão do HIV para casais soro discordantes foram mencionadas quatro principais estratégias de prevenção: preservativos, hierarquização de riscos, emprego de ARV e medidas de prevenção no contexto da concepção. Nesse contexto, existem recomendações e diretrizes clínicas internacionais que sustentam a integração entre intervenções biomédicas e comportamentais visando à prevenção da transmissão do HIV (KUCHENBECKER, 2015). A Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV, é um método que visa a diminuição do risco de infecção ao HIV, com a utilização de antirretrovirais (ARV), mostrando ser eficaz entre a população mais vulnerável que aderiu ao uso (BRASIL, 2018). De acordo com Zucchi *et al.* (2018) a quantidade da droga no organismo é mantida com quatro ou mais dias de uso semanal, portanto, não tomar durante um ou dois dias não compromete a eficácia do medicamento, porém não se deve tomar dois comprimidos em um mesmo dia. Por isso, a recomendação é que o medicamento seja inserido na sua rotina diária e

associado às atividades do cotidiano, reduzindo assim as chances de esquecimento. Estudos como o de Bergo *et al.* (2018) comprovam que há elevados índices de proteção contra o HIV, variando entre 73% e 85% referente a adequação ao tratamento profilático. Porém com o uso e as aplicações da PrEP observou-se uma diminuição do uso do preservativo por parte dos usuários, por eles acharem que há uma menor chance de contrair o vírus. Esse pensamento vem potencializando as práticas de risco e, conseqüentemente, aumentando as chances de contrair outras infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Entretanto, os estudos de Zucchi *et al.* (2018) afirmam que durante o uso da PrEP os índices de IST's não tiveram um aumento significativo, porém apresentam uma relevância maior nesse grupo do que nos demais usuários que não utilizam a referida profilaxia. Por outro lado, outras IST's como sífilis, gonorreia resistente e clamídia, vem apresentando altos índices independente dos novos métodos de prevenção ao HIV. Como a deficiência do uso contínuo do preservativo ainda é uma realidade tanto no Brasil em relação a outros países, se deve ter cautela na implementação de medicamentos ARV, que irão atuar no campo da prevenção, no sentido de não potencializar a prática sexual insegura. (MAKSUD; FERNANDES; FILGUEIRAS, 2015). Dessa forma, a prevenção combinada é a melhor forma de proteção, tanto do HIV, quanto das demais IST's. Embora a maioria dos usuários procurem dar maior ênfase ao uso associado da PrEP com o preservativo, essa atitude não é encontrada em cem por cento das pessoas. (QUEIROZ; SOUZA, 2017). Tendo em vista que, em sete ensaios clínicos analisados por Bergo *et al.* (2018), foi identificada resistência viral para TNF e FTC nas pessoas que adquiriram a infecção do HIV enquanto era feito o uso da PrEP, em outros seis ensaios foram encontrados resistência viral em casos de soro conversão também durante o uso da PrEP. Porém os pacientes identificados no processo de randomização de placebo da PrEP não obtiveram resistência viral devido aos métodos utilizados. Por este motivo, é importante a necessidade dos usuários se testarem periodicamente com o objetivo de evitar a resistência viral. Se houver a soro conversão durante a utilização da PrEP será avaliada a necessidade da interrupção do medicamento. (MAKSUD; FERNANDES; FILGUEIRAS, 2015).

CONCLUSÃO: Diante do estudo, foi possível observar que os positivos efeitos da PrEP estão interligados às necessidades particulares de indivíduos com maior risco de infecção. Todavia, é fundamental que a equipe de saúde adote métodos organizacionais para que a necessidade do paciente seja atendida e que o produto final seja a prevenção. Desta forma, é imprescindível disseminar a informação sobre a PrEP ao público chave e a população em geral. É importante considerar que esse novo método de prevenção abre um leque de oportunidade para o enfretamento do surgimento de novos casos e para controlar os casos já existentes. No cenário em que vivemos de constantes mudanças e inovações, principalmente no setor de saúde, essa nova tecnologia traz ainda mais opções para pessoas que de alguma forma tenham problemas com os métodos convencionas. Por último, é importante ressaltar que nenhum método preventivo, por si só, será suficiente para o controle efetivo da epidemia. Nesse sentido, a incorporação da PrEP e de outros métodos baseados nos antirretrovirais na perspectiva da prevenção combinada podem significar passos largos nessa direção, desde que conjugados à qualificação de profissionais e serviços e intervenções estruturais propiciadoras do acesso e da adesão.

REFERÊNCIAS

BERGO, P. H. F. *et al.* Profilaxia pré-exposição no controle do HIV: uma revisão de efetividade e potenciais complicações. **Acta médica**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 225-234, 2018. Disponível em: <http://editora.pucrs.br/acessolivre/periodicos/acta-medica/assets/edicoes/2018-1/arquivos/pdf/18.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-profilaxia-pre-exposicao-prep-de-risco>. Acesso em: 03 ago. 2019.

_____. DATASUS. Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Epidemiologia e Morbidade. Disponível em:

<http://www2.aids.gov.br/cgi/tabcgi.exe?tabnet/br.def>. Acesso em: 03 ago. 2019.

CARNEIRO, M. B. G.; ELIAS, D.B.D. Análise da profilaxia pós-exposição ao HIV em um hospital de doenças infecciosas em fortaleza, CE. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Rio de Janeiro: Tijuca, v. 50, n. 1, p. 65-70, jun. 2018. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/10/911998/rbac-vol-50-1-2018-ref-631.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

HALLAL, R. C.; RAXACH, J. C.; BARCELLOS, N. T.; MAKSUD, I. Estratégias de prevenção da transmissão do HIV para casais sorodiscordantes. **Revista Brasileira Epidemiologia**, São Paulo: Cerqueira César, v. 18, n. 1, p. 169-182, set. 2015. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rbepid/2015.v18suppl1/169-182/pt>. Acesso em: 17 jul. 2019.

KUCHENBECKER, R. Qual é o benefício das intervenções biomédicas e comportamentais na prevenção da transmissão do HIV?. **Revista Brasileira Epidemiologia**, São Paulo: Cerqueira César, v. 18, n. 1, p. 26-24, set. 2015. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rbepid/2015.v18suppl1/26-42/pt>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MAKSUD, I.; FERNANDES, N. M.; FILGUEIRAS, S. L. Tecnologias de Prevenção do HIV e desafios para os serviços de saúde. **Revista Brasileira Epidemiologia**, São Paulo: Cerqueira César, v. 18, n. 1, p. 104-119, set. 2015. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rbepid/2015.v18suppl1/104-119/pt>. Acesso em: 17 jul. 2019.

QUEIROS, A. A. F. L. N.; SOUZA, A. F. L. Fórum PrEP: um debate *on-line* sobre uso da profilaxia pré-exposição no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 11, p. 1-9, fev. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n11/1678-4464-csp-33-11-e00112516.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SILVA, R. A. T. M. L. Diversidade e liberdade sexual: Defensoria Pública, movimentos sociais e a PrEP no SUS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.

132, p. 346-361, maio/ago. 2018. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0346.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ZUCCHI, E. M. *et al.* Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 7, p. 1-16, maio. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n7/1678-4464-csp-34-07-e00206617.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PCR COM ÊNFASE NA ATENÇÃO BÁSICA

AUTORAS:

Roseane Marcelino da Silva
Brenda Stefany Antero Pereira
Ana Natally da Silva Melo
Raissa Caroline de Pontes Lins
Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: A parada cardiorrespiratória é uma emergência clínica, na qual ocorre a cessação súbita da função respiratória e/ou ineficiência da função circulatória com danos cerebrais irreparáveis. O presente estudo teve como objetivo identificar na literatura os desafios da assistência aos pacientes com parada cardiorrespiratória na atenção básica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo integrativa, com abordagem qualitativa. A coleta dos dados ocorreu no mês de maio de 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a busca foram utilizados os descritores: “Atenção básica a Saúde”, “Insuficiência Respiratória”, “Equipe de Respostas Rápidas de Hospitais” e “Parada Cardíaca”. A amostra foi composta por 8 artigos, por responderem adequadamente à questão de pesquisa. Os achados demonstram que uma PCR bem realizada, o uso precoce e correto do desfibrilador são as principais causas de um bom prognóstico para as vítimas. Diversos estudos apontam para a necessidade da capacitação e atualização dos profissionais de saúde sobre as sequências e padronização da reanimação, possibilitando que o profissional da atenção básica seja parte integrante nas ocorrências.

Palavras-chave: Atenção básica. Insuficiência respiratória. Parada cardíaca.

INTRODUÇÃO: A principal causa de morte continua relacionada as doenças cardiovasculares, associada a doença arterial coronariana e tem como principal manifestação a parada cardiorrespiratória (PCR). Nesse aspecto Espindola (2017) explica que a parada cardiorrespiratória é uma emergência clínica, ocorre à cessação súbita da função respiratória e/ou ineficiência da função circulatória com danos cerebrais irreparáveis em tempo mínimo e lesões irreversíveis logo após cinco minutos da PCR. A American Heart Association (AHA) propõe uma melhor assistência a vítima de PCR utilizando o suporte básico de vida (SBV) e o suporte avançado de vida (SAV). Diaz, *et al.* (2017) esclarecem que o SBV é o primeiro atendimento ao paciente vítima de PCR, compreende a identificação da PCR, chamar por ajuda, iniciar as compressões torácicas (C), abertura de vias aéreas (A), boa ventilação (B) e desfibrilação (D). Já o SAV é o atendimento secundário, realizado para estabilizar o quadro clínico de um paciente em PCR, identifica-se os 5H's (hipovolemia, hipóxia, H+/acidose, hipo/hiperpotasseemia, hipotermia) e os 5T's (trombose coronária, trombose pulmonar, tensão no tórax, tamponamento cardíaco e toxinas/intoxicação). Diante desse cenário, a equipe de saúde deve estar preparada e capacitada para prestar o suporte adequado aos pacientes com parada cardiorrespiratória bem como promover rapidez na tomada de decisão. São os profissionais de enfermagem que identificam precocemente sinais e sintomas de uma PCR e posteriormente os cuidados como manutenção da pressão arterial, hipotermia, avaliação cerebral e redução do estresse. Pinheiro; Junior; Pinheiro (2018) afirmam que a vigilância desses pacientes é responsabilidade primária da equipe de enfermagem, principalmente na identificação da PCR e início das

manobras de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP). As atualizações ganham destaque sobre a prevenção e abordagem à PCR, porém muitas vidas são perdidas por falta do atendimento imediato e adequado já que vários casos acontecem fora do ambiente hospitalar e este poderá definir a sobrevivência do paciente. Conforme Junior *et al.* (2016) a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é a principal ferramenta de operacionalização da atenção básica o que implica cuidados integrados nas diferentes dimensões, adesão da estabilização de pacientes graves, incluindo os de PCR. No Brasil a saúde pública tem como principal porta de entrada os serviços de Atenção básica à Saúde (APS), cujas ações quando executadas com efetividade diminuem o risco de internações hospitalares. Alfradique *et al.* (2009) referem que as altas taxas de internações hospitalares são ocasionadas pela baixa resolutividade da atenção básica. Nesse sentido, a unidade básica de saúde (UBS) muitas vezes estar mais próximo do domicílio do paciente deveria facilitar a interação do profissional e cliente. Desta forma, os serviços de saúde devem capacitar as equipes, na realização das manobras de RCP e de SBV. É fundamental que a equipe de enfermagem tenha conhecimento atualizado e habilidade para estabelecer ações imediatas e avaliações adequadas na UBS (OLIVEIRA *et al.*,2013). Os mesmos autores salientam que os sintomas iniciais de parada cardíaca são identificados pela equipe de enfermagem, portanto, cabe a eles iniciar um atendimento rápido, eficiente, em equipe e seguro para minimizar riscos de acidentes. Nessa situação, para Barbosa; Marra; Horta; Rodrigues (2011) a APS deve ofertar a população além de ações voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças, subsídios assistenciais em nível de urgência e emergência. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo identificar na literatura os desafios da assistência aos pacientes com parada cardiorrespiratória na atenção básica. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo integrativa, com abordagem qualitativa, em que busca sistematizar e proporcionar um estudo mais complexo das publicações sobre a temática Parada Cardiorrespiratória com ênfase na Atenção básica. Para isso, de acordo com Mendes; Silveira; Galvão (2008), é necessário utilizar-se etapas criteriosas para melhor elaboração de uma pesquisa integrativa, nas quais destacam-se: 1) definição do tema e pergunta de pesquisa; 2) seleção dos critérios de inclusão e exclusão; 3) busca e organização das informações obtidas nas bases de dados; 4) qualificação dos estudos; 5) compreensão dos resultados e 6) remeter-se de forma clara a apresentação da revisão. A coleta dos dados ocorreu no mês de maio de 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Para a busca foram utilizados os descritores: “Atenção básica a Saúde”, “Insuficiência Respiratória”, “Equipe de Respostas Rápidas de Hospitais” e “Parada Cardíaca”, selecionando através da expressão “palavra ou termo”. O refinamento da pesquisa se deu mediante as combinações: Atenção básica AND Insuficiência Respiratória (27), Parada Cardíaca AND Insuficiência Respiratória (2.759), Atenção básica AND Parada Cardíaca (2), Parada Cardíaca AND Equipe de Respostas Rápidas de Hospitais (4), Parada Cardíaca OR Equipe de Respostas Rápidas de Hospitais (170). Inicialmente foram escolhidos 16 artigos, para leitura na íntegra. Após leitura minuciosa, apenas 8 foram selecionados por responderem adequadamente à questão de pesquisa. Utilizou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos gratuitos disponíveis na íntegra, completos, em português e inglês e que abordasse a temática escolhida. Assim, excluiu-se artigos duplicados, sem resumo, cartas ao editor e que não contemplassem o objetivo proposto. O estudo foi realizado respeitando o rigor e os devidos aspectos éticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O estudo mostra as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde na percepção e tratamento da PCR, diante da falta de conhecimento/capacitação. Sabe-se que a ação imediata é suma importância para preservação da vida do paciente. A caracterização dos estudos selecionados será apresentada abaixo, conforme base de dados, ano de publicação, autoria, título, objetivo e conclusões dos autores.

Quadro 1. Caracterização dos artigos selecionados nas bases de dados, conforme autor, periódico, ano de publicação, título, tipo de estudo, objetivo, resultados. Natal, 2019.

Base de dados	Ano de publicação	Autores	Título	Objetivos	Conclusões
LILACS	2009	ALFRADIQU E <i>et al.</i>	Interações por condições sensíveis à atenção básica: a construção da lista brasileira como ferramenta para medir o desempenho do sistema de saúde (projeto ICSAP-Brasil).	Expor o número de internações por condições sensíveis à atenção primária.	O número de hospitalização desnecessária pode ser diminuído se as ações na atenção básica forem executadas.
LILACS	2011	BARBOSA; MARRA; HORTA; RODRIGUE S.	Capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento de parada cardiorrespiratória na atenção básica.	Relatar a experiência de capacitação dos profissionais e enfermagem diante da PCR.	A PCR é um atendimento pouco frequente na Atenção primária, sendo o conhecimento de grande importância.
LILACS	2013	OLIVEIRA <i>et al.</i>	Estratégia saúde da família: atendimento do enfermeiro à vítima em parada cardiorrespiratória	Descrever os sinais clínicos de pacientes em PCR, analisando o atendimento da equipe de enfermagem.	A maioria dos enfermeiros enfrentam dificuldades diante da falta de habilidade e conhecimento.

LILACS	2016	JÚNIOR <i>et al.</i>	Avaliação de treinamento em suporte básico de vida para médicos e enfermeiros da atenção básica.	Avaliar o conhecimento da equipe de atenção básica na reanimação cardiorrespiratória após capacitação.	Constata-se que independente do ambiente ocorra melhoria na assistência aos pacientes com PCR.
LILACS	2017	DIAZ <i>et al.</i>	Conhecimento dos enfermeiros sobre o novo protocolo de ressuscitação cardiopulmonar.	Identificar o conhecimento dos profissionais de enfermagem a diante da parada cardiorrespiratória.	Evidencia-se que somente 45% dos enfermeiros sabem identificar uma PCR.
LILACS	2017	MORAES; PAIVA.	Enfermeiro na atenção primária em suporte básico de vida.	Julgar os conhecimentos da equipe de enfermagem sobre as medidas feitas no tratamento de PCR.	Conclui-se que 70% dos profissionais conseguem diagnosticar uma PCR.
LILACS	2017	ESPÍNDOLA; ESPÍNDOLA; MOURA; LACERDA.	Parada cardiorrespiratória : conhecimento dos profissionais de enfermagem em uma unidade de terapia intensiva.	Analisar o conhecimento da equipe de enfermagem a cerca da parada cardíaca.	Alguns participantes demonstraram dificuldades na identificação de PCR, outros demonstraram conhecimento no atendimento ao paciente.
BDENF	2018	PINHEIRO; JÚNIOR; PINHEIRO.	Parada cardiorrespiratória : vigilância, prevenção e cuidados após PCR.	Analisar as ações de Vigilância diante da prevenção e cuidados de enfermagem	A enfermagem é parte importante no cuidado ao paciente diante da PCR, sendo a primeira equipe a identificar.

Fonte: Autoria Própria, 2019.

Segundo Moraes e Paiva (2017) a precária estrutura das UBS, a falta de atualização e capacitação dos profissionais, geram índices insatisfatórios e dúvidas quanto às

manobras de reanimação, ao que se refere em compressões torácicas, ventilação e principalmente sobre o uso do Desfibrilador Externo Automático (DEA). Uma RCP bem realizada, o uso precoce e correto do desfibrilador são as principais causas de um bom prognóstico para as vítimas, uma vez que aumentam as chances de sobrevivência e diminui os riscos de sequelas neurológicas. Embora haja uma boa porcentagem (70%) de profissionais capazes de identificar uma PCR e terem a agilidade de iniciar as manobras, o número de agravos em função da falha no primeiro atendimento deixa uma alerta da urgente necessidade de melhorias de um modo geral nas UBS. Uma PCR não se caracteriza apenas pela ausência de pulso, como relata maioria dos enfermeiros entrevistados, para caracterizar uma PCR deve-se atentar também a outros sinais e sintomas, dentre eles a irresponsividade e apneia, devendo ser aplicado o protocolo de reanimação após identificação dessa tríade, a ação imediata é fundamental para que este paciente possa ser encaminhado a UTI estável e com grandes possibilidades de recuperação (ESPINDOLA; MOURA; LACERDA, 2017). Outros autores como Oliveira *et al.* (2013) referem que os diversos estudos realizados apontam para a necessidade da capacitação e atualização dos profissionais de saúde sobre as sequências e padronização da reanimação usando uma assistência ágil e automática, porém consciente, possibilitando que o profissional da atenção básica seja parte integrante nas ocorrências e não mais um espectador. Torna-se indispensável um atendimento embasado e articulado a uma PCR e aos casos de urgência e emergência também nas unidades básicas, mesmo que esses atendimentos representem um pequeno número, é importante que os profissionais sejam capacitados a intervir com agilidade e segurança, pois essas unidades tornam-se refúgios mais próximos aos que buscam socorro (BARBOSA; MARRA; HORTA; RODRIGUES, 2011). É importante a prestação da assistência integral e de qualidade independente do ambiente ou nível de complexidade. Para Junior *et al.* (2016) isso requer treinamento regular aos profissionais de saúde, visando minimizar as falhas inerentes destes. Exige-se um preparo técnico e psicológico para que o suporte inicial seja ágil e eficaz, logo que o tempo é fator primordial em urgência e emergência, incluindo a PCR. A contínua atualização dos profissionais de saúde é de grande importância, DIAZ *et al.* (2017) mencionam que nas urgências e emergências, com o conhecimento em dia é possível se colocar em prática uma assistência delegada e organizada, possibilitando que os profissionais atuem eficientemente em equipe. De acordo com Pinheiro; Junior; Pinheiro (2018) a equipe multiprofissional que compõem uma emergência deve ser teoricamente embasada e possuir um amplo conhecimento nas práticas de uma RCP, a sincronia, padronização e segurança da enfermagem acaba por influenciar os demais profissionais. Além da assistência, a enfermagem tem o papel de ensinar os cuidados, as manobras, uso de equipamentos como o DEA, orientar e articular o agir durante a urgência, delegando funções de maneira ágil e sincronizada, assim os profissionais são capazes de assistir um paciente, estando sempre atualizados, uma vez que os protocolos sofrem alterações constantemente. Considera-se que a equipe enfermagem é fator indispensável na identificação e tradução dos sinais vitais, e por conhecerem os equipamentos, drogas e técnicas são capazes de antecipar ações e melhorar o prognóstico de um paciente em RCP. Entretanto Alfradique *et al.* (2009) entendem que se as ações de saúde previamente empregadas na atenção básica forem bem executadas, o número de internações hospitalares tende a diminuir. Isso porque, uma vez que o paciente seja devidamente assistido, de forma integral pela atenção básica, com eficiência e resolutividade a busca por outro nível de atendimento torna-se menos frequente.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, é possível constatar que existem diversos desafios postos para o atendimento da PCR na atenção básica, dentre os quais destaca-se a ausência da qualificação dos profissionais que atuam nas UBS em relação às condutas no SBV e SAV. Além disso, outro fator que dificulta o atendimento da PCR é o fato de este ser um episódio escasso no cotidiano das equipes. Isso contribui para que esses profissionais não saibam atuar quando se deparam com um paciente apresentando os sinais e sintomas de uma parada cardiorrespiratória. Tal fato dificulta o diagnóstico, ocasionando um atendimento ineficaz, de baixa qualidade e imediato. Portanto, a educação permanente se torna imprescindível, para que os profissionais e, primordialmente, a equipe de enfermagem estejam aptos a desempenhar os primeiros socorros com qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALFRADIQUE, Maria Elmira *et al.* Internações por condições sensíveis à atenção básica: a construção da lista brasileira como ferramenta para medir o desempenho do sistema de saúde (Projeto ICSAP-Brasil). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1337-1349, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n6/16.pdf>. Acesso em: 03 maio 2019.
- BARBOSA, Maira Alves Ferreira; MARRA, Viviane Roberta; HORTA, Natália de Cássia; RODRIGUES, Elisiane Santos. Capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento de parada cardiorrespiratória na atenção primária à saúde. **Revista APS**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 233-238. abr./Jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14699>. Acesso em: 10 maio 2019.
- DIAZ, Flávia Batista Barbosa de Sá *et al.* Conhecimento dos enfermeiros sobre o novo protocolo de ressuscitação cardiopulmonar. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, São João Del Rei, v. 7, p. 1-8, fev./nov. 2017. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1822>. Acesso em: 03 maio 2019.
- ESPÍNDOLA, Marisa Catarina Mesquita; ESPÍNDOLA, Mariana Mercês Mesquita; MOURA, Luiza Taciana Rodrigues de; LACERDA, Lusineide Carmo Andrade de. Parada Cardiorrespiratória: conhecimento dos profissionais de enfermagem em uma unidade de terapia intensiva. **Revista de enfermagem UFPE online**. Recife, v. 11, n.7, p. 2773-2778, Jun/Jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistaenfermagem/article/download>. Acesso em: 05 maio 2019.
- JÚNIOR, Luiz Emani Meira *et al.* Avaliação de treinamento em suporte básico de vida para médicos e enfermeiros da atenção primária. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. Rio de Janeiro. v. 11, n. 38, p. 1-10, Jan/Dez. 2016. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1231>. Acesso em: 10 maio 2019.
- MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758 - 764, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2019.

MORAES, Talita Poliana Roveroni; PAIVA, Edison Ferreira de. Enfermeiros da Atenção básica em suporte básico de vida. **Revista de Ciências Médicas**, v. 26, n. 1, p. 9-18, 2017. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas/article/view/3783>. Acesso em: 09 maio 2019.

OLIVEIRA, Adélia Dalva Da Silva *et al.* Estratégia Saúde da Família: atendimento do enfermeiro à vítima em parada cardiorrespiratória. **Revista Interdisciplinar**, v. 6, n. 4, p. 68-74, 2014. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/210>. Acesso em: 10 maio 2019.

PINHEIRO, Diego Bruno Santos; JÚNIOR, Edson Batista dos Santos; PINHEIRO, Liliane de Sousa Borges. Parada cardiorrespiratória: vigilância, prevenção e cuidados após PCR. **Revista Online de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 577-584, Abr/Jun. 2018. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6489>. Acesso em: 15 maio 2019.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL NA PREVENÇÃO DA PRÉ-ECLÂMPسيا

AUTORES:

Yasmin Beatriz de Oliveira

Elvis Bruno de Carvalho

Débora Ainoã Bezerra Borges

Alessa Oliveira Zumba

Caroline Emanuele de Melo dos Santos

Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: A pré-eclâmpسيا se caracteriza como um distúrbio hipertensivo da gestação que tem destaque no âmbito mundial, visto que ocupa a primeira causa de morte materna no Brasil e a terceira no mundo. O presente estudo tem como objetivo destacar a importância da assistência pré-natal na prevenção da pré-eclâmpسيا. Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura do tipo integrativa, cuja busca ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nos períodos de agosto a outubro de 2019, através da seguinte base eletrônica de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Pré-eclâmpسيا”, “Pré-natal” e “Enfermagem”. Os resultados apontam que a assistência pré-natal é um componente indispensável que auxilia na qualidade de vida e promoção da saúde para mãe e o filho, com o intuito de proteger e prevenir doenças, como a pré-eclâmpسيا, reduzindo a morbimortalidade materna e perinatal. Por fim, ressalta-se que uma assistência apropriada e de qualidade é fundamental para diminuir esses índices de mortalidade.

Palavras-chave: Pré-eclâmpسيا. Pré-natal. Enfermagem.

INTRODUÇÃO: A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é classificada como uma das doenças crônicas que mais acomete a população. Apresenta evolução clínica lenta, e geralmente evolui para complicações, em virtude de seu comportamento prolongado e permanente (GARCIA, 2016). Essas complicações quando acontecem na gestação causam graves problemas na gestante e na criança, estando relacionadas diretamente à maior risco de mortalidade materna (BRASIL, 2013). A pré-eclâmpسيا é uma das formas de doença hipertensiva da gestação, caracterizada pela elevação da pressão arterial sistólica para níveis iguais ou maiores que 140 e/ou elevação da pressão diastólica para valores iguais ou maiores que 90 mmHg em gestantes anteriormente normotensas a partir da 20^a. semana de gravidez, associada a proteinúria, sendo uma das formas de doença hipertensiva da gestação (SILVA, 2015). Esse distúrbio hipertensivo da gestação tem destaque no âmbito mundial, visto que ocupa a primeira causa de morte materna no Brasil e a terceira no mundo. Em países desenvolvidos, cerca de 2 a 8 em cada 100 gestantes vão desenvolver a patologia, enquanto no Brasil essa estatística chega a 10% dos casos (NORONHA NETO, 2010). Nesse contexto, uma atenção pré-natal qualificada retrata as condições da gravidez e do parto colaborando para a redução da mortalidade materna e infantil. Por ser um indicador das condições de saúde de uma população, o índice de mortalidade elevada é influenciado pelas condições socioeconômicas, pelas dificuldades de acesso aos serviços de saúde e pelo grau de escolaridade da mulher (ANDRADE, 2013). Ante ao exposto, o presente estudo tem como objetivo destacar a importância da assistência pré-natal na prevenção da

pré-eclâmpsia. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura do tipo integrativa, na medida em que possibilita encontrar, sintetizar e estabelecer critérios de coleta dos dados, análise e exposição dos resultados encontrados, tendo objetivo de contribuir com a pesquisa científica (SOARES *et al.*, 2014). A construção da RI, seguiu as seguintes etapas: 1) identificação do tema-problema; 2) busca dos artigos; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação de resultados; 6) síntese dos conhecimentos. A busca ocorreu na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nos períodos de agosto a outubro de 2019, através da base eletrônica de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Pré-eclâmpsia”, “Pré-natal” e “Enfermagem”. O refinamento da busca ocorreu mediante o emprego do operador booleano “AND”, combinado com os descritores da seguinte forma: “pré-eclâmpsia AND pré-natal” cuja busca resultou em 2.827 artigos; ‘pré-natal AND enfermagem’ resultando em 5.251 artigos; “pré-eclâmpsia AND enfermagem” resultando em 273 artigos. Os critérios de inclusão elencados foram: artigos dos últimos 10 anos (2009 a 2019) em língua portuguesa e inglesa, que tivessem relação com o objetivo de estudo e disponíveis em texto completo. Foram excluídos: artigos com ano de publicação inferior a 2009, em forma de resumo, cartas ao editor, e as duplicidades (artigos duplicados foram contabilizados somente uma vez). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após o emprego dos critérios de exclusão e inclusão foram selecionados 7 artigos para a construção dos resultados, os quais estão descritos no quadro 1, de acordo com a base de dados encontrada, o ano de publicação, autoria, título e objetivo.

Quadro 1. Caracterização dos estudos conforme a base de dados encontrada, o ano de publicação, autoria, título e objetivo. Natal, 2019.

BASE DE DADOS	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA	TÍTULO	OBJETIVO
SciELO	2011	MOURA, Marta David Rocha de <i>et al.</i>	Hipertensão Arterial na Gestação - importância do seguimento materno no desfecho neonatal.	Ressaltar a importância do conhecimento dessa patologia, dando uma atenção especial à pré-eclâmpsia ou doença hipertensiva específica da gravidez, está sendo a maior causa de morte materna no Brasil. Sendo assim o pré-natal a única forma de reduzir a mortalidade materna e perinatal.

SciELO	2009	FREIRE, Cláudia Maria Vilas; TEDOLDI, Citânia Lúcia.	Hipertensão arterial na gestação	A proposta é conceituar e classificar a Hipertensão gestacional e sua prevalência na população.
SciELO	2011	SANTOS, Fabrícia Pinheiro dos.	Importância do pré-natal para prevenção da pré-eclâmpsia: uma revisão de literatura	A finalidade do artigo é apresentar os aspectos epidemiológicos, conceituais e científicos e assistenciais relativos à prevenção da pré- eclâmpsia.
SciELO	2012	BARBIERI, Ângela <i>et al.</i>	Análise da atenção pré-natal na percepção de puérperas.	Analisar a atenção pré-natal na percepção de usuárias que realizaram o parto em um hospital universitário.
SciELO	2013	ANDRADE, Manuela Uânia de <i>et al.</i>	O acompanhament o de pré-natal: uma revisão da literatura.	O objetivo do artigo é informa sobre o pré-natal vinculado a morbimortalidade infantil.
SciELO	2013	VIEIRA, Carolina Diana.	Cuidados da equipe de enfermagem para as gestantes com diagnóstico de doença hipertensiva específica da gravidez.	O objetivo do artigo é criar estratégias de ação da equipe de saúde da família, de maneira a reduzir as complicações, internações e a mortalidade materna e fetal.

SciELO	2017	TOMASI, Elaine et al.	Qualidade da atenção pré-natal na rede básica de saúde do Brasil: indicadores e desigualdades sociais.	O objetivo foi descrever indicadores de qualidade da atenção pré-natal no Brasil no âmbito do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ-AB).
--------	------	-----------------------	--	---

Fonte: Autoria própria, 2019.

A hipertensão é uma doença crônica que ocorre quando os valores das pressões máxima e mínima são iguais ou inferiores a 140/90 mmHg. Essas alterações quando acontecem na gestação causam graves complicações fetais e maternas e o maior risco de mortalidade (BRASIL, 2013). Tendo em vista as diferentes manifestações clínicas que a hipertensão apresenta na gravidez, a National High Blood Pressure Education Program (NHBEP) ressaltou em 2000 a importância de uma classificação dos distúrbios hipertensivos na gravidez para diferenciar um problema de hipertensão que antecede a gravidez de uma situação potencialmente mais ameaçadora. Assim, a NHBEP classificou a hipertensão gestacional em quatro formas distintas: a hipertensão crônica a qual é determinada quando a hipertensão é perceptível antes da gravidez, ou antes, da 20^a. Semana de gestação; a pré-eclâmpsia/eclâmpsia cuja definição está relacionada com o aumento da pressão arterial seguido de proteinúria. Essa condição geralmente tem início após a 20^a. semana de gestação, sendo uma síndrome específica da gravidez. Faz parte ainda da classificação a pré-eclâmpsia sobreposta à hipertensão crônica que ocorre em mulheres já hipertensas que desenvolve os sintomas de pré-eclâmpsia, como a proteinúria; hipertensão gestacional: É a elevação da pressão arterial identificada no meio da gravidez sem proteinúria (MOURA, 2011). Nessa perspectiva, em um estudo realizado por Freire (2009), em seis capitais brasileiras com 4.892 gestantes, observou-se a frequência de 7,2% de distúrbios hipertensivos na gravidez, sendo 2,3% categorizados como pré-eclâmpsia/eclâmpsia; 4,0% como hipertensão crônica; 0,5% como pré-eclâmpsia sobreposta à hipertensão crônica e 0,7 como hipertensão gestacional. Verificou-se que em nulíparas a pré-eclâmpsia é a condição mais frequente, enquanto em mulheres negras, obesas e acima de 35 anos a HC preponderou. Assim a hipertensão arterial na gestação continua sendo a primeira causa de morte no Brasil com 37% dos óbitos (FREIRE, 2009). A assistência pré-natal é um componente indispensável que auxilia na qualidade de vida e promoção da saúde para mãe e o filho, com o intuito de proteger e prevenir doenças, como a pré-eclâmpsia, reduzindo a morbimortalidade materna e perinatal. O pré-natal compreende como um conjunto de consultas realizadas por um profissional de saúde qualificado no decorrer da gestação, sendo indicado que se inicie assim que descoberto para evitar complicações (SANTOS, 2011). O Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) foi instituído pelo Ministério da Saúde no ano 2000, com a finalidade de reduzir às taxas de mortalidade materno-

infantil, determinando como condição fundamental da assistência, a realização da primeira consulta de pré-natal até o 4º. mês de gestação, assim como, a realização de, no mínimo, seis consultas de pré-natal e de, pelo menos, uma consulta no puerpério (BARBIERI, 2012). De acordo com Andrade (2013) a assistência ao pré-natal é indispensável para identificar os fatores de risco e os primeiros sintomas de hipertensão gestacional. A gestante diagnosticada com pré-eclâmpsia deve ser encaminhada para o pré-natal de alto risco, visto que será necessário um acompanhamento mais frequente e detalhado, no intuito de evitar as comorbidades e mortalidades presentes nesta condição (VIEIRA, 2013). No Brasil, quase 100% das gestantes fazem ao menos uma consulta de pré-natal, entretanto, dados de 2012, demonstram que o percentual de grávidas que realizaram seis ou mais consultas foi de 73%. Esse índice foi ainda menor em mulheres de nível econômico mais baixo, na primeira gestação e com escolaridade baixa (TOMASI, 2017). Corroborando com essa evidência, Andrade (2013) afirma que a carência na assistência ao pré-natal está diretamente ligada a uma alta taxa de mortalidade perinatal preponderando óbitos passíveis de prevenção e controle por meio de uma adequada assistência. Diante disso, para assegurar uma assistência integral à saúde da mulher, as unidades de saúde ou os programas de saúde da família, devem disponibilizar uma atenção ao pré-natal de forma organizada, que vise atender as necessidades da gestante de acordo com a singularidade de cada região, de forma integral e resolutiva. Nesse sentido, as equipes devem manter a continuidade no atendimento, o acompanhamento e avaliação direcionados ao alcance da cobertura total da população (SANTOS, 2011). **CONCLUSÃO:** A partir dos estudos foi possível perceber as dificuldades do sistema de saúde brasileiro na redução da mortalidade perinatal. Nesse contexto, ressalta-se que uma assistência apropriada e de qualidade é fundamental para diminuir esses índices de mortalidade. Percebe-se ainda que os óbitos estão intimamente relacionados às pessoas com menor acesso aos recursos necessários. Nesse sentido, a falta de debate sobre o assunto e a má divulgação das ações prejudica a assistência prestada. Ao concluir o estudo, se verificou a dificuldade na obtenção de informações mais que pudessem retratar de forma mais apurada essa realidade. Diante disso, se espera que o estudo possa contribuir para o aumento de publicações e despertar ainda mais o interesse na área.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuela Uânia de *et al.* **O acompanhamento de pré-natal:** uma revisão da literatura. Universidade Federal de Minas Gerais. Bom Despacho, 2013. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família).

BARBIERI, Ângela *et al.* Análise da atenção pré-natal na percepção de puérperas. 2012. Análise da atenção pré-natal na percepção de puérperas. **Rev. Distúrbios da comunicação**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 29 - 39, abr. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/9702/7207>. Acesso em: 28 set. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual técnico Gestação de Alto Risco/** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2010. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em 28 set. de 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Hipertensão (pressão alta):** o que é, causas, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção, Ministério da Saúde, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/hipertensao>. Acesso em: 28 set. 2019.

FREIRE, Cláudia Maria Vilas; TEDOLDI, Citânia Lúcia. Hipertensão arterial na gestação. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v. 93, n. 6, p.159-165, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2009001300017&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X2009001300017>. Acesso em: 30 set. 2019.

MOURA, Marta David Rocha de *et al.* **Hipertensão Arterial na Gestação -** importância do seguimento materno no desfecho neonatal. *Com. Ciências Saúde, Botucatu*, v. 22, n. 1, p. 113-120, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/hipertensao_arterial_gestacao.pdf. Acesso em: 28 set. 2019.

NORONHA NETO, Carlos; SOUZA, Alex Sandro Rolland de; AMORIM, Melania Maria Ramos. Tratamento da pré-eclâmpsia baseado em evidências. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, p. 459-468, set., 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032010000900008&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032010000900008>. Acesso em: 12 set. 2019.

SANTOS, Fabrícia Pinheiro dos . **Importância do pré-natal para prevenção da pré-eclâmpsia:** uma revisão de literatura. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Teófilo Otoni, 2011. 28f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registo/Importancia_do_pre_natal_para_prevencao_da_pre_eclampsia_uma_revisao_de_literatura/459. Acesso em: 28 set. 2019.

SILVA, Rafael Cardoso. **Via de parto e resultados perinatais na pré-eclâmpsia grave. Residência Médica em ginecologia/obstetrícia do Hospital Municipal Maternidade Escola Vila Nova Cachoeirinha.** São Paulo, 2015. Monografia (Residência Médica em ginecologia/obstetrícia).

SOARES, Cassia Baldini *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista escola enfermagem USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-345, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000200335&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2019.

TOMASI, Elaine *et al.* Qualidade da atenção pré-natal na rede básica de saúde do Brasil: indicadores e desigualdades sociais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, e00195815, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000305001&lng=en&nrm=iso..
Pub. Abr 03, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00195815>. Acesso em: 08
out. 2019.

VIEIRA, Carolina Diana. **Cuidados da Equipe de Enfermagem para as gestantes com diagnóstico de doença hipertensiva específica da gravidez. Universidade Federal de Minas Gerais.** Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Governador Valadares, 2013. 24f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família).

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PESSOA IDOSA COM HIV

AUTORES:

Elvis Bruno de Carvalho
Caroline Emanuele de Melo dos Santos
Yasmin Beatriz de Oliveira
Alessa Oliveira Zumba
Débora Ainoã Bezerra Borges
Márcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: O estudo tem como objetivo identificar na literatura a assistência de enfermagem a pessoa idosa com HIV/aids. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, cuja busca ocorreu entre os meses de julho a setembro de 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: SciELO, LILACS e BDEF. Foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DeCs): “HIV”, “Enfermagem”, “Serviços de Saúde para Idosos”. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 08 artigos para a construção desta revisão. Os resultados apontam que é de extrema importância que a equipe de enfermagem possa atuar intensivamente nas ações voltadas à informação sobre o HIV/aids, visto que os idosos não estão isentos de adquirirem tais infecções. Nesse contexto, a educação em saúde se mostra como uma ferramenta potente, para esclarecer a pessoa idosa na tomada de decisão sobre as melhores práticas de autocuidado, reduzindo os fatores para ocorrência do seu adoecimento.

Palavras-chave: HIV. Enfermagem. Serviços de Saúde para Idosos.

INTRODUÇÃO: A população idosa cresce vertiginosamente no país, que adota o conceito da Organização Mundial da Saúde de idoso como o indivíduo de 60 anos de idade ou mais, se ele residir em países em desenvolvimento. Em 1920, a esperança de vida era de apenas 35,2 anos e os idosos representavam 4,0% da população total do país. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e um dos grandes desafios a ser enfrentado pela sociedade (MIRANDA, MENDES, SILVA, 2016). Isso se deve às melhorias na urbanização, nos níveis de higiene pessoal e ambiental, alimentação, bem como os avanços tecnológicos na área da saúde, que permitiram a prevenção ou cura de muitas patologias, possibilitando a redução na mortalidade (DORNELAS NETO *et al.*, 2015). A aids, sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome), é uma patologia que afeta o sistema imunológico humano, resultante da infecção pelo Vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). Essa Síndrome se caracteriza pelo enfraquecimento do sistema imunológico do corpo, ocasionando o aparecimento de doenças oportunistas (BRASIL, 2015). No Brasil, se observa um crescimento no número de ocorrências advindas da aids entre os indivíduos, principalmente na faixa etária igual ou superior a 60 anos, ultrapassando 1.131 novos casos em 2005, alcançando 2.217 novos casos em 2016 (BARROS; MIRANDA; COELHO, 2018). Nesse cenário, a equipe de saúde da atenção básica, é quem possui o contato direto com a população de uma forma geral, onde lida diariamente com cuidados preventivos e terapêuticos da comunidade. Nesse contexto, o enfermeiro assume um papel importante, no sentido de orientar ao paciente soropositivo sobre o tratamento a ser realizado. Essas orientações buscam sensibilizar os pacientes para

a adesão do tratamento antirretroviral (TARV), proporcionando às pessoas que vivem com HIV/aids a diminuição da incidência de doenças oportunistas e prolongando a vida do cidadão (FORESTO *et al.*, 2017). Diante do exposto, o estudo tem como objetivo identificar na literatura a assistência de enfermagem a pessoa idosa com HIV/aids. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, cuja busca ocorreu entre os meses de julho a setembro de 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: SciELO, LILACS e BDEF. Foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DeCs): “HIV”, “Enfermagem”, “Serviços de Saúde para Idosos”. Para o refinamento da busca foram utilizadas as combinações com os operadores booleanos “AND” e “OR” das seguintes formas: “HIV AND Enfermagem”, resultando em 5.870 artigos; “Serviços de Saúde para Idosos AND HIV”, seguindo-se em 649 artigos; “Enfermagem OR HIV OR Serviços de Saúde para Idosos”. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão selecionou-se 08 artigos para construção dos resultados e discussões. Como critérios de inclusão elegeu-se artigos publicados nos últimos 04 anos (2015 a 2019), em língua portuguesa, disponíveis em texto completo, e que tivessem relação com o objetivo do estudo. Foram excluídos os artigos duplicados nas bases de dados e em forma de carta ao editor. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os achados na literatura, demonstram que há uma predominância de incidência de HIV/aids no sexo feminino 60% e no sexo masculino 40%. Nesse contexto, as mulheres estão mais susceptíveis a adquirirem o HIV/aids, tendo em vista fatores como a vulnerabilidade biológica, as circunstâncias históricas, associados a violência, abusos nas relações factuais, ou até mesmo por subordinação determinada pelo parceiro íntimo. Nesse aspecto, o Ministério da Saúde indica que a população idosa é mais acometida pela falta de um diagnóstico precoce (ARAUJO *et al.*, 2018). O diagnóstico antecipado é relevante não apenas para um prognóstico mais adequado do paciente que convive com HIV/aids, mas para a prevenção de sequelas, muitas vezes irremediáveis, no controle da patologia abordada e na coinfeção pelas doenças arrivas (QUADROS *et al.*, 2016). É oportuno salientar que o HIV/aids afeta a todos os grupos sociais e faixas etárias, inclusive os idosos devido estão sujeitos a essa infecção. Contudo, existe em nossa sociedade, um conceito de velhice ultrapassado e negativo, especialmente no âmbito sexual. É notória a existência de tabus relacionados a sexualidade na terceira idade, onde o sexo é visto como prerrogativa da juventude. Diante desse pensamento, muitas vezes as ações de prevenção, nessa faixa etária, deixam de ser realizadas. Tal fato contribui decisivamente para aumento da epidemia (NARDELLI *et al.*, 2016). Soma-se a isso, o conhecimento insuficiente dos idosos a respeito do HIV/aids e os modos de contágio. Diante disso, é de extrema importância que a equipe de enfermagem possa atuar intensivamente nas ações educativas voltadas à informação sobre o HIV/aids. Como dito anteriormente, o estigma sobre a sexualidade relacionada à população idosa vem contribuindo para o aumento exponencial do número de pessoas idosas acometidas pela doença. Desta forma, é imprescindível que os profissionais de saúde programem estratégias promocionais que possam ser utilizadas para sensibilizar este público alvo (SANTANA *et al.*, 2015). Autores como Anjos *et al.* (2016) afirmam que a enfermagem atua de forma multifatorial nas ações preventivas contra as infecções, tanto quanto para práticas de cuidados singulares, individual, ou coletivo dos idosos com HIV/aids, na perspectiva de colaborar para o entendimento e promoção do autocuidado. Segundo Foresto *et al.* (2017) a equipe multiprofissional deve estar atenta ao grau de escolaridade do paciente, uma vez que o nível baixo de sabedoria sobre uma determinada doença, dificulta a adesão

aos fármacos antirretrovirais. Nesse contexto, a enfermagem deve prover informações que visem esclarecer aos idosos sobre a terapia e as vantagens da medicação, por meio de ações educativas. A falta de informação gera incerteza e culpabilização nos idosos, o que dificulta a aceitação da patologia presente, muitas vezes desencadeando o enfrentamento da família, amigos e sociedade (BARROS; MIRANDA; COELHO, 2018). Reforçando esse pressuposto, Silva. *et al.*, (2018) relatam que os idosos portadores de HIV/aids tem muita preocupação em relação aos familiares e amigos, principalmente devido ao preconceito. Como consequência, muitos idosos apresentam um quadro de isolamento social, que pode ocasionar depressão e até mesmo o suicídio. Santana *et al.* (2015) enfatizam a importância do cuidado familiar e dos amigos neste contexto. O cuidado do idoso no domicílio, com o auxílio da enfermagem, tanto na comunicação verbal como nos cuidados individuais, asseguram ao paciente que ele tome sua medicação no horário correto e tenha mais qualidade de vida. O enfermeiro pode viabilizar o direcionamento do idoso às consultas, ofertando apoio do psicólogo, promovendo a autoestima e estimulando-o a desempenhar as suas funções laborais. **CONCLUSÃO:** Os estudos demonstraram a importância das ações de educação em saúde para o esclarecimento das dúvidas e incertezas dos pacientes idosos acometidos pelo HIV/aids. Apontam ainda sobre a importância de este paciente ser acompanhado pela equipe de enfermagem, a qual deve estar atenta aos sinais e sentimentos que o paciente pode apresentar como tristeza, angústia, culpa. Por conseguinte, é imprescindível que os serviços incluam o paciente idoso portador dessa doença de forma mais efetiva na agenda das equipes, como medida para estabelecer o cuidado integral diante do HIV/aids, seja em consultas de enfermagem, visitas domiciliares ou em grupos da terceira idade. Nesse contexto, a educação em saúde se mostra como uma ferramenta potente, para esclarecer a pessoa idosa na tomada de decisão sobre as melhores práticas de autocuidado, reduzindo os fatores para ocorrência do seu adoecimento. Para tanto, os profissionais de saúde, em especial de enfermagem, devem ser qualificados para reconhecer as mudanças no comportamento e perfil epidemiológico desta população, participando ativamente de todas as intervenções, com vistas a promoção do cuidado integral e longitudinal a esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, K. F. *et al.* Aspectos bioéticos envolvidos no cuidado ao idoso com HIV/AIDS. **Rev. Pesquisa Cuidado Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 4882 – 4890. 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4691>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- ARAÚJO, G. M. *et al.* Idosos cuidando de si após o diagnóstico de síndrome da imunodeficiência adquirida. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 71, suple. 2, p. 793-800. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s2/pt_0034-7167-reben-71-s2-0793.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.
- BARROS, T. S.; MIRANDA, K. C. L.; COELHO, M. M. F. Idosos com HIV/AIDS: compreendendo a base ideológica de suas vivências. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 26 e12978. 2018. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/12978/26106. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf. Acesso em: 16 ago. 2019.

DORNELAS NETO, J. *et al.* Doenças sexualmente transmissíveis em idosos: uma revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 12, p. 3853 - 3864. Dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n12/1413-8123-csc-20-12-3853.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

FORESTO, J. S. *et al.* Adesão à terapêutica antirretroviral de pessoas vivendo com HIV/Aids em um município do interior paulista. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, e63158, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rge/v38n1/0102-6933-rge-1983-144720170163158.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MIRANDA, G. M. D; MENDES, A. C. G; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: Desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Rev. Brasileira Geriatria Gerontologia**, Rio de Janeiro, p. 507 - 519. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbge/v19n3/pt_1809-9823-rbge-19-03-00507.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

NARDELLI, G. G. *et al.* Conhecimento sobre síndrome da imunodeficiência humana de idosos de uma unidade de atenção ao idoso. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. e2016 – 0039. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rge/v37nspe/0102-6933-rge-1983-14472016esp2016-0039.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

QUADROS, K. A. N. *et al.* Perfil epidemiológico de idosos portadores de hiv/Aids atendidos no serviço de assistência especializada. **Revista Enfermagem Centro Oeste Mineiro**, São João Del Rei, v. 6, n. 2, p. 2140 - 2214. maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/869/1097>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SANTANA, P. P. C. Evidências científicas de enfermagem acerca do hiv/Aids entre idosos: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 29, n. 3, p. 278 - 289, Jul./Set. 2015. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/fa3b/5041b86b84f8a9a2e4f83c958a5b6578c26a.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, A. G. *et al.* Revisão integrativa da literatura: assistência de enfermagem a pessoa idosa com HIV. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 71, supl. 2, p. 884 - 892. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s2/pt_0034-7167-reben-71-s2-0884.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NO CUIDADO AO PACIENTE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

AUTORES:

Maria Elizabete Barbosa Pereira

Elvis Bruno de Carvalho

Patrícia Santos Berto

Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: O estudo tem por objetivo identificar na literatura, a importância da assistência de enfermagem nos cuidados a pacientes com Hipertensão Arterial. Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa realizada no período de abril a setembro de 2019 através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) usando as seguintes bases de dados eletrônicas: SciELO e LILACS. Após os critérios de inclusão e exclusão foram utilizados 12 artigos referentes ao assunto. Os achados evidenciam que, o enfermeiro é essencial no cuidado, da teoria científica sobre os sinais e sintomas da HAS, bem como a adesão farmacológica e não farmacológica, sendo eficiente para prevenir outras doenças, na promoção da saúde. Destaca-se o papel do enfermeiro na prevenção, tratamento e controle da hipertensão, agindo como educador individual ou grupal, encorajando o autocuidado, desenvolvendo planejamento, intervenções diretas e indiretas.

Palavras-chave: Enfermagem. Cuidados. Hipertensão.

INTRODUÇÃO: A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é classificada como um fator de complicação no contexto da saúde pública, devido ser uma patologia crônica, multifatorial e com grande expansão de risco para doenças cardiovasculares (SANTOS; NERY; MATUMOTO, 2013). As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), possuem alta prevalência e baixas taxas de controle, sendo consideradas como um dos principais fatores de risco modificáveis. Destacando-se assim, a promoção de ações e prevenção de agravos da doença, para diminuição dos casos de morbidade e mortalidade (GIRÃO *et al.*, 2015). As ações de prevenção e diagnóstico precoce da Hipertensão Arterial, mediante atuação de uma equipe multiprofissional, na qual a enfermagem pode contribuir tanto para prevenção através dos cuidados, como para retardar suas complicações (SANTOS; NERY; MATUMOTO, 2013). Sendo assim, a HAS apresenta um controle mundial insatisfatório na busca para o aumento do controle nos níveis pressóricos, sendo assim, cada vez mais abordada na prática clínica, pois, com o diagnóstico correto inicia-se o controle adequado da pressão arterial, e conseqüentemente a redução de custos elevados decorrentes principalmente de suas complicações (SILVA *et al.*, 2016). Dentre os profissionais da equipe de saúde que ofertam assistência ao paciente hipertenso, o enfermeiro presta um cuidar voltado através da comunicação sobre o uso correto das medicações, da alimentação, atividade física e melhor acompanhamento da hipertensão ao longo do tratamento. Além disso, a consulta de enfermagem realizada pelo enfermeiro também contribui para o levantamento de fatores de risco e complicações, bem como prescrições de cuidados e avaliação da efetividade destes (SILVA *et al.*, 2017). O controle de doenças crônicas (DC) como HAS, mostra que os indivíduos apresentam as más condições socioeconômicas, influências culturais e comportamentais, as quais interferem no processo de adesão ao tratamento, comprometendo a qualidade da assistência prestada e o desfecho

clínico de interesse (BARRETO; MADSUDA; MARCON, 2016). A partir desse contexto, desenvolveu-se a seguinte questão norteadora: Qual o papel do enfermeiro no cuidado ao paciente com Hipertensão Arterial Sistêmica? Assim, este estudo tem como objetivo identificar o papel do enfermeiro no cuidado ao paciente com Hipertensão Arterial Sistêmica. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, a qual busca sintetizar os resultados obtidos sobre o tema ou de maneira sistemática, ordenada e abrangente (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014). A busca dos dados ocorreu entre os meses de abril a setembro de 2019 na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio das bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS). Foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DeCs) combinados com o operador booleano *AND* das seguintes formas: “Enfermagem *AND* Hipertensão”, resultando em 3.397 artigos; “Cuidados *AND* Hipertensão”, resultando em 14.454 artigos; “Cuidados *AND* Hipertensão *AND* Enfermagem” resultando em 2.268 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão selecionou-se 12 artigos para construção dos resultados e discussões. Como critérios de inclusão adotados estão: artigos publicados nos últimos 06 anos (2013 a 2019), em língua portuguesa, disponível em texto completo, e que tivessem relação com o objetivo do estudo. Foram excluídos língua estrangeira e os artigos duplicados nas bases de dados e em forma de carta ao editor. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A hipertensão arterial uma doença crônica, porém passível de controle, o enfermeiro tem primordial papel como mediador nas estratégias educativas de prevenção dos agravos a saúde do hipertenso, por meio da prescrição multifatorial. Nessa proporção, para o profissional de enfermagem, é de valia que sejam pesquisadas novas estratégias de cuidado educativo, proporcionando encorajamento, incentivo do paciente em modificar o seu costume de vida e alimentação, pois somente orientação acaba sendo insuficiente ao tratamento (BARRETO *et al.*, 2013). Segundo Radovanovic. *et al.* (2014) a HAS acarreta diminuição (limitação) e alteração no hábito de vida, proporcionando adequação (adaptação). No entanto, essa patologia deve ter uma assistência adequada prestada pelo enfermeiro, para uma melhor manutenção da qualidade de vida do paciente. Nesse sentido, Martins. *et al.* (2014) afirmam que o enfermeiro é essencial no cuidado sobre os sinais e sintomas da HAS. Deste modo, o enfermeiro realiza várias funções primordiais no cuidado como: detectar, monitorar, tratar, e prevenir outras patologias, bem como, realizar promoção da saúde na população (SILVA *et al.*, 2016). Dentre as atividades de promoção da saúde, destaca-se a educação em saúde no âmbito do empoderamento a qual avança de forma indispensável para as intervenções de enfermagem em pacientes com hipertensão arterial no controle, dinamizando mudanças de hábitos, cujo objetivo é preparar os cidadãos e comunidades para melhorar o padrão da saúde (MOURA *et al.*, 2014). No contexto da hipertensão arterial, alguns assuntos devem ser interrogados pelos enfermeiros na educação em saúde como: instrução para verificação da pressão arterial, prevenção de complicações, e adesão ao tratamento medicamentoso e não medicamentoso. Dentre os cuidados não medicamentosos a serem implementados, podem ser citados: a alimentação adequada com consumo controlado de sal, metamorfose do estilo de tabagismo e etilismo, a redução do estresse, bem como a realização de atividade física (PIERIN *et al.*, 2016; ULBRICH *et al.*, 2017). Desta maneira, Radovanovic. *et al.* (2016) abordam a importância do exercício físico regular, como caminhada e natação, constituindo em um procedimento não farmacológico, sugerido pelo enfermeiro em trazer benefícios aos hipertensos como

por exemplo: melhorias no fluxo sanguíneo e redução do percentual de gordura corporal. Nesse contexto, o enfermeiro como um membro da equipe multiprofissional, possui importante função no auxílio do paciente com HAS. Deve agir como educador em saúde seja de forma individual ou em grupo de hipertensos e familiares. Nesse sentido entre suas competências estão: buscar novas estratégias educativas, realizar consultas de enfermagem, durante a qual ele deve investigar fatores de risco e hábitos de vida, aferição da pressão arterial e avaliação dos sintomas. Desta forma havendo diálogo e acolhimento, de forma a motivar o paciente para adoção terapêutica, tanto farmacológica quanto não farmacológica (SILVA *et al.*, 2017). Essa circunstância tem assegurado à enfermagem expansão no fazer, saber, possibilitando desenvolver um espaço assistencial no cuidado, promovido pelo enfermeiro. Isto faz com que o enfermeiro seja reconhecido como um profissional fundamental na execução e seguimento das ações de saúde, englobando planejamento, intervenções diretas a partir da consulta e orientação ao uso de medicamentos, desta maneira, vinculando as intervenções indiretas, proporcionadas pela enfermagem, como uma forte ferramenta de estratégia de educação em saúde para a população (CAMARGO; ANJOS; AMARAL, 2013). Em respeitabilidade disso, o enfermeiro busca empreender o autocuidado do paciente por meio de consultas de enfermagem principalmente nas visitas domiciliares, estabelecendo metas, ações educativas em saúde, reclassificando-o anualmente com caráter na visão holística humanizada na assistência, idealizando plano de cuidados harmônico com a realidade de cada pessoa, e supervisionando os resultados (SILVA *et al.*, 2014). Desta forma, o enfermeiro deve possibilitar a conversão de hábitos em populações com dificuldades crônicas como a HAS, recorrendo através da motivação grupal. Isso permite o aprofundamento de discussões visto que, realizadas em grupo, os participantes podem encarar melhor suas delimitações, pelo resgate da autonomia, na perspectiva de viver com qualidade de vida (MAIA *et al.*, 2018). **CONCLUSÃO:** A hipertensão arterial sistêmica é uma doença crônica que requer assistência adequada da enfermagem para a manutenção da qualidade de vida do hipertenso. Assim, o enfermeiro tem grande importância no tratamento, controle, e prevenção das complicações da hipertensão, agindo como educador individual ou grupal de forma a encorajar o paciente ao autocuidado. Além destes cuidados, o enfermeiro tem o papel de planejar intervenções diretas, consultas de enfermagem, orientando quanto ao tratamento medicamentoso ou não, bem como a adesão a prática de exercício físico, e na aquisição de uma alimentação adequada, proporcionando intervenções indiretas pela enfermagem através do diálogo, acolhimento, e motivação do paciente a aderir à terapia.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. S.; MATSUDA, L. M.; MARCON, S. S. Fatores associados ao inadequado controle pressórico em pacientes da atenção primária. **Escola Anna Nery**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 114 – 120. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n1/1414-8145-ean-20-01-0114.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CAMARGO, R. A.; ANJOS, F. R.; AMARAL, M. F. do. Estratégia saúde da família nas ações primárias de saúde ao portador de hipertensão arterial sistêmica. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 17, n.4. 864-881, out./dez.,

2013. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/892>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. de; ALCOFORADO, C.L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 18, n.1. p. 9-12, jan./mar., 2014. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 05 jun. 2019.

GIRÃO, A. L. *et al.* A interação no ensino clínico de enfermagem: reflexos nos cuidados à pessoa com hipertensão arterial. **Revista de salud pública**, Bogotá, v. 17, n. 1, p. 47 – 60. Jan/Jun 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsap/2015.v17n1/47-60/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MAIA, J. D. S. *et al.* A educação em saúde para usuários hipertensos: percepções de profissionais da Estratégia Saúde da Família. **Revista Ciência Plural**, Natal, v. 4, n. 1, p. 81 – 97. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/13634>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MARTINS, L. C. G. *et al.* Diagnóstico de enfermagem estilo de vida sedentário em indivíduos com hipertensão arterial: uma análise de acurácia. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. 5, p. 804 – 810. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n5/pt_0080-6234-reeusp-48-05-804.pdf. Acesso em: 16 set. 2018.

MOURA, P. C. *et al.* Diagnostico e intervenções de enfermagem em indivíduos hipertensos e diabéticos à luz de ordem. **Revista da rede de enfermagem do nordeste**, Fortaleza, v. 15, n. 6, p. 1039 – 1046. nov/dez. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3240/324041233018.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

PIERIN, A. M. G. *et al.* Cronicidade e doença assintomática influenciam o controle dos hipertensos em tratamento na atenção básica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 764 – 771. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n5/pt_0080-6234-reeusp-50-05-0764.pdf. Acesso em: 15 set. de 2019.

RADOVANOVIC, C. A. T. *et al.* Hipertensão arterial e outros fatores de risco associados às doenças cardiovasculares em adultos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 4. p. 547 – 553. Jul/Ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n4/pt_0104-1169-rlae-22-04-00547.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

RADOVANOVIC, C. A. T. *et al.* Intervenção multiprofissional em adultos com hipertensão arterial: ensaio clínico randomizado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 69, n. 6, p. 1067 – 1073. Dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n6/0034-7167-reben-69-06-1067.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SANTOS, F. P.; NERY, A. A.; MATUMOTO, S. A produção do cuidado a usuários com hipertensão arterial e as tecnologias em saúde. **Revista Escola Enfermagem**

USP, São Paulo, v. 47. n.1, p. 107-14. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n1/a14v47n1>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SILVA, Â. T. M. *et al.* Escala preditiva de complicações da hipertensão: validade de conteúdo e aparência. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 21, p. 1 – 8. 2017. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1143>. Acesso em: 14 set. 2019.

SILVA, M. V. *et al.* Assistência de enfermagem ao portador de hipertensão na atenção básica: Revisão integrativa a literatura. **Revista interdisciplinar**. v. 7, n. 2, p. 156 – 164. Abr/Jun. 2014. Disponível em: https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/viewFile/408/pdf_123. Acesso em: 15 set. 2019.

SILVA, R. L. D. T. *et al.* Avaliação da implantação do programa de assistência às pessoas com hipertensão arterial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 69, n. 1, p. 71 – 78. fev. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n1/0034-7167-reben-69-01-0079.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

ULBRICH, E. M. *et al.* Escala para o cuidado apoiado na atenção primária: um estudo metodológico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1 – 6. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v38n4/1983-1447-rgenf-38-04-e63922.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL FRENTE AOS USUÁRIOS COM TRANSTORNO MENTAL

AUTORES:

Antonio Carlos da Silva Cipião
Elvis Bruno de Carvalho
Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: O estudo tem por objetivo identificar na literatura científica, a atuação do enfermeiro no Centro de Atenção Psicossocial frente aos usuários com transtorno mental. Trata-se de um estudo revisão integrativa, realizada no período de fevereiro a maio de 2019 através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS) e Banco de Dados em Enfermagem (BDENF). Para a construção dos resultados foram utilizados 11 artigos, referente à temática. Os estudos apontam que a contribuição do enfermeiro, na equipe multiprofissional, é de grande relevância para a escuta terapêutica no cuidado em saúde mental. Além disso, sua participação é fundamental nas orientações em relação ao uso do medicamento e o fortalecimento de vínculo entre os profissionais de saúde-paciente de transtorno mental. A atuação dos profissionais junto à família favorece o cuidado e o manuseio da patologia. Essa conduta auxilia sobremaneira no esclarecimento das dúvidas sobre diagnósticos e medicações, assegurando um melhor tratamento ao indivíduo.

Palavras-chave: Serviços de Saúde Mental. Saúde Mental. Enfermagem psiquiátrica.

INTRODUÇÃO: Ao final da década de 1970 teve início o serviço de psiquiatria no Brasil, com o advento da reforma psiquiátrica, passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, incentivado pelas políticas de saúde mental que determinaram como um novo paradigma da assistência (ALVES *et al.*, 2018). No ápice destas discussões da Reforma Psiquiátrica foi um movimento de índole política, socioeconômico, no qual, assegurou o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde mental, com vista na desinstitucionalização e a reinserção social, aceitando seus direitos e sua liberdade (ALVES; SANTOS; YAMAGUCHI, 2018). Nesse conjunto, a efetivação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) apareceu com base na Reforma Psiquiátrica brasileira, exigindo progressão de um ajuntamento de sapiência, em ter aptidão psicossocial da equipe multiprofissional da área, cabendo o enfermeiro neste serviço, desempenhar uma incumbência de declamar com diferentes ferramentas da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com o intuito de certificar a integralidade do cuidado (SILVA; CAMARGO; BEZERRA, 2018). Os CAPS atuam em diversos modelos dentro da Rede de Apoio Psicossocial. O atendimento é aberto a toda a comunidade, tendo em sua constituição uma equipe multiprofissional que trabalham de maneira multidisciplinar, realizando acolhimento as pessoas acometidas por transtornos mentais e usuários de álcool e drogas este modelo de atendimento que substitui o asilar (DUTRA; BOSSATO; OLIVEIRA, 2017). A Lei nº 10.216 de 06 de Abril de 2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, dando direito a proteção dos sujeitos acometidos por problemas mentais sendo garantido sem nem um tipo de segregação, quanto à tonalidade da

pele, etnia, sexualidade, doutrina religiosa, idade, bens, evolução do transtorno, dentre outros (SILVA *et al.*, 2018). Nesse contexto, o enfermeiro é primordial na composição da equipe dos CAPS, cuja participação é exigida na equipe mínima para a habilitação desses serviços, visto que sua atuação é pautada nos princípios da ética e humanização do atendimento (MARTINS *et al.*, 2018). Pretende-se ainda contribuir com a produção acadêmica no âmbito da enfermagem, aprofundando a discussão e reflexão sobre o tema. Para tanto pretende-se com o estudo responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a atuação do enfermeiro no CAPS com os usuários com transtorno mental? Nessa perspectiva o trabalho tem por objetivo identificar na literatura científica, a atuação do enfermeiro no centro de atenção psicossocial frente aos usuários com transtorno mental. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa, que inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado de conhecimento de um determinado assunto, apresentando alto potencial para o surgimento de novas teorias e problemas a serem pesquisados, através dos artigos primários e sistemáticos (SOARES *et al.*, 2014). Para construção desta revisão literária foram utilizadas as seguintes etapas: 1) identificação do tema/problema; 2) busca dos artigos; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação de resultados; 6) síntese dos conhecimentos. A pesquisa foi realizada nos meses de fevereiro a maio de 2019 através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Banco de Dados da Enfermagem (BDENF). Os descritores em ciências da saúde (DeCs) utilizados para pesquisa foram: “Serviços de Saúde Mental”, “Saúde Mental” e “Enfermagem psiquiátrica”. Utilizando o operador booleano *AND*, combinado nas seguintes formas: “Serviços de Saúde Mental *AND* Enfermagem Psiquiátrica” resultando em 4.621 artigos; “Saúde Mental *AND* Enfermagem Psiquiátrica” resultando em 11.702 artigos; “Enfermagem psiquiátrica *AND* Saúde Mental *AND* Serviços de Saúde Mental” resultando em 4.621 artigos. Onde 11 artigos foram selecionados para a construção da análise e discussão dos resultados. Para selecionar os manuscritos, foram adotados como critérios de inclusão: artigos publicados em língua portuguesa nos últimos cinco anos (2014 a 2019), disponíveis em texto completo, e que tivessem relação com o objetivo do estudo. Foram excluídos os artigos em forma de resumos, cartas ao editor e que não respondessem ao objetivo proposto. Os artigos duplicados foram contabilizados apenas uma vez. Os dados utilizados foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A responsabilidade do enfermeiro no CAPS, é desenvolver atividades lúdicas e rodas dialógicas, de forma humanizada, prestando cuidado no território, englobando a família inclusivamente no processo-trabalho, cooperando com a saúde do paciente de transtorno mental, dando-lhe mais atenção nas oficinas de tratamento (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Constatou-se a magnitude da participação do enfermeiro no CAPS no decorrer da análise, proporcionando lazer, animação no ambiente, transformando-se em um instrumento indispensável para a equipe multiprofissional na cooperação de reorganização da vida de cada usuário observado e no desenvolvimento de ações intersetoriais (DUTRA; BOSSATO; OLIVEIRA, 2017). Nesse aspecto as oficinas terapêuticas tornam-se uma ferramenta agradável para o enfermeiro realizar uma recepção satisfatória para os indivíduos com transtorno

mental no CAPS, possibilitando a civilização, a ação funcional, criando um vínculo entre os membros (IBIAPINA *et al.*, 2017). De acordo com Martins. *et al.* (2018) o enfermeiro deve planejar, organizar o serviço no CAPS, realizando ação promocional como uma forma de estratégia sócio-cultural-educacional, integrando outros membros, com intuito da participação ativa do familiar e usuário de transtorno mental, possibilitando a melhoria da qualidade de vida de vários ambos. Para Pessoa Junior. *et al.* (2014) o programa de ação preventiva efetuado pelo enfermeiro no serviço de saúde mental, juntamente com a equipe multiprofissional no âmbito da atenção psicossocial, auxilia para desempenhar alternativas não tradicionais, tais como: música, atividade motora, acompanhamento terapêutico e ioga, quando introduzida ao plano de cuidado individual dos pacientes, trazendo formidáveis vantagens para eles. Apesar do CAPS ser considerado um equipamento especializado, possui ampla ligação com a atenção básica. Nesse sentido, estudos demonstram que os enfermeiros que atuam nessa área também necessitam estar capacitados, preparados para prestar uma assistência de qualidade (SIQUEIRA *et al.*, 2018). Desta maneira, com o movimento da Reforma Psiquiátrica, revigorado no decorrer dos anos de 1980 em vários países do mundo, principalmente no Brasil, se configurou no modelo de assistência psiquiátrica de atenção psicossocial, com apoio comunitário e que prognosticar a laboração da equipe de enfermagem nesse cuidado (ALMEIDA; MAZZAIA, 2018). Vale ressaltar que a contribuição do enfermeiro, na equipe multiprofissional, é de muita relevância na escuta terapêutica no cuidado em saúde mental. Além disso, sua participação é fundamental nas orientações em relação ao uso do medicamento e o fortalecimento de vínculo entre os profissionais de saúde-paciente de transtorno mental. Essa relação é instituída através da confiança, carinho, afeto, o que facilita a implantação e adesão do tratamento de forma integral (ALCÂNTARA *et al.*, 2018). Autores como Xavier. *et al.* (2017) salientam a conduta do enfermeiro, com junto aos familiares no que corresponde o *know-how* (aptidão) em realizar estratégias de manuseio da patologia, esclarecendo as dúvidas sobre o diagnóstico, medicações, assegurando um cuidado como um todo. Sendo fundamental no cuidado, o enfermeiro pauta sua atuação em argumentos técnico-científicos no aprimoramento do cuidado prestado ao paciente com transtorno mental no CAPS, na dimensão do exercício da sua cidadania (SILVA, 2018). Em se tratando de suporte terapêutico, o enfermeiro assiste o usuário com problemas mentais, contribuindo com a família na imediação da convivência social (FERNANDES *et al.*, 2018). Tal suporte pode ser compreendido pelos os familiares como fluxograma territorial assistencial, necessitando da intervenção do enfermeiro, tanto Unidades Básicas de Saúde (UBS), como na Estratégia de Saúde da Família (ESF), e até em ambientes escolares, com intuito de expandir um cuidado singular terapêutico (XAVIER *et al.*, 2017). **CONCLUSÃO:** Ao término do estudo, se observa que o enfermeiro tem um papel imprescindível no território, em relação a assistência ofertada ao paciente de transtorno mental no CAPS, principalmente na inserção dos familiares no cuidado, o que favorece a melhoria da qualidade de vida desses usuários. A presença e atuação da família na área do CAPS propiciam evolução do quadro psíquico esses pacientes. Além disso, a participação do enfermeiro nas oficinas, junto com o usuário, proporciona a incorporação de técnicas de tratamento não tradicional, mediante a escuta qualificada. A atuação dos profissionais junto à família favorece o cuidado e o manuseio da patologia. Essa conduta auxilia sobremaneira no esclarecimento das dúvidas sobre diagnósticos e medicações, assegurando um melhor tratamento ao indivíduo. Dessa forma, percebe-se que esse profissional tem

contato direto com o paciente e seus familiares, passando as orientações necessárias e pertinente a cada indivíduo de forma humanizada.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, C. B. *et al.* A terapêutica medicamentosa às pessoas com transtorno mental na visão de profissionais da enfermagem. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, e20170294, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v22n2/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2017-0294.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ALMEIDA, P. A.; MAZZAIA, M. C. Consulta de Enfermagem em Saúde Mental: vivência de enfermeiros da rede. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 71, supl. 5, p. 2154 - 2160, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s5/pt_0034-7167-reben-71-s5-2154.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ALVES, S. R. *et al.* Serviços de saúde mental: percepção da enfermagem em relação à sobrecarga e condições de trabalho. **Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 25 – 29. Jan/ Mar. 2018. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5929/pdf_1. Acesso em: 25 fev. 2019.
- ALVES, S. R.; SANTOS, R. P.; YAMAGUCHI, M. U. Enfermagem em serviços de saúde mental: percepção sobre satisfação profissional e Condições de trabalho. **Revista de enfermagem do centro-oeste mineiro**, São João Del Rei. v. 8, e1852, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1852/1852>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- DUTRA, V. F. D.; BOSSATO, H. R.; OLIVEIRA, R. M. P. Mediar a autonomia: um cuidado essencial em saúde mental. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, e20160284, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n3/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0284.pdf. Acesso em: 05 mar. 2019.
- FERNANDES, C. S. N. N. *et al.* Importância das famílias nos cuidados à pessoa com transtorno mental: atitudes de enfermeiros. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, e20180205, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v22n4/pt_1414-8145-ean-22-04-e20180205.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.
- IBIAPINA, A. R. S. *et al.* Oficinas Terapêuticas e as mudanças sociais em pacientes com transtorno mental. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, e20160375, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n3/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0375.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.
- PESSOA JÚNIOR, J. M. *et al.* Ações e cuidados de enfermagem em saúde mental num hospital-dia psiquiátrico: uma revisão integrativa. **Cuidado é fundamental online**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 821 – 829. abr.- jun. 2014. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3154/pdf_1293.

Acesso em: 14 mar. 2019.

MARTINS, G. C. S. *et al.* Estratégias de cuidado adotadas por enfermeiros na implantação de Centros de Atenção Psicossocial. **Revista Rene**, Fortaleza, v. 19, e33319. 2018. Disponível em: http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/33319/pdf_1. Acesso em: 20 mar. 2019.

OLIVEIRA, L. C. *et al.* Cuidar humanizado: descobrindo as possibilidades na prática da enfermagem em saúde mental. **Cuidado é fundamental online**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1774 - 1782. jan.- mar. 2015. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3396/pdf_1403. Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVA, Patrícia Oliveira. Cuidado clínico de enfermagem em saúde mental. **Revista enfermagem UFPE online**, Recife, v. 12, n. 11, p. 3133 – 3146. nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236214/30521>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SILVA, Nathália dos Santos; CAMARGO, Nayana Cristina Souza; BEZERRA, Ana Lúcia Queiroz. Avaliação dos registros de procedimentos por profissionais de Centros de Atenção Psicossocial. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 71, Supl. 5, p. 2191 – 2198. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s5/pt_0034-7167-reben-71-s5-2191.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

SIQUEIRA, Daiana Foggiato de *et al.* Redes sociais de apoio no cuidado à pessoa com transtorno mental: reflexões. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 4, p. 859 – 869. out. – dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/26118/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

XAVIER, Mariane da Silva. *et al.* Compreensão de enfermeiras atuantes em saúde mental sobre a internação compulsória e involuntária. **Esc. Anna Nery**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, e20160262. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n3/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0262.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM AOS PACIENTES ONCOLÓGICOS EM CUIDADOS PALIATIVOS

AUTORES:

Patricia Santos Berto
Elvis Bruno de Carvalho
Maria Elizabete Barbosa Pereira
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: o estudo tem por objetivo identificar na literatura científica, a atuação da enfermagem na assistência aos pacientes oncológicos em cuidados paliativos. Metodologia: Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa, realizada no período de janeiro a junho de 2019 através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) usando as seguintes bases de dados eletrônicas: SciELO e LILACS. Foram selecionados 09 artigos para compor o estudo. Os resultados demonstram que os cuidados paliativos manuseados pela equipe multiprofissional proporcionam redução do sofrimento (dor) e de outros sintomas, constituindo em diferentes aspectos no modo a atender as necessidades humanas, ofertando sustentação para que os clientes oncológicos vivam ativamente e as famílias estejam preparadas psicologicamente ao processo de luto. Assim, a equipe de enfermagem tem uma grande importância no cuidado paliativo do paciente oncológico. É importante que nesse momento a atuação de enfermagem minimize a angústia do indivíduo e de seus familiares.

Palavras-chave: Enfermagem. Câncer. Cuidados Paliativos.

INTRODUÇÃO: Câncer é o nome dado a um conjunto de doenças que tem um crescimento desordenado (maligno) de células que invadem tecidos e órgãos, que se espalham no corpo. Dividindo-se rapidamente são agressivos e incontroláveis, determina a formação de tumores, onde há uma acumulação de carcinoma ou neoplasias malignas (INCA, 2018). No Brasil a estimativa 2016 a 2017 apontou uma incidência de 596.070 mil casos novos de câncer, que inclui os de pele e melanoma reforçando o problema de câncer no país, entre os homens, são esperados 295.200 novos casos, e entre as mulheres, 300.870 (NOGUEIRA *et al.*, 2017). O enfermeiro, diante do cenário epidemiológico nacional e internacional, é peça importante na investigação de novas alternativas de tratamento sobre o câncer, pois, a doença é uma adversidade de saúde pública. Nesse sentido é preciso empreender em pesquisas que auxiliem nas tecnologias diagnósticas com maior qualidade, desempenhando ações voltadas para promoção, prevenção, e aos cuidados, acolhendo o cliente de forma harmoniosa (MORAIS *et al.*, 2018). Entre as condutas terapêuticas utilizadas, estão a cirurgia (alívio da dor, e em alguns casos, remoção de metástases quando o paciente apresenta condições favoráveis para realização do procedimento) os quimioterápicos (neoadjuvante ou citorrredutora no qual ocorre utilizados medicamentos anticancerígenos para destruir as células tumorais) e radioterapia (radiações ionizantes com a finalidade de destruir ou minimizar o crescimento das células anormais que formam um tumor), cuja finalidade é proporcionar um tempo de vida mais longo ao paciente, livre ou não da patologia (ANDRADE *et al.*, 2016). De acordo com Alencar. *et al.* (2017) estes cuidados são voltados para o paciente com a finalidade de melhorar sua qualidade de vida no seu dia a dia e de seus familiares, que sofrem com uma patologia em fase terminal, com

impossibilidade de cura, mas com possibilidade de cuidados oferecendo a eles uma qualidade de morte, visando o bem-estar do doente. Nesse cenário a enfermagem tem como propósito no seu cotidiano à assistência qualificada em procedimentos de rotinas como curativos e cuidados gerais partindo para o lado do paciente terminal a enfermagem pode estar buscando trabalhar juntos para a melhoria do sofrimento, alívio da dor e tristeza através de uma boa comunicação entre paciente e profissional assim criando uma autonomia do cliente (LIMA *et al.*, 2017). O enfermeiro planeja e traça um direcionamento assistencial para o paciente com câncer (CA), tendo o apoio multiprofissional, respeitando o indivíduo no seu estado emocional, físico, e espiritual na estratégia do cuidado, promovendo conforto, fazendo com que o paciente, tenha maior autonomia e virtude a se preparar ao seu modo, para a morte (MARKUS *et al.*, 2017). Mediante essa problematização, acredita-se ser de extrema relevância que a atuação de enfermagem e a assistência promovida ao paciente oncológico nos cuidados paliativos no fim da vida no Brasil, necessita ser desenvolvida, a partir de sua integralidade (SANTOS *et al.*, 2017). Diante do exposto, surgiu a seguinte questão norteadora: qual a assistência da enfermagem aos pacientes oncológicos em cuidados paliativos? Para tanto, o estudo tem por objetivo identificar na literatura científica, a atuação da enfermagem na assistência aos pacientes oncológicos em cuidados paliativos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa (RI), que se constitui em reunir e sintetizar os resultados desejados, realizadas a partir de fontes primária e secundária, através de novas pesquisas, com o fundamento em uma determina temática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2009). Para construção dessa RI, seguiu as seguintes etapas: 1) identificação do tema-problema; 2) busca dos artigos; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação de resultados; 6) síntese dos conhecimentos. A busca dos dados ocorreu entre os meses de janeiro a junho de 2019 na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio das bases de dados eletrônicas: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS). Os descritores em ciências da saúde (DeCs) utilizados para pesquisa foram: “Enfermagem”, “Câncer”, “Cuidados Paliativos”. Para o refinamento da busca foi realizado o cruzamento com o operador booleano *AND* das seguintes formas: “Enfermagem *AND* Cuidados Paliativos” resultando em 6.734 artigos; “Cuidados Paliativos *AND* Câncer” resultando em 29.720 artigos; “Enfermagem *AND* Cuidados Paliativos *AND* Câncer” resultando em 2.425 artigos. Foram adotados como critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos 05 anos (2014 a 2019), em língua portuguesa, disponível em texto completo, e que tivessem relação com o objetivo do estudo. Foram excluídos os estudos em língua estrangeira e em forma de carta ao editor. Os artigos duplicados foram contabilizados apenas uma vez. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão selecionou-se 09 artigos para construção dos resultados e discussões. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O câncer vem se tornando uma adversidade universal, devido à alta incidência, prevalência e morbimortalidade, alcançando espaço progressivo na saúde, sendo conduzindo para uma discussão pautada em estratégias do cuidado. Desta forma, frisa-se em capacitação da equipe multiprofissional, através da educação permanente, se tornando importante para ato da enfermagem, com foco no olhar holístico humanizado, prestando assistência ativa tanto no hospital quanto no domicílio, em atenção ao desenvolvimento técnico-científico em diferentes cenários (SILVA *et al.*, 2015). Deste modo, o enfermeiro é essencial nos cuidados paliativos, tais como: educar, coordenar a equipe de enfermagem, manter o foco no paciente e família, no modo a tratar, prevenir outras

patologias, proporcionar alívio do incômodo, monitorar os sintomas, minimizando a angústia (FULY *et al.*, 2016). Além disso, a enfermagem deve incentivar o paciente a aderir o tratamento farmacológico, bem como: os quimioterápicos, argumentando cientificamente os benefícios, mostrando a relevância, sanando as dúvidas trazidas, viabilizando o funcionamento das atividades norteadas pelo conhecimento técnico-científico, fazendo que o cliente acabe tendo a percepção de cura (diminuição da dor) (GALVÃO; BORGES; PINHO, 2017). Em destarte, a terapia não farmacológica, abrangem as precauções espirituais prestadas pela equipe de enfermagem, auxiliando nos cuidados indiretos, tais como: pela atenção do amor, carinho, e fé, sendo de grande valia estratégica na recuperação de forças perdidas no decorrer do trajeto de amargura (ARRIEIRA *et al.*, 2017). Portanto, o cuidar em enfermagem impõe, como medida dialógica coletiva/indivíduo e a família em sua integralidade, orientar, encorajar atitudes positivas ao paciente a enfrentar a doença (CA), criando vínculo, respeitando a questão psicossocial, emocional, espiritual e cultural, ocasionado o empoderamento do indivíduo oncológico a desenvolver as suas funções laborais, em que, os profissionais de saúde, deixam de prestigiar unicamente realização de técnicas e práticas específicas (SILVA *et al.*, 2014). A enfermagem na sua atuação do cuidar ideal engloba a participação do familiar independente da área de formação básica, o ouvir, o sentir, a ausculta qualificada como uma forte ferramenta desejável, estabelecendo uma ótima comunicação na troca de informações sobre o estado do paciente hospitalizado, viabilizando a segurança, confiança e conforto ao cliente oncológico, assegurando o equilíbrio entre as condutas dependentes e independentes, reconhecendo como ser humano único (SILVA; LIMA, 2014). Os cuidados paliativos manuseados pela equipe multiprofissional proporcionam redução do sofrimento e de outros sintomas, constituindo em diferentes aspectos no modo a atender as necessidades humanas, ofertando sustentação para que os clientes oncológicos vivam ativamente e as famílias estejam preparadas psicologicamente ao processo de luto (VIEIRA *et al.*, 2017). Além disso, a plenitude da ponderação paliativa resulta em benefício, por exemplo: aconchego, segurança e melhora na qualidade de vida, autossuficiência humana no processo de êxito, originário de dedicação, junção de sabedoria e fazeres da equipe multidisciplinar, diante da preparação psicológica da morte do paciente (SILVA *et al.*, 2014). Vale ressaltar que o cuidado é fundamental para todos os pacientes oncológicos, independente da sua circunstância patológica, relacionando um círculo emocional entre enfermeiro-paciente-família, cabendo aos profissionais de saúde ampliar seus conhecimentos em novas estratégias socioeducativas dialogadas, de modo agregar o valor da assistência a favor da prevenção do alívio da dor, e integralidade, devolvendo o cliente a sua rotina habitual (ALENCAR *et al.*, 2017). **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, percebe-se que o câncer é uma patologia que acomete o indivíduo, deixando suscetível em qualquer fase da vida. Algumas formas evoluem até os últimos instantes de vida dos pacientes. Nesse momento o paciente passa por várias emoções, onde a religião e a cooperação da família auxiliam na terapia, no sentido de minimizar a angústia sua angústia. Nesse contexto, percebeu-se com o estudo que a equipe de enfermagem tem grande importância no cuidado paliativo do paciente oncológico, especialmente nas medidas de alívio e conforto durante todo o processo de tratamento, seja ele farmacológico ou não farmacológico. Além disso, a presença destes profissionais auxilia na orientação e esclarecimento de dúvidas aos pacientes e seus familiares. Assim, é importante que a atuação de enfermagem propicie métodos de alívio da dor, através dos medicamentos, palavras de conforto, buscando nesse momento

minimizar a angústia do indivíduo e de seus familiares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. G. *et al.* Cuidados paliativos e bioética: estudo com enfermeiros assistenciais. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 4922 – 4928. Out./Dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3622/pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ALENCAR, D. C. *et al.* Sentimentos de enfermeiros que atuam junto a pacientes com câncer em fase terminal. **Revista cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1015 -1020. out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505754110018.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

ARRIEIRA, I. C. O. *et al.* O sentido do cuidado espiritual na integralidade da atenção em cuidados paliativos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, e58737, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v38n3/0102-6933-rgenf-38-3_e58737.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

FULY, P. S. C. *et al.* Carga de trabalho de enfermagem de pacientes oncológicos sob cuidados paliativos. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 792 – 799. Out. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n5/pt_0080-6234-reeusp-50-05-0793.pdf. Acesso em: 05 Jan. 2019.

GALVÃO, M. I. Z.; BORGES, M. S.; PINHO, D. L. M. Comunicação interpessoal com pacientes Oncológicos em cuidados paliativos. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 31, n. 3. e 22290. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/22290/15092>. Acesso em: 05 jan. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - **INCA**. RIO DE JANEIRO: 2018. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/programa_epidemiologia_vigilancia. Acesso em: 20 abr. 2019.

LIMA, S. F. *et al.* Representação Sociais Sobre O Cuidado Paliativo Entre Profissionais de Enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 11, n. 5, p.180 – 188, maio, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/23351/18965>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MARKUS, L. A. *et al.* A atuação do enfermeiro na assistência ao paciente em cuidados paliativos. **Revista Gestão & Saúde**, Rio Grande do Sul, v. 17, supl. 1, p. 71 – 81. 2017. Disponível em: <http://www.herrero.com.br/files/revista/file808a997f5fc0c522425922dc99ca39b7.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MORAIS, E. M. *et al.* Cuidados paliativos: enfrentamento dos enfermeiros de um hospital privado na cidade do Rio de Janeiro – RJ. **Revista cuidado é Fundamental**

Online. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 318 – 325. abr./jun. 2018. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6000/pdf_1. Acesso em: 19 set. 2019.

NOGUEIRA, W. P.; AGRA, G.; FORMIGA, N. S.; COSTA, M. M. L. Perfil sócio demográfico, clínico e terapêutico de pacientes com ferida neoplásicas. **Revista de enfermagem UFPE online**, Recife: v. 11, n. 8, p. 3039 - 3049. ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110207/22109>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTOS, D. C. L. *et al.* Planejamento da assistência ao paciente em cuidados paliativos na terapia intensiva oncológica. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 295 - 300, Maio 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v30n3/1982-0194-ape-30-03-0295.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SILVA, M. M.; MOREIRA, M. C.; LEITE, J. L.; ERDMANN, A. L. Índícios da integralidade do cuidado na prática da equipe de enfermagem na atenção paliativa oncológica. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 16, n. 4, p. 795 – 803. out/dez. 2014. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/revista/v16/n4/pdf/v16n4a12.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

SILVA, M. M. Cuidados paliativos na assistência de alta complexidade em oncologia: percepção de enfermeiros. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 460 – 466. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n3/1414-8145-ean-19-03-0460.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.

SILVA, M. M.; LIMA, L. S. Participação do familiar nos cuidados paliativos oncológicos no contexto hospitalar: perspectiva de enfermeiros. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 35, n. 4, p. 14 – 19. dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v35n4/pt_1983-1447-rgenf-35-04-00014.pdf. Acesso em: 08 abr. 2019.

SILVA, W. C. B. P. *et al.* Percepção da equipe de enfermagem frente aos cuidados paliativos oncológicos: estudo fenomenológico. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Niteroi, v. 13, n. 1, p. 72 – 81. mar. 2014. Disponível em: http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/4125/pdf_73. Acesso em: 08 jun. 2019.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão Integrativo: o que é como fazer. **Einstein**. Mato Grosso do Sul, v. 8, n. 1, p. 102 – 106. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em: 17 jun. 2019.

VIEIRA, T. A. *et al.* Cuidado paliativo ao cliente oncológico: percepções do acadêmico de enfermagem. **Revista Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 175 – 180. jan./mar. 2017. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5329/pdf_1. Acesso em: 19 ago. 2019.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO

AUTORES:

Adna Raynara Galdino Barbosa
Daniela Ribeiro De Medeiros Farias
Caliane Nascimento Dos Santos
Hugo Henrique Oliveira Gomes
Márcia Cunha Da Silva Pellense

RESUMO: As Lesões Por Pressão (LPPs) são alterações causadas na pele sobre proeminência óssea. São de causas multifatoriais acarretadas por cisalhamento, nutrição, idade e restrição ao leito. É um problema de saúde pública e vem preocupando a assistência de enfermagem na oferta de medidas preventivas. Nesse sentido, o estudo tem por objetivo discutir, com base na literatura científica, o papel da assistência de enfermagem enfatizando as medidas preventivas nos cuidados assistenciais a esses pacientes. Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, referente à assistência de enfermagem na prevenção de lesão por pressão, a partir da busca de dados na biblioteca virtual de saúde (BVS), com as seguintes bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a Scientific Electronic Library Online (SCIELO), no mês de maio de 2019. A amostra foi composta por 6 artigos que responderam à questão de pesquisa proposta. Os resultados apontam que as lesões por pressão são evitáveis e que compete à equipe de enfermagem avaliar o estado da pele, e identificar a presença de sinais e sintomas característicos. Conclui-se que as ações de enfermagem têm efetividade na prevenção das lesões e a equipe a competência necessária para tal, desde que obtenha conhecimento contínuo. Contudo é notório que o déficit de conhecimento dos profissionais de enfermagem se torna um óbice para o desenvolvimento de medidas eficientes e de uma assistência qualificada.

Palavras-chave: Enfermagem. Lesão por Pressão. Prevenção Primária.

INTRODUÇÃO: As lesões por pressão (LPPs) são alterações na pele ou tecidos moles subjacentes, é um dano que se adquire sobre proeminência óssea causada pela pressão não aliviada ou cisalhamento, pode se apresentar em pele íntegra ou na forma de úlcera aberta, podendo ser dolorosa. Acomete os tecidos por apresentar o fluxo sanguíneo diminuído no local, causando isquemia ou necrose tecidual. A lesão pode ocorrer de duas formas primária ou secundária, a primária acontece por cisalhamento, pressão isolada e atrito, a secundária por fatores como nutrição, psicossocial e idade (SANTOS; ZAGONEL; SANCHES; RIBEIRO; GARBELINI; 2018). A LPP se tornou uma preocupação constante na saúde pública, sua relevância vem enfatizando uma problemática fora do comum. Está atribuída aos transtornos físicos, emocionais, afetando principalmente o psicossocial. Acometem mais os pacientes de risco, doentes crônicos sejam de procedência domiciliar ou hospitalar. Os pacientes com restrição ao leito estão mais susceptíveis a desenvolver a LPP, pois passam por um longo período deitado sem realizar os movimentos necessários, com o passar dos dias apresentam limitações aos movimentos, que acaba prologando seu tempo de internação e de recuperação expondo ao risco de complicações por infecção (BARBOSA; BECCARIA; POLETTI; 2014). Durante o processo de hospitalização a equipe de enfermagem deve viabilizar a assistência ao paciente e intervir no desenvolvimento de uma lesão por

pressão, pois o custo do tratamento hospitalar se torna alto e trás danos temporário e /ou permanente a saúde física, emocional e psicossocial. São considerados danos o desconforto, dores e lesões graves na pele ou tecidos. Vale destacar a sistematização dos cuidados de enfermagem principalmente na avaliação de risco, inspeção diária, com ênfase nas práticas assistenciais que são investigadas no horário do banho ou nas massagens de conforto (SOARES; HEIDEMANN; 2018). Os cuidados das LPPs exigem a união entre profissionais de saúde, com maior ênfase na assistência de enfermagem e contribuição da família, que auxiliam no cuidado ao paciente hospitalizado ou no domicílio. O Ministério da Saúde instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente, cujas ações envolvem a promoção de segurança e melhor assistência na qualidade dos serviços de saúde. Com condutas de análise, avaliação do controle de risco que afeta a segurança, saúde, integridade pessoal. A importância do conhecimento da assistência de enfermagem a cerca das medidas de prevenção da lesão por pressão, tem como eliminar agravos físicos e emocionais do paciente. As técnicas usadas entre a equipe são: mudança de decúbito, hidratação da pele com óleo de girassol e hidratantes, colchão caixa de ovo, uso de coxins, massagem e uso de luvas com água. As equipes possuem conhecimento de práticas recomendadas, mas com a necessidade de incorporar novos conhecimentos tecnológicos e alternativas disponíveis para utilização em suas práticas (OLKOSKI; ASSIS; 2016). Diante disso, o estudo pretende responder a seguinte questão norteadora: Qual o papel da assistência de enfermagem na prevenção de LPP? Dessa forma, o estudo tem por objetivo discutir, com base na literatura científica, o papel da assistência de enfermagem na LPP, enfatizando as medidas preventivas nos cuidados assistenciais a esses pacientes. Ao abordar o assunto, se espera que o estudo possa contribuir para a ampliação de mais publicações sobre o tema sirva de subsídio teórico na área. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa (RI), referente a assistência de enfermagem na prevenção de lesão por pressão. Este método permite analisar a literatura buscando os estudos em periódicos já publicados. A busca dos artigos ocorreu no período de maio de 2019, na Biblioteca Virtual de Saúde, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e a Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Durante o levantamento de dados obteve-se, inicialmente, 3.514 publicações. Ao se utilizar o operador booleano AND se obteve 675 artigos. Após a leitura dos resumos foram escolhidos 15 artigos que respondiam à questão de pesquisa. Após a leitura completa, foram selecionados 6 artigos para compor a RI. Os critérios de inclusão foram textos completos e de livre acesso, disponíveis em língua portuguesa que compartilhassem da temática e objetivo de estudo e que foram publicados nos últimos cinco anos. Foram excluídos os artigos duplicados em forma de resumo, carta ao editor e que não abordasse a temática. Para a busca dos estudos foram utilizados os seguintes descritores combinados com o operador booleano “AND”: Enfermagem, Lesão por Pressão e Prevenção Primária. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa. Os artigos foram organizados conforme o título do trabalho, ano de publicação e principais objetivos. A análise dos estudos deu-se por meio de leitura criteriosa de cada artigo e posterior discussão dos resultados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Inicialmente foram selecionados 15 artigos potencialmente relevantes, dos quais 10 apresentaram-se voltados para os cuidados de enfermagem na prevenção de lesão por pressão no âmbito hospitalar. Destes foram escolhidos 6

artigos para a revisão os quais estão dispostos no quadro abaixo por atenderem aos critérios de elegibilidade e temática do tema.

Quadro 1. Descrição dos artigos relacionados à assistência de enfermagem na prevenção da lesão por pressão definidos por título, periódico, ano, autoria, tipo de estudo e objetivos. Natal/RN, 2019.

TÍTULO DO ARTIGO	PERIÓDICO/ ANO PUBLICAÇÃO	AUTORES	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVOS
Conhecimentos dos profissionais de enfermagem sobre úlceras por pressão na clínica médica.	Revista Enfermagem UFPI 2014	MAURICIO, Aline Batista; CROSEWSKI, Nathalia Ingrid; LE MOS, Débora de Sousa; ROEHR S, Hellen; MEIER, Marineli Joaquim.	Descritivo de abordagem quantitativa	Identificar os conhecimentos que os profissionais de enfermagem possuem relacionados às medidas de prevenção, monitoramento e tratamento das úlceras por pressão na clínica médica.
Avaliação de risco de úlcera por pressão em UTI e assistência preventiva de enfermagem.	Revista de enfermagem UERJ 2016	BARBOSA, Taís Pagliuco; BECCARIA, Lúcia Marinilza; POLETTI, Nádia Antônia Aparecida.	Estudo transversal prospectivo	Identificar os pacientes com risco de desenvolver úlcera por pressão (UPP) em unidade de terapia intensiva (UTI) por meio da Escala de Braden e relacionar esses escores com a assistência de enfermagem na sua prevenção
Aplicação de medidas de prevenção para úlceras por pressão pela equipe de enfermagem antes e após uma campanha Educativa.	Escola Anna Nery 2016	OLKOSKI, Elaine; ASSIS, Gisela Maria.	Exploratória descritiva com abordagem quantitativa.	Avaliar a efetividade de uma campanha para prevenção de úlcera por pressão em um hospital de ensino de Curitiba.
O papel do enfermeiro na prevenção, avaliação e tratamento Das lesões por pressão.	Revista gestão & saúde 2017	FAVRETO, Fernanda Janaína Lacerda; BETIOLLI, Susanne Elero; SILVA, Francine Bontorin; CAMPA, Adriana.	Revisão bibliográfica	Referente à atuação do enfermeiro no tocante das lesões por pressão devido à complexidade da avaliação, tratamento e prevenção.

Prevenção de úlceras por pressão: avaliação do conhecimento dos Profissionais de enfermagem.	Revista Cogitare enfermagem 2015	ROCHA, Layrienne Emmanuely Silva et al.	Descritivo exploratório e de abordagem quantitativa.	Avaliação do conhecimento da equipe de enfermagem sobre medidas de prevenção de úlceras por pressão em adultos e idosos.
Promoção da saúde e prevenção da lesão por pressão: Expectativas do enfermeiro da atenção primária.	Revista texto e contexto enfermagem 2018	SOARES, Cilene Fernandes; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss.	Qualitativo Descritivo	Apresentar a aplicabilidade da escala de Braden na percepção dos enfermeiros da atenção primária, e identificar as medidas de Prevenção, e promoção da saúde de modo evitar o desenvolvimento da lesão por pressão.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Na análise dos resultados se constatou que a rede hospitalar apresenta ineficiência e eficácia na prevenção de lesão por pressão por parte dos profissionais de enfermagem. As equipes foram avaliadas sobre seus conhecimentos técnicos científicos acerca dos cuidados de enfermagem na promoção, proteção e recuperação. Foram encontradas falhas durante realização de medidas preventivas, déficit de conhecimento referente ao tema e nas atribuições exigidas, prevenção aos pacientes de risco, os erros na execução de procedimentos no preenchimento do prontuário, na avaliação de risco, na padronização dos horários de reposicionamento do paciente. Outro fator relevante para o estudo é a importância do enfermeiro na assistência, uma vez que a responsabilidade do cuidado e a prevenção das LPPs são de competência do enfermeiro e da equipe de enfermagem seja na atenção primária, rede hospitalar ou domiciliar (MAURICIO; CROSEWSKI; LEMOS; ROEHRS; MEIER; 2014). As LPPs são evitáveis e é de competência da equipe de enfermagem avaliar o estado da pele, aparecimento de eritema, realizar o monitoramento na mudança de decúbito e utilizar a escala de Braden corretamente. Cabe à equipe estabelecer assistência contínua e direta no foco de prevenir, intervir e auxiliar a família e ao paciente. Nesse sentido, são instituídas as políticas para amenizar o sofrimento e preservar a integridade da pele (OLKOSKI; ASSIS; 2016). Em abril de 2016, o órgão “National Pressure Ulcer Advisory Panel” (NPUAP), lançou novas diretrizes e substituiu o termo úlcera por pressão para lesão por pressão, o protocolo tem como objetivo classificar os estágios da lesão com clareza, facilitando o processo de prevenção em cada estágio. São classificadas como estágio I: pele íntegra com eritema localizado sobre proeminência óssea que não embranquece. Estágio II: apresenta perda parcial da derme, de coloração vermelha ou pálida, sem esfacelo, pode ter bolhas com exsudado. Estágio III: perda total de tecido pode apresentar gordura subcutânea sem exposição do osso, esfacelo, e tecido de granulação presente. Estágio IV: ocorre perda total de todos os tecidos subjacentes com ênfase na exposição óssea, músculo ou tendão, apresenta

esfacelo e túneis. A Lesão por pressão não classificável apresenta sinais como a perda da pele em sua total espessura do qual sua extensão não pode ser confirmada por está coberta de esfacelo ou escara. A Lesão tissular profunda apresenta pele íntegra ou prejudicada, tem áreas de descoloração de cores marrom, púrpura ou vermelha, não embranquecidas, suas bolhas são com exsudato sanguinolento (FAVRETO; BETIOLLI; CAMPA; 2017). Nesse cenário, a escala de Braden se tornou uma ferramenta bastante utilizada na prevenção de lesão por pressão, estudos revelam sua confiabilidade e utilidade, pois permitem a padronização na avaliação e na documentação do risco para LPP. Contudo os estudos mostram que essa ferramenta ainda é pouco utilizada entre os profissionais que não possuem a devida competência (BARBOSA; BECCARIA; POLETTI; 2014). Saber utilizar a escala de Braden corretamente diminui a variante na avaliação entre o enfermeiro e equipe, porém é necessário adquirir conhecimento inicial e capacitação contínua entre os profissionais de enfermagem, estas medidas visam à correção das diferenças evitando os erros nos escores e nas condutas. Mas para isso acontecer de forma clara e objetiva é preciso que os enfermeiros tenham a qualificação necessária para interpretar os resultados (BARBOSA; BECCARIA; POLETTI; 2014). Outro fator relevante que favorece as ações de prevenção por parte dos profissionais de enfermagem é a visibilidade em impedir o fator desencadeante da lesão, a prevenção tem seu valor benéfico, atuando para reduzir a mortalidade e morbidade. A escala de Braden se torna uma grande ferramenta, principalmente no meio acadêmico pois apresenta embasamento científico suficiente, justifica e direciona as ações de enfermagem, contribuindo para os a melhoria do cuidado prestado (ROCHA et al, 2015). Ressalta-se que a assistência de enfermagem é considerada na literatura como um fator singular de maior importância para a prevenção, pois se utiliza diariamente do cuidado, mudança de posição corporal, alívio nos pontos de maiores pressão. Além dela, o processo de enfermagem também auxilia nesses cuidados. Quando implementado pela equipe de forma contínua as lesões são evitadas. Nesse sentido, é necessário que a assistência de enfermagem, estabeleça metas, utilize o relógio de monitoramento na mudança de decúbito, são medidas preventivas que evitam o surgimento de novas lesões (OLKOSKI; ASSIS; 2016). No Brasil, os dados epidemiológicos ainda são desconhecidos. Não se tem registrado ao certo os dados estatísticos sobre a incidência e prevalência das lesões. Esses dados são de fundamental relevância para a saúde pública. A ausência de registros impossibilita mensurar e desenvolver a nível nacional, políticas de saúde voltadas a esse contexto. Salienta-se ainda que o surgimento de novos casos reflete no planejamento dos gastos públicos votados à saúde e indubitavelmente afeta a qualidade de vida da população (FAVRETO; BETIOLLI; CAMPA; 2017). **CONCLUSÃO:** Ao término do estudo se conclui que a assistência de enfermagem tem efetividade e a competência necessária para prevenir a Lesão por pressão se obtiver conhecimento contínuo. É notório que o déficit de conhecimento ainda se torna um óbice para uma assistência de qualidade. Outro fator relevante é que os profissionais que apresentam conhecimentos técnico-científicos não executam suas habilidades e competência como deveriam exercer. O sistema de saúde apresenta falhas que precisam ser corrigidas. As medidas preventivas não se tornam preventivas e acabam acarretando outros problemas devido a assistência ineficaz. Atualmente se percebe que são poucos os profissionais especializados na área. Como já mencionado, a LPP é um problema de saúde pública bastante recorrente principalmente em leitos hospitalares. Os idosos, pacientes restritos ao leito estão mais susceptíveis a desenvolver esta patologia,

devido ao tempo que ficam expostos em uma única posição, sem monitoramento na mudança de decúbito e propensos ao cisalhamento e pressão não aliviada. Sabe-se que a LPP pode acometer o paciente de forma multifatorial. Nesse sentido, fica a cargo da equipe de enfermagem o monitoramento e as intervenções que devem ser tomadas em cada um dos casos, para que o índice venha a diminuir, tendo em vista que as consequências muitas vezes são permanentes. Por fim, acredita-se que com medidas eficientes, que proporcionem atenção humanizada, é possível evitar o sofrimento desnecessário que este tipo de lesão pode trazer. Diante disso, fica evidente que a equipe de enfermagem tem papel fundamental no atendimento integral e alívio do sofrimento desses pacientes.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Taís Pagliuco; BECCARIA, Lúcia Marinilza; POLETTI, Nádia Antônia Aparecida. Avaliação do risco de úlcera por pressão em UTI e assistência preventiva de enfermagem. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, V.22, n. 3, p.353 – 358, Mai/Jun, 2014. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v22n3/v22n3a10.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

FAVRETO, Fernanda Janaína Lacerda; BETIOLLI, Susanne Elero; BETIOLLI, Francine Bontorin; CAMPA, Adriana. O papel do enfermeiro na prevenção, avaliação e tratamento das lesões por pressão. **Revista Gestão em Saúde**, v. 17, n. 2, p. 37 - 47, 2017. Disponível em: <http://www.herrero.com.br/files/revista/filea2aa9e889071e2802a49296ce895310b.pdf>. Acesso em: 20/05/2019.

MAURICIO; Aline Batista, CROSEWSKI; Nathalia Ingrid, LEMOS; Débora de Sousa, ROEHRS, Hellen; MEIER, Marineli Joaquim. Conhecimentos dos profissionais de enfermagem sobre úlceras por Pressão na Clínica Médica. **Revista de Enfermagem UFPI**, Piauí, v.3, n.3, p. 5-11, jul.-set., 2014. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/1773/pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

OLKOSKI, Elaine; ASSIS, Gisela Maria. Aplicação de medidas de prevenção para úlceras por pressão pela equipe de enfermagem antes e após uma campanha educativa. **Escola Anna Nery**, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 363 - 369, Abr/Jun, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n2/1414-8145-ean-20-02-0363.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

ROCHA, Layriane Emmanuely Silva; RUAS, Edna de Freitas Gomes; SANTOS, Jaciara Aparecida Dias; LIMA, Cássio de Almeida; CARNEIRO, Jair Almeida; COSTA, Fernanda Marques. Prevenção de úlceras por pressão: avaliação do conhecimento dos profissionais de enfermagem. **Revista Cogitare de Enfermagem**, Curitiba, v.20, n.3, p. 596-604, jul./set., 2015. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/41750>. Acesso em: 20 maio 2019.

SANTOS, Rosenilda Rodrigues; ZAGONEL, Ivete Palmira Sanson; SANCHES, Leide da Conceição; RIBEIRO, Elaine Rossi; GARBELINDI, Maria Cecília da Lozzo. Educação em saúde: Conhecimento dos enfermeiros para prevenção da lesão por pressão no domicílio. **Revista espaço para a saúde**, Curitiba, v.19, n. 2, p. 54 - 63,

dez, 2018. Disponível em: http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/03/981816/5-educacao-em-saude_612-1070-1-ed2.pdf. Acesso em: 21 maio 2019.

SOARES, Cilene Fernandes; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss. Expectativas do enfermeiro da atenção primária. **Promoção da saúde e prevenção da lesão por pressão. Revista texto e contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n.2, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072018000200301&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 maio 2019.

FATORES DE ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

AUTORAS:

Yndhana Cecilia da Silva
Alana Ferreira de Lemos
Sterfanine Karliane Lisboa de Araújo
Estela Souza dos Santos
Márcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: O objetivo do estudo é enfatizar os fatores de adoecimento do profissional de enfermagem e elencar ações para minimizar os riscos à saúde. Trata-se de revisão integrativa do tipo descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) em maio de 2019. Foram incluídos os artigos publicados entre os anos de 2012 e 2019 em português. Foram excluídos os artigos em outras línguas, e que não respondiam à pergunta norteadora. Encontrados inicialmente 18 artigos, onde 10 respondiam à pergunta de pesquisa. Para a busca dos estudos foram utilizados os descritores: saúde do trabalhador, ações e enfermagem do trabalho, usado como operador booleano AND. Os resultados demonstram que o ambiente de trabalho é um fator de risco para o adoecimento, onde o profissional lida com fluidos orgânicos, substâncias químicas e térmicas, ambiente confinado, rotinas exaustivas, recursos insuficientes, e outros. Conclui-se que os fatores de adoecimento são diversos e elaborar programas que incluam a promoção, proteção e recuperação da saúde de forma coletiva e individualizada, são necessários para promover saúde aos trabalhadores da equipe.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Adoecimento. Enfermagem do trabalho.

INTRODUÇÃO: Partindo da ideia central de que o ato de trabalhar gera modificações nas condições de viver, adoecer e morrer dos seres humanos, entende-se que o trabalho pode ser considerado um dos principais determinantes sociais que impactam a saúde do cidadão. Por isso, as políticas de saúde do trabalhador devem ter como foco a promoção da saúde, prevenção de agravos e de exposição ao risco ou danos e suas consequências (ROLOFF *et al.*, 2016). No âmbito do saber, a compreensão das relações entre o homem e o trabalho é de fundamental importância, visto que o processo saúde/doença é dinâmico e minunciosamente bem articulado, com o modelo da produção da atual humanidade (OLIVEIRA; MOREIRA; SANTIAGO, 2014). Ao longo do tempo as mudanças que se deram no mundo do trabalho, exigiram mais dos serviços de saúde. Dessa forma, foi necessário que as ações nessa área contemplassem políticas de saúde e segurança no trabalho de forma mais resolutiva (COSSI; MEDEIROS; COSTA, 2017). Nesse aspecto, houve a necessidade de se criar políticas que resguardassem os direitos dos trabalhadores em relação ao cuidado com a saúde em seus ambientes de trabalho. Essa proteção à saúde dos trabalhadores da saúde nos ambientes de trabalho é assegurada pela Portaria do Ministério do Trabalho nº 1.748 de 2011, de 31 de agosto de 2011, a qual dispõe sobre Institui o Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com Materiais Perfurocortantes e altera a Norma Regulamentadora nº 32, que trata da segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde (JULIO; FILARDI; MARZIALE, 2014). De acordo com a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, entende-se por saúde do trabalhador como um conjunto de atividades que visa a promoção e proteção dos trabalhadores, por meio

de diversas ações entre as quais estão as ações de vigilância epidemiológica e sanitária, compreendidas pelas investigações dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho e dos agravos decorrentes; assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho (BRASIL, 1990). Por volta dos anos 90, ocorreram transformações significativas nos postos de trabalho, nas organizações e na prestação de assistência de enfermagem, que passou a priorizar o ser humano como trabalhador, a qualidade de vida no trabalho e a saúde e segurança no ambiente laboral. A inclusão da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS) considera a perspectiva epidemiológica das condições de trabalho às quais o trabalhador está submetido no seu ambiente e processo de trabalho. Não se limita a atender o acidentado individualmente, mas busca quantificar o número de pessoas expostas aos riscos e buscar mudanças dessas condições de trabalho. (COSSI; MEDEIROS; COSTA, 2017). Considerando que os trabalhadores de enfermagem estão inseridos na sociedade para prestar assistência à saúde, é essencial que o mesmo também esteja saudável para exercer suas atividades. A saúde enquanto patrimônio do trabalhador é condição essencial e fundamental para o convívio social indissociável do trabalho, ferramenta primeira no desenvolvimento das relações de trabalho (RODRIGUES; *et al.*, 2012). A prestação do cuidado ofertado pela enfermagem é fundamental, uma vez que se entende que saúde é muito mais do que um completo bem-estar físico, mental e social, para a saúde do sujeito, visto que nela está exposta toda carga de desgaste que o meio pode vir a lhe acometer (OLIVEIRA, MOREIRA; SANTIAGO, 2014). Nesse contexto os trabalhadores de enfermagem estão intrinsecamente imbricados. As ações de enfermagem consistem em prestar cuidados por meio de prevenção e proteção, tendo o usuário/profissional como personagem central. Um dos fatores que propiciaram o adoecimento dos profissionais foi o advento da tecnologia que veio aumentando os agravos e sofrimento. Por isso, a política em saúde do trabalhador tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e da saúde na busca de aperfeiçoar uma atenção integral (ESPINDOLA; FONTANA, 2012). Percebendo todas as modificações ao longo do tempo relacionadas a saúde e ao trabalho, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os fatores contribuintes para o processo de adoecimento dos profissionais da enfermagem? Tendo em vista a importância da promoção da saúde do profissional de enfermagem, o estudo tem por objetivo identificar os fatores de riscos que levam ao processo de adoecimento dos profissionais de enfermagem.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa (RI) do tipo descritiva, com abordagem qualitativa. Para construção desta revisão literária foram utilizadas as seguintes etapas: 1) identificação do tema/problema; 2) busca dos artigos; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação de resultados; 6) síntese dos conhecimentos. A coleta de dados foi obtida através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Banco de Dados da Enfermagem (BDENF). Visando uma melhor relação entre os achados, foram utilizados os descritores em ciência da saúde (DeCS): saúde do trabalhador; ações; enfermagem do trabalho, combinados com o operador booleano AND. A busca foi realizada no mês de maio de 2019, cuja pesquisa inicial resultou em 18 artigos, os quais foram lidos na íntegra. Para compor essa RI, foram selecionados 10 estudos que respondiam adequadamente à questão de pesquisa. Adotou-se como critérios de inclusão: artigo em português de todas as categorias, publicados entre 2012 e 2019 em âmbito nacional, que abordassem o assunto e

correspondessem a questão de pesquisa. Foram excluídos: artigos em idiomas inglês e espanhol, também com publicação inferior a 2012 e artigos que não atendessem a questão de pesquisa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para seleção dos resultados foi aplicado ainda o seguinte método de abordagem: escolha do tema, pergunta norteadora, levantamento da hipótese, análise dos achados sendo (título, ano de publicação e enfoque no tema no qual abordamos ao logo desse estudo), cruzamento das respostas para interpretação dos resultados, os quais estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1. Caracterização dos estudos selecionados, conforme autoria, ano de publicação, periódico e título.

AUTORES	ANO	PERIÓDICO	TÍTULO
RODRIGUES, A.M.S; <i>et al.</i>	2012	Revista Pesquisa Cuidado Fundamental <i>Online.</i>	O impacto das condições e jornada de trabalho na saúde dos trabalhadores de enfermagem.
SANTOS, A.P; LACAZ, F.A.O.C.	2012	Ciência & Saúde Coletiva	Apoio matricial em saúde do trabalhador: tecendo redes na atenção básica do SUS, o caso de amparo/sp. Ciência & saúde coletiva.
ESPINDOLA, M.C.G; FONTANA, R.T.	2012	Revista Gaúcha Enfermagem	Riscos ocupacionais e mecanismo de autocuidado do trabalhador de um centro de material de esterilização.
VILELA, R. A. de G.; ALMEIDA, I. M. de; MENDES, R. W. B.	2012	Ciência & Saúde Coletiva	Da vigilância para prevenção de acidentes de trabalho: contribuição da ergonomia da atividade.
OLIVEIRA, D.C; MOREIRA, T.M.M; SANTIAGO, J.C.S.	2014	Revista Enfermagem UFPE <i>Online.</i>	Ações de cuidado de enfermagem à saúde do trabalhador: revisão integrativa.
JULIO, R. S., FILARDI, M. B. S., MARZIALE, M. H. P.	2014	Revista Brasileira de Enfermagem	Acidentes de trabalho com material biológico ocorridos em municípios de Minas Gerais.
ROLOFF, D.I.T.	2016	Revista Brasileira de Enfermagem	Enfermeiro do trabalho: experiência interdisciplinar em saúde do trabalhador.
CARVALHO, D.P; <i>et al.</i>	2017	Cogitare Enfermagem	Cargas de trabalho e a saúde do trabalhador de enfermagem: revisão integrativa.
COSSI, M.S; MEDEIROS,	2017	Revista de APS	Concepção dos enfermeiros sobre a saúde do trabalhador.

S.M; COSTA, R.R.O.			
-----------------------	--	--	--

Fonte: Autoria própria, 2019.

Entende-se o ambiente de trabalho como fator de risco, uma vez que o profissional lida com fluidos orgânicos, calor, substâncias químicas e térmicas de desinfecção, esterilização, em ambiente confinado, sob rotinas monótonas e/ou exaustivas e em muitas vezes com recursos de materiais e humanos insuficientes. Por vezes vivendo em rotinas de dupla jornada em busca de melhores condições financeiras, diminuindo sua qualidade de vida social entre amigos e familiares, vivendo também o descuido de si mesmo, sem tempo para práticas, como por exemplos de atividades físicas, ou momentos de lazer, o que também pode ocasionar sofrimento e adoecimento (CARVALHO *et al.*, 2017). Em sua maioria o sujeito está condicionado em suas horas de folga a cuidar da casa ou dedicando-se a outro trabalho, indo ao encontro à sobrecarga física e psicológica (ESPINDOLA; FONTANA, 2012). Verifica-se que a rotina exaustiva de trabalho tanto do enfermeiro quanto de técnicos e auxiliares de enfermagem, somada ao acúmulo de empregos tem contribuído para o afastamento das atribuições deste profissional. Refletindo na assistência prestada por ele, gerando inúmeros problemas com a equipe de enfermagem, como por exemplo: atraso do profissional ao deixar uma instituição e ir para outra, a fim de dar continuidade à jornada de trabalho. Esses eventos estressantes e esgotantes tornam os profissionais de enfermagem indiferentes, apáticos, cansados e desmotivados gerando conflitos intrínsecos e insatisfações. (RODRIGUES *et al.*, 2012). O profissional de enfermagem deve estar ciente de que, na condição de acometimento da sua saúde, seja física ou psíquica, deve recorrer à ajuda do profissional capacitado, evitando maiores transtornos à saúde e inclusive as práticas de automedicação. Dessa forma, contribuirá para a promoção da sua saúde e evitará o descuido de si. Para tais necessidades pode-se buscar o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) (RODRIGUES *et al.*, 2012). O CEREST recebe demanda provenientes de encaminhamento da unidade básica de saúde do município, policlínicas, pronto atendimento e hospitais privados ou públicos, sindicatos, ONGs e do próprio trabalhador vindo de forma espontânea. Oferece atendimento clínico individual em medicina, enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, atividades com grupos que sofrem assédio moral, adoecimento de lesão por esforço repetitivo (LER), problemas de coluna e grupos com práticas alternativas de saúde (SANTOS; LACAZ, 2012). Ainda de acordo com os autores os desafios encontrados para minimizar os fatores de adoecimento entre os profissionais é a sobrecarga de trabalho, rotatividade dos profissionais, e a subnotificação dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho no Sistema Nacional de Agravos e Notificações-SINAN. Observou-se ainda ao longo dos estudos o baixo índice de participação dos enfermeiros nas ações de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, com atuação limitada a atividades educativas como palestras, diálogos de saúde, cartazes e folders. Tendo participação em ações de fiscalização e vigilância no ambiente de trabalho, porém, somente após queixa, ocorrência de fatos ou por meio de programas de fiscalização de trabalhadores (ROLOFF *et al.*, 2016). A pesquisa evidenciou a necessidade de ações de incentivo para o uso correto de todos os equipamentos de proteção individual indicados para o procedimento e da imunização como forte aliado para diminuir doenças por contaminação com material biológico (JULIO; FILARDI; MARZIALE, 2014). Autores

como Vilela; Almeida; Mendes (2012) ressaltam sobre a necessidade de realizar a vigilância através da investigação do processo e da organização do trabalho. Não só isso como também fala ainda que as normas regulamentadoras sejam usadas como referência para regular as condições de trabalho e prevenir os riscos de danos à saúde do trabalhador. **CONCLUSÃO:** A arte do trabalho é sem dúvida, essencial ao ser humano no seu âmbito social, econômico e cultural. Em virtude da pouca valorização, sobrecarga, e algumas vezes, árduas condições de trabalho vivenciado pelos profissionais da classe de enfermagem, existe reflexo de forma negativa onde acabam por desencadear o desgaste físico, psicológicos, processos patológicos e a desmotivação destes profissionais. Levando-o claramente ao adoecimento ocupacional. A saúde é um bem que deve ser garantido a todos, em destaque para aqueles que prestam de forma direta assistência de saúde a outros. É importante que eles estejam saudáveis para assim ter condições de desenvolver seu trabalho de forma eficaz. Nesse sentido, a prevenção e a tentativa de controlar esses desgastes e agravos são fundamentais para garantir melhor qualidade de vida desses profissionais e maiores desempenhos em seu ambiente de trabalho. Assim acredita-se que há necessidade de se implementar programas de saúde que incluam cada vez mais a promoção, proteção e recuperação de saúde para os trabalhadores de forma individual e coletiva, de acordo com suas particularidades. Nesse contexto, cabe aos gestores dos serviços e a própria enfermagem promover ações de saúde aos participantes de sua equipe. Essas ações podem ser desenvolvidas em parceria com equipes multidisciplinares envolvendo demais profissionais como: fisioterapeutas, psicólogos, educador, entre outros. Dessa forma, estará se garantido o direito constitucional de saúde, como direito de todos e dever do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 20, 1990. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 25 maio 2019.

CARVALHO, D.P. *et al.* Cargas de trabalho e a saúde do trabalhador de enfermagem: revisão integrativa. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v.22, n.1, p.01-11. Jan./mar.2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v22i1.46569>. Acesso em: 02 maio 2019.

COSSI, M.S; MEDEIROS, S.M; COSTA, R.R.O. Concepção dos enfermeiros sobre a saúde do trabalhador. **Revista APS**, Juiz de Fora, v.20, n.1, p.40-46 jan/mar. 2017. Disponível em: <https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/2849>. Acesso em: 02 maio 2019.

ESPINDOLA, M.C.G; FONTANA, R.T. Riscos ocupacionais e mecanismo de autocuidado do trabalhador de um centro de material de esterilização. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v.33, n.1, p,116-123. mar. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/18636>. Acesso em: 30 maio 2019.

JULIO, R. S., FILARDI, M. B. S., MARZIALE, M. H. P. Acidentes de trabalho com material biológico ocorridos em municípios de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.67, n.1, p.119-126. 2014 Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2670/267030130016.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

OLIVEIRA, D.C; MOREIRA, T.M.M; SANTIAGO, J.C.S. Ações de cuidado de enfermagem à saúde do trabalhador: revisão integrativa. **Revista Enfermagem UFPE Online**, Recife, v.8, n.4, p.1072-1080. abr. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/VIP/Downloads/9780-18300-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

RODRIGUES, A.M.S; *et al.* O impacto das condições e jornada de trabalho na saúde dos trabalhadores de enfermagem. **Revista Cuidado Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p. 2867-2873. Out/Dez. 2012. Disponível em: www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/13/pdf_627. Acesso em 02 de maio 2019.

ROLOFF, D.I.T; *et al.* Enfermeiro do trabalho: experiência interdisciplinar em saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.69, n.5, p.879-905. Set/out. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309382846_Enfermeiros_do_trabalho_experiencia_interdisciplinar_em_saude_do_trabalhador. Acesso em: 30 maio 2019.

SANTOS, A.P; LACAZ, F.A.O.C. Apoio matricial em saúde do trabalhador: tecendo redes na atenção básica do SUS, o caso de amparo/sp. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.17. n.5. p.1431-1150. maio. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63023350008>. Acesso em: 30 maio 2019.

VILELA, R. A. de G.; ALMEIDA, I. M. de; MENDES, R. W. B. Da vigilância para prevenção de acidentes de trabalho: contribuição da ergonomia da atividade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 2817-2830, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2012.v17n10/2817-2830/pt/>. Acesso em: 25 maio 2019.

A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO EM IDENTIFICAR A HIPERTERMIA MALIGNA

AUTORES:

Yndhana Cecilia da Silva
Alana Ferreira de Lemos
Wendell Batista Medeiros da Silva
Estela Souza dos Santos
Andressa Mônica Gomes Fernandes

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo discorrer sobre a importância da identificação da hipertermia maligna (HM), pelo enfermeiro, e ressaltar a necessidade de conhecer a fisiopatologia e o manejo adequado. Trata-se de revisão integrativa do tipo descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) em setembro de 2019. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados entre os anos de 2015 e 2019 em português. Para exclusão: artigos em outras línguas, e que não satisfaziam as necessidades da pesquisa. Logrado de 6 artigos na pesquisa. Descritores utilizados na busca: Cuidados de enfermagem; cuidados prestados e hipertermia maligna. É exposta nos achados a relevância da identificação da HM. Podendo manifestar-se na sala operatória, pós-operatórios imediatos ou nas salas de recuperações pós-anestésicas. Conclui-se que é um desafio para o enfermeiro reconhecer o quadro de hipertermia maligna comprometendo assim a assistência prestada por toda a equipe, sendo este um conhecimento imprescindível para a sobrevivência do paciente.

Palavras-chave: Cuidados de enfermagem. Cuidados prestados. Hipertermia maligna.

INTRODUÇÃO: A hipertermia maligna (HM) é descrita por Denborough e Lovell como sendo uma doença fármaco genética de herança autossômica dominante, que causa uma reação hipermetabólica devido alguns anestésicos inalatórios e relaxantes musculares despolarizantes. Por ser uma doença hereditária pode haver dentro na mesma família indivíduos predispostos a desenvolver a doença e outros que nunca virão a desenvolvê-la. Segundo Sousa *et al.*, (2015) as crises podem ser típicas, elas podem apresentar um aumento da frequência cardíaca (taquicardia), taquipneia, hipercarbica (aumento dos níveis de CO₂ no sangue arterial), rigidez muscular, hipertermia, acidose metabólica e rhabdomiólise (síndrome de destruição do músculo esquelético) podendo se apresentar de forma fulminante ou atípica. Para Titato e Carvalho (2017) a equipe que acompanha o paciente durante o procedimento cirúrgico deve ficar atenta aos sinais que o paciente desenvolve, como por exemplo: pele cianótica; sudorese e aumento da temperatura corporal; Para reconhecer a hipertermia maligna, tomar controle da situação e reverter o quadro, cessando a exposição ao agente causador e corrigindo as alterações do metabolismo. Segundo Sousa *et al.*, (2015) os profissionais devem passar por treinamentos e atualizações, simulando atendimento em situações de emergência de HM durante uma cirurgia, para atualizar seus conhecimentos e poder executar os procedimentos com segurança, e assim possam garantir o bem estar do paciente cirúrgico. Diante do que estamos vivenciando nos dias atuais, é cada vez mais comum vermos as pessoas sendo submetidas a cirurgias seja por motivos que realmente precisam ou apenas para fins estéticos, e para cada procedimento vão

sendo expostas a alguns dos agentes que desencadeiam a doença, somando a necessidade e preocupados com o bem estar do paciente em estado cirúrgico. Este estudo tem por objetivo discorrer sobre a importância do enfermeiro em identificar a hipertermia maligna. **METODOLOGIA:** Este estudo Trata-se de revisão integrativa do tipo descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) em setembro de 2019. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados entre os anos de 2015 e 2019 em português. E como critérios de exclusão: artigos diferentes da língua portuguesa, e que não satisfaziam as necessidades da pesquisa. Logrado de 6 artigos na pesquisa. A busca compreendeu-se a base de dados virtual SCIELO, BVS e CAPES PERIODICO, foram utilizadas como descritores na busca as palavras chaves: cuidados de enfermagem; cuidados prestados; hipertermia maligna. Foram encontrados 760 artigos, com base nos critérios de inclusão e exclusão foram pré-selecionados 6 estudos das bases de dados supracitadas. Procedeu-se então à leitura na íntegra dos trabalhos pré-selecionados, o que resultou em 5 publicações (artigos e monografias), que compõem a presente revisão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Para seleção dos resultados foi aplicado o seguinte método de abordagem: escolha do tema e análise dos achados sendo (título, ano de publicação, objetivo e principais conclusões ao longo das buscas para o estudo), cruzamento para interpretação dos resultados, que estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1. Distribuição dos dados analisados por base de dados, ano de publicação, autores e título, objetivos e principais conclusões.

BASE DE DADOS	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORES E TÍTULOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
sciencedirect	1962	DENBOROUGH, M. A, FORSTER, J. F, LOVELL, R. RI. VILLIERS. Anaesthetic deaths in a family.	Investigar obitos de 10 membros de uma mesma família após terem sido expostos a anestesia geral para procedimentos cirurgicos.	Observado que um gene dominante causava a anomalia após um membro da família ter sobrevivido a um procedimento cirurgico.
SCIELO	2015	SOUSA C. S, et al. Intervenção educativa sobre hipertermia maligna com profissionais de enfermagem do centro cirúrgico	Avaliar a eficácia de uma intervenção educacional sobre doenças malignas da hipertermia com enfermeiros da sala de cirurgia	A intervenção educacional favorece o conceito do conteúdo desenvolvido por todos e qualifica profissionais para trabalhar com segurança
		TITATO, S. M. M; CARVALHO,	Verificar o conhecimento da equipe de	Os profissionais demonstraram conhecimento razoável sobre

BVS	2017	R. Hipertermia maligna no centro cirúrgico: A equipe de enfermagem sabe reconhecer e intervir?	enfermagem do bloco cirúrgico sobre diagnóstico e tratamento da hipertermia maligna	hipertermia maligna, evidenciando mais de 50,0% de acertos.
sciencedirect	2018	SILVA, H.C, <i>et al.</i> Anestesia durante biópsia muscular para teste de suscetibilidade à hipertermia maligna.	Verificar características e segurança da anestesia com agentes não desencadeantes, na biópsia muscular em pacientes suscetível à HM, e comparar bloqueios de nervos periféricos e anestésias subaracnóideas.	Anestesia com agentes não desencadeantes mostrou-se segura em pacientes suscetíveis à HM. Variáveis como idade, peso e antecedente de aumento idiopático de creatinoquinase podem ser úteis para selecionar a técnica anestésica.
SCIELO	2019	SILVA HC, <i>et al.</i> Perfil dos relatos de suscetibilidade à hipertermia maligna confirmados com teste de contratura muscular no Brasil	Analisar os dados das fichas de notificação de HM que tiveram confirmação de forma a traçar o perfil dela no nosso meio, tendo em vista a variabilidade de apresentação da suscetibilidade à HM.	Crises de hipertermia maligna assemelharam-se às descritas em outros países, porém com frequência inferior à estimada no país.

Fonte: Autoria própria, 2019.

A anestesia geral é uma indução a inconsciência de forma reversível, onde permite que o paciente seja submetido a procedimentos cirúrgicos de forma segura e humanizada. Apesar de toda segurança que a anestesia oferta, o paciente não está livre de riscos e complicações. No geral as complicações oferecidas pela anestesia geral variam desde as menores onde não tem consequências de longo prazo, até as complicações que podem resultar em deficiência permanente. No entanto a mortalidade relacionada a esse procedimento é rara. Dentre as complicações que podem surgir em virtude da administração da anestesia inalatória esta a hipertermia maligna (SOUSA *et al.*, 2015). Para que o músculo funcione bem, existe a necessidade da liberação de acetilcolina, que é provocada por impulsos elétricos que estimulam o músculo esquelético a liberá-la. Uma vez liberada a acetilcolina se liga aos receptores localizados no músculo esquelético e estimula a liberação do cálcio Ca^{+2} , que é o responsável pela contração muscular. Para que tudo isso ocorra é necessário a ação da adenosina trifosfato (ATP). Desta forma temos um músculo

em bom funcionamento. No entanto, se houver exacerbado trabalho muscular, ocorrerá também um maior consumo de ATP o que leva o organismo a um estado de hipermetabolismo, com produção de dióxido de carbono (CO₂), hipoxemia sistêmica, acidose láctea, liberação de potássio (K) e destruição das células do músculo esquelético (TITATO; CARVALHO, 2017). O quadro da hipertermia maligna (HM) se dar primariamente em nível de transferência de CA⁺ da célula muscular do musculo esquelético. Mostrando assim que as pessoas susceptíveis a HM têm anormalidades genéticas nos receptores do músculo esquelético, levando ao acúmulo excessivo de cálcio (hipercalcêmica), como reação a exposição a agentes anestésicos inalatórios halogêneos (isoflurano, sevoflurano, desflurano, enflurano e o halotano) ou relaxantes musculares despolarizantes (succinilcolina) (SILVA *et al.*, 2019). Os primeiros sinais surgem ainda na sala de operações (SO) onde se pode visualizar: sangue escuro no campo cirúrgico, pele cianótica, sudorese e hipertermia do paciente, sendo este um sinal posterior que ocorre somente em 30% dos pacientes. Assim como também podem ser observados nos períodos de pós- operatório imediato ou nas salas de recuperações pós-anestésicas (SRPA). Os sinais primários são: concentração de cálcio iônico elevado; taquicardia; disritmia; taquieia; rabdomiolise; hipercapnia; acidose respiratória; rigidez do musculo masseter e rigidez generalizada da musculatura (TITATO; CARVALHO, 2017). A hipertermia maligna é mais comum em crianças e adultos jovens e raros em idosos. Com incidência de 1:15 mil anestésias aplicadas em crianças e 1:50 mil aplicadas em adultos, com mortalidade em torno de 10%. (TITATO; CARVALHO, 2017). Para diagnostico utiliza-se como padrão ouro a contratura muscular em resposta ao halotano-cafeina feito por biopsia muscular sob anestesia (SILVA *et al.*, 2019). O manejo fundamental para controlar a crise de HM é suspender a exposição aos agentes desencadeantes, substituindo-o por agentes seguros e corrigindo as alterações do metabolismo celular do CA⁺ com dantrolene sódico (relaxante muscular esquelético). Reconhecer a rápida evolução do quadro é de suma importância para um diagnóstico precoce, para prestar tratamento específico e para redução da taxa de mortalidade (TITATO; CARVALHO, 2017). A *Association PeriOperative Registered Nursing* (AORN) aborda um leque de temas sobre segurança do paciente com recomendações que são embasadas em evidências, por isso, recomenda que todos os profissionais que prestam assistência dentro do centro cirúrgico devem receber treinamento e realizar atividades de validação de competências aplicáveis as suas funções, para que tenham conhecimento e habilidade para tratar de maneira eficaz esse de tipo de event (SOUSA *et al.*, 2015). A realização da cirurgia segura é possível por meio de: Evitar o uso de anestésicos desencadeadores, monitorar temperatura central e os resultados de capnografia, dispor de dantrolene na SO e uma boa observação pós-anestésica (TITATO; CARVALHO, 2017). Portanto é de suma importância que o profissional de enfermagem que atua dentro do C.C tenha conhecimento sobre a fisiopatologia, complicações e formas de atendimento no ato da crise de hipertermia maligna, para que assim possam prestar uma assistência de qualidade (SOUSA *et al.*, 2015).

CONCLUSÃO: A partir da análise do conteúdo podemos perceber grandes desafios apontados pelas equipes cirúrgicas durante os procedimentos. Apesar de não ser um tema muito abordado, reconhecer uma hipertermia maligna é um grande desafio para enfermagem no que se refere a sua atuação, por falta de capacitação e implementações nos centros cirúrgicos de protocolos que norteiem a equipe quando se depararem com uma situação como essa, que é imprescindível para a sobrevivência do paciente. Cabe ao enfermeiro gerir uma equipe que esteja sempre

em busca de conhecimento científico, que não se limita ao conhecimento adquirido em suas experiências, visto que desafios acontecem todos os dias e no que concerne à vida, haverá situações que não dará tempo de pesquisar diante da intercorrência, como agir e gerenciar a equipe, mostrando assim a importância do conhecimento prévio, explicitando a enorme responsabilidade com a assistência e continuidade da vida. Portanto, é clara a necessidade de que toda equipe que presta assistência da sala operatória ao pós-operatório, tenham o conhecimento dos anestésicos que serão administrados e associados a outras drogas, da fisiologia, sinais e sintomas da HM, da atuação com os procedimentos necessários, bem como do manejo imediato para o tratamento e reversão do quadro.

REFERÊNCIAS

DENBOROUGH, M. A, FORSTER J.F, LOVELL R.RI. Anaesthetic deaths in a family. Br J Anaesth. **British Journal of Anaesthesia**, 1962; v.34. p 395-6. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007091217401656>. Acesso em: 01 set. 2019.

SILVA, H.C, *et al.* Anestesia durante biópsia muscular para teste de suscetibilidade à hipertermia maligna. **Rev. Bras. Anesthesiol.** 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0034709418304185> . Acesso em: 01 set. 2019.

SOUSA C. S, *et al.* Intervenção educativa sobre hipertermia maligna com profissionais de enfermagem do centro cirúrgico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** . v.49, n. 2, p.292-297. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49n2/pt_0080-6234-reeusp-49-02-0292 . Acesso em: 01 set. 2019.

TITATO, S. M. M; CARVALHO, R. Hipertermia maligna no centro cirúrgico: A equipe de enfermagem sabe reconhecer e intervir? **Rev. SOBECC**, São Paulo. abr./jun. v.22 n.2, p. 82-89. 2017. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/08/848192> . Acesso em: 01 set. 2019.

SILVA HC, *et al.* Perfil dos relatos de suscetibilidade à hipertermia maligna confirmados com teste de contratura muscular no Brasil. **Rev. Bras. Anesthesiol.** v.69, n.2, Campinas. mar./abr. 2019. Epub 25-abr-2019. Acesso em: 01 set. 2019.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.

AUTORES:

Ructhe Karoline Nascimento dos Santos

Fábio Claudiney da Costa Pereira

Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: O estudo tem por objetivo identificar, à luz da literatura, a atuação do enfermeiro na prevenção e assistência da gravidez na adolescência. Trata-se de estudo do tipo revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e maio do ano de 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Banco de Dados da Enfermagem (BDENF). A busca dos artigos foi realizada mediante os descritores: Gravidez na Adolescência; Cuidados de Enfermagem; Adolescência; Sexualidade. Os dados apontam que o enfermeiro tem o desafio de sensibilizar o público jovem sobre a sexualidade na fase da adolescência, abordando as principais consequências que essa nova condição pode acarretar. Para tanto, a qualificação permanente desse profissional é de fundamental importância. Além disso, conclui-se que o olhar investigativo do enfermeiro contribui para uma notória qualidade no atendimento ao público.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência. Cuidados de enfermagem. Sexualidade.

INTRODUÇÃO: A sexualidade é fundamental na construção da igualdade de gênero do ser humano, estando presente no processo do desenvolvimento da cidadania. Ela proporciona o amadurecimento da tomada de decisões, independência pessoal e responsabilidades, porém para algumas pessoas inicia-se de forma precoce, muitas vezes por fatores ambientais e socioeconômicos que podem influenciar diretamente esta fase tão significativa. Quando iniciada a fase sexual, o adolescente se torna suscetível a doenças, mudanças fisiológicas, físicas e psicológicas que, de fato são comuns para idade (MOREIRA *et al.*, 2008). Atualmente existe um déficit nas políticas voltadas ao atendimento especializado a estes indivíduos, que começa no seu ambiente familiar, onde na maioria das vezes por ignorância sobre o assunto ou receio, evita-se o diálogo por acreditar está incentivando a curiosidade do adolescente, porém isso acaba contribuindo para o aumento no índice de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência ao processo saúde doença. Por muitos anos a sexualidade era vista como um tabu, e falar sobre o assunto com os pais nunca foi simples, com isso muitos adolescentes viveram suas experiências sexuais de forma inconsequente, compartilharam suas experiências uns com os outros e com isso muitas adolescentes tiveram uma gravidez não planejada (MACEDO *et al.*, 2013). A gestação na adolescência muitas vezes é considerada de risco ou alto risco, tanto para mãe quanto para o feto, pois fisiologicamente o corpo pode estar sinalizando a maturação, mas o porte físico por vezes não acompanha tal desenvolvimento. O baixo peso ao nascer está ligado intrinsecamente a este tipo de puérpera, estudos mostram que partos em adolescentes aumentam o risco de pré-eclâmpsia, diabetes gestacional e hipertensão grave, podendo levar ao óbito da mãe e/ou do concepto (MACEDO; MIRANDA; PESSOA JÚNIOR; NOBREGA, 2013).

Nesse sentido, o acompanhamento da enfermagem é importante para auxiliar a gestante adolescente nessa nova fase de vida, pois há vários desafios a se vencer e, os enfermeiros podem desenvolver estratégias que auxiliam a manutenção da saúde tanto da mãe quanto a do concepto. Atualmente os primeiros cuidados para este público ocorrem na Unidade Básica de Saúde, localizada geralmente o mais próximo de sua residência, onde ela precisará ir periodicamente para se consultar e tratar suas dúvidas em relação a sua gestação, o crescimento do feto e todas as fases da gravidez até ao parto. Existe uma dificuldade em manter a assiduidade dessas mães nas consultas periódicas, assim como a orientação para os companheiros adolescentes haja vista a instabilidade que ocorre nas relações nesta fase da vida (SANTOS *et al.*, 2018). A confiança entre a população e o enfermeiro é fundamental, pois favorece o contato mais humanizado e direcionado as necessidades de cada um. O combate aos óbitos maternos ou neonatais em adolescente poderiam ser reduzidos com medidas simples e de baixo custeio, como momentos em uma unidade básica, com ilustrações sobre o assunto de forma didática, passando para a população alvo, informações básicas informando como manter uma rotina saudável evitando os riscos de óbitos em uma gestação (ARAÚJO *et al.*, 2015). Diante do exposto, o estudo busca responder a seguinte questão norteadora: como o Enfermeiro pode atuar para prevenir e minimizar as consequências da gravidez precoce? Para responder a esse questionamento, pretende-se com o estudo identificar, à luz da literatura, a atuação do enfermeiro na prevenção e assistência da gravidez na adolescência. Teve como motivação, a vivência de uma gravidez precoce de risco experienciada por uma das pesquisadoras, o que gerou a necessidade de orientação em medidas contraceptivas, na qual também foi afetada na ausência da assistência, de modo direto e indireto, pactuando o seu modo viver e agir, o que contribuiu para um aumento em seus anseios agravando a sua condição na gestação.

METODOLOGIA: Trata-se de estudo do tipo revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e maio do ano de 2019, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Banco de Dados da Enfermagem (BDENF). A busca dos artigos foi realizada mediante os descritores: Gravidez na Adolescência; Cuidados de Enfermagem; Adolescência; Sexualidade. Para o refinamento da busca combinou-se o operador booleano “AND” da seguinte forma: Gravidez na adolescência AND cuidados de enfermagem (508); Gravidez na adolescência AND Sexualidade (142); Cuidados de Enfermagem AND Sexualidade (459); Cuidados de Enfermagem AND Adolescente (15.152); Sexualidade AND Adolescente (785). Os critérios de inclusão eleitos foram: artigo científico com texto integral gratuito, disponíveis em português e espanhol, que responderam a temática escolhida. Como critérios de exclusão elegeram-se: cartas ao editor, e artigos duplicados tiveram uma tiveram apenas um considerado. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 16 artigos que respondiam a temática para compor a revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Em relação a sexualidade na adolescência os achados apontam que informações inadequadas de métodos evitáveis como “coito interrompido” e “tabelinha” contribuem para a experiência sexual com risco tanto para uma gravidez não planejada, quanto para uma possível contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (SILVA *et al.*, 2012). Muitos jovens conhecem ou já ouviram falar de algum método contraceptivo, e alguns sabem como ter acesso a eles, mas não possuem o conhecimento

necessário para utilizá-lo de forma segura e eficaz (KEMPFER *et al.*, 2012). Nesse sentido, a educação sexual pode colaborar quanto à importância da prática do sexo seguro, é mais eficaz quando ofertada antes da iniciação da vida sexual, minimizando estatísticas de casos de gravidez na adolescência (SANTOS *et al.*, 2010). Para Alves *et al.* (2016), em uma pesquisa realizada com adolescentes, os principais motivos para a não utilização de algum método contraceptivo seria por achar que não iriam engravidar, pela imaturidade e pelo pensamento de “não vai acontecer comigo”. Outros autores apontam que existe uma procura dos adolescentes na atenção curativa, determinados tipos de cuidados como gravidez na adolescência, saúde bucal e saúde mental (ROCHA; GOES, 2008). Contudo, essa frequência da procura pelos serviços de saúde na atenção básica pelos jovens é muito discreta, refletindo a dificuldade dos enfermeiros na elaboração e desenvolvimento de ações específicas. Diante desse contexto, a intervenção do enfermeiro da atenção básica, demonstrando a realidade para os jovens sobre a sexualidade e os meios de prevenção, é de fundamental importância. Independente da razão que leva o adolescente a procurar o serviço de saúde, a cada visita, o enfermeiro deve observar e auxiliar em outras questões diferentes da motivação da consulta, e a partir da observação e conversa minuciosa, realizar a intervenção adequada, e se necessário agendar outras visitas, para poder assim orientar corretamente sobre fatores que refletem a necessidade de cada paciente (MUZA; COSTA, 2002). É de suma importância falar sobre a educação sexual e saúde reprodutiva dos jovens, abordando questões como identidade sexual, de gênero e, também fatores culturais. Ações como intervenções para a realização de palestras que chamem atenção dos jovens, com uma conversa persuasiva, informando melhor sobre a vida sexual e orientá-los ao uso de preservativos e métodos contraceptivos. Entre as ações destaca-se a promoção do autoconhecimento do corpo como facilitador do uso de alguns métodos contraceptivos; a orientação sobre possíveis interações com drogas; o esclarecimento e apoio aos adolescentes soropositivos, para o exercício da sexualidade e até a vida reprodutiva (BRASIL, 2016). Não somente a distribuição de contraceptivos é eficaz para o seu uso, pois muitos jovens têm o receio de perguntar como se utiliza, e da maneira que são abordados, talvez por vergonha ou receio, dizem que sabem como funciona. Devem-se aplicar medidas e maneiras de como conversar com esses jovens, com conversas descontraídas e coagi-los a fazerem perguntas sobre o assunto (BRASIL, 2016). Para a enfermagem, o cuidado do adolescente deve ser realizado de forma integral, e se ocorrer uma gravidez precoce (desejada ou indesejada), é papel do enfermeiro continuar orientando sobre todo processo da gravidez: a aceitação, as mudanças, as responsabilidades e todos os fatores existentes que estarão por vim (BRASIL, 2016). Existe a importância de relatar sobre a atuação do enfermeiro não apenas na prevenção da gestação precoce, mas na promoção para uma gravidez saudável. Outra questão a ser pontuada diz respeito a gravidez na adolescência e a atuação do enfermeiro frente a essa condição. A adolescente que engravida, passa rapidamente de situação de filha para de mãe, uma transformação brusca para a adolescente que ainda está em formação e adaptação como a aparição dos pelo crescimento das mamas e o contorno das novas formas para o corpo. Durante a gestação sofrerá transformações de uma adolescente para uma jovem mãe (DUARTE, 2005). A iniciação da vida sexual mais cedo não contribui apenas para uma gestação não planejada, mas revela também um insucesso escolar e uma má qualidade nas relações familiares (SILVA *et al.*, 2013). Existe uma parcela de adolescentes que relatam a gravidez planejada, justificando de causas diferentes

relacionadas a situações econômicas, afetivas e questões sociais (OLIVEIRA; VIEIRA; FONSECA, 2011). Segundo Simões (2010) esses achados em geral são preocupantes devido ao risco para uma jovem quando engravida, pois muitas vezes, seu corpo fisiologicamente não está pronto para engravidar, causando possivelmente uma riscos para sua saúde. Nesse sentido, é fundamental que o enfermeiro busque estratégias para a redução de taxas de fecundidade e de mortalidade entre adolescentes gestantes com desenvolvimento de políticas públicas. Identificar as causas predisponentes para a gestação entre as adolescentes pode contribuir para o planejamento das ações para a prevenção de uma gravidez precoce e não planejada. (VIEIRA *et al.*, 2017). A escuta qualificada e diferenciada deve ser uma aliada para procurar a resolução dos dilemas e enfrentamentos durante a gravidez precoce, diante à sociedade, família e o companheiro. Alguns fatores interferem na gestação de uma adolescente, e o enfermeiro deve estar sempre atento para intervir e orientar em casos como reprovação familiar, incentivo ao aborto, discriminação social e a gravidez de risco que muitas vezes está associada a um pré-natal inadequado (SOUZA; NOBREGA; COUTINHO, 2012). O enfermeiro deve acompanhar a adolescente gestante em sua nova etapa de vida, a assistência a essa nova mãe deve ser progressiva e integral, sendo de responsabilidade do enfermeiro realizar consultas de enfermagem. Assim, o enfermeiro tem o desafio de sensibilizar o público jovem sobre a sexualidade na fase da adolescência, abordando as principais consequências, que ocorrem neste público e que afetam a sua saúde, muitas vezes geram responsabilidades para a vida toda e o referido profissional estará na linha de frente para instruir na prevenção da gravidez e responder as dúvidas que podem surgir, situações que envolvem conhecimento específico e orientações enquanto os métodos contraceptivos. Não obstante, deve acompanhar da saúde dessa adolescente gestante e puérpera, com uma assistência de qualidade que poderá fazer toda a diferença para esta nova etapa de vida (ARAÚJO *et al.*, 2015). **CONCLUSÃO:** Tendo em vista os aspectos observados, existe a necessidade de ampliar cada vez mais o papel do enfermeiro, frente às necessidades básicas de informação da população, seja numa orientação complementar, ou na interpretação que algo não está como deveria, visto que existem ferramentas para isso. A escuta qualificada permitirá ao enfermeiro conhecer melhor o adolescente e eliminar possíveis danos que podem acometer essa população. Para tanto, a qualificação permanente desse profissional é de fundamental importância. Além disso, o olhar investigativo do enfermeiro contribui para uma notória qualidade no atendimento a esse público. Espera-se que o estudo tenha contribuído para enfatizar a importância da atuação do enfermeiro frente a gestação precoce, mediada pelo diálogo e orientação adequada.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.O. *et al.* Uso de métodos contraceptivos e fatores relacionados ao planejamento da gravidez entre puérperas. **Revista de Enfermagem da UFSM**. Santa Maria, v.6, n.3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/21249>. Acesso em: 20 maio 2019.

ARAÚJO, A.K.L.; NERY, I.S. Conhecimento sobre contracepção e fatores associados ao planejamento de gravidez na adolescência. **Cogitare enfermagem**, Curitiba, v. 23, n. 2, e55841, 2018. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

85362018000200324&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2019.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cuidando de adolescentes**: orientações Básicas para a Saúde Sexual e a Saúde Reprodutiva. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidando_adolescentes_saude_sexual_reprodutivapdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

DUARTE, A. **Gravidez na adolescência**: ai como eu sofri por te amar. 5. ed. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/albertina-duarte/gravidez-na-adolescencia/1599286125>. Acesso em: 23 maio.2019.

KEMPFER, S.S. *et al.* Contracepção na adolescência: Uma questão de autocuidado. **Cuidado é fundamental**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 2702-11, jul./set. 2012. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1867/pdf_610. Acesso em: 15 maio 2019.

MACEDO, S.R.H.; MIRANDA, F.A.N.; PESSOA JÚNIOR, J.M.; NOBREGA, V.K.M. Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais. **Revista brasileira enfermagem**. Brasília, v.66, n.1, p.103-109, fev. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2019.

MOREIRA, T.M.M. *et al.* Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. **Revista escola de enfermagem USP**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 312-20, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342008000200015&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 10 maio 2019.

MUZA, G.M.; COSTA, M.P. Elementos para a elaboração de um projeto de promoção à saúde e desenvolvimento dos adolescentes - o olhar dos adolescentes. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro v.18, n.1, jan./fev. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000100033&lng=pt. Acesso em: 15 maio 2019.

OLIVEIRA, B.R.G.; VIEIRA, C.S.; FONSECA, J.F.N.A. Perfil de adolescentes gestantes de um município do interior do Paraná. **Revista Rene**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 238-46, abr./jun. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277239821_Perfil_de_adolescentes_gestantes_de_um_municipio_do_interior_do_Parana/fulltext/5580f4f308aea3d7096e5765/277239821_Perfil_de_adolescentes_gestantes_de_um_municipio_do_interior_do_Parana.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 13 maio 2019.

ROCHA, R.A.C.P.; GOES, P.S.A. Comparação do acesso aos serviços de saúde bucal em áreas cobertas e não cobertas pela Estratégia Saúde da Família em Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 12, p. 2871-2880, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 maio 2019.

SANTOS, E.C.; PALUDO, S.S.; SCHIRÓ, E.D.B.D.; KOLLER, S.H. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.15, n.1, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2019.

SANTOS, L.A.V. História gestacional e características da assistência pré-natal de puérperas adolescentes e adultas em uma maternidade do interior de Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 2, p. 617-625. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000200617&script=sci_abstract. Acesso em: 11 maio 2019.

SILVA, A. de A. A. *et al.* Fatores associados à recorrência da gravidez na adolescência em uma maternidade escola: estudo caso-controle. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 496-506, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2019.

SILVA, P.L.N. *et al.* Conhecimento dos adolescentes de uma escola estadual da cidade de Montes Claros/MG sobre métodos contraceptivos. **Motricidade**, Montes Claros, v. 8, n.1, 2012. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/motricidade/issue/view/29>. Acesso em: 22 maio 2019.

SIMÕES, A.R. Gravidez na adolescência: perfil das gestantes e puérperas e fatores associados. **Revista da saúde pública de Santa Catarina**. Florianópolis, v.3, n.1, 2010. Disponível em: <http://revista.saude.sc.gov.br/index.php/inicio/article/view/70>. Acesso em: 13 maio 2019.

SIMON, T.Y.; AZNAR, C.T. Variáveis sociodemográficas relacionadas com embarços não planejados em jovens de 13 a 24 anos. **Revista espanhola de saúde pública**, v. 88, n.3, maio/jun. 2014. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1135-57272014000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=en Acesso em: 12 maio 2019.

SOUZA, A.X.A; NOBREGA, S.M.; COUTINHO, M.P.L. Representações sociais de adolescentes grávidas sobre a gravidez na adolescência. **Psicologia e sociedade**. Belo Horizonte, v.24, n.3, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000300012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 maio 2019.

VIEIRA, B.D.G. *et al.* a prevenção da gravidez na adolescência: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem**, Recife, v.11, n.3, p.1504-12, mar., 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Micro/Downloads/13994-35833-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

ENGENHARIA CIVIL

A UTILIZAÇÃO DO WOOD FRAME COMO MÉTODO ALTERNATIVO PARA UMA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

AUTORES:

Rayxa Santos da Silva

João Paulo de Barros Cavalcante

RESUMO: Segundo a atual necessidade de métodos construtivos que possam ser economicamente viáveis e ecossustentável surge o wood frame, método que consiste na utilização da madeira como método construtivo. O presente artigo demonstra a utilização, como também a viabilidade econômica do método.

Palavras-chave: Wood frame. Ecossustentável. Viabilidade econômica.

INTRODUÇÃO: O crescimento econômico do país na última década acarretou em um avanço exponencial da construção civil em diversos nichos econômicos, atrelado a esse crescimento vem à necessidade de matéria-prima industrializada a fim de atender as demandas do mercado. O setor da construção civil é um dos principais esgotadores de matéria-prima com fonte em recursos naturais, o sistema construtivo convencional no Brasil tem forte impacto ambiental devido, dentre outros fatores a utilização em larga escala de cimento como aglomerante para a produção de concreto. Devido ao seu processo fabril, o cimento possui um alto consumo energético como também um alto teor de liberação de CO₂ (Dióxido de carbono), principal responsável pelo efeito estufa, sendo que segundo o Instituto britânico Chatham House (2018) a cada ano são produzidas cerca de quatro bilhões de toneladas de cimento, acarretando em uma produção de aproximadamente 8% do CO₂ liberado na atmosfera por ação antrópica. A confecção de outros materiais auxiliares a construção como tijolos, revestimentos, entre outros, também possui um elevado consumo energético e conseqüentemente um impacto ambiental. Segundo Cachim (2014), para uma construção ser definida como sustentável ela deve atender as necessidades da população no presente como também as gerações futuras, através do uso de seus materiais, métodos construtivos e manutenção nos edifícios. Esse conceito traz a importância da análise do impacto ambiental das construções como um todo, o seu ciclo de vida útil, matérias utilizados, como também a sua origem, quer seja renovável ou não. Tendo em vista a necessidade de uma construção sustentável, se fez necessário à busca por métodos construtivos com impacto ambiental reduzido, aliado a uma construção mais enxuta, também conhecida como método lean construction. Essa metodologia, cujo objetivo é o gerenciamento de projetos com o intuito de aumentar à produtividade concomitante a redução de custos e tempo de entrega do produto final aos clientes. Dentre os métodos de construção de pré-moldados há o wood frame, um método menos nocivo ao meio ambiente, atrelado a uma construção mais enxuta. Pode-se observar o método como uma alternativa sustentável devido a sua utilização ter como base a madeira reflorestada. Segundo Cachim (2014), a madeira pode ser considerada uma matéria-prima limpa devido a sua origem e ao processo de fabricação das peças as quais geram quantidades mínimas de resíduos, que são reaproveitados pela indústria para fabricação de outros materiais. Devem-se atestar também para as propriedades físicas da madeira, por exemplo, o peso específico (relação massa/volume) da madeira é cerca de 50% inferior ao do concreto, de modo que as construções feitas de madeiras são construções mais leves. Outro benefício da

utilização da madeira é o seu desempenho como isolante térmico e acústico, em construções realizadas com esse material há uma significativa redução do custo empregado em sistemas de refrigeração. De acordo com Molina e Junior Calil (2014), o wood frame é um método construtivo que consiste no uso de madeira de reflorestamento tratada para uso de painéis de piso, parede ou cobertura, esse sistema é considerado autoportante por suportar as cargas das estruturas sem auxílio de elementos com a finalidade apenas estrutural. Pode ser combinado com outros tipos de materiais para acabamento ou revestimento ou ainda com o intuito de melhorar sua capacidade de conforto térmico, acústico e resistência as intemperes. Utilizado em larga escala nos países europeus e da América do norte, devido ao processo construtivo ser industrializado, o que garante a sua execução em obras verticais de até cinco pavimentos associado ao aumento a sua velocidade de execução o que traz benefícios econômicos, sendo o seu principal diferencial. O presente artigo tem o intuito de apresentar o wood frame como um método construtivo alternativo aos métodos tradicionais, visando práticas sustentáveis aliada ao processo de industrialização de modo a evitar perdas no processo como também diminuir o prazo de execução e a geração de resíduos, gerando economia de custo para a construção civil e uma alternativa sustentável a sociedade. **METODOLOGIA:** O presente artigo traz um estudo da viabilidade do uso wood frame como alternativa sustentável para a execução de habitações unifamiliares de médio a baixo interesse social. O estudo tem o intuito de demonstrar por meio de revisão bibliográfica o ganho de produção, como também a redução do tempo de execução do mesmo acarretando na viabilidade econômica do método. Por meio de revisão bibliográfica demonstra discute-se sobre parâmetros como resistência a incêndio, indicadores de mão de obra, custo comparativo ao sistema convencional, viabilidade econômica, isolamento térmico e acústico do wood frame, que são equiparados ao da união concreto armado e alvenaria utilizado para estrutura e vedação, método construtivo tradicionalmente utilizado no Brasil. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Utilização do wood frame na execução de residências unifamiliares. A utilização da madeira como método construtivo ocorre desde os primórdios da humanidade, quando não havia outros métodos ou tecnologias disponíveis, como estrutura foi utilizada em larga escala em meados do século XX, a partir da difusão das estruturas de concreto armado a sua utilização perdeu espaço no Brasil para as estruturas de concreto. (MOLINA e JÚNIOR CALIL, 2014). Entretanto com a necessidade de uma construção ecossustentável, a viabilidade do uso da madeira vem sendo estudada no último século. O wood frame apresenta características dos processos industrializados, o que facilita a sua execução atrelado ao uso da madeira de reflorestamento, madeira essa abundante no país devido as suas características tropicais, o que facilita a ampliação do uso do wood frame. De acordo com Garcia *et al.* (2014) o método consiste na montagem de perfis de madeira instalados a uma distancia de 60 centímetros entre si, posteriormente ocorre à montagem dos painéis constituídos de placa de OSB (Oriented Strand Board – em português - painel de tiras de madeira orientadas) que se comportam como material de vedação e como contraventamento atuando em conjunto com os perfis de madeira maciça, a fim de resistir às solicitações. Posteriormente a instalação dos painéis de OSB a estrutura recebe, em áreas molhadas, camadas de impermeabilização hidrofugantes, as quais também podem ser utilizadas em fachadas para proteção contra intemperes. A lã de vidro é utilizada em juntas ou nas arestas com o intuito de melhorar o isolamento térmico e acústico da edificação. Por fim há as camadas de revestimento, em ambientes internos são usados drywall o qual tem por finalidade preparar a parede

para receber as camadas finais de acabamento, para fachadas comumente utilizam-se placas cimentícias, a qual sobre ela pode ser aplicado pintura ou textura como acabamento. Embora haja uma sobreposição de múltiplas camadas na estrutura a estrutura continua leve, devido às propriedades físicas dos materiais utilizados. Ainda segundo Garcia *et al.* (2014) a estrutura possui uma repetição de elementos com a mesma finalidade, de modo que os esforços são distribuídos para as paredes e laje em uma área uniforme, dessa forma as placas recebem tanto cargas horizontais quanto perpendiculares ao plano e caso alguma venha a falha em algum ponto da estrutura, as solicitações serão rearranjadas internamente pela estrutura, de modo a suportar as cargas. Nos locais onde haverá esquadrias há uma reorganização dos montantes e perfis de forma a atender as solicitações já previstas em projeto de modo que as estruturas conhecidas como vergas atuem a fim de combater as solicitações e evitar patologias na estrutura. As esquadrias podem ser instaladas da mesma forma que no sistema convencional por meio de espuma expandida ou parafusos. Nos locais onde haverá mais de um piso pode-se utilizar um sistema misto com vigas em perfis metálicos ou utilizar um sistema de barrote e placas de OSB, esse sistema é conhecido como laje a seco. Após a instalação do OSB tem-se a opção de utilizar argamassa com adição de fios de aço ou poliuretano como reforço estrutural, posteriormente pode-se aplicar o sistema de revestimento. Construções até dois pavimentos se mostraram mais econômicas no sistema wood frame que o convencional (MOLINA e JÚNIOR CALIL, 2014). Segundo Vilela (2013) a madeira devido às suas propriedades físicas pode ser caracterizado como leve em comparação aos outros métodos utilizados na construção, deve-se atentar também ao seu desempenho aos esforços de flexão e tensões axiais. O sistema de wood frame se adequa a todos os tipos de fundações, entretanto devido as características de sua matéria-prima utiliza fundações rasas, em especial, o radier devido a sua rapidez de execução. Para a utilização da madeira se faz necessário um tratamento preventivo para evitar acúmulo de umidade no interior da peça como também os ataques biológicos, o tratamento é realizado por meio de agentes pesticidas. De acordo com Vilela (2013) o tratamento consiste na expulsão da umidade da peça sobre alta pressão e uma posterior aplicação de agentes químicos com o intuito de preservar a madeira de insetos xilófagos ou fungos, o tratamento ocorre após a secagem natural, utilizado com o intuito de diminuir a umidade existente na peça. Quanto maior o teor de umidade presente na peça maior à possibilidade de ataque de insetos. Wood frame como sistema resistente ao fogo. Sabe-se que as estruturas das edificações são dimensionadas de acordo com as normas vigentes para resistir ao fogo, de modo que seja possível a evacuação do prédio antes da estrutura ceder e chegar à ruína. Para o sistema de wood frame ocorre o mesmo, de acordo com o Pfeil (2013) a madeira utilizada como estrutura possui boa resistência ao fogo visto que ao pegar fogo cria uma camada superficial de carvão que protege a sua estrutura interna, dessa forma o fogo demora mais a se propagar gerando tempo hábil para a evacuação da edificação. Entretanto para os painéis de OSB podem-se adicionar camadas com características resistentes ao fogo. Comparação entre o sistema convencional e o wood frame. Sabe-se que o sistema concreto armado e blocos cerâmicos, conhecido como sistema tradicional, é amplamente utilizado no país, entretanto têm-se procurado desenvolver ferramentas ou métodos construtivos que possuíam uma maior racionalidade do uso de materiais associado à rapidez de execução e qualidade do produto final. Com esse intuito pode-se observar um comparativo entre determinadas características do wood frame e o sistema tradicional. Comparativo de mão de obra (wood frame versus sistema convencional).

O sistema de wood frame por ser um método industrializado requer uma mão de obra racionalizada e qualificada, pode-se acreditar que o sistema gera desemprego devido ao número reduzido de colaboradores no canteiro, entretanto aumenta o número de operários nas fábricas, dessa forma pode-se afirmar que há um equilíbrio na geração de emprego, como também diminuição da rotatividade de operários, característica presente nos canteiros de obra do sistema convencional da construção civil devido a sua construção ter um caráter mais lento com etapas consecutivas (ALVES, 2015). Já Vasques (2014) afirma que a falta de mão de obra especializada é um dos principais empecilhos para o sistema de wood frame, visto que uma massa operacional desqualificada requer maior tempo de execução. Há ainda a resistência dos trabalhadores em se qualificar visto que os cursos quando oferecidos pelas empresas são em horário oposto ao de trabalho o que torna a atividade extremamente cansativa, visto que há uma extensa carga horária semana a ser cumprida. Entretanto ao obter funcionários qualificados o wood frame se destaca pela velocidade de construção, dessa forma o sistema apresenta um ganho de desempenho de execução, gerando economia de cerca 10% no custo final do empreendimento (SILVESTRE; FIGUEIREDO, 2018). Comparativo de prazo (wood frame versus sistema convencional). Dentre outras características para a viabilidade econômica de um empreendimento, o tempo de construção é imprescindível, visto que quanto maior prazo maior o custo operacional. Tendo em vista essa necessidade o sistema wood frame se caracteriza por um processo altamente industrializado, onde as etapas construtivas podem ocorrer concomitantes (MOLINA e CALIL JÚNIOR, 2010). Dessa forma há uma agilidade no método construtivo garantindo uma redução de tempo de até 50% na execução dos sistemas (fundações e estruturas), como também os subsistemas elétrico e hidráulico, visto que não há a necessidade de criar rasgos em parede, conseqüentemente o retrabalho para o fechamento. No sistema de concreto armado e blocos cerâmicos as etapas ocorrem de modo sequencial de modo que é necessário um tempo maior de execução, e em alguns casos retrabalhos em abertura de espaços para instalação dos subsistemas como também casos de alvenarias desalinhadas, não raras as ocorrências do tipo (ALVES, 2015; VILELA, 2013). Comparativo de custo (wood frame versus sistema convencional). O custo de uma obra pode ser caracterizado como o somatório dos gastos obtidos em projetos, insumos, mão de obra, logísticas, dentre outros. Dessa forma, ao analisar os custos de um empreendimento deve-se levar em consideração a sua duração, o contingente operacional como também o custo obtido dentro de cada subsistema realizado, dessa forma obtêm-se um panorama geral dos custos de cada fase do empreendimento. De acordo com Vasques (2014) ao simular a construção de uma residência unifamiliar de 70 m², a etapa de serviços preliminares e fundações no sistema wood frame apresentou ser cerca de 50% mais econômica em comparação ao do sistema convencional, já o processo construtivo como um todo apresentou uma redução de aproximadamente 33% do custo total da construção. Enquanto que para Silvestre e Figueiredo (2018), a redução do impacto financeiro se deu nos subsistemas de fundação, vedação e revestimento comparados ao método tradicional, o qual foi cerca de 20% inferior, em uma residência de 74 m². Entretanto, a agilidade no processo construtivo contribui para a redução de custo de forma que o metro quadrado no sistema wood frame sai economicamente viável, compensando os custos superiores em outros subsistemas. Ainda de acordo com Silvestre e Figueiredo (2018) o custo operacional para a construção de uma casa segundo o método do wood frame pode ser de até um terço menor que o convencional,

acarretando em uma economia ainda maior para sua execução. **CONCLUSÃO:** A sociedade deve observar que o crescimento urbano deve estar alinhado ao crescimento sustentável das cidades, de forma que o desenvolvimento progressivo não colida com os aspectos ambientais. É dever da engenharia criar e fomentar prática ecossustentáveis, a sociedade tem o papel de sensibilizar-se com o impacto das construções a médio e longo prazo das construções em concreto armado. Sendo assim, o wood frame apresenta-se como alternativa economicamente viável a partir da sua matéria-prima e do seu processo industrial, o qual garante a precisão e agilidade necessária para a economia do método. A mão de obra especializada é um dos principais entraves encontrados pelo método de forma que ao obter uma cultura de processo fabril na construção civil o sistema cumpre os requisitos necessários para obter adesão por parte de investidores e potenciais clientes.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.P. **Comparativo do Custo Benefício entre o Sistema Construtivo em Alvenaria e os Sistemas Steel Frame e Wood Frame.** Especialize, Dez., 2015.

CACHIM, P.B. **Construção em Madeira:** a madeira como material de construção. 2. ed. Porto, 2014.

MOLINA, J. C; CALIL JÚNIOR C. Sistema Construtivo em Wood Frame para Casas de Madeira. *In: Semina: Ciências Exatas e Tecnológicas*, Londrina. v. 31, n. 2, p.143-156, jul./dez. 2010.

PFIEL, W; Pfiel M. Estruturas de Madeira. 6. ed. Rio de Janeiro, 2003.
Silvestre, C. da S.; Figueiredo, F.B. **Análise Comparativa de Uma Residência Unifamiliar em Alvenaria Convencional e Wood Frame**, Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.Even3.Com.Br/Anais/Sinep/116307-Analise-Comparativa-De-Uma-Residencia-Unifamiliar-Em-Alvenaria-Convencional-E-Wood-Frame>. Acesso em: 21 set. 2019

THE ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS. **CHATHAM HOUSE**, 2018. Fazendo Mudanças Concretas: inovação em cimento e concreto com baixo teor de carbono. disponível em: <https://www.chathamhouse.org/publication/making-concrete-change-innovation-low-carbon-cement-and-concrete> Acesso em: 13 set. 2019.

Vasques, C.C.P.C.F. **Comparativo de Sistemas Construtivos e Wood Frame em Residências Unifamiliares.** 2014. Disponível em: *Revista.Unilins.Edu.Br*. Acesso em: 21 set. 2019.

VILELA, M. I. M. **A Madeira na Construção de Habitação Coletiva.** 2013
Dissertação (Mestrado) em Arquitetura - Faculdade de Comunicação, Artes, Arquitetura e Tecnologias da Informação, Universidade Lusófona do Porto Porto. 2013.

FARMÁCIA

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SAÚDE VOLTADAS A IDOSOS

AUTORAS:

Berenice da Costa Jorge
Deborah Munique Nogueira de Sousa Fontoura
Emely Tawanne da Silva
Verusa Souza da Silva
Williany Somalia Brito Galdino

RESUMO: Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura sobre as práticas educativas em saúde voltadas a idosos. Para tal, realizou-se a busca de trabalhos nas bases de dados CAPES e Scielo (biblioteca virtual), dos quais foram incluídos 06 artigos publicados entre 2002 e 2018. Através da análise dos trabalhos foi possível inferir que as práticas educativas em saúde para o idoso se dão majoritariamente no contexto da atenção primária, através de estratégias metodológicas que priorizam atividades em grupo, que por sua vez, fomentam o diálogo e a troca de conhecimentos e experiências, alinhado a metodologia dialógica de Paulo Freire. Dentre os assuntos mais abordados destacam-se: hipertensão arterial, *Diabetes mellitus* e alimentação saudável. Já entre as fragilidades aponta-se a heterogeneidade da transmissão de conhecimento, principalmente em relação aos métodos de avaliação do conhecimento oriundo do processo educativo. Por fim conclui-se que a educação em saúde é uma prática de incremento da qualidade de vida da terceira idade, funcionando como uma ferramenta cultural e social garantindo melhor autonomia para a vida do idoso.

Palavras - chave: Educação em saúde. Idoso. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO: O processo de envelhecimento nos países em desenvolvimento, está em ritmo acelerado. Conforme projeções demográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa vai triplicar no país de 19,6 milhões (10% da população brasileira - em 2010), para 66,5 milhões de pessoas em 2050 (29,3%). Essas estimativas são de que a "virada" no perfil da população acontecerá em 2030, quando o número absoluto e o percentual de brasileiros com 60 anos ou mais de idade ultrapassarão o de crianças de 0 a 14 anos (IBGE, 2016). O crescimento constante da população idosa se deve a alguns fatores como o avanço da medicina, estímulo a prática de atividades físicas, ao consumo de uma alimentação saudável, maior acesso a medicamentos e também pela implementação de campanhas vacinais (OLIVEIRA *et al.*, 2018). Embora políticas públicas voltadas para o idoso venham sendo implementadas, ainda há necessidade dos serviços de saúde reorganizarem-se, no intuito de garantir melhoria na qualidade de vida, bem como a construção de uma rede de atenção a esta faixa etária (MARIN; ANGERAMI, 2008). Nesse sentido, a educação em saúde torna-se um aliado pois é entendida como prática para transformação dos modos de vida dos indivíduos e da coletividade e, conseqüentemente, promover qualidade de vida e saúde (MALLMANN *et al.*, 2015). Assim, as práticas educativas em saúde são utilizadas como "instrumento de dominação, de afirmação de um saber dominante, de responsabilização dos indivíduos pela redução dos riscos à sua saúde" (ALBUQUERQUE; STOTZ, 2004). Estudos relacionados à educação em saúde de idosos são importantes pois viabilizam mecanismos de ensino e ferramentas de apoio para os profissionais de saúde, mostrando quais os principais tipos de

intervenções e quais objetivam melhores resultados (MALLMANN *et al.* 2015). Nesse sentido, este estudo delineou os seguintes questionamentos: como se dão as práticas educativas em saúde a população idosa? Quais os temas mais abordados? Quais as estratégias metodológicas utilizadas? Quais as limitações mais relatadas?

METODOLOGIA: Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura que se deteve em compreender como se dão as práticas educativas em saúde voltadas a idosos. Para tanto, desenvolveu-se uma busca bibliográfica em bases de dados utilizando os termos “educação em saúde” e “idosa”. A busca na base Scielo (Scientific Electronic Library Online) obteve 42 resultados e a busca na Plataforma CAPES obteve 74 resultados, totalizando 116 resultados. Os critérios de seleção para obtenção da amostra foram: artigos disponíveis na íntegra, publicados em português e que tratassem de ações educativas em saúde realizadas especificamente com idosos; assim, 06 artigos científicos foram selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A busca bibliográfica apresentou um total de 116 resultados, dos quais foram selecionados 06 artigos partindo dos critérios pré-definidos nessa revisão. Os trabalhos selecionados foram analisados quanto aos assuntos mais abordados nas práticas educativas, os locais onde se dão as práticas, as estratégias metodológicas mais usadas e as dificuldades e/ou soluções mais apontadas (Quadro 1). Dessa forma, dentre os temas mais abordados pode-se destacar: hipertensão arterial, *Diabetes mellitus* e alimentação saudável. A transmissão do conhecimento acerca dos processos patológicos, tais como hipertensão arterial e *Diabetes mellitus*, embora não seja objeto direto da atenção da promoção da saúde, contribui para a capacitação individual e coletiva, trazendo reflexões significativas sobre si mesmo, sua vulnerabilidade e sua autonomia na “prevenção dos fatores determinantes e/ ou condicionantes de doenças e agravos à saúde”, tal como objetiva a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2010). Esses componentes educativos foram primariamente relacionados aos riscos comportamentais passíveis de mudanças, que estariam, pelo menos em parte, sob o controle dos próprios indivíduos (BUSS, 2000). Em relação aos locais onde se deram as práticas educativas, observa-se uma maior prevalência destas associadas as Unidades Básicas de Saúde, sendo estas executadas tanto pelos profissionais de saúde, como por integrantes de ações extensionistas. Nesse sentido, (JANINI; BESSLER; VARGAS; 2015) corroboram com esses achados ao concluir que a promoção da saúde se expressa fundamentalmente nas unidades básicas através da educação em saúde, presente nas práticas desenvolvidas pelos profissionais envolvidos. Assim, a atenção básica se constitui locus que privilegia ações de educação em saúde, se caracterizando como ambiente favorável para a prevenção e promoção da saúde, realizadas por meio de um processo contínuo e participativo, desenvolvido através da relação usuário-profissional, de modo que a população possa compreender o processo saúde-doença-saúde (ALBUQUERQUE; STORTZ, 2004). Embora o ambiente dos consultórios tenha sido apontado como local de práticas educativas, sua prevalência é pequena em relação a outros contextos. Nesse estágio, a promoção da saúde é pouco aplicada, pois o interesse está atrelado a um modelo curativo e não à garantia da autonomia e do autocuidado, dentro de um modelo promocional de saúde (JANINI, BESSLER e VARGAS, 2015). Já em relação as estratégias metodológicas, as mais apontadas foram: oficinas, rodas de conversas e dinâmicas de grupo. Nesse viés, o trabalho em grupo com pessoas idosas desponta como uma estratégia que permite a articulação e o debate das questões peculiares a uma determinada população, como saúde, qualidade de vida, interação social, autoestima e vulnerabilidade (LOPES; TOCANTINS, 2012), e

(BRASIL, 2007). Dentre as metodologias participativas, as rodas de conversa se destacam, considerando o fato destas possibilitar o indivíduo ficar “à vontade”, promovendo sua participação por interesse e não por obrigatoriedade, reconhecendo a predominância de independência, interdependência e autonomia no viver diário (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Em muitos dos trabalhos analisados as atividades lúdicas foram utilizadas e (FLEURÍ *et al.* 2013), constatou que as atividades lúdicas são de grande valia e trazem benefícios tanto físicos, quanto psicológicos para os idosos participantes das ações. No desenvolvimento das práticas educativas, observou-se notória sensibilidade as necessidades reais e dúvidas apresentadas pelos idosos, priorizando-se o diálogo e a troca de conhecimentos e experiências, conforme preconiza a metodologia dialógica de Paulo Freire. Outro resultado interessante é perceber o papel fundamental da família no apoio para a saúde do idoso, pois a família é uma ferramenta que ajuda a inseri-lo na sociedade e assim ter uma vida mais plena e satisfatória (MALMANN *et al.*, 2015). Dentre os entraves, destaca-se a heterogeneidade da transmissão de conhecimento, tornando necessária a intensificação das bases das políticas de promoção da saúde, incluindo métodos de avaliação do conhecimento oriundo do processo educativo, de detecção de possíveis falhas para a elaboração de estratégias de reversão, e de absorção dessas informações pelo idoso (JANINI; BESSLER; VARGAS, 2015).

Quadro 1 - Síntese dos resultados quanto as variáveis: autores, ano, objetivos, estratégia metodológica, práticas de educação em saúde utilizadas, assuntos mais abordados e outros resultados.

Autores, Ano	Objetivos	Método	Práticas educativas realizadas	Assuntos mais abordados	Outros resultados
TAVARES e RODRIGUES, 2002	Elaborar uma proposta educativa, após a identificação das necessidades dos idosos diabéticos frequentadores da Associação dos Diabéticos do município de Uberaba, MG.	A primeira constituiu-se pela observação participante do funcionamento da Associação dos Diabéticos e a segunda, entrevista semiestruturada com os idosos diabéticos.	Socialização de experiências, discussão em grupo, exposição dialogada.	<i>Diabetes mellitus</i> tipo 2, Atenção nos serviços de saúde ao diabético, doenças associadas a diabetes, o idoso diabético.	Para a elaboração da proposta educativa, optou-se dentro da educação de adultos, pelo modelo pedagógico de FREIRE' (1993), que se sustenta no diálogo, na participação e na criticidade.
FIGUEIREDO, BASTOS, 2014	Descrever atividades educativas sobre hipertensão e diabetes, desenvolvidas com um grupo de idosos.	O estudo descreve as práticas educativas em saúde realizadas com idosos de UBS do município de Itaporanga, PB.	Construção de dois grupos com enfoque educativo sobre hipertensão e diabetes, utilizando vídeos explicativos e dinâmicas de	Hipertensão e diabetes, considerando que estas foram as enfermidades mais apontadas pelos idosos.	Além de hipertensão e o diabetes foram debatidas as tristezas, a ansiedade, a solidão, o uso de medicamentos, entre outros. Fazendo com que os usuários dos serviços

			grupo.		pudessem refletir não só sobre a hipertensão e o diabetes, mas também sobre si mesmos.
JANINI, BESSLER, VARGAS, 2015	Analisar o impacto das ações de promoção e educação em saúde na busca da qualidade de vida, na autonomia e no autocuidado da pessoa idosa.	O estudo deu-se por uma abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas a 83 idosos em uma UBS no Rio de Janeiro.	As práticas educativas mais reportadas foram em ordem crescente: palestras, grupos de apoio e orientação durante as consultas. A utilização de metodologia dialógica foi maior nos grupos de apoio.	Conceito, tratamento e à prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, cuidados com o corpo, situações advindas do envelhecimento, hábitos alimentares, tabagismo e etilismo.	- Maior assiduidade das mulheres do que dos homens idosos na UBS. - Não realizava-se uma avaliação do grau de aprendizado dos mesmos em relação aos conteúdos abordados nas ações educativas.
CYRINO <i>et al.</i> , 2016	Relatar a experiência de um grupo de extensão do curso de Enfermagem na utilização de atividades lúdicas como estratégia de educação em saúde e integração social com idosos.	Primeiramente foi confeccionado os materiais didáticos lúdicos e após, houve a implementação da ação educativa com a utilização desses materiais.	Ação educativa com a utilização de técnicas lúdicas (cartela de bingo, técnica de colagem para elaboração de um cardápio, jogo do “sim ou não”, jogo do “passa ou repassa”).	Hipertensão arterial, diabetes mellitus e alimentação saudável.	O desenvolvimento da promoção da saúde com a utilização de atividades lúdicas para idosos se mostrou eficaz, sendo recomendada a utilização dessas atividades com essa população.
OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2017	Descrever a realização de atividades de extensão em educação em saúde e a construção mútua de práticas de saúde em um centro de convivência para idosos na cidade de Fortaleza, CE.	Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, tendo como eixos norteadores os preceitos da Teoria Geral do Autocuidado de Orem e os pressupostos da educação libertadora de Paulo Freire.	Oficinas educativas, dinâmicas grupais, vídeos, jogos, dramatizações, além de rodas de conversas.	Hábitos saudáveis de alimentação, Prevenção de quedas e seus aspectos intrínsecos e extrínsecos, Envelhecimento: limites e possibilidades.	Construção de estratégias que possibilitassem uma maior expressão do grupo, assim como um espaço mais democrático para não haver a perda na qualidade das reflexões e das relações construída.
OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2018	Descrever as experiências de atividades de	Os encontros foram norteados nos preceitos da	Utilizaram ferramentas lúdicas e	Atividade física, exercício do cérebro,	Considerou-se a utilização das oficinas

	educação em saúde realizadas com idosas tendo como eixos problematizadores o “Envelhecimento ativo” e o “Autocuidado”.	Teoria do Autocuidado de Dorothea Orem e nas concepções de educação de Freire.	construtivas, como: oficinas, rodas de conversas, dinâmicas de grupo e recursos audiovisuais, facilitando a reflexão e a construção de saberes entre extensionistas e idosas.	alimentação saudável e cuidados com a pele.	educativas como estratégia de Educação em Saúde, pois percebeu-se que as idosas ficaram mais acessíveis e à vontade para expor suas dúvidas.
--	--	--	---	---	--

Fonte: Autoria própria. Ano: 2019.

CONCLUSÃO: Conclui-se que a metodologia problematizadora de Freire subsidia as práticas educativas em saúde, atentando ao fato de que as atividades educativas nunca devem ser dissertações ou doações dos conteúdos, conforme ele mesmo orienta: "Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa." Dessa forma a educação em saúde para o idoso deve ser vista como uma estratégia para o desenvolvimento de uma longevidade saudável, educando e transformando seus hábitos de vida; promovendo diálogos entre os profissionais e os usuários; e promover a autonomia do idoso. Assim, podemos concluir que a qualidade de vida de um indivíduo não está relacionada exclusivamente as suas condições de saúde, mas também à “preservação” de seus valores e práticas edificadas histórica e culturalmente (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de; STOTZ, Eduardo Navarro. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 8, p. 259-274, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832004000200006. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde: documento base – documento I/Fundação Nacional de Saúde. Brasília, DF: Fundação Nacional de Saúde, 2007.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & saúde coletiva**, v. 5, p. 163-177, 2000. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232000000100014&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 02 set. 2019.

CYRINO, R. S. *et al.* Atividades lúdicas como estratégia de educação em saúde com idosos. **Rev. Ciênc. Ext.** v.12, n.3, p.154-163, 2016.

FIGUEIRÊDO, A. A. F.; BARROS, T. C. Construindo laços: o uso do diálogo na promoção da saúde de idosos. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v.5, n.2, p.654-61, 2014.

FLEURÍ, A. C. P. *et al.* Atividades lúdicas com idosos institucionalizados. **Enfermagem Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 50-57, 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mudanças demográficas no Brasil no início do século XXI. Subsídios para as projeções da população. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/sobre-a-biblioteca.html>. Acesso: 02 set. 2019.

JANINI, J. P.; BESSLER, D.; DE VARGAS, A. B. **Educação em saúde e promoção da saúde:** impacto na qualidade de vida do idoso. Rio de Janeiro, Saúde debate, v. 39, n. 105, p.480-490, abr.-jun., 2015.

LOPES, R.; TOCANTINS, F. R. Promoção da Saúde e a Educação Crítica. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 16, n. 40, mar. 2012.

MALLMANN, D.G *et al.* Educação em saúde como principal alternativa para promover a saúde do idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, p.1763-1772, 2015.

MARIN, M. J. S.; ANGERAMI, E. L. S. **Idoso:** dos cuidados de enfermagem à alta hospitalar. Petrópolis: EPUB, 2008.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Cienc. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3. ed., Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

OLIVEIRA, F. A. *et al.* Educação em saúde e a construção mútua das práticas: aplicação em um centro de convivência para idosos. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 8, n.2, p. 75-82, maio/ ago. 2017.

OLIVEIRA, F. A.; SOUZA, F. S. **Atividades de Educação em Saúde realizadas com grupo de idosas para promoção do autocuidado em saúde.** Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 137-150, 2018.

TAVARES, D.M.S.; RODRIGUES, R.A.P. Educação conscientizadora do idoso diabético: uma proposta de intervenção do enfermeiro. **Rev. Esc. Enferm USP**, p. 88-96, 2002.

CÂNCER DE MAMA: CLASSIFICAÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

AUTORES:

Caroline Cidaria Oliveira Soares

Erivan Fernandes da Silva

Amanda Fernanda da Silva

Maize Itala Galvão de Barros

Juliana Felix da Silva

RESUMO: O câncer de mama é uma neoplasia maligna que ocorre devido a uma mutação genética que causa crescimento desordenado e anormal das células mamárias, levando à formação de nódulos (tumores) que podem chegar a metástase e atingir outros órgãos. Acomete em torno de 56 a cada 100 mil mulheres no Brasil e é a segunda maior causa de óbitos na população feminina no mundo, perdendo apenas para as doenças de pele. O presente trabalho tem como objetivo caracterizar e especificar os principais e diferentes tipos de câncer de mama, como também formas de diagnóstico precoce e tratamento. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica, de forma exploratória, usando como bases de pesquisa bibliotecas online, com levantamento de dados conforme palavra-chave. O contexto apresentado é de elucidar as formas de diagnóstico precoce e tratamento, para garantir uma melhor sobrevida e qualidade de vida, evitando que o índice de incidência aumente, enfatizando o cuidado da autoavaliação como melhor forma de conduta.

Palavras - chave: Câncer de mama. Detecção precoce. Neoplasia.

INTRODUÇÃO: O câncer é uma das doenças que mais aterroriza a população, por ser a enfermidade que mais leva ao óbito, entre as doenças já pré-existentes. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), no ano de 2018, foram relatados 18,1 milhões de novos casos no mundo, dentre estes, 9,6 milhões levaram ao óbito. Dentre os tipos de câncer mais frequentes está em primeiro lugar o câncer de mama, o qual no Brasil houve 85,6 mil novos casos, e em segundo lugar, está o câncer de próstata, tendo 84,9 mil de novos casos no Brasil (INCA, 2018). Segundo a OMS, o câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo. Ou seja, toda a célula do corpo humano tem uma instrução de quando crescer, se dividir, período funcional e de sua morte; quando há qualquer erro genético que altere esse processo, ocorre uma formação desregulada e exacerbada de células, o que é denominado câncer. O câncer de mama está entre estas 100 enfermidades, que leva a um desenvolvimento desordenado, pela ocorrência da mutação das células mamárias de forma maligna (PEREIRA., 2010). Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer não tem uma causa única. Os fatores internos (genética) e externos, como os fatores ambientais, ambiente de trabalho e hábitos alimentares, influenciam de grande forma na aparição de novos casos de câncer, fazendo com que, desse modo, não apenas os fatores genéticos os influenciem, como também os fatores de riscos ambientais. Apesar de o fator genético ser um importante carreador no desenvolvimento de novos tumores, o INCA afirma que foram poucos os casos relatados em que houve formação de novos casos de câncer apenas por fatores hereditários, familiares e étnicos. As formas de propensões para a incidência de

novos casos de câncer de mama, tais como obesidade (corporal e abdominal, sendo esta com maior risco pós-menopausa), estatura e bebida alcoólica estão entre as principais causadas associadas ao câncer. No mesmo raciocínio, práticas de exercícios físicos, a lactação e estimular-se ao máximo em ter uma vida saudável são boas formas de prevenção (INCA, 2019). O câncer de mama acomete principalmente mulheres acima dos 50 anos de idade, em sua maioria quando estão entrando na menopausa, o que pode ser atribuído a sua variação hormonal, como também as próprias alterações biológicas com o envelhecimento aumentam, de modo geral, esse risco. Fatores como exposição à radiação também favorecem o desenvolvimento de novos casos de câncer de mama, mas sua relação está diretamente proporcional à frequência da exposição. A incidência do câncer de mama entre mulheres é elevada, sendo a segunda maior causa de óbito na população feminina, perdendo apenas para doenças de pele. (INCA, 2018). O câncer de mama aterroriza as mulheres por acometer uma parte importante do seu corpo, o que leva a um grande estresse durante seu tratamento. Para algumas mulheres, a retirada da mama é considerada uma automutilação, principalmente pelas que prezam tanto por sua vaidade. Por esse motivo, o câncer de mama atinge as mulheres de forma física, social e psicológica, de modo que muitas delas chegam a apresentar quadros graves de depressão (MARTINS *et al.*, 2013). O diagnóstico é uma parte crucial para o tratamento, como também, para a cura da doença, se descoberta precocemente, o que pode possibilitar a realização de métodos menos invasivos para o seu tratamento, com maior probabilidade de cura. Os diferentes tipos de câncer de mama variam decorrente aos diferentes tipos de tecidos da mama onde ocorre a mutação celular (PEREIRA., 2010). Sendo assim, tendo em vista a importância clínica e epidemiológica do câncer de mama, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar e especificar os principais e diferentes tipos de câncer de mama, como também formas de diagnóstico precoce e tratamento.

METODOLOGIA: Uma revisão bibliográfica descritiva-qualitativa de forma exploratória foi realizada, utilizando como bases de pesquisa bibliotecas online e sites oficiais especializados, dentre eles: SciELO (<http://www.scielo.org>), Revistas vinculadas ao tema (Revista Brasileira de Cancerologia e Revista Brasileira de Mastologia) e o Instituto Nacional de Câncer (INCA). No levantamento, os dados foram buscados conforme as seguintes palavras-chave: “câncer de mama”, “detecção precoce”, “neoplasia”. A pesquisa referente ao tema foi alvo de busca durante o período de setembro de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

CLASSIFICAÇÃO: Câncer de mama raros: Doença de *Paget*: É um câncer de mama invasivo que acomete principalmente mulheres entre 26 aos 82 anos de idade. É caracterizada pelo aspecto eritemato-descamativo, como também a retração do mamilo. O câncer começa no ducto mamário e se dissemina para a pele do mamilo e aréola. São divididas em dois tipos de doenças, a extradérmica e a mamária. Na forma extradérmica, a célula de *Paget* surge a partir da glândula apócrina, com localização vulvar, anogenital e axilar. Já a forma mamária estende-se à epiderme através de um ducto lactífero, em que é associada ao carcinoma intraductal; na maioria dos casos, a incidência é na forma mamária (LAGE *et al.*, 2010). Tumor Filodes: É um tipo de tumor mamário raro, que se apresenta em sua maioria de forma benigna, mesmo quando a ocorrência na forma maligna, sua metástase é de 20%. Sua incidência ocorre entre mulheres de 35-45 anos e se assemelha histologicamente ao fibroadenoma. É um tumor tipicamente móvel, bem dilatado, e com superfície lisa que raramente envolve o mamilo, tendo como característica seu desenvolvimento no estroma (tecido conjuntivo) da mama, o que o

diferencia dos demais carcinomas mamários, que se desenvolvem nos ductos ou lobos. Na massa tumoral ocorre em crescimento rápido e tendo como tratamento desta sempre o cirúrgico (FRETAS *et al.*, 2015). Angiosarcoma: Acomete mulheres entre 18-82 anos, sendo a sua maior incidência aos 35 anos. O tumor apresenta crescimento difuso na mama, tendo como cor característica o violácea ou enegrecido. Pode apresentar-se de duas maneiras, uma massa amolecida e hemorrágica, ou endurecida e espessada. O tumor inicia-se no interior do parênquima, onde pode chegar a comprometer secundariamente em casos mais avançados a pele suprajacente ou músculos peitorais. A característica do angiosarcoma mamário é a proliferação das células epiteliais que formam canais vasculares anastomosados entre si e que infiltram as estruturas glandulares e o tecido adiposo (VIVIANI *et al.*, 2000). Câncer de Mama Inflamatório: Esse câncer, além de raro, tem características bastantes peculiares, o que o diferencia da maioria dos cânceres de mama, pois na maioria dos casos de câncer de mama inflamatório, não há presença de nódulo, sendo oculta na mamografia, o que dificulta muito em seu diagnóstico. Tem como sinal o espaçamento da mama, rigidez, vermelhidão da mama e inchaço. Seu processo de disseminação é rápido porque as células cancerígenas se desenvolvem na pele e podem chegar a atingir os linfonodos. O câncer de mama inflamatório atinge principalmente mulheres novas e obesas, sua taxa de sobrevivência é baixa, por seu processo de disseminação ser rápido, e com dificuldade no diagnóstico (ONCOGUIA., 2017). Carcinoma papilífero: Esse câncer apresenta-se como um capsula fibrótica cística, em que está presente a massa cancerígena. Compõe apenas 0,5% a 1% dos casos de câncer de mama. É bastante positivo aos receptores dos hormônios estrogênio e progesterona, por esse motivo é bastante comum pós-menopausa, entre 55-67 anos, por ser um período em que ocorre uma grande variação hormonal. É um tumor encontrado geralmente de forma solitária, de crescimento lento, de proliferação papilar e malignidade central; porém pode ser encontrado associado ao carcinoma ductal *in situ*, ou pode estar associado também a cânceres invasivos, quando associado, seu prognóstico é baixo (LOMBARDI *et al.*, 2019). Carcinoma tubular: É um carcinoma raro, constituindo cerca de 1% a 3% relacionado ao câncer de mama. Seu tumor é pequeno, podendo chegar em média de 2 mm a 1,5 cm. É um tumor quase sempre positivo a receptores de estrogênio e progesterona. Geralmente, é associado ao carcinoma lobular *in situ*, por esse motivo é considerado um câncer invasivo, quando encontrado de forma solitária. É considerado um câncer de bom prognóstico. Histologicamente, trata-se de um carcinoma de área central fibroesclerótica, com pequenas estruturas tubulares dispersas revestido por uma única camada de célula epiteliais com atipia ligeira (OLIVEIRA, SILVA., 2008). Carcinoma metaplásico: O carcinoma metaplásico de mama é um carcinoma heterogêneo, sendo uma mistura entre adenocarcinoma e outros elementos histológicos como células escamosas e fusiformes. É um câncer de mama raro, em que constitui cerca de 5% dos cânceres de mama existentes. Atinge mulheres acima dos 50 anos. É um tumor agressivo e de desenvolvimento rápido, seu tamanho pode chegar a ser superior aos 5 cm. Apresenta como sinal lesão ulcerada na mama. A melhor forma para seu diagnóstico seria a biópsia, por apresentar uma declaração com menores erros existentes (VIEIRA *et al.*, 2013). **Câncer de mama de maior ocorrência:** O carcinoma invasivo é o câncer de mama mais frequente, sendo dividido em mais de um carcinoma, que atingem partes diferentes da mama, e de progressão distinta. O carcinoma ducto-invasivo é considerado o carcinoma de maior ocorrência; ele atua nos ductos mamários do leite, rompe a parede do ducto, e cresce no tecido adiposo da mama,

podendo chegar a metástase, atingindo outros órgãos, inclusive os linfáticos. O carcinoma ducto-invasivo tem subtipos, sendo eles: cisto adenoide, metaplásico, medular, mucinoso, papilífero, lobular (ONCOGUIA., 2017). Carcinoma mucinoso: As mucinas são carboidratos secretados por células epiteliais especializadas. Tem como função, a proteção dos tecidos compostos por células epiteliais. É caracterizado pela grande quantidade de muco excretado pelas células tumorais; histologicamente, é caracterizado por aglomerados de células arredondadas, de forma isoladas, e cercadas por mucinas extracelulares. O carcinoma mucinoso é dividido em dois subtipos: carcinoma muciano puro, e misto. Para que o carcinoma mucinoso seja considerado puro, o mesmo deve conter 90% de componentes mucinosos, se houver menos de 90%, é considerado misto. O carcinoma mucinoso puro tem progressão mais lenta, em que ocorre maior probabilidade de cura, se comparado ao carcinoma mucinoso misto, pela recorrência, por atingir em maior quantidade outras células da mama (ZANETTI, SILVA., 2010). Carcinoma lobular invasivo: Acomete principalmente mulheres aos 57 anos de idade. As células tumorais são células dispersas, descoesas e se apresentam em comportamento de “fila indiana”. O tumor pode se apresentar de forma pleomórfica, alveolar e sólida. Esse câncer de mama está associado a perda da expressão da proteína de adesão caderina E, por esse motivo as células carcinogênicas estão dispostas em aspecto de “fila indiana”, pois a caderina tem a função de aderência, de ligar uma célula a outra. A incidência do carcinoma lobular invasivo varia de 2-15% dos casos de câncer de mama (OLIVEIRA, SILVA, 2008). Carcinoma medular: Esse câncer de mama atinge principalmente mulheres de 45-52 anos. Apresentam células de forma maciça e volumosas, porém são pobremente diferenciadas. É um tumor bem delimitado e circunscrito, apresentando margens expansivas, sendo comumente confundidas com doenças benignas por essa conformidade celular. É um tumor associado aos genes BRCA1 e BRCA2, que são genes supressores de tumor, porém ao haver uma mutação nesses genes, ocorre crescimento exacerbado. O tumor está frequentemente associado a hemorragias e necroses, é um carcinoma bastante agressivo, que se diagnosticado precocemente, tem grande chance de sobrevivência, podendo chegar a 10 anos entorno de 50-90% (DJAHJAH *et al.*,2008). Dentre os carcinomas de maior incidência, temos também os carcinomas não-invasivos, como o carcinoma ductal *in situ*, também conhecido como carcinoma intraductal, onde ocorre uma mutação celular no lúmen do ducto mamário, chegando a atingir apenas as células basais epiteliais, não invadindo as células basais subepiteliais. Por esse motivo, não ocorre presença de metástase, porém se não tratado, pode levar a evolução de uma lesão inflamatória na mama. Seu tratamento é através da mastectomia total, com prognóstico de cura de 98% dos casos (POLYAK *et al.*, 2004). **DIAGNÓSTICO CLÍNICO E LABORATORIAL:** As formas de diagnóstico precoce são de grande importância, pois na detecção do câncer em seu estágio inicial, aumentam-se as chances de um bom prognóstico e cura do câncer. O INCA afirma que o autoexame das mamas é uma importante forma de detecção do câncer de mama em seu estágio inicial. A estratégia de *breast awareness* mostra que mulheres ao realizar autopalpação sempre que sentirem-se confortáveis, verificando se há a formação de nódulos, como também, realizarem a observação da mama, em busca de lesões locais, ajudou de grande maneira na detecção precoce ao câncer de mama. Isso é especialmente verdade em alguns tipos de câncer de mama em que não há presença de nódulos, como o câncer de mama inflamatório, sendo um câncer de mama de alta incidência e que pode ser detectado pela mulher de acordo com suas características que o diferencia da maioria dos

câncer de mama, que são o espaçamento da mama, rigidez, vermelhidão da mama, inchaço (ONCOGUIA, 2017). Por esse motivo, é tão importante a realização da autopalpação e observação da mama, para detecção do câncer de mama de forma precoce (INCA, 2018). O principal método de escolha para a realização do diagnóstico de câncer de mama, é a biópsia, utilizando-se agulha grossa (core biópsia e biópsia a vácuo - mamotomia). Trata-se de um método minimamente invasivo, que possibilita a análise histológica e imuno-histológica, dessa maneira possibilitando um direcionamento no diagnóstico e tratamento da doença. Há outros métodos de diagnóstico para detecção do câncer de mama, como a biópsia cirúrgica, realizada quando há impossibilidade, por fatores técnicos, da realização da biópsia por agulha; como também métodos de diagnóstico laboratorial, que seriam os de imagem (ultrassonografia, mamografia ou ressonância), que servem de guia para os procedimentos (INCA, 2018). Com o avanço da medicina, outros métodos recentemente foram inclusos pela OMS para o diagnóstico de câncer de mama, são os testes de receptores de estrogênio e progesterona (teste hormonal) e o teste de superexpressão do receptor da proteína quinase (HER2), ampliando então, em grande escala, o diagnóstico de câncer de mama, favorecendo uma variabilidade de formas para seu diagnóstico (MEDSCAPE, 2019). Segundo o Conselho Federal de Farmácia (CFF), o farmacêutico pode atuar na área, realizando o diagnóstico laboratorial, sendo este profissional amparado pela Lei nº 11.664, no dia 29 de abril, e que afirma que os farmacêutico-bioquímicos são profissionais aptos a realizar diagnóstico de câncer de mama. Não somente o farmacêutico, como também biomédico e médicos especializados na área. **TRATAMENTO:** O tratamento, depende de vários fatores, tais como, prognóstico do câncer, características, e condições do paciente (idade, menopausa, comodidade), sendo estes fatores, de grande relevância para a implementação do tratamento, para que não ocorra maiores riscos para o paciente. Os estágios dos cânceres estão divididos das seguintes maneiras: I e II, III, IV, em que são divididas de acordo a gravidade da doença. As formas de tratamentos são divididas em duas maneiras: o tratamento local (cirurgias, radioterapia); e tratamento sistêmico (quimioterapia, hormonioterapia e terapia biológica). O tratamento dos estágios I e II é realizado através do tratamento local, que são cirurgias, por apresentar nódulo ainda pequeno, podendo ser mastectomia parcial, retirando apenas uma parte da mama, ou mastectomia total, em que se a retirada total da mama. Nesses casos, a radioterapia pode ser realizada como complemento em alguns casos, quando não a retirada total do nódulo cancerígeno, podendo implementar o tratamento sistêmico dependendo do estado do paciente. Na ocorrência do tratamento no estágio III, se implementa diretamente o tratamento sistêmico, pois o tumor está superior ao desejável para cirurgia, e dependendo da resposta do paciente às quimioterapias, a introdução do tratamento local, com cirurgia, diminuindo o número de metástase. A forma de tratamento envolvendo o nível IV do câncer de mama é voltado para a comodidade do paciente, pois é um quadro grave, onde já ocorre metástase a distância, desse modo, sendo geralmente implementado o tratamento sistêmico, onde ocorra uma maior e melhor durabilidade de vida do paciente (INCA, 2018). **ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da pesquisa realizada, pode-se perceber que o câncer é uma das doenças que mais crescem e matam no mundo. Dentre elas está o câncer de mama, que foram registrados 85,600 novos casos no Brasil no ano de 2018, sendo esta uma das doenças de maior incidência na população feminina que leva ao óbito (INCA, 2018). A perspectiva de vida de mulheres com câncer de mama, em relação à sua cura, varia de acordo com o

tamanho do tumor, e de seu diagnóstico, com isso vem as primeiras atitudes a serem tomadas pelos médicos e pacientes. Estudos mostram que mulheres jovens priorizam informações completas de seu diagnóstico, até sua perspectiva futura de vida, e quanto ao fim do tratamento (FERREIRA *et al.*, 2015). Segundo o INCA, há uma estimativa de incidência anual de câncer de 59.700 casos, sendo que, a cada 100.000 mulheres, 56,33 terão câncer no Brasil. No ano de 2017 foram relatadas 13,22/100 mil mulheres ao óbito, onde na região sul do Brasil 14,14 e 14,10/100.000 mulheres ao óbito. A progressão do câncer de mama tende a aumentar a partir dos 40 anos de idade, sendo em sua maioria pós-menopausa, como também o aumento de morte por essa neoplasia (INCA, 2019). A alta taxa de mortalidade do câncer de mama está diretamente relacionada com a detecção do câncer de forma precoce, cerca de 3,4% dos cânceres de mama são descobertos em sua fase inicial, enquanto 60% são diagnosticados em seu estágio avançado, quando a doença já se tornou tumor incurável (PEREIRA, 2010). Segundo dados do INCA, nos últimos anos, a maior incidência de câncer de mama está nas mulheres da faixa etária dos 30-39 anos de idade. Dentre os cânceres de mama, os carcinomas são os de maior incidência e prevalência, dentre os quais são divididos em carcinomas invasivos e não invasivos; do qual, o carcinoma ducto invasivo é o de maior prevalência, chegando a 70% dos casos de carcinomas mamários, em segundo lugar o carcinoma ducto *in situ* com 20% dos casos, e em terceiro o carcinoma lobular invasivo, com 10% dos casos de maior ocorrência dos carcinomas de mama. (ONCOGUIA., 2017). **CONCLUSÃO:** Podemos concluir que cada câncer de mama tem sua característica específica, como também sua forma de progressão, atuando de diferentes maneiras para a formação do nódulo, como também suas particularidades para se caracterizarem e evidenciar os seus sinais e sintomas. Por esse motivo é de fundamental importância a autochecagem da mama, pois o maior número de óbitos ocasionado pela neoplasia mamária é gerado pela descoberta tardia do câncer e a falta de conhecimento da população de como realizar a autochecagem, tanto na autopalpação, como na checagem diária da mama, o que é um dos principais déficits para a descoberta precoce e diminuição do número de mortes pelo câncer de mama. A melhor forma para se obter um diagnóstico precoce de mama seria uma maior instrução a população feminina para a autochecagem da mama, tendo profissionais educadores na área da saúde atuando na unidade básica e primária, aliando conhecimento e fortalecendo o vínculo paciente-educador.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Farmacêuticos-bioquímicos podem fazer diagnóstico de câncer de mama e de colo uterino.** Acesso em Disponível em: <http://www.cff.org.br/noticia.php?id=42&titulo=Farmac%C3%AAuticos-bioqu%C3%ADmicos+podem+fazer+diagn%C3%B3stico+de+c%C3%A2ncer+de+mama+e+de+colo+uterino>. Acesso em: 18 set. 2019.

FERREIRA, V. S. *et al.* Vivências emocionais e perspectivas de futuro em mulheres com câncer de mama. **Psicol. hosp.** v.13, n.1, São Paulo, Brasil. jan., 2015.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Câncer de Mama.** Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO ONCOGUIA. **Tipos de câncer de mama**. Disponível em: <http://www.oncoguia.org.br/conteudo/tipos-de-cancer-de-mama/1382/34/>. Acesso em: 14 set. 2019

INUMARU L.E.; Silveira, E. A.da; Naves, M. M. V. **Fatores de risco e de proteção para câncer de mama: uma revisão sistemática**. Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, 2011.

LAGE, D. *et al.* Doença de paget: a importância do especialista. **Anais Brasileiro de Dermatologia**, Campinas, São Paulo, Brasil, 2008.

LOMBARDI, W. *et al.* **Carcinoma papilífero intracístico mamário bilateral**. Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Universidade de Araraquara, Faculdade de Medicina, Araraquara, SP, Brasil. 2018.

LOPES, M. S. *et al.* Evolução da mortalidade e dos anos potenciais e produtivos de vida perdidos por câncer de mama em mulheres no rio grande do norte, entre 1988 e 2007. **Epidemiol. Serv. Saúde**. v. 20, n. 2, Brasília, jun., Brasil. 2011.

MARTINS, C. A.; *et al.*; Evolução da mortalidade por câncer de mama em mulheres jovens: desafios para uma política de atenção oncológica. **Revista Brasileira de Cancerologia** 2013; n. 59, v.3, p. 341-349. Rio de Janeiro (RJ), Brasil. 2013.

MATHEUS, V, S. *et al.* **Carcinoma medular da mama: correlação anátomo-radiológica**. Radiol Bras. 2008. nov/dez; v.41, n. 6, p. 379–383. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2008.

OLIVEIRA, C, F. de; SILVA, T, S, da. **Carcinoma invasivo da mama: do diagnóstico ao tratamento cirúrgico**. Cap. 37, 2010.. Disponível em: http://www.fspog.com/fotos/editor2/cap_37.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

PEREIRA, M. C. **Proposta para detecção precoce do câncer de mama feminino no município de lamim**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Aberta do Brasil. Minas Gerais (MG), Brasil. 2010.

REVISTA SAÚDE BRASIL. Farmácia e oncologia. Disponível em: <http://saudebrasilnet.com.br/sistema/Fotos/19122016101850.pdf>. Acesso em: 18. Set. 2019

RIBEIRO, S, M. *et al.* Carcinoma metaplásico de mama metastático para pulmão, fígado e osso: relato de caso e revisão da literatura. **Rev Bras Mastologia**. Artigo. 2012; v.22, n. 2, p.70-74. Teresina (PI), Brasil. 2013.

SANTOS, D. B., *et al.* Imagem corporal de mulheres com câncer de mama: uma revisão sistemática da literatura. **Ciênc. saúde coletiva** [online].v.16, n.5, Brasil, 2011.

VIVIANI, R. S. O. *et al.* Angiossarcoma de mama: relato de caso. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet**. v. 22, n.7, Rio de Janeiro . Brasil, 2000.

ZANETTI, J, S,; SILVA, A, R.; **Carcinoma mucinoso invasor da mama e seus diagnósticos diferenciais em biópsia por agulha grossa: revisão da literatura.** Bras. Patol Med Lab., v. 46 - n. 2, p. 99-104, abr., Brasil. 2010.

RESISTÊNCIA MICROBIANA E O USO IRRACIONAL DE ANTIBIÓTICOS

AUTORES:

Gabriel de Souza Oliveira
Alana Ferreira da Costa
Isabel Micaele Pereira Brandao
Yara Gabriella Lima da Silva
Renato Bruno D Samontesy Dantas Martinho
Luanda Barbara Ferreira Canario de Souza

RESUMO: O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura que tem como objetivo apresentar dados e informações uso descontrolado de antibióticos e a resistência bacteriana como consequência de tal descontrole. A OMS já advertiu em 2014 sobre este tema e considerou que estava avançando em direção a uma época "pós-antibiótica", onde será possível morrer por doenças banais ou ferimentos leves. Em 2015 a OMS na Assembleia Mundial da Saúde aprovou um plano de ação global sobre resistência aos antimicrobianos, pois, considerou a resistência bacteriana como alta prioridade para assuntos de saúde mundial. Já é sabido que resistência bacteriana é um problema de saúde mundial e como tal problema deve ser amplamente discutido e combatido, essa pesquisa vem com intuito de reunir informações para conscientizar estudante e profissionais da saúde ou qualquer outra pessoa que busque informações sobre o tema.

Palavras-chave: Antibióticos. Bactérias. Resistência.

INTRODUÇÃO: As bactérias estão frequentemente associadas as doenças que podem ocasionar. Porém, pode exercer um papel benéfico em diversas áreas como agricultura, biotecnologia e controle de organismos patogênicos. (ARAGUAIA DE CASTROSÁ LIMA, 2017). Durante anos a humanidade lutou contra esses microrganismos sem eficácia até que, Alexandre Fleming descobriu o primeiro dos antibióticos, a penicilina, a descoberta desse antimicrobiano não pode ser tratada de maneira simples, pois, desencadeou profundas mudanças no tratamento das doenças infecciosas (PEREIRA *et al.*, 2018). Consideramos antibióticas todas as substâncias capazes de matar ou inibir o crescimento de bactérias. Os antibióticos podem ser bactericidas, quando destroem diretamente as bactérias, ou bacteriostáticos, quando impedem a multiplicação das mesmas (PINHEIRO, 2019). Os antimicrobianos possuem espectro de ação sobre as espécies microbianas, ou seja, determinada amplitude de atuação, podendo ser de amplo espectro ou de espectro reduzido, de acordo com a quantidade de bactérias que conseguem eliminar (MURRAY, ROSENTHAL, KOBAYASHI, PFALLER, 2000). A sua importância terapêutica é indiscutível, entretanto, mediante o uso inadequado, podem causar repercussões imprevisíveis e prejudiciais, pois, embora contribuam para a eliminação de bactérias sensíveis, também podem induzir a resistência bacteriana (OLIVEIRA, 2007). A resistência aos antibióticos se desenvolve como uma natural consequência a habilidade da população bacteriana de se adaptar, é inevitável e irreversível, ocorrendo naturalmente pela adaptação da bactéria a exposição aos antibióticos (SANTOS DE QUEIROZ, 2004). Os mecanismos de resistência bacteriana são um fenômeno que podem ser natural ou adquirido se dão por BOMBAS DE EFLUXO: por meio de proteínas as bactérias conseguem promover um efluxo do antibiótico do meio intracelular para o extracelular, esse efluxo ocorre por

transporte ativo; **ALTERAÇÃO DA PERMEABILIDADE:** está ligada a bactérias gram negativas, as porinas que são passagens para o meio intracelular são modificadas geneticamente, diminuindo a entrada do antibiótico no interior da bactéria; **PRODUÇÃO ENZIMÁTICAS:** algumas bactérias conseguem produzir enzimas que tem capacidade de inativar os antimicrobianos como exemplo o grupo das betalactamases e **ALTERAÇÃO GENÉTICA:** a alteração genética pode ser resultado da aquisição de genes (plasmídeos) ou por mutação (CASTANHEIRA, 2013). A realização do trabalho se dá pela necessidade constante de discussão sobre o tema abordado devido sua relevância mundial, “a resistência bacteriana” entrou nos últimos anos como problema de saúde mundial e de responsabilidade de todos. A pesquisa tem prioridade de reunir dados e informações já existentes para informar todos os leitores. **METODOLOGIA:** O presente trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, onde se realizou um mapeamento de material científico literário, nas bases de dados como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe (LILACS) e Google acadêmicos publicados nos últimos 10 anos, dos quais foi selecionado um total de 60 artigos. Os descritores utilizados para as buscas foram “resistência bacteriana”, “antibióticos” e “bactérias resistentes consequências”. Os artigos foram analisados pelo título e resumo, sendo selecionadas 16 obras para embasar a realização do presente trabalho. Os critérios de inclusão considerados consistiram em artigos que se referissem a resistência bacteriana aos antimicrobianos e as consequências desse fenômeno, escritos na Língua Portuguesa. Os critérios de exclusão foram dissertações de mestrado e de teses de doutorado mesmo que pertinentes ao assunto. **RESULTADOS DE DISCUSSÃO:** Ao receber o Prêmio Nobel de Medicina em 1945 pelo desenvolvimento da penicilina, Alexander Fleming fez um alerta em seu discurso: o uso equivocado do medicamento poderia tornar os microrganismos mais fortes. Anos depois vemos uma era de resistência podendo assim começar uma era pós antibióticos onde doenças simples irão ser mortais. (ROSA, 2016). A disseminação de bactérias antibiótico-resistentes ocorre tanto no ambiente hospitalar como na comunidade. Na área hospitalar pode ocorrer uma maior proliferação desses microrganismos resistentes, pois, são utilizados uma maior variedade de antibióticos com uma alta frequência facilitando a disseminação da resistência (SANTOS DE QUEIROZ, 2004). Segundo o CFM – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2015 para deter a resistência e preciso agir com uma equipe multidisciplinar, pois, com a disseminação da resistência bacteriana no âmbito hospitalar ocorre um aumento no custo e no tempo de internação levando ao uso de medicamentos mais caros e muitas vezes mais tóxicos. MURTHY (2001), afirma que a resistência é um fenômeno que depende de diversos fatores, pacientes, ambiente, agente antimicrobiano, por isso que o combate deve ser abordando diversas frentes. A resistência bacteriana já é um problema de saúde de ordem mundial e têm sido desenvolvidas medidas preventivas. Assim, a contínua emergência de microrganismos resistentes nas instituições de saúde constitui-se um grande desafio mobilizando órgãos nacionais e internacionais de vigilância e controle epidemiológicos. (DE OLIVEIRA, 2008). A prescrição de antibióticos tem sido muitas vezes realizada de forma inapropriada, ou seja, sem uma clínica compatível para sua utilização, ou mesmo sem o conhecimento de qual é o microrganismo causador da infecção e a sua susceptibilidade *in vitro* aos antimicrobianos disponíveis. Como exemplo, temos que em países subdesenvolvidos, onde cerca de 40% dos casos de diarreias são por infecções virais ou parasitárias, e mesmo assim fazem uso de antimicrobianos durante o tratamento. A OMS – Organização Mundial da Saúde declara que quase

metades das prescrições mundiais de antibióticos são desnecessárias (NOVARETTI, 2015). É comumente visto a prática da automedicação e apropriação de tratamento com medicamentos de terceiros pela sociedade, seja pela falta de conhecimento ou pela banalização dos medicamentos e seus efeitos colaterais, esse cenário não é diferente com os antimicrobianos, por isso faz-se necessário a proibição de venda sem receituário médico para esta classe de medicamentos. (GUEDES, *et al.* 2014) por causa dessa questão cultural raizada e essencial que o profissional farmacêutico oriente de forma clara e simplificada o tratamento completo na hora da dispensação em drogarias principalmente ao público idoso e de baixa renda por esses serem grupos que consideram os medicamentos como produtos de consumo e não o reconhecem como um instrumento de promoção à saúde com consequências em seu uso. (GOMES E COELHO, 2018) HOEFEL e LAUTERT (2006), lista uma série de erros que levam a uma não administração correta de antimicrobianos e assim contribuem para uma disseminação maior da resistência, esses erros são: ERRO DE PRESCRIÇÃO: seleção incorreta da droga, dose, forma de dosagem, quantidade, via, concentração, velocidade de administração; ERRO DE OMISSÃO: falha na administração de uma dose prescrita a um paciente antes de uma próxima; ERRO DE TEMPO: administração de medicamento fora de um intervalo pré-definido de tempo da posologia; ERRO DE MEDICAMENTO NÃO AUTORIZADO: administração de medicamento não prescrito; ERRO DE DOSAGEM IMPRÓPRIA: administração ao paciente de uma dosagem que é maior ou menor que a quantidade prescrita; ERRO DE DETERIORAÇÃO DA DROGA: administração de medicamento cuja integridade física ou química ficou comprometida; ERRO DE ADESÃO: a não adesão ou adesão parcial do medicamento. No âmbito hospitalar as prescrições farmacêuticas devem ser de forma racional, baseadas em resultados de exames clínicos e laboratorial como da microbiologia associada com uma correta anamnese clínica para minimizar a administração de antibióticos sem necessidade. A prescrição inadequada leva ao consumo muitas vezes desnecessário e excessivo de antibióticos ajudando a disseminar a resistência hospitalar (VIEIRA e VIEIRA, 2017). Para deter o uso desenfreado de antibióticos pela população a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária considerando a resolução da OMS sobre o uso descontrolado de antimicrobianos, publicada em 26 de outubro de 2010 a RDC nº44. Essa RDC regula a venda de antibióticos proibindo a venda dessa classe de medicamentos sem receita e obriga a retenção da receita para posterior registro no SNGPC- SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS. Esse registro serve para políticas públicas regulamentárias e/ou educativas por meio de órgãos responsáveis como o ministério da saúde. Com essa RDC o Brasil segue outros países que lutam contra o uso inapropriados como a união europeia e países da América do Norte. Segundo Robin Rojas consultor de Medicamentos e Tecnologias de Saúde da OPAS/OMS (ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE) em uma palestra no I Congresso Pan-Americano e o VI Congresso Brasileiro sobre o Uso Racional de Medicamentos em 2017 afirmou que, estima-se que mais da metade de todos os medicamentos do mundo são prescritos, dispensados ou vendidos indevidamente entre eles os antibióticos. DA COSTA e JÚNIOR (2017), ainda alerta que o uso irracional dos medicamentos não é o único meio que pode levar à resistência, atualmente existe uma grande quantidade de produtos que contêm substâncias antimicrobianas em sua composição, como cremes, sabonetes e detergente. Estes produtos favorecem a seleção de cepas resistentes no ambiente doméstico que normalmente não deveria existir. **CONCLUSÃO:** Com o advento dos antibióticos a

humanidade pode finalmente combater as infecções que antes levaram milhares de pessoas a morte, os antimicrobianos também possibilitam a realização de procedimentos mais invasivos e melhoramento no tratamento de pacientes imunodeprimidos. Porém, o uso indiscriminado fez com o que um processo natural ficasse cada vez mais frequente, e hoje travamos uma batalha contra as cepas resistentes a ação dos antimicrobianos. A conscientização de todos, principalmente os profissionais da saúde, é fundamental para essa problemática de nível mundial para que não haja um retrocesso no tratamento de infecções e com isso doenças simples se tornem mortais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução – RDC Nº 44** de 26 de outubro de 2010. DOU nº 207, quinta-feira, 28 de outubro de 2010, Seção 1, p. 76 e 77. **Diário Oficial da União**.

Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0044_26_10_2010.html.

CASTANHEIRA, Bruno Alexandre Martins Guerreiro *et al.* **Mecanismo de resistência a antibióticos**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Humani nihil alienum. Lisboa, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Sepse**: um problema de saúde pública- Instituto Latino Americano para Estudos da Sepse (ILAS). 2015. Disponível em: [https://ilas.org.br/assets/arquivos/upload/Livro-ILAS\(Sepse-CFM-ILAS\).pdf](https://ilas.org.br/assets/arquivos/upload/Livro-ILAS(Sepse-CFM-ILAS).pdf). Acesso em: 18 ago. 2019.

COSTA, Anderson Luiz Pena da; SILVA JÚNIOR, Antônio Carlos Souza. Resistência bacteriana aos antibióticos e Saúde Pública: uma breve revisão de literatura. **Estação Científica** (UNIFAP), v. 7, n. 2, p. 45-57, 2017.

GOMES, Paulo Roberto Melo; COELHO, Aline Barros; KZAM, Pollyanna Melo. Automedicação no Brasil e as contribuições do farmacêutico: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde/Electronic Journal Collection Health**, v. 2178, p. 2091, 2018.

GUEDES, Ronaldo Franco; GUEDES, Raquel Franco; GUEDES, Heloisa Helena da Silva. O papel educativo do farmacêutico frente ao desafio da implantação da RDC-20/2011. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 5, n. 2, p. 436-458, 2014.

HOEFEL, Heloisa Helena Karnas; LAUTERT, Liana. Administração endovenosa de antibióticos e resistência bacteriana: responsabilidade da enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 8, n. 3, 2006.

LIMA, Mariana Araguaia de Castro Sá. **A importância das bactérias**. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/a-impotancia-das-bacterias.htm>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MURTHY, Rekha. Implementation of strategies to control antimicrobial resistance. **Chest**, v. 119, n. 2, p. 405S-411S, 2001.

NOVARETTI, Marcia Cristina Zago; AQUINO, Simone; PISCOPO, Marcos Roberto. Controle de Vendas de Antibióticos no Brasil: Análise do efeito dos atos regulatórios no uso abusivo pelos consumidores. **Revista Acadêmica São Marcos**, v. 4, n. 2, p. 25-39, 2015.

OLIVEIRA, Adriana Cristina de; SILVA, Rafael Souza da. Desafios do cuidar em saúde frente à resistência bacteriana: uma revisão. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 10, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, Andrea Luiza de. Resistência bacteriana a antibióticos: uma análise da conduta hospitalar. **Revista Cesumar-ciências humanas e Sociais aplicadas**, v.11, n.1, p.59-69, 2007.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE - OPAS; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Folha informativa**: resistência aos antibióticos. 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5664:folha-informativa-resistencia-aos-antibioticos&Itemid=812. Acesso em: 27 ago. 2019.

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui. Alexander Fleming (1881-1955): da descoberta da penicilina (1928) ao prêmio Nobel (1945). **História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 6, 2018.

PINHEIRO, Pedro. **Antibióticos**: o que são, tipos, resistência e indicações. 2019. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/doencas- infecciosas/antibioticos/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

QUEIROZ, Neusa Santos de. A resistência bacteriana no contexto da infecção hospitalar. **Texto & contexto enfermagem**, v.13, n. Esp., 2004.

ROSA, Eduardo. **Por que o mau uso dos antibióticos é uma ameaça para a saúde de toda a população**: Medicamentos estão se tornando ineficazes e doenças hoje facilmente tratáveis podem ser causa comum de mortes no futuro. 29 jul. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/vida/noticia/2016/07/por-que-o-mau-uso- dos-antibioticos-e-uma-ameaca-para-a-saude-de-toda-a-populacao- 6976574.html> . Acesso em: 01 set. 2019.

VIEIRA, Priscila Noemi; VIEIRA, Suellen Laís Vicentino. Uso irracional e resistência a antimicrobianos em hospitais. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 21, n. 3, 2017.

IMUNIZAÇÃO: DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS FARMACÊUTICAS

AUTORES:

Yara Gabriella Lima da Silva
Alana Ferreira da Costa
Isabel Micaele Pereira Brandao
Gabriel de Souza Oliveira
Manuela Bernardo Camara Barbosa

RESUMO: A imunização possibilita ao organismo defender-se melhor contra patógenos causadores de doenças, através da vacina é possível estimular o sistema imunológico a produzir anticorpos que geram a imunidade. O presente estudo, trata-se de uma revisão da literatura que objetivou identificar, os desafios atuais na imunização, com enfoque para a importância da vacinação, bem como as novas perspectivas farmacêuticas, destacando-se a nova resolução nº 654, de 22/02/2018, do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que, dispõem sobre as regras para a atuação do farmacêutico no serviço de vacinação. Os resultados apontaram que apesar das estratégias desenvolvidas pelo Ministério da Saúde os registros de pessoas que não se vacinam ainda são consideráveis no país, com isso, pode-se afirmar que, há uma resistência, o que deixa população mais exposta a ocorrência de surtos de doenças que já tinha sido considerada erradicadas pelo avanço da medicina. Dado este fato, a atuação farmacêutica na vacinação é essencial para os programas de imunização, pois, é o profissional que vai estar mais próximo do paciente podendo garantir uma orientação adequada sobre vacinar-se.

Palavras-chave: Imunização. Surtos. Assistência farmacêutica.

INTRODUÇÃO: A primeira vacina foi descoberta por Edward Jenner no século XVIII, após longos anos de estudos e experimentos com a varíola bovina, comprovando que, ao inocular uma secreção de um indivíduo com a doença da varíola em outro indivíduo saudável, esta desenvolvia sintomas muito mais brandos e tornava-se imune à patologia em si, o que deu origem ao termo vacina derivado do termo latino *vacca* (MORAES *et al.*, 2018). A vacina é uma preparação capaz de induzir resposta imune naquele indivíduo que a recebe, para que uma vez exposto já disponha de anticorpos protetores (BALLALAI, 2016). O sistema imunológico o qual se desenvolve a proteção conferida pelas vacinas compreende um conjunto de mecanismos através dos quais o organismo humano ao entrar em contato com determinado microrganismo, reconhece-o como uma substância estranha, para, em seguida, efetuar a sua defesa, metabolizá-la, neutralizá-la e/ou eliminá-la (BRASIL, 2014). De um modo geral, as vacinas são seguras e apresentam poucos efeitos colaterais, podem desencadear reações adversas ou efeitos indesejáveis após a aplicação, causados por componentes presentes na própria vacina, estes efeitos na maioria das vezes são esperados, inevitáveis e leves, tais como mal-estar, febre, dores no corpo ou no local da aplicação, são de curta duração e sem consequências permanentes, porém os benefícios da imunização são muito maiores que os riscos dessas reações temporárias (SÍRIO LIBANÊS, 2018). O uso de vacinas é uma medida preventiva que tem maior custo-benefício no controle de doenças imunopreveníveis, do que a utilização de medicamentos para a cura de determinada doença. Atualmente existem vários tipos de vacinas em uso, cada uma possui uma estratégia diferenciada para reduzir o risco de doenças, porém todas possuem o

mesmo princípio que é induzir a resposta imune benéfica para o organismo vacinado, elas podem ser constituídas de microrganismos vivos ou mortos, toxinas, proteínas entre outros elementos (MORAES *et al.*, 2018). Os desafios de imunização no Brasil são multifatoriais, a maioria da população desconhece diversas doenças comuns no Brasil que deixaram de ser um problema de saúde pública, pois foram extintas no passado, como sarampo, poliomielite, rubéola, coqueluche, tétano, devido ao advento das vacinas, porém atualmente essas doenças consideradas erradicadas estão ressurgindo devido à queda na imunização da população, e diversos são os fatores que colaboram para isto (FIO CRUZ, 2015). É importante enfatizar que as vacinas passam por um rigoroso processo de produção e controle de qualidade, por diversas fases, desde os processos iniciais de pesquisa e desenvolvimento passando por inúmeros testes até ser produzida, validada, e disponibilizada, garantindo assim sua segurança. Além disso a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão vinculado ao Ministério da Saúde realiza a fiscalização para que tudo esteja dentro dos padrões de qualidade pré-estabelecidos (SÍRIO LIBANÊS, 2018). Muito se tem discutido sobre os profissionais de saúde que trabalham na conscientização e prevenção de doenças, atuando diretamente na imunização, e o farmacêutico também está apto a fazer parte desta rede de serviços. Recentemente, o farmacêutico está atrelado a mais um serviço na área da saúde: a vacinação, a nova resolução nº 654, de 22/02/2018, do Conselho Federal de Farmácia (CFF), aprovada pela ANVISA, dispõem sobre as regras para a atuação do farmacêutico no serviço de vacinação (CFF, 2018). O profissional farmacêutico é habilitado para atuar na imunização, de forma eficaz e segura, desenvolvendo seu papel que envolve desde o conhecimento de como é preparada a vacina, armazenamento adequado, aplicação, descarte de resíduos, e o acompanhamento após a aplicação avaliando os possíveis eventos adversos, além de exercer um papel importante na orientação farmacêutica, pois está preparado para ouvir os questionamentos dos pacientes e esclarecer acerca dos riscos e benefícios da vacina, transmitindo as informações corretas. (SBIM, 2019). O farmacêutico irá atuar diretamente na vacinação, e as farmácias e drogarias vão passar a oferecer o serviço aos clientes, porém possui algumas exigências para que os estabelecimentos de saúde possam disponibilizar os serviços de vacinação, como inscrição no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), disponibilizar o calendário nacional de vacinação e os tipos de medicamentos disponíveis aos clientes (CFF, 2018). Diante do exposto anteriormente, o objetivo deste trabalho é identificar, os desafios atuais na imunização, com enfoque para a importância da vacinação, bem como as novas perspectivas farmacêuticas.

METODOLOGIA: O desenvolvimento do presente estudo foi realizado a partir de revisão de literatura, baseado em pesquisas bibliográficas do tipo exploratória, visando proporcionar uma maior integralidade com o problema em questão. O trabalho contribui para uma reflexão pessoal sobre a importância de vacinar-se. Para obter o objetivo proposto, foi realizada uma busca por artigos entre agosto e setembro de 2019, utilizando alguns bancos de dados como o Periódico *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), DATASUS, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e revistas online, utilizando os seguintes descritores: imunização, surtos, importância da vacinação, movimentos antivacinais, e assistência farmacêutica. Como critério de inclusão, priorizamos os artigos escritos na língua portuguesa, publicados entre os anos de 2014 e 2019, os quais nos auxiliaram na elaboração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os fatores que levaram o declínio da imunização atualmente são os mais diversos, esses fatores

estão inseridos em diferentes contextos como, políticos, históricos e sociais que devem ser considerados, no entanto a decisão do cidadão de vacinar-se ou não é individual e influenciada pela mídia, informações infundadas ou a falta de informação, convicções morais e religiosas. A decisão de não se vacinar contribui para que a imunidade da população seja reduzida, o que pode resultar na ocorrência de surtos, o que é bastante preocupante (VIEGAS *et al.*, 2017). É crescente o número de indivíduos que se opõem a vacinar-se, e vacinar os seus filhos, fomentando algo que pode ser perigoso, pois podem trazer de volta doenças como sarampo e poliomielite. Pessoas em todas as partes do mundo estão aderindo a movimentos antivacinais, onde estão ganhando cada vez mais espaço e são persuasivos (MORAES *et al.*, 2018). Esses movimentos usam informações distorcidas e disseminam informações falsas, como o autismo em crianças, no qual alegam estar relacionado as vacinas, visto que a doença é diagnosticada após a aplicação de grande parte das vacinas presentes no calendário vacinal da criança, porém isso necessariamente não prova que tenha uma relação causal com o autismo, no entanto acabam questionando a segurança e eficácia das vacinas, influenciando a população a não se vacinar (MORAES *et al.*, 2018). Cabe salientar o fluxo de viajantes entre os países e o simples fato de que se alguma dessas pessoas não estiverem vacinadas podem adoecer, e disseminar a doença para outros indivíduos, trazendo de volta os problemas de saúde pública que essas enfermidades acarretam. Atualmente a população está mais exposta a surtos, pelo fato de que indivíduos não se vacinarem, e assim contribuem para a disseminação de doenças (CONSENSUS, 2019). De acordo com o sistema de informação do Programa Nacional de imunização (PNI), com bases nos dados estatísticos disponibilizados pelo portal DATASUS, a cobertura vacinal nos últimos quatro anos demonstrou um declínio considerável no país, fortalecendo um dos principais desafios da imunização no Brasil. A tabela a seguir mostra a dimensão da resistência da população a não se vacinar.

Tabela 1: Coberturas de Vacinais

Coberturas vacinais (CV) por Região, Brasil 2014 a 2018					
Regiões	2014	2015	2016	2017	2018
Norte	76,25	83,05	48,22	64,34	65,95
Nordeste	85,66	95,40	47,96	64,89	68,37
Sudeste	87,97	98,51	49,04	70,00	71,49
Sul	87,04	94,24	55,60	75,37	79,05
Centro Oeste	92,76	94,42	60,87	74,58	75,01
BRASIL	86,21	95,07	50,44	69,04	71,33

Fonte: Fonte de dados coberturas vacinais: Ministério da Saúde (BR). Programa Nacional de Imunização. Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SIPNI, Dados atualizados: 23/07/2019. [citado 24 ago. 2019]. Disponível em:(<http://sipni.datasus.gov.br>). Dados sujeitos a alterações.

O Brasil é um dos países que disponibiliza de forma global as vacinas através do Sistema Único de Saúde (SUS) para a população, no entanto, as campanhas de vacinação e medidas de conscientização, não tem demonstrado resultados eficazes. A falta de informações seguras, os movimentos antivacinais, e o receio de possíveis reações adversas, são os principais determinantes que tem induzido a população questionar a segurança e eficácia da vacina (CONSENSUS, 2017). Os surtos estão se tornando mais frequentes, os indivíduos que decidiram não se vacinar, os que

migraram ou que viajaram de um ambiente com alta cobertura vacinal para outro com baixa cobertura vacinal, acabam expondo populações também não vacinadas ao patógeno, devido a isto, algumas doenças antes controladas pelos programas de vacinação, como o sarampo, ressurgiram em populações de diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil (MORAES *et al.*, 2018). A não imunização da população tem ocasionado a entrada de novos casos de doenças no país, consideradas como erradicadas a muitos anos, o Ministério da Saúde tem reforçado estratégias de prevenção em estados que o vírus está em circulação, com objetivo de evitar surto ativo da doença (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). O gráfico a seguir mostra a situação atual do país, ocasionado pela não imunização da população contra o sarampo. O Brasil tem vivenciado nas últimas semanas um resultado lamentável de uma doença considerada adormecida pelo avanço da medicina.

Gráfico 2: Número de casos de sarampo da Semana Epidemiológica. Brasil, 2019.



Fonte: Boletim epidemiológico de sarampo nº17. Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde Volume 50 / ago. 2019. Atualizados em 12/08/2019. {citado 26 ago. 2019}. Dados sujeito a alterações.

As novas perspectivas na imunização buscam medidas estratégicas para solucionar o problema, e aumentar adesão da população. É inegável que a aprovação do farmacêutico nos serviços de vacinação pode contribuir para este aumento, tendo em vista que o mesmo é um profissional capacitado, pois está envolvido em todo o processo de imunização, isso envolve desde a pesquisa até a aplicação da vacina, no qual poderá instruir melhor a população acerca dos benefícios de imunizar-se. A atuação do farmacêutico na imunização começa a expandir-se, os serviços farmacêuticos em uma farmácia são os mais diversos, a nova resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF), estabelece os quesitos necessários a prestação do serviço de vacinação pelo farmacêutico, tais como: preparo, administração da vacina indicada e descarte de resíduos, educação do paciente sobre os cuidados e as precauções relativas a vacinação, acompanhamento, e se necessário atendimento ao paciente quanto as possíveis reações adversas (CFF, 2018). O profissional farmacêutico atuará diretamente na imunização, e na assistência a população, pois estará mais próximo do usuário, orientando o paciente e esclarecendo suas principais dúvidas, esse conjunto de orientações estabelece um diálogo de confiança ao usuário e certamente contribuirá para a adesão à vacinação. Desta forma, o farmacêutico precisa estar constantemente atualizado, conhecer os planos de estratégia de vacinação (PNI), os dados epidemiológicos das doenças evitáveis através da vacinação no país, como também a realização de capacitações

constantes a fim de atender os requisitos estabelecidos, bem como melhorar a qualidade do serviço prestado à população (CFF, 2018). A administração das vacinas, é obrigatória, durante todo o período de funcionamento do estabelecimento que ofertar o serviço de vacinação, como também a presença de farmacêutico apto a realizar a aplicação da vacina. Outro benefício que cabe destacar é a possibilidade de realizar a vacinação fora do ambiente da farmácia, o farmacêutico deverá comunicar o serviço ao Conselho Regional de Farmácia, informando a data, local e o período de realização (CFF, 2018). Levando em consideração os aspectos mencionados, é fato que a imunidade individual e principalmente a coletiva previne uma população de possíveis doenças, pois se a maioria das pessoas se manterem imunizadas, os surtos serão limitados a casos esporádicos, não havendo indivíduos susceptíveis em quantidades suficientes para sustentar a disseminação da doença. **CONCLUSÃO:** A veiculação de informações corretas é imprescindível para que a população tenha uma maior aceitação sobre as vacinas, mantendo assim os níveis elevados de imunização. Diante disto, se faz necessário programas para atualização e capacitação de profissionais que são responsáveis por promover a saúde, uma vez que estão mais perto dos usuários, como também o empenho do Ministério da Saúde na realização e divulgação de campanhas. A assistência farmacêutica nestas campanhas é de suma importância frente a orientação da população, auxiliando na divulgação dos benefícios da imunização, com o intuito de reverter o declínio da não vacinação, que ocorreu em muitos casos pela falta do esclarecimento de dúvidas.

REFERÊNCIAS

BALLALAI, Isabella; BRAVO, Flavia (Org.). **Imunização: tudo o que você sempre quis saber.** Rio de Janeiro: RMCOM, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico nº17- Volume 50 - agosto 2019.pdf. **Monitoramento dos casos de sarampo no Brasil, Semanas Epidemiológicas 20 a 31 de 2019.** Disponível: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/agosto/13/BE-2019-19-sarampo-ajustado.pdf>. Acesso: 26 agosto 2019.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Sarampo: mais de 16 milhões de doses da vacina tríplice viral foram enviadas para todo o país.** Disponível: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45675-sarampo-mais-de-16-milhoes-de-doses-da-vacina-triplice-viral-foram-enviadas-para-todo-o-pais>. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Vacinação: quais são as vacinas, para que servem, por que vacinar, mitos.** 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Resolução n. 654, 22 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre os requisitos necessários à prestação do serviço de

vacinação pelo farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: www.cff.org.br. Acesso em: 10 set. 2019.

CONSENSUS. Conass. A queda da imunização no Brasil: **Redução da cobertura vacinal no país é preocupante**. *Consensus*, Brasília, v. 25, 4 abr. 2017. Disponível em: <https://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. **O Programa Nacional de Imunizações (PNI)**. Disponível em: <http://sipni.datasus.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MORAES, Luana Raposo de Melo *et al.* **Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica**. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 52, 5 abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102018000100504&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 15 ago. 2019.

OSWALDO CRUZ. **Desafios e perspectivas da vacinação no país**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/noticias/570-palestrantes-apresentam-desafios-e-perspectivas-da-vacinacao-no-pais>. Acesso em: 4 set. 2019.

SÍRIO LIBANÊS. **Saiba mais sobre Vacinação**. 2018. Disponível em: <https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/hospital/especialidades/centro-imunizacoes/Paginas/saiba-mais-vacinacao.aspx>. Acesso em: 03 set. 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNOLOGIA. SBIM. **Imunização**. 2019. Disponível em: <https://sbim.org.br/>. Acesso em: 09 set. 2019.

VIEGAS, Selma Maria da Fonseca *et al.* **A vacinação e o saber do adolescente: educação em saúde e ações para a imunoprevenção**. São Paulo, v. 24, n. 2, p.351-360, fev. 2017. (SCIELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.30812016>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2019.v24n2/351-360/pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO TRATAMENTO DA SÍFILIS

AUTORES:

Alana Ferreira da Costa
Gabriel De Souza Oliveira
Isabel Micaele Pereira Brandao
Yara Gabriella Lima da Silva
Manuela Bernardo Camara Barbosa

RESUMO: O artigo tem como objetivo identificar, a partir das evidências científicas da literatura, os desafios enfrentados pelos profissionais e as barreiras existentes para uma adequada assistência farmacêutica no combate à sífilis. Para concepção do presente trabalho, foi utilizado o método de pesquisa descritiva do tipo revisão integrativa. A coleta dos dados se deu por meio dos bancos de dados SCIELO (Scientific Eletronic Library Online) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), site da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), site do Ministério da Saúde, em revistas online e livros publicados na área. Os resultados apontam que o aumento de números de casos de sífilis é consequência da falta de uma boa assistência e a baixa adesão ao tratamento. O farmacêutico tem um papel fundamental para um tratamento eficaz, tendo o conhecimento hábil para a correta orientação ao uso e aceitação do tratamento pelo paciente.

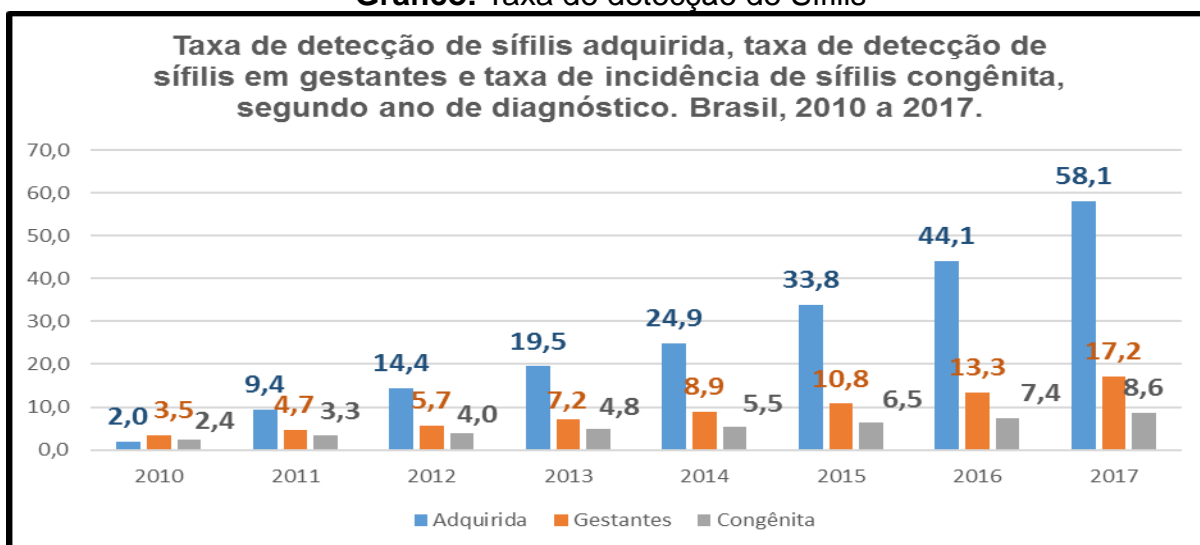
Palavras-chave: Sífilis. Assistência Farmacêutica. Tratamento.

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) há mais de um milhão de casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) por dia no mundo. Ao ano, estima-se 357 milhões de novas infecções, dentre elas a sífilis. Na América Latina e Caribe, estima-se que entre 166.000 e 344.000 crianças nasçam com sífilis congênita por ano (BRASIL, 2017). No período gestacional a sífilis leva mais de 300.000 mortes neonatais e fetais e aumento de risco de morte prematura em outras 215.000 crianças no mundo (BRASIL, 2018). Nos últimos anos no Brasil, a sífilis é um motivo de alerta na saúde pública, tendo em vista, houve um aumento considerável do número de casos de sífilis adquirida e congênita. No ano de 2016 no Brasil foram notificados no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) 87.593 casos de sífilis adquirida, 37.436 casos de sífilis em gestantes e 20.474 casos de sífilis congênita, entre eles, 185 óbitos (BRASIL, 2017). Em 2017 foram notificados no Sinan 119.800 casos de sífilis adquirida, 49.013 casos de sífilis em gestantes, 24.666 casos de sífilis congênita e 206 óbitos por sífilis congênita (BRASIL, 2018). A sífilis é uma IST, causada por uma bactéria gram negativa, de alta patogenicidade, chamada *Treponema pallidum*. Podem ser qualificadas pelas fases de não atividade denominada como latência e pelas fases de atividade clínica (BRASIL, 2016). As fases de atividade clínica podem ser classificadas em: sífilis primária que é uma lesão única (Cancro duro), indolores com secreções ricas em *treponemas*. Na fase secundária a bactéria tem a capacidade de invadir líquidos e órgãos do corpo do paciente, apresentando exantema (erupção) caracterizado por grandes placas eritematosas ou pápulas. Na fase terciária as manifestações ocorrem em forma de inflamações podendo destruir os tecidos e ossos, podendo também desencadear um quadro clínico grave, como cardiovascular e a neurosífilis. (BRASIL, 2014). O principal meio de transmissão é por via sexual adquirida, através do contato direto com as lesões com a presença da bactéria

treponemas. Outra forma de disseminação é a transmissão vertical (sífilis congênita) propagada da mãe para o embrião. As transmissões via indireta, mesmo que incomuns, são transmitidas através de objetos contaminados e por transfusão de sangue (AVELLEIRA, *et al.*, 2006). O fármaco com predominância no tratamento da sífilis é a penicilina. Um medicamento classificado como bactericida, desde que utilizado em intervalos e doses adequadas, tanto nos casos de sífilis adquirida como na congênita (GUINSBURG; MIYASHIRO NUNES DOS SANTOS, 2010). Atualmente, observa-se a importância da assistência farmacêutica como uma forma de promoção a saúde, que por meio da orientação, atuando como estratégia para uma correta adesão ao tratamento, evitando reinfecções dos pacientes. Vale ressaltar, que os Farmacêuticos são profissionais de saúde capacitados para garantir resultados esperados pelos pacientes. Atuando em farmácias e drogarias como um estabelecimento de procura primária, por meio de uma comunicação direta com a população. Desenvolvendo um serviço de proteção aos pacientes através da assistência farmacêutica (BRASIL, 2015). A assistência baseia-se em uma associação de ações desenvolvidas para promoção, proteção e reabilitação da população, objetivando a segurança quanto o uso racional do medicamento. Sua prática envolve um acompanhamento e avaliação nas etapas da pesquisa até a dispensação, garantindo o bem-estar da população. Diante desse cenário a assistência farmacêutica tem o papel fundamental no combate a sífilis. Deve-se ressaltar que o farmacêutico desenvolve essa atenção, buscando sempre as possíveis intervenções para o combate da erradicação da doença no país (BRASIL, 2004). **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura baseado em pesquisas em trabalhos científicos, que abordam a importância da assistência farmacêutica no tratamento da sífilis e fatores relacionados. Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos o método de levantamento bibliográfico, visando proporcionar uma maior familiaridade com o problema em questão. A referida pesquisa bibliográfica ocorreu no período de agosto e setembro de 2019, tomando como base o banco de dado SCIELO (Scientific Eletronic Library Online) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), site da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), site do Ministério da Saúde, em revistas científicas de publicações online e livros publicados na área. Para a busca dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: sífilis, assistência farmacêutica no tratamento da sífilis, a intervenções dos profissionais da saúde na sífilis, farmacêutico e a sífilis e manual da sífilis. A seleção dos manuscritos foi realizada por meio da leitura crítica entre o período de agosto a setembro de 2019. A busca se deu por critérios de inclusão, sendo estes, a língua portuguesa e ano de publicação entre 2006 e 2019. Foram selecionados 16 (dezesesseis) que serviram de base para a elaboração deste trabalho, os demais foram descartados devido a não abordarem as temáticas propostas nos objetivos aqui propostos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) é estimada aproximadamente um milhão de novos casos de IST por dia. O indivíduo diagnosticado com sífilis tem maior probabilidade de desenvolver ou transmitir uma infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Atualmente, o Brasil desencadeou um aumento de notificações de casos de sífilis congênita, sífilis em gestantes e adquirida (BRASIL, 2018). Observa-se na figura a seguir, o crescente número de casos de sífilis entre o ano de 2010 a 2017. A sífilis em gestantes cresceu 4,9 vezes, passando de 3,5 para 17,2 casos por mil nascidos vivos. Com relação a sífilis adquirida aumentou de 2,0 casos por 100 mil habitantes para 58,1 casos por 100 mil habitantes em 2017. Já em

relação a sífilis congênita aumentou 3,6 vezes passando de 2,4 para 8,6 casos por mil nascidos vivos (BRASIL, 2018).

Gráfico: Taxa de detecção de Sífilis



Fonte: Boletim Epidemiológico de 2018 . (Adaptado 30 ago. 2019).

De acordo com o ginecologista José Eleutério Júnior (2018, apud CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SP, 2018):

Nos últimos quatro anos o aumento dessas doenças tem sido assustador, principalmente em relação à sífilis, que é uma doença fácil de tratar. Mas está faltando diagnóstico e tratamento adequados. O que vemos é apenas um dos parceiros sendo tratados e outro não. E às vezes a gestante é tratada de forma incorreta e o bebê nasce com a doença. O Conselho Regional de Farmácia do estado de São Paulo (2018) desenvolveu uma campanha “Farmacêuticos contra a sífilis”, visando a capacitação destes profissionais, com informações sobre a doença e seu tratamento para que estejam habilitados para a orientação aos pacientes. Segundo o Dr. Antônio Geraldo vice-presidente do CRF-SP (2018) “A sífilis é um assunto de interesse público. Por isso, é muito importante que o farmacêutico saiba orientar e encaminhar corretamente as pessoas com suspeita de sífilis”. Ressaltando a importância do ensino contínuo das equipes de saúde relacionado a prevenção e controle da sífilis. (AVELLEIRA, *et al.*, 2006). O farmacêutico tem a liberdade de realizar consultas farmacêuticas. E por meio destes atendimentos, comunica-se adequadamente com os pacientes ou seus responsáveis, de modo que estes as compreendam de forma completa as orientações do tratamento, resultando no avanço nos resultados da terapia, através da orientação correta da posologia e via de administração, facilitando a adesão dos pacientes ao esquema terapêutico completo. Essas consultas auxiliam no avanço do tratamento, garantindo um suporte no quadro clínico de cada portador da infecção. Vale ressaltar que essas atribuições clínicas do farmacêutico tem o objetivo no cuidado centrada no paciente (BRASIL, 2013). Conforme a pesquisa realizada por Rosso Neto e Galato (2011), por meio de uma abordagem qualitativa, que objetivou descrever a colaboração dos estabelecimentos farmacêuticos na promoção a saúde por meio da prevenção. Constatou que a farmácia é uma das vias de acesso mais procuradas para o esclarecimento de dúvidas relacionado as infecções sexualmente transmissíveis. Destacando-se por ser um local que exerce um papel importante na

dispensação de medicamento e educação em saúde, tais como nas vendas de preservativos e correta orientação para adesão do tratamento. De acordo com a OMS, todas as atribuições do farmacêutico são fundamentais para educação em saúde. A orientação sobre a utilização dos produtos, informações a segurança do uso racional de medicamentos, e acompanhamento terapêuticos, tornam esses profissionais capacitados para exercer um papel fundamental para o correto tratamento. Vale ressaltar também que exercem um papel fundamental para uma atenção multidisciplinar e suas atribuições como profissional da saúde permitem atuar com medidas de prevenção e, principalmente, com correta adesão do tratamento dos pacientes (BRASIL, 2015). O grande desafio enfrentado pelos profissionais de saúde é justamente a adesão destes pacientes ao tratamento, por isso, as dificuldades vivenciadas sobre esse tema precisam ser aperfeiçoadas nos serviços de saúde. Salienta-se que essa situação é recorrente, a falta de orientação quanto a utilização dos medicamentos, seja na posologia quanto em relação a duração adequada do tratamento, resultando em falhas nos resultados terapêuticos e conseqüentemente uma reinfecção, nos casos onde somente as gestantes são tratadas, mas seus parceiros não aderem a terapia que retrata diretamente no aumento de casos de sífilis congênita no Brasil (LAZARINI; BARBOSA, 2017). Em 2015, o Ministério da Saúde por nota informativa conjunta nº 109/2015 publicou a priorização da penicilina cristalina para sífilis congênita e penicilina G benzatina para sífilis em gestantes e disponibilização uma alternativa de fármaco para o tratamento de sífilis no Brasil. Neste ano ocorreu o desabastecimento nacional de penicilinas decorrente da falta de matéria-prima específica para a sua fabricação no mercado mundial (LAZARINI; BARBOSA, 2017). A penicilina é o fármaco de primeira escolha no esquema terapêutico da sífilis, no entanto algumas pessoas apresentam reações alérgicas e nestes casos de impossibilidade do uso da penicilina é indicado doxiciclina (BRASIL, 2015). Os medicamentos de segunda escolha disponíveis para manejo dos casos de sífilis adquirida no Brasil, disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), doxiciclina e ceftriaxona, apresentam uma posologia de longa duração no tratamento, entre 8 e 15 dias, acometendo ainda mais a adesão ao esquema terapêutico completo que reflete diretamente na negligência da adesão dos pacientes ao tratamento. A redução de sintomas durante a terapia e a falta ou ausência de informação também colabora para o aumento destas estatísticas de abandono de tratamento, acarretando no aumento das chances de uma reinfecção e a possibilidade de adquirir uma resistência a bactéria *Treponema pallidum* (LAZARINI; BARBOSA, 2017). Por todos esses aspectos, no que se refere a adesão dos pacientes ao tratamento, existem várias causas para a baixa adesão, tais como, a redução dos sintomas, a falta de conscientização do uso de preservativos e ausência da correta orientação aos portadores da infecção, principalmente aos parceiros (BRASIL, 2017). Destacando-se a importância da comunicação direta com os pacientes e que por meio da assistência farmacêutica permite a correta orientação, quanto a posologia e otimização da terapêutica, resultando no aumento da adesão ao tratamento e eficiência no esquema terapêutico (POSSAMAI; DACOREGGIO, 2007). **CONCLUSÃO:** Em virtude das informações apresentadas neste estudo, foi possível identificar que a sífilis é uma das IST's mais frequentes nos últimos anos, apesar de ter um diagnóstico prático e com eficácia no tratamento, alguns gargalos têm a tornado uma inimiga da saúde pública. A falta de informação dos pacientes e a negligência da correta adesão do tratamento têm gerado nos últimos anos um alarmante crescimento da IST. Esses resultados refletem também na preocupação da saúde pública, ao relaxamento da população no uso de

preservativos assim também na baixa adesão ao tratamento. Percebe-se que o farmacêutico é um profissional da saúde que enfrenta muitos desafios para desenvolver uma correta assistência farmacêutica a população. Essas barreiras dificultam seu reconhecimento como um integrante de uma equipe multidisciplinar que exerce um papel fundamental na educação em saúde. É importante ressaltar que estes profissionais possuem um perfil adequado para acompanhar o paciente no tratamento, esclarecendo dúvidas sobre a infecção e, principalmente, relacionado a correta adesão do tratamento.

REFERÊNCIAS

AVELLEIRA, J.C.R.; BOTTINO, G. Sífilis: Diagnóstico, tratamento e controle. **Anais Brasileiros de Dermatologia**. 2006; v. 81, n. 2, p. 111-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abd/v81n2/v81n02a02.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sífilis: **Estratégias para Diagnóstico no Brasil**. Brasília. 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sifilis_estrategia_diagnostico_brasil.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Sífilis: Diagnóstico da Sífilis**. (Internet). 2014. Disponível em: https://telelab.aids.gov.br/moodle/pluginfile.php/22192/mod_resource/content/2/S%C3%ADfilis%20-%20Manual%20Aula%201_SEM.pdf. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e hepatites virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes terapêuticos para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis**. Brasília, 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf. Acesso: 02 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Brasil. Secretária de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Sífilis**. Brasília. 2018. Disponível: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-de-sifilis-2018>. Acesso: 02 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Brasil. Secretária de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Sífilis**. Brasília. 2017. Disponível: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/13/BE-2017-038-Boletim-Sifilis-11-2017-publicacao-.pdf>. Acesso: 23 set. 2019.

_____. Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. **Guia de bolso para o manejo da sífilis em gestantes e sífilis congênita**. São Paulo, 2016. Disponível em: [bolshttp://www.saude.campinas.sp.gov.br/doencas/sifilis/guiadebolsodasifilis_2edicao2016.pdf](http://www.saude.campinas.sp.gov.br/doencas/sifilis/guiadebolsodasifilis_2edicao2016.pdf). Acesso em: 02 set. 2019.

_____. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia **Número De Infecções Sexualmente Transmissível Aumenta**. São Paulo: 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/565-numero-de-infecoes-sexualmente-transmissiveis-ist-aumenta>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Comissão Nacional De Incorporação De Tecnologias No Sus. **Doxiciclina para tratamento da Sífilis**. Relatório de recomendação nº 157. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.caism.unicamp.br/PDF/Relatorio_Doxiciclina_Sfilis_final.pdf. Acesso 23 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução nº. 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 338 de 6 de maio de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de maio de 2004.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Farmacêuticos contra sífilis**. São Paulo, 24 ago. 2018. Disponível em: <http://portal.crfsp.org.br/noticias/9927-capacita%C3%A7%C3%A3o-para-farmac%C3%AAuticos.html>. Acesso em: 23 set. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ. **Conhecendo a profissão farmacêutica**. CURITIBA/PR. 2.ed. 2015. Disponível em: crf-pr.org.br/uploads/revista/28754/6K1viT79YKFYHYOr5ekoFRHsp59AlvjZ.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

GUINSBURG, Ruth; MIYASHIRO NUNES DOS SANTOS, Amélia. **Critérios Diagnósticos e Tratamento da Sífilis Congênita**. 2010. Documento Científico (Departamento de Neonatologia Sociedade Brasileira de Pediatria) - Universidade Federal de São Paulo, SÃO PAULO, 2010. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/pdfs/tratamento_sifilis.pdf. Acesso em: 2 set. 2019.

LAZARINI, Flaviane Mello; BARBOSA, Dulce Aparecida. Educational intervention in Primary Care for the prevention of congenital syphilis. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, [s.l.], v. 25, p.2-9, 30 jan. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.1612.2845>. Acesso em: 23 set. 2019.

POSSAMAI, Fabricio Pagani; DACOREGGIO, Marlete dos Santos. A habilidade de comunicação com o paciente no processo de atenção farmacêutica. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 5, n. 5, p.473-490, nov. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1981-77462007000300008>. Acesso em: 23 set. 2019.

ROSSO NETO, Camila; GALATO, D. **A contribuição dos estabelecimentos farmacêuticos na prevenção e no manejo das DST: um estudo qualitativo em uma cidade do sul do Brasil**. Artigo. Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Tubarão, v.23, n.3, p.120-125, 2011.

AINES E RISCOS À SAÚDE: REVISÃO DA LITERATURA

AUTORAS:

Kerzea Miguel de Oliveira
Iracy Luanna de Albuquerque Silva

RESUMO: Os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) são medicamentos amplamente utilizados mundialmente. Seus efeitos adversos podem causar significativas complicações em saúde, especialmente em idosos. Esta revisão da literatura objetiva apresentar os principais riscos dos AINEs.

Palavras-chave: AINEs. Efeitos adversos. Riscos.

INTRODUÇÃO: Os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) estão entre as classes de medicamentos mais prescritas mundialmente. Além da ação anti-inflamatória, esses fármacos possuem ação analgésica e antipirética. Pela ação anti-inflamatória sobressair-se às demais, estes são indicados, sobretudo, para o tratamento de tais processos visando reduzir os sinais e sintomas como dores e edemas (KATZUNG, 2014). Os AINEs tem por seu principal mecanismo de ação a inibição da enzima ciclooxigenase (COX), na qual atua central e periféricamente, intervindo dessa forma na conversão do ácido araquidônico em prostaglandinas E₂, prostaciclina e tromboxanos. As prostaglandinas possuem ação vasodilatadora, sendo de fundamental relevância para a preservação da resistência pré-glomerular, através da manutenção da taxa de filtração glomerular, como também da conservação do fluxo sanguíneo renal (RANG; DALE, 2012). As enzimas COX-1 e COX-2 estão relacionadas com a ação dos AINEs, atuando em diferentes regiões. A COX-1 está presente na maioria das células, incluindo células fetais como também líquido amniótico, favorecendo a manifestação de efeitos fisiológicos, reguladores e de proteção. Já a regulação da COX-2 dá-se através de citocinas pró-inflamatórias (POUNTOS, *et al.* 2011). Baseado na classificação de tais enzimas, os AINEs são classificados como: AINEs não seletivos (ácido acetilsalicílico, cetoprofeno, naproxeno e outros), inibidores com preferência pela COX-2 (nimesulida, meloxicam, etodolaco) e por fim, inibidores altamente seletivos de COX-2 (celecoxibe e etoricoxibe) (RANG; DALE, 2012). Os AINEs são uma classe heterogênea de fármacos que abrangem o ácido acetilsalicílico (Aspirina) e outros agentes inibidores da ciclo-oxigenase (COX), os quais se classificam como seletivos ou não seletivos. O ácido acetilsalicílico foi o primeiro AINE sintetizado e desde então vem sendo bastante estudado; todavia é considerado separado em relação aos demais, por ser empregado em doses baixas principalmente na terapêutica de doenças cardiovasculares e cerebrovasculares (BATLOUNI, 2010). Visto que ácido acetilsalicílico originário dispunha de um nível de toxicidade elevado, denotando assim vários efeitos adversos, ao longo do tempo foram desenvolvidos vários AINEs tendo por objetivo elidir a toxidade e ampliar a eficácia destes medicamentos (LOPES, 2011). A toxicidade dos AINEs pode dar-se a níveis gastrointestinais (dor abdominal, úlceras gástricas, duodenais), cardiovasculares (hipertensão, retenção hídrica, edemas) e hepáticos (provas de função hepática anormais), pulmonares (asma), cutâneos (exantemas), renais (insuficiência renal), sistema nervoso central (cefaleia, tontura) e eventualmente efeitos hematológicos (trombocitopenia, neutropenia) (KATZUNG, 2014). Um estudo de eventos adversos relacionados a medicamentos nos quais se sucederam em pacientes internados no sistema público

de hospitais do Brasil, abrangendo o período de 2008 a 2012, apontou um total de 273.440 hospitalizações que possuíam ligações a pelo menos um tipo de evento adverso relacionado a medicamento (MARTINS *et al.*, 2018). Os eventos adversos relacionados a medicamentos podem gerar graves consequências, consistindo no agravamento de uma patologia existente, na falta de melhora prevista na condição de saúde, advento de uma enfermidade recém-adquirida, alteração de uma determinada função orgânica ou um reflexo nocivo em decorrência do uso de medicamentos. (SOUZA *et al.*, 2015). Como base nesse contexto e na cultura de automedicação evidenciada na atualidade, este trabalho tem por objetivo apresentar, com base numa revisão narrativa da literatura, os principais efeitos adversos dos AINEs, especialmente em grupos de indivíduos considerados de risco, mostrando este estudo ser de grande relevância para profissionais e população em geral.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo do tipo revisão narrativa da literatura, no qual a coleta de informações foi realizada através de pesquisas por publicações científicas em revistas (impresas ou eletrônicas), seguido de uma interpretação e análise crítica destes materiais. Os artigos foram encontrados em bases eletrônicas, tais como a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Acadêmico, LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências de Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). O período de abrangência compreendeu de 2010 a 2019. As buscas transcorreram de 05 a 12 de Setembro de 2019, utilizando-se como descritores: AINEs, efeitos adversos, riscos. Mediante a busca eletrônica, os resumos dos artigos passaram por revisão prévia. Os critérios adotados para seleção dos artigos foram: artigos disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol; abordagem do tema de efeitos adversos causados pelos AINEs quanto a sua abrangência e relevância; abordagem dos riscos dos AINEs à saúde. Com base nessa dimensão dos critérios, procedeu-se à introdução do estudo através da leitura dos artigos em sua completude e realização da compreensão e análise crítica dos mesmos. No total, foram encontrados 13 artigos que denotavam eventos adversos relacionados ao uso de AINEs, assim como os riscos proporcionados por estes à saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Embora os AINEs propiciem diversos efeitos benéficos na terapêutica, grande parte dos pacientes que fazem uso destes não assimilam o risco de sua utilização e dos possíveis efeitos adversos que esta classe de medicamentos acarreta. O consumo de alguns AINEs sem necessariamente haver prescrição médica é comum entre a população e este hábito pode intervir nos resultados pretendidos pela terapêutica farmacológica (CASTEL-BRANCO, 2013). Usualmente, tais medicamentos são largamente adotados e solicitados pelos prescritores e usuários pela sua facilidade de administração. Seja com o objetivo de atenuar dores de intensidade leve a moderada (cefaleias, dores musculares, menorragia, dalgias, etc.), diminuir a febre e contribuir na terapêutica de processos gripais, tem-se como um desafio monitorar, investigar e estabelecer os perfis de segurança quanto ao uso de tais medicamentos (RIOS-QUINTANA; ESTRADA-HERNANDEZ, 2018). Tendo como queixa principal a dor, os AINEs na maioria das vezes são utilizados de forma indiscriminada. Considera-se essa prática como fator de risco para o aparecimento de eventos adversos relacionados a medicamentos, o que abrange uma soma de problemas relativos ao uso dos medicamentos (BANDEIRA; DAL PAI; OLIVEIRA, 2013). Os AINES causam vários efeitos adversos, sobretudo em indivíduos que estão na fase de senescência. Os anti-inflamatórios em geral têm que ser evitados em pacientes idosos, especialmente nos portadores de úlceras pépticas, doenças hepáticas, cardíacas ou pacientes que façam uso de antiagregantes plaquetários (a exemplo do ácido acetilsalicílico), inibidores da

recaptação da serotonina ou corticosteroides (ELY *et al.*, 2015). Os mesmos autores assinalam que diversos estudos têm mostrado a prevalência do uso de anti-inflamatórios em grupos específicos, como também o número de prescrições de medicamentos que apresentam interações medicamentosas entre si, principalmente em grupos de pacientes que utilizam anti-inflamatórios. Em idosos, os AINEs são classificados como medicamentos potencialmente inapropriados. Um estudo transversal realizado com um grupo de 190 idosos num hospital público geral de ensino em Belo Horizonte (MG), demonstrou que independentemente de algum diagnóstico os AINEs foram os mais utilizados. Por classe terapêutica, os AINEs não seletivos da ciclooxigenase representaram como os mais preponderantes (LOPES *et al.*, 2016). O uso de AINEs é considerado inapropriado em pacientes com insuficiência cardíaca sistólica, por possuírem a capacidade de provocar retenção de fluidos e acentuar a insuficiência cardíaca. O uso estendido de AINEs intensifica o risco de hospitalização devido à insuficiência cardíaca. Observa-se um aumento considerável nos valores médios da pressão arterial nos pacientes que fazem uso de anti-hipertensivos concomitante com AINEs. Tal aumento passa por extensas variações, de acordo com a idade do paciente, do AINE em questão e do anti-hipertensivo utilizado (PROZZI *et al.*, 2018). A inibição da vasodilatação mediada pelas prostaglandinas (PGE-2) impede uma perfusão renal adequada. Logo, em condições como doença glomerular, insuficiência renal e cardíaca, dentre outras, há um maior estímulo na síntese de prostaglandinas. Dessa forma, os pacientes portadores dessas condições que utilizam AINEs associadamente, apresentam uma maior possibilidade quanto ao desenvolvimento de uma condição de nefrotoxicidade (LUCAS *et al.*, 2019). Diferentes estudos demonstraram que a intervenção farmacêutica restringe a quantidade de eventos adversos relacionados a medicamentos, melhora a qualidade assistencial e reduz os custos hospitalares (VIEIRA; FRANÇA, 2015). Ambos autores apontam que nesse contexto, a atividade farmacêutica deve incumbir-se de apresentar um papel integrativo ao serviço médico na atenção à saúde, viabilizando o uso seguro dos medicamentos e prevenindo práticas inadequadas que ocasionem efeitos adversos. **CONCLUSÃO:** Os efeitos adversos que os AINEs geram podem ocasionar diversos danos à saúde, podendo estes ser de natureza temporária ou permanente. A ocorrência de tais eventos está na maioria das vezes relacionada ao consumo significativo destes medicamentos por parte da população em geral. Portanto, torna-se imprescindível que tanto os prescritores quanto os usuários dos AINEs tenham conhecimento dos efeitos adversos destes, bem como, suas interações medicamentosas, para que se tenha um uso racional deste grupo de medicamentos. Caso seja inevitável a automedicação, se faz necessário que tal prática seja realizada com base na orientação do profissional farmacêutico, a fim de se evitar a ocorrência eventos adversos relacionados a estes medicamentos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Vanessa Adelina Casali; DAL PAI, Camila Tais; OLIVEIRA, Karla Renata. Uso de anti-inflamatórios não esteroides por idosos atendidos em uma Unidade de Estratégia de Saúde da Família do município de Ijuí (RS). **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 10, n. 2, 2013. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/2753/pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

BATLOUNI, Michel. **Nonsteroidal anti-inflammatory drugs: cardiovascular, cerebrovascular and renal effects.** Arquivos Brasileiros de Cardiologia, São Paulo, v.94, n.4, p.556-563, abril 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/abc/v94n4/en_v94n4a19.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

CASTEL-BRANCO, M. M. *et al.* As bases farmacológicas dos cuidados farmacêuticos: o caso dos AINEs. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, v. 2, n. 2, p. 19-27, 2013. Disponível em: <http://actafarmacaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/3/103>. Acesso em: 07 set. 2019.

ELY, Luísa Scheer *et al.* Uso de anti-inflamatórios e analgésicos por uma população de idosos atendida na Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 475-485, Sept. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v18n3/1809-9823-rbgg-18-03-00475.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

LOPES, Ricardo Oliveira Monteiro. **Aspirina: aspectos culturais, históricos e científicos.** 2011. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4095/2/2011_RicardoOliveiraMonteiroLopes.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

LOPES, Lázara Montezano *et al.* Utilização de medicamentos potencialmente inapropriados por idosos em domicílio. **Revista ciência saúde & coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 11, p. 3429-3438, nov. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n11/1413-8123-csc-21-11-3429.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

LUCAS, Guilherme Nobre Cavalcanti *et al.* **Pathophysiological aspects of nephropathy caused by non-steroidal anti-inflammatory drugs.** Jornal Brasileiro de Nefrologia, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 124-130, mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbn/v41n1/2175-8239-jbn-2018-0107.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

MARTINS, Ana Cristina *et al.* Adverse drug events identified in hospitalized patients in Brazil by International Classification of Diseases (ICD-10) code listings. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, e00222417, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n12/1678-4464-csp-34-12-e00222417.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

POUNTOS *et al.* **Nonsteroidal anti-inflammatory drugs: prostaglandins, indications, and side effects.** Int J Interferon Cytokine Mediator Res 2011. <https://pdfs.semanticscholar.org/1f3f/03d524874d3e8023057e2565c525754624ff.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

PROZZI, Guillermo R *et al.* **Riesgo cardiovascular de los antiinflamatorios no esteroideos.** Medicina (Buenos Aires), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 78, n. 5, p. 349-355, oct. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/medba/v78n5/v78n5a06.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

RANG, H.P; DALE M.M. **Farmacologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012.

RIOS-QUINTANA, Rogelio; ESTRADA-HERNANDEZ, Laura Olivia. **Descripción y cuantificación de riesgos atribuidos a analgésicos antiinflamatorios no esteroides no selectivos consumidos por la población mexicana**. Medicina Interna de México, Cuidado de México, v. 34, n. 2, p. 173-187, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/mim/v34n2/0186-4866-mim-34-02-173.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

SOUZA, Thais Teles *et al.* Morbidade e mortalidade relacionadas a medicamentos no Brasil: revisão sistemática de estudos observacionais. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 35, n. 4, 2015. Disponível em: http://servbib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/Cien_Farm/article/view/2971/1621. Acesso em: 12 set. 2019.

VIEIRA, Ariane Lombarde; FRANÇA, Gustavo Galvão. As consequências no consumo indiscriminado do paracetamol e orientação farmacêutica à promoção ao uso racional. **Revista Acadêmica Oswaldo Cruz**. São Paulo, v. 6, n. 6, p. 1-12, 2015. Disponível em: http://revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Edicao_6_Ariane_vieira.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS DE SÍFILIS GESTACIONAL E CONGÊNITA NO RIO GRANDE DO NORTE

AUTORAS:

Kerzea Miguel de Oliveira

Ayza Nayara de Freitas Paiva

Luanda Barbara Ferreira Canario de Souza

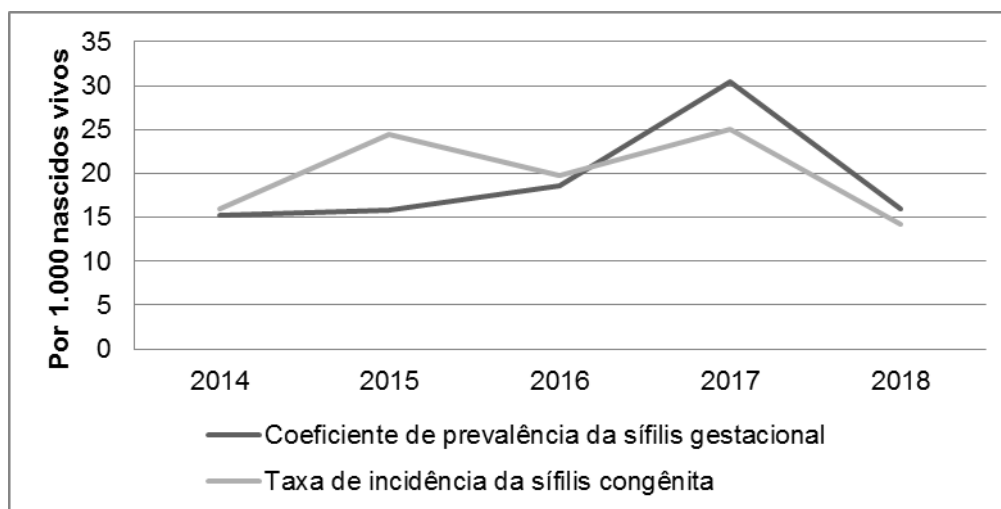
RESUMO: A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível, altamente prevalente e que gera grande repercussão a nível individual e coletivo. Sendo considerado como um fator preocupante no período gestacional, já que pode desencadear em casos de sífilis congênita. A prevalência no número dos casos de sífilis gestacional e congênita mantém-se elevado no estado do Rio Grande do Norte (RN). Este trabalho tem por objetivo abordar as perspectivas e demandas da sífilis gestacional e sífilis congênita, bem como, relacioná-los ao perfil epidemiológico dos casos de sífilis gestacional e das mães nos casos de sífilis congênita no RN 2014-2018. O perfil epidemiológico dos casos aponta para mães jovens, pardas e com baixo nível de escolaridade. A atenção voltada ao perfil epidemiológico dos casos é indicada para que ocorra a redução dos mesmos.

Palavras-chave: Sífilis gestacional. Sífilis congênita. Perfil epidemiológico.

INTRODUÇÃO : A sífilis consiste numa das infecções de maiores prevalência no mundo, sendo classificada como uma infecção sexualmente transmissível (IST). Esta é causada pelo *Treponema pallidum*. Podendo ser transmitida das seguintes maneiras: pela relação sexual desprotegida, durante o período gestacional e no parto. A sífilis apresenta diferentes manifestações clínicas e estágios distintos entre si (sífilis primária, secundária, latente e terciária) (BRASIL, 2019). Se no período gestacional uma mulher infectada não receber o tratamento adequado, pode transmitir a infecção ao feto (sífilis congênita). A manifestação da sífilis congênita pode ocorrer imediatamente após o nascimento, durante ou posteriormente, nos primeiros dois anos de vida da criança. Apesar de ocorrer uma redução no número de casos de sífilis entre 2012 e 2016, persiste-se um número consideravelmente alto de casos. Somente no ano de 2016 os casos de sífilis congênita no mundo representaram aproximadamente 661 mil (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2019). No Brasil os dados apresentados no Boletim Epidemiológico de Sífilis – 2018 do Ministério da Saúde apontam para um aumento no número de casos de sífilis no país. Em comparação ao ano de 2016, no ano de 2017 observou-se aumento de 28,5% na taxa de detecção em gestantes, 16,4% na incidência de sífilis congênita. Em 2017, foram notificados 119.800 casos de sífilis adquirida; 49.013 casos de sífilis em gestantes (taxa de detecção de 17,2/1.000 nascidos vivos) e 24.666 casos de sífilis congênita (taxa de incidência de 8,6/1.000 nascidos vivos) (BRASIL, 2018). A sífilis congênita na maioria dos casos esta relacionada às gestantes que não fazem a triagem para sífilis, e/ou aquelas que não receberam o tratamento de maneira adequada ou nem mesmo tiveram acesso ao tratamento. A infecção pode ser transmitida aos conceptos tanto por genitoras que tiveram acesso ao tratamento, como por aquelas que não receberam devidamente o tratamento. Podendo acarretar em várias patologias, como aborto espontâneo, natimortalidade, manifestações clínicas da sífilis congênita, entre outras, ocasionando impactos psíquicos e sociais (PADOVANI; OLIVEIRA; PELLOSO, 2018). Por ser uma doença

transmitida para criança durante a gestação (transmissão vertical), é imprescindível realizar o teste rápido (TR) de sífilis a fim de identificar durante o pré-natal. Para tal recomenda-se que a gestante faça o teste ao menos em três momentos durante a gestação: primeiro trimestre de gestação, terceiro trimestre de gestação e por fim no momento do parto ou em casos de aborto (BRASIL, 2019). O tratamento nos casos de sífilis materna como no de casos de sífilis congênita, deve ser iniciado o mais rápido possível. Nos casos de sífilis materna utiliza-se a penicilina benzatina, a **fim de prevenir a transmissão vertical**. E nos casos de sífilis congênita a partir da confirmação do diagnóstico o recém-nascido é internado e submetido à antibióticoterapia, o que abrange uso de recursos de maior complexidade (BRITO; KIMURA, 2018). Este trabalho visa relacionar os aspectos que abrangem a sífilis na gestação, quais envolvem os riscos de transmissão da sífilis congênita, e o perfil epidemiológico dos casos de sífilis materna no estado do Rio Grande do Norte, período de 2014 a 2018. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo qual utilizou os dados DATASUS, abastecido pelas fichas de notificação compulsória. O local do estudo foi o estado do Rio Grande do Norte, abrangendo o período de 2014 a 2018. Os dados foram incluídos no programa Microsoft Office Excel utilizando planilhas de cálculos do próprio, através da estatística descritiva procedeu-se síntese de tais dados. Foram incluídos todos os casos de sífilis gestacional e de sífilis congênita, registrados no Sinan nos anos de 2014 a 2018, que cumpriram o critério de definição de caso confirmado segundo o Ministério da Saúde. As variáveis estudadas de acordo com as informações contidas na ficha de notificação de sífilis em gestante e congênita foram: variáveis sociodemográficas maternas; realização de pré-natal ou não; obstétricas e de tratamento. Por utilizar o Sinan, plataforma on-line do Ministério da Saúde, cujos dados se encontram disponíveis para livre acesso, este estudo não demandou aprovação por comitê de ética em pesquisa com seres humanos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Apesar de a sífilis ser uma doença conhecida há séculos e ter um agente etiológico bem definido, tratamento efetivo e de baixo custo, determinado desde 1943, é alta a proporção de gestantes infectadas que não são submetidas às ações terapêuticas propostas pelo o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento em relação ao controle e prevenção da transmissão vertical (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012). A sífilis em gestantes tem estado associada ao baixo nível socioeconômico. Apesar de não ser uma doença restringida às classes menos favorecidas, a pouca escolaridade e baixa renda podem ser marcadores significativos de um alcance reduzido aos serviços de saúde. Assim sendo, a assistência pré-natal ineficaz favorece para um quadro onde há uma persistência da transmissão vertical da sífilis nessa população (FIGUEIRÓ-FILHO *et al.*, 2007). No período de 2014 a 2018, foram identificados no estado do Rio Grande do Norte 1.365 casos de sífilis em gestantes, 2017 foi o ano que apresentou um maior número de casos (416). O número de casos de sífilis congênita correspondeu a 1.779, sendo 2017 o ano de maior incidência resultando em 448 casos (Figura 1). Das gestantes com sífilis (49,0%) encontravam-se na faixa etária de 20-29 anos. Cerca de (58,0%) das gestantes tinham a cor da pele parda e 147 (61,3%) possuíam escolaridade de Ensino Fundamental incompleto a Ensino Médio completo (Tabela 1).

Figura 1 – Incidência anual de sífilis congênita e coeficiente de prevalência de sífilis gestacional (por 1.000 nascidos vivos) no estado do Rio Grande do Norte, 2014-2018.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Tabela 1 – Distribuição das gestantes com sífilis (n=1365), de acordo com as variáveis sociodemográficas, notificadas no Sinan* no estado do Rio grande do Norte, 2014-2018.

Variáveis	n	%
Faixa etária		
10 a 14 anos	23	1,6
15 a 19 anos	394	29,9
20 a 29 anos	670	49,0
30 a 39 anos	250	18,3
40 anos ou mais	28	2,0
Raça/cor da pele		
Branca	331	24,2
Preta	115	8,4
Amarela	14	1,0
Parda	792	58,0
Indígena	3	0,2
Ignorada	110	8,0
Escolaridade		

Analfabeto		8	0,58
Ensino incompleto/completo	Fundamental	543	39,7
		296	21,6
Ensino Médio incompleto/completo		17	1,2
Ensino Superior incompleto/completo		293	21,4
Ignorado/Não se aplica			

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, 2019.

Dos casos das mães que integraram os critérios de definição para sífilis congênita, sobressaíram mulheres pardas (62,2%), na faixa etária de 20 a 34 anos (49,9%), o nível de escolaridade de Ensino Fundamental incompleto ou completo (56,4%). Do montante de casos de sífilis congênita, 84,3% das mães fizeram o pré-natal na gestação e 49,2% tiveram o diagnóstico no pré-natal (Tabela 2). Das mães que realizaram o pré-natal, 61,3% o tratamento não foi estendido a seus parceiros. A maior parte das mães de casos de sífilis congênita notificados receberam o tratamento de maneira inadequada (77,1%), e uma parte significativa não obtiveram o tratamento (13,4%) (Tabela 2).

Tabela 2 – Características sociodemográficas, obstetrícias e do parceiro das mães dos casos de sífilis congênita (n=1,779) notificados no Sinan* no estado do Rio grande do Norte, 2014-2018.

Variáveis	n	%
Faixa etária		
10 a 14 anos	18	1,01
15 a 19 anos	411	23,1
20 a 29 anos	884	49,6
30 a 39 anos	379	21,3
40 anos ou mais	41	2,3
Ignorado	46	2,5
Raça/cor da pele		
Branca	451	25,3
Preta	78	4,3
Amarela	4	0,22
Parda	1.104	62
Indígena	2	0,11
Ignorada	140	7,9

Escolaridade		
Analfabeto	30	1,6
Ensino Fundamental incompleto/completo	1004	56,4
Ensino Médio incompleto/completo	449	25,2
Ensino Superior incompleto/completo	20	1,1
Ignorado/Não se aplica	276	15,5
Realização de pré-natal		
Sim	1.495	84,3
Não	221	12,4
Ignorado	63	3,5
Momento do diagnóstico da sífilis materna		
Durante o pré-natal	874	49,2
No momento do parto/curetagem	735	41,3
Após o parto	95	5,3
Não realizado	7	0,39
Ignorado	68	3,8
Esquema de tratamento materno		
Adequado	46	2,5
Inadequado	1.367	76,8
Não Realizado	239	13,4
Ignorado	127	7,1
Parceiro tratado		
Sim	294	16,5
Não	1.087	61,1
Ignorado	398	22,3

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, 2019.

Neste estudo, verificou-se que a maior parte das mães de crianças notificadas tinham faixa etária jovem e baixa escolaridade. Em estudo semelhante realizado na cidade de Ipojuca (Pernambuco) entre os anos de 2011 a 2015, a faixa etária materna era jovem de 20 a 30 anos sendo que a maioria (57,8%) não completou o ensino médio (SILVA *et al.*, 2019). Apesar das mães terem relatado acompanhamento pré-natal, houve um elevado índice nos casos de sífilis congênita. No Brasil a cobertura é tida como elevada, porém ainda é pequena a proporção de mulheres com acesso a um pré-natal adequado. O percentual de gestantes que

realizou no mínimo seis consultas durante o pré-natal é mínima. Essa quantidade de consultas é necessária para que a Organização Pan-americana de Saúde considere adequada uma oferta de serviços de assistência pré-natal (CARVALHO; ARAÚJO, 2007). Holanda *et al.*, (2011) em um estudo descritivo que se realizou em Natal (Rio Grande do Norte), demonstraram que em relação à assistência ao pré-natal, a maioria das gestantes de casos de sífilis congênitas fizeram pré-natal regularmente: quatro a seis consultas, o que possibilitou o diagnóstico precoce de sífilis na gestante; porém não houve o tratamento pertinente, que impediria a transmissão vertical da doença. O que denota que a vigilância de agravos de transmissão vertical precisa ser feita no período em que a intervenção ainda é viável e a assistência pré-natal integra a fase das medidas preventivas objetivando à atenuação da incidência da sífilis congênita. Observou-se que a maioria dos parceiros das mães não realizou o tratamento. Sendo o tratamento do parceiro um determinante para a cura efetiva da gestante, tal como, para o fechamento do agravo, por meio da inserção do tratamento do parceiro na série de problemas sendo tratada como um provável agravante para a prevalência da doença. É fundamental que ocorra a introdução do teste rápido nos parceiros de gestantes sendo necessária a captação desses parceiros, do mesmo modo a ampliação da assistência do pré-natal para tais, como tática para o combate à transmissão vertical (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2011). O diagnóstico de sífilis materna na maioria dos casos foi tido no pré-natal. Considera-se o diagnóstico precoce no pré-natal uma ferramenta no combate aos casos de sífilis congênita. No Brasil vem sendo empregado o teste não treponêmico de floclulação do tipo VDRL para a triagem, progresso terapêutico e controle de cura. A confirmação laboratorial, utilizando os testes treponêmicos por aglutinação de partículas (TPHA) ou teste fluorescente por absorção de anticorpos (FTA-Abs) é indicada, mas não obrigatória, todavia sua exiguidade não deve delongar a conduta (AMARAL *et al.*, 2012). A sífilis em gestantes, se incorretamente tratada, pode acarretar fins desastrosos para o conceito como abortamento, prematuridade, sinais clínicos de sífilis congênita e óbito. Um estudo de caráter retrospectivo realizados com puérperas VDRL reagentes (positivos) e que experienciaram o óbito fetal como desfecho da gestação demonstrou a influência da sífilis materna como a principal fator desses episódios (NASCIMENTO *et al.*, 2012). Considera-se a sífilis na gestante devidamente tratada quando a possibilidade de infecção congênita é distanciada, a gestante é corretamente medicada com penicilina na dosagem conveniente para a fase da infecção, o tratamento é concluído em pelo menos trinta dias antes do parto e o seu parceiro é tratado simultaneamente utilizando o esquema terapêutico equivalente ao da gestante (BRASIL, 2007). **CONCLUSÃO:** De acordo com os referidos achados pelo presente estudo, os casos de sífilis gestacional, bem como de sífilis congênita, se acham em níveis elevados no estado do Rio grande do Norte. Apesar de haver o acompanhamento pré-natal, ocorreu um elevado índice nos casos de sífilis congênita, o que aponta para a necessidade de revisão no tocante a assistência pré-natal, com destaque na qualidade da assistência, para diminuir a transmissão vertical da doença. É necessário que haja uma atenção voltada após índices epidemiológicos por parte dos gestores e profissionais de saúde, visando reduzir os casos de sífilis materna e sífilis congênita.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Eliana *et al.* **Sífilis na gravidez e óbito fetal**: de volta para o futuro. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v34n2/a02v34n2>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis** – Manual de bolso. Brasília: Ministério da Saúde; 2007. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2006/protocolo-para-prevencao-de-transmissao-vertical-de-hiv-e-sifilis-2007-manual-de-bolso>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de doenças de condições crônicas e infecções sexualmente transmissíveis. **Boletim Epidemiológico de Sífilis-2018**, Brasília, v. 49, n. 45, outubro. 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-de-sifilis-2018>. Acesso em: 24 de agosto de 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sífilis: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**, 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/sifilis-2>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sífilis**. Departamento de doenças de condições crônicas e infecções sexualmente transmissíveis, 2019. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist/sifilis>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- BRITO, Ana Paula Almeida; KIMURA, Amélia Fumiko. Transmissão vertical da sífilis: vivência materna durante a hospitalização para diagnóstico e tratamento de seu filho recém-nascido. **Revista Paulista de Enfermagem (Online)**, v. 29, n.1/3, p. 68-76, nov. 14, 2018. Disponível em: http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/02/970762/transmissao-vertical-da-sifilis-vivencia-materna-durante-a-hosp_Qlfoq5s.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.
- CARVALHO, Valéria Conceição Passos de; ARAUJO, Thália Velho Barreto de. Adequação da assistência pré-natal em gestantes atendidas em dois hospitais de referência para gravidez de alto risco do Sistema Único de Saúde, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. Recife, v. 7, n. 3, p. 309-317, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v7n3/10.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- FIGUEIRÓ-FILHO, Ernesto Antonio *et al.* **Sífilis congênita como fator de assistência pré-natal no município de Campo Grande – MS**. DST Jornal brasileiro de doenças sexualmente transmissíveis, 2007. Disponível em: <http://www.dst.uff.br/revista19-3-2007/5.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.
- HOLANDA, Maria Tereza Costa Gomes de *et al.* **Perfil epidemiológico da sífilis congênita no Município do Natal, Rio Grande do Norte-2004 a 2007**. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 20, n. 2, p. 203-212, 2011. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v20n2/v20n2a09.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

NASCIMENTO, Maria Isabel do *et al.* Gestações complicadas por sífilis materna e óbito fetal. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 34, n. 2, p. 56-62, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v34n2/a03v34n2.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

OLIVEIRA, Dayanne Rakelly; FIGUEIREDO, Mayanne Santana Nóbrega. **Abordagem conceitual sobre a sífilis na gestação e o tratamento de parceiros sexuais**. *Enfermagem em Foco*, v. 2, n. 2, p. 108-111, 2011. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/106/88>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Organização Mundial da Saúde publica novas estimativas sobre sífilis congênita**. Brasília: OPA/OMS BRASIL; 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5879:organizacao-mundial-da-saude-publica-novas-estimativas-sobre-sifilis-congenita&Itemid=812. Acesso em: 24 ago. 2019.

PADOVANI, Camila; OLIVEIRA, Rosana Rosseto de; PELLOSO, Sandra Marisa. Syphilis in during pregnancy: association of maternal and perinatal characteristics in a region of southern Brazil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/rlae/v26/0104-1169-rlae-26-e3019.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SILVA, Isadora Maria Delmiro *et al.* **Epidemiological profile of congenital syphilis**. *Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE*, v. 13, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/236252/31535>. Acesso em: 24 ago. 2019.

(WHO) World Health Organization. **Investment case for eliminating mother-to-child transmission of syphilis: promoting better maternal and child health and stronger health systems**. Geneva: World Health Organization; 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/75480/9789241504348_eng.pdf;jsessionid=6511903DDA124C751B991ABABA08E250?sequence=1. Acesso em: 24 ago. 2019.

ATROFIA MUSCULAR ESPINAL E SEU TRATAMENTO FARMACOLÓGICO

AUTORAS:

Fernanda Eloiza Alves da Costa

Emilly de Melo Rocha

Vanessa Almeida Otelo

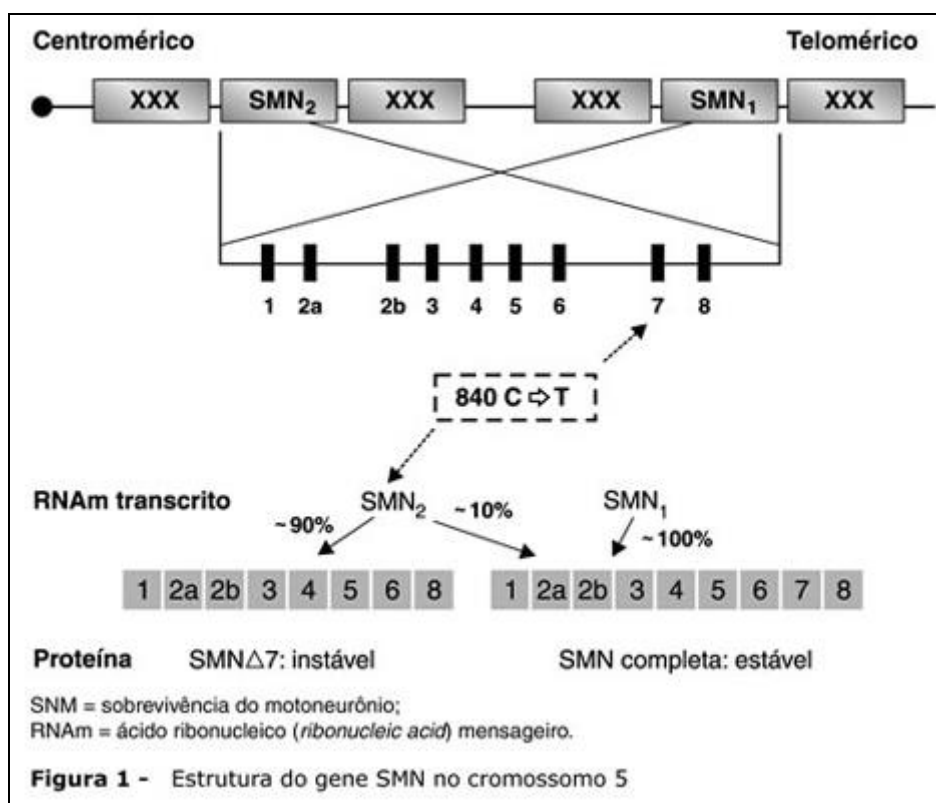
RESUMO: A atrofia muscular espinal é uma doença neurodegenerativa com herança genética autossômica recessiva. É causada por uma deleção homozigótica do gene de sobrevivência do motoneurônio 1. Essa alteração genética resulta na redução dos níveis da proteína de sobrevivência do motoneurônio, levando à degeneração de motoneurônios alfa da medula espinal. Isso resulta em fraqueza e paralisia muscular proximal progressiva simétrica. Sabe-se que alguns cuidados básicos referentes à nutrição, respiração e fisioterapia podem ser importantes para retardar o progresso da doença e prolongar a vida dos pacientes. Atualmente, existem ainda dois medicamentos voltados para o tratamento da AME: o spinraza[®] e o zolgensma[®]. Ambos representam um avanço indiscutível na terapia da doença. Além disso, novos fármacos têm sido estudados para o tratamento da AME. Desta maneira, este trabalho tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a AME os tratamentos farmacológicos disponíveis. Almeja-se com isso proporcionar mais conhecimento a respeito desta doença e estimular cada vez o estudo e o desenvolvimento de novas moléculas. Importante ressaltar que recentemente o spinraza[®] foi incorporado no Sistema único de Saúde (SUS). Outro fármaco análogo, lançado mais recentemente pela AVExis e NOVATIS, o zolgensma[®], alcançou um marco na história da AME por proporcionar aos portadores a possibilidade de falar, sentar e até andar. Como conclusão verifica-se que os medicamentos e as terapias de suporte voltadas para o tratamento da AME não são capazes de recuperar os motoneurônios perdidos, porém têm se mostrado efetivos em diminuir o progresso da doença e melhorar a função muscular residual dos pacientes, bem como oferecer uma melhor qualidade e expectativa de vida.

Palavras - chave: Doença neurodegenerativa. AME. Farmacologia.

INTRODUÇÃO: A Atrofia Muscular Espinal (AME) é uma doença neuromuscular de origem genética recessiva rara. Tem incidência de um para cada 10.000 nascidos vivos e prevalência estimada de um a dois para cada 100.000 pessoas. A frequência de indivíduos portadores da doença (heterozigotos) é de um para cada 40 a 60 indivíduos (CAETANO, HAUEGEN, OSORIO-DE-CASTRO, 2019). A doença é causada por uma deleção ou mutação homozigótica no gene 1 de sobrevivência do neurônio motor, também denominado motoneurônio 1 (SMN₁). O neurônio motor localiza-se na região anterior da medula espinal e do tronco cerebral e desempenha a função de integrar os impulsos do Sistema Nervoso Central (SNC) com a atividade muscular. Para desempenhar esta função é necessário que o neurônio motor apresente uma estrutura aprimorada, de alta atividade metabólica. O SMN1 é constituído por um corpo celular, um axônio extenso, com ramificações dendríticas frequentes e sustentado por um citoesqueleto. A porção terminal é integrada a junção neuromuscular do músculo esquelético (BAIONI, AMBIEL, 2010; CHIEIA, 2005). O neurônio SMN1 é dividido em 3 partes que são denominadas de motoneurônios alfa (α), beta (β) e gama (γ). Eles são denominados de motoneurônios eferentes para indicar o fluxo de informação do sistema nervoso

central (SNC) para a periferia. Os motoneurônios α , inervam fibras musculares extrafusais, que são os principais componentes geradores de força de um músculo. Isso porque os motoneurônios beta inervam as fibras musculares intrafusais dos fusos musculares e os motoneurônios gama inervam as fibras musculares intrafusais encontradas no fuso muscular, regulando a sensibilidade do fuso ao alongamento muscular. A falta da proteína de sobrevivência do motoneurônio SMN leva à degeneração de motoneurônios α , o que resulta em fraqueza e paralisia muscular progressiva (ROSS, KWON, 2019). O gene de sobrevivência do SMN₁ está localizado na região telomérica do cromossomo 5q13 e, apesar da AME ser causada pela mutação ou deleção deste gene, é o número de cópias de outro gene, semelhante a ele – o gene de sobrevivência do motoneurônio 2 (SMN₂) - localizado na região centromérica, o principal determinante da doença (Figura 1) (DEGUISE, BARANELLO, MASTELLA, 2019).

Figura 1: estrutura do gene SMN no cromossomo 5 (BAIONI, AMBIEL, 2010)

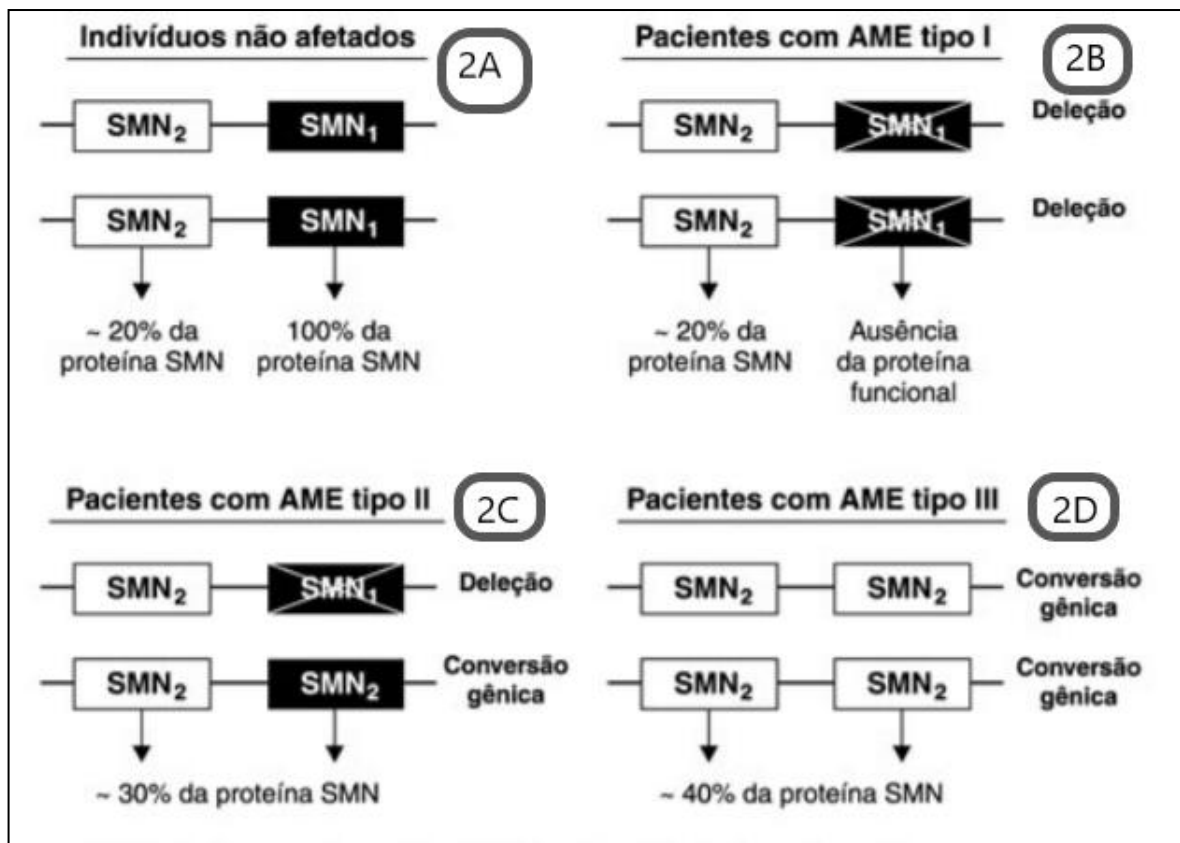


Fonte: Baioni & Ambiel, 2010

Isto acontece porque o gene de SMN₂ contribui com a produção de 25% da proteína SMN. Desta maneira a alteração genética no gene SMN₁ é responsável pela redução dos níveis da proteína SMN. Além disso, o gene SMN₂ não compensa completamente a ausência da expressão do gene SMN₁ (CAETANO, HAUEGEN, OSORIO-DE-CASTRO, 2019). Como ocorre perda progressiva apenas dos motoneurônios α , a função prejudicada é apenas a da motricidade, ficando os neurônios sensoriais intactos. Essa perda de função leva à fraqueza e à atrofia

simétrica progressiva dos músculos voluntários proximais de pernas, braços e, eventualmente, de músculos do tronco, durante o progresso da doença (ROSS, KWON, 2019). Como já descrito, a quantidade de cópias intactas de SMN₂ é determinante para a gravidade da doença. A Figura 2, esquematiza o genótipo de indivíduos não afetados e de indivíduos afetados pela AME. Dentre os afetados, existem três tipos. Os pacientes tipo I (Figura 2b) que são os portadores mais graves da doença. Isso ocorre devido a total ausência do gene SMN₁ com apenas 20% do motoneurônio SMN, o que não é suficiente para o desenvolvimento da atividade muscular. Pacientes tipo II (Figura 2c) que são os portadores da doença na forma mais suave, tendo ausência reduzida do gene SMN₁, porém não ausência total. Nestes há uma conversão gênica do gene SMN₁ para o gene SMN₂, melhorando assim a produção da proteína SMN. Já os pacientes portadores do tipo III (Figura 2d) representam a forma mais branda da doença em que pode se ter a total conversão dos genes SMN₁ para o SMN₂. Ainda de acordo com a figura é possível verificar que, em consequência do aumento no número de cópias de SMN₂ (figuras 2B e 2C), é produzida uma quantidade maior da proteína SMN funcional, o que reduz a gravidade da doença. Também se pode observar, na mesma figura, o fato de que eventos de conversão gênica são responsáveis pelos fenótipos mais suaves da doença (figuras 2C e 2D), enquanto os de deleção do gene SMN₁ dão origem às formas mais graves da AME (figura 1A) (BAIONI, AMBIEL, 2010).

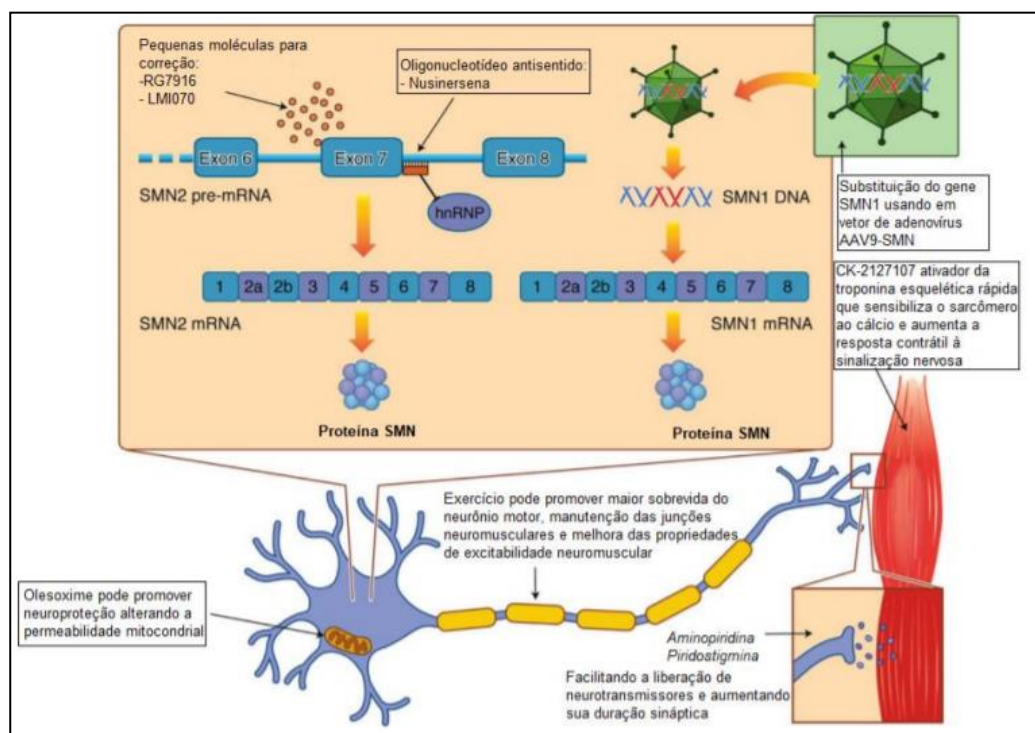
Figura 2: 2A - Indivíduos saudáveis; 2A - Pacientes tipo I; 2C - Pacientes tipo II; 2D - Pacientes tipo III (BAIONI, AMBIEL, 2010).



Fonte: Baioni & Ambiel, 2010

Adicionalmente, parece que o gene SMN_1 também tem participação na regulação da transcrição e na expressão de outros genes. Casos de indivíduos com ausência completa da proteína SMN, isto é, pacientes com AME e que apresentam também ausência do gene SMN_2 , nunca foram reportados. É provável que esse genótipo seja incompatível com a vida, podendo a proteína SMN ter um papel essencial durante o desenvolvimento embrionário ou apresentar uma função moduladora no apoptose neuronal (CAETANO, HAUEGEN, OSORIO-DE-CASTRO, 2019; CHIEIA, 2005). Assim, devido a AME ser uma doença neurodegenerativa pouco conhecida, este trabalho teve por objetivo realizar revisão bibliográfica sobre o tema, reunindo informações sobre a doença, fisiopatologia e tratamento. Espera-se que este trabalho possa despertar o interesse e estimular novos estudos científicos os quais possam promover avanços e melhorias na qualidade de vida do paciente portador de AME. **METODOLOGIA:** As informações foram coletadas a partir de artigos científicos disponíveis nas bases de dados “SciELO” e “PubMed”, entre os anos de 2005 a 2019. Apenas os artigos relacionados com o tema foram selecionados. Algumas das palavras-chaves utilizadas foram: “*spinal muscular atrophy*”, “*pathophysiology*”, “*pharmacology*”, “nusinersen drugs”. Após o levantamento do material houve a realização de leitura exploratória de modo a permitir uma seleção mais apurada das publicações científicas. Apenas artigos relevantes e relacionados com o tema foram selecionados (método de inclusão). A investigação foi realizada durante o período compreendido entre maio e agosto de 2019. Os achados foram analisados e organizados. Estes serviram de base para o desenvolvimento do trabalho. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O tratamento farmacológico da AME é dado pelo medicamento conhecido como SPINRAZA[®] (nusinersena). Este fármaco foi desenvolvido e lançado pelas indústrias “Vetter Pharma - Fertigung GmbH & Co. KG” (Alemanha) e “Patheon Itália S.P.A” (Itália). O responsável pelo registro do medicamento no Brasil é a indústria Biogen Brasil Produtos Farmacêuticos Ltda, desde o ano de 2017 (ANVISA, 2018). O fármaco é um oligonucleótido que apresenta pequenos pedaços de material sintético os quais se ligam ao ácido ribonucleico (RNA). O fármaco liga-se ao gene de sobrevivência SMN_2 e o converte ao gene de sobrevivência SMN_1 , que então se liga ao molde de RNA feito pelo gene de sobrevivência SMN_2 e aumenta a inclusão do exon 7 na proteína (SMN). Aumenta-se, desta maneira, a produção do gene SMN_1 , promovendo a proteção e a promoção da função e da força muscular (ABRAME, 2017). nusinersena atua ligando-se, de maneira antissentido ao RNAm de SMN_2 , em um sítio de silenciamento e remoção de intrônico presente no intron 7. Ao ligar-se a região intrônica 7, o nusinersena impede que os fatores de silenciamento/remoção intrônico processem e removam o éxon 7 do RNAm do gene SMN_2 . A retenção do éxon 7 no RNAm de SMN_2 , permite a leitura e tradução correta destes genes, potencializando a produção de proteína funcional relacionada com a sobrevivência do neurônio motor (SPINRAZA, 2018). A figura 3 ilustra o modo de ação do nusinersena.

Figura 3: Modo de ação do Nusinersena (CONITEC, 2018).



Fonte: Farrar et al., 2017

Recentemente este medicamento foi aprovado para ser incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) (CONITEC, 2018). A utilização do spinraza[®] reduz a perda das células nervosas motoras, melhorando a força e o tônus muscular. Pode ser administrado em crianças, adolescentes ou adultos (BIOGEN BRASIL, 2019). Além disso, pesquisas têm sido realizadas para se obter análogos do nusinersena (RICCI, VACCHETTI, BRUSA, 2019). Com relação ao planejamento de novos fármacos, estudos têm sido realizados (NOVARTIS, 2019). Tais estudos culminaram no desenvolvimento e lançamento do zolgensma[®]. Este representa um grande avanço no tratamento da AME. O zolgensma[®] foi desenvolvido para tratar a causa genética da AME, substituindo o gene SMN1 defeituoso ou ausente e com isso interrompendo a progressão da doença com uma única administração. Dados dos estudos mostram que o zolgensma[®] tem melhor performance terapêutica que o spinraza[®]. Desenvolvido pela AveXis e Novartis, os estudos clínicos de fase 3 mostram, aumento da função motora e conquistas significativas em pacientes com AME tipo 1, consistente com o estudo fase 1 START (NOVARTIS, 2019). No estudo START, os pacientes tratados com zolgensma[®] alcançaram marcos motores nunca vistos na história natural da doença, incluindo sentar-se, falar e alguns pacientes até conseguiram andar. Este efeito quase não diminuiu quase quatro anos após a aplicação do medicamento (NOVARTIS, 2019). Além disso, em uma análise de tecidos derivados de autópsia, células do SNC (incluindo neurônios motores do cérebro e da medula espinal) foram traduzidos com sucesso e a expressão da proteína SMN foi disseminada em uma criança com AME exposta ao fármaco zolgensma[®] como parte de um estudo em andamento na fase III, em comparação com preparações de tecidos de bebês não tratados com AME e uma lactante sem AME (HOY, 2019). **CONCLUSÃO:** Verifica-se, com este trabalho, que os medicamentos spinraza[®] e o zolgensma[®] apresentam-se como inovações

imprescindíveis para o tratamento da AME. Apesar disso, é importante que continue se buscando o planejamento de novas biomoléculas para o tratamento desta doença, objetivando obter medicamentos mais acessíveis financeiramente e cada vez mais efetivos. Espere-se que este trabalho tenha possibilitado reunir informações sobre a AME bem como sobre as suas formas de tratamento, possibilitando assim a divulgação e o esclarecimento de desta doença neurodegenerativa, bem como incentivando cada vez mais estudos nessa área.

REFERÊNCIAS

- BAIONI, M. T. C.; AMBIEL, C. R. **Atrofia muscular espinhal: diagnóstico, tratamento e perspectivas futuras.** J. Pediatr. v.86, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572010000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 maio 2019.
- BIOGEN BRASIL PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. Spinraza (Nursinersena) - Bula aprovada pela ANVISA em 25/03/2019. p.2. Disponível em: https://br.biogen.com/content/dam/corporate/pt_BR/refresh_PDFs/SPINRAZA_nusinersena_Bula_Paciente.pdf. Acesso em: 17 maio 2019.
- CAETANO, R.; HAUEGEN, R. C.; OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S. **A incorporação do nusinersena no Sistema Único de Saúde: uma reflexão crítica sobre a institucionalização da avaliação de tecnologias em saúde no Brasil.** Cad. Saúde Pública, v.35, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001005010#aff2. Acesso em: 22 set. 2019.
- CHIEIA, M. A. T. Doenças do neurônio motor. **Revista Neurociências**, v.13, p. 26-30. 2005. Disponível em: <http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2005/RN%2013%20SUPLEMENTO/Pages%20from%20RN%2013%20SUPLEMENTO-6.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.
- CONITEC. **Nusinersena para o tratamento de pacientes com atrofia muscular espinhal 5q tipo I.** Agosto. 2018. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2018/Relatrio_nusinersena_5q_tipo_I_2018_CP.pdf. Acesso em: 17 maio 2019.
- DARRAS, B.T.; FARRAR, M.A.; MERCURI, E. An Integrated Safety Analysis of Infants and Children with Symptomatic Spinal Muscular Atrophy (SMA) Treated with Nusinersen in Seven Clinical Trials. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs40263-019-00656-w>. Acesso em: 29 de set. 2019.
- HOY, S. M. **Onasemnogene Abeparvovec: First Global Approval.** Springer Nature, Private Bag 65901, Mairangi Bay, Auckland,0754, New Zealand. v. 79, p.1255-1262 Disponível em: https://adisjournals.figshare.com/articles/Onasemnogene_Abeparvovec_First_Global_Approval/8323529 . Acesso em: 22 set. 2019.

LAINIE FRIEDMAN ROSS, JENNIFER M. KWON. Spinal Muscular Atrophy: Past, Present, and Future. *Journal of the American Academy of Pediatrics*. Vol. 20 No. 8 August 2019. Disponível em: <https://neoreviews.aappublications.org/content/20/9?current-issue=y>. Acesso em: 29 set. 2019.

MARC-OLIVIER DEGUISE, GIOVANNI BARANELLO, CHIARA MASTELLA, *et al.* Abnormal fatty acid metabolism is a core component of spinal muscular atrophy . ***Annals of Clinical and Translational Neurology*** 2019; 6(8): 1519–1532. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/acn3.50855>. Acesso em: 29 set. 2019.

NOVARTIS. AveXis receives FDA approval for Zolgensma®, **the first and only gene therapy for pediatric patients with spinal muscular atrophy (SMA)**. Disponível em: <https://www.novartis.com/news/media-releases/avexis-receives-fda-approval-zolgensma-first-and-only-gene-therapy-pediatric-patients-spinal-muscular-atrophy-sma>. Acesso em: 29 maio 2019.

RICCI, F.; VACCHETTI, M.; BRUSA, C. **New pharmacotherapies for genetic neuromuscular disorders**: opportunities and challenges. *Expert Review of Clinical Pharmacology*, v.12, p.757-770, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17512433.2019.1634543>. Acesso em: 29 set. 2019.

ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO ÂMBITO HOSPITALAR

AUTORES:

Amanda Fernanda da Silva
Maize Itala Galvao de Barros
Caroline Cidaria Oliveira Soares
Erivan Fernandes da Silva
Iracy Luanna de Albuquerque Silva

RESUMO: O Farmacêutico no âmbito hospitalar tem por um dos seus objetivos dentro da equipe multidisciplinar, colaborar na qualidade da assistência prestada ao paciente, promovendo o uso racional de medicamentos. Além disso, trabalha no intuito de promover qualidade de vida na terapêutica medicamentosa, prevenindo e monitorando eventos adversos, intervindo e contribuindo na prescrição médica para a obtenção de resultados clínicos positivos. Seu papel atua em duas frentes que se complementam: promovendo a saúde na área clínica através dos aspectos técnicos e científicos, e gerenciando atividades administrativas. A atenção farmacêutica busca promover ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva. Através de uma análise reflexiva fundamentada em revisão científica da literatura, este trabalho tem por objetivo discutir a importância do papel do farmacêutico no âmbito hospitalar.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica. Farmácia Hospitalar. Assistência Farmacêutica.

INTRODUÇÃO: Tendo em vista o crescimento da atuação do farmacêutico em diversos segmentos, a Farmácia hospitalar não é apenas uma área que se limita a fazer ligações com os demais departamentos do hospital. Dentre estas atividades administrativas, o farmacêutico também se faz importante no desempenho de atividades clínicas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (1993), a Atenção Farmacêutica é um compêndio das atitudes, comportamentos, compromissos, inquietudes, valores éticos, funções, conhecimentos, responsabilidades e habilidades do farmacêutico na prestação da farmacoterapia, com o objetivo de obter resultados terapêuticos definidos na saúde e na qualidade de vida do paciente. Ao estudar sobre as competências do trabalho do farmacêutico, podemos observar a importância deste profissional atuando dentro de uma equipe multidisciplinar, uma vez que este desempenha papel fundamental de acompanhamento farmacoterapêutico, com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos pacientes, minimizando os riscos e garantindo uma segurança eficaz (ANDRADE, 2015). A Farmácia Clínica teve início após o final da Segunda Guerra Mundial, momento em que houve uma revolução na Indústria Farmacêutica, impulsionado inovações farmacêuticas e lançamentos de diversos fármacos. Com esses avanços, o profissional farmacêutico passa a refletir sobre uma nova área de atuação, deixando de ser apenas um manipulador de substâncias para ter uma visão clínica de assistência aos usuários (ANGONESI, 2010). No Brasil, a Farmácia Clínica foi implantada no estado do Rio Grande do Norte pelo professor Dr. Tarcísio José Palhano, com um intuito de valorização profissional, perante os usuários e outros profissionais de saúde. A Farmácia Clínica visa a segurança e melhor adesão farmacoterapêutica ao usuário, onde o farmacêutico é peça fundamental perante esse contexto (MÜLLER, 2018). A Farmácia Hospitalar é atualmente uma unidade

que tem como objetivos garantir o uso seguro e racional dos medicamentos prescritos e responder à demanda de medicamentos dos pacientes hospitalizados. Com base nisso, torna-se pertinente uma reflexão acerca dos diversos papéis de um farmacêutico hospitalar; quais suas funções dentro de uma equipe multidisciplinar, suas atividades clínicas, como também refletir sobre os diferentes conceitos envolvidos na Atenção Farmacêutica e Farmácia Clínica. (PELENTIR, 2015). Com base nesse contexto, utilizando-se de uma análise reflexiva fundamentada em revisão científica da literatura, este trabalho tem por objetivo discutir a importância do papel do farmacêutico no setor hospitalar, uma vez que suas atividades não se limitam apenas a realização de aquisições e distribuições de medicamentos, e sim à realização também de atividades que são de fundamental importância dentro de uma equipe multidisciplinar em contextos hospitalares. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma análise reflexiva de revisão científica da literatura, que objetivou verificar as publicações científicas presentes em bases de dados como SCIELO, CFF (Conselho Federal de Farmácia), Ministério da Saúde e revistas eletrônicas, no período de 27/08/19 à 27/09/19. Os artigos selecionados para análise foram publicados entre 2009 a 2019 e os descritores utilizados foram “atenção farmacêutica”, “farmácia hospitalar” e “assistência farmacêutica”. Através de uma análise reflexiva destes artigos, esta revisão objetivou buscar a compreensão sobre a importância do papel do farmacêutico no setor hospitalar, enfatizando a evolução da Atenção e Assistência Farmacêutica com um olhar clínico e multidisciplinar, voltado para melhorar a adesão farmacoterapêutica, prevenção e cuidados relacionados ao uso indiscriminado dos medicamentos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com a Portaria 4.283 de dezembro de 2010, no qual aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais, e a Resolução nº 300 do Conselho Federal de Farmácia (1997), *“a farmácia hospitalar é uma unidade clínica de assistência técnico-administrativista, dirigida pelo profissional farmacêutico, integrada funcionalmente, e hierarquicamente as atividades hospitalares”*. (FINATTO, 2012). Vale ressaltar a importância do papel do farmacêutico como orientador de cuidados ao paciente, com a finalidade de promover uma ação efetiva e humanizada. Com isso, o farmacêutico deixa de ser um dispensador de medicamentos, e passar a ter um papel fundamental no acompanhamento farmacoterapêutico dos pacientes (FINATTO, 2012). Ainda de acordo com a Portaria 4.283 de dezembro 2010, para assegurar a qualidade dos serviços farmacêuticos no âmbito hospitalar, foram estabelecidas algumas diretrizes, assim elencadas: gestão, desenvolvimento de ações inseridas na atenção integral à saúde, infraestrutura física, tecnológica e gestão da informação, recursos humanos, informação sobre medicamentos e outras tecnologias em saúde e ensino, pesquisa e educação permanente em saúde. **Gestão:** A assistência farmacêutica na gestão hospitalar está voltada à atividades como abastecimento, dispensação, acesso, controle, rastreabilidade e uso racional de medicamentos. Com o objetivo focado na organização estrutural de modelo sistêmico e institucional valorizando a missão, valores e visão do hospital, cabe ao farmacêutico implantar procedimentos operacionais padrão, formulação de critérios de avaliação do desempenho dos serviços realizados, acompanhamento e estratégias de recursos orçamentários e participar de comissões relacionadas a assistência farmacêutica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). **Desenvolvimento de ações inseridas na atenção integral à saúde:** O farmacêutico dentro do âmbito hospitalar, além de atividades logísticas, deve atuar sobre ações técnico-científicas, desempenhando papel essencial nas estratégias de racionalização do uso de

medicamentos. De acordo com a Portaria 4.283, as atividades desenvolvidas nesse contexto são o gerenciamento de tecnologia, onde a farmácia deve gerenciar a qualificação dos departamentos envolvidos na mesma; distribuição e dispensação no qual o farmacêutico deve implantar sistemas de segurança, com foco no uso racional dos medicamentos e adesão efetiva ao tratamento; manipulação, com a responsabilidade no controle de qualidade na manipulação de magistrais, oficinais, antineoplásicos, radiofármacos e nutrição parenteral (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Por fim, tem-se o cuidado ao paciente, onde o farmacêutico contribui de forma integral e humanizada na sua assistência, com o objetivo de garantir a qualidade e eficácia da terapêutica medicamentosa. **Infraestrutura física, tecnológica e gestão da informação:** Esta diretriz é a base essencial para o desenvolvimento do farmacêutico no hospital, pois se trata do local adequado para um bom funcionamento do setor, incluindo os equipamentos, instalações, gerenciamento adequado e um bom sistema informatizado de comunicação. Com isso, podemos ter uma garantia segura do bom funcionamento das atividades farmacêuticas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). **Recursos humanos:** Para um desenvolvimento efetivo da Farmácia Hospitalar, a mesma deve contar com farmacêutico inscrito no Conselho Regional de Farmácia, assim como seus auxiliares. Deve fornecer um sistema de práticas seguras no serviços e educação permanente dos profissionais atuantes. A formação e capacitação dos recursos humanos deve ser em qualidade e quantidade suficiente para o correto desenvolvimento da assistência farmacêutica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). **Atenção Farmacêutica:** A Atenção Farmacêutica é um conjunto de ações responsáveis pelo tratamento farmacológico eficaz, com o objetivo de alcançar resultados satisfatórios na saúde, melhorando a qualidade de vida dos pacientes. O termo Atenção Farmacêutica se confunde muito com a Assistência Farmacêutica, embora ambos dependam um do outro; a Assistência Farmacêutica está voltada aos procedimentos e ações realizadas pelo profissional, como a orientação do uso indiscriminado dos medicamentos de forma indireta; já a Atenção Farmacêutica é o contato direto do farmacêutico e paciente no momento da orientação (IVAMA *et al.*, 2002). O processo de Atenção Farmacêutica dentro de um contexto hospitalar deve seguir os passos do método clínico. Tal método inclui a coleta de dados, identificação de problemas, implantação do plano de cuidado e seguimento do paciente (OTUKI, 2011). Em todos os níveis de atenção à saúde, a prestação de serviços de saúde é de natureza multiprofissional. Dessa forma, a equipe de saúde que está direta e indiretamente envolvida com o uso de medicamentos, deve necessariamente incluir o farmacêutico. Isso foi claramente demonstrado no enfoque de equipe usado na atenção clínica nos hospitais e centros de saúde (ANDRADE, 2015). O profissional farmacêutico no âmbito de uma farmácia hospitalar, pode iniciar a implantação de um sistema de assistência farmacêutica através do acompanhamento farmacoterapêutico dos pacientes. A assistência farmacêutica se dá pela avaliação de prescrições médicas buscando diminuir os erros em relação a dose, vias de administração, concentração e troca do próprio medicamento. Desta forma, o farmacêutico consegue atuar junto ao corpo clínico e outros profissionais melhorando consideravelmente a assistência prestada, formando, assim, uma equipe multidisciplinar (PELENTIR, 2015). Essa prática clínica no ambiente hospitalar propõe estabelecer uma relação entre o farmacêutico e o paciente, permitindo um trabalho com o objetivo de buscar, identificar, prevenir e resolver problemas que poderão surgir durante o tratamento farmacológico (FINATTO, 2012). A Atenção Farmacêutica é elaborada a partir da Farmácia Clínica, em que o

farmacêutico assume a responsabilidade em relação ao paciente e junto com outros profissionais, implementa e monitora a conduta terapêutica estabelecida, no qual deve ocorrer de forma a assegurar confiança, comunicação e cooperação para tomadas de decisões conjuntas (FINATTO, 2012). Os erros de medicação e os problemas relacionados a eles são atualmente um problema mundial de saúde pública. Dentre estes, os erros mais sérios são os de prescrição, resultado na intervenção terapêutica mais frequente no ambiente hospitalar. Um estudo sobre erros de medicação em um Hospital Universitário, mostrou que 29% dos erros de medicação estão relacionados à prescrição; destes, 21% referem-se a problemas de dosagem, via de administração, posologia, diluição e prescrição de medicamentos inadequados. Esses problemas poderiam ser evitados ou minimizados se os prescritores consultassem a literatura ou a equipe de saúde (SILVA, 2004). Estudos revelam que a presença do profissional farmacêutico nas instituições hospitalares contribui para a redução de erros de prescrições. A diferença foi mais evidente na verificação de concentrações erradas quando se comparou hospitais onde havia farmacêuticos na triagem das prescrições e onde as mesmas eram realizadas por profissionais técnicos (93,3% vs. 83,3%). (FINATTO, 2012). É nítida a importância do profissional farmacêutico no âmbito hospitalar, pois é ele quem reúne as melhores condições para orientar sobre o uso correto dos medicamentos, esclarecendo dúvidas e favorecendo a adesão e sucesso do tratamento. **CONCLUSÃO:** Com base nessa revisão científica da literatura, é inegável a importância da implementação da Farmácia Clínica dentro do âmbito hospitalar, demonstrado pelo papel do farmacêutico e suas atribuições dentro de uma equipe multidisciplinar. Pode ser evidenciado a evolução da valorização do farmacêutico no decorrer de sua prática hospitalar, porém ainda existem desafios que precisam ser conquistados pelo profissional no Brasil. A Atenção Farmacêutica Hospitalar representa, em um hospital, um instrumento necessário para o cuidado do paciente, sendo imprescindível para o sucesso da terapêutica assim como um acompanhamento humanizado pela equipe multiprofissional em saúde.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciano. **O Papel do Farmacêutico no Âmbito Hospitalar**. 2015. Monografia. Recife. Disponível em: <https://www.cceursos.com.br/img/resumos/o-papel-do-farmac-utico-no--mbito-hospitalar.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.
- ANGONESI, Daniela. SEVALHO, Gil. Atenção Farmacêutica: fundamentação conceitual e crítica para um modelo brasileiro. **Ciência e Saúde Coletiva**.v.15. p. 3603-3614. Minas Gerais, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000900035&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 27 set. 2019.
- BOUÇAS, Esterlita, *et al.* Farmacêutica hospitalar uma Abordagem Qualitativas de seus Impactos. **Saúde Coletiva**. v. 28. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v28n3/0103-7331-physis-28-03-e280317.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.
- BRASIL. MIINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 4.283 de dezembro de 2010**. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html. Acesso em: 25 set .2019.

CAVALCANTE, Solange. Farmácia e Controle de Infecções Hospitalares. **Pharmacia Brasileira**. Ceará. n. 80. 20 p. 2011. Disponível em: http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/130/encarte_farmacia_hospitalar.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

FERNANDES, Luana. A importância do Farmacêutico Hospitalar juntamente com a equipe multidisciplinar na Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Farol**. Rondônia. v.8. n.8. 2019. Disponível em: <http://revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/167/131>. Acesso em: 27 set 2019.

FINATTO, Raquel. CAON, Suhélen. BUENO, Denise. Intervenção farmacêutica como indicador de qualidade da assistência hospitalar. **Rev. Brasileira de Farmácia**. Rio Grande do Sul. Vol. 93. Pág 364-370. 2012. Disponível em <http://www.rbfarma.org.br/files/rbf-2012-93-3-17.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. CAON, PARIS, karina. Análise das Quase falhas no processo de prescrição detectadas pelo farmacêutico clínico. **Rev. ACRED**. n. 6. v. 3. p. 55-62. 2013. Disponível em <http://ojs.cbacred.org.br/index.php/Acred01/article/view/164>. Acesso em: 01 out . 2019.

IVAMA, Adriana *et al.* **Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica**. Organização Pan Americana da Saúde. Brasília. 24 pág. 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PropostaConsensoAtenfar.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

MÜLLER, Mariana. **O Farmacêutico que edificou a Farmácia Clínica no Brasil**. 2018. ICTQ. Disponível em: <https://www.ictq.com.br/opiniao/747-o-farmacutico-que-edificou-a-farmacia-clinica-no-brasil%C2%A0>. Acesso em: 27 set. 2019.

OLIVEIRA, Andrezza, *et al.* Obstáculos da Atenção Farmacêutica no Brasil. **Ciências Farmacêuticas**. v.41. Paraná. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcf/v41n4/a02v41n4.pdf>. Acesso em: 27 set .2019.

OTUKI, Michel, CORRER, Cassyano. **Método Clínico de Atenção Farmacêutica**. 2011. São Paulo. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/ipgg/assistencia-farmacutica/otuki-metodoclinicoparaatencaofarmacutica.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

PELENTIR, Monica, *et al.* A Importância da Assistência Farmacêutica no ambiente hospitalar. **Ciência e tecnologia**. v.1. Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/cienciaetecnologia/article/view/487>. Acesso em: 27 set. 2019.

SILVA, Ana. CASSIANI, Silvia. Erros de medicação em hospital universitário: tipos, causas, sugestões e providências. **Rev. Bras. de Enferm**. Brasília. v. 57. n.6, p.

671- 674. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672004000600007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 01 out. 2019.

VIEIRA, Fabiola. Assistência Farmacêutica no Sistema Público de Saúde no Brasil. **Revista Pan-americana de Saúde Pública**. v.27. p. 59-149. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2010.v27n2/149-156/>. Acesso em: 27 set. 2019.

GASTRONOMIA

CACTÁCEAS COMO MUDANÇA NA VIDA DOS COMENSAIS DA CAATINGA

AUTORES:

Janaina Rego da Silva Lima

Italo Bruno Ribeiro da Silva

Valesca Oliveira do Amaral

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é retratar a inovação gastronômica a partir da utilização de cactos nas preparações alimentares, levando em consideração o panorama sociocultural da alimentação brasileira, a partir da definição de hábitos alimentares e mudanças nutricionais. Por meio da análise histórica da alimentação dos brasileiros, caracterizamos a cultura nordestina e a introdução de novos alimentos com plantas não convencionais na nutrição diária. Por intermédio de uma metodologia de pesquisa exploratória com abordagem bibliográfica, ressaltamos o valor cultural da caatinga e proteção do bioma nordestino, com foco nas riquezas de possibilidades culinárias. Por fim, ressaltamos a importância do conceito de gastrotinga e a valorização do cacto como alimento humano.

Palavras-chave: Alimentação brasileira. Alimentação nordestina. Gastrotinga.

INTRODUÇÃO: Atualmente, as pesquisas sobre alimentação brasileira e nordestina já buscam desmistificar e apresentar os cactos, que, no imaginário popular, é sempre lembrada como fonte de alimento para animais na época da seca das regiões semiáridas, como insumos de qualidade para os seres humanos. Os cactos em si apresentam várias fontes de nutrientes, possui betacaroteno, é rico em betalain (antioxidantes que auxiliam na prevenção do envelhecimento precoce), é fonte de fibras solúveis, oferece taurina (aminoácido fundamental na restauração das células), possui ferro, cálcio, vitaminas A e C, seus componentes atuam na recuperação de lesões musculares (importantes para quem faz exercícios físicos) e estudos ainda o incluem em favor do emagrecimento, pois o uso de sua água, por conter muitas fibras solúveis, proporciona a saciedade e a desintoxicação do corpo. Estudos demonstram o valor nutricional de algumas espécies de cactáceas forrageiras, como a palma, que é uma excelente fonte de energia, rica em carboidratos não fibrosos, 61,79% (WANDERLEY *et al.*, 2002) e nutrientes digestíveis totais, 62% (MELO *et al.*, 2003). O cacto aparece como uma fonte para saciar a fome e pode ser encontrado em abundância na natureza. Eles sobrevivem em regiões extremamente secas, e adotá-los como alimento pode ser uma solução para a sobrevivência dessas regiões. É uma planta de fácil cultivo e não requer muita atenção e cuidados. De acordo com documentos na história da humanidade, os cactos eram utilizados como alimento e item essencial na sua economia, pelos astecas, no período pré-colombiano. A Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO) anunciou que o cacto é alimento do futuro, mas por quê? Por todas essas razões supracitadas, fácil cultivo, não necessitar de grandes cuidados, possuir inúmeros benefícios à saúde. Os seus frutos também podem e devem ser consumidos, além de água e sais minerais, a vitamina C e o magnésio são seus principais destaques, a exemplo disso, temos a pitiaia, fruta de aparência escamosa, não dá em árvore, mas sim em cactos. Com isso, essa pesquisa tem por objetivo retratar a inovação gastronômica a partir da utilização de cactos nas preparações alimentares, com uma metodologia de pesquisa exploratória com abordagem bibliográfica, buscando em diversas fontes de informações científicas e não-

científicas, as discussões sobre inovação no sentido dessa alimentação com base diferenciada e conceitualmente referenciada pela gastrotinga. **HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL:** A alimentação é uma necessidade fisiológica básica, um direito humano e um ato sujeito a tabus culturais, crenças e diferenças no âmbito social, étnico, filosófico, religioso e regional. O ato de alimentar-se incorpora tanto a satisfação das necessidades do organismo quanto se configura como uma forma de agregar pessoas e unir costumes, representado assim um ótimo método de socialização. Mezomo (2002) define hábitos alimentares como os atos concebidos pelos indivíduos em que há seleção, utilização e consumo de alimentos disponíveis. Nas últimas décadas, foi possível observar mudanças nos hábitos alimentares em diversos países, o que reflete a complexidade dos modelos de consumo e dos fatores que os determinam (PINHEIRO, 2001). Tais mudanças afetam a qualidade dos alimentos produzidos e industrializados. Na tentativa de adequar a alimentação ao ritmo acelerado do dia a dia, as escolhas e os hábitos de consumo passaram a apontar para alimentos mais condizentes com o novo estilo de vida, fazendo com que fossem incorporados hábitos rápidos e práticos. Estes muitas vezes são menos satisfatórios ao paladar e possuem aporte nutritivo menor do que no padrão anterior, no qual se prezava por hábitos naturais e mais saudáveis de alimentação (ABREU *et al.*, 2001; FLANDRIN; MONTANARI, 1996; SOUZA; HARDT, 2002; OLIVEIRA, 1997). Na contemporaneidade, a alimentação é caracterizada pelo estilo de vida moderno, marcada pela escassez de tempo para preparo e consumo de alimentos, o que leva à emergência de alimentos do tipo *fast-food*, que emprega técnicas de conservação e preparo, agregando tempo e trabalho. Em contrapartida, uma parte da população desperta para os aspectos da saúde, optando por uma alimentação do tipo *slow food*, prezando pela escolha dos alimentos e pela qualidade das preparações (CAMPOS, 2004). Os hábitos alimentares no Brasil formaram-se a partir da miscigenação das culinárias indígena, portuguesa e africana e, com o decorrer do tempo, foram adquirindo características e peculiaridades. Cada região do país desenvolveu uma cultura popular rica e diversificada, em que figura uma culinária própria, devido à influência das correntes migratórias e adaptações ao clima e disponibilidade de alimentos (PINHEIRO, 2001; BLEIL, 1998; ABREU *et al.*, 2001). Até o século XX, muitas descobertas técnico-científicas importantes levaram ao progresso e também à modificação dos costumes alimentares: o aparecimento de novos produtos; a renovação de técnicas agrícolas e industriais; as descobertas sobre fermentação; a produção do vinho, da cerveja e do queijo em escala industrial e o beneficiamento do leite; os avanços na genética, que permitiram aprimorar o cultivo de plantas e a criação de animais; a mecanização agrícola; e ainda o desenvolvimento dos processos técnicos para conservação de alimentos (PINHEIRO, 2001; ABREU *et al.*, 2001; MONDINI; MONTEIRO, 1994). Na perspectiva histórica, vemos que o consumo alimentar tem como base a noção de “sistemas alimentares”. Estes seriam baseados em diferentes agentes sociais (produtores, distribuidores, consumidores e Estado), estratégias e relações que se estabelecem entre eles, ao longo do tempo, de modo que se possa compreender de que formas os hábitos alimentares se constroem e evoluem (SOUZA, 2002). Além disso, é importante salientar que a formação e transformação de hábitos alimentares com o passar dos tempos tem relação estreita com a cultura e com as crenças (religiosas ou não) de um povo (PINHEIRO, 2001; ABREU *et al.*, 2001). **ALIMENTAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO:** A alimentação no Nordeste sofre influência diretamente dos fatores socioeconômicos e culturais, residentes das colonizações e da herança indígena do local. A culinária portuguesa, muito influente

no Nordeste e no Brasil como um todo, deixou um legado da época colonial e com influência disso também a culinária africana, que teve suas adaptações alimentares, com a chegada dos escravos (VERARDI, 2009). Isso tudo com a mistura das tradições culturais e alimentares dos nativos insígnias da região. A forma de se alimentar no Nordeste pode ser dividida entre carne caprina, carne bovina, carne de caças, vegetais, peixes e frutos do mar. Grande parte da culinária tem um tempero forte e marcante, com a utilização de pimentas em vários pratos típicos, e um alto índice calórico nas refeições. Ervas aromáticas e frutos também fazem parte do cardápio nordestino, deixando, assim, um aspecto marcante e inconfundível no paladar, distinto das demais regiões. Boa parte dos frutos utilizados na culinária dessa região foi trazida de outros locais do mundo e foram difundidos na época da colonização do território brasileiro pelos portugueses, com o exemplo do coco, que é uma fruta natural da Ásia. Entre as comidas mais conhecidas do Nordeste estão tapioca, acarajé, baião de dois, moqueca, carne de sol com queijo coalho, paçoca de carne seca, sarapatel, vatapá, caruru, maria Isabel, peixada, arrumadinho e cuscuz. Outro erro comumente propalado é que o caju é a fruta do cajueiro. O caju é considerado muitas vezes como o fruto do cajueiro embora seja um pseudofruto. É constituído de duas partes: a castanha, que é a fruta propriamente dita, e o pedúnculo floral, pseudofruto confundido com o fruto. Esse se compõe de um pedúnculo piriforme, carnoso, amarelo, rosado ou vermelho.¹⁹ O que antes era considerado apenas “mato” hoje está cada vez mais presente nos pratos dos nordestinos e dos brasileiros, as PANCs, (plantas alimentícias não convencionais). **Cacto pé-de-mamão:** tem frutas com a polpa parecida à da pitaia. O lado negativo é que elas possuem espinhos, que devem ser retirados antes do consumo. **Maracujá vermelho:** embora não seja tão saboroso para o consumo *in natura*, fica delicioso em doces, sucos, bolos e geleias. **Hortelã-do-norte:** parece-se com o boldo, mas é hortelã e costuma ser usada no tempero de carnes vermelhas, tendo um aroma picante e levemente amargo. **Beldroegão:** suas folhas podem ser consumidas cozidas, cruas ou refogadas, as sementes são pequenas, mas comestíveis, e até a raiz pode ser aproveitada. **Inhame:** mesmo tendo se tornado popular com as receitas divulgadas, o inhame ainda pode ser considerado uma PANC. **Outras:** feijão-espada e alfavaca do campo. **INOVAÇÃO ALIMENTAR:** Com a globalização no mundo atual difundindo a culinária e os ingredientes que antes eram só encontrados em um específico lugar, hoje podemos encontrar pratos e ingredientes de todo o mundo com mais facilidade em vários locais, facilitando o conhecimento da cultura culinária de outros países e aproximando ainda mais os povos, trazendo inovações e hábitos novos na forma de cozinhar e se alimentar. Com isso o conceito de inovação pode ser compreendido não só como produtos e insumos novos no mercado, mas pode ser assimilados a produtos já existentes e ingredientes “comuns” com o conceito de preparos diferentes e inusitados, atribuindo ingredientes em preparações nunca antes vistas, com o auxílio da ciência, mas não exclusivamente da cozinha molecular, podendo inovar com técnicas clássicas. Com o crescimento da população mundial, que gera cada vez mais demanda, a produção fica estagnada e sobrecarregada, optando para um novo seguimento de alimentação, como base no aproveitamento, e na utilização de PANCs para podemos suprir essa demanda.

¹⁹ LOPES. P. Cajú. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/frutas/caju.htm>
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

O papel da inovação passa a ser essencial para garantir que as próximas gerações possam ser alimentadas, com qualidade. Para isso, é preciso que ocorra uma transformação na forma como produzimos alimento. Não basta aumentar a produtividade, é preciso utilizar uma abordagem mais abrangente, que envolva produção e consumo sustentável, de forma a garantir a segurança alimentar para as futuras gerações. (BACCI, 2019, s/p).

Um exemplo disso no Nordeste é o *chef* Timóteo, que inova na gastronomia nordestina com suas receitas inusitadas com aproveitamentos de insumos das PANCs, especificamente com os cactos, palma e xique-xique. Timóteo é conhecido como o *chef* do sertão, um cozinheiro alagoano, radicado em Canindé do São Francisco (Sergipe). Sua história começa ainda criança na cozinha de sua avó, quando ele a observava cozinhar sarapatel, buchada e outras receitas típicas do Nordeste. Com apenas nove anos, ele começou a se aventurar produzindo brigadeiro de casca de melancia, coxinha de cacto e pudim de umbu. Em uma de suas experiências, ele precisava fazer cocada, mas não tinha coco suficiente, foi quando teve a ideia de introduzir o xique-xique no lugar do coco, ficou tão boa, que a cocada original perdeu seu lugar, e desde esse dia ele começou a vender a “cocactus”. As pessoas só vieram descobrir que ele usava xique-xique em 2014, quando foi ao programa de Ana Maria Braga. Frente a esse seu histórico, fundou o projeto Gastrotinga, que visa à valorização do bioma caatinga e da cultura sertaneja, mostrando a verdadeira gastronomia com base nos ingredientes do bioma. Busca a sustentabilidade social, cultural, histórica, ambiental, econômica e literária. **GASTROTINGA:** Podemos dizer que a gastrotinga é um movimento que eleva as raízes culturais de sua região, mostrando sua biodiversidade como uma nova ideologia que devemos saber utilizar de forma sustentável e equilibrada. O *chef* Timóteo fez parceria com o *chef* Rivandro França (*chef* do restaurante Cozinhando Escondidinho, em Recife, Pernambuco), que por sua vez também tem o seu projeto (Palmas para o Sertão). Ambos trabalham em prol da mesma causa, difundir as raízes nordestinas pelo Brasil e pelo mundo. Com algumas parcerias de agricultores em Sergipe e Alagoas, viveiros de cactos foram cultivados. Há ainda algumas escolas e universidades com hortas educativas. Juntando forças, puderam ativar outros *chefs* brasileiros, com o intuito de apresentar e divulgar os novos ingredientes e introduzi-los em suas receitas de seus restaurantes. Com essa divulgação, Sergipe foi o primeiro estado brasileiro a se preocupar e plantar cactáceas para o uso culinário.

Certa vez, me falaram que comer palma é coisa de miserável. Penso eu que miserável é aquele que não sabe se reinventar diante das dificuldades criando novas possibilidades. (Timóteo Domingos, idealizador do projeto Gastrotinga)

No início, foi difícil para Timóteo, ninguém queria comer palma, xique-xique, porque aquilo era comida de vaca, existia resistência e um certo preconceito, quando se comia palma ou outra cactácea, é porque não tinha outra coisa para comer. Mas as novas gerações foram tomando conhecimento dos novos produtos e que os mesmos poderiam ser utilizados na alimentação humana, não seria somente restrito aos animais. Com a participação em eventos de gastronomia, esse entendimento vem sendo modificado, entendendo que essas cactáceas fazem parte de nossa identidade e cultura alimentar, são produtos únicos. Quando pensamos em produtos

únicos, falamos em gastronomia regional, a biodiversidade do bioma caatinga, que retrata os produtos nativos. O bioma da caatinga, cujo nome vem do tupi (caa = mato e tinga = branco), ocorre na região Nordeste do Brasil, cobrindo grande parte do interior dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e um pouco de Minas Gerais. É a região de seca mais povoada do mundo, com uma população de cerca de 15 milhões de habitantes, dividida na sua maioria em áreas rurais.²⁰. Diferenciamos então a gastronomia sertaneja que temos no sertão do Nordeste, de Minas Gerais, sertão do interior de São Paulo; já a gastrotinga, que é a definição de caatinga de sertão, só temos nos estados do Nordeste e no norte de Minas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em virtude do que foi mencionado, podemos concluir então que as cactáceas apresentam um grande potencial como insumos para os agricultores, estudantes, pesquisadores, cozinheiros e comensais, reconhecendo o grande potencial que elas oferecem, como atividade econômica para toda a região e até mesmo para o país. A pesquisa desses alimentos é necessária e pode mudar a realidade econômica e proporcionar desenvolvimento humano a determinado local. Estudar a caatinga e o que ela poderá proporcionar, no que se refere à introdução alimentar, é um desafio para pesquisadores, gastrólogos e nutricionistas.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. S.; VIANA, I. C.; MORENO, R. B., *et al.* Alimentação mundial: uma reflexão sobre a história. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 3-14, 2010.

BACCI, Caio. **Para alimentar o mundo, é preciso trazer inovação para a agricultura**. Agroblog, 2018. Disponível em: <https://agrosmart.com.br/blog/alimentar-o-mundo-trazer-inovacao-para-agricultura/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BLEIL, S. I. O Padrão Alimentar Ocidental: Considerações Sobre a Mudança de Hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 6, p. 1-25, 1998.

BOSCHILIA, Cleusa. **Minimanual compacto de Biologia**. São Paulo: Rideel, 2001.

CAMPOS, K. R. **Movimento slow food: uma crítica ao estilo de vida fast food**. [monografia]. 2004. Monografia – Universidade de Brasília, Brasília – DF.

²⁰ Tem uma vegetação xerófitica, decídua com características de espécies suculentas, espinhosas e urticantes. Onde encontramos geralmente cactos suculentos como-a-coroa de frade (*Melocactus bahiensis*), o xiquexique (*Pilosocereus gounellei*) e o chegue-para-lá (*Harrisia adscendens*), e outras, como o cansaço (*Jatropha urens*) e bromélias de folhas espinhosas, como spp., *Bromélia lacioniosa* e *Neoglaziovia variegata*. Na época das chuvas algumas espécies mais resistentes, como Jericó (*Selaginella convoluta*) uma espécie de samambaia. Onde os solos reservam mais água, a caatinga é mais arborizada, com a Jurema (*Mimosa sp.*), o velame (*Croton campestre*), o facheiro (*Cereus squamosus*), o mandacaru (*Cereus jamacaru*), a palma (*Opuntia inamoena*), o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), onde suas raízes (bucus) são ricas em água e ajudam ao sertanejo a saciarem a sede na época da seca, a faveleira (*Cnidocolus phyllacanthus*), o pau-pereiro (*Aspidosperma pyrifolium*), a amburana (*Amburana cearenses*), a quixameira (*Bumelia sartorum*), o juazeiro (*Ziziphus joazeiro*) e o icó (*Capparis yco*). Quando chegamos finalmente na caatinga arbórea, encontramos espécies como a barriguda (*Cavanillesia arborea*), paineiras (*Chorisia spp.*), a aroeira (*Myracrodrum urundeuva*), a baraúna (*Schinopsis brasiliensis*), a catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), a oiticica (*Licania rígida*) dentre outras.

COUTINHO, Leopoldo Magno. **Biomass Brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

DUTRA, M. **5 espécies de PANC's para colher e comer em cada uma das 5 regiões**. Hypeness, 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/10/5-especies-de-pancs-para-colher-e-comer-em-cada-uma-da-5-regioes-do-brasil/>

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **A história da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

MEZOMO, I. F. B. **Os serviços de alimentação: planejamento e administração**. Barueri, SP: Manole; 2002.

MONDINI, L; MONTEIRO C. A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira. **Rev. Saúde Pública**, n. 28, v. 6, p. 433-9, 1994.

OLIVEIRA, S. P.; THEBAUD-MONY, A. Consumo alimentar: abordagem multidisciplinar. **Rev. da Saúde Pública**, v. 31, n. 2, p. 201-208, 1997.

PINHEIRO, K. História da Alimentação. **Universitas Ciências da saúde**, v. 3, p. 173-190, 2001.

PROENÇA, R. P. C. Alimentação e Globalização: algumas reflexões. **Cienc. Cult.** v. 62, n, 4, 2010.

ROSSI, M. **O chef do sertão quer que você coma cactos**. El País, 22 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/nordeste_vizinho/1536787877_482163.html.

SOUZA, M. D. C. A.; HARDT, P. P. **Evolução dos hábitos alimentares no Brasil**. Brasil alimentos, 2002.

VERARDI, Cláudia Albuquerque. **Culinária do Nordeste do Brasil** (comida nordestina). Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/>.

PEDAGOGIA

A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO "CAFÉ PROFISSIONAL"

AUTORA:

Rosyane Andrade de Lima

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar reflexivamente sobre a criação e a implementação de um projeto intitulado "Café Profissional" destinado aos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos do Centro Educacional Dom Bosco, tendo em vista o insucesso escolar da população que vive em situação de vulnerabilidade social, sublinhando também o fracasso profissional, sobretudo de jovens e adolescentes. Foi fundamentado na necessidade da capacitação profissional que o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais, e de acordo com as poucas oportunidades que os jovens e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social têm, com o intuito de oportuniza-los ao crescimento humano e profissional. Assim, foram utilizados como norteadores da reflexão autores, como Freire (2003), que despertou vários jovens a serem protagonistas de sua vida através de sua proposta de educação; e a Pedagogia de Dom Bosco (1859) enfatizando o Sistema Preventivo. O Projeto promoveu encontros mensais, com palestras ministradas por profissionais experientes sobre o tema proposto. Foi perceptível o bom aproveitamento dos participantes sendo refletida em suas posturas, sua visão de mundo e o seu despertar à importância da constante qualificação e capacitação para sua inserção no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação. Capacitação de Jovens. Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO: Dentre as dificuldades enfrentadas pela população que vive em situação de pobreza está a educação pública de má qualidade e a falta de qualificação e capacitação profissional, fatores que influenciam diretamente a inserção no mercado de trabalho. Nos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 2005) constatamos que o fracasso nos anos iniciais do Ensino Fundamental é maior entre a população que vive em regiões que possuem indicadores sociais e econômicos baixos. Segundo Batista (2005), o fracasso escolar faz parte de um problema maior, é de natureza política: da desigualdade social, o da injustiça social, o da exclusão social. De acordo com o artigo 205 da Constituição Brasileira (1988):

[...] a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A necessidade de melhorar a educação brasileira é clamada por toda a sociedade. Entretanto, a educação está distante de se tornar de qualidade e com qualificação necessária para as exigências do mercado de trabalho, em função de diversos fatores. Vemos então, um dos direitos do cidadão, expresso na nossa lei maior, sendo vilipendiado, como tantos outros. Neste relato de experiência será possível compreender os objetivos, os desejos e as perspectivas de um projeto desenvolvido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro Educacional Dom Bosco, onde atuamos como Educadora Social desde 2018,

localizado no conjunto Gramoré, Zona Norte de Natal/RN. Intenciona dar continuidade ao projeto de Dom Bosco, atendendo crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A instituição é de cunho filantrópico e possui parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes dos 6 aos 17 anos. O SCFV é mais conhecido carinhosamente pela comunidade local como Oratório Dom Bosco, pois segue os princípios salesianos. Dom Bosco foi um sacerdote católico italiano, denominado patrono e mestre da juventude, pois dedicou sua vida aos jovens que viviam em situação de vulnerabilidade social. Além disso, foi fundador de obras educativas chamadas “Oratório”, com o intuito de tirar os jovens das ruas, dando-os a oportunidade de serem protagonistas da realização de seus sonhos. Sua obra foi se espalhando por todo o mundo, inclusive pelo Brasil. A Pedagogia de Dom Bosco – assim conhecida – se sustenta no sistema preventivo, assentando-se no tripé: razão, religião e amorevolezza²¹, traduzindo-se numa práxis educativa que visa atuar na prevenção de acontecimentos violentos, falta de formação e não inserção no mercado de trabalho.

O Sistema Preventivo é uma experiência educativa desenvolvida por Dom Bosco (1815-1888) que se prolongou no tempo e no espaço através da ação das comunidades de educadores que a atualizam sempre de forma dinâmica. É, portanto, um estilo de educação, feito de ação e reflexão. É uma proposta comprovadamente eficiente para a educação da juventude. (SCARAMUSSA; GENÉSIO FILHO, 1995).

Na Pedagogia de Dom Bosco, é de fundamental importância que os jovens sejam estimulados a desenvolver suas potencialidades, além de serem incentivados a acreditarem em um futuro melhor através de sua dedicação na qualificação acadêmica e profissional.

Uma interpretação frequente da pobreza é aquela que afirma que as pessoas são pobres porque seriam desqualificadas para o trabalho e para as exigências do mercado. Perpetua-se a ideia de que os(as) pobres estão nessa condição por não trabalharem e não encontram trabalho porque não teriam a qualificação e a competência exigidas pelo mercado, cada vez mais seletivo. (ARROYO, 2016, p. 16).

Sobre o que afirma o autor não é de toda uma inverdade, tendo em vista que as pessoas nem sempre têm as possibilidades de adquirir a qualificação exigida pelo mercado, criando estereótipos, como se a não qualificação fosse uma opção dessas pessoas. Nesse sentido, analisando o contexto social específico em que os alunos do Oratório estão inseridos, foi percebido grande desejo de ingressar no mercado de trabalho, contudo, eles mesmos reconheciam a sua pouca preparação acadêmica e profissional. Graças a isso, surgiu a ideia de criação do projeto intitulado “Café Profissional”, com o objetivo de capacitar os adolescentes para a sua percepção e projeção da futura inserção no mercado de trabalho, mais especificamente no Programa Jovem Aprendiz. Para desenvolver esse projeto tivemos o apoio da Coordenação Pedagógica da instituição que contribuiu com o amadurecimento da proposta e o apoiou na execução. Ao idealizar o projeto, refletimos sobre a importância da sua criação e implementação, tendo em vista o fracasso escolar da

²¹ Amorevolezza é a marca salesiana. Dom Bosco usava esta palavra para indicar amor, carinho, afeição demonstrada, familiaridade, presença. A amorevolezza é uma energia espiritual, que nasce da mística do amor de Deus para os jovens. (SCARAMUSSA, Tarcísio; FILHO, Genésio)

população que vive em situação de vulnerabilidade social, sublinhando também o fracasso profissional, sobretudo de jovens e adolescente. Para Farias (2000, p. 30) a pobreza é usualmente relacionada a múltiplos fatores: o não acesso aos bens essenciais, a insegurança, o analfabetismo, o fator econômico, isolamento físico e social. A falta desses bens essenciais provoca a exclusão desses jovens e adolescentes do contexto social. Nesse sentido, é fundante um trabalho sistemático voltado para esse público, é necessário que as leis sejam cumpridas e que todos tenham seus direitos garantidos e respeitados. É fato que o que realizamos não vai resolver todos os problemas, mas com certeza, é uma contribuição para que possamos vislumbrar a tão propalada inclusão, que na prática não existe. “A inclusão está atrelada à construção de uma sociedade democrática em que todos conquistem a sua cidadania, [...]”. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 245). Conquistar a cidadania nos remete ao exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição. **METODOLOGIA:** O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – ou Oratório – do Centro Educacional Dom Bosco (CEDB) é frequentado pelos alunos no contra turno escolar, onde tem a oportunidade de participar de aulas de Apoio Pedagógico, Educação Física, além de poderem escolher uma oficina de sua preferência, dentre as que são oferecidas: artesanato, teatro, música e capoeira. Além do Oratório, o Centro Educacional Dom Bosco também possui o setor da Qualificação Profissional, onde são ofertados cursos de qualificação na área de corte e costura, auxiliar de cozinha e Coletivo Jovem Coca-Cola para a comunidade acima de 18 anos, além de funcionar o curso referente ao Programa Jovem Aprendiz – os aprendizes passam 4 dias da semana na empresa contratante executando as atividades aprendidas no CEDB, onde estão 1 dia na semana –. Os alunos do Programa da Aprendizagem são os próprios ex-alunos do Oratório, no qual dão início à sua vida profissional após participarem de processos seletivos provenientes de surgimento de vagas nas empresas. No Oratório, são atendidas 700 crianças e adolescentes que residem na comunidade e redondezas. Para executar o trabalho com essas crianças e adolescentes, conta com o apoio de 14 Educadores Sociais e 1 Coordenadora pedagógica. Os educadores são divididos em subequipes nomeadas como: “Equipe de Artes”, “Educação Física” e “Apoio Pedagógico”, além da coordenação pedagógica, que atua orientando o trabalho. No quadro a seguir, vemos como está organizada cada equipe:

Quadro 1 – Equipe do Oratório: Quantidade de educadores, tempo de serviço e formação.

ARTES	1. Teatro	2 anos	Graduada em Teatro e Mestre em Artes Cênicas
	2. Artesanato	5 anos	Ensino Médio Completo
	3. Música	1 ano	Graduanda em Música
	4. Música	2 anos	Graduado em Música
	5. Capoeira	4 anos	Ensino Médio Completo
EDU	6. Educador Físico	19 anos	Graduado em Licenciatura em

			Educação Física
	7. Educador Físico	14 anos	Graduado em Licenciatura em Educação Física
	8. Educador Físico	7 anos	Graduado em Licenciatura em Educação Física
	9. Educador Físico	5 anos	Graduado em Licenciatura em Educação Física
APOIO PEDAGÓGICO	10. Polivalente	8 anos	Graduada em Licenciatura em Pedagogia e Pós Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional
	11. Polivalente	5 anos	Graduada em Licenciatura em Pedagogia
	12. Polivalente	4 anos	Graduada em Licenciatura em Pedagogia
	13. Polivalente	2 anos	Graduanda em Licenciatura em Pedagogia
	14. Polivalente	2 anos	Graduanda em Licenciatura em Pedagogia
GESTÃO	15. Coordenação Pedagógica	8 anos	Graduada em Licenciatura em Pedagogia e Especialista Psicossocial e Docência em Ensino Superior
	16. Direção Administrativa	2 meses	Graduado em Administração de Empresas

Fonte: Autoria própria. Questionário, 2019.

Ao iniciar o trabalho na equipe do Apoio Pedagógico, nos foi dada a responsabilidade de assumir a turma dos adolescentes de idade entre 15 e 17 anos. Neste público, pudemos constatar uma baixa autoestima entre grande parte dos alunos. A partir da definição de Ferreira (2000) para o termo “autoestima” é possível compreender o seu sentido e associá-la ao contexto, pois ela define o termo como algo que quer dizer sentimento de valor, apreço e consideração atribuído a si

mesmo. Nesse sentido, é justificável a característica de grande parte da turma, pois os alunos não conseguiam se valorizar e não acreditavam que pudessem ser protagonistas de suas próprias vidas, e buscar uma vida digna para si e sua família. É notório que grande parte dos alunos sente a necessidade e o desejo de sua inserção no mundo do trabalho, porém esse objetivo de vida era barrado pela baixa qualificação e escolaridade, fatores que influenciam muito no mercado de trabalho. Conforme Leite e Rizek (1998), cada vez mais é exigida dos trabalhadores maior nível de capacitação para atuarem em um mercado tão competitivo como o que vemos na atualidade. Essa capacitação exigida não está somente relacionada a cursos profissionalizantes, mas também ao histórico escolar do indivíduo, se tornando mais difícil quando em seu currículo constam atrasos nas séries escolares ou não conclusão da Educação Básica. Conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2017), foram confirmados maior vulnerabilidade no mercado formal dos brasileiros que estudaram menos. Quanto menor a escolaridade, maior chance de ficar desempregado. Essa realidade está presente também entre os jovens e adolescentes que desejam sua primeira oportunidade no mercado de trabalho, que além da baixa escolaridade, foi observada a ausência da capacitação profissional. Os programas contra a pobreza e pela garantia dos direitos sociais são vistos como desestímulo ao esforço de cada indivíduo, ao estudo e à capacitação. Há uma resistência em se dialogar e fortalecer as políticas sociais. A sua tendência é não ver os determinantes sociais, e sim privilegiar os valores e as atitudes de cada pessoa como definidores de sua condição social (BRASIL, 2016). Neste sentido, com o auxílio da Coordenadora Pedagógica, pensamos nesse projeto para que pudéssemos contribuir com uma das condições para a vida profissional: a capacitação, e conseqüentemente com a preparação para o mercado de trabalho em questões relativas a posturas e comportamentos. Ao pensarmos no projeto, propusemos que fosse inovador e que fizesse com que os alunos sentissem interesse em participar pela sua importância e significação. Assim, fizemos um planejamento considerando essas características visando o alcance dos objetivos. No planejamento pedagógico do projeto, foram discutidas as maiores dificuldades dos alunos no âmbito profissional, e com isso foram estabelecidos 8 (oito) temas para serem trabalhados durante todo o ano, uma vez ao mês. Esse conjunto de encontros realizados no ano 2019 recebeu o nome de “1º Café Profissional”, tendo início no dia 21 de Fevereiro de 2019 e sendo finalizado no dia 25 de Setembro de 2019. Inicialmente organizamos um cronograma mensal de atividades para viabilizarmos a concretização da proposta com palestrantes experientes em temas relacionados ao mercado de trabalho. Convidamos alguns palestrantes e na programação definimos dias, horários e palestras, entre outras ações importantes para o desenvolvimento do projeto. Os convites aos profissionais foram feitos previamente através de ligação telefônica, mensagem de texto ou pessoalmente; somente após a confirmação da disponibilidade, foi enviado um convite formal para o e-mail profissional ou entregue impresso oficializando as informações sobre o local, horário e tema. Pensamos também em um instrumento avaliativo para que tivéssemos o parecer dos participantes sobre o evento, ao seu término. Então, vejamos: os encontros aconteceram no turno matutino nos horários das 8h até às 9h e 20 minutos; e no turno vespertino das 14h às 15h e 20 minutos. Após a acomodação de todos, um adolescente escolhido previamente desejou as boas-vindas aos participantes e apresentou o projeto “Café Profissional”, o tema proposto e o palestrante do encontro. Após este momento, o convidado ficava responsável por ministrar a sua palestra em 50 minutos utilizando a metodologia que achasse

mais conveniente e proveitosa. Ao encerrar a palestra, o orador fez a finalização do momento com os agradecimentos e os adolescentes foram direcionados à sala vizinha onde foi servido um lanche. No momento inicial do 1º Café Profissional foi apresentada a proposta aos alunos, além de ser feita uma sondagem em relação ao quantitativo dos que sinalizaram interesse em participar do projeto. Esse primeiro contato foi importante, pois foi perceptível o contentamento nos adolescentes em poder fazer parte de algo que beneficiaria as suas vidas, ajudando-os a se prepararem para o mundo do trabalho. Na sondagem quantitativa, foi observado que na turma do período matutino havia 87 adolescentes e na turma do turno vespertino havia 56. Esse número de adolescentes foi sendo crescente durante os encontros, chegando a ser limitada a participação devido à capacidade do espaço. Após o primeiro momento do “Café Profissional”, as palestras foram sendo ministradas por profissionais experientes convidados através de recursos multimídia, dinâmicas reflexivas e divertidas de acordo com o tema proposto. A seguir, um quadro representativo das atividades realizadas e dos respectivos responsáveis:

Quadro 2 – Atividades e Responsáveis

Data	Tema	Palestrante
27/02	Apresentação do Projeto	Rosyane e Magda
27/03	O que é mercado de trabalho?	Magda Cardoso (Coordenadora Pedagógica)
25/04	Postura Profissional e Relacionamento Interpessoal.	Alex e Rhamon (Administradores)
29/05	Marketing Pessoal e focos no trabalho	Katarina (Psicóloga)
26/06	Organização no ambiente de trabalho, pontualidade e assiduidade.	Luiz Gomes, Anatiany Souza e Maria Rita (Discentes do curso de administração)
25/07	Entrevista de Emprego: Comunicação oral.	Aline (Psicóloga)
28/08	Entrevista de Emprego: Dinâmica Grupal.	Rosyane e Lorena (Educadoras)
25/09	Valores éticos, morais e profissionais.	Giniele (Psicóloga)

Fonte: Autoria própria, 2019.

RESULTADOS: No desenvolvimento deste projeto com o grupo de adolescentes ficou mais evidente a necessidade dessas capacitações, considerando as demandas do mercado de trabalho, o desejo e as necessidades de cada um, além de nos ter

permitido uma reflexão acerca das exigências que o ambiente de trabalho tem em relação aos seus empregados. Ao introduzir esta proposta, sabíamos que iríamos enfrentar alguns desafios e ao desenvolvê-lo tivemos mais certeza ainda desses desafios, dentre eles podemos citar a falta de disponibilidade e de compromisso de profissionais que pudessem partilhar sobre seus conhecimentos técnicos acerca dos temas propostos. Dos profissionais convidados alguns não aceitaram o convite alegando não ter disponibilidade. Outros confirmaram a palestra, porém, no dia que antecedia ao encontro, informavam que devido aos motivos externos não poderia comparecer. Outro desafio enfrentado foi em relação ao lanche disponibilizado para os adolescentes e os palestrantes após o encontro, esse momento foi inviabilizado devido à escassez de alimento que a instituição sofreu por um período. Porém, é importante destacar aqueles que compareceram e realizaram com muita maestria o que se propuseram a fazer. Mesmo assim, o “Café profissional” foi deveras gratificante, pois teve influência bastante positiva na formação dos adolescentes participantes, possibilitou a autoavaliação e conseqüentemente a melhoria do que não estava adequado para a sua inserção no mundo do trabalho, identificando os próprios erros cometidos por aqueles que já participaram de entrevistas de emprego, porém não obtiveram sucesso. Além de possibilitar uma reflexão sobre a sua autoestima. Através de um instrumento (entrevista), feita com alguns participantes do projeto, é possível observar a sua significância. Vamos apresentar apenas uma mostra dos entrevistados que foram nomeados como adolescente A, B, C, e D. Inicialmente buscamos uma resposta sobre a importância do projeto. Vejamos: Adolescente A: “assistindo as palestras aprendi sobre a importância do trabalho em grupo para o mercado de trabalho [...]”. Para o adolescente B: “[...] ao longo do tempo vamos aprendendo coisas que nem pensávamos em aprender, a gente ganha mais experiência para entrevistas de emprego [...]”. O aluno C, por sua vez, ressaltou a importância desse projeto com as seguintes palavras: “[...] é importante por ajudar os adolescentes do oratório a ser um bom profissional futuramente. Hoje o desemprego está muito grande, as empresas estão buscando pessoas mais capacitadas [...]” Perguntamos ainda aos participantes sobre os aprendizados que levarão para o resto da vida. Para o aluno A: “Irei levar para o resto da minha vida os bons modos, como chegar nos locais, dar bom dia e boa tarde, saber conversar e perder a vergonha de falar em público”; Já o Aluno B respondeu: “as coisas que mais me identifiquei foi quando foi falado sobre as posturas que devemos ter, responsabilidade, não mentir sobre si, mas ser quem é de verdade [...]”; e por fim, o Aluno C afirma: “eu aprendi a ser uma pessoa melhor profissionalmente, a como me comportar no mercado de trabalho, hoje me sinto mais preparado”. De acordo com essas falas, é possível chegar à conclusão de que há realmente uma preocupação dos adolescentes com relação ao campo de trabalho e a importância dos momentos vividos no “Café Pedagógico” para essa compreensão, o que nos faz entender da importância desses momentos e que os objetivos estabelecidos foram alcançados, nos deixando ainda mais motivados a dar continuidade ao projeto contribuindo para a motivação dos adolescentes a lutar pelos seus direitos e irem à busca dos seus sonhos. **CONCLUSÃO:** É fato que o educador tem papel importante na formação de seus alunos, não somente na formação de conteúdos disciplinares, mas também na formação humana e conseqüentemente na profissional. Conforme assevera Freire (2003, p. 37), ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. As possibilidades de conhecimentos que refletem na produção e construção foi proposta aos jovens e adolescentes que participaram do

projeto “Café Profissional”, e nos resultados é possível visualizar o bom aproveitamento e a atribuição da importância dada aos encontros mensais. Mesmo diante das dificuldades encontradas no decorrer do processo, o objetivo do projeto foi alcançado, tendo em vista à sensibilização da autoavaliação, elevação da autoestima e aprofundamento sobre as posturas profissionais. O “Café Profissional” necessitou da beneficência de várias pessoas, sobretudo dos educadores do Centro Educacional Dom Bosco. Nas suas avaliações foi visto como um projeto de grande contribuição para a capacitação dos participantes. Na verdade, eles mesmos solicitaram a continuidade nos anos seguintes de forma que aqueles que não tiveram a oportunidade de participar pudessem fazê-lo. A vista disto reafirmamos o desejo de continuar contribuindo para a formação de outros jovens e adolescentes, visando à formação de um cidadão na perspectiva do trabalho, dentro dos princípios da igualdade, equidade e justiça social. Um cidadão capaz de contribuir para as transformações da sua vida, saindo do isolamento físico, cultural e social.

REFERÊNCIA

ARROYO Miguel González. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Módulo Introdutório. MEC/SECADI, 2016.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Coleção Instrumentos da Alfabetização. Organização da Alfabetização no Ensino Fundamental de 9 anos**. Belo Horizonte: Ceale/FAE/UFMG, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. **Curso de Especialização educação Pobreza e desigualdade social. Módulo Introdutório**, 2016. Disponível em: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo3.html>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. Ministério do Trabalho. **CAGED**. Disponível em <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Disponível em: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>. Acesso: 15 abr. 2017.

FARIAS, V.E. **Brasil: Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

FERREIRA, Aurélio B.H. . **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Marília B.; OLIVEIRA, Maria da Paz Siqueira de. Pobreza e deficiência: uma reflexão a partir da realidade escolar do município de Montanhas/RN. *In*: VIVEIROS, Kilza Fernanda M.; ARAÚJO, Alexandre R. M. de.; OLIVEIRA, Maria da Paz S. de. (Orgs.). **Pobreza, direitos humanos, justiça e educação**. João Pessoa: Ideia, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Saeb**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 16 set. 2019.

LEITE, M. A; RIZEK, C. S. **Dimensões e representações do trabalho fabril feminino**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

_____; LEITE, M.P. **Qualificação e Formação Profissional**: um novo desafio. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

SCARAMUSSA, Tarcísio; SILVA FILHO, Genésio Zeferino da. **Projeto**: Formação de Professores: Pedagogia do Amor: o Sistema Preventivo de Dom Bosco. Belo Horizonte: CESAP, 1995.

PEDAGOGIA EMPREENDEDORA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL

AUTORES:

Jéssica Williane Nunes Rodrigues

Gabriel Fernando Sousa Lira

RESUMO: A pedagogia empreendedora é uma abordagem pedagógica projetada para implementar o empreendedorismo na educação básica no pressuposto de auxiliar de forma sustentável o desenvolvimento social, seguindo esse parâmetro o Jovem Empreendedor Primeiros Passos (JEPP) é um projeto elaborado pelo SEBRAE que alcança mais que a metade dos estados do país, que enfoca o protagonismo juvenil para desenvolver o desejo empreendedor, visando a construção da identidade, democracia e da intervenção social. Este trabalho apresenta o conceito e conteúdo da pedagogia empreendedora assim como sua importância para a construção do empreendedor do futuro. Também retrata o empreendedorismo nas escolas por meio do JEPP, assim como a formação do cidadão em todos os seus âmbitos.

Palavras-chave: Pedagogia Empreendedora. JEPP. Educação.

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa trata-se da junção das temáticas educacionais mais o empreendedorismo, dando vida a um novo modelo de educação denominada educação empreendedora que tem como objetivo, segundo o professor Fernando Dolabela (2003) “O sonho coletivo”. No mundo globalizado, onde o tempo se transformou em uma especiaria rara, o ato de sonhar se torna impossível já que a atual sociedade valoriza mais o palpável do que o intangível. Observa-se aos poucos a educação seguindo o mesmo caminho, estudar não é mais o “ato de amar o conhecimento”, mas de “qual o retorno financeiro terei ao fim da minha longa jornada”. Porém, o surgimento da pedagogia empreendedora (PE) vem para aflorar um apetite adormecido por conhecimento de forma criativa, inovadora e espontânea com reflexo coletivo na sociedade. Não é de hoje que a pedagogia empreendedora vem sendo aplicada em diferentes escolas brasileiras, independente do contexto social, desde o seu início em 2002, no Estado de Minas Gerais. Com o passar do tempo a pedagogia empreendedora foi implementada em diversos estados como Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, dentre outros. Em 2003, essa pedagogia foi disseminada em mais 80 escolas no Paraná em um projeto do SEBRAE-PR tendo hoje em dia um alcance de 93 cidades, atingindo cerca de oito mil professores, 224 mil alunos em uma população de cerca de dois milhões de habitante mostrando assim, que pedagogia empreendedora vai muito além de uma simples definição acadêmica. Considerando essas informações, questionamos: Será possível existir um modelo de educação empreendedora que foque nos sonhos em vez da padronização social que atrela a palavra empreendedorismo ao simples fato de abrir uma empresa? Explanando o contexto que esclarece a importância da educação empreendedora, este estudo tem por objetivo, compreender a educação empreendedora e comprovar a eficácia de uma nova abordagem pedagógica frente à realidade, para muitos, falida e trágica das escolas brasileiras. Tornando-se assim extremamente relevante o debate do ponto de vista político, social e educacional. Haja vista, que a educação empreendedora com afirmações sociais consegue atingir pontos multidirecionais da sociedade, ou seja, empreender vai além de criar algo

palpável que busca apenas o lucro pessoal, ao contrário, busca algo que irá impactar a sociedade de maneira coletiva seja esse produto material ou imaterial. Sendo esse novo modelo nos dias atuais uma espécie de elo para os liberais e progressistas da sociedade Brasileira. **REVISÃO DA LITERATURA:** Apesar de conhecido em todo o mundo o empreendedorismo é tido por muitos como algo relativamente novo, porém as primeiras vertentes ideológicas referentes ao termo são tidas por Landström, Harirchi e Aström (2012) como uma função tão antiga quanto o desenvolvimento das relações de intercâmbio e comércio na sociedade. O termo empreendedorismo é traduzido da palavra inglesa *entrepreneurship*, que tem origem do latim (*imprehender*) que significa tentar/criar um negócio árduo e difícil (Cunha, 2004; Cruz Júnior, Araújo, Wolf e Ribeiro, 2006). Mesmo sendo algo tão antigo, este conceito não era discutido, passando a ser alvo de interesse pelos cientistas somente a partir da evolução dos mercados econômico e geográfico que ocorreu durante o sistema feudal, onde houve a ascensão das cidades e dos comércios, com isso o empreendedorismo se desenvolveu e expandiu ao longo dos séculos XVI e XVIII. Landström e Benner (2010) expressam que durante esse período Richard Cantillon (1680 – 1734) foi uma das figuras principais referentes às primeiras concepções e estudos sobre o empreendedorismo, ele aponta que os empreendedores tinham como características o risco e as incertezas. Landstrom e Benner (2010) também relatam sobre o francês Jean Baptiste Say (1767 – 1832) que definia os empreendedores como coordenadores de produção e distribuição, alguém que se utilizava dos recursos presente no meio para criar novos empreendimentos. Nesse cenário, o empreendedorismo foi crescendo diante do quadro a que estava sujeito. É importante ressaltar que a evolução da expressão empreendedorismo passa por três momentos específicos, sendo eles apresentados por Fillion (1999) como a era Econômica (1870-1940), era das Ciências Sociais (1940 – 1970) e era dos Estudos de Gestão (1970). Atualmente vivemos a era dos Estudos de Gestão que teve início em 1970, esta era tem sido marcada por variáveis políticas, econômicas e tecnológicas, com isso o empreendedorismo tem se tomado cada vez mais forte na sociedade gerando o interesse de muitos estudiosos de diferentes áreas (LANDSTRÖM E BENNER, 2010). Entretanto, não há consenso entre os pesquisadores das disciplinas, gerando assim certa confusão do empreendedorismo (FILION, 1999). Ao analisar os colonizadores e os donos de indústrias do século XVIII (formas antigas de empreendimento) possível observar as mudanças do ser empreendedor no decorrer dos anos. O que compõem o empreendedor da era dos estudos da gestão é a inovação através da identidade, ou seja, os empreendimentos são compostos por atrativos que reforçam a identidade do consumidor, como também composições culturais e tecnológicas, tanto para o entretenimento quanto para a facilitação de processos do cliente. Mesmo com o ligamento do empreendedorismo a criação de empresas e recursos financeiros, a perspectiva para o futuro do empreendedor esta para além do capital. O desafio para o empreendedorismo é ser um agente transformador do meio, que causa impactos positivos na sociedade, em todos os seus aspectos, de forma sustentável e revolucionaria, desenvolvendo uma sociedade mais justa e igualitária. Com o quadro econômico brasileiro propostas de desenvolvimento sustentável e inovador têm tomado o espaço educacional, pois assim como nos países subdesenvolvidos, a educação pode transformar uma sociedade. Dolabela (2003) propõe à união do empreendedorismo a educação criando à pedagogia empreendedora que visa o combate à desigualdade social através da formulação do sonho coletivo transformando o futuro da comunidade por meio da Educação. A proposta do projeto

pedagogia empreendedora visa avanços significativos para consolidar uma educação de qualidade, por meio da observação do indivíduo de forma integral; percepção global, a fim de gerar desenvolvimento humano e social; formulações educacionais que gerem equidade; propostas pedagógicas que preencham as lacunas do desenvolvimento individual ao coletivo; consequências empreendedoras que gerem riquezas de forma equivalente a toda sociedade. Dolabela (2003) enxerga o empreendedorismo como uma forma de ser, uma filosofia de vida, atuando em todo o âmbito da educação básica (da educação infantil ao ensino médio) visando um futuro impacto social e econômico, nela o aluno tem seu lugar de fala respeitado e o seu sonho é valorizado, a escolha é completamente individual, a orientação auxilia na construção e concretização do anseio do aluno. A comunicação e entre professor - aluno é realizado de forma leve e de fácil compreensão visando à autoconstrução, o aluno constrói seu conhecimento, o orientador não é o detentor de todo o conhecimento, a aula é uma busca autocriativa pelo conhecimento. Portanto, o encargo da pedagogia empreendedora com seu projeto pedagógico, no ambiente escolar, é firmado através da força de vontade e pelos sonhos. A instituição dá suporte ao novo empreendedor por meio de sua proposta curricular e ao decorrer da intervenção docente, a sociedade contribui através das críticas positivas e negativas para construção do indivíduo como um empreendedor, assim estimulando a capacidade de inovar, de ser auto-suficiente, visando sempre à sustentabilidade coletiva e ser o protagonista da sua história. Percebe-se ao analisar a obra de Paulo Freire (1996) que o autor remete aos educadores a construção de Projetos Pedagógicos que enfoquem a inclusão e combatam a exclusão, indo ao encontro da pedagogia empreendedora apresentada por Fernando Dolabela (2003), que se trata de um ensino empreendedor voltado ao desenvolvimento social sustentável. Essa metodologia da pedagogia empreendedora difere do conceito econômico do empreendedorismo, pois não está voltada à abertura de novos negócios, mas a formação de um ser mediador de mudanças, que busca oportunidades e a inovação. A teoria de Dolabela (2003) tem sua aplicabilidade no cenário da educação básica, a partir dos quatro anos de idade, tendo como fundamento principal a Teoria Empreendedora dos Sonhos que percebe o empreendedor como uma forma de ser, podendo está presente em qualquer atividade humana. Para o autor tudo se volta ao sonho do aluno e como realizá-lo através da auto-aprendizagem, devendo então a busca pela realização do sonho deve gerar o conhecimento de si mesmo, do ambiente, da energia, da liderança, da rede de relações, da capacidade de lidar com o risco, de capacidade de análise, da criatividade, dentre outros (DOLABELA, 2003). Quando se fala de sonho, a nossa sociedade impõe formas para que possamos sonhar assim os nossos sonhos são pautados como realizáveis ou não realizáveis, tudo varia da posição social e de fatores como financeiro, cor, gênero, dentre outros. A pedagogia empreendedora entende o sonho como escolha do indivíduo, não permitindo interferências, sejam elas da família, escola ou qualquer outro, o papel da sociedade é gerar meios para a realização desse sonho.

[...] a proposta da Pedagogia Empreendedora procura diminuir o efeito da censura aos sonhos, venha ela do professor, da família ou de qualquer outra força cultural. Trata-se de não interferir na escolha do que seja o melhor e deixar a decisão para o indivíduo. O processo de identificação das influências recebidas para a formulação do sonho é por si mesmo educativo. E o fundamental não está relacionado à originalidade do sonho, mas a capacidade individual de exercer livremente sua opção (DOLABELA, 2003, p. 64).

Dolabela aponta que diante da cultura cristalizada no Brasil, a maioria das pessoas tem seu potencial empreendedor bloqueado durante a infância, devido aos interesses da minoria, gerando assim uma visão de que ser empreendedor está vinculado a um dom disponível a poucas pessoas. Com isso, a pedagogia empreendedora vem do princípio de que “todo ser humano nasce empreendedor”, consolidada na visão do potencial natural do ser humano, necessitando apenas de estímulo para o seu Desenvolvimento. Com isso esse autor propõe uma educação guiada no direito de sonhar e realizar o sonho como projeto de vida. O autor supracitado também tem como parâmetro norteador a emoção, pois acredita que ela é a energia necessária para a criação e realização do sonho do empreendedor. Assim compreendemos que para sonhar é necessário emocionar-se, pois o sonho nasce a partir da emoção e se mantém através dela, criando por meio desta ações empreendedoras, sendo uma forma de expressar desejos, valores, enfrentar ousadamente as incertezas das repostas da vida diante da insegurança, compreender o erro como algo válido para o aprendizado e criar capacidade de mudar mesmo diante das injustiças sociais. A estratégia pedagógica de Fernando Dolabela trata o sonho como uma forma de ação que traz uma percepção ética que solidifica e constrói conceitos como liberdade, democracia, respeito, cooperação e amor. Nessa perspectiva, a Pedagogia Empreendedora além de apresentar uma nova visão para o formato educacional, também denota um novo modelo de construção social, estruturado através de redes de comunicação, no qual a essência é o desenvolvimento do capital humano e social como geração de riqueza predominante. A “inteligência” é o maior bem de produção, que despertada por intermédio da emoção, estimula a capacidade de sonhar e criar novas ideias para concretizá-lo. O foco não está totalmente voltado às estratégias e conteúdos estruturantes do sonho e sim a capacidade de agir de forma transformadora, alimentando a ideia de que por meio de suas ações pode-se transformar o mundo. “Na pedagogia empreendedora, o objetivo não é só o domínio de conteúdos e ferramentas, mas de processos de invenção do saber. Em outras palavras, aprender a gerar novos conhecimentos voltados para a transformação da realidade” (DOLABELA, 2003, p. 84). O autor sustenta-se na visão de melhoria de vida no contexto social, não alimentando a ideia de valores individuais e econômicos. Para ele o sonho é individual, porém sua realização gera impacto coletivo. Esse princípio fica compreendido por meio das palavras do autor:

Se o sonho é individual na sua concepção, é coletivo na sua finalidade, uma vez que deve necessariamente oferecer (e não subtrair) valor para a comunidade. Mesmo sendo individual na concepção, o sonho é fortemente influenciado pelo ethos da comunidade a que pertence o sonhador. Além do mais, na sua realização, o sonho é também coletivo, porque fruto da cooperação de vários atores, recursos, elementos (DOLABELA, 2003, p.43).

Protagonismo social é disso que se trata o empreendedorismo. A pedagogia empreendedora busca formar um cidadão crítico, ético e capaz independentemente da área em que quer atuar, o foco é um indivíduo conhecedor de si próprio e transformador da sociedade. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) constitui-se em uma entidade privada que promove o incentivo às micro e pequenas empresas brasileiras dando suporte e assessoria por meio de capacitação e promoção do desenvolvimento. A fim de transformar a realidade social e incentivar o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, o

SEBRAE em parcerias com instituições de ensino públicas e privadas de todo o país por intermédio do Programa Nacional de Educação Empreendedora – PNEE – desenvolveu uma temática específica para o ensino fundamental, o JEPP – Jovens Empreendedores Primeiros Passos. A temática do JEPP consiste em uma educação voltada para o empreendedorismo e protagonismo infantil/juvenil, através do incentivo ao aluno na busca do autoconhecimento, autonomia, novas aquisições educacionais, espírito coletivo e estímulo de atributos essenciais para a administração da vida individual. Esses são atributos indispensáveis do comportamento empreendedor, nos quais o discente e o coletivo em que estar incorporado compreende a importância de suas contribuições. A metodologia do projeto está estruturada em nove cursos, que corresponde aos anos que compõem o ensino fundamental, podendo ser inserido na grade curricular por intermédio de atividade transdisciplinar ou em momentos extraclasse. A carga horária varia de 22 a 30 horas. As aulas ministrado aos alunos são oferecidas através dos professores da instituição, que recebem capacitação por meio de cursos ministrados pelo SEBRAE que duram entre 28 horas (segmento I, de 1º a 5º ano), 25 horas (segmento II, de 6º a 9º ano) ou 45 horas (segmento I e II, do 1º ao 9º ano). **METODOLOGIA:** Para a realização deste trabalho, buscou-se analisar as principais publicações referentes ao tema empreendedorismo por intermédio da Pesquisa Bibliográfica. Foram investigados também autores de relevância para a educação, revisando geradores de conteúdo nacionais e estrangeiros mais conceituados sobre o assunto, entretanto, o apuramento não foi mediante revisão geral das publicações. Além do diagnóstico bibliográfico, recorremos à análise de dados desenvolvida pelo SEBRAE, referente ao projeto JEPP (Jovem Empreendedor Primeiros Passos), que consiste em uma pesquisa quantitativa de nível nacional do ano de 2018, correspondente a 2017. Em primeiro momento da coleta de dados foram lidos os títulos, palavras-chave e resumo de cada artigo, e no segundo momento, os estudos que se encontrava diretamente ligados ao assunto foram fichados e examinados. Para uma melhor compreensão do assunto os livros também foram selecionados pelo conteúdo, sendo ponderados e fichados. A pesquisa quantitativa foi fornecida pelo SEBRAE RN com gráficos e tabelas, a partir de onde realizamos a avaliação de dados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A fim de conhecer o nível de satisfação dos alunos, professores e pais com o projeto Jovem Empreendedor Primeiros Passos (JEPP), o SEBRAE realiza anualmente uma pesquisa nacional quantitativa, que analisa desde o suporte prestado até o nível de desenvolvimento do corpo envolvido no projeto. A entrevista cujos dados estão aqui expressos foi realizada via telefone do período de 10/05 a 08/05/2018. Ao todo foram entrevistadas 4.275 pessoas, sendo 3.310 alunos e 965 professores, com uma margem de erro de 1,5%. Os professores apresentam em sua maioria (48%) ensino superior completo com a faixa etária em maior número de 46 anos acima (39%). O perfil dos alunos entrevistados corresponde a discentes e ex-discentes que apresenta uma estimativa de 51% de mulheres e 49% de homens, que apontam uma maior faixa etária de 19 a 25 anos (51%). Dos abordados 57% apresentam o ensino superior incompleto. 46% são pardos, 41% brancos, 10% pretos e 2% amarelos. A pesquisa apresenta que um em cada seis professores (15%) conhece algum aluno que tenha aberto um negócio ou tenha estimulado os pais a abrirem, no entanto, chama atenção que nos últimos três anos esse percentual tem reduzido. A partir disto podemos observar a sugestões dos professores, como aumento da carga horária, adequação a realidade do aluno, que se implementadas apresentaria uma melhor resolução desse percentual. Das principais mudanças identificadas pelos docentes, é necessário destacar, para além

dos outros pontos, a relevância de um desenvolvimento empreendedor (20%) e o desenvolvimento da autonomia, auto-estima e independência (9%), que estão ligados diretamente ao conceito da pedagogia empreendedora, que idealiza forma cidadãos preparados e inovadores. Dolabela e Fillion (2013) apontam que a escola é um dos ambientes de estimulação a capacidade de construir e lidar com o futuro, de forma a causar impactos individuais e coletivos. Quando as crianças desenvolvem as características apontadas, podemos observar o estímulo por parte da instituição de um empreendedorismo humanitário. As mudanças apresentadas pelos pais (foram entrevistados 176 pais) apontam em maior número as características escolares e financeiras, do geral 23% retratam que seus filhos se tornaram mais responsáveis financeiramente e 19% melhoraram seu desempenho nos estudos, entretanto, 20% mencionou não haver mudanças, o que transmite certo receio, pois o empreendedorismo deve ser uma forma de mudança social, e para que o social mude o individual necessita sofrer alterações positivas. O retorno da família é indispensável, visto que é por essa ligação que podemos analisar os métodos desenvolvidos em sala. Os alunos apresentaram uma nota de satisfação com o curso de 8,8 (sendo a nota mínima 0 e a máxima 10). Uma faixa de 9 em cada 10 participantes cogitam ser empreendedor, em Roraima, Maranhão, Piauí e Espírito Santo a taxa é de 100%, no entanto é fundamental o acompanhamento e incentivo a esses alunos para que esse estímulo não venha a se esvaír ao decorrer do tempo. Após observar os resultados apresentados pela pesquisa realizada através do SEBRAE, nota-se como a educação empreendedora influencia positivamente, reforçando a ideia de que o empreendedorismo usado na educação, com a finalidade de impactar a sociedade, pode formar pessoas menos singulares e mais plurais. Entretanto, esse modelo educacional deverá ser implementado de maneira continuada, fazendo com que o indivíduo compreenda que a educação/empreendedorismo vai além da instituição escolar. Para que o resultado se mantenha em sua maioria positivo, é essencial a avaliação constante da metodologia, a formação continuada dos profissionais e a atualização de fontes científicas, para observação de possíveis falhas a fim de sempre oferecer um ensino de qualidade. **CONCLUSÃO:** A educação empreendedora ainda tem um longo caminho a ser percorrido, porém, os resultados da coleta de dados são bem claros concernentes ao avanço do modelo educacional. Nesse longo caminho existem barreiras como a limitação social, políticas/burocráticas e ideológicas. Em sua grande parte as limitações sociais vem em forma de desinformação por parte dos responsáveis para com a temática educacional, muitas vezes não se interessando pelo tema, o que acaba prejudicando o indivíduo em sua evolução. Muito além das questões sociais estão as questões políticas, já que dependendo do atual momento do país fica quase que impossível pensar em uma implementação de um novo sistema educacional, pois existem inúmeras barreiras não só burocráticas como ideológicas, haja vista que o Brasil historicamente tende a mudar os rumos da educação de acordo com o resultado das eleições. Portanto, para que a educação empreendedora de fato adentre nos currículos das escolas será preciso um conjunto de ajustes nos três motores que estão influenciando diretamente a educação. Embora essa seja uma tarefa árdua, é válido resgatar as palavras de Paulo Freire: “É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica...” (2000, p. 81).

REFERÊNCIAS

CRUZ JÚNIOR, J. B., Araújo, P. C., Wolf, S. M., & Ribeiro, T. (2006).

Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática. Revista de Ciências da Administração, 8(15), 9-29. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>.

CUNHA, R. A. N. (2004). **A universidade na formação de empreendedores:** a percepção prática dos alunos de graduação. In Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 28, Curitiba/PR.

DOLABELA, F.; FILION, L. J. **Fazendo revolução no Brasil:** a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v.3, n.2, 2013. Disponível em: <https://regepe.org.br>

DOLABELA, F. Pedagogia empreendedora. São Paulo: Cultura Editores, 2003.

FILLION, L. J. **Empreendedorismo:** empreendedorismo e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração. São Paulo, v. 34, n. 2, pp. 05-28, abr./jun. 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

LANDSTROM, H.; BENNER, M. Entrepreneurship Research: a history of scholarly migration. In: LANDSTROM, H.; LOHRKE, F. (org). Historical Foundations Of Entrepreneurship Research. Great Britain: Edward Elgar Publishing. p. 15-45, 2010.
LANDSTRÖM, H.; HARIRCHI, G.; ASTRÖM, F. Entrepreneurship: Exploring the Knowledge base. Research Policy. v. 41. pp. 1154-1181, 2012

FORMAÇÃO DOCENTE E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

AUTORA:

Barbara Cristina Brito de Medeiros

RESUMO: Este artigo discute as configurações familiares existentes na sociedade atual e em especial as famílias homoafetivas e a relação com a escola, com os professores e com os alunos. Tomamos como referência os autores Engels, Luiz Mello; Miriam Pillar Grossi; Anna Paula Uziel. Beatriz A. Lins; Bernardo F. Machado; Michele Escoura e outros que discutem as configurações familiares na era contemporânea. Trata-se de um estudo de caso realizado numa escola da rede pública de ensino situada na zona sul de Natal/RN. A pesquisa envolve duas professoras que tiveram a experiências com uma criança, filho de família homoparental e sua relação com pais, alunos e escola no que se refere ao combate do preconceito de todas as formas. O trabalho das professoras e da escola foi de primordial importância para que se mantivesse em sala de aula o clima de respeito à criança, à sua formação familiar e o seu jeito de ser e viver. A escola e as educadoras apresentaram comportamento inclusivo, solidário de modo a prevalecer o respeito à diversidade e ao direito de ser e agir.

Palavras-chave: Educação. Homoparentalidade. Relação Família-Escola.

INTRODUÇÃO: Este artigo discute a relação/escola famílias enfocando as famílias homoparental e o comportamento dos alunos e professores na sociedade atual. Sabemos que a formação docente não é volta para tal questão mas, é exigido do professor e da escola que haja respeito e combate ao preconceito contras as minorias. É notório que as escolas não ofereçam formações continuadas para a preparação do professor para a recepção desses círculos familiares atípicos dos tradicionais. Visto que a falta dessa capacitação voltada à profissionais atuantes no campo educacional, buscamos através da pesquisa respaldo teórico nos estudos como referência de Engels, Luiz Mello; Miriam Pillar Grossi; Anna Paula Uziel. Beatriz A. Lins; Bernardo F. Machado; Michele Escoura que discutem as configurações familiares na era contemporânea. A pesquisa realizada é um estudo de caso apresentando a relação de professores com famílias homoafetivas utilizamos como campo empirico desse estudo uma instituição de ensino da rede pública municipal situada na zona sul de Natal/RN. Para tanto, tivemos como participe duas professoras que tiveram a experiências com uma criança de 10 anos, filho de família homoparental, nessa direção, analisamos o comportamento das professoras em relação ao posicionamento dos pais, da criança e os demais alunos presentes nesta turma. O trabalho das professoras foi de primordial importância para que se mantivesse em sala de aula e além dela o respeito à criança e à sua família. A escola e as educadoras tiveram um comportamento inclusivo de forma natural. Dessa forma, os objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é documento norteador para a Educação Básica que apresenta competências gerais para assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para atender demandas da vida cotidiana. Neste contexto, a escola contempla mais especificamente a nona competência da BNCC que sucinta,

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos

humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2017, p.15)

A postura de toda a equipe pedagógica, da direção, corpo docente, até mesmo a equipe prestadora de serviços a escola, como: ASGs, porteiros e demais presentes, seja a mais natural possível e que em sala de aula o respeito com a subjetividade, diferença familiar seja incluída na pauta do professor, refletindo nos alunos essa ação. Além disso, desempenhar reflexões com o propósito de explicar a diversidade que há nas formações familiares presentes no meio social. Nessa direção temos como objetivo geral discutir qual o papel do professor no trabalho com as configurações familiares surgidas no contexto atual. E mais especificamente buscamos refletir sobre o trabalho desenvolvido na sala de aula, verificar a aceitação dos profissionais em relação às novas configurações familiares e a inclusão dessa pauta no currículo escolar. **REVISÃO DA LITERATURA:** Para melhor compreender e desenvolver o nosso estudo buscamos entender a concepção de família como o primeiro círculo social em que somos inseridos e iniciamos os primeiros contatos logo após o nascimento, a partir daí começa a jornada da vida e com isso vem as primeiras descobertas de mundo. Há algumas décadas, a família era somente composta por pai, mãe e filhos, mais conhecidos como família nuclear, só que a diversidade de configurações de famílias começou a ganhar força entre os séculos XIX e XX, com a divisão de tarefas, a independência da mulher e até mesmo do divórcio. Com a grande diversidade de famílias que se formou ao longo dos anos, o modelo a ser trabalhado nas escolas teve de ser adaptado, fazendo a inclusão no conteúdo e até mesmo na rotina escolar. No Brasil, casos de intolerância relacionada a famílias compostas diferentes formações, seja ela por mãe solteira, pai viúvo, adotivos, terceiros com ou sem vínculo familiar e até mesmo por dois pais ou duas mães ainda é persistente, principalmente em escolas de cunho religioso, devido à divergência que traz a formação de família por trás de dogmas religiosos e culturais. Até mesmo a atuação de o homem ter a sua paternidade ativa, é causa de estranheza por parte da sociedade, por não ser tão comum quanto à mulher à frente desse papel. Atualmente existem vinte e cinco tipos de entidades familiares que já são considerados válidos, mas que com a evolução a família passou por períodos primitivos desde o estado primitivo, passando pela barbárie, até chegar na civilização, discute Engels (2000), expressa que devido a contrariedade que essas novas formações de família trazem, acaba que colidi com o que foi construído no passado até o presente momento, geração a geração, até chegar ao século XXI houve resistência a aceitação das inúmeras formação de novas formações de famílias e da orientação sexual de algumas delas, logo isso acaba gerando intolerância e preconceito, e que em alguns casos esse preconceito vem de quem nós menos esperamos, do educador. Segundo Rodrigues e Farias Filho (2015), no Brasil a homofobia não recebe a devida importância, é tratado como um problema que está sempre em segundo plano. Os governantes dificilmente procuram saídas para a redução desta grave situação. No cenário político que se encontra o país, o atual presidente eleito se posiciona contra a união homoafetiva alegando se opor a proposta aceita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da resolução Nº 175 de 14/05/2013, que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil,

ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo vigente até presente momento. O parlamentar e atual presidente eleito em 2018 se manifestaram sobre possíveis consequências que trariam a legalização do casamento de pessoas do mesmo sexo "Se, atrás disso, vem à adoção de criança: uma criança adotada por um casal gay é 90% de chances que vai ser gay também", disse Bolsonaro em 2013. Devido a tais declarações, os problemas que são causados pela homofobia talvez ainda permaneçam em segundo plano pelos governantes. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 somam mais de 60 mil casais homossexuais, relações essas que já são consideradas novos exemplos de famílias no Brasil. Sendo 53,8% dos lares corresponde-se a mulheres, que são mais bem aceitas. E com base nos dados justifica-se que a abordagem desse tema causa a importância de refletir a problemática referencial a famílias homoafetivas e como elas são acolhidas por parte dos educadores e alunos na escola em que estas famílias estão conectadas. Trazer essa discussão para a realidade faz com que seja refletido e expandindo até mesmo a conscientização de profissionais da Educação que ainda se mantém resistentes a aceitação desse novo conceito familiar. Com o intuito de gerar debates sobre a diversidade e como o preconceito existe nas escolas, até mesmo estabelecendo ações com o propósito de combater o preconceito gerado nas escolas com diferentes estereótipos de famílias e qualquer desrespeito com o ser humano para que se viva em harmonia. A importância da pesquisa para fins acadêmicos com o foco de análises posteriores, pode ser de ferramenta para auxílio nas áreas da educação em formação de profissionais, professores e coordenadores, e até mesmo em formação continuada. Pois o conteúdo está inserido no meio social e é de importância para os que futuramente irão encarar situações semelhantes às que estamos abordando na pesquisa. Para ser entendido um pouco mais de como está sendo trabalhado na sala de aula e como é mediado por parte do docente, este trabalho de pesquisa aborda os novos arranjos familiares como, por exemplo, das famílias nuclear, mononuclear, recomposta e homoafetivas. Nessa perspectiva temos como questão de investigação como está sendo discutidas no contexto da escola as novas configurações familiares? Buscando responder essa questão trabalharemos com o seguinte objetivo geral: Discutir qual o papel da escola no trabalho com as configurações familiares surgidas no contexto atual. Especificamente objetivamos: refletir sobre o trabalho desenvolvido na sala de aula, verificar a aceitação dos profissionais em relação as novas configurações familiares. Segundo Lavelberg (2017), é cada vez mais necessário que os gestores escolares e professores sejam preparados para lidar com as diferentes expressões de afeto, sem dar tratamento diferenciado a ninguém. É necessário ter esse conhecimento pois ainda há profissionais de educação despreparados para interagir de maneira que não haja tratamentos distintos por parte de alunos e professores, já que a escola é um espaço de inclusão e acaba por ser uma situação que é fora de padrões impostos pela sociedade e que é alvo fácil para gerar conflitos. Norteadas por autores como Engels e Roudinesco o projeto de pesquisa ganhou força através das análises e sínteses baseadas nas ideias dos autores. Já que a família, independente da formação, está interligada com a educação e é um objeto de estudo trabalhado nas escolas, pois é a partir da família que se inicia a socialização e interação do ser com

o meio e com diferentes culturas, justifica-se daí a origem do objeto de pesquisa para se obter a conclusão da mesma. Com a evolução do ser e as novas descobertas que o homem fez no decorrer do tempo, o modo como era a sua interação social com o meio também passou por mudanças. Engels (2000) um dos grandes autores traz a trajetória da humanidade e como foi a formação da família que está dividida em três fases, o estado selvagem que está marcado pela descoberta de alimentos que nunca foram ingeridos, construção de armas, a prática da caça e até mesmo o manuseio do fogo. Dando sequência, o período da barbárie tem como marco a domesticação e criação de animais e o cultivo de plantas, o uso da cerâmica. Com um longo processo de evolução a fase superior desse período, segundo o Engels (2000, p.31) “Inicia-se com a fundição de ferro, e passa à fase da civilização com a invenção de escrita alfabética e o emprego para registros literários.” A importância dessa fase faz com que as primeiras civilizações ganhassem grandes proporções no decorrer dessa trajetória, já que comparada com o estado selvagem, é imersa no desenvolvimento do grupo social que existiu nesse período por meio do trabalho humano. A passagem para o período de civilização, que seria a última é um tanto semelhante a anterior, já que se dá continuidade ao que vinha sendo construído, apenas aprimora-se na elaboração de produtos naturais e se fortalece a indústria da arte. No Brasil a homoafetividade ganhou grandes proporções desde os anos 90, quando deixou ser considerado doença no final daquela década. O Conselho Federal de Psicologia declarou que a opção sexual não seria mais tratada como distúrbio, o passo importante a partir daí a luta rumo a aceitação. Por outro lado, para a aceitação dessa configuração familiar existe a luta contra o preconceito é o maior desafio que permanece nos dias de hoje. Considerado o país que tem o maior índice de homicídios a LGBTs no mundo, o Brasil ainda não tem uma lei fixa que ampare a comunidade e que criminalize a homofobia. Com a falta de amparo, a família homoafetiva formada por sua vez chega até mesmo ter medo do momento de inserir os filhos na escola, segundo MACHADO (2017) que em seu artigo relata que algumas escolas não estão preparadas para receber aquela família, desde a equipe pedagógica até mesmo o professor, na maneira de como irá recepcionar e trabalhar com os demais alunos a nova configuração familiar inserida no contexto escolar, que acaba tendo a possibilidade de se tornar alvo para o preconceito e bullying. FREIRE (1997, p. 37) faz referência aos riscos que o professor passa relacionado a aceitação do novo, rejeição e as formas de discriminação. Em que “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende substancialmente do ser humano e nega radicalmente a democracia. As famílias compostas por homossexuais iniciaram sua trajetória de forma bem conturbada, até mesmo pela quebra de padrões e luta por ganhar o seu espaço no meio social, segundo ROUDINESCO (2003, p.10) a contestação do modelo familiar que incomodava os conservadores não é válida como consequência. Já que as famílias desse cunho estão sendo construídas e aceitas por grande parte do meio, mesmo que ainda haja casos de resistência. De acordo com PESSANHA (2012), não somente se resume ao afeto o laço que envolve os integrantes de uma só família, mas um laço que une pessoas com a finalidade de garantir a felicidade de todos aqueles pertencentes à um determinado meio, ocasionando, assim, o norte de cada família, já que a afetividade é como princípio norteador das famílias

contemporâneas. Os núcleos familiares que se formam levam em consideração que o afeto é o elemento essencial das relações interpessoais afirma a autora. A interação da família com a escola é de grande valor para o desenvolvimento do aluno, seja qual for a formação familiar que tal aluno seja pertencente, a escola deve ser uma instituição acolhedora por parte de todos os profissionais que ali exerçam as suas atividades. A educação tem o poder de transformar o aluno em um ser crítico e esse é e aprimorar o intelectual, político e social, além do papel do Professor, de ser mediador e fazer com que a comunidade discente seja protagonista de seu aprendizado. Com isso FREIRE (1997, p. 40) fala que o momento fundamental na formação do professor é o da reflexão crítica da prática, pois “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” já que para a mediação é preciso inovar. **METODOLOGIA:** A metodologia pela qual fizemos opção se constitui de um estudo de caso que foi realizada em uma escola pública da rede municipal de ensino/RN que contém 372 alunos e 21 professores que trabalham com 12 turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e equipe gestora. A escola possui um IDEB 6.1 acima da média do Brasil e está situada na zona sul de Natal/RN. A clientela da escola é na sua maioria de classe baixa os pais são assaliados e são provenientes da Vila de Ponta Negra e da Comunidade de Lagoinha. Utilizamos como procedimento metodológico a entrevista semiestruturada com duas professoras: Kelly, formada em pedagogia tem 17 anos de docência, atua há 6 anos nessa escola possui especialização em psicopedagogia e mídias em educação. A outra professora é Klézia, pedagoga, 21 anos de docência, atua há 10 anos nesta escola, e possui duas especializações e o curso de mestrado em educação. A entrevista foi realizada na escola no dia de planejamento escolar na sala da coordenação. No primeiro momento entregamos as questões escritas e em seguida gravamos em áudio de telefone celular e depois a entrevista foi transcrita para análise dos dados. Esses dados servirão para que possamos confrontar o nosso objeto de estudo e os objetivos com os quais trabalhamos nos dando a resposta que buscamos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Quando perguntamos às professoras sobre como eram formadas as famílias dos alunos dessa Escola obtivemos as seguintes respostas situação de crianças que não

Questionário

Kelly: Aqui na escola temos todas as opções, nós temos a família tradicional. Pai, mãe e filhos, só mãe com um filho, pais com filhos e tínhamos o caso do "L" o da relação homoafetiva [...]

Bárbara: E como era a relação dele com a turma, da família dele com a escola?

Klézia: A mãe que se comportava como pai ela era bem presente na escola, mas no caso a pessoa com quem ela convivia, a outra mulher já participava mais da parte da educação né?! De ensinar a ele as limitações, de fazer as atividades era a que ele chamava, a mãe né? Porque a mãe dele mesmo passou a ser pai.

Bárbara: Ela assumiu a figura paterna?

Klézia: Então assim, eles tinham um bom relacionamento apesar de que ele mostrava muitas vezes um certo constrangimento com ela (figura paterna) presente na escola.

Bárbara: Ele se acanhava?

Klézia: É, ele se acanhava, ficava meio envergonhado. Mas ele também não negava a sexualidade das mães, ele dizia que era pai e era mãe. Mas tanto eu quanto Kelly aprendemos e acolhemos esse aluno, pois ele não gosta de falar do assunto.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Observamos na fala da professora que forma como a sociedade e a escola encara a não se enquadram nos modelos de identidade de gênero hegemônicos, ignorando-se conflitos e sofrimentos decorrentes de preconceitos, discriminações e violências de gênero, medo do novo. Quando se fala que a criança fica acanhada se esquecem que essa criança sofre bullying associados à intolerância sexual e de gênero são frequentes e assustadores no âmbito escolar mesmo quando a escola tenta encarar com normalidade. Os que comumente “são chamados na escola de “meninas masculinizadas” ou de “meninos efeminados” – revelam que, em geral, são obrigados a abandonar os estudos devido aos preconceitos que sofrem por não seguirem os modelos de gênero esperados para seu sexo”. (MELLO, 2018, p.160-161). **CONCLUSÃO:** As professoras e a escola procuram incluir essa família por acreditar que o valor da inclusão social independente de classe social ou especificidade seja mental ou física, raça, cor, gênero e configuração familiar, o ser humano se torne uma pessoa livre de preconceitos e capaz de respeitar todos aqueles que o rodeiam. A escola é o primeiro ambiente longe do contexto familiar em que se é inserido e é nesse ambiente que somos preparados para interagir com essas diferenças. Segundo FREIRE (1997, p.18) “é importante que os estudantes percebam as diferenças de compreensão dos fatos; as posições às vezes antagônicas entre professores na apreciação dos problemas e no equacionamento de soluções. Mas é fundamental que percebam o respeito e a lealdade com que um professor analisa e critica as posturas dos outros.” Baseado nisso, o professor precisa analisar a posturar de como é tratado por seus alunos e exercer ações adequadas inclusivas e para inserida dessas novas famílias que vem a se tornar comum no meio social.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Mariana. **Bolsonaro sobre casamento gay: 'não querem igualdade, e sim privilégios'**. Terra. 16 de maio de 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-sobre-casamento-gay-nao-querem-igualdade-e-sim-privilegios,99ff52d635aae310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça Nº 175**. Brasília, DF. 14 de maio de 2013.

CHRISTIANO, Renata Martins; NUNES, Nilza R. de Andrade. **A Família na Contemporaneidade: Os desafios para o trabalho do serviço social**. 2013.2, nº 11, p. 32–56. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26982/26982.PDF.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

ENGELS, F. **A origem da família-da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Centauro editora, 2002.

FALZETTA, Ricardo. **Como lidar com as relações homoafetivas na escola? O Globo**. 14 de ago. de 2017. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/todos-pela-educacao/post/como-lidar-com-relacoes-homoafetivas-na-escola.html>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MACHADO, Denis. **Dor e preconceito de famílias homoafetivas em comunidades escolares**. **Medium**. 3 de agosto de 2017. Disponível em: <http://medium.com/hist%C3%B3rias-para-se-contar/dor-e-preconceito-de-fam%C3%ADias-homoafetivas-em-comunidades-escolares-e894d8e40f59>. Acesso em: 22 maio 2019.

LUIZ MELLO; MIRIAM PILLAR GROSSI; ANNA PAULA UZIEL. **A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil**. 2009

PESSANHA, Jackeline Fraga. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS**. 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SOUSA RODRIGUES, Felipe; FARIAS FILHO, Francisco. **O preconceito contra a união homoafetiva como entidade familiar**. Revista Jus Navigandi. Setembro de 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/42433/o-preconceito-contr-a-uniao-homoafetiva-como-entidade-familiar>. Acesso em: 19 nov. 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A pesquisa e a produção de conhecimentos: introdução à pesquisa em educação**. Curso de pedagogia da Unesp. 2010.

PSICOLOGIA

A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DE INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS (ILPI'S) SOBRE O ABANDONO DO IDOSO

AUTORES:

Celi Regina Soares da Cruz

Nivia de Araujo Lopes

Milene Moreira de Carvalho

Kamila Lôbo Cavalcante

Lucileno da Silva Souza

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estudantes de Psicologia na atividade de campo referente à disciplina de Práticas Integrativas em Psicologia V (PIPSI V), onde o grupo visitou a Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI) chamada “Lar de Idosos Feliz Idade (LIDI)”, situado na cidade de Natal/RN, e investigou a perspectiva dos cuidadores sobre o abandono do idoso e como isso afeta os profissionais emocionalmente. Os dados foram obtidos através de um questionário com perguntas fechadas aplicado a três profissionais, e também, mediante uma dinâmica que consistia em apresentar imagens de idosos em diferentes contextos para que os profissionais relatassem intrinsecamente sobre o abandono. Esses dados foram analisados através do referencial teórico “Desenvolvimento da Vida Adulta e Velhice” onde os resultados apontam que há relação comparativa entre o vínculo com os idosos e a vida pessoal do cuidador, principalmente no eixo familiar, como também foi revelado que há a presença de sinais ansiedade entre as cuidadoras devido a sobrecarga do ato de cuidar.

Palavras-chave: Psicologia. Abandono de idosos. ILPI's.

INTRODUÇÃO: O trabalho foi realizado como atividade avaliativa parcial da disciplina de Práticas Integrativas em Psicologia V (PIPSI V), que é uma matéria que tem como objetivo trabalhar a interdisciplinaridade entre os conteúdos programáticos das disciplinas do semestre visando a aproximação do aluno com os diversos contextos vivenciais do psicólogo e contribuindo para a construção de competências e habilidades para sua prática profissional. Foi realizada uma visita a uma Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI's), “Lar de Idosos Feliz Idade - LIDI” na cidade de Natal/RN, com o objetivo de identificar, sob a perspectiva do cuidador de idosos, fatores relacionados ao abandono do idoso, a qualidade de vida dos cuidadores e as questões que envolvem a relação cuidador-idoso, relacionando os construtos do eixo teórico “Desenvolvimento da Vida Adulta e Velhice” e das disciplinas integradas do 5º período do curso de Psicologia: Psicologia e Políticas Públicas, Psicologia Organizacional e do Trabalho I, Psicopatologia II e Testes Psicológicos I. A Vida Adulta e Velhice se constituem períodos de vida do indivíduo com características próprias, destacando-se pela maturidade psicológica (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Em relação a idade de entrada na vida adulta, esse fator dependerá do país e da cultura, visto que pela visão legal cada país tem seu limite de idade. Contudo, pela visão sociológica “as pessoas podem ser consideradas adultas quando são responsáveis por si mesmas” (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 452). Um aspecto que merece destaque na vida adulta e velhice, assim como em qualquer outra fase da vida, é a qualidade de vida. Não há

um consenso quanto a sua conceituação, mas abordaremos aqui a explanação de Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 241):

Suas definições na literatura especializada apresentam-se, tanto de forma global, enfatizando a satisfação geral com a vida, como dividida em componentes, que, em conjunto, indicariam uma aproximação do conceito geral. A forma como é abordada e os indicadores adotados estão diretamente ligados aos interesses científicos e políticos de cada estudo e área de investigação, bem como das possibilidades de operacionalização e avaliação.

A partir dessa generalização do conceito, pode-se inferir que essa diversidade de visões sobre o tema abre um leque de possibilidades diante as mais variadas culturas. O que utilizaremos neste trabalho como conceito de qualidade de vida, para melhor compreensão é que ela se constitui como fatores relacionados ao estilo de vida (atividade física, alimentação, sono, relações sociais, sexualidade, drogas - lícitas e ilícitas - família, etc.) que influenciam direta ou indiretamente na saúde física, mental e psicossocial do adulto e idoso. Através de correlações teoria-prática, trazemos a impressão diagnóstica a respeito dos resultados obtidos. Na literatura encontramos o conceito de diagnóstico como:

[...] discernimento, faculdade de conhecer, de ver através de. Na forma como vem sendo utilizado, na atualidade, significa estudo aprofundado realizado com o objetivo de conhecer determinado fenômeno ou realidade, por meio de um conjunto de procedimentos teóricos, técnicos e metodológicos. (ARAÚJO, 2007, p. 127)

Partindo desse princípio, buscou-se através dos instrumentos de coleta de dados e da atividade prática, levantar informações a respeito da relação (vínculo) entre o cuidador e idosos, relacionando com as disciplinas do eixo teórico e imprimindo a percepção do objeto de estudo. **METODOLOGIA:** A atividade foi realizada no dia 17 de abril de 2019, no Lar de Idosos Feliz Idade (LIDI), na cidade de Natal/RN, com três sujeitos amostrais, todas mulheres, com 25, 36 e 40 anos, onde uma das profissionais é enfermeira com especialização em ginecologia e obstetrícia, as outras duas não possuem formação superior. O *rapport* foi iniciado, esclarecendo o motivo da visita e o objetivo da mesma, em seguida apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi aplicado o questionário com as seguintes questões: 1) Você passou por algum tipo de capacitação profissional para lidar com idosos? 2) Com que frequência ocorrem casos de abandono de idosos por parte da família, na instituição em que você trabalha? 3) Você percebe se idosos que chegam até a casa de acolhimento em situação de abandono familiar, traz consigo alguma espécie de sofrimento psíquico (ansiedade, depressão, pânico, trauma)? 4) Qual seu posicionamento com relação ao idoso que a família não visita? 5) Qual nível de importância o seu trabalho na ILPI tem para você? 6) No cuidado com o idoso, você lembra de suas relações familiares e isso influencia no seu envolvimento com eles? 7) Para os idosos que possuem condições físicas favoráveis, às atividades recreativas podem melhorar a funcionalidade dos idosos, a ILPI proporciona essas atividades? A dinâmica foi realizada após a aplicação dos questionários e consistia em dois cartazes com seis imagens de idosos em diferentes situações: idoso em situação de atividades sociais festivas, um idoso se exercitando, idosa sendo alimentado, brincadeiras entre si - idosos - (jogo de baralho), um idoso sentado em um banco cabisbaixo (imagem em preto e branco) e

um idoso morto em um caixão, onde pedimos para que cada uma das profissionais escolhesse uma ou mais imagens e falassem o porquê da escolha feita, refletindo e discutindo sobre o significado da escolha. **RESULTADOS:** O processo de cuidado vai além de uma relação puramente profissional, entre cuidador e idoso, ainda que se faça necessário e essencial uma capacitação, como na questão 1, onde todas relataram que possuem um treinamento específico para o trabalho com os idosos. Essa relação é dotada de significados, tanto para o cuidador quanto para o idoso, que muitas vezes chega fragilizado física e psicologicamente na instituição, como na questão 3, onde as três profissionais relataram que é frequente a chegada dos idosos com algum sofrimento psíquico. Sobre a imagem do idoso no caixão, uma das cuidadoras descreveu como o fim de um ciclo bem vivido, pois para ela chegar nessa fase da vida era algo bonito e sinalizador de diversos tipos de experiências as quais elas gostariam de vivenciar para partir de forma “completa”, o que foi surpreendente quando a mesma fez essa relação tendo em vista que a morte mesmo sendo um acontecimento que faz parte do desenvolvimento humano e se faz presente no cotidiano de todos (COMBINATO; QUEIROZ, 2005), ela está inserida em um contexto sócio histórico de negação (QUINTANA; ARPINI, 2002). A respeito do relacionamento afetivo entre cuidador e idoso, uma das participantes escolheu a imagem do cuidador alimentando o idoso, ela relatou o valor significativo dos idosos em sua vida, fazendo relação com a lembrança de sua própria família, o que pode ser observado na questão 6 onde todas responderam que a lembrança de suas relações familiares as influenciam no envolvimento com os idosos. Esse relato levanta a questão do carinho com que tratam os idosos, deixando um clima mais de “lar” do que de “casa”, trazido pela institucionalização das ILPIS. Outra profissional relatou que, para ela, eles eram “sua família”, pois ela morava só, sua casa nunca foi cheia e ali era o momento da mesma irradiar saúde para os idosos através de pinturas, jogos, cânticos, exercícios ou até mesmo através de uma simples conversa com “afago nos cabelos”, pois os idosos apresentavam essa necessidade de afeto, fazendo referência a imagem de recreação escolhida na dinâmica e sendo coerente com a questão 7 onde todas relataram que atividades recreativas podem auxiliar no bem-estar dos idosos. Dito isso, pode-se observar que o ato de cuidar pode ser entendido como um paradoxo, pois ao mesmo tempo que o sentimento é externado em forma de cuidado e atenção, o profissional também internaliza essa relação de afabilidade para sentir-se preenchido.

Este modo de ser no mundo, na forma de cuidado, permite ao ser humano viver a experiência fundamental do valor, daquilo que tem importância e definitivamente conta. Não do valor utilitarista, só para o seu uso, mas o valor intrínseco às coisas. A partir desse valor substantivo emerge a dimensão de alteridade, de respeito, de sacralidade, de reciprocidade e de complementaridade. (BOFF, 2008, p. 96)

Aliado a isso a preocupação com o envelhecimento de cada uma, vendo essa situação de “abandono” já vislumbrando o próprio futuro, os medos de como será o envelhecimento, suas necessidades, apoio do seio da família e uma série de fatores atrelados ao que elas vivem cotidianamente, onde uma das participantes relacionou com a foto do senhor cabisbaixo em um banco e sozinho, uma das profissionais relatou que lhe parecia uma velhice solitária e que essa era a situação de muitos idosos por aí, sem família ou alguém para ajudar nos momentos vulneráveis de saúde física e psicológica sendo este um dos motivos pelos quais elas são cuidadoras, pontuação essa que também foi observada na questão 4 do

questionário onde elas responderam que tentam reverter a situação de solidão do idoso se fazendo presente e indiretamente exercendo o papel da família. Ainda sobre o abandono relacionado na questão 2, onde duas participantes disseram que o abandono pela família é “pouco frequente”, enquanto uma disse ser “frequente”. A relação do sentido do abandono pode ser vista como um abandono emocional, de presença constante da família, visto que se trata de uma instituição privada onde, em questões estruturais e administrativas, não há defasagem. Soma-se a isso, os problemas particulares e inerentes à vida de cada uma delas, que corrobora ainda mais para o agravamento das tensões, sinais de ansiedade, ou até mesmo um trauma. Na imagem do idoso sentado em um banco com um aspecto cabisbaixo. Em relação ao trabalho na instituição, uma cuidadora mencionou a pressão que sente devido a responsabilidade de sua profissão, principalmente por ser uma instituição privada, o que acarreta na cobrança dos gestores e também dos familiares por estarem pagando pelo serviço, apesar disso na questão 6 uma relatou que seu trabalho é “significante” e as outras duas “extremamente significante”, isso demonstra que o significado do trabalho vai além do que ele representa enquanto atividade profissional, visto que mesmo diante pressões inerentes ao ambiente em que elas trabalham, ainda sim elas encontram gratificação em suas atividades enquanto cuidadoras. Dalgarrondo (2019, p. 365) trás que “as síndromes ansiosas representam os transtornos mentais mais frequentes e apresentam, mundo afora, prevalência na vida em torno de até 17 a 30% e, no último ano, em torno de até 11 a 18%”. O trabalho de cuidador apresenta o enfrentamento de situações que afetam o mesmo de forma significativa, por se tratar de situações que lidam diretamente com processos de cuidado intensivo aos idosos, o que pode gerar ansiedade diante a carga de trabalho física e emocional que o contexto gera. Ao longo da aplicabilidade dos instrumentos pudemos observar o quão complexa se desenvolve a relação entre cuidador e idoso, os sentimentos e conflitos interiores envolvidos vão além de uma relação profissional-cliente. O contato entre gerações remete a reflexão do que envolve o envelhecer e o adoecer, a solidão e a esperança, de forma tão complexa que não se pode mensurar o significado que isso representa para os envolvidos.

CONCLUSÃO: A compreensão sobre os aspectos das diversas etapas do desenvolvimento do indivíduo se faz necessária para que o psicólogo tenha uma visão crítica a respeito dos fatores que incidem em cada fase da vida, a dinâmica das relações sociais, de trabalho, da construção da identidade e da qualidade de vida. Este trabalho propiciou uma visão ampliada sobre a vida do idoso institucionalizado e toda a dinâmica que o envolve, desde sua relação com a família ou a ausência desta, até a relação com os cuidadores e com os aspectos da velhice: como a solidão e a morte. Foi foco de estudo a dinâmica do abano dentro das instituições, por meio da percepção do cuidador. O fato de termos aplicado o trabalho em uma instituição privada pode não ter nos permitido ver o abandono em sua essência (falta de alguns cuidados, abandono afetivo, dentre outros), mas foi relatado em alguns casos certo abandono dos familiares no sentido de serem pouco presentes, o que também afeta os idosos, apesar de todo cuidado que recebem na ILPI's apresentada. A velhice é uma fase da vida que se caracteriza pela diminuição das habilidades motoras e cognitivas, tornando um momento “próximo do fim” que a sociedade já caracterizou como tal, mas que o fato de chegar a uma idade mais avançada não torna a pessoa inútil, pois ela tem algo a oferecer, sua experiência e sua presença enquanto ser humano presente no mundo e na vida das pessoas. As dificuldades encontradas durante a construção dos instrumentos, da dinâmica e do relatório permitiram uma autoavaliação sobre a necessidade de desenvolvimento

contínuo das nossas habilidades de investigação, escrita, olhar e sensibilidade, fatores importantes para nossa formação enquanto futuros psicólogos.

REFERÊNCIAS

AMBIEL, Rodolfo A. M. **Avaliação psicológica**: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 126-141, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v9n2/v9n2a08.pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAMPBELL, R. J. **Dicionário de psiquiatria**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

COMBINATO, D. S; QUEIROZ, M. C. Morte: uma visão psicossocial. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 11, n. 002, p. 209-216, maio-ago, 2005.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2019. 505 p.

HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M. **Psicometria**. Porto Alegre: Artmed, 2015. 192 p.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEREIRA, Érico F.; TEIXEIRA, Clarissa S.; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, P. 241-250, São Paulo. abr./jun. 2012.

POLITIZE. **O que são políticas públicas?** 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>. Acesso em: 15 maio 2019.

QUINTANA, A. M; ARPINI, D. M. A atitude diante da morte e seu efeito no profissional de saúde: uma lacuna da formação? **Revista Psicologia Argumento**, Paraná, v. 19, n. 30, p. 45-50, 2002.

TOLFO, Suzana da R.; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia e Sociedade**. 19. ed. 1, p. 38-47. 2007.